



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1567

Terça-feira - 09 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Anchieta.....	3
Antônio Carlos.....	4
Atalanta.....	5
Bela Vista do Toldo.....	11
Biguaçu.....	21
Bom Jesus do Oeste.....	27
Bom Retiro.....	43
Braço do Trombudo.....	45
Brunópolis.....	58
Brusque.....	58
Caçador.....	62
Camboriú.....	108
Campo Alegre.....	112
Campos Novos.....	457
Canelinha.....	467
Canoinhas.....	467
Capinzal.....	473
Chapadão do Lageado.....	486
Concórdia.....	489
Cordilheira Alta.....	490
Correia Pinto.....	493
Corupá.....	494
Curitibanos.....	497
Doutor Pedrinho.....	497
Forquilha.....	498
Fraiburgo.....	501
Garopaba.....	509
Gaspar.....	524
Grão Pará.....	525
Guaramirim.....	537
Guarujá do Sul.....	540
Herval d'Oeste.....	541
Ibiam.....	544
Ilhota.....	544
Imarui.....	545
Imbituba.....	551
Iomerê.....	553
Ipumirim.....	554
Irineópolis.....	558
Itá.....	563
Itaiópolis.....	563
Itapiranga.....	564
Itapoá.....	564
Ituporanga.....	566
Joaçaba.....	566
José Boiteux.....	576
Lages.....	576
Lebon Régis.....	580

Leoberto Leal.....	587
Luzerna.....	590
Maracajá.....	631
Maravilha.....	631
Massaranduba.....	642
Meleiro.....	646
Modelo.....	648
Monte Carlo.....	649
Navegantes.....	649
Nova Trento.....	656
Novo Horizonte.....	660
Orleans.....	661
Ouro Verde.....	661
Palhoça.....	663
Palmitos.....	664
Passos Maia.....	664
Penha.....	665
Pinheiro Preto.....	666
Pomerode.....	667
Ponte Serrada.....	691
Porto Belo.....	691
Porto União.....	692
Presidente Castello Branco.....	700
Rio do Sul.....	701
São Bento do Sul.....	723
São José.....	744
São José do Cedro.....	766
São Lourenço do Oeste.....	767
Schroeder.....	767
Serra Alta.....	778
Timbé do Sul.....	790
Timbó.....	791
Vargeão.....	802
Vargem Bonita.....	802
Videira.....	803
Xavantina.....	806
Xaxim.....	806

Consórcios

AGIR.....	811
CIGA.....	811
CIS/AMFRI.....	812
CISAM.....	813

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 058-A/2014

DECRETO Nº 058 - A/2014 - DE 18 DE AGOSTO DE 2014
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, fica anulado parcialmente o valor de R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais) do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.1.90.00.00.0095/127 Aplicações Diretas R\$ 11.600,00
TOTAL R\$ 11.600,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o elemento de despesa:

13 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
16.482.0024.2.063 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
3.3.90.00.00.0095/129 Aplicações Diretas R\$ 11.600,00
TOTAL R\$ 11.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de agosto de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 068/2014

DECRETO Nº 068/2014 - DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 46.643,22 (quarenta e seis mil e seiscentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS/SC do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL -CAPS/SC
3.3.90.00.0.3.0023.0/48 Aplicações Diretas R\$ 46.643,22
TOTAL R\$ 46.643,22

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: Transferências CAPS Federal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 069/2014

DECRETO Nº 069/2014 - DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013, fica anulado parcialmente o valor de R\$ 6.567,00 (seis mil e quinhentos e sessenta e sete reais), dos seguintes elementos de despesas do orçamento vigente:

17 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
4.4.90.00.00.01.0109/146 Aplicações Diretas R\$ 1.567,00

15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
4.4.90.00.00.0055/162 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 6.567,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar os elementos de despesas:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
3.3.90.00.00.0109/224 Aplicações Diretas R\$ 1.567,00

15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
3.3.90.00.00.0055/159 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 6.567,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 070/2014

DECRETO Nº 070/2014 - DE 05 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA MEMBROS PARA FAZER PARTE DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 1.935 de 05 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros, para compor o Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

I - Representantes do Poder Executivo

- Titular: CÁRMEN GUISENI DA FONSECA - CPF nº 483.324.539-68
- Suplente: ARLETE LÚCIA VENTURIN DOS SANTOS - CPF nº 707.718.989-91

II - Representantes dos Profissionais da área da Educação

- Titular: ADRIANA MARIA TONIAL PIAIA - CPF nº 017.432.169-47
- Suplente: SALETE ZARPELON PARENTI - CPF nº 824.989.209-78
- Titular: RAQUEL HEBERLE - CPF nº 006.989.399-30
- Suplente: ELISABETE SALVADOR HEBERLE - CPF nº 038.853.709-48

III - Representantes dos Pais e Alunos

- Titular: JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTA - CPF nº 845.795.799-68
- Suplente: VERA LÚCIA DAROS BALESTRIN - CPF nº 027.692.789-32
- Titular: PAULA CRISTINA MENDES GATELLI - CPF nº 042.339.279-41
- Suplente: CAMILA RAQUEL MACAGNAN - CPF nº 048.074.679-64

IV - Representantes da Sociedade Civil

- Titular: MÁRCIO LUIZ BITTENCOURT - CPF nº 015.639.569-00
- Suplente: VILSON ANTONIO VERONA - CPF nº 425.674.919-53
- Titular: LÚCIA STORCHI OLDONI - CPF nº 710.425.989-91
- Suplente: LEONIR ALVES REI SCHULLER - CPF nº 543.836.179-72

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 090/2010 de 08/09/2010.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA**Extrato Aviso Pregão Pref - 038_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 038/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Tubos de Concreto, para o setor de Agricultura, de acordo com o convenio nº 2014TR0002216 celebrado entre o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 22/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 08 de setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão Pref - 039_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 039/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de materiais escolas para o ensino fundamental e infantil das escolas municipais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 22/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 08 de setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão Pref - 040_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 040/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de carretões agrícola e colheitadeiras de foragem de acordo com o convenio nº 2014TR0002216, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 24/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 08 de setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 403/2014**

PORTARIA Nº 403/2014.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 365 de 12 de agosto de 2014, retornando as suas atividades laborais, o servidor JORGE EDMUNDO CALDERON CHAVEZ, ocupante do cargo temporário de MEDICO - 20H, a partir de 08 de setembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de setembro de 2014.

Portaria 402/2014

PORTARIA Nº 402/2014.

Prorroga Contratação temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1068/2006,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de VALERIA PEREIRA SILVA, no cargo de MEDICO PSQUIATRA, a partir de 09 de setembro de 2014 a 30 de outubro de 2014, e/ou até a homologação do Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de setembro de 2014.

Portaria N 401/2014

PORTARIA Nº 401/2014.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, a Portaria nº 249/2014, de 05 de maio de 2014, retornando as suas atividades laborais, a servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do AUXILIAR TECNICO DE INFORMATICA - 40H, a contar de 10 de julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de setembro de 2014.

Atalanta**PREFEITURA****035/2014**

DECRETO N.º 035/2014.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1369 de 20 de março de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.032 - Assistência a Família

4.4.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

3.3.90.00.00.00.00.00.0121 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 10 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

036/2014

DECRETO N.º 036/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1379 de 12 de junho de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral

4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0037.2.014 - Incentivo a Produção Agrícola e Pecuária

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
 4.4.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 13.392.0055.2.025 - Promoção da Cultura e Tradições Locais
 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0073.2.031 - Manutenção dos Serviços de Assistência Social
 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil
 4.4.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário
 4.4.90.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 17 de junho de 2014.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

037/2014

DECRETO N.º 037/2014.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1379 de 12 de junho de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de julho de 2014.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

038/2014

DECRETO N.º 038/2014.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1351 de 20 de novembro de 2013:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário
 3.3.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
 26.782.0061.2.027 - Manutenção do Setor Rodoviário
 4.4.90.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.0082 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 01 de agosto de 2014.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

039/2014

D E C R E T O N.º 039/2014

"Dispõe sobre Nomeação de Funcionários Públicos".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal 1298/2013 de 06 de Fevereiro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Senhores: Laércio Luiz França, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Atalanta, Estado de Santa Catarina, portador do CPF: 534.403.909-34 e

Jaime Senem, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Atalanta, Estado de Santa Catarina, portador do CPF: 942.224.449-87, a disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para a origem, até o dia 31/12/2015, para desenvolverem atividades de Defesa Animal do Município de Atalanta.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão a contas da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 19 de agosto de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

040/2014

DECRETO Nº. 041/2014

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1386 de 15 de agosto de 2014:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1341/2013 de 16.10.2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0088 - SAÚDE PARA TODOS

Projeto Atividade 2.037 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

Elemento de Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transf. a Cons. Públicos 30.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 25 de agosto de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

041/2014

DECRETO Nº. 041/2014

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1386 de 15 de agosto de 2014:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 - Manutenção dos Serviços de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.71.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 - SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1341/2013 de 16.10.2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0088 - SAÚDE PARA TODOS

Projeto Atividade 2.037 - Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

Elemento de Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transf. a Cons. Públicos 30.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 25 de agosto de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Portarias 124 A 140

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PORTARIA Nº 124/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico o veículo PAS/Automóvel, Marca e Modelo VW Gol, Categoria Oficial, Cor vermelha, Placa nº MEA - 8028, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, com vigência a partir de 15 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
15 de agosto de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 125/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Saúde o veículo PAS/Automóvel, Marca e Modelo VW Gol, Categoria Oficial, Cor branca, Placa nº MGZ - 7977, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, com vigência a partir de 15 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
15 de agosto de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 126//2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 36 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar o Senhor GUILHERME HENRIQUE DOERNER, do cargo de Técnico Agrícola , a partir de 15 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
15 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 127/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 110, da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder Ferias ao Servidor ARTUR VICENTE KOCIAN, por um período de 10 dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 01/05/2014, a partir da data de 08 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
18 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 128/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar ELIANE TEREZINHA BRANDT DEMARCHI contratada por prazo determinado, para o Cargo de Professora, a partir de 18 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
18 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 129/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Servidora SANDRA PATRICIA DE SOUZA, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 18 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
18 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº. 130/ 2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e a Lei 1298/2013.

RESOLVE:

Colocar os servidores municipais, LAERCIO LUIZ FRANÇA, CPF: 534.403.909-34 e JAIME SENEM, CPF: 942.224.449-87, a disposição da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com ônus para a origem, até o dia 31/12/2015, para desenvolver atividades de Defesa Sanitária Animal do Município de Atalanta.

ATALANTA (SC), 18 de agosto de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 131/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Transportes e Obras o veículo PAS/ONIBUS, Marca e Modelo M. BENZ/BUSCAR URBANO U, ano e modelo de 1998, a Diesel, Categoria Oficial, Cor branca, Chassi nº 9BM384073WB159593, Placa nº KMP - 7658, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, a partir de 18 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
18 de agosto de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 132/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora ROSANA MARCILIO JOCHEM, a partir da data de 20 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
20 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 133//2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 36 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar a Senhora CHEILA CACIANA FEDER, do cargo de Técnica em Enfermagem a partir de 20 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
20 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 134/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a carga horária da Professora JANETE JOCHEM LUCIANO, contratada por tempo determinado, passando de 10hs para 30hs, a partir de 01 de agosto de 2014

Prefeitura Municipal de Atalanta
25 de agosto de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 135/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor EGUND KRAUSE, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 26 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
26 de agosto de 2014

TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 136/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Desenvolvimento Economico o veículo PAS/Automóvel, Marca e Modelo VW Gol, Categoria Oficial, Cor branca, Placa nº AIZ - 2019, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, com vigência a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de setembro de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 137/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar RAQUEL RODRIGUES BERTELLI contratada por prazo determinado, para o Cargo de Professora, a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta
01 de setembro de 2014
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 138/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 7 da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de

setembro de 2013,

RESOLVE:

Nomear para Cargo Comissionado de Chefe de Divisão RAQUEL RODRIGUES BERTELLI, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 014//2013 de 18 de setembro de 2013, a partir de 01 setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

01 de setembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 139/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Colocar a Disposição para a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura o veículo PAS/Automóvel, Marca e Modelo Renault Kangoo, Categoria Oficial, Cor branca, Placa nº MHR - 1593, ano 2009, modelo 2010, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo serão por conta da respectiva secretaria, com vigência a partir de 01 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

01 de setembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 140/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 178, da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE,

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2014, referente ao servidor ZILDO NUNES, matrícula nº 570, ocupante do cargo de Motorista, para apurar os fatos relatados no Ofício n.º 018/2014, em vista da denúncia realizada pela Servidora Ana Paula Kocian à Secretária de Saúde Municipal Gisele Saade Neckel.

Parágrafo único - O servidor em questão, supostamente, teria infringido o Art. 145, inciso IX e XI, da Lei Complementar n.005/2011. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 160, incisos I e III, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar mencionada no art. 178 da Lei Complementar n.º 005/2014 deverá ser instituída em ato próprio (Decreto), pelo Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 01 de setembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

PREFEITO MUNICIPAL DE ATALANTA

042/2014

DECRETO Nº 042/2014

"Constitui a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Atalanta:

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia efetuada pela Servidora Pública Municipal Ana Paula Kocian, em razão da suposta infração cometida pelo Servidor Público Municipal, Sr. Zildo Nunes, prevista no artigo Art. 145, inciso IX e XI, da Lei Complementar n.005/2011, a qual será composta pelos seguintes membros:

- Cátia S. F. Demarchi, Servidora Efetiva e estável ocupante do cargo de Oficial Administrativo, responsável pelo Setor de RH;
- Everaldo Silveira, Servidor Efetivo e estável do Cargo de Motorista;
- Simoni Antunes, Servidora Pública Efetiva e estável do cargo de Oficial de Tributos.

Parágrafo único. Fica designada como presidente da comissão do Processo Administrativo Disciplinar a Servidora Cátia S. F. Demarchi.

Art. 2º - A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 3º - Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 93, da Lei Complementar supracitada.

Art. 4º. O prazo para a conclusão da instrução é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 5º Configurada a ocorrência do fato, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 160, incisos I e III, da lei complementar supracitada.

Art. 6º. A instrução do Processo Administrativo Disciplinar ocorrerá na forma prevista no art. 178 e seguintes da Lei Complementar 005/2011.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 01 de setembro de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Termo Retificação Contrato Nº 024/2011

TERMO DE RETIFICAÇÃO

RESCISÃO UNILATERAL - CONTRATO Nº 024/2011

(Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93)

No relatório de rescisão unilateral do Contrato nº 024/2011, firmado entre o Município de Bela Vista do Toldo e a empresa Engepav Pavimentação e Construções Ltda. - ME (Processo Licitatório nº 018/2011, modalidade Convite nº 013/2011) onde lê:

Portanto, desde a data em que o Contratado recebeu a Ordem de Serviço (01/06/2011) até a presente data (17/03/2014) já se passaram quase que dois anos e nos termos da Notificação Extrajudicial tem-se que foi executado somente 59,19% (cinquenta e nove, vírgula dezoito por cento) do total da obra contratado.

Leia-se:

Portanto, desde a data em que o Contratado recebeu a Ordem de Serviço (01/06/2011) até a presente data (17/03/2014) já se passaram quase que dois anos e nos termos da Notificação Extrajudicial tem-se que foi executado somente 93,42% (noventa e três, vírgula quarenta e dois por cento) do total da obra contratado.

Os demais termos do relatório permanecem inalterados.

Bela Vista do Toldo, SC, 08 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 189/2014

DECRETO N.º 189/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 43.133,30 (Quarenta e três mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
37-10.301.0008-2.028	2.028	Ações de Atenção Básica	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0731	Aplicações Diretas	43.133,30
TOTAL GERAL	43.133,30		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 43.133,30 (Quarenta e três mil, cento e trinta e três reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
34-10.301.0008-2.028	2.028	Ações de Atenção Básica	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0827	Aplicações Diretas	43.133,30
TOTAL GERAL	43.133,30		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de agosto de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 190/2014

DECRETO N.º 190/2014 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$7.859,07 (Sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
74-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	3.072,07
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
76-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	4.787,00
TOTAL GERAL	7.859,07		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$7.859,07 (Sete mil oitocentos e cinquenta e nove reais e sete centavos), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
75-12.365.0005-2.011	2.011	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	7.859,07
TOTAL GERAL	7.859,07		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de agosto de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 191/2014

DECRETO N.º 191/2014, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
13-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0743	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
54-12.361.0005-2.009	2.009	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0725	Aplicações Diretas	23.000,00
TOTAL GERAL	53.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
07-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	20.000,00
ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
12-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
52-12.361.0005-2.009	2.009	Manutenção da Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	23.000,00
TOTAL GERAL	53.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 18 de agosto de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 194/2014

DECRETO N.º 194/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1056/2014, de 01 de setembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
02-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
55-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	65.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
105-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	200.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	
30-20.606.0004-2.004	2.004	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
35-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
91-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	245.000,00
ÓRGÃO	13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
Unidade Orçamentária	13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
126-04.121.0007-2.026	2.026	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Decreto Nº 195/2014

DECRETO Nº 195/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

“PRORROGA POR 90 (NOVENTA DIAS) O DECRETO Nº 160/2014 QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO ESTADO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA PELAS CHUVAS TORRENCIAIS NOS ÚLTIMOS MESES.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO

CONSIDERANDO, as chuvas torrenciais que atingiram todo o município nos últimos meses, devido a grandes precipitações pluviométricas,

CONSIDERANDO, os danos humanos e os prejuízos econômicos e sociais, ocorridos na área rural e urbana,

CONSIDERANDO, que os danos foram expressivos e até a presente data não foi possível recuperá-los,

CONSIDERANDO, a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de emergência,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado na forma do artigo 7º do Decreto Municipal nº 160/2014 de 09 de junho de 2014, que declarou existência de situação anormal, caracterizada como estado de emergência, as áreas do Município afetadas por inundações que ocasionaram dificuldades de acesso e de circulação do tráfego, devido as inundações das estradas rurais com destruição de bueiros, danificação de pontes, inundações de ruas e residências, paralização de atendimento médico e transporte escolar.

Parágrafo único: A presente prorrogação dá-se pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. Os demais termos do Decreto Municipal nº 160/2014 de 09 de junho de 2014, permanecem inalterados.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.056/2014

LEI Nº 1.056/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
02-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
55-12.361.0005-2.010	2.010	Manutenção do Transporte Escolar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0737	Aplicações Diretas	65.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
105-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	200.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
106-15.452.0006-2.022	2.022	Manutenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL	
30-20.606.0004-2.004	2.004	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
35-12.361.0005-2.007	2.007	Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	50.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
91-15.452.0006-1.007	1.007	Pavimentação de Ruas e Estradas	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	245.000,00
ÓRGÃO	13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
Unidade Orçamentária	13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
126-04.121.0007-2.026	2.026	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL			395.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.057/2014

LEI Nº 1.057/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 904, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012 E INSTITUI PISO SALARIAL PROFISSIONAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 12.994, DE 17 DE JUNHO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica fixado o piso salarial profissional dos Agentes Comunitários de Saúde, no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, segundo as atribuições previstas nesta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de junho de 2014.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.058/2014

LEI Nº 1.058/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação gratuita uma área de 2.763,02 m² (dois mil, setecentos e sessenta e três metros e dois decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior de 295.500,00 m² (duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos metros quadrados), com valor de mercado de R\$ 2.293,30 (dois mil, duzentos e noventa e três reais e trinta centavos), de propriedade de Adriana Beatriz Tyszka Kohler e Cláudio Kohler, sendo R\$ 0,83 (oitenta e três centavos) o metro quadrado.

Art. 2º. A área a ser recebida pelo Município de Bela Vista do Toldo será destinada, especificamente ao Cemitério Municipal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a extinguir, por remissão, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços relativos ao imóvel, ou a contribuição de melhoria, existentes até a data da transferência de que trata esta Lei.

Parágrafo Único: A extinção dos créditos tributários referidos no caput, fica condicionada à efetiva transferência do imóvel na forma autorizada no art. 1º desta Lei.

Art. 4º. Todas as despesas decorrentes da presente doação, tais como o desmembramento do imóvel pagamento de taxas, impostos e emolumentos ficarão a cargo do Município de Bela Vista do Toldo, donatário.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.059/2014

LEI Nº 1.059/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CRIA EMPREGOS PÚBLICOS NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICIPIO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam criados no quadro de pessoal do Município, para atuação no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, os seguintes Empregos Públicos:

I - Orientador Social - 02 (duas) vagas com vencimento de R\$ 997,28 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social, com habilitação profissional exigida, portador de diploma de ensino médio, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para o Centro de Referência de Assistência Social.

II - Pedagogo - 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.396,31 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e trinta e um centavos), vinculado ao Fundo Municipal de Assistência Social, com habilitação profissional exigida, portador de diploma ensino superior e licenciatura plena em pedagogia, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no quadro de pessoal do Município para o Centro de Referência de Assistência Social.

§ 1º. As atribuições dos Empregos Públicos são as seguintes:

I - Orientador Social: Recepção e oferta de informações as famílias usuárias do CRAS;

Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, ofertados no CRAS;

Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;

Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

II - Pedagogo: Acolher, ofertar informações e realizar encaminhamento às famílias usuárias do CRAS;

Mediar os processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;

Realizar atendimento individualizado e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS;
Assessorar os serviços socioeducativos desenvolvidos no território de abrangência do CRAS;
Acompanhar as famílias em descumprimento de condicionalidades;
Alimentar o sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;
Articular ações que potencializam as boas experiências no território de abrangência.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 3º. O quadro de pessoal do Poder Executivo destinado ao Emprego Público é distinto do quadro de pessoal Efetivo, vinculado a Estratégia Saúde da Família - ESF, Programa Saúde Bucal - PSB, Programa dos Agentes Comunitários de Saúde - PACS, Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 4º. A investidura para o Emprego Público de que trata esta Lei, será feita em conformidade com a Lei.

Art. 5º. O regime de trabalho para o Emprego Público será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 6º. O regime previdenciário para o Emprego Público será o regime Geral da Previdência Social - RGPS.

Art. 7º. A demissão e ou exoneração do Emprego Público poderá se dar por:

I - prática de falta grave, conforme previsto no art. 482 da Consolidação das leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, conforme Lei nº 9.801/99;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurará recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias;

V - motivação do Chefe do Poder Executivo em decorrência:

a) extinção dos programas do Governo Federal;

b) desativação e ou redução de equipes por determinação do Governo Federal;

c) renúncia ou cancelamento do convenio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessação do repasse dos recursos financeiros da União para o Município.

VI - a pedido.

Parágrafo Único: A investidura para o Emprego Público não gera direito a estabilidade.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 263/2002, de 04 de junho de 2002.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.060/2014

LEI Nº 1.060/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

"CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Educação os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Professor de Música	02	20 horas	R\$ 1.198,15	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes ou Música
Pedagogo	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula
Professor responsável pelos anos finais	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em uma disciplina dos anos finais com experiência em sala de aula
Professor responsável pelos anos iniciais	01	40 horas	R\$ 2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula
Monitor Educação Especial	06	20 horas	R\$ 838,70	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 100 (cem) horas de curso em Educação Especial
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais	05	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia
Professor de Educação Física	01	25 horas	R\$ 1.497,70	Licenciatura Plena em Educação Física
Professor de Língua Portuguesa	01	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Ciências	01	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura em Ciências Biológicas
Professor de Inglês	03	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Inglês	01	30 horas	R\$ 1.797,23	Licenciatura Plena em Letras
Professor de Ensino Religioso	02	15 horas	R\$ 898,61	Licenciatura Plena em Ciências da Religião
Professor Sala Multifuncional	06	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 200 horas de Curso em Educação Especial
Professor de Matemática	01	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Matemática
Fisioterapeuta	01	20	R\$ 1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo órgão fiscalizador

Art. 2º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Operador de Máquinas	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D"

Art. 3º. Fica criado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Advogado Municipal	01	40 horas	R\$ 6.400,00	Graduação em Direito e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

Art. 4º. Fica criado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo o seguinte cargo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Professor de Artes	02	20 horas	R\$ 1.198,15	Licenciatura Plena em Artes, com experiência em Artesanato

Art. 5º. Ficam criados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental

Art. 6º. Ficam criados no Fundo Municipal de Assistência Social os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Psicólogo	01	20 horas	R\$ 1.437,59	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão

Art. 7º. Ficam criados no Fundo Municipal de Saúde os seguintes cargos:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	REQUISITOS
Médico Pediatra	01	20 horas	R\$ 8.444,80	Graduação em Medicina, com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
Agente de Combate a Endemias	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental

Art. 8º. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Município, em virtude da criação dos cargos e das vagas referidos nos artigos anteriores.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de elementos próprios do orçamento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lei Nº 1.061/2014

LEI Nº 1.061/2014, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

“AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com o Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.34/0001-80, visando à utilização do Pronto Atendimento Municipal de Canoinhas, pelos usuários do Sistema Único de Saúde do município de Bela Vista do Toldo. SC.

Parágrafo Único: Fica vedada a utilização do Pronto Atendimento Municipal de Canoinhas para outras finalidades, se não o estrito objetivo de atender os cidadãos usuários do SUS do município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. O município de Bela Vista do Toldo repassará junto ao município de Canoinhas, mês a mês, valor a ser estabelecido através do convênio a ser firmado, a fim de arcar com as despesas decorrentes do atendimento a todo cidadão desta cidade, bem como, poderá ser realizado a cessão de servidor efetivo, caso haja necessidade e conveniência.

Art. 3º. A vigência do termo de convênio a ser firmado, será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, se assim for de interesse das partes.

Art. 4º. Poderá ser rescindido o convênio, caso haja interesse de ambos os lados, devendo, no entanto, o interessado avisar formalmente com a antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 01 de setembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Biguaçu

PREFEITURA

Errata Nº. 01 de Licitação - Pregão Presencial Nº. 34/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 34/2014

No Anexo II do edital de licitação nº. 34/2014 foram apontados diversos produtos relacionados a limpeza e higiene da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu. Ocorre que, devido a reanálise das especificações técnicas, alguns desses produtos foram alterados. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

(...)Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 11/07/2014, às 13h59min do dia 01/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 11/07/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 01/07/2014. (...)

LEIA-SE Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

(...)Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/09/2014, às 13h59min do dia 22/09/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 22/09/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 10/09/2014. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 34/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/07/2014

HORÁRIO: 14 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 01/07/2014 às 13:59 do dia 11/07/2014.

VALOR TOTAL PREVISTO: R\$ 332.564,52 (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 11/07/2014, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

(...)

LEIA-SE no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 34/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 22/09/2014

HORÁRIO: 14 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 10/09/2014 às 13:59 do dia 22/09/2014.

VALOR TOTAL PREVISTO: R\$ 169.268,76 (cento e sessenta e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 22/09/2014, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos

do processo em epígrafe.
(...)

Onde se lê no Anexo I do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

B

O valor estimado para a aquisição dos materiais é de R\$ 332.564,52 (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

LEIA-SE no Anexo I do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

B

O valor estimado para a aquisição dos materiais é de R\$ 169.268,76 (cento e sessenta e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Onde se lê no Anexo II do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	8.000,00	LT	1,625	ÁGUA SANITARIA LIQUIDA ALVEJANTE ESTERILIZADA COM CLORO ATIVO PARA REMOVER MANCHAS COM 1.000ML
2	200,00	UN	4,01	ALCOOL 70% - GEL - FRASCO DE 500 GR. HIDRATADO. EMBALAGEM PLÁSTICA COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO. MARCA DO FABRICANTE. PRAZO DE VALIDADE DE 2 ANOS APÓS A DATA DE ENTREGA. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE
3	300,00	CX	66,24	ÁLCOOL 70%, FRASCO DE 1 LITRO. CAIXA COM 12 UNIDADES. NA EMBALAGEM DEVERA ESTAR IMPRESSO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER NO MÍNIMO 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
4	40,00	UN	41,85	BACIA PLÁSTICA REDONDA TAMANHO MÍNIMO: 32 LITROS
5	20,00	UN	37,00	CABOS DE ALUMÍNIO COM SUPORTE PLÁSTICO PARA ENCAIXE DO MOP ÚMIDO COMP. 1,46M X LARGURA 20 CM PESO APROX. 0,435KG.
6	6,00	UN	350,00	CAPACHO PARA PORTAS TAMANHO 1,60M X 80 CM COR AZUL MARINHO.
7	10,00	UN	71,50	COLETORES COM TAMPA BASCULANTE - CAPACIDADE PARA 60 LITROS NA COR AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO.
8	2,00	UN	67,50	CONJUNTO DE MOP PO PROFISSIONAL 80CM 100% ACRILICO COM CABO DE ALUMINIO.
9	2.500,00	UN	15,20	DESINFETANTE - LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO. CONCENTRADO PARA FAZER 5 LITROS. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZILAMONIO, 8%.
10	2.200,00	FR	1,42	DETERGENTE PARA LOUÇAS 500 ML, ESSÊNCIA DE MAÇÃ, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIONICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, CONSERVANTE, METIL-ISOTIAZOLINONA, SEQUESTRANTE, ESPESANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA, VEÍCULO.
11	50,00	UN	24,30	DISCO LIMPADOR VERDE PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL; COM DIAMETRO DE 270MM
12	25,00	UN	23,50	DISCO REMOVEDOR BRANCO PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL; COM DIAMETRO DE 270 MM.
13	25,00	UN	34,80	DISCO REMOVEDOR BRANCO PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL DIAMETRO DE 440 MM
14	25,00	UN	23,50	DISCO REMOVEDOR PRETO PARA ENCERADEIRA, EM FIBRA SINTÉTICA E MINERAL ABRASIVO, PARA ENCERADEIRA DE USO INDUSTRIAL, COM DIAMETRO DE 270MM.
15	25,00	UN	34,80	DISCO REMOVEDOR VERDE PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL DIAMETRO DE 440 MM
16	2,00	UN	1.163,00	ENCERADEIRA LAVADORA DE PISOS FRIOS PROFISSIONAL 30 KG, DIMENSÕES 1100X350X350MM. COMPATÍVEL COM A MARCA CLEANER.
17	10,00	UN	420,00	ESCADA DE ALUMÍNIO COM 6 DEGRAUS
18	50,00	UN	2,86	ESCOVA DE MÃO PARA LAVAR MULTIUSO COM CERDAS DE POLIPROPILENO.
19	1.200,00	UN	0,85	ESPONJA SINTÉTICA PARA LIMPEZA COM ESPUMA DE POLIURETANO , COM ABRASIVO EM UMA FACE, TIPO DUPLA FACE, ANTIBACTÉRIAS, FORMATO QUADRADO.
20	40,00	UN	199,30	ESPREMEDOR PARA BALDE DOBLO 30 LITROS
21	10,00	UN	215,00	ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DE COLETORES - ESTRUTURAS METÁLICAS COM PINTURA ELETROSTÁTICA. COMPATIVEL COM OS COLETORES.
22	2,00	PCT	22,30	HASTE EM PLÁSTICO PARA MOP LÍQUIDO, COMPRIMENTO 1,46M, LARGURA 20CM, EMBALAGEM COM 15 UNIDADES.
23	400,00	LT	2,395	HIPOCLORITO DE SÓDIO À 1 % 1000ML
24	1,00	UN	1.180,00	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO K 3.85M 1.740 LIBRAS 220V - PORTA - ACESSÓRIOS E ESPAÇO PARA ARMAZENAR O CABO ELÉTRICO E A MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO, RODAS LARGAS E ALÇAS QUE FACILITAM O TRANSPORTE, DESIGN VERTICAL E ROBUSTO, POTÊNCIA MÁXIMA 1740.
25	200,00	UN	32,36	LIXEIRA COM PEDAL CAPACIDADE DE 30 LITROS NA COR BRANCA, PLÁSTICA
26	1,00	UN	34,66	LIXEIRA GRANDE- PLÁSTICA, NA COR PRETA. CAPACIDADE: 40 LITROS. COM TAMPA.

27	500,00	PAR	3,565	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO M. COR VERDE.
28	500,00	PAR	3,565	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO P. COR VERDE.
29	200,00	PAR	3,565	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO G. COR VERDE.
30	200,00	UN	14,30	MOP UMIDO PEQUENO 190GR, SUPORTE DE POLIPROPILENO (REFIL) E FIO DE NO MINIMO 85% DE ALGODÃO.
31	200,00	UN	18,40	MOP UMIDO PROFISSIONAL 350 GR COM LOOP, COR CRUA 85% DE ALGODÃO E 15% POLIESTER.
32	50,00	UN	31,52	PÁ COLETORA - CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMINIO COM MANOPLA DE FORMATO ANATÔMICO.
33	350,00	UN	5,9166	PANO DE CHÃO TIPO ALGODÃO MEDINDO 1,25 X 0,38M
34	250,00	UN	2,365	PANO DE PRATO 40 x 60 CM 100% ALGODÃO
35	4.160,00	PCT	2,90	PAPEL HIGIÊNICO, PCT COM 4 UNIDADES - NA COR BRANCO NEVE. COM FOLHA SIMPLES DE ALTA QUALIDADE. GORFADO E PICOTADO. NEUTRO, COM RELEVO. COMPOSTO DE 100% CELULOSE. EMBALAGEM QUE PERMITA VISIBILIDADE DO PRODUTO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 CM X 60 M. LAUDO MICROBIOLÓGICO DE ACORDO COM A PORTARIA 1480 DE 31/12/90.
36	100,00	UN	3,62	PASTA SAPONÁCEA ROSA A BASE DE SABÃO DE COCO, GLICERINA E AGENTE MINERAL COM 500GR
37	20,00	UN	39,10	RODO COM ESPUMA PVA.CABO EM ALUMINIO 0,8 MM C/ 1,45 M DE COMPRIMENTO PODENDO SER AJUSTADO O SEU TAMANHO A PARTIR DE REGULAGEM DE ALTURA, CABO EM ALUMINIO ANODIZADO O QUE EVITA A OXIDAÇÃO DO ALUMINIO, CABO C/ ÂNGULO CURVADO NA EXTREMIDADE INFERIOR DO CABOQUE PERMITE A LIMPEZA EM BAIXO DE MOVEIS, REGULAGEM PARA MELHOR FIRMEZA E APROVEITAMENTO DA ESPUMA.
38	40,00	UN	15,30	RODO DE ESPUMA 38 CM (REFIL) PARA RODO DE ESPUMA COM ESPREMEDOR DUPLO NOBRE MAGICO .
39	50,00	UN	4,52	RODO DUPLO DE BORRACHA 30 CM, CABO DE MADEIRA, ROSQUEADOR, ENVOLTO EM PROTEÇÃO PLÁSTICA VERDE.
40	25,00	PCT	4,91	SABÃO EM BARRA 1 KG PCT C/ 5 UNID, COMPOSIÇÃO: SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE SEBO E SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, PERFUME, PIGMENTO E ÁGUA. ESSÊNCIA NEUTRA.
41	400,00	EMB	27,85	SABONETE LIQUIDO GLICERINADO - EMBALAGEM COM 5 LITROS. ANTISSEPTICO COM TRICLOSAN. DIVERSAS FRAGRÂNCIAS
42	500,00	UN	29,00	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO C/ TARJA VERMELHA 60 LITROS PCT COM 100 UNIDADES
43	500,00	UN	48,00	SACO DE LIXO HOSPITALAR BRANCO COM TARJA VERMELHA DE 100 LITROS
44	400,00	PCT	34,3333	SACO DE LIXO PRETO 100 LITROS - PACOTE COM 100 UNIDADES
45	300,00	PCT	26,6233	SACO DE LIXO PRETO 60 LITROS - PACOTE COM 100 UNIDADES
46	8,00	UN	41,15	SUPORTE PARA DISCO DE ENCERADEIRA PROFISSIONAL DE 350MM, EM MADEIRA, COM VELCRO, COMPATIVEL COM A MARCA CLEANER.
47	8.269,00	UN	12,01	TOALHA DE PAPEL - TIPO LISO; APRESENTACAO INTERFOLHAS, 02 DOBRAS; MEDINDO 23 X 23CM; DE PRIMEIRA QUALIDADE; NA COR BRANCA, PACOTE COM 1250 UNIDADES
48	100,00	UN	5,35	VASSOURA TIPO COMUM, CABO DE MADEIRA, CERDAS FINAS E FABRICADAS EM NYLON.

LEIA-SE no Anexo II do Edital de Licitação - Pregão Presencial nº.
34/2014 - FMS

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	3.000,00	LT	1,66	ÁGUA SANITÁRIA, PARA LIMPEZA GERAL E DESINFECÇÃO, CONTENDO EM SUA COMPOSIÇÃO CLORO ATIVO, ENTRE 2% E 2,5%, HIDROXIDO DE SÓDIO, EMBALAGEM PLÁSTICA PARA NO MÍNIMO 1 LITRO, COM REGISTRO NA ANVISA. VALIDADE DE PRODUTO MÍNIMO SEIS MESES.
2	200,00	CX	53,44	ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL, COM CONCENTRAÇÃO DE 68% A 72%, PARA USO GERAL EM HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES, (MÓVEIS, ETC) EMBALADO EM FRASCO PET COM 500G. ACONDICIONADO EM CAIXA COM 12 LITROS, CONFECCIONADA EM PAPELÃO RESISTENTE QUE SUPORTE EMPILHAMENTO; COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO E DO FABRICANTE. A EMBALAGEM DEVERÁ OSTENTAR A IDENTIFICAÇÃO DE CERTIDÃO OBTIDA NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO - SBC, DEMONSTRANDO CONFORMIDADE Á NORMA BNR 5991:1997, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, CONFORME EXIGÊNCIA DA ORTARIA N. 15 DO INMETRO, DE 29-01-2001. DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE INDICADOS NO PRODUTO E NA CAIXA. VALIDADE MÍNIMA: 24 MESES A PARTIR DE CADA PEDIDO DE ENTREGA.
3	100,00	CX	66,7533	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, COM TEOR ALCOÓLICO DE 70° INPM, SEM PERFUME, EMBALAGEM PET DE 1 LITRO. ACONDICIONADO EM CAIXA COM 12 LITRO. CONFECCIONADA EM PAPELÃO RESISTENTE QUE SUPORTE EMPILHAMENTO; COM IDENTIFICAÇÃO DO NOME DO PRODUTO E DO FABRICANTE. A EMBALAGEM DEVERÁ OSTENTAR A IDENTIFICAÇÃO DE CERTIDÃO OBTIDA NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE CERTIDÃO - SBC, DEMONSTRANDO CONFORMIDADE Á NORMA BNR 5991:1997, DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA N. 15 DO INMETRO, DE 29-01-2001. DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE INDICADOS NO PRODUTO E NA CAIXA. VALIDADE MÍNIMA: 24 MESES A PARTIR DE CADA PEDIDO DE ENTREGA.

4	40,00	UN	45,5333	BACIA PLÁSTICA REDONDA TAMANHO MÍNIMO: 32 LITROS
5	10,00	UN	31,5066	CABOS DE ALUMÍNIO COM SUPORTE PLÁSTICO PARA ENCAIXE DO MOP ÚMIDO COMP. 1,46M X LARGURA 20 CM PESO APROX. 0,435KG.
6	6,00	UN	361,3333	CAPACHO PARA PORTAS TAMANHO 1,60M X 80 CM COR AZUL MARINHO.
7	10,00	UN	75,15	COLETORES COM TAMPA BASCULANTE - CAPACIDADE PARA 60 LITROS NA COR AZUL, AMARELO, VERDE E VERMELHO.
8	2,00	UN	73,8166	CONJUNTO DE MOP PO PROFISSIONAL 80CM 100% ACRILICO COM CABO DE ALUMINIO.
9	1.800,00	UN	15,1333	DESINFETANTE - LIMPADOR BACTERICIDA PERFUMADO 250ML, CONCENTRADO PARA FAZER 5 LITROS. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZILAMONIO, 8%, FRAGRÂNCIA FLORAL.
10	1.800,00	UN	1,89	DETERGENTE PARA LOUÇAS GLICERINADO, NEUTRO TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, BIODEGRADÁVEL E CONSISTENTE, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR CARACTERÍSTICA DE FLUIDEZ, VISCOSIDADE E CONCENTRAÇÃO QUE GARANTA UM BOM RENDIMENTO. FRASCO DE 500ML. DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM CAIXAS DE PAPELÃO CONTENDO 24 UNIDADES POR CAIXA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 24 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL.
11	25,00	UN	24,4666	DISCO LIMPADOR VERDE PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL; COM DIAMETRO DE 270MM
12	15,00	UN	24,20	DISCO REMOVEDOR BRANCO PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL; COM DIAMETRO DE 270 MM.
13	15,00	UN	36,1666	DISCO REMOVEDOR BRANCO PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL DIAMETRO DE 440 MM
14	10,00	UN	24,1333	DISCO REMOVEDOR PRETO PARA ENCERADEIRA, EM FIBRA SINTÉTICA E MINERAL ABRASIVO, PARA ENCERADEIRA DE USO INDUSTRIAL, COM DIAMETRO DE 270MM.
15	10,00	UN	36,1333	DISCO REMOVEDOR VERDE PARA ENCERADEIRA; EM FIBRA SINTETICA E MINERAL ABRASIVO; PARA ENCERADEIRA USO INDUSTRIAL DIAMETRO DE 440 MM
16	2,00	UN	1.204,3333	ENCERADEIRA LAVADORA DE PISOS FRIOS PROFISSIONAL 30 KG, DIMENSÕES 1100X350X350MM. COMPATÍVEL COM A MARCA CLEANER.
17	3,00	UN	425,00	ESCADA DE ALUMÍNIO COM 6 DEGRAUS
18	10,00	UN	7,45	ESCOVA PARA LAVAR MULTIUSO COM CERDAS RESISTENTES. COM CABO ERGONÔMICO, COM CERDAS DE POLIPROPILENO, SE ENCAIXA PERFEITAMENTE NA MÃO PARA USO DE DESTROS E CANHOTOS.
19	1.200,00	UN	0,8433	ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE DE POLIURETANA E FIBRA SINTÉTICA, MEDINDO 110 X 75 X 23 MM, ABRASIVIDADE MÉDIA, NA COR VERDE/AMARELO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADA EM CAIXA.
20	10,00	UN	261,3933	ESPREMEDOR PARA BALDE DOBLO 30 LITROS
21	10,00	UN	275,00	ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO DE COLETORES - ESTRUTURAS METÁLICAS COM PINTURA ELETROSTÁTICA. COMPATÍVEL COM OS COLETORES.
22	2,00	PCT	24,0966	HASTE EM PLÁSTICO PARA MOP LÍQUIDO, COMPRIMENTO 1,46M, LARGURA 20CM, EMBALAGEM COM 15 UNIDADES.
23	400,00	LT	3,1933	HIPOCLORITO DE SÓDIO À 1 % 1000ML
24	1,00	UN	1.376,6666	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO K 3.85M 1.740 LIBRAS 220V - PORTA - ACESSÓRIOS E ESPAÇO PARA ARMAZENAR O CABO ELÉTRICO E A MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO, RODAS LARGAS E ALÇAS QUE FACILITAM O TRANSPORTE, DESIGN VERTICAL E ROBUSTO, POTÊNCIA MÁXIMA 1740.
25	50,00	UN	43,7633	LIXEIRA COM PEDAL CAPACIDADE DE 30 LITROS NA COR BRANCA, PLÁSTICA
26	1,00	UN	38,14	LIXEIRA GRANDE- PLÁSTICA, NA COR PRETA. CAPACIDADE: 40 LITROS. COM TAMPA.
27	100,00	PAR	3,4866	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO M. COR VERDE.
28	100,00	PAR	3,4866	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO P. COR VERDE.
29	100,00	PAR	3,4866	LUVAS PARA LIMPEZA. 100% LÁTEX NATURAL . FRISOS ANTIDERRAPANTES. FORMATO ANATÔMICO E CANO LONGO. TAMANHO G. COR VERDE.
30	50,00	UN	15,4666	MOP UMIDO PEQUENO 190GR, SUPORTE DE POLIPROPILENO (REFIL) E FIO DE NO MÍNIMO 85% DE ALGODÃO.
31	50,00	UN	18,4166	MOP UMIDO PROFISSIONAL 350 GR COM LOOP, COR CRUA 85% DE ALGODÃO E 15% POLIESTER.
32	25,00	UN	36,2666	PÁ COLETORA - CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E CABO DE ALUMINIO COM MANOPLA DE FORMATO ANATÔMICO.
33	200,00	UN	6,0166	PANO DE CHÃO, TIPO SACA ALVEJADA, MEDINDO 50X70CM- PARA LIMPEZA, BRANCA, DUPLA COM NO MÍNIMO 90% ALGODÃO, COM GRAMATURA DE 160 A 180 GRAMAS, COM COSTURA OVERLOCK. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE CONTENDO UMA UNIDADE EM CADA.
34	150,00	UN	2,78	PANO DE COPA 50X70CM, COR BRANCA COM BAINHA COM NO MÍNIMO DE GRAMATURA DE 70 GRAMAS BEM FECHADO
35	2.500,00	PCT	3,5033	PAPEL HIGIÊNICO, PCT COM 4 UNIDADES - NA COR BRANCO. COM FOLHA SIMPLES DE ALTA QUALIDADE. GORFADO E PICOTADO. NEUTRO. COMPOSTO DE 100% CELULOSE VIRGEM. EMBALAGEM QUE PERMITA VISIBILIDADE DO PRODUTO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 CM X 60 M. LAUDO MICROBIOLÓGICO DE ACORDO COM A PORTARIA 1480 DE 31/12/90.

36	3.000,00	PCT	13,64	PAPEL TOALHA, FOLHA INTERCALADA, 100% CELULOSE VIRGEM, NA COR BRANCA, ALTA ALVURA, SEM PIGMENTAÇÃO ORIUNDA DA UTILIZAÇÃO DE APARES DE MATERIAL IMPRESSO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGÊNEA DAS FIBRAS AO LONDO DO PAPEL, MACIO, MEDINDO NO MÍNIMO 20X21CM, EM PACOTES COM 1000 FOLHAS.
37	50,00	UN	3,6466	PASTA SAPONÁCEA ROSA A BASE DE SABÃO DE COCO, GLICERINA E AGENTE MINERAL COM 500GR
38	10,00	UN	39,5666	RODO COM ESPUMA PVA.CABO EM ALUMÍNIO 0,8 MM C/ 1,45 M DE COMPRIMENTO PODENDO SER AJUSTADO O SEU TAMANHO A PARTIR DE REGULAGEM DE ALTURA, CABO EM ALUMÍNIO ANODIZADO O QUE EVITA A OXIDAÇÃO DO ALUMÍNIO, CABO C/ ÂNGULO CURVADO NA EXTREMIDADE INFERIOR DO CABOQUE PERMITE A LIMPEZA EM BAIXO DE MOVEIS, REGULAGEM PARA MELHOR FIRMEZA E APROVEITAMENTO DA ESPUMA.
39	10,00	UN	15,4666	RODO DE ESPUMA 38 CM (REFIL) PARA RODO DE ESPUMA COM ESPREMEDOR DUPLO NOBRE MAGICO .
40	10,00	UN	4,5433	RODO DUPLO DE BORRACHA 30 CM, CABO DE MADEIRA, ROSQUEADOR, ENVOLTO EM PROTEÇÃO PLÁSTICA VERDE.
41	25,00	UN	7,4466	SABÃO EM BARRA: NEUTRO; MULTIUSO; BIODEGRADÁVEL; GLICERINADO; TESTADO DERMATOLOGICAMENTE; APLICAÇÃO: LIMPEZA EM GERAL; PESO: 200 GRAMAS; PACOTE COM 5 (CINCO) BARRAS. APRESENTAR PROPOSTA REGISTRO NA ANVISA.
42	120,00	EMB	35,4666	SABONETE LIQUIDO GLICERINADO - EMBALAGEM COM 5 LITROS. ANTISSEPTICO COM TRICLOSAN. DIVERSAS FRAGRÂNCIAS
43	150,00	PCT	71,9666	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO.
44	150,00	PCT	39,4833	SACO DE POLIETILENO, PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO COR BRANCO LEITOSO, CAPACIDADE PARA 50 LITROS DEVENDO ESTAR ESTAMPADO NUMA DAS FACES O SIMBOLO DE RISCO DA SUBSTÂNCIA INFECTANTE, CUJAS DIMENSÕES, CORES E INSCRIÇÕES DEVERÃO SEGUIR OS PADRÕES DEFINIDOS PELA NBR 9195, 9191 E NBR/ABNT/7.500. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LAUDO DE ENSAIO TÉCNICO DO PRODUTO.
45	150,00	PCT	67,7666	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 75CM X 105CM, (VARIAÇÃO DE MAIS OU MENOS 1CM), COM NO MÍNIMO 0,10MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES, O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. APRESENTAR NA PROPOSTA ENSAIOS PREVISTOS NA NBR 9191:2008
46	150,00	PCT	39,9333	SACO DE LIXO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, CAPACIDADE 50 LITROS, MEDINDO 63CM X 80CM, COM NO MÍNIMO 0,08MM DE ESPESSURA, DE QUALQUER COR, EXCETO BRANCO; EMBALADOS EM PACOTES COM 10 UNIDADES E ACONDICIONADOS EM FARDO RESISTENTE COM 50 PACOTES. O MATERIAL NÃO PODE EXPELIR ODOR DESAGRADÁVEL. APRESENTAR NA PROPOSTA ENSAIOS PREVISTOS NA NBR 9191:2008.
47	8,00	UN	41,5166	SUPORTE PARA DISCO DE ENCERADEIRA PROFISSIONAL DE 350MM, EM MADEIRA, COM VELCRO, COMPATIVEL COM A MARCA CLEANER.
48	50,00	UN	10,5466	VASSOURA COM CERDAS DE POLIPROPILENO, APROXIMADAMENTE 10CM DE COMPRIMENTO, ESPESURA MÉDIA DE 0,08MM, DISPOSTAS EM NO MÍNIMO 4 CARREIRAS DE TUFOS JUSTAPOSTOS HOMOGÊNEOS DE MODO A PREENCHER TODA A BASE, COM (25 FIOS POR TUFOS PLUMADOS), FIXAÇÃO DAS CERDAS A BASE DEVERÁ SER FIRME E RESISTENTE, COM 64 TUFOS APROXIMADOS PLUMADOS A BASE DE POLIPROPILENO COM CABO DE METAL, APROXIMADAMENTE 1,20M EM CAPA REVESTIDA EM POLIPROPILENO COM EMBORRACHADO NA PONTA PARA ROSQUEAR COM FACILIDADE NA BASE DA VASSOURA E COM GANCHO NA OUTRA PONTA DO CABOPARA PENDURAR, COM PERFEITO ACABAMENTO, USO DOMÉSTICO.

.As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 08 de setembro de 2014.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 58/2014 - FMS**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BIGUAÇU, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 11/09/2014, às 13h59min do dia 23/09/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 23/09/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 11/09/2014.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde Portaria Nº 2109/2014

PORTARIA nº 2109 de 08 de setembro de 2014

ERRATA:

Na portaria 2106/2014, de licença para tratamento de saúde do servidor Sebastião Paulo Bahia, ocorreu um equívoco quanto ao período.

Portaria 2106 de 05 de setembro de 2014:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO PAULO BAHIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7674/2014 em anexo no período de 04/08/2014 a 01/10/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO PAULO BAHIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude

de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7674/2014 em anexo no período de 01/09/2014 a 30/10/2014.

Biguaçu, 08 de setembro de 2014.

João Luiz Luz

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 3502/2014

LEI Nº 3502/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA ANGELO RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Airton Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Ângelo Ribeiro, a via pública que inicia a primeira direita, partindo da Rua Tibagi, lat.27º30'40.6113" S, long.48º38' 15.7150" O e finaliza no encontro com a Rua Tiete, lat 27º 30 42.6540" S, long 48º 18.9265" O, no Bairro Saveiro - Biguaçu-SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2014.

Vereador Manoel Airton Pereira
Presidente

Lei nº 3502/2014, de 04/09/2014

Promulgada em 04/09/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Legislativo Nº 88-14 (02-09-2014). Dispõe Sobre A Instituição do Turno Único de Atendimento ao Público Na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste E Dá Outras Providências.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 088/14, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO TURNO ÚNICO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III e com o Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

CONSIDERANDO: Que a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC adotou o turno único de atendimento ao público a partir de 01/09/2014 estende-se este também a Câmara municipal de Vereadores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias de atendimento e serviço público na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, a ser cumprido no período compreendido entre às 07:00 horas e às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º. O turno único instituído no artigo 1º desta Lei vigorará a partir de 08/09/2014, até 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: O Poder Legislativo poderá, caso entenda conveniente, prorrogar o turno único.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a contar de 08 de setembro de dois mil e quatorze.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013, vigorando seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 02 de setembro de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Leisi Rauber Wandscheer
1º Secretária da Mesa Diretora

Contrato Adm Nº 66/2014

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 66/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: WALMIR RIPKE

Objeto: Aquisição de cascalho para estradas vicinais do interior do município.

Valor: R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais).

Vigência: 08 de setembro a 30 de outubro de 2014.

Assinatura: 08 de setembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

RREO 4º 2014

Página: 1 de 3
08/09/2014 09:43

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
		(a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.836.296,12	14,42	7.995.898,27	62,81	4.734.411,73
Receitas Correntes	10.595.560,00	10.595.560,00	1.509.967,15	14,25	6.770.518,27	63,90	3.825.041,73
Receita Tributária	511.000,00	511.000,00	54.502,88	10,67	340.185,52	66,57	170.814,48
Impostos	419.000,00	419.000,00	48.287,01	11,52	267.272,45	63,79	151.727,55
Taxas	52.000,00	52.000,00	1.507,39	2,90	42.448,48	81,63	9.551,52
Contribuição de Melhoria	40.000,00	40.000,00	4.708,48	11,77	30.464,59	76,16	9.535,41
Receita De Contribuições	20.000,00	20.000,00	3.109,38	15,55	12.300,74	61,50	7.699,26
Contribuições Econômicas	20.000,00	20.000,00	3.109,38	15,55	12.300,74	61,50	7.699,26
Receita Patrimonial	41.000,00	41.000,00	12.383,21	30,20	48.421,51	118,10	-7.421,51
Receitas De Valores Mobiliários	41.000,00	41.000,00	12.383,21	30,20	48.421,51	118,10	-7.421,51
Receita Agropecuária	45.000,00	45.000,00	8.392,78	18,65	24.590,33	54,65	20.409,67
Outras Receitas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	8.392,78	18,65	24.590,33	54,65	20.409,67
Receita De Serviços	171.000,00	171.000,00	33.167,31	19,40	129.888,67	75,95	41.131,33
Transferências Correntes	9.756.160,00	9.756.160,00	1.394.462,75	14,29	6.206.160,59	63,61	3.549.999,41
Transferências Intergovernamentais	9.756.160,00	9.756.160,00	1.394.462,75	14,29	6.206.160,59	63,61	3.549.999,41
Outras Receitas Correntes	51.400,00	51.400,00	3.948,84	7,68	8.990,91	17,49	42.409,09
Multas E Juros De Mora	19.020,00	19.020,00	1.030,72	5,42	3.327,47	17,49	15.692,53
Receita Da Dívida Ativa	32.380,00	32.380,00	2.918,12	9,01	5.663,44	17,49	26.716,56
Receitas De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	326.328,97	15,29	1.225.380,00	57,40	909.370,00
Alienação De Bens	-	-	-	-	99.850,00	-	-99.850,00
Alienação De Bens Móveis	-	-	-	-	99.850,00	-	-99.850,00
Transferências De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	326.328,97	15,29	1.125.530,00	52,72	1.009.220,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	306.331,30	-	306.331,30	-	-306.331,30
Transferências De Convênios	2.134.750,00	2.134.750,00	19.997,67	0,94	819.198,70	38,37	1.315.551,30
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.836.296,12	14,42	7.995.898,27	62,81	4.734.411,73

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.836.296,12	14,42	7.995.898,27	62,81	4.734.411,73
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.836.296,12	14,42	7.995.898,27	62,81	4.734.411,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	-	831.142,31	-	-	634.910,52	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	831.142,31	-	-	634.910,52	-	-

Página: 3 de 3
08/09/2014 09:43

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
								(g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	12.730.310,00	1.594.078,35	14.324.388,35	1.513.309,54	9.375.809,07	2.111.497,39	7.530.955,63	6.793.432,72
Despesas Correntes	9.093.094,00	934.186,89	10.027.280,89	1.288.046,99	6.741.648,67	1.555.840,64	5.956.773,02	4.070.507,87
Pessoal e Encargos Sociais	4.791.094,00	248.529,21	5.039.623,21	775.802,04	3.302.852,34	846.262,04	3.153.798,34	1.885.824,87
Juros e Encargos Da Dívida	100.000,00	-	100.000,00	7.126,72	36.468,98	7.126,72	36.468,98	63.531,02
Outras Despesas Correntes	4.202.000,00	685.657,68	4.887.657,68	505.118,23	3.402.327,35	702.451,88	2.766.505,70	2.121.151,98
Despesas De Capital	3.627.216,00	659.891,46	4.287.107,46	225.262,55	2.634.160,40	555.656,75	1.574.182,61	2.712.924,85
Investimentos	3.287.216,00	659.891,46	3.947.107,46	169.706,99	2.411.938,16	500.101,19	1.351.960,37	2.595.147,09
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	340.000,00	-	340.000,00	55.555,56	222.222,24	55.555,56	222.222,24	117.777,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	12.730.310,00	1.594.078,35	14.324.388,35	1.513.309,54	9.375.809,07	2.111.497,39	7.530.955,63	6.793.432,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)								
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	12.730.310,00	1.594.078,35	14.324.388,35	1.513.309,54	9.375.809,07	2.111.497,39	7.530.955,63	6.793.432,72
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	464.942,64	-
TOTAL(XIV)=(XIII+XII)	12.730.310,00	1.594.078,35	14.324.388,35	1.513.309,54	9.375.809,07	2.111.497,39	7.995.898,27	6.793.432,72

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 08/Set/2014, 09h e 41m.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJOKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		
							(b/a)	%	
Urbanismo	1.578.750,00	1.651.211,77	50.960,11	867.337,03	101.303,88	318.419,59	4,23	19,28	1.332.792,18
Infra-Estrutura Urbana	1.156.750,00	1.229.211,77	4.590,59	594.847,50	43.980,58	71.081,17	0,94	5,78	1.158.130,60
Serviços Urbanos	350.000,00	350.000,00	38.026,09	234.164,23	48.979,87	209.013,12	2,78	59,72	140.986,88
Energia Elétrica	72.000,00	72.000,00	8.343,43	38.325,30	8.343,43	38.325,30	0,51	53,23	33.674,70
Habitação	33.000,00	33.000,00	1.260,12	1.336,46	1.260,12	1.336,46	0,02	4,05	31.663,54
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	1.260,12	1.336,46	1.260,12	1.336,46	0,02	5,81	21.663,54
Gestão Ambiental	14.500,00	14.500,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	0,77	14.388,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	112,00	0,00	112,00	0,00	1,12	9.888,00
Agricultura	1.440.000,00	1.617.127,39	120.622,73	1.375.468,29	411.777,28	1.241.954,09	16,49	76,80	375.173,30
Promoção da Produção Animal	125.000,00	165.100,00	12.912,25	137.310,01	17.769,34	115.897,10	1,54	70,20	49.202,90
Extensão Rural	1.315.000,00	1.452.027,39	107.710,48	1.238.158,28	394.007,94	1.126.056,99	14,95	77,55	325.970,40
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00	132,89	530,82	0,01	8,85	5.469,18
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00	132,89	530,82	0,01	8,85	5.469,18
Transporte	1.527.716,00	1.841.337,16	165.930,65	1.099.416,83	194.568,31	1.062.930,20	14,11	57,73	778.406,96
Transporte Rodoviário	1.527.716,00	1.841.337,16	165.930,65	1.099.416,83	194.568,31	1.062.930,20	14,11	57,73	778.406,96
Desporto e Lazer	701.500,00	709.500,00	24.377,71	134.457,75	27.123,68	107.411,70	1,43	15,14	602.088,30
Desporto Comunitário	701.500,00	709.500,00	24.377,71	134.457,75	27.123,68	107.411,70	1,43	15,14	602.088,30
Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	79.307,45	329.849,69	79.307,45	329.849,69	4,38	58,90	230.150,31
Serviço da Dívida Interna	560.000,00	560.000,00	79.307,45	329.849,69	79.307,45	329.849,69	4,38	58,90	230.150,31
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	12.730.310,00	14.324.388,35	1.513.309,54	9.375.809,07	2.111.497,39	7.530.955,63	100,00	52,57	6.793.432,72

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 08/Set/2014, 09h e 28m.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	
					(c)=(b)/a	x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	443.260,00	443.260,00	49.108,15	270.457,46		61,02
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	109.440,00	109.440,00	5.228,70	91.436,21		83,55
1.1.1-IPTU	95.000,00	95.000,00	4.408,66	97.507,03		102,64
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	75,74	98,96		3,33
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	610,88	2.517,87		27,98
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	133,42	473,52		19,17
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	9.161,17		
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	14.493,05	59.855,69		58,68
1.2.1-ITBI	102.000,00	102.000,00	14.493,05	59.855,69		58,68
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-		
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-		
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-		
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	12.931,38	58.631,66		44,48
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	12.930,28	58.614,81		48,04
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	1,10	94,66		3,19
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	-	-		-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	-	-		-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	77,81		
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	16.455,02	60.533,90		60,53
1.4.1-IRRF	100.000,00	100.000,00	16.455,02	60.533,90		60,53
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-		
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-		
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-		
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-		
1.5.1-ITR	-	-	-	-		
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-		
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-		
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-		

Página: 2 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)x100
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
2.1-Cota-Parte FPM		9.985.200,00	9.985.200,00	1.355.991,24	6.097.700,78	61,07
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		6.490.000,00	6.490.000,00	817.552,68	3.857.285,61	59,43
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		6.490.000,00	6.490.000,00	817.552,68	3.857.285,61	59,43
2.2-Cota-Parte ICMS		-	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		3.245.000,00	3.245.000,00	507.667,98	2.106.483,62	64,91
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação		47.000,00	47.000,00	2.292,86	9.113,57	19,39
2.5-Cota-Parte ITR		60.500,00	60.500,00	8.449,65	32.262,25	53,33
2.6-Cota-Parte IPVA		2.700,00	2.700,00	6,37	51,92	1,92
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro		140.000,00	140.000,00	20.021,70	92.503,81	66,07
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		-	-	-	-	
		10.428.460,00	10.428.460,00	1.405.099,39	6.368.158,24	61,07

Página: 3 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
		INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-		
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		102.000,00	102.000,00	16.236,21	59.870,35	58,70	
5.1 - Transferências do Salário-Educação		61.000,00	61.000,00	13.448,84	54.351,57	89,10	
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		-	-	-	-		
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		-	-	-	-		
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		-	-	-	-		
5.5 - Outras Transferências do FNDE		40.000,00	40.000,00	2.741,93	5.108,66	12,77	
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		1.000,00	1.000,00	45,44	410,12	41,01	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		71.000,00	71.000,00	14.731,22	44.172,57	62,21	
6.1 - Transferências de Convênios		70.000,00	70.000,00	14.601,12	43.803,36	62,58	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		1.000,00	1.000,00	130,10	369,21	36,92	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-		
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-	-	-	-		
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		173.000,00	173.000,00	30.967,43	104.042,92	60,14	

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB					
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.949.040,00	1.949.040,00	271.197,88	1.219.538,70	62,57
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.250.000,00	1.250.000,00	163.510,49	771.456,92	61,72
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	649.000,00	649.000,00	101.533,42	421.296,03	64,91
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	9.400,00	9.400,00	458,56	1.822,67	19,39
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	12.100,00	12.100,00	1.689,94	6.452,48	53,33
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	540,00	540,00	1,27	10,37	1,92
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB					
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	28.000,00	28.000,00	4.004,20	18.500,23	66,07
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	602.000,00	602.000,00	113.887,37	475.714,17	79,02
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	600.000,00	600.000,00	113.524,17	473.700,06	78,95
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	2.000,00	2.000,00	363,20	2.014,11	100,71
	-1.349.040,00	-1.349.040,00	-157.673,71	-745.838,64	55,29

Página: 4 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	373.000,00	373.000,00	94.566,66	353.829,78	94,86
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	373.000,00	373.000,00	94.566,66	353.829,78	94,86
14-OUTRAS DESPESAS	229.000,00	229.000,00	42.474,19	118.954,52	51,95
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	229.000,00	229.000,00	42.474,19	118.954,52	51,95
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	602.000,00	602.000,00	137.040,85	472.784,30	78,54
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					
VALOR					
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
17.1 - FUNDEB 60%					-
17.2 - FUNDEB 40%					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
INDICADORES DO FUNDEB					
VALOR					
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					472.784,30
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ ((13-(16.1+17.1))/((11)x100)%					74,38
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/((11)x100)%					25,01
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%					0,62

Página: 5 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.607.115,00	2.607.115,00	351.274,85	1.592.039,56	61,07

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1-Creche	380.575,00	403.075,00	54.047,50	218.312,83	54,16
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	380.575,00	403.075,00	54.047,50	218.312,83	54,16
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-
23.2-Pré-Escola	380.575,00	403.075,00	54.047,50	218.312,83	54,16
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.067.000,00	1.082.000,00	216.353,05	788.777,95	72,90
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	602.000,00	602.000,00	137.040,85	472.784,30	78,54
25-ENSINO MÉDIO	465.000,00	480.000,00	79.312,20	315.993,65	65,83
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.447.575,00	1.485.075,00	270.400,55	1.007.090,78	67,81

Página: 6 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

PRRO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-745.838,64
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	2.014,11
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30-31+32-33+34+35+36)	-743.824,53
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	1.750.915,31
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	27,49

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	(f)=(e/d)x100
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	61.000,00	76.209,45	2.316,67	27.057,49	35,50
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	112.000,00	137.133,40	11.995,41	54.613,00	39,82
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	173.000,00	213.342,85	14.312,08	81.670,49	38,28
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	1.620.575,00	1.698.417,85	284.712,63	1.088.761,27	64,10
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-	-	-

Página: 7 de 7
08/09/2014 09:34

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	
	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	473.700,06
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	472.784,30
49.1-Orçamentário do Exercício	472.784,30
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.014,11
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.929,87

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 08/Set/2014, 09h e 30m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 3
08/09/2014 09:37

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	443.260,00	443.260,00	270.457,46	61,01
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	95.000,00	95.000,00	88.345,86	92,99
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	59.855,69	58,68
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	58.537,00	47,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	60.533,90	60,53
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	193,62	3,25
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	2.517,87	18,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	473,52	9,58
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.985.200,00	9.985.200,00	6.097.700,78	61,06
Cota-Parte FPM	6.490.000,00	6.490.000,00	3.857.285,61	59,43
Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	51,92	1,92
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	92.503,81	66,07
Cota-Parte ICMS	3.245.000,00	3.245.000,00	2.106.483,62	64,91
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	32.262,25	53,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.000,00	47.000,00	9.113,57	19,39
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.000,00	47.000,00	9.113,57	19,39
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.428.460,00	10.428.460,00	6.368.158,24	61,06

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	714.000,00	714.000,00	462.345,38	64,75
Provenientes da União	605.000,00	605.000,00	426.517,38	70,49
Provenientes dos Estados	109.000,00	109.000,00	35.828,00	32,86
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	714.000,00	714.000,00	462.345,38	64,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.088.269,00	2.261.794,48	1.692.093,47	74,81	1.362.359,51	60,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.160.769,00	1.300.497,60	930.091,89	71,51	816.841,89	62,80
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	927.500,00	961.296,88	762.001,58	79,26	545.517,62	56,74
DESPESAS DE CAPITAL	279.000,00	237.000,00	118.679,45	50,07	118.679,45	50,07
Investimentos	279.000,00	237.000,00	118.679,45	50,07	118.679,45	50,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.367.269,00	2.498.794,48	1.810.772,92	72,46	1.481.038,96	59,27

Página: 2 de 3
08/09/2014 09:37

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	714.000,00	845.525,48	556.309,00	30,72	458.502,32	30,95
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	714.000,00	845.525,48	556.309,00	30,72	458.502,32	30,95
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	714.000,00	845.525,48	556.309,00	30,72	458.502,32	30,95
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.653.269,00	1.653.269,00	1.254.463,92	69,27	1.022.536,64	69,04
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					16,06	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib) /100]6					67.312,90	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

Página: 3 de 3
08/09/2014 09:37

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.173.269,00	2.304.794,48	1.616.725,36	89,28	1.336.937,76	90,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.000,00	120.000,00	111.973,13	6,18	62.026,77	4,19
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	54.000,00	54.000,00	69.822,89	3,86	69.822,89	4,71
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	12.251,54	0,68	12.251,54	0,83
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.367.269,00	2.498.794,48	1.810.772,92	100,00	1.481.038,96	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, Administração Geral, 08/Set/2014, 09h e 36m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

AIRTON ANTONIO REINEHR

WALTER NAUJORKS

NAIRO CEZAR MORANDINI

JANDREI LUIZ BRUTSCHER

Prefeito Municipal

Sec. de Adm e Fazenda

Contador CRC 020101/0-8

Controle Interno

Bom Retiro

PREFEITURA

074.14 - Decreto Suplementação FMS.Anulação

Decreto N.º 74/2014 de 04.09.2014

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2241/2014 de 04 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado os recursos orçamentários no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0025.2206 - MANUT. ATEND. MÉDICO/ODONT/HOSP/AMBULATORIAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Recurso 01.02 (15% Saúde) R\$ 39.000,00
Total da Suplementação R\$ 39.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.782.050.2038 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 39.000,00
Total Geral da Anulação R\$ 39.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

075.14 - Decreto Suplementação Pmbr

Decreto N.º 75/2014 de 04.09.2014

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2243/2014 de 04 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.361.018.2010 - MERENDA ESCOLAR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
SubTotal R\$ 20.000,00

12.361.018.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 8.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 30.000,00
SubTotal R\$ 38.000,00

12.361.018.2014 - MANUTENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ENS. FUND.
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 8.000,00
SubTotal R\$ 8.000,00
Total da Suplementação R\$ 66.000,00

Art. 2º Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE
12.122.018.2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECR. MUN. DA EDUCAÇÃO
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 46.000,00
SubTotal R\$ 46.000,00

27.812.021.2021 - APOIO AO DESPORTO AMADOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
SubTotal R\$ 20.000,00
Total Geral das Anulações R\$ 66.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

76.14 - Dec. Excesso Arrec.Conv.Redes Elétrica Creche

Decreto N.º 76/14 de 05 de setembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01 - SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
10.365.0018.1002 - CONSTR. AMPL.EQUIP.DE UNID.ESCOLARES
ENS.INFANTIL
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.22 - Recursos Transf.Conv.Educação (2014TR2281)
R\$ 59.913,29
Total R\$ 59.913,29

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o convênio nº 214TR2281 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.22 - Transferência de Convênio -Educação, receita: 24.72.02.02 - TRANSF. CONV. DO EST.EDUC.REDE ELETRICA CRECHE.- com objetivo de instalação elétrica na creche municipal com a finalidade de atender 130 crianças..

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 05 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

800.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Naiara L. Deinani

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 800/14 de 04.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 01 de setembro de 2014, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

801.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Gean Karla Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 801/14 de 04.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições

legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 28 de agosto de 2014, a funcionária Gean Karla Melo, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

802.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Jania Castanheiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 802/14 de 04.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 26 de agosto de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

803.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Larissa R. Cruz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 803/14 de 04.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 28 de agosto de 2014, a funcionária Larissa Regina da Cruz, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

804.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Ivanir B. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 804/14 de 04.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 03, 04 e 05 de setembro de 2014, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Portaria 0141/2014**

PORTARIA Nº 0141/2014

DESIGNA SERVIDOR.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Jean Carlos Correa da Costa Scharf, para responder pelo Setor de Patrimônio, a partir de 05.09.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Nº 32 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LEITE EM PO (LATA 400 GR) (7431)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninho	0	10,7800	1
2	Açucar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	7,2600	1
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafé	0	8,8600	1
4	Café torrado e moído (cx 500gr) (7437)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,6400	1
5	Leite pasteurizado longa vida integral (embalagem tetra pak) (7438)	LTS	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurolat	0	2,4600	1
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,5900	1
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	5,7900	1
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6600	1
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	3,2100	1
14	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3600	1
18	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,3900	1
19	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chileno	0	2,6500	1
20	Adoçante Dietético Líquido Cidamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Adoçil	0	5,2000	1
21	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704);	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H-Leve	0	6,2600	1
22	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705);	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H- Leve	0	22,1800	1
23	VASSOURA NYLON (659)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor v-35	0	7,4700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	PAPEL TOALHA (PCT C/ 02 ROLOS) (1556)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	1,9500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Log	0	2.5500	2
25	VASSOURA DE PALHA (1567)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	9,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Colonial	0	13,4900	2
26	LUSTRA MÓVEIS (200 ML) (1948)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	2,7200	2
27	PANO DE CHÃO ALVEIADO (TRAMA BEM FECHADA) (1950)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,7000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Martim	0	2,9300	2
28	RODO BORRACHA (1951)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Forta	0	6,8300	2
29	PANO MULTI-USO (PCT C/ 5 UND) (1952)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Scotch Brite	0	4,6300	2
30	ESPONJA DE LOUÇA (ESPUMA) DUPLA FACE (1953)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	0,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Cêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tinindo	0	0,8300	2
31	LÃ DE AÇO (PCT C/ 8 UN) (1954)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	0,8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Assolan	0	1,6100	2
32	LIMPA VIDROS 500 ML (2158)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Uau	0	5,2100	2
33	FOSFORO (MAÇO C/ 10 UND) (2159)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FIAT LUX	0	1,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Gaboardi	0	1,8800	2
34	SACO LIXO DE 30 LTS (PCT C/ 10 UND) (2161)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	2,9400	2
35	SACO LIXO DE 50 LTS (PCT C/ 10 UN) (2162)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2
36	SACO DE LIXO DE 100 LTS (PCT C/ 5 UND) (2222)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	0,8700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Starplast	0	3,0100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	OLEO PEROBA (200 ML) (2605)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	5,6300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peroba	0	5,6300	2
38	DESODORIZADOR SANITÁRIO (PEDRA) (2855)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	'SANY BRIL	0	0,5400	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SAni-all	0	0,8000	2
39	PAPEL HIGIÊNICO (PCT C/8 UNID) BRANCO COM 60 MT (4724)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	4,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bob	0	6,8200	2
40	RODO C/ESPUMA (4725)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	2,4700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	5,2500	2
41	Sabão em pó (pct 1kg) (7447)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ULTRAGLASS	0	2,6000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	4,0800	2
42	Desinfetante líquido - frasco de 2lt (7452)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,5100	2
43	Amaciante de roupas - frasco de 2lt (7453)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	2,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 32/2013 Data do Registro: 24/09/2013 Válido até: 24/09/2014**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	3,4900	2
44	Água sanitária - frasco de 2lt (7454)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	1,8200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Girando sol	0	2,8400	2
45	Detergente de louça - frasco de 500ml (7458)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	0,8800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ype	0	1,1300	2
46	Vassoura tipo escova c/cabo (7494)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	5,4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Condor	0	6,5000	2
47	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	JUMBINHO	0	2,4000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Blummy	0	3,8700	2
48	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	9,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sequinel	0	18,3000	2
49	Álcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro. (11874)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	2,9900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Araucaria	0	3,6500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Luvras de borracha tamanho M (7728)	PAR	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	1,9300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ideatex	0	4,0300	2
51	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLASR	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CDK	0	6,1000	2
52	Saponáceo de detergente cremoso com 300ml (8224)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	1,6200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Font	0	3,0600	2
53	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo. (7731)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TUBARÃO	0	6,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Embrast	0	6,4200	2
54	Cera líquida auto-brilho incolor (750ml) (7733)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOL	0	4,4900	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Facil	0	5,8900	2
55	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas: 42x70cm. (7734)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,4300	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sol	0	2,7600	2
56	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 32/2013			Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014		
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jota	0	2,4400	2
57	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,3000	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HJR	0	1,0800	2
58	Copos plásticos descartáveis de 180ml - pct com 100und (7737)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MASTERCOP	0	1,9700	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Totalplast	0	3,0900	2
59	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcarbono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	5,4600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7100	2
60	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,7500	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	7,7500	2
61	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	5,4200	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	No Ar	0	5,4200	2
62	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar. funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	nobre	0	28,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 32/2013 Data do Registro: 24/09/2013 Válido até: 24/09/2014						
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	28.3000
63	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	23.5200
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Bom Ar	0	23.5200
64	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico.Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	33.1000
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	33.1000
65	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água (8544)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	5.8500
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	10.8800
66	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	22.0200
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	22.0200
67	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	4.4900
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Brilho Fácil	0	5.8900
68	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	50.0800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sony	0	50,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Super Gasbras	0	48,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2013

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 32/2013		Data do Registro: 24/09/2013		Válido até: 24/09/2014	
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2013
PROCESSO Nº 60/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 39/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 39/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 33/2014

Objeto: aquisição de produtos para cestas básicas. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 19/09/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

Lei Nº 3.747, de 08 de Setembro de 2014

LEI nº 3.747, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza a abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar e especial no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais), para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80	SAMAE		
Unidade: 01	Administração		
Função:004	Administração		
SubFunção: 122	Administração Geral		
Programa: 300	Administração SAMAE		
Atividade: 2292	Contribuição Ao Pasep		
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00	
Recursos:			Próprios
Vínculo:			20.000

Órgão: 80 SAMAE
 Unidade: 02 Técnica
 Função: 017 Saneamento
 SubFunção: 512 Saneamento Básico urbano
 Programa: 301 Sistema de Água
 Atividade: 2293 Operação e Manutenção do Sistema de Água
 Despesa: 3.1.91.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre órgãos. 20.000,00
 Despesa: 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 840.000,00
 Recursos: Próprios
 Vinculo: 20.000

Art. 2º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta de excesso de arrecadação, conforme art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º O valor de R\$ 580.000,00 (Quinhentos e Oitenta Mil Reais), será para cobertura da seguinte dotação do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto:

Órgão: 80 SAMAE
 Unidade: 03 Encargos Gerais do SAMAE
 Função: 028 Encargos Especiais
 SubFunção: 843 Serviço da Dívida Interna
 Programa: 303 Precatórios
 Atividade: 2295 Precatórios do SAMAE
 Despesa: 3.1.91.00.00.00 Aplicações Diretas 580.000,00

Recursos: Próprios

Vinculo: 20.000

Art. 4º Os recursos previstos no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 80 SAMAE

Unidade: 03 Encargos Gerais do SAMAE

Função: 028 Encargos Especiais

SubFunção: 843 Serviço da Dívida Interna

Programa: 303 Precatórios

Projeto: 2295 Precatórios do SAMAE

Despesa: 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas 580.000,00

Recursos: Próprios

Art. 5º O Plano Plurianual e a lei de diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
 Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
 Chefe de Gabinete

Processo Licitatório Nº 114/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 114/2014

Pregão nº 064/2014

OBJETO: Prestação de serviços em locação, montagem/desmontagem de palcos, tendas e mesas, para atender o evento '29ª Fenarreco', a realizar-se entre 09 e 19 de outubro do corrente.

RECORRENTE: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP

RECORRIDA: CMB PROMOÇÕES E ENVENTOS LTDA ME

RESULTADO DO RECURSO: Mantenho a decisão originária, que conheceu de recurso administrativo e no mérito o julgou improcedente, nos quadrantes da fundamentação que ora ratifico, em cumprimento ao disposto no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93.

04//09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
 Secretário de Orçamento e Gestão

Decreto Nº. 7.492, de 08 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 7.492, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 316.000,00 (Trezentos e dezesseis mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00	Gabinete do Prefeito
02.003	Fundo Municipal de Defesa Civil
006.0182.0230.2035	Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 70.000,00
09.00	Secretaria Municipal de Educação
09.001	Secretaria Municipal de Educação
012.0361.0025.2019	Manutenção Desenvolv. Ensino Fund.
Valor. Magistério	
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.3.58.00	Salário Educação
VALOR	R\$ 100.000,00
10.00	Secretaria Municipal de Turismo
10.002	Fundo Municipal de Desenvolvimento
Turístico	
023.695.0170.2237	Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao
Desenv. Turístico	
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes	
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 66.000,00
13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
cos	
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
015.0452.0125.2037	Manutenção Geral da Secretaria de
Obras	

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e
Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
21.493-0	B.BRASIL C/ SAL. EDUCAÇÃO	0.1.58.00 0.3.58.00	216.062,89 1.800.020,02
TOTAL GERAL			2.016.082,91
Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Empenhos à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	0,00	
DDO à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	3.714,69	
Restos à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	212.348,20	
TOTAL	0.1.58.00/0.3.58.00	216.062,89	
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.58.00	1.800.020,02	
Valor Utilizado - Decreto 7474/2014	0.3.58.00	185.000,00	
Valor Utilizado - Decreto 7480/2014	0.3.58.00	198.237,00	
Valor Utilizado - Decreto 7486/2014	0.3.58.00	300.000,00	
TOTAL		1.116.783,02	

II - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil
006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 70.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.002 Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico
023.695.0170.2237 Infra Estrutura, Apoio e Fomento ao Desenv. Turístico
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 66.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e
Obras de Contenção de Cheias
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas
Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de setembro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

Extrato de Julgamento de Recurso. Concorrência 006/2014. Recorrente: José Roberto Melo do Amaral - Me

Município de Brusque. Extrato de julgamento de recurso. Concorrência 006/2014. Recorrente: JOSÉ ROBERTO MELO DO AMARAL - ME. Resultado: IMPROCEDENTE. Fundamento legal: art. 41 da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI da Constituição Federal. Brusque, 05 de setembro de 2014.

Extrato de Julgamento de Recurso. Concorrência 006/2014. Recorrente: Robson Camara dos Santos - Me

Município de Brusque. Extrato de julgamento de recurso. Concorrência 006/2014. Recorrente: ROBSON CAMARA DOS SANTOS - ME. Resultado: IMPROCEDENTE. Fundamento legal: art. 41 da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI da Constituição Federal. Brusque, 05 de setembro de 2014.

Portaria Nº 1922/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 1922/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. Geni Helena Coimbra Machado, matrícula nº 681261-2, nomeada nos termos da portaria nº 7252/2010, no exercício das funções inerentes ao cargo de Servente de Serviços Gerais junto à Secretaria de Educação, adquiriu a estabilidade nos termos da portaria 659/2014, no período de 30 dias a contar de 27/08/2014 (27/08/2014 à 26/09/2014).

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Portaria Nº 9339, de 08 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 9339, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de CONTADOR, conforme abaixo nominados:

CONTADOR

NOME
ANTONIO CARLOS CERCHIARI JUNIOR

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.276, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.276, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Nomeia Esília Dalcégio no cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Noemia Fialho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Esília Dalcégio para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Noemia Fialho, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.277, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 9.277, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Nomeia Adriana Schlindwein Leite no cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Rio Branco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Adriana Schlindwein Leite para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Rio Branco, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 23.972

PORTARIA nº 23.972, de 30 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/04/2014 a 14/05/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
60	Roseli Aparecida Gri-binsk	25 horas e 30 min.
61	Solange Vieira da Silva	25 horas e 30 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 24.051

PORTARIA nº 24.051, de 17 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Fazenda, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10131	Adriana Marielouise Van Passel	50h
10496	Gerusa Belo	40h
10382	Leonardo Felipe Duarte	30h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Gilberto Nicolao haudsch
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

Portaria Nº 24.052

PORTARIA nº 24.052, de 17 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12875	Adriele Belli Carlím Danese	18h e 15 min.
12735	Carlos Rogério Leme Navarro	40h
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	26h
13415	Kallayana Zanchi Bello	32h e 45 min.
10774	Karin Hazelelponi dos Santos	29h e 30 min.
12009	Luana Lourenço Longhi	28h e 30min.
1043	Lucimar dos Santos	14h
6647	Monica Senn	12h
600	Sandro Dallazem	21h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 24.053

PORTARIA nº 24.053, de 17 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Administração, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10799	Divanilda de Fatima Maciel dos Santos	40h
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	40h
3750	Ireni Aparecida Macedo	40h
7669	Patricia Aparecida Rodrigues Miranda	24h
1293	Rosani de Fatima Sabini	20h
4134	Silvana Simone Adiers	10h
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	06h e 45min.
2497	Vilmar Gois	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 24.054

PORTARIA nº 24.054, de 17 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	28h
11784	Aline Mendes Luciano	20h
10501	Antonio Carlos Buller	28h
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	28h
854	Claudio Antonio Machado	40h
1089	Francisco de Assis Machado	50h
791	Maurly Carlos Casagrande	28h
7686	Neiva Teixeira da Rosa	28h
855	Osvaldir Costa Schaphauser	36h
13371	Thiago Vidal Oliveira Branco	36h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Portaria Nº 24.056

PORTARIA nº 24.056, de 18 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	22 horas
72	Davi Rodrigues da Rocha	24 horas
11076	Edina Aparecida Domingues	28 horas
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	20 horas
2504	Ezio Ferreira dos Santos	40 horas
1026	Ilário Back	20 horas
73	Izaltino Fernandes	12 horas
10050	João Antonio dos Santos	40 horas
93	Jocelim Gonçalves de Feritas	38 horas
3417	Jorge Luiz Maia de Lima	20 horas
896	José Alves Ribeiro	30 horas
13356	Madionir Bassani	39 horas
70	Marcio Silveira Pinto	40 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	30 horas
74	Maria Aparecida de Lima	22 horas
83	Mauri Bueno	40 horas
413	Paulo da Silva	24 horas
9493	Salete Aparecida Adamio	09 horas
2515	Valdir dos Santos	12 horas
786	Vilmar Moreira dos Santos	39 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 24.057

PORTARIA nº 24.057, de 18 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	37 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	18 horas
3282	Angelo Edair Fantin	20 horas
71	Antonio Adelir da Silva	17 horas
10179	Carlos Alberto Machado	36 horas
1240	Dirceu Ferreira da Luz	20 horas
75	Eloir Souza dos Santos	20 horas
78	Gilberto de Oliveira	20 horas
1311	Joel Monteiro	20 horas
2501	José Adelir Soares	34 horas
56	Loreli Aparecida Varella	40 horas
902	Luiz Carlos Nica	16 horas
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	14 horas
70	Marcio Silveira Pinto	38 horas
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	40 horas
9615	Marilene de Lima Fagundes	12 horas
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	17 horas
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	40 horas
60	Roseli Aparecida Gribinsk	40 horas
10928	Serly de Goes dos Santos	12 horas
61	Solange Vieira da Silva	40 horas
3418	Zenita Antunes de Moreira	18 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 24.058

PORTARIA nº 24.058, de 18 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 24.288

PORTARIA nº 24.288, de 31 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/07/2014 a 31/07/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
12765	Wylar Marinho Robert	30 dias
12706	Gabriel Nagel	30 dias
12764	Thiago Muniz de Lima	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 24.289

PORTARIA nº 24.289, de 31 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/07/2014 a 31/07/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12773	Everton Zeni	09 h e 50 min.
13320	Youssef Elias Ammar	10 h e 22 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 24.290

PORTARIA nº 24.290, de 31 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado no período de 01/07/2014 a 31/07/2014, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
Horas Extras 50%		
12682	Anderson Braun	13 h e 50 min.
13370	Raphael Salgado Pedroso	76 h e 15 min.
13414	Wanessa Marques Vilarinho	81 h e 00 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Portaria Nº 24.062

PORTARIA nº 24.062, de 20 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
9691	Carlos Antonio Arruda Wagner	10h
11185	Cristiane Baldicera Granemann	10h
13204	Doraci Maia Ruppel	38h
13191	Edmar Sampaio	60h
8612	Elizeni Batista do Amaral	24h
7665	Eloá Fatima de Paula	44h
11139	Eunice Misayo Ueda	10h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h
13201	Gerson José Teles de Souza	35h
1517	Iria dos Prazeres de Souza	18h
5791	Ivone Tibes de Lima	24h
13207	João Berthier Brasil Neto	38h
10470	Liane Capelin	10h
11060	Lucas Filipini Chaves	10h
9043	Marcelo Silvio Alves	40h
1446	Otacio de Jesus do Amaral	10h
7746	Santina Piacentini	60h
13318	Simone Casagrande	40h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos - SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Portaria Nº 24.063

PORTARIA nº 24.063, de 20 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos

servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
12857	Doraci Maia Ruppel	60h
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	28h
13201	Gerson José Teles de Souza	60h
13207	João Berthier Brasil Neto	60h
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h
7746	Santina Piacentini	21h
13318	Simone Casagrande	60h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Beatriz Ribeiro dos Santos
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria Nº 24.055

PORTARIA Nº 24.055, de 17 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, realizado no período de 15/05/2014 a 14/06/2014, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
3174	Julio Cesar Petrykowski	95h
1993	Parcival Antonio Pinzigher	87h
1720	Sandro José Neres da Rocha	94h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Junho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Decreto Nº 6.082/2014

DECRETO Nº 6.082, de 19 de agosto de 2014.

Cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art.1º Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III- apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com o Grupo Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional - GGSAN e a Câmara Intermunicipal de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA Municipal pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII- elaborar e aprovar o seu regimento interno em consonância com a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e os Decretos nº 6.272 e nº 6.273, ambos de novembro de 2007 e o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

Art.2º A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º - O Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;

IV - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

VII - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEA e no monitoramento da sua execução.

Art. 3º A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos mesmos representantes governamentais titulares e suplentes no COMSEA, de que trata o Decreto nº 5.860/14 e suas alterações e presidida, preferencialmente, por titular de pasta com atribuições de articulação e integração.

Art. 5º A Secretaria-Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário-Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6º A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Compras Mês 08 - 2014 - Prefeitura, Saude, Social, FUNDEMA, Esporte, Cultura,IPPUC, FIA**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

Página: 1/15

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	3173	58,000	0,3800	22,04
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR BRANCO	3333	15,000	0,3800	5,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR PRETO	3173	128,000	0,3800	48,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERDE	3173	61,000	0,3800	23,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERMELH	3333	15,000	0,3800	5,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR BRANCO	3173	117,000	0,5900	69,03
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR VERMELH	3173	116,000	0,5900	68,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAME	3326	70,000	0,9900	69,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR PRETO	3326	69,000	0,9900	68,31
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR VERDE	3326	69,000	0,9900	68,31
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - PRETO	3262	35,000	3,1100	108,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - BRANCO	3262	35,000	3,1100	108,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 KV - COR ISO	3262	34,000	3,1100	105,74
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 mm2, 0,6/1 KV - VERDE	3262	34,000	3,1100	105,74
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR SEMIRÍGIDO 10 MM2, 0,6/1 KV - VERMELH	3262	35,000	3,1100	108,85
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CAIXA DE SOBREPOR 75X65X35 MM	3326	3,000	1,7000	5,10
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20 W	3173	2,000	6,6700	13,34
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	3173	5,000	7,8800	39,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	3262	10,000	7,8800	78,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	3326	1,000	7,8800	7,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	3122	2,000	3,2300	6,46
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	3145	4,000	3,2300	12,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	3262	80,000	3,2300	258,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	3326	6,000	3,2300	19,38
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	3333	8,000	3,2300	25,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	3262	4,000	20,2200	80,88
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	3333	2,000	20,2200	40,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE2x32 W	3326	2,000	21,4600	42,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3123	2,600	25,1100	65,29
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3146	2,300	25,1100	57,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3174	14,700	25,1100	369,12
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3327	16,300	25,1100	409,29
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	3334	5,200	25,1100	130,57
ABCM ELETROTECNICA LTDA	TOMADA SIMPLES 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	3216	7,000	3,7400	26,18
ABCM ELETROTECNICA LTDA	TOMADA SIMPLES 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	3326	3,000	3,7400	11,22
ABSOLUTA FORMA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTD	BANDEIRA DO BRASIL 0,90 X 1,28 EM TECIDO 100% POLIESTER	3218	1,000	56,0000	56,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABSOLUTA FORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTD	BANDEIRA DO BRASIL 1,35 X 1,93 EM TECIDO 100% POLIESTER	3218	4,000	94,0000	376,00
ABSOLUTA FORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTD	MASTRO EM MADEIRA FORRADO EM FITAS DE CETIM	3218	1,000	176,0000	176,00
ABSOLUTA FORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTD	ROSETA PARA BANDEIRA	3218	1,000	120,0000	120,00
ABSOLUTA FORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTD	TALABARTE EM TECIDO CETIM, NAS CORES VERDE E AMARELO	3218	1,000	45,0000	45,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 100 AMPERES	3224	3,000	310,0000	930,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 150 AMPERES	3224	17,000	425,0000	7.225,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 170 AMPERES, CORRENTE DE PARTIDA 1.000 AMPERES.	3224	11,000	485,0000	5.335,00
ACESSORIOS RIBEIRO LTDA - ME	BATERIA 70 AMPERES, CORRENTE DE PARTIDA 675 AMPERES.	3224	8,000	230,0000	1.840,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	CARGA DE OXIGÊNIO 10 M3	3226	14,000	55,0000	770,00
ADIR BALENA & FILHOS LTDA - ME	SHAMPOO FORMULAÇÃO SUAVE, SEM CORANTE	3271	250,000	8,9000	2.225,00
AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	BLOCO RATICIDA	3088	8,000	2,5000	20,00
AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	COADOR DE CAFE DE PANO	3088	2,000	8,0000	16,00
AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	PLACA PEGA RATO	3088	4,000	6,5000	26,00
AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	PORTA VENENO COM CHAVE	3088	2,000	18,0000	36,00
AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME - COMERCIAL	VENENO PARA RATOS	3088	6,000	1,8000	10,80
AGROPECUARIA SMR LTDA ME(AGRO TERRA)	AGULHA HIPOTERMICA DESCARTÁVEL 163 (BRANCA - 1.60 X 40MM)	3200	1,000	24,9000	24,90
AGROPECUARIA SMR LTDA ME(AGRO TERRA)	FÓRCEPS PARA VACA COM CANO DESMONTÁVEL DE AÇO, PARTE INFERIO	3200	1,000	770,0000	770,00
AGROPECUARIA SMR LTDA ME(AGRO TERRA)	TERMOMETRO DIGITAL PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	3200	3,000	40,0000	120,00
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	AGULHA GUERLACH PARA SUTURA DE BUHNER 11 CM EM AÇO INOX	3201	2,000	47,7000	95,40
AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA	SERINGA DE POLIPROPILENO SEM AGULHA - 60 ML	3201	40,000	1,5000	60,00
ALAINE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Serraria Grande, SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	3275	3,040,800	2,3700	7.206,70
ALEX MARCON	CADEADO E-30	3288	1,000	440,0000	440,00
ALFREDO TARTAROTTI	CADEADO E-40	3193	10,000	11,5000	115,00
ALFREDO TARTAROTTI	CHAVE YALE	3193	5,000	16,3000	81,50
ALFREDO TARTAROTTI	ETIQUETAS	3193	4,000	5,0000	20,00
ALFREDO TARTAROTTI	FECHADURA	3193	20,000	0,6000	12,00
ALFREDO TARTAROTTI	FECHADURA	3193	7,000	4,5000	31,50
ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO AZUL DEL REY (18 LITROS)	3139	1,000	25,0000	25,00
ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO AZUL ESCURO	3139	61,000	119,0000	7.259,00
ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA	Tinta esmalte sintético - vermelho - 3,6 litros	3139	46,000	141,0000	6.486,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	AMACIANTE DE ROUPAS CAPACIDADE 2 LITROS	726	35,000	37,0000	1.295,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	AMACIANTE DE ROUPAS CAPACIDADE 2 LITROS	1543	20,000	5,2100	104,20
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	AMACIANTE DE ROUPAS CAPACIDADE 2 LITROS	503	50,000	5,2100	260,50
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	AMACIANTE DE ROUPAS CAPACIDADE 2 LITROS	501	10,000	5,2100	52,10
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO CAPACIDADE 20 LITROS SEM TAMPA	1533	20,000	17,9000	358,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO CAPACIDADE 20 LITROS SEM TAMPA	1533	80,000	17,9000	1.432,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO COM 300 METROS, BRANCO, 100% FIBRAS NA	1533	200,000	5,9000	1.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	3158	140,000	16,0000	2.240,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	PAPEL TOALHA BRANCO, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA DUAS DOBRAS C	500	100,000	16,0000	1.600,00
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	102	20,000	13,9800	279,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	502	20,000	13,9800	279,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	727	20,000	13,9800	279,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	236	20,000	13,9800	279,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	127	20,000	13,9800	279,60
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS	VASSOURA DE PALHA COM CABO	1533	50,000	13,9800	699,00
ANDRÉ LOCATELLI	LIMPEZA DE CAIXA DE AGUA	3207	6,000	166,0000	996,00
ANILDO ANTUNES - ME	Jaleco na cor azul, decote V, com os botões escondidos, mang	3071	250,000	26,3000	6.575,00
ANILDO ANTUNES - ME	Jaleco na cor branca, decote V, com botões escondidos,manga	3071	180,000	25,9900	4.678,20
ANTONIO SÉRGIO CURIONI 017.970.099-58	ALMOÇO TIPO BUFFET - COMPOSTO POR PRATOS FRIOS E QUENTES	3204	482,000	25,0000	12.050,00
ANTONIO SÉRGIO CURIONI 017.970.099-58	JANTAR TIPO BUFFET - COMPOSTO DE PRATOS FRIOS E QUENTES, TAMANH	3204	203,000	25,0000	5.075,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 12 MICRA – TAMANH	725	100,000	53,9000	5.390,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 12 MICRA – TAMANH	126	100,000	53,9000	5.390,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GARRAFA TERMICA COM SISTEMA DE PRESSÃO, CAPACIDADE 1,8 LITRO	234	10,000	100,0000	1.000,00
ARTE EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP (JORN	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	3282	1,000	6.000,0000	6.000,00
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	AVISO DE IRREGULARIDADE BLOCOS NAS MEDIDAS 7,00X13,00 CM,	3044	400,000	0,5000	200,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3215	8.730,000	1,6500	14.404,50
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	514	480,000	2,4000	1.152,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	761	500,000	2,4000	1.200,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3258	200,000	2,4000	480,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3259	2,160,000	2,4000	5.184,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3384	240,000	2,4000	576,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3260	2.312,000	2,4000	5.548,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	3261	160,000	2,4000	384,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Assentamento passando	3398	2.560,000	3,5004	8.961,02
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino e Vespertino: Linha São Pedro x Cará	3398	2.292,000	3,3270	7.625,48
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Cachoeirinha, entrando em direção	3398	1.248,000	4,1832	5.220,63
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Caixa D'água, passando	3398	2.036,000	3,2019	6.519,07
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Castelli x Turma 60,	3398	1.720,000	4,5298	7.791,26
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino: Linha Horto Municipal X Japonês entrando	3398	1.220,000	4,4185	5.390,57
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Paulista	3397	1.344,000	3,6558	4.913,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário matutino: Linha Pedra Branca x Mandelli x Chapada	3398	2.016,000	3,3449	6.743,32
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Roveda X Criminário X Fazenda	3397	2.484,000	2,8796	7.152,93
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha São Francisco, passando pela EMEB	3397	2.308,000	3,1446	7.257,74

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde X Fazenda Taitalo	3397	2.728,000	2,9618	8.079,79
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Sítio Pinhalzinho	3397	2.208,000	2,7812	6.140,89
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Caixa D'Água	3398	2.036,000	3,2110	6.537,60
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Konder x Pena passando pela esc	3398	1.320,000	5,4289	7.166,15
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Pedra Branca Aliança x Tróia- e	3398	2.260,000	3,0674	6.932,32
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Rodolfo Nickel X Ass	3398	2.000,000	3,9337	7.867,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Roveda X Orlimário X Fazenda	3397	2.484,000	2,8874	7.172,30
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Seminário, saindo em direção ao	3398	1.496,000	4,9940	7.471,02
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Serra Azul X Bugre	3398	1.732,000	5,6161	9.727,09
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário Vespertino: Linha Tamandua x Laranjeira	3398	3.632,000	2,8723	10.432,19
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Itinerário: Matutino e Vespertino: Linha Benjamin Constant x	3397	3.100,000	2,9057	9.007,67
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM 42 LUGARES - SESC	3203	1,000	3.540,000	3.540,00
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS	ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL 1000 A	3208	1,000	165,0000	165,00
BRAGHINI IND E COM DE CONFECCOES LTDA-MI	Camisa em políviscose, manga curta, decote redondo com riban	3075	130,000	11,9000	1.547,00
BRAGHINI IND E COM DE CONFECCOES LTDA-MI	Conjuntos sendo: Calça e camisa em brim azul, numeração a se	3075	130,000	61,5000	7.995,00
BRAGHINI IND E COM DE CONFECCOES LTDA-MI	Macações em brim azul, numeração a serem definidas, com mang	3075	50,000	58,0000	2.900,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IDU 9842CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2003	516	4.546,390	1,0000	4.546,39
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IDU 9842CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2003	517	526,400	1,0000	526,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IDU 9842CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2003	529	1.036,770	1,0000	1.036,77
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - IDU 9842CAMINHÃO-VOLKSWAGEM2003	530	1.842,400	1,0000	1.842,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRALÉ VOLARE V8 2012	3393	529,770	1,0000	529,77
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKX 1716 AGRALÉ VOLARE V8 2012	3394	140,000	1,0000	140,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992	531	474,590	1,0000	474,59
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA CAMINHÃO FORD 8-160 CAÇAMBA MKF 1992	532	329,000	1,0000	329,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO MERCEDES	3055	3.341,000	1,0000	3.341,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	BENZ MDV	3056	6.370,000	1,0000	6.370,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO MERCEDES	3059	156,750	1,0000	156,75
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	BENZ MDV	3055	97,660	1,0000	97,66
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKS LZW 6453	3056	2.100,000	1,0000	2.100,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKS LZW 6453	3064	802,320	1,0000	802,32
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MAN 16	3064	12,400	1,0000	12,40
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM	3059	119,000	1,0000	119,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MAY 78	3064	151,710	1,0000	151,71
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM				
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MBA 02				
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM				
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MBA 02				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBS 50	3065	140,000	1,0000	140,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBW 58	3064	370,300	1,0000	370,30
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MBW 58	3065	140,000	1,0000	140,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MCC 82	3059	20,180	1,0000	20,18
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MCC 82	3064	722,000	1,0000	722,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CAMINHÃO VOLKSWAGEM MFN 93	3059	49,100	1,0000	49,10
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3059	588,970	1,0000	588,97
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3060	350,000	1,0000	350,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3064	1.181,240	1,0000	1.181,24
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO ÔNIBUS MERCEDES BENZ	3065	350,000	1,0000	350,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072	3064	2.800,000	1,0000	2.800,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MICRO-ÔNIBUS MDM 6072	3065	3.500,000	1,0000	3.500,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MDH-7541 MANUTENÇÃO MECÂNICA MICRO-ÔNIBUS	529	81,230	1,0000	81,23
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MDH-7541 MANUTENÇÃO MECÂNICA MICRO-ÔNIBUS	530	408,900	1,0000	408,90
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	3403	2,000	47,5462	95,09
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	3404	6,000	47,5462	285,28
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	541	3,000	47,5462	142,64
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP - P45	3091	3,000	182,4222	547,27
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP - P45	3403	3,000	182,4222	547,27
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TOR	LIMA P/ SERROTE 5" C/ 12 PEÇAS	3052	4,000	144,0000	576,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA - TOR	SERRA PARA CORTAR FERRO	3052	20,000	2,0000	40,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA FUNDO FOSFATIZANTE, GALÃO 3,6 LTS	512	20,000	77,0000	1.540,00
CAPRI TINTAS LTDA - ME	TINTA FUNDO FOSFATIZANTE, GALÃO 3,6 LTS	536	5,000	77,0000	482,00
CBB IND E COM DE ASF E ENGENHARIA LTDA	CM - 30	3189	15,000	2.255,0000	33.825,00
CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO	3067	1,000	8.341,7400	8.341,74
CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	BONÉ, MODELO AMERICANO, TAMANHO ADULTO (55 CM DE CIRCUNFERE	3073	130,000	9,0000	1.170,00
CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	Sapato de segurança feminino com cadarço, sendo: cor de Sola	492	25,000	51,4800	1.287,00
CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	Sapato de segurança masculino tipo botina, sendo: com elásti	492	80,000	50,9500	4.076,00
CLAUDIO TRIBESS - ME	BANANA CATURRA.	3253	17.325,000	1,3900	24.081,75
COLUSSI & COLUSSI LTDA	AMORTECEDOR	3040	1,000	1.185,2000	1.185,20
COLUSSI & COLUSSI LTDA	ANEL DE VEDACAO	3040	1,000	6,0000	6,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	BALANCEAMENTO E GEOMETRIA	3041	1,000	180,0000	180,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	FILTRO DE AR	3040	1,000	102,5600	102,56

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COLUSSI & COLUSSI LTDA	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	3040	1,000	181,000	181,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE	3040	1,000	72,000	72,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	JOGO DE PASTILHA FREIO TRAS	3040	1,000	665,000	665,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO	3040	1,000	854,000	854,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	ÓLEO DE MOTOR	3040	6,000	40,000	240,00
COLUSSI & COLUSSI LTDA	SERVIÇOS MECÂNICOS	3041	1,000	330,000	330,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	ANTENA CPE 13 DBI NANOLOCO M5	3323	1,000	389,000	389,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA SECR. ADMINISTRAÇÃO		4,000	18,000	72,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA SECR. ADMINISTRAÇÃO		1,000	18,000	18,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA DE UM LINK		4,000	1.368,000	5.472,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA DE UM LINK		1,000	1.368,000	1.368,00
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COO	BANDEJA DE ISOPOR 128 CÉLULAS PARA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS (U	3124	10,000	7,7000	77,00
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COO	CLORETO DE POTÁSSIO (FERTILIZANTE QUÍMICO CONTENDO 60% DE K2	3143	3,000	75,9000	227,70
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COO	FERTILIZANTE QUÍMICO NA FÓRMULA 9-33-12 (SC 50KG)	3143	5,000	74,1400	370,70
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COO	FITA BIODEGRADÁVEL (PARAFILME) PARA ENXERTOS, ROLO DE 25 MM	3124	20,000	52,3000	1.046,00
COOPERATIVA AGROPECUARIA TANGARA - COO	SUPER TRIPLO FERTILIZANTE QUÍMICO CONTENDO 42% DE P2O5 (SC	3143	11,000	77,5500	853,05
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Feijão Preto - Chamada Pública		500,000	4,4300	2.215,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Molho de Tomate		500,000	7,9500	3.975,00
COOPERATIVA MÃOS QUE LUTAM DE CAÇADOR	Suco de Uva		1.500,000	9,6000	14.400,00
CSM - CONSULTORIA E SEGURIDADE MUNICIPAL	EXECUÇÃO DE CÁLCULO ATUARIAL	3047	1,000	7.700,0000	7.700,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	BLOCO DE ANOTAÇÃO ADESIVO 76MM X 76MM.	3210	40,000	1,2000	48,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	DESINFETANTE LÍQUIDO, PARA DESINFECÇÃO, LIMPEZA E ODORIZAÇÃO	3228	200,000	7,5000	1.500,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	GARRAFA TÉRMICA DE APERTAR, CAPACIDADE 1,8 LITROS	3228	28,000	43,2000	1.209,60
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	LIXEIRA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO BRANCO REFORÇADO,	3228	10,000	125,0000	1.250,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PAPEL VERGÉ 120 G/M COM 50 FOLHAS- A4 210 MM X 297 MM SENDO:	3210	10,000	5,6000	56,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	TINTA DIMENSIONAL- METÁLICA- 35 ML, CORES VARIADAS	3210	75,000	1,9100	143,25
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	TINTA GUACHE CX/ 06 POTES PEQUENOS COM 06 CORES, COM 30 ML	3210	1.500,000	3,0000	4.500,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	TUBO DE COLA BRANCA ESCOLAR, LAVAVEL, NAO TOXICA,	3210	7.000,000	0,4600	3.220,00
DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EF	Armário Alto 2 Portas em MDP. Largura: 900mm Profundidade: 4	3382	1,000	373,0000	373,00
DISMACENTER IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA EF	Mesas Estação de trabalho cor cinza 1,50x1,50 25mm com pé fe	3382	2,000	474,0000	948,00
DSM IND. E COM. DE BANHEIROS MÓVEIS LTDA	CONCERTO E PINTURA DE PONTO DE ONIBUS	3197	1,000	300,0000	300,00
EJL SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA (DA HOI	SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	3284	1,000	520,0000	520,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CONTROLE	3126	5,000	30,0000	150,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 0:30 MINUTOS BLOCOS 10X1VIA	3043	20.000,000	0,1580	3.160,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTÃO PARA ESTACIONAMENTO DE 1:00 HORA BLOCOS 10X1VIA - TA	3043	10.000,000	0,1580	1.580,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	FOLDER A4 IMPRESSÃO 4x4 MODELOS VARIADOS	3213	43.000,000	0,1480	6.364,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Barnes em lona vinílica (front ligh ou back light)	3389	3,000	26,0000	78,00
IVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	CARTAZ DE OUTDOOR	3283	2,000	800,0000	1.600,00
FABIAN LOPES	LONGARINA	3230	1,000	520,0000	520,00
FABIAN LOPES	MÃO DE OBRA	3230	1,000	800,0000	800,00
FABIAN LOPES	MATERIAL PARA PINTURA	3230	1,000	350,0000	350,00
FABIAN LOPES	PARALAMA	3230	1,000	287,0000	287,00
FABIAN LOPES	REFORÇO	3230	1,000	160,0000	160,00
FABRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTD.	FILTRO COMPLETO PARA FOSSA SÉPTICA	3205	1,000	515,0000	515,00
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA	IMPRESSORA COM IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGIT., FAX, VELOCIDADE DE	3266	2,000	869,0000	1.738,00
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA	IMPRESSORA COM IMPRESSÃO, CÓPIA, DIGIT., FAX, VELOCIDADE DE	3273	1,000	869,0000	869,00
FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNAL. LTDA-EPP,	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	3285	1,000	6.000,0000	6.000,00
FROZZA SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	3250	1,000	870,0000	870,00
FROZZA SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	3303	1,000	500,0000	500,00
FROZZA SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	3304	1,000	700,0000	700,00
FROZZA SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	3305	1,000	1.800,0000	1.800,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	LARANJA PÉRA.	3254	4.000,000	2,2800	9.120,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	MACÃ FUJI.	3254	2.000,000	3,8500	7.700,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	MAMÃO.	3254	2.000,000	3,1900	6.380,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	PONCÁ.	3254	2.000,000	2,9500	5.900,00
FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	Camiseta em algodão; manga curta; com gola em ribana; cor ci	493	105,000	11,9000	1.249,50
FS IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA	Camiseta em algodão; manga longa; com punho e gola em ribana	493	105,000	12,9500	1.359,75
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO I	ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO	3211	2,000	885,0000	1.770,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO I	ALUGUEL DE ESPAÇO FÍSICO	3211	1,000	495,0000	495,00
GENTÉ SEGURADORA SA	Seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e total lste 01		4,000	350,0000	1.400,00
GENTÉ SEGURADORA SA	Seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e total lste 04		1,000	912,0700	912,07
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24 LISO C/CARCAÇA- PARA MOTONIVEL	3048	10,000	1.286,2800	12.862,80
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 12 X 16.5 (DIANT) PARA RETROESCAVADEIRA R	3048	10,000	360,1600	3.601,60
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 12.5 X 80/18 DIANT PARA RETROESCAVADEIRA	3048	4,000	411,5700	1.646,28
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 14.9 X 26 12 L (DIANT) PARA TRATOR VALMET	3048	4,000	514,5000	2.058,00
GRANDO PNEUS LTDA	RECAPAGEM DE PNEU 7.,50 x 16 BORRACHUDO	3048	1,000	118,3400	118,34
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	160 (CENTO E SESENTA) LICENÇA DE ACESSO A DATACENTER		1,000	6.912,0000	6.912,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	160 (CENTO E SESENTA) LICENÇA DE ACESSO A DATACENTER		4,000	6.912,0000	27.648,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	DOIS (2) SERVIDORES PARA TS		4,000	3.748,2000	14.992,80
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	DOIS (2) SERVIDORES PARA TS		1,000	3.748,2000	3.748,20
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	UM (1) SERVIDOR PARA TS:		1,000	1.761,0000	1.761,00
HBINFO PROVEDOR LTDA ME	UM (1) SERVIDOR PARA TS:		4,000	1.761,0000	7.044,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 1 LITRO. PARA USO COMO	3134	1.200,000	2,1800	2.616,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ALVEJANT				
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ALIMENTO ACHOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO.	3270	700,000	8,9000	6.230,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Café em pó torrado e moído, extra forte, tipo exportação, pa	1542	600,000	9,7000	5.820,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Canjiquinha de milho (quitera).	3270	600,000	2,5000	1.500,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA - BIFE DE COXÃO MOLE	3251	100,000	18,7000	1.870,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA - MÚSCULO CONGELADA	3251	122,000	11,4600	1.398,12
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA EM CUBOS, PATINHO, SEM OSSO, CONGELADA.	3251	120,000	17,6200	2.114,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA, CORTE CORAÇÃO DE PALETA.	3251	395,000	13,0000	5.135,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE MOÍDA DE 1ª.	3251	598,000	16,4900	9.861,02
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE SUJINA, EM CUBOS (PALETA) CONGELADA	3251	373,000	11,3400	4.229,82
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	3251	625,000	4,9000	3.062,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 10 MICRA 63x80	235	100,000	3,8900	389,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 10 MICRA 63x80	3155	500,000	3,8900	1.945,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FACA 6" EM AÇO INOX, COM CABO INJETADO DE POLIPROPILENO	3134	25,000	14,0000	350,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE MILHO (FUBA DE MILHO AMARELO)	3270	400,000	1,7000	680,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK.	3263	12.000,000	2,3500	28.200,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ÓLEO DE SOJA REFINADO. EMBALAGEM 900 ML	3270	1.500,000	3,5000	5.250,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO	3251	80,000	9,4900	759,20
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	PO PARA O PREPARO DE GELATINA.	3270	200,000	9,8000	1.960,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PO - CAIXA COM 1 KG	3150	100,000	6,4000	640,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SABÃO EM PO - CAIXA COM 1 KG	3151	100,000	6,4000	640,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	SALSICHA DE FRANGO	3251	396,000	6,4000	2.534,40
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	ALFINETE SIMPLES COM BOLINHA COLORIDA, EMBALAGEM COM 50 UNID	3209	25,000	1,9600	49,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	BOBINA PAPEL KRAFT 15 KG COM 1,20 ALTURA 80 GRAMATURA	3209	100,000	54,2400	5.424,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	BORRACHA ESCOLAR BRANCA Nº 40	3209	4.000,000	0,1800	720,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	CANETA PARA RETROPROJETOR .	3209	60,000	1,3400	80,40
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	COLA COLORIDA CAIXA COM 06 UNIDADES (23 GR CADA UNIDADE)	3209	50,000	3,5700	178,50
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	FITA MIMOSA	3209	10,000	9,9000	99,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	GRAMPEADOR 23/10 TODO EM METAL, SUPER RESISTENTE	3209	20,000	44,6000	892,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	LAPIS DE COR CAIXA GRANDE COM 12 CORES	3209	2.000,000	8,6400	17.280,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PAPEL CELOFANE	3209	20,000	0,6800	13,60
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	PERCEVEJO	3209	20,000	1,4600	29,20
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	RÉGUA TRANSPARENTE EM ACRÍLICO ESPESURA 2 MM	3209	2.500,000	0,7400	1.850,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TESOURA GRANDE, APROXIMADAMENTE 21 CM, LÂMINA AÇO INOX	3209	100,000	2,7300	273,00
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	TNT, ROLLO COM 50 MTS, DIVERSAS CORES	3209	40,000	36,5000	1.460,00
INTERMÍDIA 1-AGENCIA DE PUBLICIDADE EIREL	Contratação de Agência especializada para prestação de servi		1,000	12.530,2200	12.530,22
INTERMÍDIA 1-AGENCIA DE PUBLICIDADE EIREL	Contratação de Agência especializada para prestação de servi		1,000	371,8000	371,80
INTERMÍDIA 1-AGENCIA DE PUBLICIDADE EIREL	Contratação de Agência especializada para prestação de servi		1,000	5.480,0000	5.480,00
INTERMÍDIA 1-AGENCIA DE PUBLICIDADE EIREL	Contratação de Agência especializada para prestação de servi		1,000	16.466,9000	16.466,90
INTERMÍDIA 1-AGENCIA DE PUBLICIDADE EIREL	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	3281	0,001	300.000,0000	190,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITAVOL COMERCIAL LTDA	CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇÚCAR	3256	1,000,000	11,4000	11.400,00
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO MICROÔNIBUS,	1602	2.710,027	3,6900	10.000,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	692	10,000	11,6633	116,63
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	1512	40,000	11,6633	466,53
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL C/ GAS, EMBALAGEM 500 ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3325	2,000	13,6072	27,21
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL S/GAS, EMBALAGEM 500ML, FARDO C/ 12 UNIDADES	3325	2,000	12,6353	25,27
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	SUPORTE PARA AGUA MINERAL	692	1,000	36,9338	36,93
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	VASILHAME (GALAO) DE 20 LITROS	692	1,000	19,4388	19,44
JORGE LUIZ CASSOL E CIA LTDA - ME	Locação de 100 horas de trator de esteira, com no mínimo 22	3054	14,220	200,0000	2.844,00
JOSÉ RICARDO KUHN	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA USINA DE ASFALTO	3066	6,000	2.300,0000	13.800,00
LATINA PRODUTORA DE FILMES LTDA	PRODUÇÃO DE VÍDEO	3291	1,000	18.218,2000	18.218,20
LAVANDERIA CAÇADOR LTDA - ME	LAVAGEM DE TAPETE DE 2,00 X 3,00	3166	1,000	35,0000	35,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	Câmera fotográficas digital Conforme Termo de referência Ane	3140	1,000	508,0000	508,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	ESTABILIZADOR DE 1000 WATTS NORMATIZADO, ENTRADA 220 E	3267	2,000	200,0000	400,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	SAÍDA	3274	1,000	200,0000	200,00
LUHRS INDÚSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚF	DISCO DE CORTE 1 MM PARA ESMERILHADEIRA	3220	1,000	6,0700	6,07
LUHRS INDÚSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚF	DISCO DE DESBASTE PARA ESMERILHADEIRA	3220	1,000	6,7600	6,76
LUHRS INDÚSTRIA E COM. PRODUTOS METALÚF	ESMERILHADEIRA 9"	3219	1,000	432,7700	432,77
LUHRS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	GALÕES DE THINER 4.800 5 LITROS PARA DILUIR TINTA LACA	3074	4,000	36,5000	146,00
MADECAMPOS MADEIRAS LTDA - ME	Madeira de eucalipto com 30 cm de largura, 08 cm de espessu	3072	40,000	560,0000	22.400,00
MADEVIA LTDA. EPP	TINTA ACRÍLICA - SEMI BRILHO- BRANCA - LATA DE 18 LITROS	3138	69,000	139,0000	9.591,00
MADEVIA LTDA. EPP	Tinta acrílica (semi brilho) - azul claro - lata 18 litros	3138	100,000	141,0000	14.100,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	Seguro de responsabilidade <i>civil</i> (RCF), APP e total <i>lote</i> 03	495	1,000	9,040,0000	9,040,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	Seguro de responsabilidade <i>civil</i> (RCF), APP e total <i>lote</i> 06	3068	1,000	2,430,0000	2,430,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	Seguro de responsabilidade <i>civil</i> (RCF), APP e total <i>lote</i> 10	3070	1,000	790,0000	790,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	Seguro de responsabilidade <i>civil</i> (RCF), APP e total <i>lote</i> 11	101	1,000	390,0000	390,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A	Seguro Responsabilidade <i>Civil</i> (RCF), APP e total <i>lote</i> 12	3069	1,000	950,0000	950,00
MARCIO APARECIDA DA SILVA MATTOS - MVT TEL	REPARO EM LINHA TELEFÔNICA	3144	1,000	260,0000	260,00
MARCOLINO GOMES DE OLIVEIRA NETO	SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	3279	1,000	320,0000	320,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	3050	1,000	1.000,0000	1.000,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA	3229	1.000,000	2,9500	2.950,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CADERNO DE LINGUAGEM PEQUENO, COM 60 FOLHAS- BROCHURA	3269	10.000,000	0,7900	7.900,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CAFÉ TORRADO E MOIDO TRADICIONAL, EMPACOTADO A VÁCUO, COM	3129	100,000	21,0000	2.100,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	50				
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CANECAS DE INOX COM BORDAS ARREDONDADAS, CAPACIDADE	3137	3.000,000	7,5000	22.500,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CANETINHA HIDROCOR - ESTOJO COM 12 CORES DE BOA QUALIDADE	3269	50,000	2,4900	124,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	COLA QUENTE GROSSA, SILICONE MEDINDO 11,3 CM X 30,0 CM	3269	50,000	14,9000	745,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	E.V.A NATUREZA, ESTAMPAS VARIADAS, 40 X 60	3269	400,000	5,2000	2.080,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	EVA ESTAMPADO - 400 X 600 X 2 MM, VÁRIAS ESTAMPAS	3269	400,000	4,4900	1,796,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FACA GRANDE INOXIDÁVEL COM CABO DE POLIETILENO (PARA CORTE D	3137	20,000	9,8000	196,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FACA PARA CORTE DE PAO	3137	50,000	8,0000	400,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO BIOLÓGICO SECO.	3257	50,000	4,4000	220,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ.	3257	150,000	5,1000	765,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FRALDA DESCARTÁVEL (TAMANHO M)	3229	12,000	34,9000	418,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FRALDA DESCARTÁVEL COM GEL	3229	18,000	34,9000	628,20
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE CONDENSADO.	3257	100,000	3,7900	379,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LIXEIRA PLÁSTICA REFORÇADA -20 LITROS, SEM TAMPA.	3137	70,000	4,4500	311,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MACARRAO LETRINHA.	3257	150,000	5,4500	817,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	Margarina vegetal com sal pt. de até 1 kg.Características: o	3257	400,000	5,5500	2,220,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PANELA DE PRESSÃO COM REVESTIMENTO 100% ANTIADERENTE.	3137	12,000	49,9000	598,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SAGU. CLASSE PÉROLA, TIPO I.	3257	400,000	7,7500	3,100,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de caminhão basculante (tipo caçamba)	509	10,000	100,0000	1,000,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de moto	509	2,000	10,0000	20,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de trator valmet, cbt, retro escavadeira (á	509	5,000	100,0000	500,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus	3187	10,000	95,0000	950,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus	509	3,000	95,0000	285,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio		30,000	25,0000	750,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3176	1,000	25,0000	25,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3177	1,000	25,0000	25,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3178	1,000	25,0000	25,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3179	2,000	25,0000	50,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	237	3,000	25,0000	75,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3186	5,000	25,0000	125,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3181	3,000	25,0000	75,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	103	6,000	25,0000	150,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3182	5,000	25,0000	125,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3183	6,000	25,0000	150,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3188	20,000	25,0000	500,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3184	10,000	25,0000	250,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3185	6,000	25,0000	150,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	3187	8,000	25,0000	200,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1582	75,000	25,0000	1,875,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1584	7,000	25,0000	175,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	1585	7,000	25,0000	175,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo pequeno - automóveis e passeio	509	10,000	25,0000	250,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko		6,000	30,0000	180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3180	2,000	30,0000	60,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3182	2,000	30,0000	60,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	3187	8,000	30,0000	240,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	1583	16,000	30,0000	480,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	1584	7,000	30,0000	210,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário - sprinter, besta, ko	509	6,000	30,0000	180,00
MARIA TEREZA COSTA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	3051	1,000	1,000,0000	1,000,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 4856 GOL 1.6 4P. 2010	1591	112,100	1,0000	112,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3598 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1587	427,700	1,0000	427,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3598 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1588	1,487,700	1,0000	1,487,70
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FOCUS GHIA - FORD MBD 1509 - 2003	3237	244,400	1,0000	244,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FOCUS GHIA - FORD MBD 1509 - 2003	3238	1,273,000	1,0000	1,273,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LWW 4435 GOL VOLKSWAGEM 1995	3191	983,250	1,0000	983,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LWW 4435 GOL VOLKSWAGEM 1995	3192	548,800	1,0000	548,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDK 6221 FIORINO IE 2003	1588	89,300	1,0000	89,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 9313 FORD RANGER XLS 12A	1589	237,500	1,0000	237,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDM 9313 FORD RANGER XLS 12A	1590	183,300	1,0000	183,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHA 8066 CORSA HATCH 2010	1587	916,500	1,0000	916,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHA 8066 CORSA HATCH 2010	1588	1,459,200	1,0000	1,459,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE-5246 PEUGEOT 307 SD 2010	3241	244,400	1,0000	244,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE-5246 PEUGEOT 307 SD 2010	3242	2,090,000	1,0000	2,090,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8456 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2010	1538	1,033,600	1,0000	1,033,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHL 8456 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2010	1539	1,115,400	1,0000	1,115,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJL 5285 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2012	1540	161,500	1,0000	161,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJL 5285 FIESTA HATCH 1.6 FLEX 2012	1541	61,100	1,0000	61,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1538	266,000	1,0000	266,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1539	202,200	1,0000	202,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1588	169,100	1,0000	169,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1627	843,600	1,0000	843,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1628	244,400	1,0000	244,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1538	133,000	1,0000	133,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1539	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1587	183,300	1,0000	183,30
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 8528 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1588	547,200	1,0000	547,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJS 7898 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1588	112,100	1,0000	112,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJS 7898 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	1627	112,100	1,0000	112,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	1539	80,000	1,0000	80,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	1587	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	1588	743,850	1,0000	743,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MUJ 0093 CORSA HATCH MAXX 1.4 2012	1627	169,100	1,0000	169,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 0336 GOL VW FLEX 2013	3307	323,000	1,0000	323,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 0336 GOL VW FLEX 2013	3308	61,100	1,0000	61,10
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKG 8920 FIESTA FORD 2014	3309	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PALIO HLX 5 PT 110CV - FLEXMFV 8962	3239	1.121,000	1,0000	1.121,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PALIO HLX 5 PT 110CV - FLEXMFV 8962	3240	366,600	1,0000	366,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - SIENA ATTRACTIVE - FIAT MLI 5746	3243	494,000	1,0000	494,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - SIENA ATTRACTIVE - FIAT MLI 5746	3244	122,200	1,0000	122,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHF2196 2010	1538	836,000	1,0000	836,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	ADMINISTRAÇÃO				
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA- FORD FIESTA - MHF2196 2010	1539	244,400	1,0000	244,40
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	ADMINISTRAÇÃO				
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA (CONVENCIONAL)	3190	30,000	284,8900	8.546,70
NEY TINTAS LTDA - EPP	Pedra brita nº 1	3202	1,000	36,0000	36,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	PINCEL 395 "4"	518	60,000	4,7000	282,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO 3039	518	60,000	2,9000	174,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA VERDE ECOLÓGICO AUDI 2002 SINTÉTICO	518	30,000	17,0000	510,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA VERDE ECOLÓGICO AUDI 2002 SINTÉTICO	537	20,000	17,0000	340,00
NUTRISOFT REFEICOES INDUSTRIAIS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MINIMO OS SEGUINTEIS ITENS:	3063	1.617,000	9,3200	15.070,44
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E	MANGUEIRA PARA GAS TRANÇADA.	3227	10,000	6,3900	63,90
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E	RALADOR MEDIO DE INOX	3227	30,000	13,3600	400,80
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E	TABUA DE VIDRO TEMPERADA, TAMANHO MINIMO DE 25X35 CM	3227	50,000	12,6900	634,50
OLITEC - BALANÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - E	TERMOMETRO DIGITAL DE MAXIMA E MINIMA	3135	100,000	56,4000	5.640,00
OLYMPIO DE SA SOTTO MAIOR NETO	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	3049	1,000	1,000,0000	1.000,00
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EII	SERVIÇO DE SERRALHERIA	3268	100,000	28,0000	2.800,00
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXP.LTDA- EII	SERVIÇO DE SERRALHERIA	3395	26,071	28,0000	730,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CAFÉ	3392	55,000	5,1700	284,35
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SANDUICHE DE PÃO FATIADO (COM MAIONESE, PRESUNTO.	3392	236,000	0,8500	200,60
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	PÃO FRANCÊS	3252	3.727,500	7,9500	29.633,63
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	3252	88,000	11,8000	1.038,40
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FITA DM 209	3092	20,000	7,9000	158,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs Assistência Socia	741	4,000	240,0000	960,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs Bolsa Família	742	4,000	240,0000	960,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs CRAS	743	4,000	240,0000	960,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs CRAS Martelo	740	4,000	240,0000	960,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs CRAS Norte	740	4,000	240,0000	960,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Alarme Com Monitoramento Eletrônico 24 hs Morada do Sol	3406	6,000	240,0000	1.440,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Sistema CFTV com vídeo Monitoramento 24 hs Escola Mun. Alto	3406	6,000	980,0000	5.880,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Sistema CFTV com vídeo Monitoramento 24 hs Hilda Granenann S	3406	6,000	1.400,0000	8.400,00
PATRIMONIAL SEGURANCA LTDA	Sistema CFTV com vídeo Monitoramento 24 hs Vereda dos Trevos	3406	6,000	650,0000	3.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ 01- MÁQUINA MINIPÁCARREGADEIRA BOB	511	818,800	1,0000	818,80
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ 02- MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA RANDON	510	1.102,000	1,0000	1.102,00
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ 02- MÁQUINA RETRO ESCAVADEIRA RANDON	533	3.667,590	1,0000	3.667,59
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ. 03- MÁQUINA MINIPÁCARREGADEIRA BOB	533	305,960	1,0000	305,96
PAVIMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA MÁQ. 03- MÁQUINA MINIPÁCARREGADEIRA BOB	534	1.102,000	1,0000	1.102,00
PORTAL CACADOR ON LINE LTDA - ME	SERVIÇO DE PUBLICIDADE NA INTERNET	3280	1,000	1.600,0000	1.600,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	Seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e total lote 02	1669	0,626	22.950,0000	14.377,52
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	Seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e total lote 07	3057	1,000	1.640,0000	1.640,00
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	Seguro de responsabilidade civil (RCF), APP e total lote 08	3058	1,000	390,0000	390,00
PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA/	Cópias de documentos em tamanho de papel A3, ofício 2 e A4,	3076	3.812,000	0,0360	137,23
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BALANCEAMENTO R-20/11R 22,5	3194	4,000	50,0000	200,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA ARO 20	3195	2,000	15,0000	30,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	3195	1,000	18,0000	18,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15	3195	1,000	5,0000	5,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Câmara 760 x 16	3195	2,000	60,0000	120,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR 17.5 ARO 25	3195	1,000	220,0000	220,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR ARO 14.9 X 24 P/ PATROLA	3195	2,000	244,0000	488,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CÂMARA DE AR ARO 20	3195	3,000	104,0000	312,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU / CÂMARA 1400 X 24	3194	3,000	55,0000	165,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU / CÂMARA 17.5 X 25	3194	6,000	50,0000	300,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU 175R 13	3194	2,000	9,0000	18,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU E OU CÂMARA 14,9 x 28	3194	7,000	55,0000	385,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 750 X 16	3194	3,000	15,0000	45,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 1000 X 20	3194	4,000	20,0000	80,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	CONCERTO PNEU/CÂMARA 16,9 X 30	3194	5,000	55,0000	275,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	KM RODADO PARA PRESTAÇÃO DE SOCORRO NO MUNICIPIO, DENTRO E	3194	108,800	1,8000	195,84
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	MONTAGEM PNEU ARO 20/ 11R 22,5	3194	15,000	15,0000	225,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	MONTAGEM PNEU ARO 24	3194	2,000	45,0000	90,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu R-13/14 /15	3194	5,000	8,0000	40,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	Montagem pneu R-16/17,5	3194	2,000	13,0000	26,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	PROTETOR ARO 16.	3195	1,000	29,0000	29,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	PROTETOR ARO 20	3195	6,000	299,0000	1.794,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP TOP PARA PNEU Nº 12 E 20 RADIAL	3194	3,000	26,0000	78,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 22, 40 E 42 RADIAL	3194	2,000	50,0000	100,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	3194	1,000	27,0000	27,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	3194	2,000	30,0000	60,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
REFERENCIA EDITORA JORNALISTICA LTDA.	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	3287	1,000	3,000,000	3,000,00
REUNIDAS TURISMO SA	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS		1,000	700,000	700,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	736	1,000,000	2,820	2,820,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	1592	80,000	2,8200	225,60
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	243	5,000,000	2,8200	14,100,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAN CAP. 15 PESSO	243	5,000,000	2,1000	10,500,00
REUNIDAS TURISMO SA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAN CAP. 15 PESSO	1607	220,000	2,1000	462,00
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	FILTRO DE OLEO	3093	1,000	245,7800	245,78
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	KM RODADO PARA REVISÃO DE VEÍCULO EM GARANTIA	3095	1,600	220,0000	352,00
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	ÓLEO DE MOTOR	3093	20,000	18,8125	376,25
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	ÓLEO HIDRAULICO	3093	2,000	83,7500	167,50
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	PAD SUPERIOR	3093	2,000	174,9100	349,82
ROMAC TÉCNICA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT	SERVIÇOS MECÂNICOS	3095	2,000	133,0000	266,00
ROSA E DARTORA COMÉRCIO E TRANSPORTES	Carga de Acetato com 09 kg	3225	25,000	240,0000	6,000,00
ROSILENE TONATTO SPAZZINI -ME	Jaleco profissional confeccionado em tecido 100% algodão (ti	494	7,000	32,0000	224,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	CARTAZ DE OUTDOOR	3245	2,000	800,0000	1,600,00
SCA EQUIPAMENTOS P/ESCRITORIO LTDA-ME	MÁQUINA DE CALCULAR	3062	1,000	250,0000	250,00
SESI - FARMACIA CACADOR	SABONETE LIQUIDO INFANTIL	3272	250,000	10,4300	2,607,50
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO	3196	2,000	179,0000	358,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	CABO DB 09F X F	3096	1,000	40,0000	40,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	CABO HDMI 5 METROS	3089	1,000	58,0000	58,00
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	EMBALAGENS PLASTICAS PARA LIXO, NA COR PRETA, 10 MICRA,	3133	2,000,000	1,5000	3,000,00
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	LA DE ACO (TIPO BOMBRIL) PCETES COM 8 UNIDADES	3133	560,000	1,1000	616,00
SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABONETE LIQUIDO - COMPOSIÇÃO:PH NEUTRO, FRAGRÂNCIA ERVA DO C	3133	100,000	9,5000	950,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM fornecimento em Posto com atendimento 24 hor	1515	4,000,000	2,9400	11,760,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM fornecimento em Posto com atendimento 24 hor	1608	10,000,000	2,9400	29,400,00
STANG E STANG LTDA	GASOLINA COMUM fornecimento em Posto com atendimento 24 hor	1609	2,500,000	2,9400	7,350,00
SUBRUMA COMERCIO E TRANSPORTE EIRELI - I	COXINHA DA ASA CONGELADA, A CARNE DEVE SER DE BOA QUALIDADE,	3310	1,105,000	8,0400	8,884,20
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	336,0000	336,00
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	158,4000	158,40
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	161,4000	161,40
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	91,6000	91,60
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	66,4000	66,40
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	306,0000	306,00
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	85,6000	85,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	634,8000	634,80
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	57,2000	57,20
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	132,8000	132,80
TELEVISAO JOACABA LTDA	VTS 15 SEGUNDOS	3223	1,000	92,8000	92,80
TRANSLATION SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	3265	1,000	1.000,0000	1.000,00
UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	DISCO DE CORTE 1 MM PARA ESMERILHADEIRA	3306	20,000	4,8500	97,00
VIDROBOX COM DE VIDROS LTDA ME	MANUTENÇÃO DE CALHAS	3212	1,000	1.612,0000	1.612,00
Total Geral do Mês →					1.200.315,02

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
APAE	contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistênc	1572	4,000	37.356,4800	149.425,92
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível multipolar 0,6/1 kV, 3x16 mm2	1637	20,000	15,3200	306,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 1,5 mm2, 750 V - branco	1637	140,000	0,3800	53,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 1,5 mm2, 750 V - vermelho	1637	140,000	0,3800	53,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 2,5 mm2, 750 V - azul	1663	181,000	0,5900	106,79
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 2,5 mm2, 750 V - preto	1663	33,000	0,5900	19,47
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Cabo de cobre flexível unipolar 2,5 mm2, 750 V - verde	1663	101,000	0,5900	59,59
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CAIXA DE SOBREPOR 75X75X35	1637	15,000	1,7000	25,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	CAIXA DE SOBREPOR 75X75X35	1663	21,000	1,7000	35,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Canaleta plástica 20x10x2100 mm , sem divisória interna	1663	18,000	2,4100	43,38
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Eletroduto flexível corrugado 3"	1663	203,000	4,8600	986,58
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 20 W, selo PROCEL/INMETRO	1663	1,000	3,2300	3,23
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 40 W, selo PROCEL/INMETRO	1637	25,000	3,2300	80,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente tubular 40 W, selo PROCEL/INMETRO	1663	10,000	3,2300	32,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	LAMPADA FLUORESCENTE 110 W	1663	24,000	10,3500	248,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente compacta 20 W	1663	10,000	6,6700	66,70
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente compacta 25 W	1637	27,000	7,8800	212,76
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Lâmpada fluorescente compacta 25 W	1663	10,000	7,8800	78,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	LUMINARIA AUX. FLEXIVEL E REGULAVEL P/EXAME GINECOLOGICO	1637	2,000	112,2000	224,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Luminária comercial para lâmpada fluorescente 2x20 W, com co	1663	7,000	112,2000	785,40
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	REATOR ELETRONICO 2 X 40 W	1663	12,000	20,2200	242,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Reator eletrônico para lâmpada fluorescente 2x40 W	1637	2,000	20,2200	40,44
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	REVISÃO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA	1663	109,100	25,1100	2.739,50
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	1637	28,700	25,1100	720,66
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Tornada simples 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	1637	20,000	3,7400	74,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	Tornada simples 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	1663	50,000	3,7400	187,00
ABCM ELETROTECNICA LTDA - ME	OXIGÊNIO MEDICINAL 07 M3	1534	23,000	120,0000	2.760,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ASPIRADOR DE SECREÇÃO 5 LITROS	1624	1,000	2.159,7720	2.159,77
ANDRE PIATTI - ME - DISTRIBUIDORA AUTO VALE	SACOLA PLASTICA	1579	1,000,000	0,0350	35,00
APADEFIC- ASSOC DE PROT E AMP. AO DEF. FIS.	CONSULTA /EXAME	1497	1,000	240,0000	240,00
AUTO VIDRO E LAVAÇÃO CORDUVA LTDA	FRANQUIA DE SEGURADORA	1545	1,000	120,0000	120,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	CONCERTO DE MAQUINA DE CORTAR GRAMA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS	1494	1,000	188,0000	188,00
CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP-	MÃO DE OBRA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS PARA ROÇADEIRA	1494	1,000	317,0000	317,00
CENTRO CLINICO DYNAMIS LTDA - ME	CONSULTA /EXAME	1489	1,000	300,0000	300,00
CLINICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORTOPEDIA	1529	185,000	60,0000	9.900,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	CAIXA DE ISOPOR	1625	40,000	6,6000	264,00
COMERCIO DE EMBALAGENS CACADOR LTDA - I	SACO PLASTICO	1625	4,000	3,5000	14,00
CONNECT INFORMATICA LTDA	ROTEADOR	1655	10,000	348,5000	3.485,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DELVINO POLO	MANUTENÇÃO EM TELEFONES, CENTRAIS E LINHAS	1649	1,000	280,0000	280,00
DELVINO POLO	MANUTENÇÃO EM TELEFONES, CENTRAIS E LINHAS	1649	1,000	300,0000	300,00
DELVINO POLO	MANUTENÇÃO EM TELEFONES, CENTRAIS E LINHAS	1649	1,000	160,0000	160,00
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Agitador de Kline, utilizado para testes de aglutinação em I	1573	1,000	625,0000	625,00
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Homogeneizador de sangue, para homogeneização de tubos de sa	1573	1,000	1,092,0000	1,092,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Alfinetes, caixa com 100 unidades	1647	1,000	3,6000	3,60
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Alfinetes, caixa com 100 unidades	1648	2,000	3,6000	7,20
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Barbante número 04, diversas cores	1647	5,000	7,5000	37,50
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Barbante número 04, diversas cores	1648	6,000	7,5000	45,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor grande	1647	50,000	10,0000	500,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor grande	1648	80,000	10,0000	800,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor média	1647	50,000	2,0000	100,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor média	1648	80,000	2,0000	160,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor pequena	1647	50,000	1,0000	50,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Bola de isopor pequena	1648	80,000	1,0000	80,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Caneta acrílica nas cores pretas, verde, marrom e vermelha	1647	8,000	3,0200	24,16
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Caneta acrílica nas cores pretas, verde, marrom e vermelha	1648	15,000	3,0200	45,30
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Caneta com tinta permanente, diversas cores (vermelha, preta	1647	10,000	1,2400	12,40
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Caneta com tinta permanente, diversas cores (vermelha, preta	1648	15,000	1,2400	18,60
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Cola permanente, 37 gramas	1647	50,000	2,2200	111,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Cola tecido	1647	25,000	1,8000	45,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Cola tecido	1648	40,000	1,8000	72,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Feltro, diversas cores (vermelho, rosa, amarelo, azul,	1647	50,000	11,9600	598,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Feltro, diversas cores (vermelho, rosa, amarelo, azul,	1648	100,000	11,9600	1,196,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Fibra siliconizada	1647	10,000	68,4000	684,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Fibra siliconizada	1648	40,000	68,4000	2,736,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Lantejola nº 06, diversas cores (preta, prata, vermelha, az	1647	50,000	0,5000	25,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Lantejola nº 06, diversas cores (preta, prata, vermelha, az	1648	80,000	0,5000	40,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PANO DE PRATO	1647	50,000	1,4500	72,50
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	PANO DE PRATO	1648	100,000	1,4500	145,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Pistola de cola quente grande profissional grande	1647	3,000	18,0000	54,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Pistola de cola quente grande profissional grande	1648	3,000	18,0000	54,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Refil de cola quente para pistola grande, pacote com 20 unid	1647	20,000	13,2000	264,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Refil de cola quente para pistola grande, pacote com 20 unid	1648	15,000	13,2000	198,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Termo lina leitosa	1647	10,000	3,7800	37,80
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tesoura de picote	1647	2,000	48,0600	96,12
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tesoura de picote	1648	4,000	48,0600	192,24
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tesoura sem ponta	1648	100,000	0,9800	98,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tesouras grandes	1647	5,000	10,5000	52,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tesouras grandes	1648	5,000	10,5000	52,50
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tinta Acqua para artesanato, diversas cores (ex: neve, péss	1647	50,000	3,3400	167,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tinta Acqua para artesanato, diversas cores (ex: neve, péss	1648	80,000	3,3400	267,20
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tinta Acrípuif, diversas cores (ex: caramelo, auro, azul cel	1647	100,000	2,7900	279,00
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	Tinta Acrípuif, diversas cores (ex: caramelo, auro, azul cel	1648	110,000	2,7900	306,90
EDIFÍCIO RESIDENCIAL MADRI	CONDOMÍNIO	1631	1,000	41,7000	41,70
ELETRONICA UNIVERSAL LTDA (FERDINANDO V/	AMPLIFICADOR DE LINHA	1663	1,000	30,0000	30,00
ELETRONICA UNIVERSAL LTDA (FERDINANDO V/	CABO COAXIAL TRIPOLAR	1663	20,000	1,0000	20,00
ELETRONICA UNIVERSAL LTDA (FERDINANDO V/	CONECTOR INICIAL	1663	2,000	1,0000	2,00
ELETRONICA UNIVERSAL LTDA (FERDINANDO V/	CONCERTO DE APARELHO DE TELEVISÃO	1606	1,000	120,0000	120,00
ELETRONICA UNIVERSAL LTDA (FERDINANDO V/	MÃO DE OBRA DIVERSAS	1663	1,000	120,0000	120,00
GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOG	Boneco, confeccionado em PVC - Vinil, com aproximadamente 09	1530	4,000,000	4,4000	17,600,00
LIDER SUPR. P/INFORMATICA LTDA - FILIAL	CONCERTO DE DATA SHOW	1528	1,000	890,0000	890,00
LUIS FELLEPE PERONI - ME (PERMED PRODUTO	DETECTOR FETAL DE MESA	1665	5,000	443,2900	2,216,45
MAGAVEL MAGARINOS VEICULOS LTDA	KIT REVISÃO DE VEÍCULOS	1633	1,000	444,1500	444,15
MÁRCIO RACHINSKI	CONTRATAÇÃO DE AGENTE REDUTOR DE DANOS	1635	5,000	724,0000	3,620,00
MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	CONTRATAÇÃO DA DRA. MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI	1526	300,000	60,0000	18,000,00
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	FOTOGRAFIAS	1581	15,000	1,5000	22,50
NOVA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA EPI	Refrigerador/geladeira doméstica, uma porta, de 280 a 322 li	1621	7,000	1,410,0000	9,870,00
NOVA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA EPI	Refrigerador/geladeira doméstica, uma porta, de 280 a 322 li	1622	6,000	1,410,0000	8,460,00
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	ASPIRADOR DE SECREÇÃO 1,3 LITROS	1623	6,000	330,0000	1,980,00
PAPELARIA PARAISO LTDA - ME	BOBINA TERMOSSENSIVEL PARA APARELHO HEIMATOLÓGICO 57 X 22	1576	30,000	2,7500	82,50
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	SEGURO DE VEÍCULO	1495	1,000	675,0900	675,09
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Filme de ultrassom, papel térmico ultrasensível de alto bri	1575	70,000	73,0000	5,110,00
RESTAURANTE, CHURRASCARIA E PIZZARIA O N	ALMOÇO	1603	15,000	27,3000	409,50
REUNIDAS TURISMO SA	TFD - VANDUCATO 15 LUGARES	1493	3,500,000	2,5000	8,750,00
REUNIDAS TURISMO SA	TFD - VANDUCATO 15 LUGARES	1527	3,200,000	2,5000	8,000,00
SANTOS E PASSARIN LTDA - FARMACIA SAO PEI	CONTRATAÇÃO DA FARMÁCIA SANTOS E PASSARIN	1513	1,579,440	1,0000	1,579,44
SCARDUA & CIA LTDA	RAIO X PANORÂMICO	1496	11,000	58,0000	638,00
SEGATTO & CIA LTDA-ME-AUTO CAPAS SEGATTI	CAPA PARA ASSENTO DE VEICULO	1586	1,000	300,0000	300,00
SERVICO FUNERARIO SAO PEDRO	SERVIÇOS DE TRANSLADO	1605	1,000	1,248,0000	1,248,00
SERVICO FUNERARIO SAO PEDRO	SERVIÇOS DE TRANSLADO	1605	1,000	1,049,0000	1,049,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	CONCERTO DO RELOGIO PONTO	1577	1,000	280,0000	280,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	FONTE PARA RELOGIO PONTO	1577	1,000	120,0000	120,00
TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (C	LEITOR DE RELOGIO PONTO	1577	1,000	890,0000	890,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CENTRAL TELEFONICA	1613	1,000	6,428,6700	6,428,67
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO DE CENTRAL TELEFONE	1652	1,000	120,0000	120,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM TELEFONES, CENTRAIS E LINHAS	1593	1,000	970,0000	970,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	SERVIÇO DE INSTALACAO DE CENTRAL	1614	1,000	1.502,5000	1.502,50
Total Geral do Mês -->					290.210,30

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	721	10,000	0,3800	3,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - VERDE	721	9,000	0,3800	3,42
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	721	2,000	3,2300	6,46
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	721	1,000	20,2200	20,22
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	721	6,700	25,1100	168,24
ANA TEREZINHA PEREIRA BENJAMINI	ARMÁRIO EM MDF	708	2,000	870,0000	1,740,00
ANA TEREZINHA PEREIRA BENJAMINI	ARMÁRIO EM MDF	708	1,000	640,0000	640,00
ANA TEREZINHA PEREIRA BENJAMINI	COZINHA EM MDF	708	1,000	1,980,0000	1,980,00
ANA TEREZINHA PEREIRA BENJAMINI	MESA EM MDF COM BANCOS	708	1,000	730,0000	730,00
ANA TEREZINHA PEREIRA BENJAMINI	PAINEL EM MDF	708	1,000	320,0000	320,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO	764	38,000	4,6000	174,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ, INSTANTÂNEO, INGREDIENTES: ACHOCOLATADO	755	200,000	1,5400	308,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MINERAIS, ACHOCOLATADO, AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA,	695	13,000	2,8500	37,05
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ALCOOL LÍQUIDO COM GRADUAÇÃO ACIMA DE 54º GL EMBALAGEM DE 01	702	7,000	2,8500	19,95
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ALCOOL LÍQUIDO COM GRADUAÇÃO ACIMA DE 54º GL EMBALAGEM DE 01	696	40,000	2,5600	102,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMACIANTE DE ROUPAS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COMPOS	695	55,000	2,1000	115,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO,	755	150,000	2,1000	315,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO,	696	20,000	5,7000	114,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	755	100,000	5,3500	535,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	764	38,000	5,9900	227,62
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	755	30,000	1,6500	49,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CANJICA DE MILHO TIPO 01 BRANCA EMBALAGEM 500G	755	35,000	57,3000	2,005,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPO DESCARTÁVEL PRODUZIDO CONFORME ABNT NBR Nº 4865, 180 ML	755	8,000	2,8000	22,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO OVAL, COM SUPORTE, CABO DE PLÁSTI	755	20,000	1,1000	22,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESPONJA PARA LOUÇA DUPLA FACE MEDIDAS 110MMX70MMX20MM EMBALA	764	38,000	9,9800	379,24
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL-FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO	755	50,000	0,4800	24,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GUARDANAPO DE PAPEL 22,5X19,5 PACOTE COM 50 UNIDADES	696	35,000	2,9700	103,95
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR,	764	38,000	11,5000	437,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE MIX DE VITAMINAS A,C,D E FERRO SEM	696	25,000	31,8800	797,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA – EMBALAGEM TETRA PAK, PRAZO D	755	40,000	1,8900	75,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA, TAMANHOS P ,M,G	755	20,000	1,3700	27,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MARGARINA VEGETAL POTE COM 500G				

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 27

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	695	7,000	6,0000	42,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL TOALHA BRANCO 100% CELULOSE, NÃO RECICLADO, INTERFOLHA	755	20,000	6,0000	120,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	RODO DE BORRACHA DUPLA COM 60 CM COM CABO	755	20,000	5,4300	108,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PEDRA COM 400G	696	14,000	1,5000	21,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 07 MICRA, CAPACIDADE 30 LITROS	696	25,000	2,8800	72,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	696	40,000	2,9300	117,20
CERUTTI E LIMA	LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS	709	1,000	1,490,0000	1,490,00
DAIANA TELES DE SOUZA- MEI	SERVIÇO DE DECORAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS	719	1,000	3,880,0000	3,880,00
ELETRONICA PUCCI LTDA	CONCERTO DE CAIXA DE SOM	698	1,000	95,0000	95,00
ELETRONICA PUCCI LTDA	CONCERTO DE MICROFONE	698	1,000	110,0000	110,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	FOLDER A4 IMPRESSÃO 4X4 MODELOS VARIADOS	697	5,372,000	0,1480	795,06
ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA	691	0,254	16,560,0000	4,200,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	Banana caturra - tamanho médio em processo de amadurecimento	744	180,000	1,6400	295,20
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	Laranja pera, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	744	60,000	1,8500	111,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUIT. BAND	Maçã Fuji tamanho médio, casca íntegra, sem amassados	744	160,000	3,2500	520,00
GIANCARLO INSBERGER & CIA LTDA. ME INFO	HD 500GB	767	1,000	210,0000	210,00
HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTI	TOALHA DE BANHO C/ BARRA P/ BORDAR	753	45,000	9,2000	414,00
HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTI	TOALHA PARA LAVABO C BARRA P/BORDAR 100% ALGODÃO	753	45,000	2,1000	94,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	710	1,000	7,8500	7,85
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	ACUCAR REFINADO BRANCO PACOTE DE 5 KG	763	38,000	9,8000	372,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BANHA DE PORCO, EMBALAGEM COM 1 KG	701	4,000	4,6000	18,40
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BEBIDA LÁCTEA LEITE FERMENTADO, PREPARADO DE FRUTAS E CERE	710	300,000	1,9700	591,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	BISCOITOS SORTIDOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERR	763	38,000	4,9400	187,72
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA IN NATURA TIPO COXÃO MOLE, CORTADA EM BIFES N	701	15,000	16,0000	240,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE BOVINA TIPO IN NATURA FILÉ AGULHA (ACÉM)	701	15,000	6,5000	97,50
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE DE PORCO COM OSSO - TIPO PALETA	701	10,000	6,5000	65,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CARNE MOIDA BOVINA DE 2º IN NATURA MOIDA NA HORA	710	40,000	9,4500	378,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	710	100,000	1,9700	197,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, SEM CARCAÇA, SEM TEMPERO, CONGEL	701	20,000	4,7000	94,00
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	CREME DE LEITE, INGREDIENTES: GORDURA LÁCTEA- MÍNIMO 35, APR	763	38,000	2,0500	77,90
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	DOCE DE FRUTAS CREMOSO SEM GLÚTEN COM POLPA DE FRUTAS, DATA	710	7,000	4,4900	31,43
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FARINHA DE MILHO TIPO 1 (FUBÁ) EMBALAGEM COM 1KG	710	12,000	1,2400	14,88
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103 CAIXA COM 40 UNID	710	40,000	1,5900	63,60
INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA.	Fósforo, maço com 10 caixinhas	703	5,000	1,2700	6,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Página: 37

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	Fósforo, maço com 10 caixinhas	710	20,000	1,2700	25,40
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MARGARINA VEGETAL POITE COM 500G	763	38,000	1,6800	63,84
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	710	80,000	1,8900	151,20
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	763	76,000	2,2400	170,24
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MISTURA PARA SAGU COM SABOR EMBALAGEM COM 01KG	710	30,000	6,8500	205,50
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MOLHO DE TOMATE SEM GLÚTEN LATA COM 840G	710	10,000	3,9800	39,80
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	MORTADELA DEFUMADA DE CARNE MECANIZADA SEPARADA DE AVES E SU	701	20,000	6,0000	120,00
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	763	38,000	3,2500	123,50
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	OVOS DE GALINHA TIPO 02 VERMELHOS GRANDES, FRESCO, CASCA LI	763	38,000	4,9800	189,24
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	PEITO DE FRANGO, CARNE IN NATURA, ORIGEM AVÍCOLA, APRESENTAÇ	701	20,000	8,0000	160,00
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	PREPARADO PARA CALDO DE GALINHA E SABORES CAIXA COM 63G	710	15,000	0,7500	11,25
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	REFRIGERANTE, ÁGUA GASIFICADA, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE F	710	500,000	2,2900	1,145,00
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	SAL REFINADO IODADO, PACOTE DE 01 KG	710	20,000	0,6900	13,80
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	SALSICHA A GRANEL ORIGEM CARNE DE FRANGO, BOVINA E SUÍNA TIP	763	38,000	6,2400	237,12
INDUSTRIAL MOAGEIRALTD.	SARDINHA EM CONSERVA 135G EM ÓLEO COMESTÍVEL, ÁGUA,SAL,ÁCIDO	710	65,000	2,2600	146,90
LAPIS E CIA PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL A4	700	10,000	125,0000	1,250,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA LISA (0,70 X 0,80 CM)	752	250,000	3,4000	850,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	CONE DE BARBANTE 08 FIOS, CRU, 100% ALGODÃO Nº 6	752	100,000	7,9800	798,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	NOVELO LINHA PARA CROCHÊ C/ 1.000 METROS, 100% ALGODÃO-CORE	752	110,000	7,4400	818,40
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	NOVELOS DE LA C/ 40GR	752	3,000,000	2,0000	6,000,00
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	TECIDO XADREZ DE ALGODÃO PARA BORDAR C 1,40 DE LARGURA	752	370,000	13,7500	5,087,50
LESSING & CIA. LTDA - EPP - CASA PREDILETA	TOALHA DE ROSTO FELPUDA C/ BARRA P/ BORDAR 100% ALGODÃO MED	752	245,000	4,8800	1,195,60
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	FILTRO ESTAMPADO, PEÇA COM 30 METROS APROXIMADAMENTE 1,50M	750	1,000	525,0000	525,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	FILTRO LISO, PEÇA COM 30 METROS APROXIMADAMENTE 1,50M	750	1,000	320,0000	320,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	FIBRA PARA ENCHIMENTO	750	50,000	18,8000	940,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	MANTA DE FIBRA DE SILICONE PARA ENCHIMENTO, APROXIMADAMENTE	750	300,000	9,8000	2,940,00
LIDIA TORESAN MAGRO & CIA LTDA - ME (LY PIEI	OLHOS MOVEIS SEM PESTANA DIVERSOS TAMAÑHOS	750	300,000	0,3000	90,00
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	ACABAMENTO DE BORDA BRANCO 19MM	768	43,340	0,3200	13,86
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MÃO DE OBRA DIVERSAS	768	1,000	151,2800	151,28
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MDF 25MM	768	0,150	45,7300	6,86
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MDF 25MM	768	0,030	45,6700	1,37
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MDF 25MM	768	0,020	45,5000	0,91
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MDF BRANCO 15MM	768	16,930	30,9000	523,13
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	MDF BRANCO 6MM	768	6,200	23,5000	145,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 47

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	PARAFUXO CABEÇA CHATA 4.0X35MM	768	1,440	3,8000	5,47
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	PREGO CABEÇA 8X8	768	1,000	13,9500	13,95
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	SAPATA NIVELADORA 20MM COM BUCHA	768	6,000	0,9500	5,70
LUHRS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	SUPORTE DE CANTONEIRA	768	11,000	1,9500	21,45
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO COM ALÇA DE PLÁSTICO, COM 30 LITROS	754	10,000	6,9000	69,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA BRANCA LISA MEDINDO 0,80 X 0,60CM	705	10,000	3,4900	34,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA BRANCA LISA MEDINDO 0,80 X 0,60CM	754	50,000	3,4900	174,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	BOMBOM, CHOCOLATE COM RECHEIO, VARIEDADES EM MINIATURA CX 40	754	60,000	4,9900	299,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CANJICA DE MILHO TIPO 01 BRANCA EMBALAGEM 500G	765	76,000	3,4000	258,40
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	CHÁ MATE TOSTADO- VÁRIOS SABORES CAIXA COM 40 G	765	76,000	2,8900	219,64
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	705	24,000	0,9500	22,80
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	754	100,000	0,9500	95,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	DOCE DE FRUTAS CREMOSO, SEM GLÚTEN, COM POLPA DE FRUTAS,	765	38,000	2,5500	96,90
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVA MATE PN-1, COM 70% FOLHAS E 30% OUTROS RAMOS	765	38,000	8,0000	304,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ERVILHA EM CONSERVA, INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRI	765	38,000	1,7500	66,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL PACOTE COM 05KG	754	14,000	6,9000	96,60
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EMBALAGEM COM 250 GR	765	38,000	3,4300	130,34
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO LATA 250G	754	20,000	2,3500	47,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	GARRAFA TÉRMICA COM SISTEMA DE PRESSÃO 1,8 LITROS	754	10,000	68,5000	685,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE CONDENSADO INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, AÇÚCAR,	765	38,000	3,4900	132,62
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE MIX DE VITAMINAS A,C,D E FERRO SEM	754	100,000	7,5900	759,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	LIXEIRA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO REFORÇADO, COM TAMPÃO E PED	754	10,000	29,9000	299,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MAIONESE SEM GORDURAS TRANS, SEM GLÚTEN, POTE COM 500G	754	30,000	1,9900	59,70
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	MILHO EM CONSERVA: MILHO VERDE COZIDOS, PRAZO DE VALIDADE	765	38,000	1,7000	64,60
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM 900ML	754	40,000	2,5900	103,60
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO PICOTADO, MACIO, FOLHA DUPLA,	754	15,000	26,5500	398,25
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PÓ PARA GELATINA, CAIXA 45 GRAMAS DIVERSOS SABORES	754	250,000	0,5700	142,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PÓ PARA PUDIM SABOR E COLORIDO ARTIFICIALMENTE EMBALAGEM 85G	754	100,000	0,7500	75,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	PREPARO SOLIDO PARA REFRESCO ADOÇADO VÁRIOS SABORES PACOTE C	754	150,000	0,4900	73,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SHAMPOO 350ML, COM AROMA AGRAVÁVEL	754	150,000	2,9900	448,50
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	SUCO CONCENTRADO NATURAL, SABORES VARIADOS,	754	100,000	4,8400	484,00
MARCOS BULLE DA COSTA - ME	VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA	754	10,000	3,8500	38,50
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	CABO USB	706	1,000	50,1400	50,14
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	LOCAÇÃO DE CAMERA DIGITAL	766	1,000	1,300,0000	1,300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 57

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA	REVELAÇÃO DE FOTO	706	78,000	0,8700	67,86
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	COLA SILICONE	723	1,000	38,0000	38,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	FILTRO DE ÓLEO	723	1,000	20,9000	20,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	JUNTA DA TAMPA DE VALVULA	723	1,000	28,5000	28,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	LIMPEZA DE MOTOR	723	5,000	47,5000	237,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO DE CAIXA	723	2,000	20,9000	41,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO DE MOTOR	723	3,000	22,8000	68,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	RETENTOR DO VIRABREQUIN	723	1,000	57,0000	57,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	BETUME GEL A BASE DE ÁGUA 80 ML	749	55,000	3,4000	187,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	CRAQUELÊ KIT COM COR E VERNIZ	749	100,000	7,7000	770,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	GOMA LACA ACRILICA BRILHANTE 80 ML	749	55,000	7,5000	412,50
NEY TINTAS LTDA - EPP	GOMA LACA ACRILICA FOSCA 80 ML	749	55,000	7,8500	431,75
NEY TINTAS LTDA - EPP	LIXA N. 80 3M	803	10,000	0,5800	5,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	MASSA CORRIDA	803	2,000	15,8000	31,60
NEY TINTAS LTDA - EPP	PINCEL CHANFRADO N 05	749	30,000	4,9500	148,50
NEY TINTAS LTDA - EPP	PINCEL CHANFRADO N10	749	30,000	4,7000	141,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	PINCEL Nº 00	749	30,000	1,7000	51,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO DE ESPUMA PARA DECOUPAGE CLINDRO 100 MM DE LARGURA X 3	749	60,000	1,9500	117,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	ROLO DE LA S/ CABO	803	2,000	10,6000	21,20
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRILICA BRANCA À BASE DE ÁGUA 80 ML	749	450,000	4,1000	1,845,00
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRILICA FOSCA BRANCA	803	2,000	43,4000	86,80
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA ACRILICA FOSCA COR OCRE	803	1,000	47,5000	47,50
NEY TINTAS LTDA - EPP	TINTA TOQUE DE SEDA 80ML CORES VARIADAS	749	100,000	4,3000	430,00
OSMAR DA SILVA 589.920.229-72 (FOTO IMAGEM	FOTOGRAFIAS PARA DOCUMENTOS	720	54,000	6,5000	351,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	BOLACHA ASSADAS DIVERSAS: MANTEIGA, COCO, NATA, FUBÁ, CASEIR	745	28,860	14,9000	430,01
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	BOLACHA ASSADAS DIVERSAS: MANTEIGA, COCO, NATA, FUBÁ, CASEIR	747	190,670	14,9000	2,840,98
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	BOLACHA ASSADAS DIVERSAS: MANTEIGA, COCO, NATA, FUBÁ, CASEIR	748	31,340	14,9000	466,97
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	CUCA COM RECHEIOS DIVERSOS COMO: UVA, DAMASCO, ALEIMÃ, COCO E	747	240,000	12,5000	3,000,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	DOCINHOS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE TIPO: BRIGADEIRO: LEITE GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	747	1,200,000	0,5200	624,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	745	31,120	13,5000	420,12
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	746	13,037	13,5000	176,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	GROSSTOLI (FRITO): OVOS, AÇÚCAR, FERMENTO, FARINHA DE TRIGO,	747	82,000	13,5000	1,107,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	MINI SONHOS COM RECHEIOS DE CREME OU DE GOIABADA PASSADO NO	747	1,200,000	0,5000	600,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	TORTA DE REQUEIJÃO: MASSA: MARGARINA, FARINHA DE TRIGO, OVOS	745	28,440	17,5000	497,70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 67

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOBINA DE PAPEL DE PRESENTE COM DIVERSAS ESTAMPAS, APROXIMAD	751	10,000	45,0000	450,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 15MM	751	150,000	0,1000	15,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 20MM	751	150,000	0,1500	22,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 35MM	751	150,000	0,2000	30,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 40MM	751	150,000	0,4700	70,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 50MM	751	150,000	0,5000	75,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 60MM	751	150,000	0,6400	96,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	BOLA EM ISOPOR TAMANHO 70MM	751	150,000	0,9400	141,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA BRANCA EXTRA 1 KG	751	75,000	14,8000	1,110,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA INSTANTÂNEA 20GR	751	50,000	7,0000	350,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA PARA DECOUPAGE MADEIRA 100G	751	70,000	8,1000	567,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	COLA PARA DECOUPAGE TECIDO 100G	751	75,000	8,1000	607,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA DE EVA 40X60 LISA	751	1,100,000	1,5000	1,650,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EM EVA 40 X60 ESTAMPADA	751	500,000	4,5000	2,250,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	FOLHA EM EVA 40 X60 PLUSH	751	500,000	4,5000	2,250,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PINCEL CHATO N 12	751	30,000	2,4000	72,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PINCEL N 16	751	75,000	3,2500	243,75
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PINCEL Nº 20	751	45,000	4,7000	211,50
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	751	50,000	66,0000	3,300,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	REFIL PARA PISTOLA DE COLA QUENTE (GROSSO)	751	500,000	0,9000	450,00
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	RÉGUA ACRÍLICA 30 cm	751	125,000	1,2500	156,25
PAPELARIA PARAISO LTDA EPP	CORTINA EM BLACK OUT DE TECIDO	756	11,000	249,4360	2,743,80
PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	PORTA SANFONADA	756	2,000	205,0000	410,00
S Q SUPERMERCADOS LTDA - QUELUZ	Aquisição de sessões extra de cinema para usuários do progra	762	500,000	10,0000	5,000,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE	704	12,000	1,9800	23,76
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE	711	180,000	1,9800	356,40
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	CERA LÍQUIDA AMARELA COMPOSIÇÃO: CARNAÚBA, CERA POLIETILEN	711	10,000	2,2500	22,50
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA E G	711	40,000	1,8900	75,60
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	711	20,000	1,2000	24,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	MULTUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	711	100,000	1,5000	150,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	PEDRA SANITÁRIA GERMICIDA E BACTERICIDA DE ODO LAVANDA BOUQ	711	100,000	0,5500	55,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABÃO EM BARRA COM 500 GRAMAS	704	10,000	1,1000	11,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABÃO EM BARRA COM 500 GRAMAS	711	10,000	1,1000	11,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	711	10,000	3,9000	39,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABONETE EM BARRA C/ 90 G	711	150,000	0,6000	90,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SABONETE LÍQUIDO COMPOSIÇÃO: PH NEURO, FRAGRÂNCIA ERVA DOCE,	711	25,000	12,3000	307,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 777

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO TUBO 300G COMPOSIÇÃO SODA CAUST	711	30,000	1,1000	33,00
TAMBOSI INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	SACOLA DE PAPEL DUPLEX	757	1.000,000	2,0000	2.000,00
VIVEIRO E FLORICULTURA FREISLEBEM LTDA - ME	FLOR FUNCIONÁRIA	693	6,000	10,0000	60,00
VIVEIRO E FLORICULTURA FREISLEBEM LTDA - ME	TERRA ADUBADA	693	2,000	22,0000	44,00
Total Geral do Mês -->					99.554,45

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL MULTIPOLAR 0,6/1 kV, 3x2,5 mm2	526	154,000	2,7100	417,34
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAME	515	16,000	0,9900	15,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR ISOLAME	538	39,000	0,9900	38,61
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR PRETO	538	38,000	0,9900	37,62
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR VERDE	515	16,000	0,9900	15,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 4,0 MM2, 750 V - COR VERDE	538	38,000	0,9900	37,62
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO NEMA, 70 A, 5 KA	515	1,000	65,8900	65,89
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 20 A, 2 KA	515	9,000	5,1100	45,99
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 25 A, 2 KA	515	9,000	5,1100	45,99
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 25 A, 2 KA	538	2,000	5,1100	10,22
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO DIN, 32 A, 2 KA	515	9,000	5,1100	45,99
ABCM ELETROTECNICA LTDA	DISJUNTOR UNIPOLAR, PADRÃO NEMA, 15 A, 2 KA	515	9,000	7,0500	63,45
ABCM ELETROTECNICA LTDA	FITA ISOLANTE EM PVC, ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	515	3,000	1,8800	5,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLORESCENTE TUBULAR 32 W, SELO PROCEL/INMETRO	515	10,000	4,1200	41,20
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	515	16,000	3,2300	51,68
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA FLORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	526	24,000	3,2300	77,52
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 250 W, SELO PROCEL/INMETRO	515	3,000	13,4500	40,35
ABCM ELETROTECNICA LTDA	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 70W, SELO PROCEL/INMETRO	538	2,000	27,4000	54,80
ABCM ELETROTECNICA LTDA	QUADRO PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA ABRIGAR 24	515	1,000	525,3000	525,30
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2x40 W	526	12,000	20,2200	242,64
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR ELÉTRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE2x32 W	515	11,000	21,4600	236,06
ABCM ELETROTECNICA LTDA	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE METÁLICO 70 W, USO EXTERNO	538	2,000	54,4200	108,84
ABCM ELETROTECNICA LTDA	RELÉ FOTOELÉTRICO 220 V, NF COM BASE	538	2,000	18,4100	36,82
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	526	6,800	25,1100	170,75
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	538	13,000	25,1100	326,43
ABCM ELETROTECNICA LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	540	9,400	25,1100	236,03
ARPAI IND MECANICA LTDA	FERRO	535	1,000	203,0000	203,00
BRITAGEM BONALDO LTDA- EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA	505	116,000	135,0000	15,660,00
BRITAGEM BONALDO LTDA- EPP	Gabiões tipo caixa 8 x 10 (Galfan + pvc) em malha hexagonal d	506	116,000	148,0000	17,168,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR AUTO AJUST. SOLD. 20 X 1/2"	496	10,000	0,4300	4,30
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR AUTO AJUST. SOLD. 25 X 3/4"	496	15,000	0,5700	8,55
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR AUTO AJUST. SOLD. 40 X 1 1/4"	496	8,000	2,2800	18,24
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1/2"	496	20,000	0,5300	10,60
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR SOLD CURTO 20 X 1/2"	496	25,000	0,2700	6,75
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADAPTADOR VÁLVULA P14MLAVAT. DN40 Nº1	496	13,000	11,3100	147,03
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ADESIVO PLÁSTICO 175 GRAMAS	496	20,000	10,1942	203,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ANEL VEDAÇÃO VASO SANITÁRIO	496	16,000	5,3234	85,17
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ANEL VEDANTE ESGOTO 100 MM	496	10,000	1,1588	11,59
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ANEL VEDANTE ESGOTO 50 MM	496	15,000	0,6700	10,05
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. CURTA 50 X 40 MM	496	10,000	2,0818	20,82
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	BUCHA DE REDUÇÃO SOLD. LONGA 50 X 25 MM	496	12,000	1,5887	19,06
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP ESGOTO 100 MM	496	20,000	5,4900	109,80
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP ESGOTO 40 MM	496	15,000	1,5000	22,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP ESGOTO 50 MM	496	15,000	2,1400	32,10
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP ESGOTO 75 MM	496	15,000	3,8300	57,45
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP SOLDÁVEL 25mm	496	10,000	0,8200	8,20
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP SOLDÁVEL 40 MM	496	10,000	1,9500	19,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CAP SOLDÁVEL 50 MM	496	10,000	2,0100	20,10
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CURVA TIPO JOELHO LONGA 90º 32 MM SOLDÁVEL	496	20,000	1,3700	27,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	CURVATIPO JOELHO LONGA 90º 25 MM SOLDÁVEL	496	20,000	0,5100	10,20
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	ENGATE FLEXÍVEL PLÁSTICO ½"X 40	496	20,000	3,9100	78,20
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JUNÇÃO DE 45º 100 X 100	496	10,000	14,4200	144,20
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JUNÇÃO DE 45º 100 X 50	496	20,000	4,5300	90,60
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JUNÇÃO DE REDUÇÃO 100 X 50 MM	496	4,000	4,5300	18,12
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JUNÇÃO DE REDUÇÃO 75 X 50 MM	496	30,000	3,8800	116,40
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	JUNÇÃO ESGOTO 75 X 75 MM	496	15,000	8,6100	129,15
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTC	REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 32 MM	496	5,000	24,3549	121,77
CONCORDIA POÇOS ARTESIANOS LTDA	CONCERTO EM BOMBA DE POÇO ARTESIANO	528	1,000	1,200,0000	1,200,00
MADALMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	DISCO ESTABILIZADOR	489	2,000	431,8930	863,79
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	507	1,647	71,590,0000	117,918,80
MEIOESTE AMBIENTAL LTDA	OPERAÇÃO, CONTROLE E MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO.	508	1,024,792	77,9400	79,872,26
SR4 SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA;	490	0,333	67,000,0000	22,340,00
Total Geral do Mês -->					259,772,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA,RECREATIVA E CULT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE TREINAMENTO E PREPARAÇÃO	242	0,308	24.603,0000	7.589,40
COLUSSI & CIA LTDA	FILTRO DE ÓLEO	238	1,000	30,0000	30,00
COLUSSI & CIA LTDA	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO	230	1,000	370,0000	370,00
COLUSSI & CIA LTDA	MÃO DE OBRA MECÂNICA	230	1,000	30,0000	30,00
COLUSSI & CIA LTDA	MÃO DE OBRA MECÂNICA	238	1,000	30,6000	30,60
COLUSSI & CIA LTDA	Mola	238	1,000	25,6500	25,65
COLUSSI & CIA LTDA	ÓLEO DE MOTOR	238	4,000	40,0000	160,00
CORRETOR DE IMÓVEIS MELOTTI	AValiação de Imóvel	253	1,000	370,0000	370,00
EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA	229	1,000	700,0000	700,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 20 LITROS	249	9,000	11,6600	104,94
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 200 ML, CAIXA C/ 48 UNIDADES	249	15,000	19,4300	291,45
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 510 ML S/ GAS C/ 12	249	40,000	12,6300	505,20
JARDINAGEM JARDIM BELO LTDA - ME	plântio de 8.000 metros quadrados de grama sempre verde	254	8.000,000	4,0000	32.000,00
Total Geral do Mês —>					42.207,24

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALFREDO TARTAROTTI	CHAVE YALE	123	33,000	5,0000	165,00
ALFREDO TARTAROTTI	CILINDRO PARA FECHADURA	123	1,000	20,0000	20,00
ALFREDO TARTAROTTI	CILINDRO PARA FECHADURA	123	1,000	23,0000	23,00
ALFREDO TARTAROTTI	CILINDRO PARA FECHADURA	123	1,000	25,0000	25,00
ALFREDO TARTAROTTI	TROCA DE SEGREDO EM FECHADURA	124	2,000	25,0000	50,00
ARTHUR DE SOUZA PONTE	CONCERTO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	136	1,000	3.400,0000	3.400,00
EXPRESSO APOIO A GESTAO PUBLICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ACESSORIA	125	1,000	550,0000	550,00
IVONICE TERESINHA PIERDONA - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	132	7,000	11,6600	81,62
Total Geral do Mês —>					4.314,62

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GERMINO COFFERRI-ME	PLACAS	98	1,000	87,0000	87,00
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	105	4,000	11,6600	46,64
VIVA SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - ME (IMÓV)	AValiação de Imóvel	99	1,000	600,0000	600,00
Total Geral do Mês -->					733,64

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	CABO FR 4	26	120,000	1,0000	120,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	CAMERA INFRA 600L	26	8,000	220,0000	1.760,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	FORNTE 12V/8A	26	1,000	60,0000	60,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	HD SATA 1T	26	1,000	280,0000	280,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CAMERAS	26	1,000	120,0000	120,00
CLAUDECIR HECKLER MEI (ELETRÔNICA GERAL	NVR 8CH C/ HDMI E ACESSO A INTERNET	26	1,000	620,0000	620,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	BANNER EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL	28	1,000	97,5000	97,50
Total Geral do Mês -->					3.057,50

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 05, de 8 de Setembro de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Caçador e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 43, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

R E S O L V E:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Caçador é disciplinada nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS

Art. 2º Os órgãos, unidades executoras e instâncias administrativas da Câmara Municipal constituem uma organização permanente, de gestão integrada e estrutura orgânica subordinada ao pleno cumprimento das atribuições e finalidades do Poder Legislativo Municipal de Caçador.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A estrutura organizacional da Câmara Municipal é integrada pelos seguintes órgãos assim estruturados:

I - Plenário:

a) assessoria parlamentar de gabinete;

b) câmara mirim;

c) comissões permanentes;

d) comissões temporárias.

II - Mesa Diretora:

a) assessoria legislativa;

b) assessoria jurídica;

c) assessoria contábil/financeira;

d) assessoria de comunicação.

III - Presidência:

a) assessoria de gabinete da presidência;

b) controladoria interna.

IV - Diretoria Geral:

a) Contábil/Financeiro:

1. contabilidade;

2. compras;

3. tesouraria;

4. patrimônio;

5. estoque.

b) Jurídico/Administrativo:

1. recursos humanos;

2. assistência jurídica;

3. licitações;

4. protocolo.

c) Processo Legislativo:

1. análise legislativa;

2. assistência legislativa;

3. expediente;

4. arquivo;

5. biblioteca.

d) Apoio Geral:

1. telefonia;

2. recepção;

3. processamento de dados;

4. frota;

5. serviços gerais.

Art. 5º A estrutura organizacional prevista no art. 4º fica institucionalizada conforme organograma Anexo Único que faz parte desta Resolução.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Seção I Do Plenário

Art. 6º O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício.

Seção II Das Assessorias Parlamentares de Gabinete

Art. 7º As Assessorias Parlamentares de Gabinete são órgãos de apoio às atividades político-parlamentares do mandato do Vereador.

Seção III Da Câmara Mirim

Art. 8º O Programa VEREADOR MIRIM, tem por objetivo geral promover a interação entre a Câmara Municipal de Caçador e a escola, permitindo ao estudante compreender o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vive, contribuindo assim para a formação da sua cidadania e entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Seção IV Das Comissões Permanentes

Art. 9º As comissões permanentes são órgãos de estudo e análise de matérias submetidas ao seu exame.

Seção V Das Comissões Temporárias

Art. 10. São órgãos de apreciação a determinado assunto, extinguindo-se ao término da sua legislatura, quando alcançado o fim a que se destina ou, ainda, quando expirado seu prazo de duração.

Seção VI Da Mesa Diretora

Art. 11. É o órgão de direção de todos os trabalhos da Câmara Municipal.

Seção VII Da Assessoria Legislativa

Art. 12. A Assessoria Legislativa é o órgão de orientação, análise e estudos em matéria legislativa à Mesa Diretora, às Comissões e ao Plenário.

Seção VIII Da Assessoria Jurídica

Art. 13. A Assessoria Jurídica é o órgão de orientação, análise e estudos em assuntos jurídicos à Mesa Diretora, às Comissões e ao Plenário.

Seção IX

Da Assessoria Contábil/Financeira

Art. 14. A Assessoria Contábil Financeira é o órgão de orientação, análise e estudos em matéria contábil, tributária, orçamentária e financeira à Mesa Diretora, às Comissões e ao Plenário.

Seção X

Da Presidência

Art. 15. O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal, ao qual cabe dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara, exercendo suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno e demais legislação aplicável.

Seção XI

Da Assessoria de Gabinete da Presidência

Art. 16. A Assessoria Parlamentar de Gabinete é o órgão de assessoramento direto à Presidência, em suas relações político-administrativas com a população, órgão e entidades públicas ou privadas.

Seção XII

Do Controle Interno

Art. 17. O Controle Interno é o órgão que tem por finalidade fiscalizar, avaliar e controlar os atos do poder legislativo e de seu funcionalismo.

Seção XIII

Da Assessoria de Comunicação

Art. 18. A Assessoria de Comunicação é o órgão de divulgação dos atos institucionais, das relações públicas dos membros da Câmara e cerimonial dos eventos por ela realizados.

Seção XIV

Da Diretoria Geral

Art. 19. A Diretoria Geral é o órgão de coordenação e supervisão dos trabalhos da Câmara Municipal de Caçador.

Seção XV

Do Contábil/Financeiro

Art. 20. O órgão Contábil Financeiro tem por finalidade o planejamento, organização, execução e coordenação das atividades relacionadas à contabilidade, compras, tesouraria, patrimônio e estoque.

Seção XVI

Do Jurídico/Administrativo

Art. 21. O órgão Jurídico/Administrativo tem por finalidade o planejamento, organização, execução e coordenação das atividades relacionadas a recursos humanos, assistência jurídica, licitações e protocolo.

Seção XVII

Do Processo Legislativo

Art. 22. O órgão Legislativo tem por finalidade o planejamento, organização, execução e coordenação das atividades relacionadas à análise legislativa, assistência legislativa, expediente, arquivo e biblioteca.

Seção XVIII

Do Apoio Geral

Art. 23. O órgão de Apoio de Geral tem por finalidade prestar serviço de apoio nas atividades relacionadas à telefonia, recepção, processamento de dados, frota e serviços gerais.

CAPÍTULO V

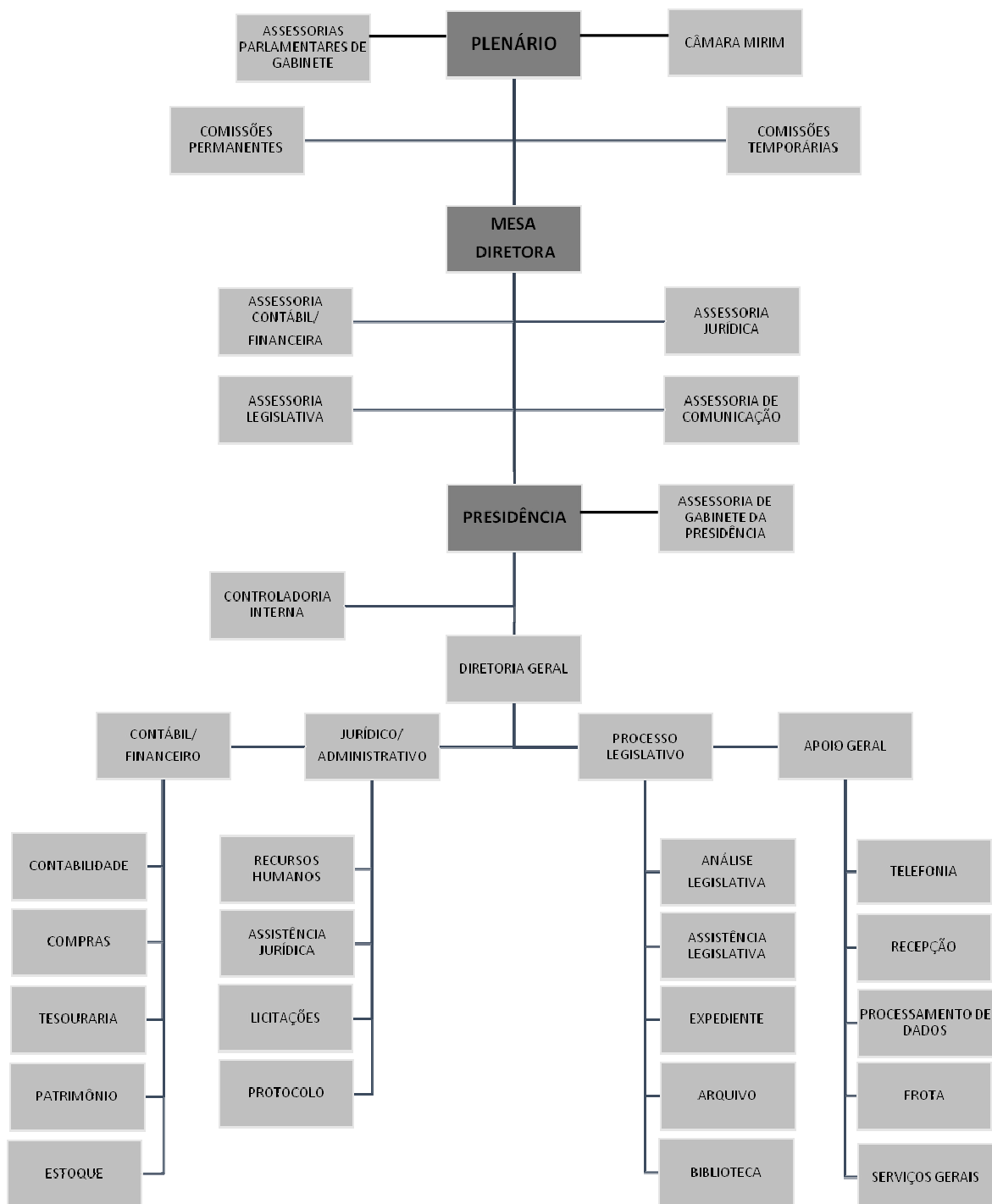
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Os Cargos de Provimento Efetivo, Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas, compatíveis com a estrutura administrativa prevista nesta Resolução e necessários ao pleno funcionamento da Câmara de Vereadores, são previstos em legislação própria.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 8 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
Presidente.

ANEXO ÚNICO**ORGANOGRAMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR**

Portaria 39-2014 - Concede Progressão Funcional por Antiquidade -Todos Data Base 01-08

PORTARIA nº 39, de 03 de setembro de 2014.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, a servidores efetivos da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 26 e 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2011 a 31 de agosto de 2014, aos servidores DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de assistente legislativo, DANIELA MARQUES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de controladora interna, DIMALEICY APARECIDA PEREIRA E ELAINE FÁVERO, ocupantes do cargo de assistente administrativo e JOSÉ LUIZ FURLIN, ocupante do cargo de motorista, todos do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossados em 01/08/2011, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência I-A para I-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 03 de setembro de 2014.

Wilson Luiz Binotto,
PRESIDENTECarlos Evandro Luz,
VICE-PRESIDENTEFlavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIOCleony Lopes Barboza Figur
2º SECRETÁRIA.**Camboriú****PREFEITURA****Ata de Registro de Preços PR 76/14-PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 076/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 043/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES, PORTÕES, CERCAS, BATENTES E TRILHOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/09/2015

1ª Publicação.

PR 10/14 - FUMREBOM

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2014-FUMREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMIONETE, ZERO QUILOMETRO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2014, NA COR VERMELHA PARA SER SOMADA AO TREM DE SOCORRO PARA BUSCAS E SALVAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1260/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1260/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDF3984	55727067E	6610/2	07/08/2014	230 * VII
MDF3984	55727068E	6637/1	07/08/2014	230 * IX
MDW4711	54949932E	5010/0	19/07/2014	162 * I
MDW4711	54949933E	6599/2	19/07/2014	230 * V
MEF4418	54950420E	5010/0	27/07/2014	162 * I
MEJ6435	54950047E	6653/1	25/07/2014	230 * XI
MFH5068	54948331E	5010/0	29/07/2014	162 * I
MFZ0312	54945977E	5010/0	07/08/2014	162 * I
MGO4878	54949476E	5010/0	18/07/2014	162 * I
MGO4878	54949477E	5061/0	18/07/2014	163 c/c 162 * I
MGP2327	54950433E	6599/2	07/08/2014	230 * V
MGP2327	54950434E	6637/2	07/08/2014	230 * IX
MHR0130	54949946E	5010/0	26/07/2014	162 * I
MHR0130	54949947E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MHW7116	54950383E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MHW7116	54950384E	5045/0	05/08/2014	162 * V
MHW7116	54950385E	6610/2	05/08/2014	230 * VII
MHX1814	54457226E	5045/0	03/08/2014	162 * V
MHX1814	55373389C	7340/0	07/08/2014	252 * IV
MJI0182	54950374E	6556/1	02/08/2014	230 * I
MJI0182	54950377E	5274/1	02/08/2014	175
MJI0182	54950379E	6637/2	02/08/2014	230 * IX
MJI1612	54949498E	5045/0	26/07/2014	162 * V
MJI1612	54949499E	6912/0	26/07/2014	232
MKF9827	55726859E	6912/0	05/08/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1261/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1261/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JEP4802	54457227E	5525/0	03/08/2014	181 * XV
KLP9309	54950366E	5541/5	30/07/2014	181 * XVII
MBS0456	54949955E	5460/0	27/07/2014	181 * IX
MCF7232	54950315E	5568/0	06/08/2014	181 * XIX
MCZ1533	54950427E	5525/0	07/08/2014	181 * XV
MDW7301	55727056E	5541/6	07/08/2014	181 * XVII
MJI0182	54950375E	5835/0	02/08/2014	195
MJI0182	54950376E	6050/1	02/08/2014	208
MJI0182	54950378E	5819/1	02/08/2014	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.024 de 09 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.024 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.865,00 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
010.301.1504.2.040 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.865,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
010.303.1504.2.042 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 2.865,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 3.026 de 09 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.026 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2006 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2005, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da Administração Municipal extraída do Plano Plurianual para 2005/2009;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art.2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2006, 2007 e 2008, de que trata o Artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2005;

II - Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

III - Anexo I.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.

IV - Anexo I.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.

V - Anexo I.4.1 - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.

VI- Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.

VII - Anexo I.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.

VIII - Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.

IX - Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.

X - Anexo I.9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

XI - Anexo I.10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.

XII - Anexo I.11 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

XIII - Anexo I.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

XIV - Anexo II - Prioridades e Metas.

XV - Anexo III - Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

XVI - Anexo IV - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XVII - Anexo V - Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação.

XVIII - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2006

Art.3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2006, são aquelas definidas e demonstradas

nos ANEXOS de que trata o Artigo 2º desta Lei.

Art.4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2006, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

Parágrafo 2º - A categoria de programação de trata o Artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art.6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2006 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art.7º A Lei Orçamentária para 2006 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004

e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6 da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Artigo 14 da LRF; (Artigo 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Artigo 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64; XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Artigo 165, Parágrafo 5º da CF).

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Artigo 5º, I da LRF).

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2006. (Artigo 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; (Artigo 44 da LRF).

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2005; (Artigo 4º, Parágrafos 1º e 9º da LRF).

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para x1. (Artigos 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

Parágrafo 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Parágrafo 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que

trata o item X deste Artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art.9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a 1,17% da Receita Corrente Líquida..

Art.10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Iprecal será constituída dos recursos que corresponderão ao seu Superávit Orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art.11 Os Orçamentos para o exercício de 2006 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (Artigos 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art.12 Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 6º, X desta Lei (QDD).

Parágrafo Único A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central .

Art.13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2006 deverão observar os efeitos da alteração da Legislação Tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Artigo 12 da LRF).

Art.14 Na execução do Orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Artigo 9º da LRF).

I - Contrapartida para Projetos ou Atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art.15 A compensação de que trata o Artigo 17, Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado estão previstas no Anexo I.11 e I.12 e observarão o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade

Fiscal. (Artigo 4º, Parágrafo 2º da LRF).

Art.16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (Artigo 4º, Parágrafo 3º da LRF).

Parágrafo 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2005.

Parágrafo 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art.17 Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, Artigo 5º, Portaria STN nº 163/2001, Artigo 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Artigo 5º, III, "b" da LRF)

Parágrafo 1º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2006, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art.18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, Parágrafo 5º da LRF).

Art.19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Artigos 8º, 9º e 13 da LRF).

Art.20 Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2006 com Dotações Vinculadas, a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Artigo 8º, Parágrafo único e 50, I da LRF).

Parágrafo 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o Artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Parágrafo 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste Artigo. (Artigo 8º, Parágrafo único e 50, I da LRF)

Art.21 A renúncia de Receita estimada para o Exercício Financeiro de 2006, constantes do ANEXO I.11 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Artigo 4º, Parágrafo 2º, V e Artigo 14, I da LRF).

Art.22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às Entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, que atendam o estabelecido no Decreto Municipal 3832/2005 e dependerá de autorização em Lei específica.(Artigo 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As Entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Artigo 70, Parágrafo único da CF).

Art.23 Para efeito do disposto no Artigo 16 Parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no Exercício Financeiro de 2006, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no Item I do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, devidamente atualizado. (Artigo 16, Parágrafo 3º da LRF).

Art.24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Artigo 45 da LRF).

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o Artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta Lei. (Artigo 45, Parágrafo único da LRF).

Art.25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por Convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Artigo 62 da LRF).

Art.26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2006 a preços correntes.

Art.27 A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a Dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Artigo 167, VI da CF).

Art.28 Durante a execução orçamentária de 2006, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos Projetos Atividades ou Operações Especiais no Orçamento das Unidades Gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o Exercício de 2006 e constantes desta Lei. (Artigo 167, I da CF).

Art.29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o Artigo 50, Parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidas de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do Ensino Fundamental, do aluno/ano do Transporte Escolar, do aluno/ano do Ensino Infantil, do aluno/ano com Merenda Escolar, da destinação final da tonelada de Lixo, do atendimento nas Unidades de

Saúde, entre outros. (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do Exercício. (Artigo 4º, I, "e" da LRF).

Art.30 Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2006, serão desdobrados em metas quadri-mestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Artigos 4º, I, "e" e 9º, Parágrafo 4º da LRF).

Art.31 Para fins do disposto no Artigo 165, Parágrafo 8º da Constituição Federal, considera-se Crédito Suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito Orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.32 A Lei Orçamentária para o exercício de 2006 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art.33 A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em Lei específica. (Artigo 32, I da LRF).

Art.34 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Artigo 31, Parágrafo 1º, II da LRF)

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.35 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2006, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, Parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2006 ou em créditos adicionais.

Art.36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 22, Parágrafo único, V da LRF).

Art.37 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigos 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art.38 Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o Artigo 18, Parágrafo 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do

contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Artigo 14 da LRF).

Art.40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 14, Parágrafo 3º da LRF).

Art.41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Artigo 14, Parágrafo 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art.42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 10 de dezembro de 2005.

Parágrafo 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

Parágrafo 2º Se a Lei Orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do Exercício Financeiro de 2006, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das Dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art.43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no Artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art.44 Os Créditos Especiais e Extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou

Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o Exercício de 2006.

Art.46 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Câmara Municipal de Vereadores	01
Unidade Orçamen- tária	Câmara Municipal de Vereadores	01
Função	Legislativa	01
Subfunção	Ação Legislativa	031
Programa	Processo Legislativo	01
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Legislativas	2001

DIAGNOSTICO: O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 Assessor Jurídico e 01 Diretor Geral em cargo de provimento em comissão, 01 Agente Administrativo II, 01 Auxiliar de Serviços Gerais e 01 Contador em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de propriedade do Município e possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Manter e reformar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais e equipamentos de informática e sonorização modernos, adquirir móveis, equipamentos permanentes, aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores públicos, além de ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara, ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
01.01 - Vencimentos e vantagens fixas dos servidores públicos municipais, subsídios e indenizações aos vereadores	Remuneração	Unidade	200	213.500,00	0.1.00
01.02 - Ampliação do quadro funcional - previsão de remuneração	Remuneração	Unidade	0	0,00	0.1.00
01.03 - Obrigações patronais sobre remuneração dos servidores públicos, subsídios e indenização dos vereadores e obrigações tributárias e contributivas dos prestadores de serviços autônomos	Encargos	Unidade	12	36.650,00	0.1.00
01.04 - Adquirir materiais e serviços para manutenção do bem imóvel público	Materiais	Unidade	50	10.800,00	0.1.00
01.05 - Adquirir materiais de expediente, material de conservação e material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e outros para manter a estrutura da Câmara Municipal	Materiais	Unidade	50	12.011,00	0.1.00
01.06 - Contratação de serviços de perícia médica, serviços de energia elétrica, serviço de água, serviço de telecomunicações, serviços de comunicação em geral, serviço de manutenção e conservação de equipamentos e patrimônio, serviços bancários, serviços gráficos, serviços de processamento de dados, publicações, locação de software especialista, serviços de proteção e segurança e outros para garantir a boa atuação da Câmara Municipal	Serviços	Mês	12	30.250,00	0.1.00
01.07 - Aquisição de mobiliário, equipamentos e livros para a atualização, modernização, ampliação, proteção e segurança da estrutura da Câmara Municipal	Equipamento	Unidade	20	9.530,00	0.1.00
01.08 - Capacitação dos servidores e vereadores lotados na Câmara Municipal (cursos, seminários, congresso, etc)	Serviços	Unidade	12	4.650,00	0.1.00
01.09 - Realização de Concursos Públicos	Serviços	Unidade	0	0,00	0.1.00
01.10 - Contratação de estagiários para auxiliar nos trabalhos de Câmara Municipal	Remuneração	Unidade	1	6.020,00	0.1.00
01.11 - Assinatura de Jornais e Periódicos	Periódicos	Unidade	1	730,00	0.1.00
01.12 - Pagamento de Vale Alimentação para servidores efetivos e contratados	Auxílio	Unidade	1	860,00	0.1.00
01.13 - Conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos	Auxílio	Unidade	1	5.300,00	0.1.00
01.14 - Auxiliar os servidores e vereadores da Câmara Municipal nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	Unidade	30	8.060,00	0.1.00

TOTAL				338.361,00	
-------	--	--	--	------------	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Gabinete do Prefeito	02
Unidade Orçamen- tária	Chefia de Gabinete	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Pessoal do Gabinete	02
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2002

DIAGNOSTICO: No Gabinete do Prefeito estão lotados: Prefeito, Vice-Prefeito, Chefe de Gabinete, Assessor Jurídico, Agente do Controle Interno, Assessor de Comunicação Social, Secretário da Junta do Serviço Militar, Administrador Distrital e previsão de contratação a partir de 2008 de mais um Administrador Distrital.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Gabinete do Prefeito.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
02.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	13	270.000,00	0.1.00
02.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	13	39.400,00	0.1.00
02.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	4.550,00	0.1.00
TOTAL				313.950,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Gabinete do Prefeito	02
Unidade Orçamen- tária	Chefia de Gabinete	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Manutenção do Gabinete do Prefeito	03
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2002

DIAGNÓSTICO: A estrutura de Gabinete do Prefeito compreende: Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Coordenação de Administração Distrital, Controladoria e Secretaria da Junta de Serviço Militar.

DIRETRIZES: Elaboração de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos administrativos, defesa dos interesses do Município, planejamento e manutenção do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do Programa de Governo. O Gabinete também apóia Entidades Educacionais como APAE e FECAMPO e contribui com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e com a Federação Catarinense dos Municípios para que estes possam também defender os interesses do Município de Campo Alegre junto ao Governo Federal e Estadual.

OBJETIVOS: Praticar o princípio da transparência, melhorar o planejamento, intensificar o controle dos atos da Administração para que as metas do Plano Governo seja efetivamente cumprido, além de ter significativa representação junto ao Governo Federal e Estadual.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
03.01 - Subvencionar as Entidades Educacionais APAE e FECAMPO	Subvenção	mês	12	22.000,00	0.1.00
03.02 - Contribuir com a CNM e FECAM	Contribuição	mês	12	6.000,00	0.1.00
03.03 - Contratar Estagiários para a Secretaria da Junta do Serviço Militar e Fórum	Auxílio	mês	12	10.800,00	0.1.00
03.04 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material para realização de eventos e homenagens e outros para manter a estrutura do Gabinete	Material	unidade	7.500	2.200,00	0.1.00
03.05 - Contratar serviços especializados de leitura do diário oficial, publicação de atos oficiais, encadernação, cartório, serviço de comunicação, serviço de processamento de dados, serviço de gráfica e outros.	Serviço	unidade	750	10.784,00	0.1.00
03.06 - Adquirir equipamentos para atualizar e modernizar os serviços prestados pelo Gabinete do Prefeito	Equipamento	unidade	1	2.800,00	0.1.00
03.07 - Capacitar os membros do Gabinete do Prefeito	Curso	unidade	2	500,00	0.1.00
03.08 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	12	900,00	0.1.00
TOTAL				55.984,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Administração	03
Unidade Orçamentária	Serviço de Administração	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Administração	04
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Administrativas	2003

DIAGNÓSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 16 servidores efetivos e prevê ainda de contratação por concurso de mais um agente administrativo II.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores, no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria Municipal de Administração.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
04.01 - Pagamento de Subsídio e Salários	Vencimentos	mês	13	272.000,00	0.1.00
04.02 - Pagamentos de Encargos Sociais	Encargos	mês	13	8.800,00	0.1.00

04.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	20.000,00	0.1.00
04.04 - Pagamento Salário Família	Benefício	mês	13	1.300,00	0.1.00
04.05 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	13	850,00	0.1.00
TOTAL				302.950,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Administração	03
Unidade Orçamentária	Serviço de Administração	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Geral	122
Programa	Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas	05
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Administrativas	2003

DIAGNOSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Pessoal, Serviço de Suprimentos, Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo e Núcleo Geral de Informática e Arquivo.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Atender de forma ágil e eficiente o Executivo, os servidores, as demais Secretarias e os Municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
05.01 - Adquirir materiais de expediente, material de conservação e manutenção do veículo, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros para manter a estrutura da Secretaria.	Material	unidade	37.500	13.369,00	0.1.00
05.02 - Contratação de serviços de perícia médica, serviços de energia elétrica, serviço de água, serviço de telecomunicações, serviço de manutenção e conservação de equipamentos, patrimônio e veículo, serviços de processamento de dados, assinatura de jornais e periódicos, concurso público, publicações, locação de software especialista e outros para garantir a boa atuação da Secretaria	Serviço	mês	12	133.900,00	0.1.00
05.03 - Aquisição de mobiliário e equipamentos para a atualização, modernização e ampliação da estrutura da Secretaria de Administração	Equipamento	unidade	5	3.000,00	0.1.00
05.04 - Capacitação dos servidores lotados na Secretaria	Curso	unidade	4	500,00	0.1.00
05.05 - Contratação de estagiários para auxiliar nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	12	11.000,00	0.1.00
05.06 - Pagamento de vale alimentação para o servidor conforme Lei Municipal 006/2002	Ticket	unidade	1.625	76.000,00	0.1.00
05.08 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	12	900,00	0.1.00
TOTAL				238.669,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Administração	03
Unidade Orçamentária	Serviço de Administração	01
Função	Administração	04
Subfunção	Formação de Recursos Humanos	128
Programa	Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas	05
Proj./Ativid./Op. Esp.	Bolsa Estudantil ao Servidor	2004

DIAGNOSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Pessoal, Serviço de Suprimentos, Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo e Núcleo Geral de Informática e Arquivo.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Atender de forma ágil e eficiente o Executivo, os servidores, as demais Secretarias e os Municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
05.07 - Conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos	Bolsa	unidade	25	13.000,00	0.1.00
TOTAL				13.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Finanças	04
Unidade Orçamen- tária	Serviço do Controle Fazendário	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Financeira	123
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	06
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Financeiras	2005

DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretario Municipal e 5 servidores efetivos.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Finanças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
06.01 - Pagamento de Subsídio e Salários	Vencimentos	mês	13	155.600,00	0.1.00
06.02 - Pagamentos de Encargos Sociais	Encargos	mês	13	8.800,00	0.1.00
06.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	9.700,00	0.1.00
TOTAL				174.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Finanças	04
Unidade Orçamen- tária	Serviço do Controle Fazendário	01
Função	Administração	04
Subfunção	Administração Financeira	123
Programa	Coordenação e Manutenção das Atividades Financeiras	07
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Finanças	2005

DIAGNOSTICO: A atividade de finanças compreende: Serviço de Tributação e Fiscalização, Serviço de Contabilidade e Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições nos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Tornar a secretaria ágil e eficiente atendendo as necessidades dos demais órgãos da Administração, sempre aplicando as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
07.01 - Contribuição a AMUNESC	Contribuição	mês	12	65.000,00	0.1.00
07.02 - Contribuição para Formação do PASEP	Contribuição	mês	12	85.600,00	0.1.00
07.04 - Contratação de Estagiários para auxiliar nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	12	10.800,00	0.1.00
07.05 - Contratação de serviços bancários, locação de software especialista, serviço de manutenção e conservação dos equipamentos e moto, serviços de comunicação em geral, serviços gráficos e outros para manter as atividades da Secretaria	Serviço	mês	12	38.900,00	0.1.00
07.06- Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material gráfico, material de manutenção e conservação de equipamentos, combustível e lubrificante para moto e outros para manter a estrutura da Secretaria	Material	unidade	32.500	6.000,00	0.1.00
07.07 - Aquisição de equipamentos para atualização, modernização e ampliação dos serviços prestados pela Secretaria	Equipamento	Unidade	1	3.000,00	0.1.00
07.08 - Capacitação dos servidores lotados na Secretaria	Curso	unidade	2	500,00	0.1.00
07.09 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	12	900,00	0.1.00
07.10 - Programa de Premiação do Pagamento IPTU	Premiação	unidade	1	1.500,00	0.1.00
TOTAL				212.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Finanças	04
Unidade Orçamentária	Serviço do Controle Fazendário	01
Função	Encargos Especiais	28
Subfunção	Serviço da Dívida Interna	843
Programa	Coordenação e Manutenção das Atividades Financeiras	07
Proj./Ativid./Op. Esp.	Amortização da Dívida Pública	2006

DIAGNOSTICO: A atividade de finanças compreende: Serviço de Tributação e Fiscalização, Serviço de Contabilidade e Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições nos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Tornar a secretaria ágil e eficiente atendendo as necessidades dos demais órgãos da Administração, sempre aplicando as determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
07.03 - Amortização da Dívida junto ao INSS	Parcelamento	mês	12	44.720,00	0.1.00
TOTAL				44.720,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Apoio Administrativo	01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	08
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Apoio a Educação	2007

DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 01 Nutricionista, 01 Fonoaudiólogo, 02 Especialistas em Assuntos Educacionais, 57 Professores, 08 Auxiliares de Educador, 35 Agentes Operacionais, 2 Motoristas e prevê ainda a contratação por concurso de mais 17 profissionais.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Educação.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
08.01.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	13	138.440,00	0.1.01
08.01.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	13	8.800,00	0.1.01
08.01.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	9.300,00	0.1.01
TOTAL				156.540,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Ensino Fundamental	02
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	08

Proj./Ativid./Op. Esp.	Desenvolvimento do Ensino Fundamental			2008	
DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 01 Nutricionista, 01 Fonoaudiólogo, 02 Especialistas em Assuntos Educacionais, 57 Professores, 08 Auxiliares de Educador, 35 Agentes Operacionais, 2 Motoristas e prevê ainda a contratação por concurso de mais 17 profissionais.					
DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.					
OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Educação.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL - 60%					
08.02.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	13	631.500,00	0.1.12
08.02.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	59.717,00	0.1.12
08.02.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	12	390,00	0.1.12
08.03 - ENSINO FUNDAMENTAL - 40%					
08.03.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	13	157.300,00	0.1.13
08.03.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	16.763,00	0.1.13
08.03.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	12	3.170,00	0.1.13
08.03.04 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	12	1.920,00	0.1.13
TOTAL				870.760,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO			
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05			
Unidade Orçamen- tária	Serviço de Educação Infantil	03			
Função	Educação	12			
Subfunção	Ensino Infantil	365			
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	08			
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	2009			
DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 01 Nutricionista, 01 Fonoaudiólogo, 02 Especialistas em Assuntos Educacionais, 57 Professores, 08 Auxiliares de Educador, 35 Agentes Operacionais, 2 Motoristas e prevê ainda a contratação por concurso de mais 17 profissionais.					
DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.					
OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Educação.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
08.04.01 - Paqamento de Salários	Vencimentos	mês	13	546.980,00	0.1.02

08.04.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	59.000,00	0.1.02
08.04.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	12	2.110,00	0.1.02
08.04.04 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	12	1.120,00	0.1.02
TOTAL				609.210,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamen- tária	Serviço de Apoio a Educação	01
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Coordenação e Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	09
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Apoio a Educação	2007

DIAGNOSTICO: A Secretaria de Educação compreende o Serviço de Apoio Administrativo a Educação, Serviço de Ensino Fundamental, Serviço de Educação Infantil e Serviço de Controle da Merenda e Transporte Escolar.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições administrativas de cada serviço e da Secretaria como um todo.

OBJETIVOS: Garantir a qualidade de ensino fornecendo estrutura e recursos necessários.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
09.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material de manutenção e conservação do veículo, combustíveis e lubrificantes automotivos e demais materiais para manutenção da estrutura da Secretaria de Educação	Material	mês	50.000	1.864,00 11.082,00	0.1.01 0.1.02
09.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio e veículo, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, locação de imóvel e máquina copiadora e outros	Serviço	mês	12	29.100,00	0.1.01
09.03 - Auxiliar os colaboradores da Secretaria de Educação nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	mês	12	900,00	0.1.01
09.04 - Contratação de estagiários para auxiliarem nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	12	32.320,00	0.1.01
09.05 - Contribuição para o aperfeiçoamento e ampliação de oficinas pedagógicas e atividades sócio-educativos para os alunos da rede municipal de ensino	Contribuição	mês	12	17.800,00	0.1.02

09.06 - Aquisição de equipamentos para atualização e modernização da estrutura da Secretaria de Educação	Equipamento	mês	3	1.000,00	0.1.01
09.07 - Criação de Biblioteca Itinerante afim de oportunizar o acesso a leitura e pesquisa também aos alunos residentes na zona rural	Material	unidade	800	3.000,00	0.1.01
TOTAL				97.066,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Ensino Fundamental	02
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Manutenção das Atividades Específicas do Ensino Fundamental	10
Proj./Ativid./Op. Esp.	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	2008

DIAGNOSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 7 escolas de educação básica atendendo atualmente 897 alunos de 1ª a 6ª série, implantará ainda em 2006, mais duas turmas de 7ª série e, em 2007 mais duas turmas de 8ª série, além de construir/ampliar as instalações da Escola de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes para a partir de 2008, oferecer gradativamente o ensino de 5ª a 8ª série.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura física e pedagógica necessária para o aprendizado dos alunos do ensino fundamental, mantendo e equipando as unidades escolares, bem como permitir o acesso ao transporte escolar.

OBJETIVOS: Diminuir a evasão escolar, erradicar o analfabetismo e acima de tudo contribuir para formação integral do aluno com ensino de qualidade, para que este possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
10.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados e informática, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material didático e demais materiais para manutenção da estrutura das escolas de ensino fundamental	Material	mês	75.000	43.100,00	0.1.13
10.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, assinatura de periódicos, serviço de segurança, serviços bancários e outros	Serviço	mês	12	21.530,00	0.1.13
10.03 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Ensino Fundamental nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	12	900,00	0.1.13
10.04 - Aquisição de jogos educativos e materiais esportivos para desenvolver o aluno nos aspectos físicos e intelectuais como um todo	Material	unidade	125	5.400,00	0.1.13
10.05 - Aquisição de kit escolar para os alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série)	Material	unidade	1.200	13.760,00	0.1.13
10.07 - Construção/ampliação da nova sede da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes	Obra	área	1.100	152.158,00	0.1.13

TOTAL				236.848,00	
-------	--	--	--	------------	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Ensino Fundamental	02
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Manutenção das Atividades Específicas do Ensino Fundamental	10
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Transporte Escolar	2010

DIAGNOSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 7 escolas de educação básica atendendo atualmente 897 alunos de 1ª a 6ª série, implantará ainda em 2006, mais duas turmas de 7ª série e, em 2007 mais duas turmas de 8ª série, além de construir/ampliar as instalações da Escola de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes para a partir de 2008, oferecer gradativamente o ensino de 5ª a 8ª série.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura física e pedagógica necessária para o aprendizado dos alunos do ensino fundamental, mantendo e equipando as unidades escolares, bem como permitir o acesso ao transporte escolar.

OBJETIVOS: Diminuir a evasão escolar, erradicar o analfabetismo e acima de tudo contribuir para formação integral do aluno com ensino de qualidade, para que este possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
10.06 - Transporte dos alunos da rede municipal e estadual do Município	Serviço	unidade	10	45.070,00	0.1.13
				416.345,00	0.1.02
				40.865,00	0.1.10
				93.074,00	0.1.06
TOTAL				595.354,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Educação Infantil	03
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Infantil	365
Programa	Manutenção das Atividades Específicas do Ensino Infantil	11
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	2009

DIAGNOSTICO: O Município possui 3 Centros Municipais de Educação Infantil atendendo atualmente 115 alunos de 4 meses a 3 anos e 366 alunos de 4 a 6 anos.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura física e pedagógica necessária para o aprendizado dos alunos do ensino infantil, mantendo e equipando os Centros de Educação Infantil.

OBJETIVOS: Cumprir as funções complementares e indissociáveis da educação infantil: cuidar e educar de forma integrada.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
11.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados e informática, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material didático e demais materiais para manutenção da estrutura das escolas de ensino fundamental	Material	mês	4.000	15.000,00	0.1.02

11.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, assinatura de periódicos e outros	Serviço	mês	12	12.880,00	0.1.02
11.03 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Ensino Infantil nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	16	900,00	0.1.02
11.04 - Aquisição de jogos educativos e materiais esportivos para desenvolver o aluno nos aspectos físicos e intelectuais como um todo	Material	unidade	125	5.000,00	0.1.02
11.05 - Aquisição de kit escolar para os alunos do ensino infantil	Material	unidade	380	3.330,00	0.1.02
11.06 - Reforma e revitalização da estrutura dos centros municipais existentes	Obra	unidade	1	10.760,00	0.1.02
11.07 - Aquisição de equipamentos para substituição e ampliação da estrutura do ensino infantil	Equipamento	unidade	6	2.150,00	0.1.02
11.08 - Capacitação dos profissionais do magistério e auxiliar de berçário	Curso	unidade	1	670,00	0.1.02
TOTAL				50.690,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Serviço de Controle da Merenda Escolar	05
Função	Educação	12
Subfunção	Alimentação e Nutrição	306
Programa	Merenda Escolar	12
Proj./Ativid./Op. Esp.	Merenda Escolar	2011

DIAGNÓSTICO: O Município fornece aos alunos da rede municipal de ensino, a merenda escolar. Elaborado com a orientação e a supervisão de uma nutricionista, o cardápio da merenda escolar, conforme FNDE deve contribuir com, pelo menos, 15% das necessidades nutricionais diárias que cada aluno necessita.

DIRETRIZES: Aquisição de produtos alimentícios com qualidade e com garantia de procedência, além de manter e aperfeiçoar a estrutura física que permita a elaboração e a entrega dos alimentos nas Unidades Escolares.

OBJETIVOS: Contribuir para a melhoria do desempenho escolar, visando a redução da evasão escolar e da repetência, e também, promover hábitos alimentares saudáveis.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
12.01 - Aquisição de produtos alimentícios que compõe o cardápio da merenda escolar da rede municipal de ensino	aluno	unidade	1.500	41.515,00 4.859,00 25.500,00	0.1.08 0.1.09 0.1.00
12.03 - Aquisição de materiais de copa e cozinha para elaboração da merenda escolar e uniformes para merendeiras	material	unidade	200	5.400,00	0.1.00
TOTAL				77.274,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS
ANEXO II

CLASSIFI- CAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamen- tária	Serviço de Manutenção do Salário Educação	06
Função	Educação	12
Subfunção	Ensino Fundamental	361
Programa	Salário Educação	13
Proj./ Ativid./Op. Esp.	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental com Salário Educação	2012

DIAGNÓSTICO: Os recursos recebidos das contribuições do salário educação são alocados em programas e projetos voltados ao ensino fundamental.

DIRETRIZES: Melhoria da qualidade na educação preferencialmente no ensino fundamental.

OBJETIVOS: Contribuir e propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
13.01 - Aperfeiçoamento, capacitação e investimento na qualificação dos profissionais do Ensino Fundamental	Cursos	Unidade	3	5.400,00	0.1.07
13.02 - Construção, reforma e revitalização da estrutura das escolas e quadra municipais existentes	obra	Unidade	2	43.100,00	0.1.07
13.03 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de manutenção e conservação do veículo, combustíveis e lubrificantes automotivos e demais materiais para manutenção das ações voltadas ao Ensino Fundamental	Material	Unidade	100.000	36.630,00	0.1.07
13.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio e veículo, dos serviços de processamento de dados, serviços gráficos, serviços de, publicações e outros para manutenção das ações voltadas ao Ensino Fundamental	Serviço	mês	12	5.470,00	0.1.07
13.05 - Equipamentos para modernização, atualização e ampliação das ações voltadas para o Ensino Fundamental	Equipamento	unidade	10	13.084,00	0.1.07
TOTAL				103.684,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamen- tária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Pessoal do Departamento de Cultura e Desporto	14

Proj./Ativid./Op. Esp.		Manutenção das Atividades Culturais		2013	
DIAGNÓSTICO: No Departamento estão lotados: 01 Diretor de Cultura e Desporto, 05 Professores de Música, 01 Professor de Educação Física e 01 Agente Operacional.					
DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.					
OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Departamento de Cultura e Desporto.					
ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
14.01 - Pagamento de Salários	Vencimento	mês	13	68.350,00	0.1.00
14.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargo	mês	13	5.100,00	0.1.00
14.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargo	mês	13	5.570,00	0.1.00
14.04 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	12	450,00	0.1.00
TOTAL				79.470,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFI-CAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamen-tária	Departamento de Cultura e Desporto	04
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Manutenção das Atividades Administrativas do Departamento de Cultura e Desporto	15
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Culturais	2013

DIAGNÓSTICO: a sede do Departamento fica na Casa da Cultura, que conta com 01 Museu, 01 Biblioteca, 03 Salas de Música, Espaço Cultural com 01 Auditório e 02 Salas de Reuniões, 01 Ginásio de Esportes e 01 Praça de Esportes.

DIRETRIZES: Manter as instalações físicas com água, luz, telefone, material de limpeza, consertos, manutenção dos equipamentos e outros.

OBJETIVO: Manter as atividades da Casa da Cultura, do Espaço Cultural e dos ambientes para prática de esportes em pleno funcionamento, proporcionando a estrutura necessária para o desenvolvimento de nossa população.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
15.01 - Contratar estagiários para auxiliar nos serviços administrativos do Departamento	Auxílio	mês	12	7.800,00	0.1.00
15.02 - Contratação de serviços de manutenção e conservação dos equipamentos, patrimônio e do veículo, serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços gráficos, serviços de comunicação, material publicitário e outros necessários para que o departamento possa realizar suas atividades administrativas	Serviço	mês	12	12.300,00	0.1.00

15.03 - Aquisição de material de manutenção e conservação dos equipamentos, patrimônio e veículo, material de expediente, material de processamento de dados, material gráfico, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e outros para manter a estrutura administrativa	Material	unidade	5.000	2.900,00	0.1.00
15.05 - Aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação e equipamentos de áudio, vídeo e foto e outros para atualizar e ampliar a estrutura do Departamento	Equipamento	unidade	2	7.000,00	0.1.00
15.06 - Aquisição de equipamentos e utensílios domésticos (ferro de passar e máquina de lavar) para manutenção dos uniformes da Banda Municipal	Equipamento	unidade	2	1.060,00	0.1.00
15.08 - Auxiliar os funcionários nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	10	700,00	0.1.00
TOTAL				31.760,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Banda Municipal de Campo Alegre - BAMUCA	16
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Culturais	2013

DIAGNÓSTICO: A Banda Municipal de Campo Alegre conta com 45 integrantes/alunos e 26 instrumentos.

DIRETRIZES: Manter os instrumentos existentes em boas condições de uso; adquirir novos instrumentos; manter os uniformes em ótimo estado para que os alunos possam se apresentar; prever uniformes e instrumentos para a entrada de novos integrantes; disponibilizar recursos para viagens de intercâmbio Nacional e/ou Internacional com outras Bandas.

OBJETIVO: Manter e aperfeiçoar as apresentações cívicas e festivas realizadas pela Banda Municipal, proporcionando desenvolvimento, entretenimento e cultura aos alunos e a população em geral.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
16.01 - Contratação de Maestro para dirigir a Banda Municipal	Serviço	mês	12	6.500,00	0.1.00
16.02 - Aquisição de Instrumentos Musicais	Equipamento	unidade	7	2.500,00	0.1.00
16.03 - Reforma e manutenção dos instrumentos existentes	Instrumento	unidade	15	650,00	0.1.00
16.04 - Proporcionar viagens e a participação da Banda em Festivais e Audições	Viagem	unidade	1	1.000,00	0.1.00
TOTAL				10.650,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Biblioteca Municipal	17
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Culturais	2013

DIAGNÓSTICO: A Biblioteca Municipal Cruz e Souza possui um acervo de 4.000 livros, em uma sala com 4 mesas, 16 cadeiras, 04 estantes de aço e 2 armários.

DIRETRIZES: Adquirir acervo bibliográfico das mais diversas áreas, principalmente literatura infantil e infanto-juvenil, melhorar a estrutura aos usuários e implantar a Biblioteca Virtual.

OBJETIVO: Desenvolver e ampliar as opções de pesquisa bibliográfica para que cada vez mais a biblioteca se torne um ambiente freqüentado por crianças, jovens e adultos.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
17.01 - Aquisição de livros para ampliação do acervo	Acervo	unidade	80	1.300,00	0.1.00
TOTAL				1.300,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Cultura	13
Subfunção	Difusão Cultural	392
Programa	Cultura para Todos	18
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Culturais	2013

DIAGNÓSTICO: Departamento de Cultura realiza anualmente o Festival de Inverno envolvendo toda a comunidade, o Festival de Dança com os alunos da Rede Municipal de Ensino, o Festival de Bandas e Fanfarras, prepara as comemorações do aniversário do Município e promove alguns eventos em algumas datas alusivas como Natal, Páscoa, Dia da Independência e outros.

DIRETRIZES: Repassar a contribuição para entidade realizadora do Festival de Inverno; confeccionar folders, cartazes, convites para divulgação dos eventos; contratar shows, apresentações artísticas, culturais e musicais; adquirir materiais e serviços diversos para a organização dos eventos.

OBJETIVO: Democratizar a cultura de forma com que todos possam usufruir dos benefícios que ela oferece a sociedade.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
18.01 - Colaborar com a realização do Festival de Inverno	Contribuição	unidade	1	15.000,00	0.1.00
18.02 - Realização do Festival de Dança, Festival de Bandas e Fanfarras, realização de retretas, comemoração do Dia da Independência e comemoração do Aniversário do Município	Evento	unidade	6	6.050,00	0.1.00
18.03 - Comemorações e Decoração Natalina	Evento	unidade	1	1.730,00	0.1.00

18.04 - Melhorar a estrutura do Museu, criar o Arquivo Histórico Municipal e preservar o Patrimônio Histórico Municipal.	Serviço	unidade	1	870,00	0.1.00
18.05 - Manter o casarão localizado na Rua Coronel Bento de Amorim que será concedido á Prefeitura para desenvolver atividades culturais	Serviço	mês	12	650,00	0.1.00
18.06 - Criar e manter uma estrutura que permita incentivar a formação de um grupo teatral da Casa da Cultura	Projeto	unidade	1	1.500,00	0.1.00
TOTAL				25.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Desporto e Lazer	27
Subfunção	Desporto Comunitário	812
Programa	Esporte é Vida Saudável	19
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Desportivas	2014

DIAGNÓSTICO: O Departamento de Cultura e Desporto oferece estrutura física para prática de diversas modalidades desportivas, mas existe a necessidade de manter e ampliar a estrutura existente, além de construir novos espaços para atender a demanda crescente de crianças, jovens, adultos e idosos que procuram, cada vez mais, a saúde através do esporte.

DIRETRIZES: Reformar a estrutura física existente, construir novos espaços para prática desportiva e proporcionar a efetiva prática de esportes com materiais e equipamentos adequados para cada modalidade.

OBJETIVOS: Incentivar a população à pratica de esporte, oferecendo-o como meio de promover saúde e bem estar pessoal, independente da idade ou da classe social.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
19.01 - Construção, reforma, revitalização e ampliação de quadras poli-esportivas no Conjunto Habitacional Bela Vista, Bairro Belo Horizonte, Praça de Esportes Maurício Foitte e Campo Municipal de Fragosos	área	m2	150	10.780,00	0.1.00
19.02 - Aquisição de material desportivo como: uniformes, agasalhos, bolas, apitos, luvas, joelheiras, tornozeleiras, redes e outros	Material	unidade	40	2.160,00	0.1.00
TOTAL				12.940,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	05
Unidade Orçamentária	Divisão de Cultura e Desporto	04
Função	Desporto e Lazer	27
Subfunção	Desporto Comunitário	812
Programa	Importante é Competir	20

Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Desportivas			2014	
DIAGNÓSTICO: O Departamento de Cultura e Desporto promove campeonatos municipais como os Jogos Paraíso da Serra, os Jogos de Comemoração do Aniversário do Município, os Jogos de Integração da Terceira Idade, participa de campeonatos regionais e estaduais como Moleque Bom de Bola e outros.					
DIRETRIZES: Garantir a participação dos atletas em campeonatos municipais, regionais e estaduais.					
OBJETIVOS: Formar e preparar atletas para representarem o Município a nível regional, estadual e nacional.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
20.01 - Promoção de campanhas sócio-educativas, afim de conscientizar a população na busca da saúde através da prática de esportes	campanha	unidade	2	650,00	0.1.00
20.02 - Inscrição de equipes em campeonatos da Região e do Estado	inscrição	unidade	6	510,00	0.1.00
20.03 - Contratar serviços de transporte para as equipes que participarem de competições dentro e fora do Município	transporte	unidade	6	1.710,00	0.1.00
20.04 - Aquisição de diversos materiais como itens de primeiros socorros, água mineral, e outros	material	unidade	50	220,00	0.1.00
20.05 - Garantir as despesas básicas de alimentação das equipes, quando participarem de campeonatos fora do Município	refeições	unidade	250	2.150,00	0.1.00
20.06 - Contratar serviços de arbitragem para campeonatos municipais	campeonato	unidade	4	8.360,00	0.1.00
20.07 - Aquisição de premiações diversas como medalhas e troféus	material	unidade	400	2.850,00	0.1.00
TOTAL				16.450,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	06
Unidade Orçamentária	Serviço de Assistência a Saúde	01
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde	21
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção da Saúde Municipal	2015

DIAGNOSTICO: Na Secretaria de Saúde estão lotados: 01 Secretário Municipal, 03 Médicos, 05 Odontólogos, 01 Fisioterapeuta, 01 Farmacêutico, 02 Enfermeiros, 01 Fiscal da Vigilância Sanitária, 05 Técnicos de Enfermagem, 04 Auxiliares de Enfermagem, 03 Auxiliares de Odontologia, 07 Agentes Administrativos, 05 Motoristas e 3 Agentes Operacionais.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
21.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	13	736.146,00	0.1.03
21.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	13	8.800,00	0.1.03
21.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	64.640,00	0.1.03
21.05 - Pagamento de Salário Família	Benefícios	mês	12	940,00	0.1.03
21.06 - Pagamento de Horas Extras	Benefícios	mês	12	13.660,00	0.1.03

TOTAL					824.186,00	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE						
PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006						
ANEXO II						
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO				CÓDIGO	
Órgão	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social				06	
Unidade Orçamentária	Serviço de Assistência a Saúde				01	
Função	Saúde				10	
Subfunção	Atenção Básica				301	
Programa	Postos de Saúde				22	
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção da Saúde Municipal				2015	
DIAGNOSTICO: O Município tem cadastrado, no Ministério da Saúde, um projeto de ampliação e restauração do Posto de Saúde de Bateias de Cima. Esta unidade funciona como sede do Programa Saúde na Família - PSF						
DIRETRIZES: Reformar e ampliar a Unidade de Saúde.						
OBJETIVOS: Atender a demanda dos usuários com qualidade e eficiência.						
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META		VALOR	DR
22.01 - Ampliação e restauração do Posto de Saúde de Bateias de Cima	Obra	m2	212		85.010,00 2.630,00	0.1.20 0.1.03
TOTAL					87.640,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE						
PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006						
ANEXO II						
CLASSI- FICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO				CÓDIGO	
Órgão	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social				06	
Unidade Orça- mentária	Serviço de Bem Estar Social				02	
Função	Assistência Social				08	
Subfun- ção	Assistência Comunitária				244	
Programa	Pessoal do Serviço de Assistência Social				23	
Proj./Ati- vid./Op. Esp.	Manutenção da Assistência Social				2016	
DIAGNOSTICO: No Serviço de Assistência Social estão lotados: 01 Chefe do Serviço Social, 01 Assistente Social e prevê ainda a contratação de 01 Psicólogo e 01 Terapeuta Ocupacional por concurso.						
DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.						
OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Serviço de Assistência Social.						
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR	
23.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	13	81.230.00	0.1.00	

23.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	6.740,00	0.1.00	
TOTAL				87.970,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	06
Unidade Orçamentária	Serviço de Bem Estar Social	02
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	Conselho Tutelar	24
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	2017

DIAGNOSTICO: O Conselho Tutelar é formado por cinco conselheiros. Tem estrutura própria, e futuramente, será instalado na Casa da Cidadania.

DIRETRIZES: remuneração dos conselheiros e outras despesas de manutenção da sede do conselho tutelar.

OBJETIVOS: manter o atendimento a criança e ao adolescente conforme eca.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
24.01 - Remuneração dos conselheiros	Vencimentos	mês	12	29.740,00	0.1.00
24.02 - Contratação de serviços de água, serviços de energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de manutenção e conservação da estrutura, serviço de gráfica e outros para manutenção da estrutura física do Conselho Tutelar	Serviço	mês	12	7.330,00	0.1.00
24.03 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de copa e cozinha, material gráfico e de comunicação e outros para desenvolver as atividades do Conselho Tutelar	Material	unidade	1.300	2.300,00	0.1.00
24.04 - Campanhas educativas e de conscientização dos direitos das crianças e adolescentes	Campanhas	unidade	2	560,00	0.1.00
24.05 - Aquisição de mobiliário e equipamentos para instalação do Conselho Tutelar na Casa da Cidadania	Equipamento	unidade	4	650,00	0.1.00
TOTAL				40.580,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
 ANEXOII

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
---------------	---------------	--------

Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	25
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico estão lotados: 01 Engenheiro Agrônomo e 01 Médico Veterinário.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
25.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	13	73.220,00	0.1.00
25.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	13	7.780,00	0.1.00
TOTAL				81.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	26
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico compreende a divisão do Desenvolvimento Econômico, o Serviço de Agricultura e Meio Ambiente e o Serviço de Turismo, Indústria e Comércio.

DIRETRIZES: Manutenção da Secretaria e destinação de recursos para promover o desenvolvimento dos principais eixos econômicos do Município.

OBJETIVOS: Ter na agricultura um segmento econômico forte e sustentável, capaz de manter o homem no campo; consolidar o Município como destino turístico e atrair novos empreendimentos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
26. 01 - Aquisição de material de expediente, material de limpeza e produção de higienização, material de processamento de dados, material de manutenção e conservação de equipamentos e veículos, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros para manutenção da estrutura e dos veículos da Secretaria de Desenvolvimento	Material	unidade	8.200	12.940,00	0.1.00

26.04 - Contratação de serviços para manutenção e conservação dos equipamentos e veículos, serviços gráficos, serviços de comunicação e outros para otimizar os trabalhos da Secretaria	Serviços	horas	100	1.490,00	0.1.00
26.07 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	12	520,00	0.1.00
26.08 - Aquisição de equipamentos para aperfeiçoar e ampliar os trabalhos da Secretaria	Equipamento	unidade	2	2.500,00	0.1.00
26.09 - Contratar estagiário para auxiliar nos trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Auxílio	mês	12	3.960,00	0.1.00
TOTAL				21.410,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Apoio e Parcerias para Incremento das Atividades Rurais com Sindicato Rural e EPAGRI	27
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: Experiências têm demonstrado que o trabalho em parceria é economicamente viável tanto para o Município quanto para o Sindicato e a Epagri. A agropecuária é o eixo econômico que mais cresce no Município, portanto necessita de assistência técnica para melhorar a qualidade e produtividade.

DIRETRIZES: Manutenção do Programa de Inseminação Artificial em parceria com o Sindicato Rural e cooperação técnica com a Epagri, a fim de permanentemente assistir o produtor rural.

OBJETIVOS: Obter o melhoramento genético e sanitário da bovinocultura de leite e de corte através do Programa de Inseminação Artificial e em conjunto com a Epagri buscar a profissionalização do pequeno produtor rural e incrementar a agricultura familiar através do Programa Microbacias 2.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
27.01 - Convênio com o Sindicato Rural para Implementação do Programa de Inseminação Artificial	Contribuição	mês	12	10.000,00	0.1.00
27.02 - Convênio com a EPAGRI - Manutenção do Escritório Local e Assistência Técnica	Serviço	mês	12	18.000,00	0.1.00
TOTAL				28.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa	Distribuição de Sementes e Mudanças	28
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: O Município tem na agricultura um forte eixo econômico formado em sua maioria por pequenos produtores rurais que precisam de incentivo para melhorar e diversificar a sua lavoura.

DIRETRIZES: Manter e ampliar o Programa de Distribuição de Sementes de Milho e Árvores Frutíferas e/ou exóticas mediante critérios estabelecidos em lei específica.

OBJETIVOS: Implementar ainda mais o movimento econômico agrícola do Município, melhorando a renda dos pequenos produtores.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
28.01 - Aquisição e Distribuição de Sementes de Milho	sementes	sacas	500	33.000,00	0.1.00
28.02 - Aquisição e Distribuição Mudanças de Árvores Frutíferas e ou exóticas	mudas	caixas	5.000	10.000,00	0.1.00
TOTAL				43.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Serviço de Indústria, Comércio e Serviços	02
Função	Comércio e Serviços	23
Subfunção	Turismo	695
Programa	Organização e Realização de Feiras e Eventos	29
Proj./Ativid./Op. Esp.	Incentivo a Comércio e Serviços	2019

DIAGNOSTICO: O Município organiza anualmente, em parceria com o Sindicato Rural a Festa Estadual da Ovelha e a Festa da Agropecuária Campoalegrense.

DIRETRIZES: Contribuir para a realização das Festas.

OBJETIVOS: Divulgar o Município e promover desenvolvimento dos setores da Ovinocultura, Agricultura, Artesanato, Turismo, além de tornar o Município uma referência Estadual e ainda concretizar negócios.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
29.01 - Apoiar a Organização e realização da Festa Estadual da Ovelha	Contribuição	Unidades	1	20.000,00	0.1.00
TOTAL				20.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamen- tária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Profissionalização e Jovem Rural	30
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: Necessidade de profissionalização dos produtores e do jovem rural.

DIRETRIZES: Oportunizar a participação dos produtores e jovens rurais a feiras, eventos, cursos, seminários e palestras.

OBJETIVOS: Profissionalização do produtor rural e garantindo, também a permanência do jovem no campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
30.01 - Organização de Palestras, Cursos, Seminários, Dias de Campo e viagens a Feiras	Eventos	unidade	02	1.000,00	0.1.00
TOTAL				1.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamen- tária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	601
Programa	Incentivar e Facilitar a Aquisição de Insumos e Implementos Agrícolas	31
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: Alto custo e dificuldade de acesso ao crédito para investimento/ custeio da produção e aquisição de máquinas e equipamentos.

DIRETRIZES: Auxiliar o produtor a montar plano de negócios, facilitando o acesso ao crédito, incentivar a organização dos produtores para através do Sindicato Rural realizar compra conjunta de insumos, etc.

OBJETIVOS: Contribuir para a modernização propriedade agrícola com aquisição de novas tecnologias.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
31.01 - Parceria com o Banco do Brasil para facilitar o acesso ao Crédito Rural	Projeto	unidade	250	0,00	Previsto no Programa 30

31.02 - Incentivar os Núcleos de Produtores já existentes e assessorar a criação de novos núcleos visando unir esforços para diminuir custos de produção, organizar compras conjuntas de insumos, máquinas e equipamentos com menor custo, estudar formas de agregar valores e comercializar seus produtos.	Reuniões	unidade	3	0,00	Previsto no Programa 30
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Promoção da Produção Vegetal	601
Programa	Distribuição de Sementes e Mudanças	32
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: O Município possui solo excessivamente ácido necessitando assim, de correção para melhorar sua fertilidade.

DIRETRIZES: Distribuição de calcário mediante critérios.

OBJETIVOS: Correção do solo do Município com conseqüente aumento de produtividade gerado pela lavoura.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
32.01 - Aquisição e distribuição de calcário	Calcário	Cargas de 15.000 kg	240	60.000,00	0.1.00
TOTAL				60.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Porteira Adentro (Apoio a Produtores Agro-silvo-pastoris)	33
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e a grande maioria formada por pequenos produtores que necessitam de apoio para melhorar sua infraestrutura básica.

DIRETRIZES: Ações de prestação de serviços de máquinas e caminhões da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras na construção ou instalação de granjas, leitarias, esterqueiras, silos, açudes, acesso as propriedades, terraplanagens para edificações de residências, galpões e outros na área rural do Município.

OBJETIVOS: Auxiliar os produtores agro-silvo-pastoris a título de incentivo aos setores produtivos, de pesquisa e difusão de tecnologia agrícola afim de garantir aumento da produção agrícola evitando o êxodo rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
33.01 - Execução de trabalhos para construção ou instalação de granjas, leitarias, esterqueiras, silos, açudes, acesso as propriedades, terraplanagens para edificações de residências, galpões e outros	Serviços	unidade	4.000	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Extensão Rural	606
Programa	Integração Rural	34
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e há necessidade de levar alternativas para a mulher rural agregar renda á propriedade. Há necessidade também de levar cultura, esporte e lazer nas localidades.

DIRETRIZES: Promover, em parceria com Sindicato Rural e Epagri, ações que estimulem e capacitem a mulher despertando novas alternativas de agregação de renda aos produtos por ela produzidos e abrindo também novos mercados. Criar junto com as Associações de Moradores, programas de atividades culturais, sociais, gastronômicas e esportivas.

OBJETIVOS: Valorização da mulher rural e aumento da qualidade de vida a população rural como um todo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADEMEDIDA	META	VALOR	DR
34.01 - Promover cursos de panificação, geléias e doces, conservas, compotas, horticultura, fruticultura, frutas cristalizadas, fabricação de queijos, beneficiamento da lã de ovelha e outros em parceria com Sindicato Rural e Epagri	Cursos	unidade	09	0,00	Convênio cfe. Programa 31
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Agricultura	20
Subfunção	Promoção da Produção Animal	602
Programa	Incentivo a Produção de Pequenos Animais	35
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	2018

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e há necessidade freqüente de diversificar a criação de novas espécies.

DIRETRIZES: Incentivar a criação de pequenos animais como ovinocultura, caprinocultura, cunicultura, piscicultura, avicultura e outros.

OBJETIVOS: Aumentar e diversificar o rebanho de pequenos animais, a fim de suprir a demanda, explorando a atividade inclusive como atrativo turístico.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	MEDIDA	META	VALOR	DR
35.01 - Aquisição e distribuição de pequenos animais mediante critérios e treinamento	Animais	unidade		0	2.000,00	0.1.00
TOTAL					2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Gestão Ambiental	18
Subfunção	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa	Educação Ambiental	36
Proj./Ativid./Op. Esp.	Proteção e Educação Ambiental	2020

DIAGNOSTICO: Necessidade de conscientização das crianças, adolescentes e população em geral quanto às questões ambientais, buscando usar os recursos naturais de forma sustentável no Município.

DIRETRIZES: Educar a população do Município inclusive nas escolas em relação a conservação do meio ambiente através de folders, cartilhas ecológicas, palestras, campanhas, cursos realizados pelo Município e por entidades como Senar e Epagri.

OBJETIVOS: Ter uma população consciente que utilize o meio ambiente de forma sustentável.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE	MEDIDA	META	VALOR	DR
36.01 - Realização de palestras, campanhas e reuniões	Eventos	unidade		5	100,00	0.1.00
36.02 - Confecção de folders, cartazes e cartilhas ecológicas	Material	unidade		5.000	1.000,00	0.1.00
36.03 - Criar o Conselho Municipal do Meio Ambiente	Reuniões	unidade		4	100,00	0.1.00

36.04 - Aquisição de material para promoção de eventos ambientais como Semana da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Mata Atlântica e outros	Material	unidade	5.000	1.000,00	0.1.00	
36.05 - Promover e divulgar a importância da coleta seletiva do lixo, além de implantar práticas de aproveitamento do lixo orgânico das hortas e jardins	Material	unidade	1.000	100,00	0.1.00	
TOTAL				2.300,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Gestão Ambiental	18
Subfunção	Controle Ambiental	542
Programa	Controle do Borrachudo em Parceria com ACOB (Associação de Combate ao Borrachudo)	37
Proj./Ativid./Op. Esp.	Proteção e Educação Ambiental	2020

DIAGNOSTICO: Pela grande quantidade de nascentes e rios no Município, existe ainda a incidência do simulídeo.

DIRETRIZES: Contribuir com a Associação para a manutenção do programa de aplicação do produto biológico BTI e contratação de serviços.

OBJETIVOS: Manter a incidência do borrachudo sob controle para que a médio e longo prazo o Município consiga erradicá-lo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
37.01 - Contribuir para ACOB	Contribuição	mês	12	26.400,00	0.1.00
TOTAL				26.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Gestão Ambiental	18
Subfunção	Recursos Hídricos	544
Programa	SOS Nascentes e Recuperação da Mata Ciliar	38
Proj./Ativid./Op. Esp.	Proteção e Educação Ambiental	2020

DIAGNOSTICO: Campo Alegre é um município possuidor de grande número de nascentes e abastece, inclusive, cidades vizinhas.

DIRETRIZES: Implantar programa de distribuição de mudas nativas para manutenção e recuperação de nascentes e margens dos rios.

OBJETIVOS: Preservar a água para as futuras gerações.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
38.01 - Aquisição e distribuição de árvores nativas	Muda	unidade	10.000	2.000,00	0.1.00
TOTAL				2.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Comércio e Serviços	23
Subfunção	Turismo	695
Programa	Turismo - Destino Campo Alegre	39
Proj./Ativid./Op. Esp.	Incentivo a Comércio, Turismo e Serviços	2019

DIAGNOSTICO: Campo Alegre vem desenvolvendo ao longo dos anos seu potencial turístico e necessita constantemente de ações voltadas a divulgação de seu clima e das suas belezas naturais, assim como do aproveitamento das propriedades rurais que possam porventura abrir suas portas ao turista e agregar renda.

DIRETRIZES: Divulgar o Município através de feiras, criar roteiros turísticos, manter e ampliar o turismo de eventos, desenvolver o ecoturismo, agro e turismo rural, atrair turistas da terceira idade, além de despertar na comunidade o interesse pela atividade turística.

OBJETIVOS: Consolidar o Município como destino turístico.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
39.01 - Garantir a participação do Município em feiras dividindo custos com Municípios vizinhos através do Conselho Regional de Turismo	Evento	unidade	5	2.000,00	0.1.00
39.02 - Criar rotas específicas para públicos diferenciados como: pessoas da 3ª Idade, atletas de esportes radicais, turismo rural, agroturismo e outros	Serviço	unidade	1	500,00	0.1.00
39.03 - Divulgação das rotas turísticas	Folder	unidade	5.000	600,00	0.1.00
39.04 - Construção do Pórtico Turístico do Município conforme projeto do Ministério do Turismo	Obra	unidade	1	30.000,00	0.1.24
TOTAL				33.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Comércio e Serviços	23
Subfunção	Turismo	695
Programa	Manutenção das Atividades do Centro de Informações Turísticas	40
Proj./Ativid./Op. Esp.	Incentivo a Comércio, Turismo e Serviços	2019

DIAGNOSTICO: O Município possui um Centro de Informações Turísticas que tem como finalidade informar e atender bem os turistas, além de oferecer um espaço adequado para a Associação dos Artesãos do Município demonstrar e vender seus produtos.

DIRETRIZES: Manter a estrutura do Centro de Informações Turísticas em pleno funcionamento e produzir material de divulgação do Município.

OBJETIVOS: Atender bem o turista e valorizar o artesanato local.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
40.01 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviço de segurança monitorada, serviço de gráfica, serviço de comunicação, serviços de manutenção e conservação do patrimônio e dos equipamentos e outros necessários para manter a estrutura do Centro de Informações Turísticas	Serviço	mês	12	4.530,00	0.1.00
40.02 - Aquisição de material de expediente, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material gráfico, material de processamento de dados e outros que garantam a manutenção das atividades do Centro de Informações Turísticas	Material	unidade	5.000	1.000,00	0.1.00
40.03 - Contratar estagiários para realizar serviços no Centro de Informações Turísticas	Auxílio	mês	12	8.080,00	0.1.00
40.04 - Confeção de material de divulgação do Município e seus atrativos	Folder	unidade	25.000	3.000,00	0.1.00
TOTAL				16.610,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Indústria	22
Subfunção	Promoção Industrial	661
Programa	Incentivo às Indústrias	41
Proj./Ativid./Op. Esp.	Incentivo a Indústria	2021

DIAGNOSTICO: O Município possui indústrias e tem necessidade fortalece-las, além de atrair novas indústrias.

DIRETRIZES: Contribuir com infraestrutura básica como estradas, terraplanagem e ensaibramento, e mediante Lei Municipal específica a possibilidade da conceder de terrenos para instalação de novas indústrias.

OBJETIVOS: Geração de emprego e fortalecimento da economia local.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
41.01 - Melhorar a infraestrutura básica de terraplanagem, vias de acesso, ensaibramento e outros	Serviço	unidade	200	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
41.02 - Locação de prédio para instalação de incubadora de empresas	Aluguel	mês	0	0,00	0.1.00
41.03 - Buscar alterações na Legislação Municipal para criar o Simples Municipal	Reunião	unidade	24	0,00	0.1.00

41.04 - Criar o Pró-Micro que consiste num conjunto de ações para fortalecer tecnicamente, juridicamente e gerencialmente empreendedores e candidatos a empreendedores do Município	Empreendedor	unidade	15	650,00	0.1.00
TOTAL				650,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	07
Unidade Orçamentária	Divisão de Desenvolvimento Econômico	01
Função	Comércio e Serviços	23
Subfunção	Promoção Comercial	691
Programa	Convênio com ACIACA e CDL	42
Proj./Ativid./Op. Esp.	Incentivo a Comércio, Turismo e Serviços	2019

DIAGNOSTICO: O comércio do Município ainda é pouco competitivo, há portanto a necessidade de ações conjuntas para buscar a sua maturidade, e com relação as indústrias tem-se o desafio de promover o Associativismo.

DIRETRIZES: Conveniar com ACIACA e CDL.

OBJETIVOS: Auxiliar a ACIACA e a CDL a trabalharem efetivamente como agentes de desenvolvimento.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
42.01 - Conveniar com ACIACA incentivando o associativismo e o cooperativismo e viabilização de novos negócios para o beneficiamento de produtos primários do Município.	Contribuição	mês	12	3.960,00	0.1.00
42.02 - Conveniar com CDL a fim de fortalecer o comércio e capacitar as empresas do Município para que atendam as exigências da Lei de Licitações e se tornem fornecedoras de seus produtos á Prefeitura	Contribuição	mês	12	3.960,00	0.1.00
TOTAL				7.920,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	02
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Urbanos	452
Programa	Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	43
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	2022

DIAGNOSTICO: Na Secretaria estão lotados: 01 Secretario Municipal, 01 Diretor, 03 Chefes de Serviços, 01 Engenheiro Civil, 01 Fiscal de Obras, 02 Agente Administrativo, 01 Técnico Agrícola, 03 Motorista, 33 Agentes Operacionais e prevê ainda a contratação por concurso de 10 Agentes Operacionais I.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
43.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	Mês	13	610.850,00	0.1.00
43.02 - Pagamento de Encargos Sociais	Encargos	Mês	13	13.810,00	0.1.00
43.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	Mês	13	44.500,00	0.1.00
43.04 - Pagamento Salário Família	Benefício	Mês	12	4.100,00	0.1.00
43.05 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	Mês	12	21.500,00	0.1.00
TOTAL				694.810,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	02
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Urbanos	452
Programa	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	44
Proj./Ativid./Op. Esp.	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	2022

DIAGNOSTICO: A Secretaria compreende em sua estrutura o Serviço de Planejamento e Obras, Serviço de Transporte e Frota e Serviço de Obras e Serviços Públicos.

DIRETRIZES: Suprir com serviços e materiais a Secretaria para que a mesma possa desenvolver as suas atribuições.

OBJETIVOS: Ter uma Secretaria ágil e eficiente para que os serviços nela compreendidos possam atender os Municípios e cumprir seus objetivos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
44.01 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, uniformes, material elétrico, ferramentas e outros para manutenção da estrutura da Secretaria	Material	unidade	4.000	15.100,00	0.1.00
44.02 - Contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e bens imóveis, serviço de limpeza e conservação, serviços técnicos profissionais, serviços de plotagens, serviços gráficos, serviços de água e energia elétrica e outros	Serviço	unidade	12	26.930,00	0.1.00
44.04 - Auxiliar os servidores da Secretaria nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	15	1.000,00	0.1.00
44.06 - Contratação de estagiário para auxiliar nos serviços da Secretaria	Auxilio	mês	12	3.960,00	0.1.00

44.07 - Capacitação dos servidores lotados nesta Secretaria	Curso	unidade	2	430,00	0.1.00
44.08 - Desenvolver Planejamento Estratégico e garantir a atualização, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Plano Diretor do Município	Reuniões	unidade	3	200,00	0.1.00
TOTAL				47.620,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço de Obras	03
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Infra-estrutura Urbana	452
Programa	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros	45
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros	2023

DIAGNOSTICO: O Município possui uma malha viária de 1265 km de extensão, além de jardins, praças, pontes, pontilhões e bueiros que necessitam, constantemente, de reparos e melhorias para garantir o escoamento da produção agrícola, deslocamento dos munícipes e permitir o desenvolvimento turístico na cidade e interior do Município.

DIRETRIZES: Efetuar manutenção, alargamento e ensaibramento das estradas, continuar a pavimentação asfáltica de novas vias e conservar as existentes, manter jardins e praças, construir e manter as pontes, pontilhões e bueiros, manter o britador em funcionamento, revitalizar a sinalização viária, renovar e ampliar a arborização das ruas.

OBJETIVOS: Proporcionar conforto e segurança aos moradores, aos transeuntes e aos visitantes, bem como embelezar a cidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
45.01 - Pavimentação e calçamento de vias urbanas	obra	m2	8.800	45.769,00 100.000,00 87.971,00 31.260,00	0.1.05 0.1.25 0.1.04 0.1.00
45.02 - Aquisição de materiais para manutenção de vias, estradas, jardins, praças, abrigos de passageiros, pontes, pontilhões e bueiros, materiais de sinalização visual, ferramentas, materiais para manter e conservar o britador em pleno funcionamento, materiais para atender o Programa de Incentivo à Indústria, o Programa Porteira Adentro, além de outros	material	unidade	20.000	60.000,00 1.178,00 18.322,00	0.1.04 0.1.17 0.1.00
45.03 - Contratação de serviços para manutenção de vias, estradas, sinalização viária, pontes, pontilhões e bueiros, locação de máquinas, assentamento de galerias e outros	serviço	mês	12	46.760,00	0.1.04
45.04 - Construção, conservação e reforma de praças, parques e jardins	obra	unidade	2	10.000,00	0.1.04
TOTAL				401.260,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08

Unidade Orçamen- tária	Serviço de Obras	03
Função	Saneamento	17
Subfunção	Saneamento Básico Urbano	512
Programa	Saneamento - Aumentando a Qualidade de Vida	46
Proj./Ativid./Op. Esp.	Saneamento Básico	2024

DIAGNOSTICO: O Município ainda não possui estação de tratamento de esgoto nem água tratada em todas as localidades.

DIRETRIZES: Implantação de água potável em comunidades ainda não atendidas e implementar através de convênio com o Governo Federal saneamento básico.

OBJETIVOS: Aumentar a qualidade de vida da população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
46.01 - Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	Sistema	unidade	0	0,00 47.240,00	0.1.00 0.1.21
46.02 - Implementação de Sistema de Saneamento Básico através de mini estações de tratamento de esgoto em diversos pontos da cidade e, na zona rural, incentivar a implantação de estação de raízes	Sistema	unidade	0	0,00	0.1.21
46.03 - Firmar um convênio de cooperação técnica com o objetivo de discutir o futuro do abastecimento de água em Campo Alegre	Convênio	unidade	0	0,00	0.1.00
TOTAL				47.240,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFI- CAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamen- tária	Serviço de Transporte e Frota	01
Função	Transporte	26
Subfunção	Transporte Rodoviário	782
Programa	Frota Municipal	47
Proj./ Ativid./Op. Esp.	Reforma e Manutenção de Veículos	2025

DIAGNOSTICO: O Município possui uma frota de veículos e máquinas que proporcionam a estrutura necessária para manter as vias públicas, o Programa de Incentivo às Indústrias e o Programa Porteira Adentro.

DIRETRIZES: Manter e renovar os veículos e máquinas da frota municipal.

OBJETIVOS: Veículos e equipamentos que compõe o patrimônio do Município em boas condições de uso.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
47.01 - Aquisição de materiais para manutenção de veículos e máquinas, materiais de limpeza e produção de higienização, materiais, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros	Material	unidade	50.000	445.990,00	0.1.00

47.02 - Contratação de serviços para manutenção e conservação de veículos e máquinas, serviços de limpeza, serviço de socorro e salvamento, seguros, licenciamentos de veículos e outros	Serviço	mês	12	97.830,00	0.1.00
47.04 - Aquisição de caminhão trucado com basculante	Veículo	unidade	1	165.000,00	0.1.00
TOTAL				708.820,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço Público	04
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Públicos	452
Programa	Serviços Públicos	48
Proj./Ativid./Op. Esp.	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	2026

DIAGNOSTICO: O Município tem como atribuição oferecer vários serviços públicos como: coleta de lixo, iluminação pública, serviços de cemitério, limpeza pública e outros.

DIRETRIZES: Remunerar os serviços de iluminação pública e coleta de lixo e administrar o Cemitério Municipal.

OBJETIVOS: Oferecer serviços de qualidade ao cidadão campo-alegrense.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
48.01 - Contratar serviços de coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos, bem como confecção de folders para campanhas educativas de conscientização da coleta seletiva do lixo	Serviço	mês	12	179.147,00	0.1.00
TOTAL				179.147,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço Público	04
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Públicos	452
Programa	Serviços Públicos	48
Proj./Ativid./Op. Esp.	Iluminação Pública	2027

DIAGNOSTICO: O Município tem como atribuição oferecer vários serviços públicos como: coleta de lixo, iluminação pública, serviços de cemitério, limpeza pública e outros.

DIRETRIZES: Remunerar os serviços de iluminação pública e coleta de lixo e administrar o Cemitério Municipal.

OBJETIVOS: Oferecer serviços de qualidade ao cidadão campo-alegrense.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
48.02 - Contratar serviços de iluminação pública, bem como manutenção e ampliação da rede elétrica pública	Serviço	mês	12	387.353,00	0.1.11
TOTAL				387.353,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço Público	04
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Públicos	452
Programa	Serviços Públicos	48
Proj./Ativid./Op. Esp.	Cemitérios e Capelas Mortuárias Municipais	2028

DIAGNOSTICO: O Município tem como atribuição oferecer vários serviços públicos como: coleta de lixo, iluminação pública, serviços de cemitério, limpeza pública e outros.

DIRETRIZES: Remunerar os serviços de iluminação pública e coleta de lixo e administrar o Cemitério Municipal.

OBJETIVOS: Oferecer serviços de qualidade ao cidadão campo-alegrense.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
48.03 - Manutenção, ampliação e modernização da estrutura dos Cemitérios e das Capelas Mortuárias Municipais	obra	unidade	1	32.797,00	0.1.00
TOTAL				32.797,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço Público	04
Função	Urbanismo	15
Subfunção	Serviços Públicos	452
Programa	Serviços Públicos	48
Proj./Ativid./Op. Esp.	Implantação do Aterro Sanitário	2029

DIAGNOSTICO: O Município tem como atribuição oferecer vários serviços públicos como: coleta de lixo, iluminação pública, serviços de cemitério, limpeza pública e outros.

DIRETRIZES: Remunerar os serviços de iluminação pública e coleta de lixo e administrar o Cemitério Municipal.

OBJETIVOS: Oferecer serviços de qualidade ao cidadão campo-alegrense.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
48.04 - Implantação do novo aterro sanitário controlado conforme regras estabelecidas pela Legislação Ambiental	Área	unidade	1	13.700,00 136.457,00	0.1.00 0.122
TOTAL				150.157,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação	02
Função	Habitação	15
Subfunção	Habitação Urbana	482
Programa	Conquistando a Casa Própria	49
Proj./Ativid./Op. Esp.	Habitação	2030

DIAGNOSTICO: O Município possui ainda déficit habitacional e precisa dar continuidade a implantação de conjuntos habitacionais.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Caixa Econômica Federal, Companhia de Habitação (COHAB) e Fundo Nacional de Saúde (FUNASA) para atender famílias com maior dificuldade de acesso a moradia digna.

OBJETIVOS: Auxiliar a realizar o sonho da casa própria aos munícipes que sofrem com a carência habitacional.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
49.01 - Aquisição de material de expediente, processamento de dados e outros para manter as atividades administrativas da Empresa/Fundo Municipal de Habitação	Material	unidade	5.000	2.500,00	0.1.00
49.02 - Contratação de serviços diversos para manter as atividades administrativas da Empresa/Fundo Municipal de Habitação	Serviços	mês	12	1.200,00	0.1.00
49.03 - Implantação de conjuntos habitacionais em parceria com Caixa Econômica Federal e COHAB	Área	m2	2.000	300.000,00	0.1.23
49.04 - Implantação de módulos sanitários com chuveiro, pia, vaso sanitário com filtro anaeróbico, fossa séptica e sumidouro em parceria com a FUNASA	módulo	unidade	20	50.000,00	0.1.21
49.05 - Implantar o Programa João de Barro que consiste em incentivar a participação comunitária com o objetivo de arrecadar materiais de construção e serviços e posterior repasse às famílias carentes na reforma e construção de suas moradias	reuniões	unidade	04	220,00	0.100
49.06 - Reurbanização e regularização de lotes populares de maneira com que os proprietários possam escriturar seus lotes	Serviço	mês	50	0,00	Previsto no Programa 3
49.07 - Incentivar a moradia rural realizando trabalhos de terraplanagens para que o homem tenha condições de permanecer no campo evitando, assim o êxodo rural	Serviço	mês	12	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
TOTAL				353.920,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08

Unidade Orçamentária	Serviços Públicos	04
Função	Segurança Pública	06
Subfunção	Policciamento	181
Programa	Convênio com Polícia Militar e Civil	50
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção da Rádio Patrulha	2031

DIAGNOSTICO: O Município possui convênio com a Polícia Militar visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar e possui ainda convênio/multas de trânsito com a Polícia Militar e Polícia Civil.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Polícia Militar e Civil realizando ações previstas no convênio.

OBJETIVOS: Auxiliar no combate a criminalidade, oferecendo á população mais segurança e tranquilidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
50.01 - Aquisição de materiais de manutenção e conservação, material de limpeza e produção de higienização, combustíveis e lubrificantes automotivos para os veículos da Polícia Militar	Material	unidade	12.000	38.600,00	0.1.00
50.02 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza dos veículos da Polícia Militar	Serviço	mês	12	7.000,00	0.1.00
50.03 - Aquisição de equipamentos para modernização e ampliação dos serviços de segurança oferecidos pela Polícia Militar	Equipamento	unidade	5	7.260,00	0.1.00
TOTAL				52.860,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviços Públicos	04
Função	Segurança Pública	06
Subfunção	Policciamento	181
Programa	Convênio com Polícia Militar e Civil	50
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Convênio com Polícia Militar	2032

DIAGNOSTICO: O Município possui convênio com a Polícia Militar visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar e possui ainda convênio/multas de trânsito com a Polícia Militar e Polícia Civil.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Polícia Militar e Civil realizando ações previstas no convênio.

OBJETIVOS: Auxiliar no combate a criminalidade, oferecendo á população mais segurança e tranquilidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
50.04 - Aquisição de uniformes, materiais de manutenção, conservação, limpeza e produção de higienização da estrutura da Destacamento de Polícia Militar	Material	unidade	1.000	760,00	0.1.15

50.05 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza, serviços de telecomunicações, energia elétrica e água para estrutura da Destacamento de Polícia Militar	Serviço	mês	12	614,00	0.1.15
TOTAL				1.374,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	08
Unidade Orçamentária	Serviços Públicos	04
Função	Segurança Pública	06
Subfunção	Policciamento	181
Programa	Convênio com Polícia Militar e Civil	50
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção do Convênio com Polícia Civil	2033

DIAGNOSTICO: O Município possui convênio com a Polícia Militar visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar e possui ainda convênio/multas de trânsito com a Polícia Militar e Polícia Civil.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Polícia Militar e Civil realizando ações previstas no Convênio.

OBJETIVOS: Auxiliar no combate a criminalidade, oferecendo à população mais segurança e tranquilidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
50.06 - Aquisição de uniformes, materiais de manutenção, conservação, limpeza e produção de higienização da estrutura da Delegacia de Polícia Civil	Material	unidade	1.000	760,00	0.1.14
50.07 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza, serviços de telecomunicações, energia elétrica e água para estrutura da Delegacia de Polícia Civil	Serviço	mês	12	614,00	0.1.14
TOTAL				1.374,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Reserva de Contingência	90
Unidade Orçamentária	Reserva de Contingência	99
Função	Reserva de Contingência	99
Subfunção	Reserva de Contingência	999
Programa	Reserva de Contingência	51
Proj./Ativid./Op. Esp.	Reserva de Contingência	2034

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam reserva de contingência.

DIRETRIZES: Reserva para constituir a Reserva de Contingência

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos surgidos no decorrer da execução orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
-------	---------	----------------	------	-------	----

51.01 Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	12	120.000,00	0.1.00
TOTAL				120.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde	01
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde	01
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde	2101

DIAGNOSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde compreende os Serviços de Assistência a Saúde, Apoio Administrativo, Serviço de Assessoria de Controle e Avaliação, Serviço de Controle de Autorização de Internação Hospitalar.

DIRETRIZES: Realizar as atividades administrativas e as atividades de manutenção dos espaços físicos, bem como a sua ampliação e modernização.

OBJETIVOS: Elevar ainda mais o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e demais materiais para manutenção da estrutura e dos veículos da Secretaria da Saúde	Material	Unidade	6.300	28.391,00 9.329,00	0.1.03 0.1.26
1.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações e outros	Serviços	mês	12	55.772,00 2.768,00	0.1.03 0.1.26
1.03 - Adquirir equipamentos para manter, modernizar e expandir os serviços prestados pela Secretaria de Saúde	Equipamento	Unidade	0	0,00	0.1.03
1.04 - Auxiliar os colaboradores da Secretaria de Saúde nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	diária	Unidade	90	2.702,00 4.148,00	0.1.03 0.1.26
1.05 - Capacitar e reciclar os profissionais da Secretaria de Saúde	curso	Unidade	4	900,00	0.1.03
1.06-Contratar serviços de consultoria para reorganizar as rotinas administrativas devido ao aumento da demanda	serviço	mês	0	0,00	0.1.03
1.07 - Implementar o Conselho Municipal de Saúde, implantar Conselhos Locais de Saúde, capacitação de conselheiros além de realizar a Conferência Municipal de Saúde	reunião	unidade	2	250,00	0.1.03
1.08 - Construção de um depósito de lixo contaminado para Fragosos, Bateias de Baixo e Bateias de Cima	área	m2	0	0,00	0.1.03
TOTAL				104.260,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades - Programa Saúde na Família	03
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	PSF - Programa Saúde na Família	02
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do Programa Saúde na Família	2102

DIAGNOSTICO: O Município dispõe do Programa Saúde na Família com uma equipe e necessita implantar mais uma para atender 40% da população.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde e a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral (promoção, prevenção, recuperação e reabilitação) aos usuários, realizar atendimentos domiciliares, intervir sobre os fatores de risco e proporcionar melhoria na qualidade de vida.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
2.01 - Contratação de 01 médico e 2 enfermeiras para compor equipes do PSF	Vencimentos	mês	13	199.200,00	0.1.03
2.02 - Pagamento dos salários, encargos sociais e benefícios para os Agentes Comunitários de Saúde	Vencimentos	mês	13	70.620,00 10.830,00	0.1.30 0.1.27
2.03 - Adquirir material de expediente, material de limpeza e produção de higienização, material ambulatorial e demais materiais para manutenção da estrutura e do veículo do PSF	Material	unidade	2.500	18.130,00	0.1.27
2.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção do veículo utilizado pelo PSF	Serviço	mês	12	2.000,00	0.1.27
2.05 - Aquisição de material ambulatorial para atendimento das necessidades dos usuários do Programa Saúde da Família	Material	unidade	250	500,00	0.1.27
2.06 - Locação de espaço físico, apropriado, com objetivo de atender mais 4.500 pessoas com o PSF	Aluguel	Mês	4	1.400,00	0.1.27
TOTAL				302.680,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades de Assistência Básica de Saúde	02
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Saúde Bucal	03
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde Bucal	2103

DIAGNOSTICO: O Município atende na rede básica de saúde 3.663 crianças de 0 a 14 anos. Há parceria com a Secretaria Municipal de Educação onde são desenvolvidas ações na rede pública de ensino, priorizando a prevenção de cáries.

DIRETRIZES: Promover palestras, escovação supervisionada, buchechos fluorados semanalmente, além de distribuir de creme dental e escovas.

OBJETIVOS: Melhorar a saúde bucal dos munícipes elevando a qualidade de vida de todos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
-------	---------	-------------------	------	-------	----

3.01 - Aquisição de materiais para realização do Programa de Saúde Bucal	material	Unidade	16.500	4.300,00	0.1.26
3.02 - Aquisição de equipamentos para adaptação de sala para manutenção do programa	Equipamento	Unidade	02	2.000,00	0.1.26
3.03 - Aquisição de material odontológico para atendimento dos usuários da rede municipal de saúde	Material	unidade	4.000	17.200,00	0.1.26
TOTAL				23.500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	05
Função	Saúde	10
Subfunção	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	Assistência e Plantão Hospitalar	04
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2104

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda o Pronto Atendimento Municipal, portanto há necessidade de firmar contrato com a iniciativa privada para, em parceria com o Hospital São Luiz, atender consultas de urgência, emergência e pronto atendimento aos usuários em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

DIRETRIZES: Manter o atendimento de plantão conforme contrato firmado e repassar procedimentos ambulatoriais básicos, além de subvencionar o Hospital São Luiz mediante Lei Municipal específica.

OBJETIVOS: Ampliar ainda mais a qualidade no atendimento aos usuários e contribuir para o bom desempenho do Hospital São Luiz.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Subvencionar o Hospital São Luiz, entidade sem fins lucrativos que presta relevante serviços a comunidade, sendo assim essencial a sua manutenção	subvenção	mês	12	21.780,00	0.1.03
4.02 - Repasse de recursos para prestadores de serviços referentes a procedimentos básicos do PAB-A	repasse	mês	12	27.500,00	0.1.26
4.03 - Manutenção do contrato firmado com a iniciativa privada para realização de pronto atendimento em horários diferenciados das Unidades de Saúde	serviço	mês	12	189.600,00	0.1.03
TOTAL				238.880,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapeutica	04
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia	05
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapeutica	2105

DIAGNOSTICO: O Município não possui estrutura suficiente para atender consultas especializadas de média e alta complexidade e não possui, também, serviços especializados de diagnósticos e terapia, sendo necessário então, encaminhar os usuários para outros municípios.

DIRETRIZES: Custear consultas, exames e terapias contemplados no Consórcio Intermunicipal de Saúde ou em outras clínicas que atendam as necessidades dos usuários SUS, além de custear também, as despesas com transporte e deslocamento dos pacientes para os devidos centros de referência.

OBJETIVOS: Garantir a recuperação da saúde dos nossos munícipes.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
5.01 - Exames, consultas, remuneração do profissional auditor e despesas administrativas oriundas do Convênio com CIS/AMUNESC	Serviço	mês	12	77.000,00	0.1.03
5.02 - Exames, consultas, diagnóstico, procedimentos e outros realizados em clínicas diversas, bem como adquirir passagens e deslocamentos para tratamentos em centros de referência situados a grandes distâncias	Serviço	Unidade	1.000	64.548,00 1.673,00 1.079,00	0.1.03 0.1.34 0.1.31
5.03 - Adquirir material como combustível, pneu, peças e outros para manutenção dos veículos que se deslocam para atender os usuários fora do Município	Material	unidade	25.000	82.160,00 4.640,00	0.1.03 0.1.31
5.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação dos veículos utilizados para os deslocamentos de pacientes	Serviço	mês	12	15.000,00	0.1.03
5.05 - Auxiliar os motoristas da Secretaria de Saúde nas despesas de alimentação quando em viagem a serviço de transporte de pacientes	Auxílio	unidade	1.000	24.900,00	0.1.03
5.06 - Aquisição de um veículo utilitário novo de 16 lugares para substituição de um existente	Veículo	unidade	0	0,00	0.1.20
TOTAL				271.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	06
Função	Saúde	10
Subfunção	Suporte Profilático e Terapêutico	303
Programa	Assistência Básica Farmacêutica	06
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	2106

DIAGNOSTICO: O Município possui farmácia instalada na Secretaria de Saúde para fazer frente as necessidades terapêuticas dos usuários do sistema único de saúde.

DIRETRIZES: Atender a demanda do Município com assistência básica farmacêutica conforme RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) e conforme protocolo de medicamentos básicos, além dos medicamentos eletivos para o controle de doenças degenerativas, todos mediante prescrição médica baseadas em rotinas de atendimento.

OBJETIVOS: Garantir medicamentos que completem o tratamento médico do usuário.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
6.01 - Aquisição e distribuição de medicamentos básicos conforme RENAME	Medicamento	Unidade	55.000	12.560,00 12.558,00 42.300,00 50.325,00 15.675,00	0.1.28 0.1.32 0.1.03 0.1.26 0.1.27
6.02 - Aquisição e distribuição de medicamentos eletivos	Medicamento	Unidade	15.000	60.500,00	0.1.03

TOTAL				193.918,00	
-------	--	--	--	------------	--

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Vigilância em Saúde	07
Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Vigilância em Saúde	07
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	2107

DIAGNOSTICO: A Secretaria de Saúde conta com ações de vigilância epidemiológica e sanitária, atuando na prevenção e detecção de fatores que ameaçam a saúde da população.

DIRETRIZES: Realizar ações de imunização, notificação e investigação de agravos, controle da dengue, alimentação dos sistemas de informação em saúde, avaliar os indicadores de saúde, planejar estratégias de redução da mortalidade infantil, cadastramento e análise da água, vistorias em estabelecimentos comerciais de alimentos e outros, controle da tuberculose e eliminação da hanseníase.

OBJETIVOS: Melhorar ainda mais o controle de doenças e endemias na população em geral, além de diminuir ainda mais o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
7.01 - Aquisição de moto para auxiliar na realização do Programa de Controle da Dengue	Moto	unidade	1	6.000,00	0.1.18
7.02 - Contratação de serviços de coleta e destinação final do lixo infectante das Unidades de Saúde do Município	Serviço	mês	12	9.852,00 200,00	0.1.19 0.1.33
7.03 - Auxiliar os servidores nas despesas de alimentação e estadia quando em viagem a serviço da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	diária	unidade	32 12	2.000,00 930,00	0.1.18 0.1.29
7.04 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material específicos para a realização do Programa de Controle da Dengue, material para Campanhas de Vacinação e demais materiais para manutenção da estrutura e dos veículos da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Material	unidade	2.500	8.468,00 200,00 1.067,00	0.1.18 0.1.19 0.1.29
7.05 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação dos veículos, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, locação de copiadora e outros	Serviço	mês	12	5.000,00 1.183,00	0.1.18 0.1.29
7.06 - Aquisição de equipamentos para ampliar e melhorar as salas de vacinas	Equipamento	unidade	6	1.000,00	0.1.18
TOTAL				35.900,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades de Assistência Básica de Saúde	02

Função	Saúde	10
Subfunção	Atenção Básica	301
Programa	Assistência Básica a Saúde	08
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades de Assistência Básica de Saúde	2108

DIAGNOSTICO: O Município possui na rede básica 4 Unidades de Saúde. Atende a população de todas as faixas etárias, além de trabalhos com grupos de conscientização e prevenção para mulheres gestantes, para hipertensos, diabéticos, e outros coordenados pela equipe multiprofissional da Secretaria que busca promover saúde. A Secretaria prevê ainda a ampliação destas ações implantando o Projeto Pequeno Cidadão que atende crianças de 0 a 4 anos.

DIRETRIZES: Adquirir os materiais ambulatoriais, laboratoriais, equipamentos, além de confeccionar folhetos, cartazes e folders, bem como material educativo e áudio visual, camisetas, bonés, botons alusivos a datas comemorativas, como Dia Mundial Contra Tabagismo, Dia Mundial da luta contra a AIDS etc.

OBJETIVOS: Atender e orientar a população em geral conforme determina a Portaria do Ministério da Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
8.01 - Aquisição de material ambulatorial e laboratorial	Material	unidade	5.000	40.000,00	0.1.26
8.02 - Aquisição de equipamentos utilizados para desenvolver atividades básicas de saúde	Equipamento	Unidade	15	6.700,00	0.1.26
8.03 - Confeção de material educativo para desenvolver os trabalhos de conscientização	Serviço	mês	12	1.100,00	0.1.26
TOTAL				47.800,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Saúde	10
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades do Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional - SISVAN	08
Função	Saúde	10
Subfunção	Alimentação e Nutrição	306
Programa	Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional - SISVAN	09
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do SISVAN	2109

DIAGNOSTICO: A rede pública atende 1.086 crianças e 546 gestantes, destas são beneficiadas com suplementação alimentar 57 crianças e as gestantes recebem orientação nutricional.

DIRETRIZES: Melhoria no atendimento a gestante de risco nutricional e desnutrida, também fazendo a reposição nutricional a crianças de 06 a 59 meses.

OBJETIVOS: Atender as crianças de 06 a 59 meses e gestantes em nosso município, visando prevenir riscos nutricionais, realizando assim a reposição nutricional.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
9.01 - Reposição Nutricional	Pacientes	Unidade	800	1.260,00	0.1.35

TOTAL				1.260,00	
-------	--	--	--	----------	--

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFI- CAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social	01
Proj./ Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Sociais	2201

DIAGNOSTICO: O Município possui Fundo Municipal de Assistência Social que tem como atribuições promover a inclusão social e promoção do bem estar

DIRETRIZES: Manter as atividades administrativas do referido Fundo

OBJETIVOS: Contribuir para melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e oferecer alternativas de inclusão social.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Aquisição de material de expediente, processamento de dados, material de copa e cozinha, material limpeza e produção de higienização, material de manutenção do veículo e equipamentos, e demais materiais para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	Material	unidade	2.000	2.140,00	0.1.00
1.02 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços gráficos, serviço de manutenção e conservação do veículo, licenciamento e outros para manutenção da estrutura do Fundo	Serviço	mês	12	5.100,00	0.1.00
1.03 - Capacitação dos servidores através de participação de cursos, seminários, congressos, fóruns entre outros	Curso	unidade	2	400,00	0.1.00
1.04 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Bem Estar Social nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	16	1.100,00	0.1.00
1.05 - Aquisição de veículo popular para realização de visitas domiciliares e institucionais da assistência social	Veículo	unidade	1	20.000,00	0.1.00
1.06 - Aquisição de equipamento para modernizar e ampliar a estrutura do Serviço de Assistência Social	Equipamento	unidade	0	0,00	0.1.00
TOTAL				28.740,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Plantão Social	02

Proj./Ativid./Op. Esp. Manutenção das Atividades Sociais 2201

DIAGNOSTICO: No Município há também pessoas em situações de vulnerabilidade e risco social, portanto tem necessidade de oferecer em caráter de emergência benefícios assistenciais.

DIRETRIZES: Proporcionar mecanismos de apoio como ticket para transporte, fotos, atáúdes e traslado, fraldas, cestas básicas em situações emergenciais temporárias como desemprego involuntário, doença que impeça o usuário de exercer suas atividades laborais, calamidade pública, etc

OBJETIVOS: Proporcionar inclusão e promoção social, garantindo necessidades imediatas às famílias vulnerabilizadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
2.01 - TIKETS Transporte Coletivo Municipal, Intermunicipal e Interestadual.(Destinados aos carentes que serão encaminhados ao atendimento médico fora do domicílio em especialidades que o município não ofereça; para assuntos jurídicos; de uso do INSS e para andarilhos até o município mais próximo).	Passagem	unidade	650	4.600,00	0.1.00
2.02 - Fotos (Aquisição de fotos para a confecção de documentos pessoais, carteira de trabalho e para a carteirinha do idoso).	Fotos	Unidade	60	460,00	0.1.00
2.03 - Ataúdes/Auxílio Funeral (Aquisição de ataúdes/funeral, bem como traslado quando extremamente necessário, às pessoas carentes).	Ataúde Translado	Unidade	15 10	2.200,00 1.300,00	0.1.00
2.04 - Fraldas Geriátricas (Aquisição de fraldas geriátricas para usuários idosos e portadores de necessidades especiais carentes)	Fralda	Unidade	650	4.640,00	0.1.00
2.05 - Cestas Básicas (Aquisição de cestas básicas, em caráter temporário, para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social tais como: desemprego involuntário; caso de doença ou acidente que impeça o usuário de trabalhar; calamidade pública entre outros).	Cesta básica	Unidade	600	22.000,00	0.1.00
2.06 - Próteses Auditivas (Aquisição de próteses auditivas aos usuários portadores de necessidades especiais carentes).	Próteses	Unidade	02	4.100,00	0.1.00
2.07 - Leite (Aquisição de complementação alimentar, leite em pó, às crianças desnutridas e abaixo do peso encaminhadas por médico ou enfermeiro(a) responsável, cuja família seja carente).	Leite	Unidade	600	7.000,00	0.1.00
2.08 - Revisar os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) dos idosos e portadores de necessidades especiais, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS	Revisão	Unidade	100	0,00	0.1.00

2.09 - Intensificar atividades como Clubes de Mães e/ou Grupos de Ajuda para fortalecer a família - célula mater da sociedade resgatando a auto-estima e promovendo a reintegração social	Material	unidade	1.500	2.000,00	0.1.00
2.10 - Proporcionar condições favoráveis ao processo de reabilitação de pessoas carentes que, por motivo de doença, acidente ou outras fatalidades necessitam de cadeiras de rodas, muletas, colchões especiais e outros	Equipamento/ Material	unidade	20	2.000,00	0.1.00
TOTAL				50.300,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Plantão Social	03
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Sociais	2201

3. PROGRAMA: INCENTIVO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E OUTRAS ENTIDADES

DIAGNOSTICO: Existem no Município entidades e associações de moradores que prestam atendimentos em diversas áreas e que incentivam as pessoas a se organizarem na busca da cidadania.

DIRETRIZES: Auxiliar com recursos do Governo Municipal e prestar assessoria técnica as instituições em seus trabalhos sociais

OBJETIVOS: Unir esforços na busca da melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
3.01 - Subvencionar as Associações de Moradores e Entidades	Subvenção	Mês	12	21.600,00	0.1.00
3.02 - Capacitar as instituições mediante reuniões informativas, capacitações e fóruns locais para que estas tenham clareza de seus papéis junto a comunidade, bem como auxiliar na formulação de projetos	Capacitação	Unidade	2	600,00	0.1.00
3.03 - Incentivar as Associações de Moradores a aproveitar áreas baldias para a implantação de hortas comunitárias, produzindo produtos para consumo próprio, bem como oferecer uma alternativa de renda	hortas	Unidade	1	1.400,00	0.1.00
TOTAL				23.600,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11

Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Sociais	01			
Função	Assistência Social	08			
Subfunção	Assistência ao Idoso	241			
Programa	Serviços de Ação Continuada - SAC	04			
Proj./Ativid./Op. Esp.	Repasse a Clubes de Idosos	2202			
DIAGNÓSTICO: Há no Município dois Clubes de Idosos, uma Escola Especial (APAE) e três Centros de Educação Infantil Municipais que recebem recursos Ação Continuada do Ministério da Ação Social.					
DIRETRIZES: Repasse de recursos do Ministério da Ação Social.					
OBJETIVOS: Implementação e manutenção das Entidades Sociais					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Repassar recursos e adquirir materiais para manutenção das entidades conveniadas com o Programa Serviços de Ação Continuada	Subvenção	Mês	12	5.796,00	0.1.43
TOTAL				5.796,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO			
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11			
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Sociais	01			
Função	Assistência Social	08			
Subfunção	Assistência ao Portador de Deficiência	242			
Programa	Serviços de Ação Continuada - SAC	04			
Proj./Ativid./Op. Esp.	Repasse a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	2203			
DIAGNÓSTICO: Há no Município dois Clubes de Idosos, uma Escola Especial (APAE) e três Centros de Educação Infantil Municipais que recebem recursos Ação Continuada do Ministério da Ação Social.					
DIRETRIZES: Repasse de recursos do Ministério da Ação Social.					
OBJETIVOS: Implementação e manutenção das Entidades Sociais					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Repassar recursos e adquirir materiais para manutenção das entidades conveniadas com o Programa Serviços de Ação Continuada	Subvenção	Mês	12	2.675,00	0.1.42
TOTAL				2.675,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006

ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamen- tária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência a Criança e ao Adolescente	243
Programa	Serviços de Ação Continuada - SAC	04
Proj./Ativid./Op. Esp.	Repasse às Creches	2204
DIAGNÓSTICO: Há no Município dois Clubes de Idosos, uma Escola Especial (APAE) e três Centros de Educação Infantil Municipais que recebem recursos Ação Continuada do Ministério da Ação Social.		

DIRETRIZES: Repasse de recursos do Ministério da Ação Social.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das Entidades Sociais

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Repassar recursos e adquirir materiais para manutenção das entidades conveniadas com o Programa Serviços de Ação Continuada	Materiais	unidade	1.300	36.112,00	0.1.41
TOTAL				36.112,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Programa de Recuperação de Drogadictos	05
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Sociais	2201

DIAGNOSTICO: O Município possui, também, dependentes químicos do álcool e outras drogas.

DIRETRIZES: Encaminhar usuários para realizar tratamento e acompanhamento necessário em entidades conveniadas com o Poder Público.

OBJETIVOS: Proporcionar ao usuário e sua família uma oportunidade de tratamento e acompanhamento terapêutico a fim de reestabelecer laços familiares e comunitários, bem como promover e reintegrar a comunidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
5.01 - Conveniar com entidade de recuperação de drogadictos	Serviço	Unidade	12	7.650,00	0.1.00
TOTAL				7.650,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006
ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	11
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades Sociais	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência Comunitária	244
Programa	Ensino Profissionalizante para Estudantes Carentes	06
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades Sociais	2201

DIAGNOSTICO: O Município possui, vários estudantes provenientes de famílias carentes.

DIRETRIZES: Viabilizar com investidores da Iniciativa Privada a criar o Banco do Povo ou Banco do Estudante, afim de captar recursos para execução e manutenção do apoio ao estudante carente no ensino profissionalizante.

OBJETIVOS: Oportunizar o estudante carente a cursar o ensino profissionalizante, de acordo com a avaliação sócio-econômica devidamente comprovada junto ao Serviço de Assistência Social do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
6.01 - Crédito ou Financiamento Estudantil ao Ensino Profissionalizante.	Bolsa/Financiamento	unidade	20	0,00	Convênio
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS - 2006 ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Fundo Municipal de Assistência Social	12
Unidade Orçamentária	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal para Infância e Adolescência	01
Função	Assistência Social	08
Subfunção	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	Atendimento a Menores em Situação de Risco	01
Proj./Ativid./Op. Esp.	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal para Infância e Adolescência	2301

DIAGNOSTICO: Manutenção, intensificação e ampliação das atividades do Fundo da Infância e Adolescência.

DIRETRIZES: Promover a convivência social de acordo com bons princípios e desenvolver a cidadania.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das atividades voltadas a criança e ao adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Aquisição de materiais para serem utilizados na realização de programas voltados à proteção da criança e do adolescente	Material	unidade	700	1.000,00	0.1.00
1.02 - Contratação de serviços para desenvolver ações voltadas à proteção da criança e do adolescente	Serviços	mês	12	520,00	0.1.00
TOTAL				1.520,00	

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

PLANILHA DE PRIORIDADES E METAS ANEXO II

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públic do Mun de Campo Alegre - IPRECAL	20
Unidade Orçamentária	Divisão de Manutenção do IPRECAL	01
Função	Previdência Social	09
Subfunção	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públic do Mun de Campo Alegre - IPRECAL	01
Proj./Ativid./Op. Esp.	Funcionamento e Manutenção do IPRECAL	2401

DIAGNOSTICO: O regime próprio de previdência possui 217 servidores vinculados ao Instituto.

DIRETRIZES: Administrar o regime próprio de previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária.

OBJETIVOS: Garantir aposentadoria e pensão aos servidores públicos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
-------	---------	----------------	------	-------	----

1.01 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização e outros para manutenção da estrutura física do IPRECAL	Material	Unidade	7.500	7.330,00	0.1.45
1.02 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços de comunicação, serviços gráficos, serviços de manutenção e conservação de equipamentos, passagens, serviços de calculo atuarial, perícias médicas e outros para manter a estrutura do IPRECAL	Serviço	mês	12	45.250,00	0.1.45
1.03 - Auxiliar os servidores e conselheiros nas despesas de estadia, locomoção e alimentação quando em viagem a serviço do Instituto	Diária	unidade	20	1.300,00	0.1.45
1.04 - Contratação de serviços técnicos profissionais como assessoria jurídica e previdenciária para garantir a administração do Instituto	Serviço	mês	12	8.620,00	0.1.45
1.05 - Pagamento de benefícios aos servidores segurados através de aposentadorias e pensões	Benefícios	mês	12	246.700,00 158.000,00	0.1.00 0.1.45
1.06 - Garantir recursos através da Reserva de Contingência para atender os beneficiários	reserva	mês	12	87.760,00 308.260,00 300.000,00	0.1.45 0.1.00 0.1.54
TOTAL				1.163.220,00	

Lei Nº 3.027 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.027 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
012.366.1411.2.016 -	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
2311/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.028 de 23 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.028 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA LOCALIDADE DE QUEIMADOS - DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Queimados, Distrito de Bateias de Baixo Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Parágrafo único: O imóvel de que trata o caput Artigo situa-se onde funcionava a ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS TELMA, Código INEPE 42099331, situada na Rua Principal, nº na localidade de Queimados - Distrito de Bateias de Baixo neste Município, extinta através do Decreto Municipal nº 3.665 de 02 de fevereiro de 2005, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) A Permissão de Uso do Bem Imóvel Público de que trata o Artigo 1º desta Lei, será pelo período a partir da promulgação da presente Lei, até a data de 31 de dezembro de 2010, à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS.

Art.3º) A permissão concedida através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, está condicionada ao uso para atividades exclusivas da referida ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, para o desenvolvimento das atividades as quais estão dispostas no TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL, a ser firmado por ambas as partes.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Permissão dará causa à rescisão do mesmo e revogação da presente Permissão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,
23 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO

MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Permissão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. RENATO BAHR, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.408.232/0001-22, estabelecida à Estrada Principal, nº na localidade de Queimados - Distrito de Bateias de Baixo, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor: JOSÉ ACIR TELMA doravante denominada PERMISSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 3.028 de 23 de novembro de 2005.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Permissão de Uso, através de Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Queimados Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da PERMISSIONÁRIA:

a) Trabalho Sócio Econômico a ser desenvolvido na Comunidade tais como:

b) Habitação; Saúde; Segurança; Rede de Abastecimento de Água Potável; Saneamento Básico; Urbanização; Ensino; Transporte; Lazer e Recreação.

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será a partir da promulgação da Lei Municipal nº 3.028 de 23 de novembro de 2005, até a data de 31 de dezembro de 2010.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização de todos espaços "dependências", para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do PERMITENTE:

Compete ao PERMITENTE as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar os Bem Imóvel (Escolas Municipal) descrita na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão Precária;

b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso do imóvel concedido, verificando se as atividades desenvolvidas pela PERMISSIONÁRIA se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Permissão de Uso.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA Associação de Moradores de Queimados.

Compete a PERMISSIONÁRIA - as seguintes obrigações:

a) Preservação e manutenção das instalações do Bem Imóvel;

b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal

que por ventura trabalhará para a PERMISSIONÁRIA;
c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;

d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão de Uso;

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:

É vedado a PERMISSIONÁRIA autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o PERMITENTE e a PERMISSIONÁRIA.

Cláusula Décima - Da revogação:

A presente Permissão de Uso do Bem Imóvel, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo PERMITENTE, sem direito de indenização para a PERMISSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Permissão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.028 de 23 de novembro de 2005 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;

b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3.028 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Permissão terá validade a partir da data de 23 de novembro de 2005, quando da promulgação da Lei Municipal nº 3.028 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 23 de novembro de 2005.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

RENATO BAHR

JOSÉ ACIR TELMA

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS

MARILENE TERESINHA SUCHY ENGLER.

CPF/MF n.º 004.337.289-90

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.

CPF/MF n.º 311.281.229-87

Lei Nº 3.029 de 23 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.029 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR A ÁREA QUE ESPECIFICA E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que no ano de 1988 o Município de Campo Alegre/SC adquiriu uma área de terra no Distrito de Fragosos, destinado à construção de casas populares em sistema de mutirão;

Considerando que a mencionada área foi declarada de Utilidade Pública, para os fins mencionados;

Considerando que passados 17 (dezessete) anos, a finalidade da Administração foi atingida, faltando apenas a escrituração das unidades habitacionais em nome dos respectivos moradores,

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Município de Campo Alegre autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FRAGOSOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 73.443.905/0001-00, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre, declarada de utilidade pública pela Lei estadual n.º 13.482/05, o seguinte bem imóvel, Matriculado sob n.º 25.121, Livro n.º 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC:

"Um terreno situado na localidade de Fragosos, Município de Campo Alegre, desta Comarca, com a área de dez mil, cento e vinte e um metros e trinta e dois decímetros quadrados (10.121,32m²), distante 139,40 metros da rua Generoso Fragosos, fazendo frente ao norte por 10,27 metros, para a rua Germano Neumann; fundo ao sul, por 114,50 metros, confronta com terras de Paulo Pereira; lado direito à leste por 81,70 metros, confronta com terras de Dorita Fischer e ainda, do mesmo lado, ao norte, por 126, 85 metros e a leste novamente por 60,00 metros, confronta com terras de Ervino Neumann, antes de Waldir Heinz Neumann."

Parágrafo único - A área mencionada neste artigo, abriga o "conjunto habitacional" de Fragosos, núcleo habitacional construído em sistema de mutirão em pareceria com o Município de Campo Alegre.

Art.2º) Sob pena de anulação da doação de que trata esta Lei, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FRAGOSOS fica obrigada a individualizar os lotes e casas existentes através de medida administrativa ou judicial que se verificar necessária, outorgando aos moradores originários ou terceiros que comprovem a aquisição posterior do imóvel, a escritura definitiva do respectivo lote.

Art.3º) Em caso de descumprimento do disposto no Artigo anterior ou de destinação não prevista em Lei da gleba, os dirigentes da donatária ficam sujeitos às penalidades civis e criminais previstas no ordenamento jurídico pátrio.

Art.4º). Fica autorizado o Município de Campo Alegre a conceder isenção de ITBI, referente à transmissão dos imóveis individualizados (lotes), por ocasião da transferência de titularidade dos registros aos moradores.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.207/89.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.030 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.030 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA LEI
Nº 3.018 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O parágrafo único do Artigo 5º da Lei n.º 3.018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Os débitos tributários ajuizados para cobrança executiva, podem ficar isentos de honorários advocatícios, devendo o optante quitar as custas processuais diretamente com o Poder Judiciário, junto ao Fórum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
23 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.031 de 25 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.031 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.779,00 (trinta e sete mil, setecentos e setenta e nove reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 580,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.008 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
028.843.0000.2.006 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 799,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.600,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 22.000,00
TOTAL		R\$ 37.779,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.779,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação de Vias Públicas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 13.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00
TOTAL		R\$ 37.779,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.032 de 29 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.032 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005
AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NO DISTRITO

INDUSTRIAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso do parte do Lote n.º 02 do Distrito Industrial do Município de Campo Alegre, situado à Rodovia SC-301, medindo 5.911,65 m² (cinco mil, novecentos e onze metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa "4 S EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA.", registrada no CNPJ/MF sob n.º 07.585.435/0001-94.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.033 de 01 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.033 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2004 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde
---------	--------------------------

10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diárias - Civil	R\$ 1.200,00
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339036.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
10.05 -	Manutenção Ativ. Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
010.302.1504.2.041 -	Manutenção Ativ. Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.800,00
TOTAL		R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2004.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.034 de 01 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.034 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

"AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA A INSTAURAR PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO MENOR PREÇO, VISANDO A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica a Administração Pública Direta autorizada a instaurar Processo Licitatório na modalidade Concorrência Pública, do tipo menor preço, visando a concessão do serviço público de coleta, transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos domésticos.

Parágrafo único - O processo mencionado no caput deverá observar a legislação aplicável à espécie, especialmente as Leis n.º 8.987/95 e 8.666/93.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.035 de 01 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.034 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

"AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA A INSTAURAR PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO MENOR PREÇO, VISANDO A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica a Administração Pública Direta autorizada a instaurar Processo Licitatório na modalidade Concorrência Pública, do tipo menor preço, visando a concessão do serviço público de coleta, transbordo, transporte e disposição final de resíduos sólidos domésticos.

Parágrafo único - O processo mencionado no caput deverá observar a legislação aplicável à espécie, especialmente as Leis n.º 8.987/95 e 8.666/93.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal
ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão 82/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 82/2014)

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 82/2014, modalidade

Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de cimento (saca com 50 kg), areia fina, areia grossa e brita nº 1, cal virgem, tijolo maciço e tijolo 9x14x18, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidade e aquisição de areia grossa e brita nº1 para manutenção de espaço para recreação e para horta no CMEI Alegre Infância. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA, EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA e CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA. A empresa AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Valtívio Neumann, a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA credenciou como representante na sessão a Sra. Lilian Baumel Maahs e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. João Renato Schvetter. Todas as empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	54,00	53,95	1ª	HABILITADA
Concreplan	65,00	65,00	2ª	-----

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	58,00	57,85	1ª	HABILITADA
Concreplan	70,00	70,00	2ª	-----

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	58,00	57,60	1ª	HABILITADA
Concreplan	70,00	70,00	2ª	-----

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Concreplan	23,90	23,80	1ª	HABILITADA

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Concreplan	8,50	8,45	1ª	HABILITADA

ITEM 06

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	58,00	57,90	1ª	HABILITADA
Concreplan	70,00	70,00	2ª	-----

ITEM 07

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Concreplan	0,45	0,44	1ª	HABILITADA

ITEM 08

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Augustin	0,53	0,52	1ª	HABILITADA
Concreplan	0,65	0,65		

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas nos ITENS. Estando de acordo com o exigido no edital, as empresas foram declaradas vencedoras dos respectivos ITENS, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Lei Nº 3.036 de 01 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.036 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

“ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - A partir da vigência da presente Lei, a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social passa a ser denominada de “Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social”

Art.2º - A letra b do Inciso V, do Artigo 15 da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art.15(...)

V - (...)

a) (...)

b) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.”

Art.3º - O caput do Artigo 44 da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art. 44 - A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social incumbe manter os serviços de assistência médica e odontológica, bem como aqueles relativos ao desenvolvimento social da comunidade de Campo Alegre, e em especial:

Art.4º - O Artigo 45 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.45 A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

contará com a seguinte estrutura de apoio:

- I - Diretoria Técnica;
- II - Diretoria de Saúde;
- III - Serviço de Apoio Administrativo;
- IV - Serviço de Ações Básicas de Saúde;
- a) Sub-Serviço de Coordenação das Unidades Básicas;
- b) Sub-Serviço do Programa de Saúde da Família;
- c) Sub-Serviço de Atendimento Ambulatorial e Reabilitação;
- d) Sub-serviço do Programa de Agentes Comunitários;
- V - Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação;
- a) Sub-Serviço de Auditoria;
- b) Sub-Serviço de Informações de Saúde;
- VI - Serviço de Vigilância à Saúde;
- a) Sub-Serviço de Vigilância Epidemiológica;
- b) Sub-Serviço de Vigilância Sanitária;
- c) Sub-Serviço de Assistência Farmacêutica.
- VII - Serviço de Desenvolvimento Social;

§1º As estruturas organizacionais definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar municipal nº 006/2002, os quais perceberão gratificações de função;

§2º Os Sub-serviços são apenas um detalhamento da estrutura de lotação dos servidores efetivos, não havendo sob nenhuma hipótese o pagamento de qualquer gratificação, para a execução de seus serviços;"

Art.5º - O Artigo 46 e seus Incisos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 - A Diretoria de que trata o Inciso I do Art. 45, será exercida por Diretor Técnico, que responsabilizar-se-á tecnicamente pelas atividades médicas da Secretaria de Saúde, sendo função gratificada privativa de médico, remunerado na forma descrita pela Lei Complementar Municipal nº 006.

Parágrafo único - Compete ao Diretor Técnico, além das atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo de médico descritas na Lei Complementar Municipal n.º 006, as seguintes atribuições:
I - Responder tecnicamente pelos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

II - Analisar o Laudo de Solicitação de AIH e de exames de média e alta complexidade, seu correto preenchimento, identificar o caráter da internação e a consistência das informações, confrontando o procedimento solicitado com sua justificativa clínica, e autorizar o procedimento solicitado, seguindo as normas do SUS."

Art.6º - O Artigo 47 e seus Incisos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 - A Diretoria de que trata o Inciso II do Artigo 45, será administrada e gerenciada por Diretor de Saúde, designado por Decreto do Executivo, sendo cargo de provimento em comissão, remunerado na forma descrita pela Lei Complementar Municipal Nº 006.

Parágrafo único - Compete ao Diretor de Saúde:

- I - responder tecnicamente pelas Atividades de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, designado por Decreto do Executivo, desde que possua habilitação de nível superior em enfermagem;
- II - administrar, gerenciar, planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de saúde;
- III - responder pelo elenco de ações, atividades, resultados e impactos da operacionalização do sistema municipal de saúde;
- IV - conhecer como se distribui a população em seu território e as causas mais freqüentes de adoecimento e morte de seus munícipes;
- V - garantir o cadastramento de todas as unidades de saúde públicas e privadas sob gestão do município;
- VI - elaborar a programação anual do município, colaborando na execução do Plano Municipal de Saúde, plano Plurianual e PPI;

VII - elaborar o relatório anual de gestão;

VIII - estabelecer referência e contra-referência de pacientes para serviços de maior complexidade;

IX - desenvolver rotinas, fluxos e instrumentos de garantia de acesso da população a outros níveis de atenção;

X - avaliar permanentemente o impacto das ações do sistema sobre as condições de saúde de seus munícipes e sobre seu meio ambiente;

XI - gerenciar as unidades básicas de saúde e as unidades de saúde da família no que diz respeito ao planejamento, execução, controle e avaliação, provendo as mesmas de recursos humanos e materiais;

XII - acompanhar e verificar a alimentação dos sistemas Nacionais de Informação

XIII - promover planejamento de ações de inspeção preventiva;

XIV - manter atividades de educação continuada, capacitando as equipes para o desenvolvimento das ações de atenção à saúde;

XV - organizar e manter sob controle os serviços de vigilância sanitária e epidemiológica;

XVI - divulgar informações e orientações sobre a maneira de evitar o aparecimento de doenças ou de suas seqüelas;

XVII - desenvolver ações focalizadas sobre os grupos de risco e os fatores de risco comportamentais, alimentares e/ou ambientais, com a finalidade de prevenir o aparecimento ou manutenção de doenças e danos evitáveis;

XVIII - desenvolver ações em parceria com a comunidade no controle da qualidade de vida e do meio ambiente;

XIX - coordenar e participar do planejamento, execução e avaliação de programas preventivos de combate a doenças preveníveis, carências nutricionais, saúde bucal, controle do pré-natal e puerpério, acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento de crianças de 0-14 anos, planejamento familiar e doenças crônico-degenerativas;

XX - orientar a implantação do cartão SUS municipal;

XXI - elaborar e implantar protocolos e rotinas de atendimento dos serviços;

XXII - participar da elaboração do orçamento municipal;

XXIII - prestar informações técnicas sobre assuntos de sua competência assessorando seu superior sobre as questões de saúde do município;

XXIV - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a administração municipal;

XXV - desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social."

Art. 7º - O Artigo 48 e seus Incisos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48 - Compete ao Serviço de Apoio Administrativo:

I - assessorar a Secretária e a Diretora Municipal de saúde no exercício de suas atividades;

II - Responder pela organização e administração da rede de serviços próprios, na manutenção, limpeza, patrimônio e transportes;

III - Responder pela recepção, orientação e encaminhamento de usuários para a realização de consultas, atendimentos, procedimentos e exames dentro e fora do município.

IV - agendar o transporte de pacientes;

V - organizar e controlar os roteiros e diárias dos Motoristas;

VI - realizar o controle das cotas do CIS - AMUNESC, de exames complementares e da PPI;

VII - elaborar relatórios,

VIII - acompanhar e controlar a solicitação e distribuição de medicamentos e demais insumos necessários para o funcionamento da Secretaria".

Art.8º - O Artigo 49 e seus Incisos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49 - Compete ao Serviço de Ações Básicas de Saúde e seus

Sub-serviços;

I - responder tecnicamente pelas Atividades de Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde, designado por Decreto do Executivo, desde que possua habilitação de nível superior em enfermagem e que a reponsabilidade técnica não esteja sendo exercida pelo Diretor de Saúde;

II - cumprir com as estratégias de controle preconizadas pelas Normas Operacionais de Assistência à Saúde que prevê: controle da tuberculose, eliminação da hanseníase, controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a saúde da criança, a saúde da mulher e a saúde bucal (detalhamento na NOAS/SUS 01/2001);

III - criar condições para o desempenho dos indicadores da atenção básica;

IV - manter-se atualizado em relação à legislação e normas operacionais que regem o serviço de atenção básica;

V - orientar tecnicamente os profissionais sob sua coordenação, sobre as normas operacionais relacionadas ao serviço de atenção básica, desenvolvimento e implantação de estratégias de operacionalização;

VI - criar condições para o desenvolvimento dos programas e a geração de dados para alimentar os sistemas de informação em saúde, como: SISVAN, SIA, SIAB, SIS PRÉ-NATAL, SISCOLO, HIPERDIA, etc.;

VII - prover o atendimento ambulatorial médico e de enfermagem, com recursos humanos e materiais adequados, nas unidades básicas de saúde e nas unidades de saúde da família;

VIII - adscrever a clientela às unidades básicas, mediante cadastramento da população;

IX - coordenar as unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família, garantindo condições para o desenvolvimento de suas tarefas;

coordenar e consolidar as atividades educativas, de promoção, prevenção e recuperação da saúde dos munícipes, objetivando a melhoria na qualidade de vida da população;

X - prover o atendimento odontológico ambulatorial, com recursos humanos e materiais, priorizando os procedimentos coletivos (escovação, bochechos, utilização de flúor, etc) e as urgências odontológicas;

XI - prover o atendimento de reabilitação física e mental, de recursos humanos e materiais adequados ao desenvolvimento de suas atividades;

XII - colaborar na elaboração e implantação de protocolos e rotinas de atendimento dos serviços;

facilitar a utilização dos manuais de assistência a saúde desenvolvidos no Ministério da Saúde e conseqüente capacitação dos recursos humanos;

XIII - auxiliar no desenvolvimento de estratégias e implantação de educação continuada para os profissionais de saúde;

XIV - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a administração municipal."

Art.9º - Ficam incluídos à Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, os Artigos 49A, 49B e 49C, com a seguinte redação:

"Art.49 A- Compete ao Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação e seus sub-serviços;

I - coordenar o serviço de auditoria, controle e avaliação;

II - controlar a execução das atividades/serviços para verificar a sua conformidade com os padrões estabelecidos ou detectar situações que exijam maior aprofundamento; avaliar a estrutura dos processos aplicados e dos resultados alcançados, para verificar sua adequação aos critérios e parâmetros exigidos, analisando/verificando;

III - o contexto normativo referente ao SUS;

IV - relatórios de gestão, plano plurianual e P.P.I.;

V - sistema de informação ambulatorial e hospitalar;

VI - indicadores de morbi-mortalidade;

VII - instrumentos e critérios de acreditação, credenciamento e cadastramento de serviços;

VIII - o desempenho da rede de serviços de saúde;

IX - mecanismos de hierarquização, referência e contra referência da rede dos serviços de saúde;

X - os serviços de saúde prestados inclusive por instituições privadas, conveniadas ou contratadas;

XI - autorização de internação e atendimentos ambulatoriais, tetos financeiros e procedimentos de alto custo;

XII - encaminhar relatórios específicos aos órgãos de controle interno e externo, em caso de irregularidade sujeita a sua apreciação, ao Ministério Público, se verificada a prática de crime, e ao chefe do órgão em que tiver ocorrido infração disciplinar, praticada por serviços públicos que afete as ações e serviços de saúde, sempre com anuência de seu superior hierárquico.

Art. 49 B - Compete ao Serviço de Vigilância à Saúde e seus sub-serviços;

I - coordenar administrativamente os serviços de assistência farmacêutica vigilância sanitária e epidemiológica;

II - conhecer a legislação pertinente a sua área de atuação;

III - coordenar campanhas educativas de prevenção e controle de agravos e de proteção do meio ambiente;

IV - gerenciar os sistemas de informações epidemiológicas e sanitárias no âmbito do município mantendo controle no armazenamento e envio dos dados coletados aos níveis estadual e federal, dentro dos prazos estabelecidos;

V - desenvolver ações de planejamento em conjunto com outros setores da Secretaria e estabelecer parcerias com outros órgãos públicos para o desenvolvimento de ações preventivas e educativas;

VI - participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, e a prevenção de doenças transmissíveis, colaborando com a divulgação de informações à população;

VII - orientar, fiscalizar e controlar as condições de saneamento básico de áreas públicas do município como Postos de Saúde, Escolas e outros;

VIII - prestar informações técnicas sobre assuntos relacionados ao serviço;

IX - conhecer as causas mais freqüentes de adoecimento e morte, e como se distribuem no município;

X - avaliar, periodicamente, o impacto das ações dos serviços sobre as condições de saúde de seus munícipes e sobre o meio ambiente;

XI - coordenar, organizar e, junto com a equipe, planejar as atividades farmacêuticas desenvolvidas pela secretaria;

XII - supervisionar e criar condições para o bom desenvolvimento dos serviços relativos à utilização, à armazenagem, controle, aquisição e distribuição dos medicamentos na Farmácia do SUS;

XIII - elaborar de acordo com o cronograma estabelecido, relatório das atividades desenvolvidas e auxiliar na elaboração do relatório de gestão, plano plurianual e P.P.I.;

XIV - colaborar na elaboração e implantação de protocolos e rotinas de atendimento dos serviços;

XV - zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes à administração municipal.

§ 1º A responsabilidade técnica farmacêutica é atribuição privativa do profissional farmacêutico integrante do quadro de profissionais da secretaria municipal de saúde;

Art. 49C - Compete ao Serviço de Desenvolvimento Social;

I - coordenar e responder pelo serviço de Desenvolvimento Social, no planejamento e na execução dos programas e ações desenvolvidos;

II - promover a integração entre o Serviço de Desenvolvimento

Social e o Departamento de Saúde;
 III - promover parcerias com segmentos da comunidade para viabilizar ações do Serviço de Desenvolvimento Social;
 IV - administrar e repassar os recursos recebidos por meio de convênios, doações e outros;
 V - realizar visitas domiciliares e acompanhamentos;
 VI - coordenar e organizar campanhas, feiras e eventos;
 VII - participar do CMAS;
 VIII - controlar o efetivo desenvolvimento do Programa de bolsa Família.”

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
 01 de dezembro de 2005.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
 01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Concorrência 78/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA
 (Processo Licitatório nº 78/2014)

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lilian Terezi-nha Bartsch, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 78/2014, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a concessão de uso de espaço público à particular do Ginásio de Esportes “Amigos Aloncio Kuhnen e José Kmiecik”, situado à Rua Prof. Rufino Blazkowski, nº 109, no Distrito de Bateias de Baixo, no município de Campo Alegre/SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única empresa proponente: BAR DO DIDIO LTDA - CNPJ:15.356.541/0001-24. Acompanhou a sessão como ouvinte o Sr. Asterio Luiz Ossovsky. O julgamento e classificação da proposta é através do critério de MAIOR VALOR MENSAL DA TAXA DE OCUPAÇÃO, que não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Procedeu-se na abertura do Envelope contendo a documentação sendo que a única empresa proponente apresentou todos os documentos conforme exigido no edital sendo considerada HABILITADA. Prosseguiu-se a abertura do envelope da Proposta, sendo que a proponente ofertou o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) para pagamento mensal da TAXA DE OCUPAÇÃO. A comissão declarou então a licitante BAR DO DIDIO LTDA - CNPJ:15.356.541/0001-24 devidamente habilitada e vencedora do certame. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Lei Nº 3.037 de 01 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.037 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
 01 de dezembro de 2005.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
 01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.038 de 13 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.038 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005

SUBSTITUI ANEXO II DO PLANO PLURIANUAL 2006/2009
 APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.996.

Em razão da Lei nº 3.019, que alterou a alíquota de contribuição patronal ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL, o Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º) Fica substituído o Anexo II do Plano Plurianual do Município de Campo Alegre/SC, relativo ao quadriênio 2006/2009, aprovado pela Lei n.º 2996, pelo novo Anexo II, o qual faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando somente o Anexo II da Lei n.º 2.996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.039 de 13 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.039 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005

ALTERA DISPOSIÇÕES DO SETOR V - SÃO MIGUEL
DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357 DE
09 DE SETEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) O SETOR V - SÃO MIGUEL do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.357 de 09 de setembro de 1998, que passa à vigorar com a seguinte redação:

SETOR V - SÃO MIGUEL

A poligonal que delimita a área urbana no setor São Miguel tem início na Estrada Dona Francisca no ponto da divisa da propriedade de Empreendimentos Turísticos Caminho dos Príncipes Ltda, a) seguindo até a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto localizado a 300 metros dela; b) deste ponto segue paralelamente a Rodovia SC-301, a 300 metros dela, no sentido Joinville até um ponto que está a 200 metros da Rodovia Municipal CAM-020; c) deste ponto segue paralelamente a referida rodovia até um ponto a 300 metros; d) deste ponto converge 86º em direção Oeste onde segue por 292,50 metros; e) converge 92º em direção Nordeste segue 103,78 metros em linha reta; f) converge 127º a Nordeste, segue 15,00 metros; e ainda a Nordeste converge 31º e segue por 53,12 metros; h) e deste ponto ainda converge a Sudeste por 104º e segue por 85,00 metros; i) após converge 83º sentido Nordeste e segue por 12,09 metros; j) e deste ponto converge 97º Noroeste e percorre 87,23 metros a atingir o Rio São Miguel; k) e pelo Rio São Miguel segue passando a ponte e cruzando a Rodovia Municipal CAM-020 a um ponto a 200 metros desta; l) voltando o traço distando 200 metros da referida Rodovia até um ponto que dista 300 metros da Rodovia SC-301; m) deste ponto segue novamente paralelo à Rodovia SC-301, no sentido Joinville, distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual; n) de lá converge para a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto a 300 metros da mesma; o) de lá segue paralela a Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre até o ponto da poligonal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.040 de 13 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.040 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005

SUBSTITUI ANEXOS DA LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LEI MUNICIPAL Nº. 3.026”.

Em razão da Lei Municipal n.º 3.019, que alterou a alíquota de contribuição patronal ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL, o Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art.1º) Fica substituído os Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Campo Alegre/SC, relativo ao exercício de 2006, aprovado pela Lei n.º 3.026, pelos novos Anexos, o qual fazem parte integrante da presente Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando somente os Anexos II da Lei Municipal n.º 3.026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
13/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.041 de 19 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.041 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2006, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da “FECAM”.

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão

por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.042 de 19 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.042 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais), para a CNM -Confederação Nacional dos Municípios.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos meses de Janeiro a Dezembro do corrente exercício de 2006.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, refere-se à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "CNM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 3.043 de 19 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.043 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser repassada em 02 (duas) parcelas, objetivando a parceria na realização da 8ª Edição da Festa Estadual da Ovelha, a qual realizar-se-á no mês de março de 2006 em nosso Município.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da

seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2006.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.044 de 19 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.044 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.
Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2006.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro do exercício de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2006.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.045 de 19 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.045 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2005.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de janeiro do exercício de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2006.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.046 de 19 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.046 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO I.E.A.S - HOSPITAL SÃO LUIZ, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 21.780,00 (vinte e um mil setecentos e oitenta reais), ao I.E.A.S - HOSPITAL SÃO LUIZ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.552.809/0006-56, com sede à Rua: Pe. Luiz Gilg, 250 Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2006.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, e procedimentos que não são efetuados dentro da Unidade de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Diretor e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 10.302.1504.2005 - Manutenção das Atividades Assistência Hospitalar e Ambulatorial - 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.047 de 19 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.047 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) à ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, 67 Centro - Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2006.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo 1º deverá ser aplicado pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 3.048 de 20 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.048 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2006.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura

Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
 - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- GABINETE DO PREFEITO

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2006.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

MINUTA TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106-4, inscrito CPF sob nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 207, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado

MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por sua Presidente: REGINA MARIA MUNHOZ, brasileira, solteira, Comerciaría, RG nº 674.580-6, CPF nº 294.453.709-10, residente e domiciliada à Av. Dr. Getúlio Vargas, 467 Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 275,00(duzentos e setenta e cinco reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

- - Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- - Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
-

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Promover campanhas e visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade, buscando alcançar a sustentabilidade da Entidade;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que

GABINETE DO PREFEITO

seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2006.

RENATO BAHR	REGINA MARIA MUNHOZ
Prefeito Municipal	Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 3.049 de 20 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.049 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio

correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2006.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

MINUTA TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, aposentado, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 207 Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua: Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, - Campo Alegre/SC, neste ato representado por seu Presidente: NOIRTON DUARTE SILVA MACHADO SCHROEDER, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF nº 121.269.939-49, residente e domiciliado à Rua: Cel. Bento D' Amorim, 77 Centro, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 2 (dois) botijões e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames

ginecológicos das fêmeas;

6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;

7 - Orientar tecnicamente á nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.

8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador);

2 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

3 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

4 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

5 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

6 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

7 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

8 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

9 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

10 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;

11 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo.

12 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

13 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

14 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2006 até 31 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável

no último dia útil de cada mês.

Parágrafo 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2006.

RENATO BAHR	NOIRTON D. S. M. SCHROEDER
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 3.050 de 20 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.050 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.256/0001-91 com sede á Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 08 (oito) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2006.

Parágrafo 2º Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "CORAL FEMININO" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valores recebidos de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado dos Recursos previstos no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos

que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 12.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2006, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.051 de 20 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.051 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL autorizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

- ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C., R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE BAIXO, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SCHEDIE, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- CENTRO COMUNITÁRIO Irª. VERÔNICA REMBOLD, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- CLUBE IDOSOS AMOR E ESPERANÇA, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

XIII - CLUBE IDOSOS SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2006.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.832 de 10 de agosto de 2005, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2006.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 08.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais - 335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.052 de 20 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.052 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 101.616,17 (cento e um mil, seiscentos e dezesseis reais e dezessete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.700,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.122.1301.2.003 -	Ticket Alimentação para Servidores	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 4.900,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.800,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 12.100,00

319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 13.000,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 350,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 110,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 33.616,17
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.050,00
TOTAL		R\$ 101.616,17

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.118 -	Despesas Correntes	
330000.00.118 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.118 -	Aplicações Diretas	
339039.00.118 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.182,58
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.242.1409.2.050 -	Assistência ao Portador de Deficiência Física	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 30.900,00
016.482.1409.1.003 -	Aquisição de Áreas para Casas Populares	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 3.050,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.800,00
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Turismo	
022.661.1602.1.004 -	Incentivos a Industria e Comercio	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 550,00
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 25.538,30
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 7.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Rádio Patrulha	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.500,00
006.181.1413.2.033 -	Manutenção do Convênio com Policia Militar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.544,09
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.745,52
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 870,10
006.181.1413.2.034 -	Manutenção do Convênio com Policia Civil	

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 35,58
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 2.450,00
TOTAL		R\$ 101.616,17

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
20/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.053 de 21 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 3.053 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e material Permanente	R\$ 1.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	

319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos Vantagens Fixas Pessoal Civil	R\$ 1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.054 de 22 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.054 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.1.001 -	Construção, Ampliação e Restauração	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449051.00.103 -	Obras e Instalações	R\$ 15.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.055 de 22 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.055 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM RAZÃO DE INTERESSE PÚBLICO, A RECEBER SOB A FORMA DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE TRIBUTOS OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA, DECLARANDO-OS DE UTILIDADE PÚBLICA."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, em razão de justificado interesse público, autorizado a receber sob a forma de dação em pagamento de tributos especificados nesta Lei, os seguintes imóveis:

I - Uma área de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), situada no Município de Campo Alegre, com 30,00m (trinta metros) de frente e fundos, em linhas paralelas, fazendo frente para a Rodovia SC 301 (respeitado a faixa de domínio do DNIT) e 71,17m (setenta e um metros e dezessete centímetros) de profundidade, em linhas paralelas, conforme medição em anexo, localizada no Lote 05, com área de 51.023,00m² (cinquenta e um mil e vinte e três metros quadrados), inscrito no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC;

II - Uma área de 5.560,00m² (cinco mil, quinhentos e sessenta metros quadrados), situada no Município de Campo Alegre, fazendo frente para a SC 301, Matriculada sob n.º 21.538 no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC;
Parágrafo único - os imóveis mencionados neste Artigo ficam, para todos os fins e efeitos, declarados de utilidade pública.

Art.2º) As áreas acima descritas, serão recebidas sob forma de dação em pagamento, para fins de quitação da totalidade dos débitos tributários inscritos em nome de LUIS ROBERTO FRANCO E OUTROS (Inscrição Imobiliária n.º 01.03.012.0340-001), pendentes de pagamento até a presente data, inscritos ou não em dívida ativa, que totalizam R\$ 51.299,13 (cinquenta e um mil, duzentos e noventa e nove reais e treze centavos), correspondente ao valor total para pagamento à vista, nos termos da Lei Municipal n.º 3.018.

Parágrafo único - Os imóveis objetos da dação em pagamento serão recebidos pelo valor total da dívida, constante do caput deste Artigo.

Art.3º) Para a efetivação da dação em pagamento autorizada pela presente lei, a Administração Pública Municipal deverá providenciar a avaliação imobiliária das áreas mencionadas no Artigo 1º, baixando Decreto onde conste a descrição exata dos imóveis, além do número da matrícula Imobiliária individual de cada lote e respectivo registro no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC e demais atos jurídicos que se fizerem necessários.

Parágrafo único - No caso de haver qualquer impedimento para a escrituração dos imóveis sob a titularidade do Município de Campo Alegre, a dação em pagamento de que trata a presente lei ficará anulada de pleno direito, reinscrevendo-se em dívida ativa o imposto ora quitado, com as devidas correções.

Art.4º) As custas pela transferência dos imóveis correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.056 de 22 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.056 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 17.470,50 (dezessete mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
400000.00.102 -	Despesas de Capital	
440000.00.102 -	Investimentos	
449000.00.102 -	Aplicações Diretas	
449051.00.102 -	Obras e Instalações	R\$ 17.470,50

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.057 de 22 de Dezembro de 2005

LEI Nº 3.057 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CAMPO ALEGRE "REFIS/C.A. - 2".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar através de Decreto, por até 70 (setenta) dias, o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal previsto no Artigo 11 da Lei Municipal nº 3.018 que "INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CAMPO ALEGRE, DENOMINADO 'REFIS/C.A.-2' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 3.058 de 22 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.058 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 62.736,00 (sessenta e dois mil, setecentos e trinta e seis reais), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.

Art.2º) A Contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será repassada em 12 parcelas, com valor de R\$ 5.228,00 (cinco mil, duzentos e vinte e oito reais) mensal.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere a cota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 04.12.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2006, revogadas as

disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 019 de 09 de Março de 2004

LEI COMPLEMENTAR Nº 019 DE 09 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMPULSÓRIA DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO TESOURO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Os Servidores Inativos e os Pensionistas do Município, que percebem seus Proventos ou Pensões através, do Tesouro Municipal, incluídas suas Autarquias e Fundações, em gozo de benefícios em 31 de dezembro de 2003, bem como os que até a data acima cumpriram os requisitos para a concessão do benefício com base na legislação então vigente, contribuirão com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargo efetivo.

Parágrafo Único: A Contribuição Previdenciária a que se refere o Caput deste Artigo incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais), nos termos do Artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003."

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos após noventa dias a contar da vigência desta Lei.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 09 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão 20/2014 FMS**ATA CIRCUNSTANCIADA**

Processo Licitatório nº 20/2014 - modalidade Pregão (presencial)
Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 20/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 MOTOCICLETA, zero quilômetro, para uso da Vigilância Epidemiológica do município. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da empresa proponente Comercio de Veículos Behr Ltda. A empresa licitante, Comercio de Veículos Behr Ltda, apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação e não apresentou Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento da licitante sendo Sra. Rosane Eliane Hübl, representante. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a abertura do envelope da proposta. Após o julgamento da proposta, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa Comercio de Veículos Behr Ltda, obtendo o seguinte resultado:

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Comercio de Veículos Behr Ltda	10.150,00	9.800,00	1ª	Habilitada

A Pregoeira julgou a empresa Comercio de Veículos Behr Ltda vencedora do processo licitatório epigrafado, com o valor unitário de R\$ 9.800,00 adjudicando sua proposta. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina M. Munhoz
Pregoeira Municipal

Irineu Woitskovski Junior
Membro da equipe de apoio

Lilian Terezinha Bartsch
Membro da equipe de apoio

Rosane Eliane Hübl
Representante da empresa Comercio de Veículos Behr Ltda

Aditivo Contratual Nº 67/2014**ADITIVO CONTRATUAL Nº 67/2014****TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o OFÍCIO Nº 041PL/2014 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 26/2014 (originado do Processo Licitatório nº 05/2014, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 26/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA TMK ENGENHARIA EIRELI, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 26/2014 fica prorrogado até o dia 15 de outubro de 2014.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 26/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 13 de agosto de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

OTAVIO FERNANDO TOMCZYK

TMK ENGENHARIA EIRELI - ME

CONTRATADA

Homologa Resultado Aprovados Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 006/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

HOMOLOGA O RESULTADO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

Nº	NOME	CARGO	CPF	D.N.	NOTA	CLAS.
02	ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA	MÉDICO II	206.634.390-00	20/10/1951	10,2	1º
01	CINTIA SIMONE FETT	MÉDICO II	912.679.270-20	30/09/1977	1,2	2º

Nº	NOME	CARGO	CPF	D.N.	NOTA	CLAS.
03	CHRISTINA DE MEDEIROS	MÉDICO IV	065.039.489-56	18/03/1982	0,85	1º

Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 2014.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2014

SANDRO BUENO FRANCO MF Nº 274

LUCIELLE KAROLYNE CUBAS MF Nº 000500

SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO MF Nº 000428

Lei Complementar Nº 020 de 09 de Março de 2004

LEI COMPLEMENTAR Nº 020 DE 09 DE MARÇO DE 2004.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ARTIGO 126 E PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO Nº 314 DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 126 do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126 Os servidores lotados na Central de Saúde, receberão pelo exercício de suas atividades fora da sede, os percentuais de gratificação dispostos nos Incisos I e II deste artigo, conforme o caso;

I - Aos servidores ocupantes de cargo efetivo a seguir denominado, serão conferidos os seguintes percentuais de gratificação:

- a) Médico - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- b) Dentista e Enfermeiro - 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- c) Agente administrativo I e Técnico em Enfermagem - 15% (quinze por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 3 e 5 Anexo V, respectivamente, do Anexo V desta Lei;

II - Aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e/ou temporário a seguir denominado, que laborem exclusivamente no Programa Saúde da Família - PSF, serão conferidos os seguintes percentuais de gratificação:

- a) Médico - 70% (setenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- b) Dentista e Enfermeiro - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- c) Agente administrativo I e Técnico em Enfermagem - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 3 e 5 Anexo V, respectivamente, do Anexo V desta Lei;

§1º As gratificações de que tratam este artigo, correspondem à 100% da Carga Horária Semanal definida no Anexo I, devendo, no entanto, serem pagas proporcionalmente à carga horária das atividades efetivamente laboradas fora da sede do Município.

§2º Os servidores que se encontrarem lotados nas unidades de saúde do interior, fora da sede, em que não haja deslocamento entre órgãos da Administração Municipal, não farão jus ao recebimento da gratificação prevista no caput;

§3º Compreendem-se por atividades fora da sede aquelas realizadas em localidades e distritos, excluídos o perímetro definido como Centro e bairros, indicados e constituídos nos termos da legislação municipal própria;

Art. 2º Ficam suprimidos os §§ 1º e 2º do Art. 314 da Lei Complementar 006 de 19 de setembro de 2002, criando-se o parágrafo único do mesmo Artigo, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata às cargas horárias semanais definidas no Anexo I, excluídos os Cargos de Médico II e Odontólogo II, cujo valor da carga horária será proporcionalmente acrescido pelo exercício de 40 (quarenta) horas semanais;"

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº. 021 de 31 de Março de 2004

LEI COMPLEMENTAR Nº. 021 DE 31 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO NO ANEXO II E ANEXO II-A DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica incluído no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 o seguinte Cargo em Comissão:

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
09	01	Diretor de Planejamento, Transportes e Obras	Direção	R\$1.519,80

Parágrafo Único: As atribuições e responsabilidades inerentes ao Cargo de que trata o caput deste Artigo estão dispostas no Anexo II-A.

Art.2º É parte integrante desta Lei, "O ANEXO II DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO" - atualizado e o "ANEXO II A - CARGOS COMMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 31 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO II

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU
VENCIMENTO (*)

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 688,44
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 1.204,77
03	01	** Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 3.442,20
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 2.065,32
05	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 1.376,88
06	01	Diretor de Cultura e Desporto	Direção	R\$ 1.376,88
07	01	Diretor de Desenvolvimento Econômico	Direção	R\$ 1.376,88
08	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$ 1.376,88
09	01	Diretor de Planejamento, Transportes e Obras	Direção	R\$ 1.519,80

* Dedicção em tempo integral

** Redação dada pela Lei Complementar nº 007, sancionada em 19 de setembro de 2002.

ANEXO II A

CARGOS COMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Administrador Distrital	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar, coordenar e executar programas e atividades sociais em distritos; 2. Auxiliar aos Secretários Municipais na implementação de projetos nos distritos, especialmente em saúde, educação e saneamento básico; 3. Elaborar e executar o levantamento de dados estatísticos da população dos distritos; 4. Promover todas as tarefas necessárias para a execução do desenvolvimento integrado entre a comunidade central e a população dos distritos; 5. Coordenar a apuração de custos dos serviços e obras municipais nos distritos; 6. Participar da elaboração do orçamento; 8. Estudar e propor métodos que racionalizem a execução de atividades sociais e administrativas nos distritos; 9. Auxiliar na coleta de cadastros para fins de recolhimentos tributários nos distritos; 10. Prestar informações e esclarecimentos à comunidade dos distritos acerca dos serviços públicos; 11. Auxiliar e colaborar com a Secretaria de Bem-Estar Social para o desenvolvimento de programas nos distritos que visem erradicar todos os tipos de carência social; 12. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 13. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Assessoria de Comunicação Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessorar a representação política e social do Prefeito Municipal; 2. Fazer as relações públicas do Governo Municipal, através do acompanhamento de periódicos locais, regionais e de grande circulação; 3. Manter o Prefeito Municipal informado sobre os noticiários de interesse da municipalidade; 4. Colaborar e executar boletins municipais; 5. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 6. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 7. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 8. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Assessor Jurídico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representar judicialmente o Município em processos em que o mesmo seja parte; 2. Representar o Município em Juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo as audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável; 3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada; 4. Participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito municipal; 5. Elaborar projetos de Lei de Origem do Executivo; 6. Representar a Procuradoria Geral do Município quando designado, em comissões e conselhos de que a mesma faça parte; 7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como, em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª Instância emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos à julgamento; 8. Analisar Projetos de Lei de origem Legislativa, elaborando pareceres de forma a orientar o Chefe do Executivo; 9. Analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos; 10. Participar, analisar e emitir pronunciamentos e pareceres sobre qualquer etapa de todos os processos de licitação editados pela municipalidade; 11. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 12. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado; 13. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 14. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
-------------------	--

Chefe de Gabinete	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestar assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos relacionados a representação política e social e a articulação com as autoridades públicas federais, estaduais e municipais; 2. Atender ao público, prestando informações e esclarecimentos, solucionando problemas em geral ou encaminhando-o à autoridade ou servidor que possa fazê-lo; 3. Acompanhar a tramitação dos projetos de lei na Câmara de Vereadores, bem como projetos de interesse municipal na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal; 4. Expedir e receber papéis e documentos, processos e materiais do Gabinete, providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 5. Colaborar na elaboração de relatórios e documentos, atendendo as normas ou exigências na área, quando de interesse do Gabinete; 6. Redigir documentos e expediente privativos do Chefe do Poder Executivo; 7. Informar processos administrativos; 8. Assistir aos Secretários Municipais e demais autoridades quando indicado pelo Prefeito Municipal; 9. Controlar e inspecionar trabalhos operacionalizados para o bom andamento dos trabalhos do Gabinete; 10. Coordenar e auxiliar eventos e promoções em geral; 11. Recepcionar autoridades em geral, e coordenar os trabalhos de cerimonial; 12. Coordenar a agenda de compromissos oficiais do Prefeito Municipal; 13. Acompanhar e controlar o arquivo do Gabinete; 14. Incumbir-se de outras tarefas e missões determinadas pelo Prefeito Municipal; 15. Manter o Prefeito Municipal informado do andamento de todos os convênios e projetos em andamento na Administração Municipal;
-------------------	--

Diretor de Desenvolvimento Econômico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter intercambio com autoridades competentes para valorização das atividades relativas a agropecuária, turismo e indústria; 2. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem o turismo no município, em especial a divulgação do potencial hoteleiro rural; 3. Implementar ações que divulguem o município de Campo Alegre, em especial através da criação de guias, mapas, roteiros, anúncios e outros; 4. Promover o levantamento das atrações e potencialidades turísticas, bem como os problemas relacionados ao desenvolvimento turístico; 5. Estimular a criação e o desenvolvimento de sociedades, agremiações e clubes que direta ou indiretamente fomentem o turismo em Campo Alegre; 6. Apoiar e orientar a iniciativa privada no setor turístico e industrial, promovendo a captação de recursos financeiros; 7. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a agropecuária no município, em especial através da utilização de tecnologias que beneficiem o pequeno e médio produtor; 8. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a indústria, a valorização do emprego e a renda dos munícipes, bem como promova o controle e a preservação do meio ambiente e das belezas naturais no município; 9. Promover programas educativos e de extensão rural em integração com os órgãos estaduais e federais que atuam no setor, visando elevar os padrões de produção e consumo de produtos agropecuários; 10. Atuar, dentro dos limites da competência municipal, como elemento regulador e fiscalizador do abastecimento da população; 11. Promover e executar programas de combate às pragas da lavoura e moléstias infecto-contagiosas dos animais; 12. Acompanhar o movimento econômico do Município mantendo o Prefeito Municipal informado de seus índices, através da emissão de documentos e relatórios que contenham informações precisas e pontuais; 13. Participar da elaboração do orçamento municipal; 14. Prestar informações técnicas sobre sua Diretoria perante qualquer órgão ou unidade administrativa; 15. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 16. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 17. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.
--------------------------------------	---

Diretor de Desporto e Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal; 2. Acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal; 3. Atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as práticas desportivas; 4. Incentivar o desenvolvimento de valores novos, amadores ou profissionais, nas diferentes modalidades esportivas; 5. Organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade; 6. Manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas; 7. Promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional; 8. Elaborar calendário das promoções esportivas e esportivo-educacionais do Município, patrocinadas pela Secretaria de Educação, Desporto e Cultura; 9. Zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto; 10. Prestar cooperação e assistência técnica às instituições de ensino do Município, a fim de desenvolver a prática e a habitualidade do desporto; 11. Elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto; 12. Promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos; 13. Zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município; 14. Promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens; 15. Promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto e da cultura na terceira-idade; 16. Amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular; 17. Pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional; 18. Amparar grupos folclóricos municipais existentes; 19. Promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos; 20. Coordenar e administrar as atividades realizadas no anfiteatro, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos; 21. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 22. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 23. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretário Municipal de Educação, desporto e Cultura.
-------------------------------	---

Diretor- Executivo do IPRECAL	<p>1. Representar o IPRECAL, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em especial perante o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;</p> <p>2. Participar das reuniões do Conselho Administrativo;</p> <p>3. Movimentar as contas bancárias do IPRECAL;</p> <p>4. Gerenciar os recursos humanos do IPRECAL;</p> <p>5. Autorizar licitações e contratações para o bom andamento dos trabalhos do IPRECAL;</p> <p>6. Prestar contas de sua administração;</p> <p>7. Prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes ou pelos beneficiários;</p> <p>8. Encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;</p> <p>9. Apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal.</p> <p>10. Realizar os procedimentos relativos a implementação da Compensação Previdenciária;</p> <p>11. Manter em perfeita ordem os documentos, relatórios e quaisquer expedientes do IPRECAL;</p> <p>12. Atender a todas as determinações contidas na legislação federal para concessão positiva da CRP - Certidão de Regularidade Previdenciária;</p> <p>13. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;</p> <p>14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;</p> <p>15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p>
Agente de Controle Interno	<p>1- Fiscalizar in loco todos os setores da Administração Direta e Indireta;</p> <p>2- Levantar informações necessárias quanto as ações dos setores;</p> <p>3- Fiscalizar os atos emanados de todos os setores;</p> <p>4- Zelar pelo cumprimento das Leis;</p> <p>5- Emanar parecer quanto ao cumprimento das instruções referente a todos os setores, expedidos pelo órgão colegiado;</p> <p>6- Analisar e apurar todas as denúncias protocoladas;</p> <p>7- Fiscalizar todo e qualquer trabalho realizado independente de sua conclusão;</p> <p>8- Compor a redação e numeração de atos expedidos pelo órgão colegiado;</p> <p>9- Lavrar a ata de cada reunião, da qual constará o número do ato ou número do processo, medida ou deliberação tomada;</p> <p>10- Tomar providências imediatas quanto às solicitações do órgão colegiado;</p> <p>11- Cumprir o programa de trabalho instituído pelo órgão colegiado;</p> <p>12- Guardar sigilo sobre os dados e informações pertinentes aos assuntos que tiver acesso, e utiliza-los exclusivamente para a elaboração de pareceres e relatórios;</p> <p>13- Executar outras atividades correlatas.</p>

Diretor de Planejamento, Transportes e Obras	<p>1 - Coordenar a manutenção, guarda e controle do uso da frota municipal;</p> <p>2 - Coordenar e fiscalizar os serviços de reparo na frota municipal;</p> <p>4 - Coordenar a fiscalização do trânsito municipal;</p> <p>5 - Coordenar o controle da utilização de diesel, óleo e gasolina nos equipamentos da frota municipal.</p> <p>6 - Coordenar a elaboração de programas e projetos urbanísticos;</p> <p>7 - Coordenar a fiscalização da correta aplicação do Plano Diretor;</p> <p>8 - Supervisionar a operacionalização dos serviços de engenharia e avaliação imobiliária do município;</p> <p>9 - Supervisionar, coordenar e fiscalizar a construção de obras públicas;</p> <p>10 - Coordenar o planejamento da política de desenvolvimento urbano;</p> <p>11 - Coordenar a aprovação e fiscalizar da implantação de loteamentos;</p> <p>12 - Coordenar a fiscalização de assuntos relacionados com a preservação da qualidade ambiental;</p> <p>13 - Coordenar o estudo de projetos para viabilização de construção de casas populares;</p> <p>14 - Coordenar a execução das atividades relativas à limpeza urbana;</p> <p>15 - Coordenar a administração do cemitério municipal;</p> <p>16 - Coordenar os serviços de pavimentação, paisagismo e sinalização;</p> <p>17 - Coordenar os serviços de conservação e manutenção das vias de rodagem e obras de arte e monumentos públicos;</p> <p>18 - Coordenar a execução dos serviços de manutenção de parques, praças, jardins públicos e sua arborização;</p> <p>19 - Coordenar a fiscalização e remoção de entulhos depositados em passeios, vias públicas e logradouros;</p> <p>20 - Coordenar a fiscalização dos serviços de coleta de lixo e remanejamento de seus resíduos;</p> <p>21 - Supervisionar e Coordenar a execução dos serviços de saneamento básico, tais como conservação e ampliação de drenagem de águas pluviais, fiscalização e execução do esgoto sanitário, coordenação dos trabalhos de tratamento de água e esgoto, ainda que em parceria com órgãos estaduais.</p>
---	--

Lei Complementar Nº 022 de 13 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 022 DE 13 DE ABRIL DE 2004.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ARTIGO 126 E PARÁGRAFOS 1º E 2º DO ARTIGO Nº 314, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 126 do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126 Os servidores lotados na Central de Saúde, receberão pelo exercício de suas atividades fora da sede, os percentuais de gratificação dispostos nos Incisos I e II deste artigo, conforme o caso;

I - Aos servidores ocupantes de cargo efetivo a seguir denominado,

serão conferidos os seguintes percentuais de gratificação:

- a) Médico - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- b) Dentista e Enfermeiro - 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- c) Agente administrativo I e Técnico em Enfermagem - 15% (quinze por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 3 e 5 do Anexo V, respectivamente, do Anexo V desta Lei;

II - Aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e/ou temporário a seguir denominado, que laborem exclusivamente no Programa Saúde da Família - PSF, serão conferidos os seguintes percentuais de gratificação:

GABINETE DO PREFEITO

- a) Médico - 100% (cem por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei, quando as localidades abrangidas pelas atividades do profissional estiverem a mais de 50km (cinquenta quilômetros) distantes da sede do Município;
- b) Médico - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei, quando as localidades abrangidas pelas atividades do profissional estiverem a menos de 50km (cinquenta quilômetros) distantes da sede do Município;
- c) Dentista e Enfermeiro - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 6 do Anexo V desta Lei;
- d) Agente administrativo I e Técnico em Enfermagem - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento previsto para a alínea "a" do nível 3 e 5 Anexo V, respectivamente, do Anexo V desta Lei;

§1º As gratificações de que tratam este artigo, correspondem à 100% da Carga Horária Semanal definida no Anexo I, devendo, no entanto, serem pagas proporcionalmente à carga horária das atividades efetivamente laboradas fora da sede do Município.

§2º Os servidores que se encontrarem lotados nas unidades de saúde do interior, fora da sede, em que não haja deslocamento entre órgãos da Administração Municipal, não farão jus ao recebimento da gratificação prevista no caput;

§3º Compreendem-se por atividades fora da sede aquelas realizadas em localidades e distritos, excluídos o perímetro definido como Centro e bairros, indicados e constituídos nos termos da legislação municipal própria;

Art.2º Ficam suprimidos os §§ 1º e 2º do Art. 314 da Lei Complementar 006 de 19 de setembro de 2002, criando-se o parágrafo único do mesmo Artigo, com a seguinte redação:

GABINETE DO PREFEITO

"Parágrafo único - A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata às cargas horárias semanais definidas no Anexo I, excluídos os Cargos de Médico II e Odontólogo II, cujo valor da carga horária será proporcionalmente acrescido pelo exercício de 40 (quarenta) horas semanais;"

Art.3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Complementar Municipal nº 020 de 09 de março de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de abril de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
13/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 023 de 03 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº. 023 DE 03 DE JUNHO DE 2004

INSTITUI OS PROGRAMAS DE ESTÁGIO REMUNERADO E ESTÁGIO NÃO-REMUNERADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal De Campo Alegre-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em cumprimento ao disposto no Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e observando as disposições da Lei Federal nº 6.494/77 e as alterações dispostas na Lei Federal nº 8.859/94, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam instituídos os Programas de Estágio Remunerado e Estágio Não-Remunerado para alunos de curso de nível superior, ensino médio, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: A realização de estágio para alunos do curso de ensino médio está condicionada à vigência da Medida Provisória 2.164-41 de outra Medida Provisória ou Lei que venha a esta reeditar, ou Lei Federal que assim autoriza.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei, objetiva proporcionar aos estudantes oportunidade de exercício profissional, por meio da aplicação prática dos conhecimentos teóricos inerentes a sua área de formação.

Art. 3º O estágio se constituirá em atividade complementar à formação acadêmica-profissional do aluno, podendo este período ser aproveitado para cumprimento do estágio curricular obrigatório, atendido quanto a este último às condições exigidas pela Lei Federal nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 e do Decreto Federal nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.

Art. 4º Para obtenção do estágio o aluno deverá comprovar matrícula em unidade Educacional Pública ou Privada, frequência regular e residência no Município de Campo Alegre-SC.

Art. 5º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a instituição concedente e, conseqüentemente, não terá validade para contagem como tempo de serviço.

Art. 6º Nos termos do § 2º Art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a carga horária mínima do

GABINETE DO PREFEITO

estágio será de 4 (quatro) e máxima de 8 (oito) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da instituição concedente, exceto para o Estágio Não-Remunerado de que trata esta Lei Complementar.

Art. 7º Fica instituída uma Bolsa de Estágio, cujo valor mensal não excederá o limite previsto na Lei Complementar Municipal nº 006, de no máximo 2 (dois) salários mínimos, para o cumprimento de

carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Parágrafo Primeiro - A relação curso/carga horária/valor da bolsa de estágio dar-se-á na seguinte proporção:

I - para alunos de curso de nível superior, a bolsa de auxílio será equivalente a 2 (dois) salários mínimos, correspondentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

II - para os alunos de ensino médio, curso profissionalizante de 2º grau, e escola de educação especial a bolsa auxílio será equivalente a 1 (um) salário mínimo, correspondente à carga horária de 40 (quarenta) horas.

III - para cargas horárias inferiores a 40 (quarenta) horas, a bolsa auxílio será proporcionalmente reduzida.

Parágrafo segundo - O pagamento da bolsa de estágio será efetuado através de recursos financeiros próprios de cada Secretaria ou órgão equivalente, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, observada a frequência do bolsista que deverá ser diariamente registrada, não incidindo sobre a mesma, qualquer contribuição previdenciária.

Parágrafo Terceiro - O disposto neste artigo não se aplica ao Estágio Não-Remunerado de que trata a presente Lei Complementar.

Art. 8º Na ocasião da contratação o estagiário firmará Termo de Compromisso, com intervenção obrigatória da instituição de ensino, onde constarão as obrigações e atividades a qual estará sujeito.

Art. 9º A admissão do estagiário, será efetuada por Decreto do Poder Executivo, nele devendo constar à área em que será lotado o Estagiário, o curso que este frequenta e a respectiva fase, bem como o tempo concedido para o estágio, à carga horária e valor da Bolsa-Estágio, ou a inexistência desta, em caso de Estágio Não-Remunerado.

Art. 10 Fica autorizada a contratação de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais em favor dos estagiários.

Art. 11 O estagiário deverá auxiliar servidor público ou agente político municipal, na consecução dos trabalhos e atribuições que lhes foram conferidas pela lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 12 O estágio terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida uma única renovação por igual período, mediante termo aditivo.

Parágrafo Primeiro - Extingue-se o estágio:

I - pela desistência, por escrito, do estagiário;

II - pela não-renovação do Termo de Compromisso até a data de seu vencimento;

III - pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - por iniciativa da instituição concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino.

Parágrafo Segundo - A renovação do Termo de Compromisso é faculdade da instituição concedente.

Art. 13. Perderá o direito ao estágio o estagiário que:

I - fizer constar do Termo de Compromisso declaração falsa;

II - registrar durante o ano civil, mais de 5 (cinco) faltas consecutivas ou 10 (dez) interpoladas, injustificadamente;

III - no desempenho de suas funções, praticar ato de indisciplina ou improbidade;

IV - for considerado inapto para o desempenho de suas funções;

V - trancar ou cancelar sua matrícula no curso.

Parágrafo único. Independentemente do previsto no "caput" deste artigo, tanto a Administração Pública Municipal como o estagiário poderá, por conveniência ou oportunidade, denunciar o termo de compromisso de estágio.

Art. 14 O Programa de Estágio Remunerado será limitado à contratação de até 18 (dezoito) estagiários, à vista das necessidades do serviço e dos recursos disponíveis.

Parágrafo Único - O Estágio Não Remunerado também será limitado à contratação de 18 (dezoito) estagiários, sem quaisquer ônus

para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

Art.15 A entidade concedente emitirá Certificado de Conclusão do Estágio, no qual deverá constar a especialização de sua natureza, a carga horária global e a avaliação do aproveitamento do estudante.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput do presente artigo, qualificará o estagiário segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atendeu as expectativas: O estagiário apresentou resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

GABINETE DO PREFEITO

"B" - Atendeu parcialmente as expectativas: O estagiário apresentou resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atendeu as expectativas: O estagiário apresentou resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

Art. 16 Fica a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional de Campo Alegre-SC autorizada a celebrar Convênio com instituições de Ensino para a realização do estágio de que trata a presente Lei, observada a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 e do Decreto Federal nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.

Art. 17 As despesas referentes à execução da presente Lei correrão por conta dos recursos orçamentários de cada Secretaria ou órgão equiparado.

Art. 18 A presente Lei aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente os parágrafos 10 e 11 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e a Lei Complementar Municipal n.º 013 de 06 de março de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de junho de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
03/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 024 de 15 de Junho de 2004

LEI COMPLEMENTAR Nº. 024 DE 15 DE JUNHO DE 2004

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NOS ANEXOS III E VI DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- O Anexo III do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.2º- O Anexo VI da Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, passa a vigorar com a seguinte redação, no que refere ao Quadro Lotacional da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social:

Art.3º- Os cargos de Chefia e Assessoria criados pela presente Lei, terão como atribuições e responsabilidades a execução das respectivas incumbências atribuídos à cada Serviço e Assessoria descritos na Lei Municipal n.º 2.683/02.

Art.4º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO III**TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA E SEUS RESPECTIVOS VALORES**

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	FG
01	01	Chefe do Serviço de Pessoal	Chefia	FG-1
02	01	Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo	Chefia	FG-1
03	01	Chefe do Serviço de Contabilidade	Chefia	FG-1
04	01	Chefe do Serviço de Suprimentos	Chefia	FG-1
05	01	Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização	Chefia	FG-1
06	01	Chefe do Serviço de Transporte e Frota	Chefia	FG-1

07	01	Chefe do Serviço de Obras e Serviços Públicos	Chefia	FG-1
08	01	Chefe do Serviço de Bem Estar Social	Chefia	FG-1
09	01	Chefe do Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	Chefia	FG-1
10	01	Chefe da Secretaria da Junta Militar	Chefia	FG-2
11	01	Chefe de Controle de Autorização de Internação Hospitalar	Chefia	FG-2
12	01	Chefe de Assistência à Saúde	Chefia	FG-1
13	01	Assessor de Controle e Avaliação da Saúde	Assessoria	FG-2
14	01	Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico	Chefia	FG-1
15	01	Chefe do Serviço Comércio, Indústria e Turismo	Chefia	FG-1
16	01	Assessor de Apoio Técnico Administrativo	Assessoria	FG-2
17	01	Chefe de Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Chefia	FG-1

CÓDIGO DA FUNÇÃO GRATIFICADA	VALOR PECUNIÁRIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA
FG-1	R\$ 633,25
FG-2	R\$ 316,62

ANEXO VI**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL**

ÓRGÃO	FUNÇÃO GRATIFICADA	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço de Bem Estar Social	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço de Controle de Autorizações Hospitalares	01	Em manutenção

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço Assistência à Saúde	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Chefe de Serviço de Vigilância e Epidemiológica	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assessor de Controle e Avaliação de Saúde	01	Em manutenção
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	Assessor de Apoio Técnico Administrativo	01	Em manutenção

Lei Complementar Nº 025 de 30 de Junho de 2004

LEI COMPLEMENTAR Nº. 025 DE 30 DE JUNHO DE 2004
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003, ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a Lei Complementar Municipal n.º 014, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º (...)

§7º. (...)

I - (...)

(...)

b) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor, destinado a função de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental, terá que comprovar a habilitação mínima de nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica para atuação, salvo para os casos de contratação temporária, em razão da inexistência de candidatos com a habilitação exigida, conforme previsão do Parágrafo único do Art. 158 desta Lei.

II (...)

a) graduação em Pedagogia específica, na área de administração escolar, supervisão ou orientação, observada a função solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

"Art. 19 (...)

§9º Caso o resultado do exame admissional inabilite o Interessado, o mesmo será informado, por carta registrada, devendo ser juntada cópia da conclusão médica, sendo-lhe aberto prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação."

"Art. 67 (...)

II - 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Professor;

III - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§1º Para os detentores do cargo de Professor, a jornada de trabalho será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais conforme o estabelecido no edital do concurso público

prestado sendo que 20% (vinte por cento) desta jornada será correspondente a hora-atividade;

§6º O professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º deste artigo e perceberá sob a forma de aulas excedentes, o percentual por aula calculado sobre o vencimento do cargo efetivo, estabelecido na tabela abaixo, não podendo ultrapassar a 08 (oito), 06(seis), 04(quatro) ou 02(duas) aulas excedentes para as cargas de 40(quarenta), 30(trinta), 20(vinte) ou 10(dez) horas semanais de trabalho, respectivamente:

CARGA HORÁRIA	% POR AULA
40	2,5%
30	3,33%
20	5%
10	10%

§7º Para a escolha das aulas excedentes, de que trata o §6º deste artigo, será dada prioridade ao professor que contar com maior tempo de serviço no magistério público municipal e havendo empate, àquele que tiver maior tempo de serviço na unidade escolar.

§8º O professor que ministrar aulas excedentes nos termos do §6º deste artigo, deverá cumprir as horas atividades correspondentes a sua carga horária semanal de trabalho, conforme estabelece o §1º e §3º deste artigo.

§9º Os valores percebidos a título de aulas excedentes não se incorporam em hipótese alguma à remuneração percebida pelo servidor.

Art.101 Aos detentores dos cargos de provimento efetivo de Professor que executem suas atribuições em unidades escolares localizadas em zona rural será concedida uma gratificação de:

I - 10% (dez por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

II - 5% (cinco por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§1º Compreende-se por unidades escolares em zona rural aquelas localizadas fora do perímetro urbano.

§2º A gratificação prevista nesta subseção:

I - Não serve de base para o cálculo de outras vantagens;

II - Não se incorpora à remuneração do servidor;

III - Não é considerada remuneração de contribuição do IPRECAL.

"Art.102 Quando houver o exercício simultâneo de jornada em unidades escolares localizadas nas zonas rural e urbana, a gratificação prevista nesta subseção será proporcional a jornada em unidades escolares localizadas na zona rural."

"Art. 170 (...)

§2º (...)

(...)

II - em nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica para o cargo de Professor;

III - em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia específica e pós-graduação específica, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

(...)

§4º (...)

I - formação em pedagogia com habilitação ou licenciatura específica;"

Art. 171 (...)

II (...)

b) Nível P2: formação em nível superior em pedagogia com habilitação ou licenciatura específica;

III (...)

a) Nível EAE 1: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia específica;

b) Nível EAE 2: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia específica e pós-graduação em cursos na área específica com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

Art. 180 (...)

II - Para o cargo de Professor:

a) pós-graduação na área da educação.

III - Para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais:

a) pós-graduação na área específica de atuação.

Art. 2º Fica incluído o Parágrafo Único do Artigo 158, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Admitir-se-á a contratação temporária para o cargo de Professor, destinado à função de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental com habilitação mínima de Magistério ou cursando Licenciatura específica na área de atuação, nos casos em que não hajam candidatos com habilitação exigida no Art. 8º, §7º, Inciso I, alínea b".

Art. 3º Fica incluído o Anexo VII-A e alterados os seguintes Anexos da Lei Complementar Municipal n.º 014:

ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	20/40	03	02	03
02	Professor	P3 P2 P1	10/20/30/40	42	44	65
03	Professor Auxiliar	PA	40	00	00	5
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EXTINÇÃO

ANEXO I-A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE
01	Especialista em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	Formação Superior em Pedagogia Específica e pós-graduação específica. Formação superior, em curso de Pedagogia Específica
02	Professor	P3 P2 P1	40	Formação Superior em Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica e pós-graduação na área de educação. Formação superior, em curso de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica . Formação de nível médio na modalidade normal.
03	Professor Auxiliar	PA	40	Formação de nível médio na modalidade normal.

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Professor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente; 2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; 3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras; 4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado; 5. Promover uma avaliação global, contínua e permanente, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno; 6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção; 7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar; 8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe; 9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho e a responsabilidade em todas as tarefas; 10. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente; 11. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 12. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino; 13. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre; 14. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional; 15. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 16. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica.</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área da educação.</p>

Número de Vagas: 75 *

* Alteração conferida pela Lei Municipal Complementar N 18/2003

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: - Atividades de Nível Superior

Nível: EAE

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em Assuntos Educacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nela proposta; 2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; 3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidos; 4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; 5. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; 6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; 7. Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; 8. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; 9. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; 10. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; 11. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; 12. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino; 13. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Pedagogia específica.</p> <p>- Experiência Mínima de 02 (dois) anos na docência.</p> <p>b) Para ascender ao nível superior é necessário implementar pós-graduação específica na área.</p>

Número de Vagas: 03

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR e ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Diretor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir que a escola cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos científicos, físicos, culturais e sociais; 2. Coordenar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos; 3. Diagnosticar junto a comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola; 4. Coordenar a elaboração e execução do plano político pedagógico; 5. Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos, visando a construção da competência pedagógica; 6. Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os as necessidades dos alunos; 7. Garantir o acesso e permanência do aluno na escola; 8. Promover a participação dos pais e alunos na construção do plano político-pedagógico; 9. Coordenar os Conselhos de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; 10. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; 11. Organizar e coordenar a execução de toda a documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; 12. Convocar e presidir reuniões; 13. Preservar o patrimônio da escola; 14. Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar; 15. Atender os problemas disciplinares e de aprendizagem dos alunos, acompanhando a aprendizagem dos educandos; 16. Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; 17. Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola; 18. Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP; 19. Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a Unidade Escolar desde a sua aplicação e prestação de contas; 20. Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não; 21. Cuidar e coordenar para que o livro-ponto seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário; 22. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR e ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Chefe do Serviço da Educação Infantil	1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município; 2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar; 3 Garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 5 Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico; 6 Recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência à escola; 7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente; 8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 9. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR e ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município; 2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Ensino Fundamental; 3 Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores da 1ª a 8ª séries; 4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries; 5 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico; 6 Recensear os educandos do Ensino Fundamental, zelando junto aos pais pela frequência à escola; 7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente; 8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as Unidades de Ensino Fundamental; 9 Fixar conteúdo mínimo para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resguardar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos; 10 Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se às peculiaridades e necessidades locais; 11 Estimular o ingresso no Ensino Médio; 12 Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural. 13. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR e ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município; 2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Ensino Fundamental; 3 Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores da 1ª a 8ª séries; 4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries; 5 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico; 6 Recensear os educandos do Ensino Fundamental, zelando junto aos pais pela frequência à escola; 7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente; 8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as Unidades de Ensino Fundamental; 9 Fixar conteúdo mínimo para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos; 10 Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se às peculiaridades e necessidades locais; 11 Estimular o ingresso no Ensino Médio; 12 Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural. 13. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR e ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar Merenda e Manutenção das Unidades Escolares	1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município; 2 Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar: a) Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido; b) Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos; c) Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte coletivo; 3 Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar; 4 Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade; 5 Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação; 6. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação ou licenciatura específica.

Art.4º) Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 026 de 20 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 026 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004
ALTERA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL
Nº 009 DE 25 DE OUTUBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os Anexos I, IA, IV e V da Lei Complementar Municipal nº 09 de Outubro de 2002, conforme Anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Art. 2º. O Artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º. A Câmara Municipal se organiza pelas seguintes Unidades Orgânicas:

I - Departamento de Consultoria Jurídica;

a) Assessor jurídico;

II - Departamento de Assessoramento Técnico e Administrativo;

a) Assessor geral;

III - Departamento de Expediente, Administração, Contabilidade e Serviços Gerais;

a) Contador;

b) Agente Administrativo II - Secretário Geral;

c) Agente Operacional I - Auxiliar de Serviços Gerais".

Art.3º. As despesas oriundas da aplicação desta Lei Complementar Municipal correrão por conta de Dotações próprias, consignadas no Orçamento corrente.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de outubro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I - A

TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NOMENCLATURA DO CARGO	ESCOLARIDADE
01	ANS	Contador	Ensino Superior
02	ANI	Agente Administrativo II	Ensino Médio
03	ANB	Agente Operacional I	Alfabetizado

ANEXO I

ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CATEGORIA FUNCIONAL	NÍVEL	NOMENCLATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROP.
01	ANS	3	Contador	20 horas	0	0	1
02	ANI	2	Agente Administrativo II	30 horas	0	0	1
03	ANB	1	Agente Operacional I	30 horas	1	1	1

CARGO E FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES
CONTADOR Categoria Funcional: ANS Atividade de Nível Superior. Nível: 3 (para 20h semanais)	ATIVIDADES EM CONTABILIDADE 1. Efetuar empenhos e contabilidade mensal em sistema informatizado, e conforme as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e legislação aplicável; 2. Elaborar e Imprimir relatórios, balancetes mensais, anuais e prestações de contas (informatizada pelo sistema ACP), conforme estabelece a legislação em vigor, e normas do Tribunal de Contas do Estado; 3. Solicitar encaminhamento de documentos descritos no item 2 aos setores específicos, nos prazos determinados; 4. Manter atualizado o arquivo de documentação contábil; 5. Auxiliar no cálculo e controle dos limites de gastos da Câmara; 6. Desempenhar outras atividades de competência da Contabilidade; 7. Assinar como responsável pela Contabilidade. 8. Supervisionar técnica e administrativamente a contabilidade legislativa e controlar as transações financeiras; 9. Orientar sobre normas ou modificações da prática contábil; 10. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 11. Informar pedidos de informações ou diligências baixadas pelo TCE/SC e atinentes a sua responsabilidade profissional; 12. Analisar o custo do serviço público e o desempenho da entidade e propor medidas para sua racionalização e aperfeiçoamento;
	ATIVIDADES EM LEIS ORÇAMENTÁRIAS 13. Auxiliar e fornecer dados para a elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual da Câmara Municipal; 14. Auxiliar na análise e fiscalização das leis orçamentárias do Município; 15. Controlar os gastos das dotações da Câmara e solicitar suplementação se necessário;
	ATIVIDADES EM SETOR DE PESSOAL 16. Efetuar a folha de pagamento mensal, controlando descontos e proventos; 17. Desempenhar outras atividades que se referem ao setor pessoal da Câmara Municipal; 18. Assinar como responsável pelo Setor Pessoal;
	ATIVIDADES EM ASSESSORAMENTO CONTÁBIL 19. Assessorar as Comissões Técnicas e vereadores na verificação de prestações de contas; 20. Auxiliar aos vereadores na análise e fiscalização das leis orçamentárias do Município;
	OUTRAS 21. Efetuar a atualização dos sistemas informatizados; 22. Manter cópias de segurança dos arquivos e sistemas informatizados; 23. Atualizar-se mediante conferências, cursos e outros, solicitando inscrição em cursos necessários;
	19. Manter em dia suas atividades; 20. Cumprir o que estabelece a legislação em vigor à Contabilidade Pública;
	21. Auxiliar e/ou efetuar cálculo e conferências em geral; 22. Manter atualizado o patrimônio da Câmara; 23. Desempenhar atividades correlatas.

GABINETE DO PREFEITO

PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES

ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES

<p>AGENTE ADMINISTRATIVO II</p> <p>SECRETÁRIO GERAL</p> <p>Categoria Funcional: ANI</p> <p>Atividade de Nível Intermediário.</p> <p>Nível: 2</p>	<p>ATIVIDADES DE TESOUREARIA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar as atividades relativas à tesouraria e transações financeiras; 2. Assinar os cheques e ordens de pagamento juntamente com a Presidente da Câmara; 3. Manter em dia talonário de cheques; <p>ATIVIDADES DE COMPRAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Controlar o estoque dos materiais de expediente, solicitando a reposição quando necessária; 5. Efetuar tomadas e registros de preços, registrando os dados em meio informatizado e em arquivos; <p>ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. atender e orientar ao público, solicitando, fornecendo informações, e conferindo documentação; 7. marcar audiências; <p>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 8. Preencher formulários, fichas, guias, relações, requisições, tabelas e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações pré-determinadas; 9. Confeccionar e atualizar lista de números telefônicos de interesse e consulta; 10. Elaborar e digitar documentos, correspondências, relatórios, ofícios, memorandos, quadros demonstrativos, formulários, atas informações rotineiras e outros expedientes, conferindo os trabalhos quanto à ortografia e clareza; 11. Manter atualizado arquivo de correspondências, documentos e processos, classificando e codificando, para fins de controle, visando a obtenção pronta de informações, sempre que necessárias; 12. Alimentar banco de dados em computadores, através da digitação de dados e informações; 13. Prestar auxílio em pesquisas; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Desempenhar atividades correlatas.
<p>AGENTE OPERACIONAL I</p> <p>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</p> <p>Categoria Funcional: ANS</p> <p>Atividade de Nível Básico.</p> <p>Nível: 1</p>	<p>ATIVIDADES DE LIMPEZA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Limpar as dependências da Câmara, móveis, carpetes, pisos, paredes, janelas, equipamentos, utensílios, louças, cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, entre outros; 2. Limpar, desinfetar e arrumar os banheiros, substituindo toalhas, papéis e sabonetes; 3. Limpar a área externa do prédio da Câmara; 4. Lavar os panos usados na limpeza; 5. Coletar e depositar o lixo nas lixeiras; <p>ATIVIDADES DE COPA</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Preparar e servir café, chá, e água; <p>ATIVIDADES DE CONTROLE DE ESTOQUES</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Controlar o estoque dos produtos de limpeza, e dos produtos utilizados nos serviços de copa e solicitar a reposição necessária; 8. Receber e armazenar os produtos referidos no item 7; <p>ATIVIDADES DE AUXÍLIO ADMINISTRATIVO</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Coletar, receber e entregar documentos, correspondências, jornais, revistas, encomendas e afins, e os encaminhar aos destinatários, dirigindo-se aos locais solicitados, conforme as necessidades administrativas; 10. Encaminhar correspondências e documentos via fax ou e-mail. 11. Receber, registrar e realizar chamadas telefônicas; 12. Receber, registrar e encaminhar recados; <p>OUTRAS</p> <ol style="list-style-type: none"> 13. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender às normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar atividades correlatas.

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO V

TABELA SALARIAL

NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
3	33	1.043,11	1.074,40	1.106,63	1.139,84	1.174,03	1.209,25
	32	873,59	899,80	926,79	954,60	983,23	1.012,73
	31	731,62	753,57	776,17	799,45	823,44	848,15
	23	782,33	805,80	829,97	854,88	880,52	906,94
2	22	655,19	674,85	695,09	715,95	734,42	759,55
	21	548,72	565,18	582,13	599,59	617,58	636,11
	13	379,19	390,58	402,30	414,37	426,80	439,61
	12	317,57	327,10	336,92	347,03	357,44	368,16
1	11	265,97	273,95	282,16	290,63	299,34	308,33

(*) Nível 3 - Vencimento fixado para carga horária de 20 horas semanais;

(**) Níveis 1 e 2 - Vencimentos fixados para carga horária de 30 horas semanais.

Lei Nº 2.847 de 15 de Janeiro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.847 DE 15 DE JANEIRO DE 2004

ALTERA DISPOSIÇÕES DO SETOR II - BATEIAS DE BAIXO DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Setor II - BATEIAS DE BAIXO do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.357 de 09 de setembro de 1998, que passa à vigorar com a seguinte redação:

SETOR II - DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO:

A poligonal que delimita a área urbana de BATEIAS DE BAIXO com início no (P-01) situado a 166,00 metros do (P-00) localizado na intercessão das Rodovias: RM-010 com RM 303, seguindo com direção oeste com uma linha de 100,00 metros do eixo da Rodovia RM 010, até o ponto (P-02), seguindo distante do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski numa extensão de 100,00 metros, paralelamente, pelo lado esquerdo no sentido nordeste, até o (P-03) localizado no eixo da Rua Emilia Yong. Seguindo com a mesma medida por 270,00 metros até o (P-04) localizado as margens do rio Estiva seguindo em direção norte, em uma linha de 282,00 metros, com ângulo de 130º no sentido sul, até o (P-05). Seguindo no sentido leste, até encontrar a ponte sob a Rua Alexandre Telma no (P-06). Seguindo no sentido sul, por um córrego até encontrar-se com um riacho situado (P-07) a 40,00 metros da Rua José Wollner. Seguindo na direção sudeste com uma linha de 43,00 metros pela margem esquerda até o (P-08). Seguindo na direção leste em uma linha paralela distante 150,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski. Seguindo em direção nordeste, com uma linha de 224,00 metros até o (P-09). Converindo à esquerda num ângulo de 29º em uma linha de 424,00 metros norte até o (P-10), seguindo em direção norte paralelo por 100,00 metros com o eixo da Rua João Pius Schindler até encontrar o Rio Estiva (P-11), segue margens do referido rio sentido nordeste por 110,00 metros (P-12), de onde parte sentido sudeste paralelo por 100,00 metros com a Rua João Pius Schindler em uma distancia de 122,00 metros (P-13) converge em 92º ao Nordeste, até encontrar o Rio Bateias (P-14), seguindo no sentido Sudeste pela margem do Rio Bateias até a ponte situada sob a Rua Alice Lemos (P-15). Seguindo pelas margens do referido rio distante 84,00 metros da ponte sob a Rua Alice Lemos até o (P-16) converindo à direita num ângulo de 85º em uma linha paralela distante 100,00 metros do eixo da Rua Jacob Kmiecick até o (P-17) seguindo no sentido sudeste, com 100,00 metros do eixo da Rua João Pius Schindler, numa linha de 70,00 metros de extensão (P-18) prosseguindo a partir deste ponto, com a mesma metragem do eixo da Rua José Endler, numa linha de 493,00 metros de extensão até o (P-19), converindo para a esquerda com 154º no sentido leste, numa linha de 254,00 metros de extensão até o (P-20), converindo à esquerda com 115º no sentido Nordeste numa linha de 133,00 metros de extensão até o (P-21), seguindo para Sudeste num ângulo de 81º, numa linha de 500,00 metros de extensão até o (P-22), fazendo ângulo à direita com 74º, no sentido Oeste, numa linha de 244,00 metros de extensão até o (P-23) seguindo Oeste até o (P-24), seguindo à direita no sentido Norte num ângulo de 99º em uma linha com 100,00 metros de extensão até o (P-25), converindo a esquerda no sentido Oeste, com 50,00 metros paralelo ao eixo da Rua José Endler até o (P-26) localizado na margem do Rio Água Verde. Seguindo pela margem do Rio Água Verde no sentido Sul, com 479,00 metros de extensão até o (P-27) seguindo na direção Oeste num ângulo de 111º, numa linha com 505,00 metros de extensão até o (P-28), converindo à direita num ângulo de 84º no sentido Norte com uma linha de 466,00 metros de extensão seguindo paralelamente por 50,00 metros do eixo da Rua Júlia Pazda, até o (P-29), converindo à esquerda num ângulo de 126º no sentido Noroeste com uma linha de 396,00 metros de extensão até o ponto a 100,00 metros do eixo da Rua Professor Rufino Blazkowski, no (P-30) deste ponto converge à esquerda com ângulo de 99º no sentido Sudeste, paralelo à Rua Professor Rufino Blazkowski, com 100,00 metros do eixo da referida Rua, até o (P-31) converindo à direita, num ângulo de 90º no sentido Oeste numa linha de 100,00 metros de extensão até o (P-01) ponto inicial, fechando a poligonal do perímetro urbano contendo área de 2,21 Km².

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
15 de janeiro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/01/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.848 de 23 de Janeiro de 2004

LEI Nº 2.848 DE 23 DE JANEIRO DE 2004

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CON-
CEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO AR-
TIGO 1º DESTA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber
que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a
seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL auto-
rizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades esta-
belecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - APAE - ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, no
valor de R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
II - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO
ALEGRE - A.C.C, R\$ 2.400,00 (dois mil quatrocentos reais);
III - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 1.440,00
(um mil, quatrocentos e quarenta reais);
IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, R\$
1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE BAIXO, R\$
1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FRAGOSOS, R\$ 1.440,00
(um mil, quatrocentos e quarenta reais);
VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES VILA SCHEIDE, R\$ 1.440,00
(um mil, quatrocentos e quarenta reais);
VIII - CENTRO EDUCACIONAL IRª. VERÔNICA REMBOLD, R\$
1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais);
IX - CLUBE IDOSOS AMOR E ESPERANÇA, R\$ 2.400,00 (dois mil
quatrocentos reais);
X - CLUBE IDOSOS SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 2.400,00 (dois mil qua-
trocentos reais);
XI - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE - FECAMPO,
R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais).

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassa-
dos em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de
janeiro de 2004.

§ 2º - Os recursos constantes deste Artigo deverão ser aplica-
dos pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção,
Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias,
exclusivamente em Despesas Correntes.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor re-
cebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após
o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela,
junto ao Serviço de Contabilidade do Fundo Municipal de Assis-
tência Social, do Município de Campo Alegre/SC, sob pena de não
recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individu-
alizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada
por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados
no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integra-
rem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos
nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado mo-
netariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistên-
cia Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º
desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de
Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente
com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o
Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser
encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo
previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quan-
do for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis
e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos
valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos
que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público,
deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as
despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá
por conta da seguinte Dotação Orçamentária 010.301.1504.2001
- Manutenção das Atividades Voltadas à Assistência Social -
335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assis-
tência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suple-
mentada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produ-
zindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de janeiro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/01/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.849 de 25 de Fevereiro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.849 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2004

CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO
DE PONTO DE TAXI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão à Srª. MARLI DE JESUS CORDEIRO DA CRUZ - CPF nº 694.313.029-34, residente na localidade de São Miguel neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado na Rodovia SC - 301 KM-114, observando-se e cumprindo as disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/02/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.850 de 25 de Fevereiro de 2004

LEI Nº 2.850 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2004

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E REAJUSTA O VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 10,38 % (dez virgula trinta e oito por cento), os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2004, a partir de 1º de fevereiro de 2004.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) Ficam reajustados em 10,38% (dez virgula trinta e oito por cento), o valor da remuneração limite para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, concedido aos Servidores Públicos Municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados no Artigo 1º desta Lei.

Parágrafo Único: O valor limite de remuneração para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 918,81

(novecentos e dezoito reais, oitenta e um centavos).

Art. 3) O valor do vale alimentação previsto na Lei Complementar Municipal nº 006/2002 fica fixado em R\$ 39,96 (trinta e nove reais, noventa e seis centavos).

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas Dotações Orçamentárias do Orçamento vigente podendo serem suplementadas se necessário.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/02/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.851 de 02 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.851 DE 02 DE MARÇO DE 2004

ALTERA O ARTIGO 3º, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL
Nº 2.388 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Artigo 3º, caput da Lei Municipal nº 2.388 de 23 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do Consórcio, no valor de R\$ 0,40 (quarenta centavos) por habitante no Município".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 1º de janeiro de 2004.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.654 de 16 de julho de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.852 de 02 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.852 DE 02 DE MARÇO DE 2004.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 09.17.11.0330.100.201/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 09.17.11.0330.100.201/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, VISANDO O ESTABELECIMENTO DE AÇÕES BÁSICAS DE COOPERAÇÃO MÚTUA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE AS PARTES, PARA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÕES INERENTES AO PLANO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - PMDR, DE CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Parágrafo único - O valor total do presente Termo de Convênio é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), de janeiro à dezembro de 2004.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se à Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela - EPAGRI S.A., para o Município de Campo Alegre/SC, e demais obrigações constantes da Cláusula Terceira do respectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Art. 1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento: 07.02 - 020.606.1701.2023 - 335041.00- Contribuições do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2004.

Art. 6º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.853 de 02 de Março de 2004

LEI Nº 2.853 DE 02 DE MARÇO DE 2004.

HOMOLOGA CONVÊNIO Nº 750940/2003 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/ SC, REPRESENTADO PELA SUA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do CONVÊNIO Nº 750940/2003, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/ SC, REPRESENTADO PELA SUA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, o qual tem por objeto a assistência financeira, visando execução da seguinte ação: aquisição de um veículo automotor, zero quilômetro de transporte coletivo, que apresente características e capacidade em conformidade com os indicados no Plano de Trabalho aprovado, no âmbito do Ensino Fundamental, de modo garantir o acesso e permanência do aluno na escola.

Art.2º) O referido Convênio a que se refere o Art.1º, faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
02 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.854 de 02 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.854 DE 02 DE MARÇO DE 2004

"AUTORIZA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE IPRECAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado a criação dos Elementos de Despesa 339001.00 - Aposentadorias e Reformas; 339003.00 - Pensões, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente do Iprecal, no valor de R\$ 54.567,59 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e sete reais, cinquenta e nove centavos), na forma abaixo descrita:

2000 - Iprecal - Instituto de Previdência Social

2001 - Divisão da Manutenção do Iprecal

009.272.1021.2001 - Funcionamento e Manutenção do Iprecal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339001.00 - Aposentadorias e Reformas R\$ 34.015,84

339003.00 - Pensões R\$ 20.551,75

Total R\$ 54.567,59

Art.2º) Para fazer frente à despesa mencionada no Artigo anterior desta Lei, correrá por conta de anulação do Orçamento Vigente do Iprecal.

2000 - Iprecal - Instituto de Previdência Social

2001 - Divisão da Manutenção do Iprecal

009.272.1021.2001 - Funcionamento e Manutenção do Iprecal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas R\$ 34.015,84

319003.00 - Pensões R\$ 20.551,75

Total R\$ 54.567,59

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

02 de março d e 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.855 de 02 de Março de 2004

LEI Nº 2.855 DE 02 DE MARÇO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR

CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a criar o seguinte Elemento de Despesa conforme descrito abaixo no valor de R\$ 48.781,00 (quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais).

0600 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0602 - Serviço de Bem Estar Social

016.482.1409.1003 - Aquisição de áreas para Construção de Casas - Pessoas Carentes

400000.00 - Despesas de Capital

450000.00 - Inversões Financeiras

459000.00 - Aplicações Diretas

459061.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 48.781,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no Artigo anterior desta Lei, a qual correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2003.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

02 de março d e 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:

02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.856 de 02 de Março de 2004

LEI Nº 2.856 DE 02 DE MARÇO DE 2004

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar o Elemento de Despesa 449051.00 - Obras e Instalações, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente no valor de R\$ 18.113,24 (dezoito mil, cento e treze reais, vinte e quatro centavos), na forma abaixo descrita:

0600 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

0602 - Serviço de Bem Estar Social

016.482.1409.1003 - Aquisição de áreas para Construção de Casas - Pessoas Carentes

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$ 18.113,24

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2003.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 02 de março d e 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.857 de 02 de Março de 2004

LEI Nº 2.857 DE 02 DE MARÇO DE 2004

CRIA E DENOMINA POSTO DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica criado o Posto de Saúde, situado na Rua: Paulo Hornick, nº 20, Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, o qual será denominado: POSTO DE SAÚDE RIVALDO ROCHA MUNHOZ.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de março d e 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: RIVALDO ROCHA MUNHOZ

Profissão: COMERCIANTE

Data de Nascimento: 28 DE NOVEMBRO DE 1923

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 05 DE DEZEMBRO DE 2001

Filiação: (Pai): JOAQUIM MUNHOZ DE LIMA
(Mãe): ANÁLIA ROCHA MUNHOZ
Cônjuge: PALMIRA TELMA MUNHOZ

Nome dos Filhos: ADEMIR JOSÉ MUNHOZ; ALVANIR ANTÔNIO MUNHOZ E ALDONIR JORGE MUNHOZ.

Tempo de Residência no Município: 78 ANOS

Atividades Comunitárias: UMA DAS LIDERANÇAS DO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO, QUE VIABILIZOU A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, CRIANDO NA ÉPOCA UMA COOPERATIVA, COM A PRINCIPAL FINALIDADE DE PROPICIAR O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE.FOI TAMBÉM PRESIDENTE DA DIRETORIA DA CAPELA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, PARTICIPOU DA COMISSÃO EM PROL DA CONSTRUÇÃO DO ANTIGO SEMINÁRIO, TAMBÉM FEZ PARTE DA DIRETORIA DA APP DA ESCOLA EDUCAÇÃO BÁSICA PROF. ARGEMIRO GONÇALVES. PRESTOU INÚMEROS SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE INCLUSIVE NO TRANSPORTES DE PESSOAS SEJA PARA O ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE BEM COMO PARA OUTROS EVENTOS.

Outras Informações: VICE-PREFEITO MUNICIPAL NO PERÍODO DE 01 DE FEVEREIRO DE 1973 Á 31 DE JANEIRO DE 1977. PARTICIPOU E COLABOROU, ATRAVÉS DO SEU TRABALHO, ATIVAMENTE DOS EVENTOS SOCIAIS E CÍVICOS EM NOSSO MUNICÍPIO.

Lei Nº 2.858 de 02 de Março de 2004

LEI Nº 2.858 DE 02 DE MARÇO DE 2004.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA", com sede na Rua: Principal snº, Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 606, à fls. 153 à 161, do livro A-nº 4, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de

Títulos e Documentos Sociedades Civas, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 06.027.967/0001-43.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
02 de março d e 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
02/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.859 de 09 de Março de 2004

LEI N.º 2.859 DE 09 DE MARÇO DE 2004.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar o Elemento de Despesa 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente no valor de R\$ 150.000,000 (cento e cinquenta mil reais), na forma abaixo descrita:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 150.000,00
339039.00 -		

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 150.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de março d e 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.860 de 09 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.860 DE 09 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL nº 2.537 DE 17 DE JULHO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) A Contribuição Previdenciária de que trata o Artigo 65 da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, dá nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 65º - A contribuição dos beneficiários é coercitiva e corresponderá”:

I - para o segurado ativo, classificado no Inciso I e II do Artigo 5º desta Lei, 11% (onze por cento) da remuneração-de-contribuição;

II - para o segurado Inativo, classificado no Inciso III do Artigo 5º desta Lei e para os dependentes em gozo de benefício, 11% (onze por cento) da remuneração de contribuição que supere:

a) 50% (cinquenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, consoante o artigo 201 da Constituição Federal, quando em gozo de benefícios em 31 de dezembro de 2003;

b) 100% (cem por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, consoante o artigo 201 da Constituição Federal, que entrarem gozo de benefícios após 31 de dezembro de 2003.

§ 2º Caso as alíquotas de contribuição sejam fixadas progressivamente, os segurados inativos e os dependentes em gozo de benefício contribuirão na forma estabelecida pelo Inciso II deste Artigo.

GABINETE DO PREFEITO

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos após noventa dias a contar da vigência desta Lei.

Art.3º) Revogam-se o Inciso III do Artigo 65 da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, bem como as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
09 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.861 de 09 de Março de 2004

LEI Nº 2.861 DE 09 DE MARÇO DE 2004.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.1002 -	Construção, Ampliação e Reforma de Postos de Saúde	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras Instalações	R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
09 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.862 de 09 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.862 DE 09 DE MARÇO DE 2004

CRIA E DENOMINA MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Museu Público Municipal, deste Município, o qual será denominado: MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL - BENTO SYLVIO MUNHOZ

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de março de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: BENTO SYLVIO MUNHOZ

Profissão: SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA - CARTORÁRIO

Data de Nascimento: 16 DE SETEMBRO DE 1928

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 27 DE MARÇO DE 2001

Filiação: (Pai): BENTO VERISSIMO MUNHOZ

(Mãe): MINERVINA CAMARGO MUNHOZ

Cônjuge: ENYZILDA DE LOURDES SCHARWZ MUNHOZ

Nome dos Filhos: SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, LUIZ CESAR MUNHOZ E ELCIO BENTO MUNHOZ.

Tempo de Residência no Município: 72 ANOS

Atividades Comunitárias: ELEITO VEREADOR NOS PLEITOS DE 1958 E 1962 E ELEITO PREFEITO MUNICIPAL NO ANO DE 1966.

Outras Informações: PARTICIPOU ATIVAMENTE DA COMUNIDADE. POLITICO ATUANTE DE POSIÇÕES DEFINIDAS, PORÉM CAPAZ DE ACEITAR ARGUMENTAÇÕES CONTRARIAS, FOI UM EXEMPLO A SER SEGUIDO. PELA SUA SERIEDADE ERA UMA DAS PESSOAS MAIS RESPEITADAS DE NOSSO MUNICÍPIO.

FOI CARTORÁRIO DESDE 11 DE SETEMBRO DE 1951, INICIANDO UMA TRAJETÓRIA DE CIDADÃO DE NOSSO MUNICÍPIO, QUE LHE CONFERE A LEGITIMIDADE PARA SER HOMENAGEADO. TANTO NA VIDA SOCIAL, QUANTO NA POLÍTICA E PROFISSIONAL, TORNOU-SE REFERENCIAL NOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM NOSSO MUNICÍPIO.

AUSENTOU-SE DE SUAS FUNÇÕES CARTORÁRIAS APENAS UMA ÚNICA VEZ, QUANDO EXERCEU O CARGO ELETIVO DE PREFEITO MUNICIPAL, PERÍODO 1966 A 1970.

NA VIDA POLÍTICA INICIOU CEDO, POIS AOS 22 ANOS DE IDADE FOI VEREADOR.

RELACIONAR SUAS VIRTUDES E SUAS CONQUISTAS NA VIDA DA COMUNIDADE CAMPO-ALEGRENSE, É TOTALMENTE DISPENSÁVEL, UMA VEZ QUE, TAIS FATOS SÃO DE NOTÓRIO RECONHECIMENTO PÚBLICO.

Lei Nº 2.863 de 17 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.863 DE 17 DE MARÇO DE 2004.

"AUTORIZA A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o seguinte Elemento de Despesa 339034.00 - Outros Serviços de Terceiros - Decorrentes de Contrato de Terceirização, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente no valor de R\$ 5.927,22 (cinco mil novecentos e vinte e sete reais, vinte e dois centavos), na forma abaixo descrita:

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001-	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização	R\$ 5.927,22
319034.00 -		

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001-	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.927,22

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de março de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.864 de 23 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.864 DE 23 DE MARÇO DE 2004

DENOMINA DE "BERNARDO HOMANN " RUA
NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: BERNARDO HOMANN, que sai da Rua: Professor Rufino Blaskowski - direção ao Oeste, com extensão de 158,35 metros e largura de 12 metros, situada no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, conforme croquis anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: BERNARDO HOMANN

Profissão: MOTORISTA (CAMINHONEIRO)

Data de Nascimento: 30 DE MARÇO DE 1947

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 02 DE JANEIRO DE 1997

Filiação: (Pai): LUIZ HOMANN
(Mãe): JUSTINA HOMANN

Cônjuge: VERA LÚCIA DOS SANTOS HOMANN

Nome dos Filhos: SIMONE HOMANN E EVERTON HOMANN.

Tempo de Residência no Município: 30 ANOS

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE DAS ATIVIDADES SOCIAIS, DESTACANDO-SE PRINCIPALMENTE NAS ATIVIDADES DESPORTIVAS.

Outras Informações: CIDADÃO DE RESPEITO PARA COM TODOS EM ESPECIAL À SUA FAMÍLIA. ESTA É A RAZÃO PARA HOMENAGEÁ-LO DE FORMA JUSTA.

Lei Nº 2.865 de 23 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.865 DE 23 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA
LEI MUNICIPAL Nº 2.802 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a Planilha do Anexo I da Lei Municipal nº 2.802 de 11 de novembro de 2003, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
23 de março de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO: O Município dispõe de projeto de implantação, bem como a aquisição de um veículo com capacidade para cinco ocupantes que será destinado ao PSF.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do módulo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidades entre os serviços de saúde a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral contínua na Unidade de Saúde e no domicílio, interferindo sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta fazendo com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão de qualidade de vida

ACÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Agente	Vencimentos	07	21.000,00	Recursos do PSF
319013.00 - Obrigações Patronais	Servidor	Meses	06	4.500,00	Recursos do PSF
339030.00 - Material de Consumo	Mateial Cons	Meses	Vários	2.500,00	Recursos do PSF

TOTAL GERAL				28.000,00	
-------------	--	--	--	-----------	--

Lei Nº 2.866 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.866 DE 31 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.804 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluída a Planilha 3.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL "ÁREA DE TERRA", do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.804 de 18 de novembro de 2003, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
31 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2002/2005

3.04 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL "ÁREA DE TERRA".

DIAGNOSTICO: O Município de Campo Alegre pertence a Comarca de São Bento do Sul / SC, o acesso à Justiça por vezes torna-se difícil, dificultando o acesso de Municípios que residem em localidades mais distantes de nosso Município. .

DIRETRIZES: Adquirir uma área de terra, posteriormente efetuar doação ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

OBJETIVOS: Criar a Casa da Cidadania, para tornar a Justiça acessível e universalizada, aberta indistintamente a todos os cidadãos. Neste espaço além do Juizado de Conciliação poderão ser reunidos num só lugar: Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Entorpecentes, Conselho Municipal de Educação, Procon, Incra, Alistamento Militar, Serviço de Expedição de Título Eleitoral e de Carteira de Identidade, Cobrança Amigável de Tributos Municipais e o que mais for de interesse comunitário.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
459061.00 - Aquisição de Imóveis.	Imóvel	M²	01	60.000,00	Recursos Próprios

TOTAL				60.000,00	
-------	--	--	--	-----------	--

Lei Nº 2.867 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.867 DE 31 DE MARÇO DE 2004

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 2.802 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica incluída a Planilha 3.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL "ÁREA DE TERRA", do Anexo I da Lei Municipal nº 2.802 de 11 de novembro de 2003, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
31 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 3º, Inciso II)

3.04 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE IMÓVEL "ÁREA DE TERRA".

DIAGNOSTICO: O Município de Campo Alegre pertence a Comarca de São Bento do Sul / SC, o acesso à Justiça por vezes torna-se difícil, dificultando o acesso de Municípios que residem em localidades mais distantes de nosso Município. .

DIRETRIZES: Adquirir uma área de terra, posteriormente efetuar doação ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

OBJETIVOS: Criar a Casa da Cidadania, para tornar a Justiça acessível e universalizada, aberta indistintamente a todos os cidadãos. Neste espaço além do Juizado de Conciliação poderão ser reunidos num só lugar: Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Entorpecentes, Conselho Municipal de Educação, Procon, Incra, Alistamento Militar, Serviço de Expedição de Título Eleitoral e de Carteira de Identidade, Cobrança Amigável de Tributos Municipais e o que mais for de interesse comunitário.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
459061.00 - Aquisição de Imóveis.	Imóvel	M²	01	60.000,00	Recursos Próprios

TOTAL				60.000,00	
-------	--	--	--	-----------	--

Lei Nº 2.868 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.868 DE 31 DE MARÇO DE 2004

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0300 - Secretaria Municipal Administração

0301 - Serviço de Administração

04.123.1301.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas

400000.00 - Despesas de Capital

450000.00 - Inversões Financeiras

459000.00 - Aplicações Diretas

459061.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 60.000,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no Artigo anterior será por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.869 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.869 DE 31 DE MARÇO DE 2004

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, DESTINADO À DOAÇÃO AO TRIBUNAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, o seguinte bem imóvel:

"Um terreno situado na cidade de Campo Alegre, desta Comarca, fazendo frente para a Rua Jorge Lacerda, por uma linha reta de 44,80 e um semi-círculo de 8,31 metros, fundos com Leocírio dos Santos Oliveira, por 50,00 metros, lado direito com Carmen

Lauer, por 60,23 metros, lado esquerdo com rua João Pessoa, por 55,16 metros, contendo a área de dois mil e novecentos e noventa e nove metros e cinquenta e seis decímetros quadrados (2.999,56m²)", conforme descrito na escritura pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 2, Ficha nº 01 do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul-SC, sob Matrícula nº 14.471, de propriedade de CONSTRUTORA CAMILOTTI LTDA, avaliada em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal."

Art.2º) O imóvel descrito no art. anterior desta Lei, deverá ser doado ao Tribunal da Justiça do Estado de Santa Catarina, para a Construção e Implantação da Casa da Cidadania no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único - A doação de que trata o caput deste artigo, dar-se-á através de Lei específica.

Art.3º) As custas pela transferência do bem imóvel, poderão correr por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, através do orçamento vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.870 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.870 DE 31 DE MARÇO DE 2004

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a doação de um imóvel sem benfeitorias de propriedade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, situado na cidade de Campo Alegre/SC, desta Comarca, fazendo frente para a Rua Jorge Lacerda, por uma linha reta de 44,80 e um semi-círculo de 8,31 metros, fundos com Leocírio dos Santos Oliveira, por 50,00 metros, lado direito com Carmen Lauer, por 60,23 metros, lado esquerdo com rua João Pessoa, por 55,16 metros, contendo a área de dois mil e novecentos e noventa e nove metros e cinquenta e seis decímetros quadrados (2.999,56m²)", conforme descrito na escritura pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 2, Ficha nº 01 do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, sob Matrícula nº 14.471.

Parágrafo Único - A doação a que se refere o "caput" do artigo

anterior, destina-se à construção da Casa da Cidadania no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Fica o Serviço de Contabilidade autorizado a proceder os lançamentos contábeis, visando a baixa do referido imóvel.

Art.3º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de recursos próprios, consignados no Orçamento Fiscal Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.871 de 31 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.871 DE 31 DE MARÇO DE 2004.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER
CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO QUIRIRI
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização da Ambiental, a qual realizar-se-á nos dias 23 á 26 de março de 2004 no Pavilhão da Promosul - Município de São Bento do Sul.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de que trata este Artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Contador do Consórcio Quiriri.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

GABINETE DO PREFEITO

III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Consórcio Quiriri.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de março de 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de março de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.872 de 06 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.872 DE 06 DE ABRIL DE 2004.
INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO
AOS PRODUTORES AGRO-SILVO PASTORIS, E
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À PRODUTORES AGRO-SILVO PASTORIS da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, Estado de Santa Catarina, nos termos da

presente Lei.

Art.2º) O Programa Municipal de APOIO À PRODUTORES AGRO-SILVO PASTORIS tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico da agricultura no Município de Campo Alegre/SC, através da participação da Prefeitura Municipal, regulamentando e implementando ações de prestação de serviços de máquinas, incentivando a produção, com ou sem ônus para os beneficiários, visando auxiliar os produtores agro-silvo-pastoris na construção ou instalação de granjas, leiterias, esterqueiras, silos, açudes, acesso às propriedades, terraplanagens para edificação de residências, galpões e outros na área rural do Município, de acordo com as especificações desta Lei.

Art.3º) A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, poderá executar em favor de terceiros, a título de incentivo aos setores produtivos, de pesquisa e difusão de tecnologia agrária, os serviços de:

I - Serviços de terraplenagem para edificação de instalações para animais, vegetais e industriais, em favor da expansão da produção de leite, carnes, vegetais e agroindústrias em geral.

II - Abertura de valas para instalação de bio-esterqueiras e para o armazenamento de silagem, e ainda, a abertura de valas para o controle de esgoto doméstico.

III - Fomento à produção de milho, cereais, produtos animais, produtos florestais e outros.

IV - Distribuição de semente de adubação verde, em sistema de troca x troca, para cobertura de área não superior a três hectares.

V - Incentivo ao reflorestamento através de repasse de mudas de essências Florestais, produzidas ou não em viveiro da municipalidade.

VI - Prestação de serviços de acompanhamento e assistência Técnica da Municipalidade.

GABINETE DO PREFEITO

VII - Subsolagem de áreas agricultáveis, distribuição de sementes de milho, adubo orgânico, calcário e ensilamento de forragens, a ser executado por tratores de pneu e equipamentos complementares, de acordo com cronograma fixado pela Municipalidade.

VIII - Distribuição de saibro, pedra brita, pó de brita, pedrisco e outras.

Parágrafo único - No caso de Pedra Brita serão destinados para o requerente à quantia máxima de 05 (cinco) metros cúbicos.

IX - Promoção da profissionalização dos agricultores através de cursos de capacitação.

X - Proteção e recuperação de fontes de água destinadas ao consumo da família do agricultor, única e exclusivamente.

Art.4º) A concessão de qualquer dos benefícios instituídos no artigo 3º, desta Lei, processar-se-á mediante a assinatura, pelo beneficiário, de termo de compromisso e execução como forma de contrapartida dos incentivos solicitados, comprometendo-se o mesmo, conforme o caso, a:

I - executar de práticas de recuperação e conservação do solo, em especial, de combate à erosão, no imóvel que o beneficiário tenha posse, ou seja proprietário.

II - substituir gradualmente o uso de agrotóxico por métodos e elementos de controle de ervas daninhas, insetos etc, que não

agridam ou poluam o Meio Ambiente.

III - preservar área verde nativa ou reflorestada, correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) das áreas de posse ou propriedade do beneficiário.

IV - preservar as fontes e mananciais de água existentes na propriedade, além da manutenção e incremento da mata ciliar de córregos e riachos existentes na propriedade.

V - incrementar a produção agropecuária em condições normais do tempo, no imóvel de que o beneficiário tenha posse, ou seja proprietário, quando o benefício decorre de qualquer dos incisos I, II, III, IV e V do Artigo 3º desta Lei.

Art.5º) A verificação do cumprimento do que dispõe os Incisos I, II, III, IV, do Art.4º desta Lei, dar-se-á mediante a expedição de laudo por técnicos da Municipalidade, designados para este fim.

Art 6º) A comprovação do que dispõe o Inciso V, do Artigo 4º desta Lei dar-se-á mediante comparativo entre as notas fiscais emitidas pelo produtor no ano e safra anterior e no ano e safra posterior à obtenção do beneficiário.

GABINETE DO PREFEITO

Art.7º) Para execução dos serviços previstos nos incisos do Artigo 3º desta Lei, é indispensável que o interessado instrua requerimento, comprovando no mínimo os seguintes documentos:

I - Identidade e cadastro de pessoa física;

II - Domicílio residencial no Município de Campo Alegre/SC;

III - Comprovante de propriedade ou arrendamento de imóvel, no Município de Campo Alegre/ SC;

IV - Possuir bloco de notas ativo de produtor rural cadastrado no Município de Campo Alegre/SC, com movimento no exercício anterior.

V - Comprovante de negativa de débito com o Município de Campo Alegre/SC.

Art.8º) Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC, a implantação e operacionalização do presente programa.

Parágrafo único - O desenvolvimento e a execução do programa de que trata esta Lei, no que couber, ficam à cargo da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras do Município de Campo Alegre/SC.

Art.9º) O Prefeito Municipal baixará, por Decreto, os regulamentos necessários à execução da presente Lei.

Art.10) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, ocorrerão por conta do Orçamento geral do Município de Campo Alegre.

Art.11) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de abril de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 06/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.873 de 06 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.873 DE 06 DE ABRIL DE 2004.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
12.361.1407.2009 -	Manutenção do Apoio à Educação	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 55.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de abril de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 06/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.874 de 20 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.874 DE 20 DE ABRIL DE 2004.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, visando a cooperação técnica para a realização dos serviços pactuados no referido Termo.

Art.2º) O presente Termo de Convênio tem por objeto estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização trânsito, aplicação de medidas administrativas e penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização das vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
20 de abril de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 20/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.875 de 20 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.874 DE 20 DE ABRIL DE 2004.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, visando a cooperação técnica para a realização dos serviços pactuados no referido Termo.

Art.2º) O presente Termo de Convênio tem por objeto estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização trânsito, aplicação de medidas administrativas e penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização das vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 20 de abril de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 20/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.876 de 20 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.876 DE 20 DE ABRIL DE 2004
CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TAXI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão ao Sr. EURIDES JOSÉ NEUMANN, CPF nº 004.205.589-29, residente no Distrito de Fragoços, neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado na Rua: Generoso Fragoço, nº Distrito de Fragoços, Município de Campo Alegre/SC, observando-se e cumprindo das disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de abril de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 20/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.877 de 27 de Abril de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.877 DE 27 DE ABRIL DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviços de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 10.500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 27 de abril de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 27/04/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.878 de 26 de Maio de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.878 DE 26 DE MAIO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviços de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 10.500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de maio de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/05/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.879 de 26 de Maio de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.879 DE 26 DE MAIO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviços de Ensino Fundamental	
12.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de maio de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/05/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.880 de 31 de Maio de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.880 DE 31 DE MAIO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.200,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.200,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00
TOTAL		R\$ 20.400,00

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de maio de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/05/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.881 de 31 de Maio de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.881 DE 31 DE MAIO DE 2004

DENOMINA DE "EDGAR CUBAS" RUA SITUADA
NO BAIRRO BELO HORIZONTE NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: EDGAR CUBAS, que sai da Rua: ERNESTO AFONSO SCHEIDE - direção ao leste, com extensão de 248,38 metros e largura de 12 metros, situada no Bairro Belo Horizonte, neste Município, conforme croquis anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de maio de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
31/05/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: EDGAR CUBAS

Profissão: FAZENDEIRO

Data de Nascimento: 09 DE OUTUBRO DE 1912

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC

Data de Falecimento: 03 DE NOVEMBRO DE 1992

Filiação: (Pai): JOSÉ MARCELINO CUBAS
(Mãe): JANUÁRIA MUNHOZ CUBAS

Cônjuge: IRACY MACHADO SCHROEDER CUBAS.

Nome dos Filhos: ELIETE CUBAS RASCHKE, EDNIR CUBAS, LUCY HINKE, ABELAR LUIZ CUBAS, ODRACYR ANTONIO CUBAS, MARLENE CUBAS SILVEIRA.

Tempo de Residência no Município: 80 ANOS

Atividades Comunitárias: PARTICIPOU ATIVAMENTE DAS ATIVIDADES SOCIAIS EM PROL DA COMUNIDADE CAMPO- ALEGRENSE.

Outras Informações: CIDADÃO DE RESPEITO PARA COM TODOS EM ESPECIAL À SUA FAMÍLIA. ESTA É A RAZÃO PARA HOMENAGÉ-LO DE FORMA JUSTA.

Lei Nº 2.882 de 09 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.882 DE 09 DE JUNHO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.416,00 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.416,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.128.1021.2.008 -	Bolsa Estudantil ao Servidor	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339018.00 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 4.416,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.883 de 09 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.883 DE 09 DE JUNHO DE 2004

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.884 de 15 de Junho de 2004

LEI Nº. 2.884 DE 15 DE JUNHO DE 2004

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NOS ARTIGOS Nº 35, 44 AO 51 E INCISOS, E INCLUI O ART. 35-A E INCISOS À LEI MUNICIPAL Nº 2.683 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 35 da Lei Municipal n.º 2.683/02, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras contará em sua estrutura de apoio com os seguintes Serviços:

I - Diretoria de Planejamento, Transportes e Obras;

II - Serviço de Transporte e Frota;

III - Serviço de Planejamento Urbanístico;

IV - Serviço de Obras e Serviços Públicos.

§1º A Diretoria de Planejamento, Transportes e Obras será administrada e gerenciada pelo cargo de provimento em comissão

de Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, cuja criação foi autorizada pela Lei Complementar Municipal nº 021/04.

§2º As estruturas definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita pela Lei Complementar Municipal nº 006/2002”.

Art. 2º - Fica incluído o Artigo 35-A e seus respectivos Incisos, à Lei Municipal n.º 2.683/02, com a seguinte redação:

“Art. 35-A Compete à Diretoria de Planejamento, Transportes e Obras:

I - Coordenar a manutenção, guarda e controle do uso da frota municipal;

II - Coordenar e fiscalizar os serviços de reparo na frota municipal;

III - Coordenar a fiscalização do trânsito municipal;

IV - Coordenar o controle da utilização de diesel, óleo e gasolina nos equipamentos da frota municipal;

V - Coordenar a elaboração de programas e projetos urbanísticos;

VI - Coordenar a fiscalização da correta aplicação do Plano Diretor;

VII - Supervisionar a operacionalização dos serviços de engenharia e avaliação imobiliária do município;

VIII - Supervisionar, coordenar e fiscalizar a construção de obras públicas;

IX - Coordenar o planejamento da política de desenvolvimento urbano;

X - Coordenar a aprovação e fiscalizar da implantação de loteamentos;

XI - Coordenar a fiscalização de assuntos relacionados com a preservação da qualidade ambiental;

XII - Coordenar o estudo de projetos para viabilização de construção de casas populares;

XIII - Coordenar a execução das atividades relativas à limpeza urbana;

XIV - Coordenar a administração do cemitério municipal;

XV - Coordenar os serviços de pavimentação, paisagismo e sinalização;

XVI - Coordenar os serviços de conservação e manutenção das vias de rodagem e obras de arte e monumentos públicos;

XVII - Coordenar a execução dos serviços de manutenção de parques, praças, jardins públicos e sua arborização;

XVIII - Coordenar a fiscalização e remoção de entulhos depositados em passeios, vias públicas e logradouros;

XIX - Coordenar a fiscalização dos serviços de coleta de lixo e remanejamento de seus resíduos;

XX - Supervisionar e Coordenar a execução dos serviços de saneamento básico, tais como conservação e ampliação de drenagem de águas pluviais, fiscalização e execução do esgoto sanitário, ordenação dos trabalhos de tratamento de água e esgoto, ainda que em parceria com órgãos estaduais.”

Art. 3º - Os Artigos nsº 44 à 51 e Incisos, da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social incumbe manter os serviços de Assistência Médica e Odontológica, bem como aqueles relativos a promoção do bem estar da comunidade de Campo Alegre e em especial:

I - atuar como órgão normativo em Saúde Pública, observada inclusive sua competência legal para tanto;

II - fiscalizar os procedimentos e posturas relativas a higiene pública, através da adequada manutenção e implementação da Vigilância Sanitária;

III - manter convênios com a União, Estado e outras entidades para execução de atendimentos na área da saúde;

IV - executar campanhas programadas, envolvendo os profissionais habilitados, para disseminação de informações relativas a saúde em geral, inclusive a higiene bucal;

V - elaborar estudos que visem o aperfeiçoamento contínuo das

ações de saúde pública;

VI - realizar a supervisão periódica das ações municipais de saúde, verificando sua pontual melhoria;

VII - implementar ativamente ações e programas de vacinas, inclusive para a terceira idade;

VIII - garantir as ações de promoção da saúde da gestante e da criança, em especial aos programas de amamentação;

IX - implantar o Programa de Saúde da Família;

X - articular com outras instituições a troca de informações, realizando trabalhos conjuntos, elaborando novas propostas para o equacionamento dos problemas sociais do município;

XI - aplicar e executar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de Assistência Social;

XII - realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetados pelos mesmos;

XIII - realizar atendimento à população carente, através do acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros, prestando auxílio de acordo com a questão proposta.

Art.45. A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social contará com a seguinte estrutura de apoio:

I - Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde;

II - Serviço de Bem Estar Social;

III - Serviço de Controle de Autorizações Hospitalares;

IV - Serviço de Assistência à Saúde;

a) Sub-serviço de Controle e Concessão de Medicamentos;

b) Sub-serviço de Programa da Saúde da Família.

V - Assessoria de Apoio Técnico Administrativo;

VI - Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

§ 1º as estruturas organizacionais definidas como Serviços possuirão chefias imediatas ocupadas exclusivamente por servidores efetivos, na forma descrita na Lei Complementar Municipal nº 006/2002, os quais perceberão gratificações de função;

§ 2º Os Sub-serviços são apenas um detalhamento da estrutura de lotação dos servidores efetivos, não havendo sob nenhuma hipótese o pagamento de qualquer gratificação, para execução de seus serviços;

§ 3º A Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde e a Assessoria de Apoio Técnico serão realizadas por servidores detentores de cargo de provimento efetivo, que perceberão gratificação de função de confiança, na forma descrita pela Lei Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art.46. Compete à Assessoria de Controle e Avaliação de Saúde:

I - controlar e avaliar a eficiência e efetividade das ações e serviços, quanto a objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos;

II - sugerir medidas para correção das distorções identificadas para uniformização de procedimentos, revisão e alteração de normas;

III - orientar as Unidades quando da sua mudança de formulários e dados sobre controle e avaliação de contas ambulatoriais e hospitalares;

IV - supervisionar e auditar, quando solicitado, os procedimentos e ações de saúde, bem como dirimir dúvidas dos profissionais de saúde;

V - realizar a avaliação das Unidades prestadoras de serviços, visando sua classificação;

VI - realizar cadastros, levantar dados e aprimorar relatórios estatísticos relativos à saúde pública;

VII - Controle e operacionalização do SIA/SUS;

VIII - executar outras atividades correlatas, inerentes ao cargo/ função.

Art. 47. Compete ao Serviço de Bem Estar Social:

- I - promover o mapeamento e o cadastramento técnico da população carente;
- II - criar programas de auxílio a renda;
- III - incentivar, promover e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população;
- IV - acompanhar os trabalhos do Conselho Municipal de Emprego e Renda;
- V - promover a triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos a entidades próprias;
- VI - assessorar a organização de mutirões, cooperativas ou outras formas associativas populares, para a solução dos problemas da população menos favorecida;
- VII - promover e executar programas de incentivo ao voluntariado;
- VIII - implantar programas e campanhas sociais;
- IX - executar outras atividades correlatas.

Art.48. Compete ao Serviço de Controle de Autorizações Hospitalares:

- I - protocolar e controlar os encaminhamentos para realização de tratamentos em localidades distintas do Município de Campo Alegre/SC;
- II - protocolar e controlar a realização de consultas especializadas;
- III - expedir autorização prévia para realização de exames de média e alta complexidade;
- IV - expedir autorização de Laudos Médicos para emissão de AIH's - Autorização de Internação Hospitalar, no Município de Campo Alegre e ou em outras localidades.
- V - executar outras atividades correlatas.

Art.49. Compete ao Serviço de Assistência à Saúde:

- I - controlar a aquisição e o fornecimento de medicamentos à comunidade;
- II - promover e executar programas de saúde à comunidade;
- III - receber, conferir e armazenar os materiais de consumo, de expediente e medicamentos realizados nas unidades de saúde;
- IV - elaborar o Plano Municipal de Saúde;
- V - elaborar os relatórios instituídos pela NOAS;
- VI - supervisionar o atendimento a comunidade em geral;
- VII - elaborar protocolos de atendimentos com outros setores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Sócia;
- VIII - executar outras atividades correlatas.

Art.50. Compete a Assessoria de Apoio Técnico Administrativo:

- I - administrar e gerenciar o atendimento aos munícipes, prestando-lhes informações e realizando os devidos encaminhamentos;
- II - autorizar e providenciar encaminhamentos de consultas, exames e cirurgias em geral;
- III - providenciar os agendamentos necessários aos munícipes;
- IV- controlar gastos e cotas pertinentes ao orçamento do CIS AMUNESC, respeitando também as cotas da PPI da Assistência;
- V - controle e agendamento de viagens para TFD - Tratamento Fora do Domicílio;
- VI - supervisionar, orientar e coordenar assuntos pertinentes a Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde;
- VII - expedir atos oficiais administrativos da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- VIII - executar outras atividades correlatas.

Art.51. Compete ao Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica:

- I - atender aos munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas, referentes à saúde pública;
- II - conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas da União, Estado e

Município, entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.

- III - vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação;
- IV - contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico;
- V - elaborar, sob orientação programas de trabalho, recomendações técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos;
- VI - executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde pública e entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos, etc.
- VII - inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública;
- VIII - executar a Vigilância Sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiações ionizantes;
- IX - notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do município;
- X - atender as reclamações dos munícipes;
- XI - participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população;
- XII - manter contato com os denunciantes para servirem de testemunhas nos atos dos processos;
- XIII - elaborar relatórios das atividades realizadas;
- XIV - atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- XV - análise e acompanhamento do comportamento epidemiológico das doenças e agravos de interesse neste âmbito;
- XVI - participação na formulação de políticas, planos e programas de saúde e na organização da prestação de serviços, no âmbito municipal;
- XVII - realização das investigações epidemiológicas de casos e surtos;
- XVIII - execução de medidas de controle de doenças e agravos sob vigilância de interesse municipal e colaboração na execução de ações relativas a situações epidemiológicas de interesse estadual e federal;
- XIX - programação, coordenação, acompanhamento e supervisão das atividades no âmbito municipal e solicitação de apoio ao nível estadual do sistema, nos casos de impedimento técnico ou administrativo;
- XX - participação, junto às instâncias responsáveis pela gestão municipal da rede assistencial, na definição de padrões de qualidade de assistência;
- XXI - elaboração e difusão de boletins epidemiológicos (retro-alimentação) e participação em estratégias de comunicação social no âmbito municipal;
- XXII - zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados;
- XXIII - executar outras atividades correlatas".

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de junho d e 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 15/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.885 de 15 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 2.885 DE 15 DE JUNHO DE 2004

AUTORIZA ABSORÇÃO DE ÁREA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, PARA RETIFICAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, a seguinte área de terra, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 3.443/04, para retificação de via pública:

“Uma área de 169,38 m², situado na cidade de Campo Alegre, fazendo frente para a Rua Jorge Lacerda, por uma linha reta de 58,98 metros lineares, com demais medidas especificadas no “croquis” em anexo, parte integrante desta Lei”.

Parágrafo primeiro - A área de terra acima descrita, é parte do imóvel matriculado sob n.º 35.717, nº 2, página n.º 110 e Protocolo nº 1B, prenotado no dia 14 de julho de 1993, Registrado sob R-2 - 14.547 no livro 2 e lançado nos livros 4 e 5 na data supra, no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, imóvel de propriedade de CARMEM LAUER, devendo a presente absorção de área ser devidamente transcrita na matrícula acima numerada. Parágrafo segundo - A absorção de que trata a presente Lei, dá-se em razão da retificação do alinhamento da Rua Jorge Lacerda, neste Município, para pavimentação asfáltica.

Art. 2º) Fica avaliado em R\$ 20,00 (vinte reais) o metro quadrado da área expropriada, perfazendo o valor total de R\$ 3.387,60 (três mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos), conforme Resolução n.º 003/2004 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Fica desde já autorizada a compensação tributária referente à área absorvida, no valor total constante do artigo anterior, por ocasião da cobrança de Contribuição de Melhoria da referida obra de pavimentação asfáltica, a ser realizada mediante processo administrativo, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art.4º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconstruir um muro com 58,98 cinquenta e oito metros e noventa e oito décimos

GABINETE DO PREFEITO

lineares, demolido por ocasião do novo alinhamento da mencionada via pública.

Art.5º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, através do Orçamento Vigente.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
15 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 15/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.886 de 15 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 2.886 DE 15 DE JUNHO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00
Total		R\$10.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	

449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
Total		R\$10.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
15/06/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.888 de 30 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.888 DE 30 DE JUNHO DE 2004

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A GESTÃO DE 2005/2008 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º) O Subsídio mensal do Prefeito Municipal será de R\$ 6.891,00 (seis mil, oitocentos e noventa e um reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 2º) O Subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, será de R\$ 2.297,00 (dois mil, duzentos e noventa e sete reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 3º) O Subsídio de Secretário Municipal será de R\$ 2.733,00 (dois mil, setecentos e trinta e três reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais, exceto o 13º décimo terceiro salário que lhe será devido à razão de um subsídio mensal a ser pago no mês de dezembro.

Art. 4º) Os Subsídios constantes dos artigos 1º, 2º e 3º, referem-se ao valor bruto, do qual descontar-se-ão todos os encargos legais.

Art. 5º) O Vice-Prefeito, nomeado Secretário, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais.

Art. 6º) Fica assegurado ao Prefeito e ao Secretário Municipal o direito de férias anuais de 30 (trinta dias), não cabendo indenização a qualquer título, quando deixarem de ser gozadas.

Art. 7º) Os Subsídios de que trata esta Lei, serão atualizados com os mesmos índices concedidos aos Servidores Públicos Municipais, respeitando os limites legalmente fixados.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 9º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 10º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/06/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.889 de 30 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.889 DE 30 DE JUNHO DE 2004

ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A GESTÃO DE 2005/2008 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º) O Subsídio mensal do Prefeito Municipal será de R\$ 6.891,00 (seis mil, oitocentos e noventa e um reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 2º) O Subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal, será de R\$ 2.297,00 (dois mil, duzentos e noventa e sete reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 3º) O Subsídio de Secretário Municipal será de R\$ 2.733,00 (dois mil, setecentos e trinta e três reais), à partir de 1º de Janeiro de 2005, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais, exceto o 13º décimo terceiro salário que lhe será devido à razão de um subsídio mensal a ser pago no mês de dezembro.

Art. 4º) Os Subsídios constantes dos artigos 1º, 2º e 3º, referem-se ao valor bruto, do qual descontar-se-ão todos os encargos legais.

Art. 5º) O Vice-Prefeito, nomeado Secretário, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou o de Secretário, vedado o pagamento de qualquer acréscimo ou vantagens adicionais.

Art. 6º) Fica assegurado ao Prefeito e ao Secretário Municipal o direito de férias anuais de 30 (trinta dias), não cabendo indenização a qualquer título, quando deixarem de ser gozadas.

Art. 7º) Os Subsídios de que trata esta Lei, serão atualizados com os mesmos índices concedidos aos Servidores Públicos Municipais, respeitando os limites legalmente fixados.

GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 9º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2005.

Art. 10º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
30 de Junho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 30/06/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.890 de 30 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.890 DE 30 DE JUNHO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 3.000,00
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
Total		R\$ 28.000,00

Art. 2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviços de Administração	
004.122.1301.2.003 -	Ticket Alimentação para Servidores Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 5.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente	
018.541.1701.2.021 -	Manutenção do Horto Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.500,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.500,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 7.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00
Total		R\$ 28.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
30 de junho de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:

30/06/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.891 de 30 de Junho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.891 DE 30 DE JUNHO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER
CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES
DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização da XXIV Encontro Catarinense de Apicultores Campo Alegre 2004, a qual realizar-se-á no mês de novembro de 2004.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação de Apicultores de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

GABINETE DO PREFEITO

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação de Apicultores de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas decorrentes com XXIV Encontro Catarinense de Apicultores Campo Alegre 2004.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 020.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
30 de junho de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 30/06/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.892 de 08 de Julho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.892 DE 08 DE JULHO DE 2004.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO ALEGRE ASP"

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO ALEGRE ASP", com sede na Rua: cel. Bueno Franco, 292 Centro, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 618, à fls. 148 à 151v, do livro A-nº 5, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 06.300.841/0001-09.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de julho de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 08/07/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.893 de 08 de Julho de 2004

LEI Nº 2.893 DE 08 DE JULHO DE 2004.

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVO FISCAL À POUSADA CASA ANTIGA LTDA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Municipal n.º 2.370 de 28 de outubro de 1998, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de tributos e preços públicos à POUSADA CASA ANTIGA LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 005.204.165/0001-07, pelo prazo improrrogável de 05 (zero cinco) anos, à partir do exercício financeiro de 2005.

Art.2º) A isenção de que trata a presente Lei, dar-se-á com observância ao estabelecido no Artigo 14 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
08 de Julho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
08/07/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.894 de 21 de Julho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.894 DE 21 DE JULHO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	

015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas.	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 65.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	R\$ 12.000,00
TOTAL		R\$ 80.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de julho de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/07/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.895 de 21 de Julho de 2004

LEI Nº 2.895 DE 21 DE JULHO DE 2004.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - P.S.H., CRIADO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.212 DE 30.08.2001, REGULAMENTADA PELO DECRETO 4.156 DE 11.03.2002, NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS PELA PORTARIA CONJUNTA 9 DE 30.04.2002 DA STN/MF E SEDU/PR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Executivo Municipal fica autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a construção de unidades habitacionais para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do programa P.S.H., mediante Convênio a ser firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art.2º) O Poder Público Municipal poderá disponibilizar terrenos de áreas pertencentes ao patrimônio público municipal, objetivando a construção de moradias em benefício da população a ser beneficiada pelo PSH;

Parágrafo 1º) - As áreas a serem utilizadas no PSH deverão fazer frente para a via pública existente, contar com a infra-estrutura necessária, de acordo com a realidade do Município.

Parágrafo 2º) - Os lotes submetidos e desmembrados deverão possuir área mínima de 240,00 m2 e máxima 314,76 de m2, com testada mínima de 12,00 metros.

Art.3º) - Os projetos de habitação popular dentro do PSH, serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias

Municipais de Habitação, Serviços Sociais, Obras, Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento, além de autarquias e/ou Companhias Municipais de Habitação, não podendo ser projetados com área inferior a vinte e nove (29,00) metros quadrados.

Parágrafo único - Poderão ser integradas ao projeto PSH outras entidades, mediante convênio, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, regularizando-se sempre que possível áreas invadidas e ocupações irregulares, propiciando o atendimento as famílias mais carentes do Município.

Art.4º) - Os custos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de contrapartida, necessários para a viabilização e produção das unidades habitacionais, serão ressarcidos pelos beneficiários, mediante pagamentos de encargos mensais, de forma análoga as parcelas e prazos já definidos pela Medida Provisória que instituiu o Programa P.S.H., permitindo a viabilização para a produção de novas unidades habitacionais.

Parágrafo único - Os beneficiários do P.S.H. ficarão isentos do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, durante o período em que estiver ocorrendo este ressarcimento.

Art.5º) - O contrato com a Prefeitura Municipal ou com a entidade que o Poder Público Municipal indicar, será celebrado em nome da esposa, ou da companheira que compõe o casal, preferencialmente.

Parágrafo único - Só poderão ingressar no P.S.H., famílias residentes no município, há pelo menos três anos, após a realização de trabalho social, com informações e esclarecimentos aos interessados, pelos técnicos da Prefeitura ou da Entidade Organizadora, da responsabilidade de cada beneficiário neste processo.

Art.6º) - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art.7º) - O Poder executivo fica autorizado a garantir o financiamento com CAIXA Econômica Federal, através de caução específica para os contratos integrantes do PSH.

Art.8º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.9º) - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de julho de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/07/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.896 de 21 de Julho de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.896 DE 21 DE JULHO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte sete mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$127.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2025 -	Gestão Administrativa da Secretaria Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 127.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de julho de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/07/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.897 de 03 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 2.897 DE 03 DE AGOSTO DE 2004.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito suplementar por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) na Dotação abaixo descrita:

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001-	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização	R\$ 1.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001-	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de agosto de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
03/08/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

Lei Nº 2.898 de 18 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 2.898 DE 18 DE AGOSTO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar o Elemento de Despesa 3.1.90.04.00.00.0103 - Contratação por Tempo Determinado, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.693,00 (dois mil seiscentos e noventa e três reais), na forma abaixo descrita:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
310000.00.00.103 -	Despesas Correntes	
310000.00.00.103 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00.00.103 -	Aplicações Diretas	
319004.00.00.103 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 2.693,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
310000.00.00.101 -	Despesas Correntes	
310000.00.00.101 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00.00.101 -	Aplicações Diretas	
319004.00.00.101 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.693,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de agosto de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/08/2004

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interino

Lei Nº 2.899 de 18 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.899 DE 18 DE AGOSTO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.200,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de agosto de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretaria Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
18/08/2004

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interino

Lei Nº 2.900 de 25 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.900 DE 25 DE AGOSTO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-família	R\$ 360,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.100,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.540,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00
TOTAL		R\$ 11.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.
Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de agosto de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/08/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.901 de 25 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.901 DE 25 DE AGOSTO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 611,34 (seiscentos e onze reais e trinta e quatro centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	

013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 611,34

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.391.1410.2.032 -	Comemoração do Aniversário de Campo Alegre	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 102,34
339031.00 -	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas Desportivas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 300,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 174,00
TOTAL		R\$ 611,34

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de agosto de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/08/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.902 de 25 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.902 DE 25 DE AGOSTO DE 2004.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Abre crédito suplementar por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 30.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores.	
01.01 -	Câmara de Vereadores.	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 30.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de agosto de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/08/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.903 de 25 de Agosto de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.903 DE 25 DE AGOSTO DE 2004.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 6616/2004-8, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO ESTABELECEER UM SISTEMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 6616/2004-8, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO ESTABELECEER UM SISTEMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA, no valor total de R\$ 86.580,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais), serão liberados em 09 (nove) parcelas.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao Sistema de Cooperação Técnica Financeira entre Secretaria e Município, visando o Transporte Escolar dos alunos do Ensino

Fundamental da rede Pública Estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério da rede estadual lotado em unidades escolares em que houve transferência de gestão ao Município, para atuar em unidade escolar, com ressarcimento à origem.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro fazem parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
25 de agosto de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
25/08/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.904 de 09 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.904 DE 09 DE SETEMBRO DE 2004.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Santana, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 619, à fls. 152 à 157v, do livro A-nº5, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 06.340.014/0001-30.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.905 de 09 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.905 DE 09 DE SETEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a conceder permissão para exploração do serviço de fornecimento de água tratada na Rodovia dos Móveis, num trecho aproximado de 1.000 (mil) metros em direção ao Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre/SC, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE do Município de São Bento do Sul/SC, por um prazo de 20 (vinte) anos.

Art.2º) As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de Dotação Orçamentária específica do Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE do Município de São Bento do Sul/SC.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.906 de 09 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.906 DE 09 DE SETEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviço Público	
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.907 de 14 de Setembro de 2004

LEI Nº 2.907 DE 09 DE SETEMBRO DE 2004
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.010,00 (cinquenta mil e dez reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Desp. Pessoal decorr. de Cont. de Terceirização	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.080,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 20.400,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	

319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 8.300,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 190,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 240,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.100,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.020 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 8.000,00
Total		R\$ 50.010,00

Art. 2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.700,00
02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.310,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.122.1301.2.003 -	Ticket Alimentação para Servidores	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 15.000,00
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 20.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
Total		R\$ 50.010,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de setembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.908 de 14 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.908 DE 14 DE SETEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Fundo Municipal de Saúde suplementar os seguintes Elementos de Despesa conforme descrito abaixo no valor de R\$ 59.970,71 (cinquenta e nove mil novecentos e setenta reais e setenta e um centavos).

13.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
13.13 -	Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Voltadas a Saúde	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Pessoal Civil	R\$ 1.135,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 38.835,71
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 59.970,71

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no Artigo anterior desta Lei, a qual correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2003.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de setembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
14/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.910 de 14 de Setembro de 2004**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 2.910 DE 14 DE SETEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 59.900,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
14/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.911 de 14 de Setembro de 2004**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 2.911 DE 14 DE SETEMBRO DE 2004

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 2.802 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam alteradas as Planilhas do Anexo I do Fundo Municipal de Saúde da Lei Municipal nº 2.802 de 11 de novembro de 2003, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
14/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

1 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE (PAB-A)

DIAGNÓSTICO: O município possui na rede básica 6 unidades de saúde.

DIRETRIZES: Aquisição de material e equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.

OBJETIVOS: Atendimento à população em geral, conforme determina parâmetros/Portaria do Ministério da Saúde

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	Vários	0,00	Recursos do PAB-A
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	83.180,00	Recursos do PAB-A
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	0,00	Recursos do PAB-A
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	0,00	Recursos do PAB-A
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	0,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				83.180,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO: O Município dispõe de projeto de implantação, bem como a aquisição de um veículo com capacidade para cinco ocupantes que será destinado ao PSF.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do módulo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral contínua na Unidade de Saúde e no domicílio, interferindo sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta fazendo com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão de qualidade de vida

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Servidor	Meses	06	25.300,00	Recursos do PSF
319013.00 - Obrigações Patronais	Servidor	Meses	06	740,00	Recursos do PSF
339030.00 - Material de Consumo	Material Cons	Meses	Vários	30.520,00	Recursos do PSF
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	2.870,00	Recursos do PSF
TOTAL GERAL				59.430,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

3 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL

DIAGNÓSTICO: O Município possui na Rede Básica de Ensino 1875 Alunos na faixa etária de 06 a 14 anos - atende-se no programa 1875 Alunos da Rede Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Ampliar o número de atendimentos, atendendo anualmente 100% das crianças nesta faixa etária, totalizando 1875 alunos

OBJETIVOS: Prevenção e saúde bucal aos alunos da Rede Escolar Municipal e Estadual. O programa será desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de atividades a serem desenvolvidas: Escovação supervisionada, palestras, bochechos fluorados semanalmente, distribuição de creme dental, escovas e flúor, bem como a realização de gincana sobre o tema Saúde Bucal, entre os estudantes, premiando os melhores trabalhos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Várias	3.750	2.700,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				2.700,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

4 - PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNÓSTICO: Contrato firmado pela Prefeitura Municipal, para pagamento consultas de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento.

DIRETRIZES: Continuidade do atendimento, trabalho conjunto com o Hospital São Luiz.

OBJETIVOS: Atendimento da demanda de consultas conforme firmado entre as partes para assistência médica/ambulatorial em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTES
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Contrato	Unidade	01	153.667,80	Recursos Próprios
TOTAL				153.667,80	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui uma Farmácia Básica instalada no Posto de Saúde Central, contém aproximadamente 127 itens de medicamentos, atendendo em média de 1.015 pacientes por mês, atendendo os Postos de Saúde do Distrito de Fragosos, Bateias de Baixo, Localidade de Bateias de Cima e Santana.

DIRETRIZES: Aquisição de medicamentos básicos

OBJETIVOS: Atender a demanda nas Unidades de Saúde, garantindo tratamento preventivo e curativo a população carente de nosso município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Medicamen- tos	Vários	Vários	11.960,00 6.000,00 38.000,00	Recursos da União Recursos do Estado Recursos Próprios
TOTAL				55.960,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

7 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNÓSTICO: Desenvolver ações acordadas entre o Município e o Estado, na PPI Epidemiológica Notificação Investigação de Agravos, Alimentação dos: SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, vacinação de rotina e outras campanhas.

DIRETRIZES: Aquisição de material de expediente, voltados para ações de Vigilância Epidemiológica, material educativo, capacitação de recursos humanos, alimentação para funcionários em campanhas e uniformes.

OBJETIVOS: Implantar as ações de controle de doenças e endemias na população em geral, diminuindo o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	Vários	0,00	Recursos da PPI
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.700,00	Recursos da PPI
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos da PPI
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	0,00	Recursos da PPI
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.400,00	Recursos da PPI
449052.00 - Equipa- mentos e Material Permanen- tes	Equipamen- tos	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos da PPI

TOTAL				26.100,00	
-------	--	--	--	-----------	--

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

9 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O Setor de Vigilância Sanitária possui dois profissionais de nível médio e um de nível superior.

DIRETRIZES: Municipalizar as ações de média e alta complexidade, conforme Portaria do Ministério da Saúde, arrecadar taxas, aquisição de um veículo utilitário, material de consumo, confecção de panfletos, participação em cursos de capacitação e outros.

OBJETIVOS: Melhoria na Área Sanitária - controle de doenças ocasionadas por inadequação de condições sanitárias, arrecadar de taxas fiscais, incrementar as áreas de Saneamento Básico, eliminar o Aedes Aegypti (dengue), cadastrar fontes de abastecimento de água, coleta e análise de amostras de água.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.200,00	Recursos da Vigilância Estadual,
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	8.700,00	Federal e Taxa de Fiscalização Sanitária
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	14.800,00	
449052.00 - Equipa- mento e Material Permanen- tes	Veículo	Unidade	Vários	3.036,00	
TOTAL				28.736,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

10 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS

DIAGNÓSTICO: Há um grande número de pacientes, portadores de doenças que necessitam de acompanhamento e tratamento específico, tais como: diabetes melitus, hipertensão arterial, oncologia, doenças mentais e outros.

DIRETRIZES: Realização de consultas, verificação de pressão arterial e fornecimento de medicamentos específicos

OBJETIVOS: Oferecer medicamentos específicos, materiais e equipamentos necessários para atender a demanda de pacientes.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	48.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				48.500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde necessita de equipamentos, materiais e serviços para sua manutenção e implementação de novos programas de Saúde.

DIRETRIZES: Manutenção das atividades administrativas e implementação novas atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

OBJETIVOS: Proporcionar um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	20.975,00 3.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	85.000,00 12.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	5.670,00 2.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A

339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	21.830,00 22.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	18.000,00	Recursos do PAB-A
TOTAL DE RECURSOS DO PAB-A					
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS					
TOTAL GERAL				57.000,00 133.475,00 190.475,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

12 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E TERAPÊUTICA AOS MUNICÍPIOS

DIAGNÓSTICO: Há a necessidade de exames e consultas especializadas que serão realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMUNESC, assim como existe também uma grande demanda de pacientes com solicitações de medicamentos excepcionais, que não estão elencados na lista dos itens básicos, bem como solicitações de exames, consultas especializadas, que não são ofertadas pelo SUS. Há de se considerar um índice elevado de pessoas com distúrbios mentais (drogas/psíquicos), que além de medicamentos, consultas e exames necessitam de internação urgente quando comprovado risco iminente de vida.

DIRETRIZES: Custear despesas destes pacientes considerando dispositivo constitucional: equidade e universalidade.

OBJETIVOS: Garantir direito de atendimento e tratamento adequado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Várias	3.150,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	58.142,40 (CIS) 26.167,91	Recursos Próprios
TOTAL				102.460,31	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2004 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

13 - PROGRAMA: CONVÊNIO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PROCEDIMENTOS PAB-A, E SUBVENÇÃO SOCIAL PARA O HOSPITAL SÃO LUIZ.

DIAGNÓSTICO: Entidade sem fins lucrativos.

DIRETRIZES: Repasse de recursos a Entidade sem fins Lucrativos, pagamento de procedimentos básicos realizados.

OBJETIVO: Repasse mensal de Subvenção Social, e pagamento dos procedimentos básicos realizados

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidades	12	21.000,00	Recursos do PAB-A
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	12	19.800,00	Recursos Próprios
TOTAL				40.800,00	

Lei Nº 2.912 de 21 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.912 DE 21 DE SETEMBRO DE 2004

CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PONTO DE TAXI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão ao Sr. LUIZ CARLOS CRISTOFF, CPF nº 720.173.259-53, residente no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado na Rua: Ernesto Afonso Scheide, no Terminal Rodoviário Eduardo Duvoisin, Centro neste Município, observando-se e cumprindo as disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.913 de 21 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.913 DE 21 DE SETEMBRO DE 2004.

HOMOLOGA CONVÊNIO Nº 094840/2004-0 QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO À CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO, EM MICROBACIA(S) DO MUNICÍPIO, DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL PRAPEM/MICROBACIAS 2.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Convênio Nº 094840/2004-0 QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, VISANDO À CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO, EM MICROBACIA(S) DO MUNICÍPIO, DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL PRAPEM/MICROBACIAS 2., o qual tem por objeto o apoio e a cooperação do Município aos órgãos e entidades executoras do PRAPEM/Microbacias 2, relativamente às partes constantes na Cláusula Primeira - Do Objeto do referido Convênio, o qual faz parte integrante desta Lei.

Art.2º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Anual.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.914 de 28 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.914 DE 28 DE SETEMBRO DE 2004

DENOMINA DE "MIGUEL ZOELLNER"

RUA NO DISTRITO DE FRAGOSOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art.1º) Fica denominada a Rua: MIGUEL ZOELLNER, que sai da Rodovia Municipal CAM- 303 (estrada Corredeiras), direção ao Oeste, com extensão de 150,50 metros e largura de 12 metros, situada no Distrito de Fragosos neste Município, conforme croquis anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de setembro de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
28/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: MIGUEL ZOELLNER

Profissão: AGRICULTOR

Data de Nascimento: 29 DE SETEMBRO DE 1934

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: SÃO BENTO DO SUL/SC

Data de Falecimento: 19 DE FEVEREIRO DE 2000

Filiação: (Pai): FRANCISCO ZOELLNER

(Mãe): TEREZA ZOELLNER

Cônjuge: MONICA ZOELLNER

Nome dos Filhos: OLIVIA ZOELLNER FEUSER E DANIEL ZOELLNER.

Tempo de Residência no Município: 46 ANOS

Atividades Comunitárias: PRESIDENTE POR DOIS MANDATOS DA CAEP DA IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO DO DISTRITO DE FRAGOSOS; PRESIDENTE DA APP DA ESCOLA EDUCAÇÃO BÁSICA PROF. JERÔNIMO FRANCISCO PACHECO; PRESIDENTE DA APP DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL JOSÉ OLESCOWICKZ NA COMUNIDADE DE CORREDEIRAS. VEREADOR SUPLENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE NO PERÍODO DE 1988 A 1992.

Outras Informações: PESSOA DE BOA INDÔLE E DE BOM RELACIONAMENTO COM TODOS OS MEMBROS DA COMUNIDADE DE CORREDEIRAS E COMUNIDADES VIZINHAS. SEMPRE MOSTROU

INTERESSE PARA MELHORAR A VIDA DOS CIDADÃOS, COM ALEGRIA PARTICIPANDO DAS ATIVIDADES EM NOSSO MUNICÍPIO.

Lei Nº 2.915 de 28 de Setembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.915 DE 28 DE SETEMBRO DE 2004

AUTORIZA ABSORÇÃO DE ÁREA PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, PARA RETIFICAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, a seguinte área de terra, declarada de utilidade pública pelo Decreto n.º 3.516/04, para retificação de via pública:

"Uma área de 120,37 m², situado na cidade de Campo Alegre, fazendo frente para a Rua Jorge Lacerda, por uma linha reta de 47,60 metros lineares, com demais medidas especificadas no "croquis" em anexo, parte integrante desta Lei".

Parágrafo primeiro - A área de terra acima descrita, é parte do imóvel matriculado sob n.º 13.184, do livro nº 2, ficha n.º 01, do Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, imóvel de propriedade da ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, devendo a presente absorção de área ser devidamente transcrita na matrícula acima numerada.

Parágrafo segundo - A absorção de que trata a presente Lei, dá-se em razão da retificação do alinhamento da Rua Jorge Lacerda, neste Município, para pavimentação asfáltica.

Art.2º) Fica avaliado em R\$ 20,00 (vinte reais) o metro quadrado da área expropriada, perfazendo o valor total de R\$ 2.407,40 (dois mil, quatrocentos e sete reais e quarenta centavos), conforme Resolução n.º 004/2004 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Fica desde já autorizada a compensação tributária referente à área absorvida, no valor total constante do Artigo anterior, por ocasião da cobrança de Contribuição de Melhoria da referida obra de pavimentação asfáltica, a ser realizada mediante processo administrativo, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art.4º) As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, através do Orçamento Vigente.

GABINETE DO PREFEITO

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de setembro de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
28/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.916 de 28 de Setembro de 2004

LEI Nº 2.916 DE 28 DE SETEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 9.665,10 (nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e dez centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.179,65
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.033,45
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 3.302,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.150,00
Total		R\$ 9.665,10

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.128.1021.2.008 -	Bolsa Estudantil ao Servidor	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	

339018.00 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 1.787,55
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Pessoais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.500,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 527,55
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 5.850,00
TOTAL		R\$ 9.665,10

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
28 de setembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
28/09/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.917 de 14 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.917 DE 14 DE OUTUBRO DE 2004.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO", com sede na Estrada Principal nº, Localidade de Lageado, Município de Campo Alegre Estado de

Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 624, à fls. 185v à 192, do livro A-nº5, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 06.989.112/0001-01.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
14 de outubro d e 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 14/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.918 de 20 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.918 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito do lote nº 2 do Distrito Industrial I do Município de Campo Alegre, situado à Rodovia SC 301, medindo 5.911,65m² (cinco mil, novecentos e onze virgula sessenta e cinco centímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos contados a partir da presente data, à empresa COMÉRCIO E TRANSPORTE LEPECK LTDA, em conformidade com os requisitos exigidos pela Lei Federal nº8.666/93".

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

20 de outubro d e 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 20/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.920 de 26 de Outubro de 2004

LEI Nº 2.920 DE 26 DE OUTUBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Pessoais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviços de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Pessoais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 13.000,00
Total		R\$ 15.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Pessoais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	

319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R\$ 2.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Manutenção da Assistência Social	
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Pessoal e Encargos	
310000.00 -	Pessoais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R\$ 13.000,00
TOTAL		R\$ 15.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de outubro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.919 de 20 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.919 DE 20 DE OUTUBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 15.000,00
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999000.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 15.000,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de outubro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.921 de 26 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.921 DE 26 DE OUTUBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 26.000,00
Total		R\$ 34.000,00

Art. 2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de outubro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.922 de 26 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.922 DE 26 DE OUTUBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 16.801,00 (dezesseis mil oitocentos e um reais), criando o seguinte Projeto de Atividade e o seguinte Elemento de Despesa:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
05.07.12 -	Educação	
05.07.12.366 -	Educação de Jovens e Adultos	
05.07.12.366.1411 -	Educação de Jovens e Adultos	
012.366.1411.2.022 -	Manutenção do Brasil Alfabetizado	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicação Direta	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
339036.00 -		R\$ 16.801,00

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no Artigo anterior será por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicação Direta	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 16.801,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de outubro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.923 de 26 de Outubro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.923 DE 26 DE OUTUBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), criando o seguinte Elemento de Despesa.

01.00 -	Câmara Municipal de Vereadores	
01.01 -	Câmara Municipal de Vereadores	
001.031.1101.2001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00 -	Aplicação Direta	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 900,00

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no Artigo anterior será por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara Municipal de Vereadores	
01.01 -	Câmara Municipal de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicação Direta	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 900,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de outubro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
26/10/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.925 de 09 de Novembro de 2004

LEI Nº 2.925 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 66.391,00 (sessenta e seis mil trezentos e noventa e um reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes Contratação.	R\$ 6.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.511,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.011 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.900,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.980,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	

339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 900,00
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
012.306.1405.2.016 -	Merenda Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento, Transporte e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 20.000,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação de Vias Públicas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.600,00
TOTAL		R\$ 66.391,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
339018.00 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 4.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.511,00
02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Física	R\$ 2.900,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	R\$ 2.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	R\$ 2.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 1.200,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.700,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.350,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.836,60
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 1.260,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.530,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação de Vias Públicas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 8.328,86
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	

015.451.1801.2.029 -	Construção e Restauração de Pontes	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.834,54
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Física	R\$ 2.120,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	R\$ 2.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoal Jurídica	R\$ 6.820,00
TOTAL		R\$ 66.391,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/11/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.926 de 09 de Novembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO.

LEI Nº 2.926 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2004

DISPÕE SOBRE REPRESENTANTES DO GOVERNO, PRESTADORES DE SERVIÇOS, PROFISSIONAIS DA SAÚDE E USUÁRIOS, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I) REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

- Um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

II) REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

- Um representante da área Hospitalar;

- Um representante de Laboratório de Análises Clínicas.

III) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

- Um representante da área Médica;
- Um representante da área Odontológica;
- Um representante da área de Enfermagem.

IV) REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

- Um representante das Associações de Bairros e Moradores;
- Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Um representante das Entidades Religiosas;
- Um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA);
- Um representante da Associação de Pais e Professores;
- Um representante de Clubes de Terceira Idade.

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 2.808 de 25 de novembro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/11/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.927 de 09 de Novembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.927 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2004.

ALTERA O ARTIGO 3º, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL
Nº 2.388 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Artigo 3º, caput da Lei Municipal nº 2.388 de 23 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a implantação e manutenção do Consórcio, no valor de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) por habitante no Município".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.851 de 02 de março de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
09/11/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.928 de 23 de Novembro de 2004

LEI Nº 2.928 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2005, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) O Orçamento do Município de Campo Alegre, para o exercício de 2005, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da Administração Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2002/2005;
- II - a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições sobre dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º) As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2005, são aquelas definidas no Anexo I desta Lei. (Art. 4º da LRF, Art. 165, § 2º da CF).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2005 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para exercício de 2005, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no ANEXO I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art.3º) O Orçamento para o exercício financeiro de 2005 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias e seus Fundos, e será estruturado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art.4º) A Lei do Orçamento para o Exercício de 2005 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquia e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto/atividade, elemento, sub-elemento ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999, 163/2001 e 248/2003 e alterações posteriores, na

forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3, da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

V - Programa de Trabalho (Adendo 5 da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6 da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/1964 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/1985);

X - Demonstrativo da Despesa por elemento e ou sub-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Portaria Interministerial 163);

XI - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

XII - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada por Elemento e ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;

XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da Constituição Federal);

§ 1º - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º - Os fundos municipais integrarão o Orçamento Geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art.5º) O Orçamento para o exercício de 2005 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias (Artigo 1º, § 1º e Artigo 4º, I, "a" e 48 da LRF).

Art.6º) Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2005 deverão observar os efeitos das alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios (Art. 12 da LRF).

§ 1º - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEF, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

§ 2º - Em atendimento ao disposto no Parágrafo Terceiro do Artigo Segundo da LRF, o menor valor do FUNDEF, entre o recebido e pago, será excluído na apuração da Receita Corrente Líquida.

Art.7º) Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (Art. 9º da LRF):

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução de 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de materiais de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Art.8º) Ocorrendo riscos fiscais, caso se concretizem, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2004.

§ 1º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art.9º) Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, despesas contingentes e imprevisíveis diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal.

Art.10) Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Artigo 5º, § 5º da LRF).

Art.11) O Executivo Municipal elaborará até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso. (Artigo 8º, § único da LRF).

Art.12) Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Art.

8º, § Único da LRF).

§ 1º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos das receitas, ou o excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art.13) As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2005, se houverem, não serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art.14) A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às Entidades Municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (Art. 70, Parágrafo único da Constituição Federal).

Art.15) Para efeito do disposto no Artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2005, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º).

Art.16) Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art.17) Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita mediante Convênio, Acordo, Ajuste ou Congênere, conforme a legislação em vigor.

Art.18) A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2005 a preços correntes.

Art.19) A Lei Orçamentária para o exercício de 2005 poderá autorizar o Executivo Municipal, através de Decreto do Prefeito Municipal a remanejar, dentro de cada projeto/atividade, o saldo das Dotações dos elementos ou sub-elemento de despesa que o compõem.

Art.20) Durante a execução Orçamentária do exercício de 2005, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2005, constantes do Anexo I desta Lei e alterações posteriores (Art. 167, I da Constituição Federal).

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art.21) Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar

Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2005, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art.22) As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

Art.23) A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art.24) O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2005, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da Lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para o exercício de 2005.

Art.25) Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95 % do limite estabelecido no Artigo 20, III da LRF (Art. 22, § único, Inciso V da LRF).

Art.26) O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.
- V - redução da carga horária e dos vencimentos dos servidores na mesma proporção.

Art.27) Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como sub-elemento do elemento de despesa 3339034.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização, e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Campo Alegre, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28) O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo, esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade

Fiscal. (Art. 14 da LRF).

Art.29) O Executivo Municipal, mediante autorização em Lei, poderá instituir programa de refinanciamento de dívida, com o objetivo de diminuir o montante da dívida ativa dos contribuintes para com o município, bem como implantar instrumentos de cobrança de tributos lançados e não arrecadados.

Art.30) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art.31) O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (Art. 14, § 2º, da LRF)

Art.32) O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de novembro de 2004, a proposta Orçamentária para o Exercício de 2005, à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 10 de dezembro de 2004.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste Artigo.

§ 2º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2005, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2004, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art.33) Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art.34) Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.35) O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras, equipamento e material permanente ou serviços de competência do Município ou não, devendo o respectivo instrumento ser encaminhado à apreciação do Poder Legislativo.

Art. 36) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO: Composto por 09 Vereadores. 01 Assessor Jurídico e 01 Assessor Geral -Cargos em Comissão. 01 Auxiliar de Serviços Gerais e 01 Técnico Contábil -Cargos Efetivos. A Câmara possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara. Reformar o prédio onde se encontra instalada. Adquirir materiais, equipamentos de informática e sonorização modernos. Adquirir móveis, livros e equipamentos permanentes. Aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores. Ampliar o acervo de sua biblioteca e repor e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades, ampliar a sua estrutura física e repor e preencher o quadro de servidores, realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação Por Tempo Determinado	Despesas	Meses	06	3.400,00	Suprimentos
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	350,00	Suprimentos
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas (com preenchimento -cargos de técnico contábil e secretário geral)	Vencimentos	Meses	13	179.000,00	Suprimentos
319013.00 - Obrigações Patronais (com preenchimento -cargos de técnico contábil e secretário geral)	Encargos	Meses	13	16.000,00	Suprimentos
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	4.500,00	Suprimentos
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Variável	Várias	1.000,00	Suprimentos
339030.00 - Material de Consumo	Material	Várias	Vários	10.000,00	Suprimentos
319034.00 - Outras Despesas Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização	Despesas	Meses	06	8.300,00	Suprimentos
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	1.500,00	Suprimentos

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	35.000,00	Suprimentos
339046.00 - Auxílio Alimentação	Auxílio	Ticket's	Vários	1.747,10	Suprimentos
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Vários	Vários	18.000,00	Suprimentos
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Vários	Unidade	25	4.000,00	Suprimentos
339093.00 - Indenizações e Restituições	Seções Extraordinárias	Meses	4	17.202,90	Suprimentos
TOTAL				300.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

2.01 - PROGRAMA: PESSOAL DO GABINETE

DIAGNÓSTICO: A Estrutura de Gabinete compreende: Prefeito, Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa, Secretário da Junta de Serviço Militar, Chefia de Gabinete, Administrador Distrital e Agente de Controle Interno.

DIRETRIZES: Vencimentos e remuneração.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos, remuneração, subsídio e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	268.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				288.000,00	

ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

2.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNÓSTICO: A estrutura do Gabinete tem como atribuições: Prefeito, Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Assessoria de Imprensa, Administração Distrital, Controle Interno e Chefia de Gabinete.

DIRETRIZES: A Estrutura de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos Oficiais, defesa do interesse do Município, planejamento do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do programa de governo.

OBJETIVOS: Praticar o princípio da transparência, melhorar planejamento e o controle dos atos Oficiais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuição	Várias	Várias	4.800,00	Recursos Próprios
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Várias	Várias	18.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Várias	2.200,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	10.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				46.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

3.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal - 1 Secretário, 15 Servidores Efetivos, 2 Servidores Inativos, bem como a previsão de contratação de mais um servidor.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	13	240.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	20.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.500,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	40.000,00	Recursos Próprios
319011.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	10,00	Recursos Próprios
TOTAL				302.510,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

3.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

DIAGNÓSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Pessoal, Serviço de Suprimentos e Serviço de Patrimônio e Arquivo.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Atender de forma ágil e eficiente o Executivo, as demais secretarias e os Municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Unidade	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Várias	18.000,00	Recursos Próprios
339033.00 - Passagens e Despesas de Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	100,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Diversos	Vários	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	65.000,00	Recursos Próprios
339046.00 - Auxílio - Alimentação	Diversos	Vários	Vários	66.000,00	Recursos Próprios
339018.00 - Apoio Financeiro ao Estudante	Diversos	Vários	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
339093.00 - Indenizações e Restituições	Aplicação	Meses	12	10,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	01	17.451,26	Recursos Próprios
TOTAL				202.561,26	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

4.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria Municipal - 1 Secretário, 5 Servidores Efetivos, 2 Servidores Inativos e 1 Pensionista.

DIRETRIZES: Vencimentos, vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319003.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	12.600,00	Re-cursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	134.000,00	Re-cursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	16.100,00	Re-cursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	52.500,00	Re-cursos Próprios
TOTAL				215.200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

4.02 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: A atividade administrativa compreende: Serviço de Contabilidade e Serviço de Tributação.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Tornar a secretaria mais ágil atendendo de forma eficiente o Executivo, a administração e os contribuintes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuições	Meses	12	60.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias Civil	Diárias	Meses	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Vários	Vários	8.000,00	Recursos Próprios

339033.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	Passagem	Unidade	Várias	100,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Estagiários	Meses	12	12.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	Várias	110.000,00	Recursos Próprios
339047.00 - Obrigações Tributárias e Contribuição	PASEP	Meses	12	85.000,00	Recursos Próprios
469071.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	Capital	Meses	12	40.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				317.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º e 2º, II)

5.01 - PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO ENSINO.

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Ensino de Campo Alegre, concentra em sua sede os trabalhos didáticos pedagógicos e administrativos de 07 Escolas de Educação Básica, 02 Escolas de Ensino Fundamental e 04 Centros de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de Ensino da Rede Pública Municipal

OBJETIVOS: Manutenção e funcionamento das atividades administrativas das Instituições de Ensino.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Meses	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	12.000,00	Recursos Próprios

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	30.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Várias	20.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipa- mento e Material Permanente	Equipamen- tos	Vários	Vários	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				63.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR-
TO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.02 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIAGNOSTICO: Estão lotados nesta Secretaria: 01 Secretário, 118 Servi-
dores Efetivos, 9 Servidores Inativos e 1 Pensionista.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTES
APOIO ADMINIS- TRATIVO					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Vencimen- tos	Meses	13	125.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	17.600,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposen- tadoria e Reformas	Proventos	Meses	13	72.800,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensões	Benefício	Meses	13	14.800,00	Recursos Próprios
ENSINO FUNDA- MENTAL - 60%					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Vencimen- tos	Meses	13	535.000,00	FUNDEF
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	50.000,00	FUNDEF
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	150.000,00	FUNDEF

319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	600,00	FUNDEF
ENSINO FUNDA- MENTAL - 40%					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Vencimen- tos	Meses	13	150.000,00	FUNDEF
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	20.000,00	FUNDEF
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	4.000,00	FUNDEF
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	6.000,00	FUNDEF
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.000,00	FUNDEF
ENSINO INFANTIL					
319011.00 - Venci- mentos e vantagens fixas	Vencimen- tos	Meses	12	445.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	50.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	2.700,00	Recursos Próprios
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	8.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesa	Variável	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				1.655.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.03 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A Rede Municipal de ensino conta atualmente com 02 Escolas do Ensino Fundamental, 07 Escolas de Educação Básica e previsão de implantação da quinta série em Bateias de Cima, atendendo no total 858 alunos.

DIRETRIZES: Proporcionar melhoria na qualidade de ensino municipal, implantar o Programa da Descentralização Financeira para racionalizar e otimizar os recursos disponíveis.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	25.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	1.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	28.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	01	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				56.600,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.04 - PROGRAMA: SERVIÇO DE ENSINO INFANTIL - CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRÉ-ESCOLARES

DIAGNÓSTICO: O Município de Campo Alegre possui 07 Pré-escolares nas Escolas de Educação Básica e 04 Centros Municipais de Educação Infantil que atendem 431 alunos com faixa etária entre 4 meses a 6 anos.

DIRETRIZES: Cumprimento das duas funções complementares e indissociáveis da Educação Infantil: cuidar e educar, proporcionando condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e implantar o Programa de Descentralização Financeira buscando racionalização e otimização dos recursos disponíveis.

OBJETIVOS: Estabelecer ações que visem a adequação progressiva dos Centros Municipais de Educação Infantil às exigências da lei, a expansão de atendimento, garantindo a qualidade educacional.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	400,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	12	20.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Vários	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Diversos	Vários	12	1.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Vários	12	12.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	12	100,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Vários	03	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				36.600,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.05 - PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR PARA REDE DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL

DIAGNÓSTICO: Os alunos beneficiados, os regularmente matriculados nas Escolas de Educação Básica e Ensino Fundamental e Centro Municipal de Educação Infantil.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade da Merenda Escolar, através de cardápios elaborados com orientação de nutricionista.

OBJETIVOS: Formação de bons hábitos alimentares, redução da evasão escolar e da repetência.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Alimentos	Várias	Várias	28.000,00 29.580,00 3.823,00	Recursos Próprios PNAE PNAC
TOTAL				61.403,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.06 - PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Os recursos da quota do Salário Educação são alocados em Programas e Projetos de Ensino Fundamental.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade educacional do Ensino Fundamental no Município.

OBJETIVOS: Propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	5.000,00	Salário Educação
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	5.000,00	Salário Educação
449051.00 - Obras e Instalações	Construção	Unidade	06	81.450,12	Salário Educação

449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	5.000,00	Salário Educação
TOTAL				96.450,12	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.07 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: Conceder acesso aos alunos para o Ensino Fundamental Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Desenvolvimento de ações para manutenção e melhoria do Ensino Fundamental, erradicando o analfabetismo e a evasão escolar.

OBJETIVOS: Desenvolver as metas propostas para qualificar a educação municipal, propiciando a melhoria de condições no transporte escolar.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Passes	Unidade	Vários	423.600,00 86.580,00 38.014,10	Recurso Próprio Convênio PNATE
TOTAL				548.194,10	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.08 - PROGRAMA: BOMBEIROS MIRINS DE CAMPO ALEGRE - DIVISÃO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: Resgate da cidadania, incluindo esta atividade como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: Trabalho sobre cidadania, conhecimento do trabalho do bombeiro, desenvolvimento da prática esportiva, importância de um bom relacionamento com outras pessoas, expansão de conhecimentos básicos sobre a importância de viver em comunidades e auxiliar em suas campanhas.

OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos, uma reflexão referente a cidadania e a sua existência como ser humano.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Meses	12	8.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				8.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.09 - PROGRAMA: CORAL FEMININO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE - SERVIÇO DO APOIO ADMINISTRATIVO

DIAGNÓSTICO: A educação da personalidade do educando, encarada sob seu aspecto global tem na música o mais alto elemento de socialização e ajustamento. A formação de um coral em nosso Município, além de desenvolver o senso rítmico e a acuidade auditiva, servirá como ação sócio-educativa solicitada pelo Programa "Bolsa Escola".

DIRETRIZES: O Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, será um marco para o Município. O canto combate à agressividade, canaliza o excesso de energia; desenvolve o espírito de iniciativa e a auto-expressão, além de propiciar iguais oportunidades a todos, integrando o indivíduo ao seu meio ambiente.

OBJETIVOS: Despertar ou ampliar o gosto pela música. Treinar a habilidade de construção de instrumento, com a utilização de materiais simples, favorecer a dicção através da articulação das palavras e contribuir para o desenvolvimento global dos alunos.

AÇÕES	PRODUTO	UN. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenção	Meses	12	8.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				8.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5.10 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades culturais. O Município possui uma Banda Musical, uma Escola de Música, um Espaço Cultural, uma Casa da Cultura, três Grupos Folclóricos, um Grupo de Dança e para administrar estes recursos estão lotados 6 professores de música, uma zeladora e um diretor.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de habilidades artísticas envolvendo a música, o teatro, a dança e artes visuais, aquisição e manutenção de equipamentos, promoção de eventos culturais, intercâmbios, cursos e campanhas culturais e sociais.

OBJETIVOS: Integração cultural sobre as produções artísticas, individuais e coletivas de distintas culturas e época, integração esportiva no Município e outros municípios, para descoberta de novos talentos e trabalhar com a juventude profissional artística.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	1.000,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	57.500,00	Recursos Próprios
335041.00 - Contribuições	Repasse	Parcela	01	15.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	3.600,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	12	600,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	1.600,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	10.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	8.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	5.000,00	Recursos Próprios

TOTAL				104.300,00	
-------	--	--	--	------------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II) D

5.11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

DIAGNÓSTICO: Recursos destinados à manutenção das atividades desportivas. O Município possui, um Ginásio de Esportes, uma Praça de Esportes e várias quadras poliesportivas. Tem previsão de lotar 1 professor de Educação Física.

DIRETRIZES: Propiciar o desenvolvimento de atividades desportivas e promover campeonatos esportivos.

OBJETIVOS: Integrar e incentivar, principalmente, a juventude para a prática de esportes no Município e promover a participação do Município em outros Municípios através de eventos da FESPORTE e outros órgãos que oferecerem a oportunidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Vencim e Encargos	Meses	13	12.600,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	12	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.500,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	2.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	8.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Unidade	01	10.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Vários	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				39.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II) D

5.12 - PROGRAMA: ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

DIAGNÓSTICO: No 18º dia do mês de março o município comemora o seu aniversário, data que não podemos deixar passar sem alguma festividade.

DIRETRIZES: Proporcionar uma semana de lazer esportivo e cultural à população do município.

OBJETIVOS: Elaborar um programa de apresentações artísticas, culturais e esportivas, afim de integrar todas as pessoas, distribuir premiações aos atletas que se destacarem nas competições esportivas, confeccionar convites para os eventos e outros que se fizerem necessário.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	300,00	Recursos Próprios
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Prêmios	Unidade	Vários	500,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	01	500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	01	1.200,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.01 - PROGRAMA: PESSOAL DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MUNICIPAL

DIAGNÓSTICO: Estão lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social - 1 Secretário e 41 Servidores Efetivos.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, remuneração e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	500,00	Recursos Próprios
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Serviços	Meses	13	85.000,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	732.000,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Diversas	Meses	12	20.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	70.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				907.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.02 - PROGRAMA: REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO INTERIOR.

DIAGNÓSTICO: O Município possui seis unidades de saúde, sendo cinco no interior que necessitam de reformas e reparos.

DIRETRIZES: Reforma e manutenção das Unidades de Saúde do Município.

OBJETIVOS: Adequar a estrutura dos Postos de Saúde de Fragosos e Santana às necessidades para desenvolver ações de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Reforma	Unidade	Vários	15.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				15.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL. DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6.03 - PROGRAMA: PESSOAL DO SERVIÇO DE BEM ESTAR SOCIAL

DIAGNÓSTICO: Estão lotados no Serviço de Bem Estar Social - 4 Servidores Efetivos e 1 Servidor Inativo.

DIRETRIZES: Vencimento e vantagens fixas e proventos.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	12.500,00	Recursos Próprios
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Servidores	Meses	12	40.500,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	4.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário-Família	Salário Família	Meses	12	100,00	Recursos Próprios

TOTAL				57.100,00	
-------	--	--	--	-----------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º e 2º, II)
6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PESSOAL DO CONSELHO TUTELAR

DIAGNÓSTICO: O Conselho Tutelar é formado por cinco Conselheiros.

DIRETRIZES: Remuneração dos Conselheiros e outras despesas de manutenção da sede do Conselho Tutelar.

OBJETIVOS: Manter o atendimento a criança e ao adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	1.500,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	27.600,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamento e Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	100,00	Recursos Próprios
TOTAL				33.200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)
7.01 - PROGRAMA: SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: O quadro de servidores desta Secretaria é composto por dois Servidores Efetivos.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	90.000,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	7.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				97.500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)
7.02 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: Carência de Recursos Econômicos e Infra-Estrutura destinada a Assistência Técnica do Setor Primário do Município.

DIRETRIZES: Destinar os Recursos para o Setor Primário, melhoria da Infra-Estrutura Física e Investimentos: Aquisição de Equipamento Áudio-Visual, Participação em Cursos, Seminários e Congressos, Materiais Diversos e Diárias.

OBJETIVOS: Otimização da Infra-estrutura da Assistência Técnica e Melhoria no Atendimento ao Produtor Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos e Serviços	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios

449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	1	5.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Diversos	Vários	Vários	8.000,00	Recursos Próprios
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Meses	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				18.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.03 - PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS COM SINDICATO RURAL, EPA-GRI, ACIACA, CDL e Consórcio Quiriri.

DIAGNOSTICO: A realidade demonstra a existência de trabalhos isolados entre as diversas entidades do Município que possui ainda empresas informais e não associadas a entidades de classe, há ainda a evasão dos consumidores a outros centros comerciais. O produtor comercializa produtos sem valor agregado (in natura), necessitando de organização para melhorar a sua renda.

DIRETRIZES: De acordo com a legislação vigente incentivar as empresas locais a participarem de processo licitatório e oferecer alternativas de agregação de renda aos produtos, certificando-os com o selo do Consórcio Quiriri, organização da classe produtora no Município e realização de convênios.

OBJETIVOS: Otimizar os resultados das atividades rurais desenvolvidas pelo Poder Público e pelas diversas entidades do Município, bem como estimular o associativismo, fortalecer o comércio local dando preferência na aquisição de produtos e serviços no Município e implantação de agroindústrias familiares.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições a Entidades sem fins Lucrativos	Convênio	Meses	12	31.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				31.600,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.04 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS.

DIAGNOSTICO: O alto custo das sementes e mudas tem dificultado o acesso dos pequenos produtores na aquisição das sementes.

DIRETRIZES: .Dar oportunidade ao acesso de pequenos produtores na aquisição de forma subsidiada, de sementes de milho, sementes de hortaliças, mudas de batata-salsa e mudas de árvores frutíferas

OBJETIVOS: Melhorar a Renda do pequeno agricultor, incrementar a produção das culturas em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Saca	600	32.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Sementes	Envelope	3.000	2.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Unidade	2.000	7.000,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Mudas	Caixa	1.600	5.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				46.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.05 - PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: Necessidade de Acesso a Eventos para Troca de Experiências, realização de negócios e confraternização.

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização e realização da Festa da Ovelha, Expoama, Ambiental 2004 e Encontro Estadual de Apicultura.

OBJETIVOS: Oportunizar a participação em eventos, proporcionando a concretização de negócios, troca de experiências e confraternização

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				20.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.06 - PROGRAMA: PROMOÇÃO DE CURSOS E VIAGENS PARA AGRICULTORES E INCENTIVO À PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS.

DIAGNOSTICO: Necessidade de qualificação dos produtores e profissionalização dos jovens visando à diminuição do êxodo rural.

DIRETRIZES: Oportunidade de participação dos agricultores jovens rurais em cursos, seminários, palestras e viagens a feiras.

OBJETIVOS: Qualificação e manutenção de agricultores e jovens rurais no campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Palestras	Evento	10	500,00	Recursos Próprios
TOTAL				500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.07 - PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: O alto custo e dificuldade de acesso ao crédito, para o custeio e investimento na aquisição de insumos e implementos agrícolas.

DIRETRIZES: Organizar os produtores, incentivando e facilitando o acesso a linhas de crédito para a compra de insumos e implementos agrícolas, auxiliando a montar planos de negócios, projetos e outros.

OBJETIVOS: Acesso dos produtores na compra de insumos e implementos agrícolas em geral de forma facilitada e desburocratizada, facilitando o acesso ao Crédito Rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
Recursos previstos na Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.08 - PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: O solo do nosso Município é excessivamente ácido e conseqüentemente de baixa produtividade.

DIRETRIZES: Distribuição de calcário de forma gratuita para os agricultores que apresentam - Análise de Solo, Bloco de Nota Fiscal de Produtor Rural e CPF.

OBJETIVOS: Correção do solo para produção agropecuária, conseqüentemente aumentar a produtividade, melhorar o plantel e implementar o movimento econômico do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDID	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Calcário	Tonelada	3.000	42.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				42.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.09 - PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS.

DIAGNOSTICO: O Município possui grande número de pequenos produtores rurais e que não possuem estrutura para manutenção das atividades existentes, surgindo a necessidade do Poder Público auxiliar para mantê-lo no campo evitando o êxodo rural.

DIRETRIZES: Realização de obras de infra-estrutura básica através da Secretaria de Planejamento e Obras.

OBJETIVOS: Beneficiar pessoas que tenham na agricultura sua atividade principal, executando trabalhos de terraplanagem, inclusive para habitação rural, ensaibramento de acessos a propriedades, construção de açudes e outros, tendo como objetivo a permanência do homem no campo e a melhoria da qualidade de vida do produtor rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
Ações desenvolvidas com recursos já previstos na Secretaria de Obras					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.10 - PROGRAMA: PRÓ MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Carência na divulgação do meio ambiente e seus recursos naturais e necessidade de conscientização das crianças, adolescentes quanto às questões ambientais, buscando usar a natureza como recurso sustentável no Município.

DIRETRIZES: Divulgar e educar a população do Município inclusive nas escolas em relação a conservação do Meio Ambiente através de folders, cartilhas ecológicas, palestras, campanhas, cursos realizados pelo Município e por entidades como SENAR e EPAGRI.

OBJETIVOS: Conscientização dos alunos da rede escolar Municipal e Estadual e da população, tornando-os capazes de exercer sua cidadania e o respeito ao Meio Ambiente.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diversos	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos Próprios

TOTAL				1.000,00	
-------	--	--	--	----------	--

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.11 - PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO: Necessidade de organizar as ações relativas às questões Ambientais.

DIRETRIZES: Apoiar a Criação da Fundação do Meio Ambiente.

OBJETIVOS: Criação do COMDEMA e aquisição de materiais para reuniões.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
Custos previstos na Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.12 - PROGRAMA: PARTICIPAÇÃO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS AMBIENTAIS.

DIAGNOSTICO: A comunidade não participa de forma efetiva, existem poucos eventos no município.

DIRETRIZES: Intensificar a participação, a promoção e divulgação.

OBJETIVOS: Promover eventos ambientais: Semana da Água; Meio Ambiente; Dia da Proteção da Floresta e outras datas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Diversos	Vários	2.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.13 - PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM A SOCIEDADE

DIAGNOSTICO: Alta incidência do Simulídeo em nosso Município.

DIRETRIZES: Contribuição à Associação de Combate ao Borrachudo para em parceria fazer a aplicação do produto em todos os locais afetados pelo inseto.

OBJETIVOS: Controlar a incidência do Borrachudo a nível tolerável para gradativamente eliminar o incômodo causado pelo inseto melhorando a qualidade de vida da população e melhorando a estadia dos turistas.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contribuições	Contribuição	Meses	12	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				30.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.14 - PROGRAMA: DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DO MUNICÍPIO ASSOCIADO ÀS SUAS BELEZAS NATURAIS E PROMOÇÃO DO TURISMO RURAL, AGRO E ECO.

DIAGNOSTICO: O Município possui Potencial Turístico, conforme diagnósticos Turísticos da EMBRATUR e propriedades rurais com potencial turístico ainda não aproveitado.

DIRETRIZES: Cadastramento turístico e divulgação a nível regional, estadual, nacional e internacional em relação aos seus recursos naturais, Programa de Incentivo a Feira Livre, manutenção do Centro de Informações Turísticas, manutenção e adequação do calçadão como local para realização de feiras livres e eventos culturais, Projeto Paisagístico da SC 301, Programa de Incentivo à Jardinagem e restauração de Imóvel Histórico.

OBJETIVOS: Promover o turismo rural, agro e eco.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos Próprios

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Várias	7.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Materiais	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Várias	8.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Unidade	1	22.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				41.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art.4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.15 - PROGRAMA: INCENTIVO Á INDÚSTRIAS

DIAGNOSTICO: Necessidade de atrair novas indústrias e fortalecer as indústrias locais.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura básica: vias de acessos, rede de energia elétrica, rede de água e telefone, terraplanagem e ensaibramento.

OBJETIVOS: Geração de emprego e desenvolvimento da economia local.

AÇÕES	PRODUTO	UNI.MED	META	VALOR	FONTE
Ações desenvolvidas com recursos previstos na Secretaria de Obras (Gestão administrativa do órgão)					
TOTAL					

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.16 - PROGRAMA: APOIAR E PARTICIPAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENTIDADES DE CLASSES PATRONAIS E LABORAIS

DIAGNOSTICO: Falta de integração entre as classes patronais e laborais

DIRETRIZES: Apoiar iniciativas de organização das classes incentivar pequenas cooperativas de bairro em parceria com o Serviço de Assistência Social à comunidade.

OBJETIVOS: União das classes patronais e laborais na área industrial, comercial e agropecuária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Cursos	Unidade	10	0,00	SINE/SENAR/SE-NAC/SENAI E SEBRAE
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.01 - PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DIAGNOSTICO: A secretaria possui 1 Secretário, 43 Servidores Efetivos, 3 Servidores Inativos, 1 Pensionista e o pagamento de complemento a mais 4 Servidores Inativos aposentados pelo Regime Geral da Previdência.

DIRETRIZES: Vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento de vencimentos e vantagens fixas, proventos e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimento	Meses	13	478.000,00	Recursos Próprios

319001.00 - Aposentadorias e Reformas	Proventos	Meses	13	22.500,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensões	Proventos	Meses	13	17.800,00	Recursos Próprios
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	50.000,00	Recursos Próprios
319009.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	4.600,00	Recursos Próprios
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Meses	12	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				602.900,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.02 - PROGRAMA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) quilômetros de Vias Urbanas não pavimentadas.

DIRETRIZES: Construir a sub-base e tubulação pluvial para pavimentação, recuperação de pavimentação existente.

OBJETIVOS: Urbanizar ruas, reduzir o número de ruas não pavimentadas, recuperar a pavimentação de lajotas sextavadas em diversas ruas do Município, e ou efetuar também pavimentação comunitária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Pavimentação	M2	Vários	50.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				50.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.03 - PROGRAMA: ÁGUA POTÁVEL

DIAGNOSTICO: Comunidade sem abastecimento de água potável

DIRETRIZES: Implantação de abastecimento de água potável em comunidades.

OBJETIVOS: Firmar Convênio para implantação de Rede Hidráulica

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Implantação Rede de Água Potável	Rede	ml	3	10.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				10.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.04 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS

DIAGNOSTICO: Há necessidade de renovar a frota.

DIRETRIZES: Implementação dos serviços de transporte

OBJETIVOS: Melhorar a manutenção de vias públicas e outros serviços em geral.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Aquisição de Retroescavadeira e Motoniveladora	Máquina	Unidade	1	300.000,00 200.000,00	Recursos Próprios Operação de Crédito
TOTAL				500.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.05 - PROGRAMA: RECUPERAR VIAS PUBLICAS E INCENTIVAR AS INDÚSTRIAS E PROPRIEDADES RURAIS PARA DESENVOLVER A ECONOMIA DO MUNICÍPIO

DIAGNOSTICO: O Município possui um extenso território e uma economia baseada nas atividades agro silvo pastoris, assim como na indústria e comércio. Portanto, existe a necessidade de conservar permanentemente as vias públicas, auxiliar na infraestrutura dos produtores rurais e industriais, garantindo assim o pleno funcionamento das atividades econômicas, mantendo as condições de emprego e renda da população.

DIRETRIZES: Melhorar a manutenção das estradas vicinais, vias urbanas, infra-estrutura para indústria, comércio e para as propriedades agro silvo pastoris.

OBJETIVOS: Recuperar as estradas vicinais, bueiros, pontes, vias públicas urbanas pavimentadas ou não, proporcionar infra-estrutura para instalação de novas indústrias e das já existentes, bem como dar condições para que os produtores rurais ampliem suas atividades e permaneçam no campo.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Diversos	Vários	45.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				70.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.06 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E OBRAS

DIAGNOSTICO: A secretaria possui o setor de planejamento que elabora os projetos e dá condições de que as obras sejam realmente implementadas no município.

DIRETRIZES: Garantir o processo normal de planejamento e execução de obras, bem como suprir as necessidades de materiais e serviços necessários.

OBJETIVOS: Manter e abastecer a secretaria com materiais de construção, tubos, madeira, energia elétrica, água, iluminação pública, serviços com profissionais técnicos, empresas especializadas, coleta, transporte e deposição final do lixo e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Pessoal Civil	Diárias	Diversos	Várias	1.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	20.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	465.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				487.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.07 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O município possui 1 moto, 2 veículos, 1 toyota, 8 caminhões, 6 equipamentos pesados e 1 britador fixo à disposição da Secretaria de Obras.

DIRETRIZES: Manutenção e conservação dos equipamentos, veículos e máquinas.

OBJETIVOS: Manter a frota municipal em plenas condições de funcionamento, ou seja, garantir recursos para as despesas com combustíveis, pneus, lubrificantes, peças, consertos, reparos, seguros, emplacamentos, materiais de limpeza e outros que se fizerem necessários.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Diversos	Vários	360.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	100,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	80.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				440.100,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.08 - PROGRAMA: ATERRO SANITÁRIO

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda um Aterro Sanitário conforme as exigências Ambientais.

DIRETRIZES: Adequar um local para Recebimento de Lixo Doméstico.

OBJETIVOS: Implantar um novo Aterro Sanitário dentro das Regras Estabelecidas de Acordo com a Legislação Ambiental.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Materiais	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Área	M2	01	10.000,00	Recursos Próprios
449051.00 - Obras e Instalações	Obra	Diversos	Vários	10.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				30.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.09 - PROGRAMA: MORAR BEM

DIAGNOSTICO: DÉFICIT HABITACIONAL

DIRETRIZES: AUXILIO MORADIA

OBJETIVOS: Implantação de Fundo ou Empresa Habitacional Municipal, realização de Projeto e de Infraestrutura no Centro e no Distrito de Fragosos e ou aquisição de terreno no Distrito de Bateias de Baixo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
459061.00 - Aquisição de Imóveis.	Terreno	M²	01	20.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	Projeto	Um	01	30.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				50.000,00	

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, PARÁGRAFO 1º E 2º, II)

9.01 PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam Reserva de Contingência.

DIRETRIZES: Reserva par constituir a Reserva de Contingência.

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos surgidos no decorrer da Execução Orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
999999.99 - Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	120.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				120.000,00	

ÓRGÃO: INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNIC. CAMPO ALEGRE - IPRECAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

1 - PROGRAMA: INSTITUTO PREVIDÊNCIA DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNIC.CAMPO ALEGRE - IPRECAL

DIAGNOSTICO: O Regime Próprio de Previdência possui 237 servidores vinculados ao Instituto.

DIRETRIZES: Administrar o Instituto Próprio de Previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária.

OBJETIVOS: Constituir um fundo capaz de garantir aposentadoria dos Servidores Públicos e pensão a seus dependentes.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e vantagens fixas	Vencimentos	Meses	12	100,00	Recursos Próprios

339047.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Encargos	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
339035.00 - Assistência Jurídica	Serviço	Meses	12	6.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviço	Unidade	Vários	18.000,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviço	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.500,00	Recursos Próprios
339093.00 - Indenizações e Restituições	Indenizações	Meses	12	2.500,00	Recursos Próprios
319001.00 - Aposentadoria e Reforma	Segurado	Unidade	03	85.000,00	Recursos Próprios
319003.00 - Pensão	Pensionista	Unidade	1	35.000,00	Recursos Próprios
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Material	Unidade	Vários	1.000,00	Recursos Próprios
999999.00 - Reserva de Contingência	Reserva	Meses	48	682.200,00	Recursos Próprios
TOTAL				841.300,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

1 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE (PAB-A)

DIAGNÓSTICO: O Município possui na rede básica 6 Unidades de Saúde.

DIRETRIZES: Aquisição de material e equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.

OBJETIVOS: Atendimento á população em geral, conforme determina parâmetros/Portaria do Ministério da Saúde

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	Vários	87.000,00	Recursos do PAB-A

449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	5.000,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				92.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNÓSTICO: O Município dispõe de projeto de implantação, bem como a aquisição de um veículo com capacidade para cinco ocupantes que será destinado ao PSF.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do módulo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral contínua na Unidade de Saúde e no domicílio, interferindo sobre os fatores de risco aos quais a população está exposta fazendo com que a saúde seja reconhecida como um direito de cidadania e, portanto, expressão de qualidade de vida

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado	Vencimentos e Encargos	Meses	07	31.700,00	Recursos do PSF PACs
339030.00 - Material de Consumo	Material Cons	Meses	Vários	28.670,00	Recursos do PSF
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	10.000,00	Recursos do PSF
TOTAL GERAL				70.370,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

3 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE BUCAL

DIAGNÓSTICO: O Município possui na Rede Básica de Ensino 1875 Alunos na faixa etária de 06 a 14 anos - atende-se no programa 1875 Alunos da Rede Municipal e Estadual

DIRETRIZES: Ampliar o número de atendimentos, atendendo anualmente 100% das crianças nesta faixa etária, totalizando 1875 alunos

OBJETIVOS: Prevenção e saúde bucal aos alunos da Rede Escolar Municipal e Estadual. O programa será desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de atividades a serem desenvolvidas: Escovação supervisionada, palestras, bochechos fluorados semanalmente, distribuição de creme dental, escovas e flúor, bem como a realização de gincana sobre o tema Saúde Bucal, entre os estudantes, premiando os melhores trabalhos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Várias	3.750	3.500,00	Recursos do PAB-A
TOTAL				3.500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

4 - PROGRAMA: ASSISTÊNCIA HOSPITALAR/PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNÓSTICO: Contrato firmado pela Prefeitura Municipal, para pagamento consultas de Urgência/Emergência e Pronto Atendimento.

DIRETRIZES: Continuidade do atendimento, trabalho conjunto com o Hospital São Luiz.

OBJETIVOS: Atendimento da demanda de consultas conforme firmado entre as partes para assistência médica/ambulatório em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Contrato	Unidade	01	175.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				175.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTO/ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui um setor de TFD - Tratamento Fora do Domicílio para encaminhamento de consultas especializadas.

DIRETRIZES: Custear as despesas de pacientes para a rede SUS, que necessitam tratamento de média e alta complexidade em contra referências.

OBJETIVOS: Garantir transporte através de veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Pagamento de tickets - passagens rodoviárias ou aéreas, despesas com pernoite e alimentação aos pacientes em tratamento fora do domicílio. Pagamento de exames e consultas, e outras despesas com o CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos do MAC/TFD
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	6.900,00	Recursos do MAC/TFD
TOTAL				11.900,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

6 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui uma Farmácia Básica instalada no Posto de Saúde Central, contém aproximadamente 127 itens de medicamentos, atendendo em média de 1.015 pacientes por mês, atendendo os Postos de Saúde do Distrito de Fragosos, Bateias de Baixo, Localidade de Bateias de Cima e Santana.

DIRETRIZES: Aquisição de medicamentos básicos

OBJETIVOS: Atender a demanda nas Unidades de Saúde, garantindo tratamento preventivo e curativo a população carente de nosso município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Medicamentos	Vários	Vários	12.560,00 7.500,00 46.000,00	Recursos da União Recursos do Estado Recursos Próprios
TOTAL				66.060,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

7 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNÓSTICO: Desenvolver ações acordadas entre o Município e o Estado, na PPI Epidemiológica Notificação Investigação de Agravos, Alimentação dos: SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, vacinação de rotina e outras campanhas.

DIRETRIZES: Aquisição de material de expediente, voltados para ações de Vigilância Epidemiológica, material educativo, capacitação de recursos humanos, alimentação para funcionários em campanhas e uniformes.

OBJETIVOS: Implantar as ações de controle de doenças e endemias na população em geral, diminuindo o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	2.000,00	Recursos da PPI
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	17.669,92	Recursos da PPI
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	5.000,00	Recursos da PPI
449052.00 - Equipamentos e Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	2.000,00	Recursos da PPI
TOTAL				26.669,92	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

8 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIAS

DIAGNÓSTICO: O município distribui medicamentos especiais e custeia tratamentos especializados.

DIRETRIZES: Atendimento de pacientes, nos tratamentos contínuos.

OBJETIVOS: Aquisição de medicamentos, encaminhamento para consultas e exames especializados via SUS ou custeados pelo Fundo Municipal de Saúde, tratamento odontológico, auxílio transporte e outros.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de distribuição gratuita	Medicamentos	Vários	Vários	0,00	Medicamentos adquiridos pelo Programa Farmácia Básica
TOTAL				0,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

9 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O Setor de Vigilância Sanitária possui dois profissionais de nível médio e um de nível superior.

DIRETRIZES: Municipalizar as ações de média e alta complexidade, conforme Portaria do Ministério da Saúde, arrecadar taxas, aquisição de um veículo utilitário, material de consumo, confecção de panfletos, participação em cursos de capacitação e outros.

OBJETIVOS: Melhorar a Área Sanitária - controle de doenças ocasionadas por inadequação de condições sanitárias, arrecadar de taxas fiscais, incrementar as áreas de Saneamento Básico, eliminar o Aedes Aegypti (dengue), cadastrar fontes de abastecimento de água, coleta e análise de amostras de água.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos da Vigilância Estadual,

339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	3.000,00	Federal e Taxa de Fiscalização Sanitária
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.850,33	
449052.00 - Equipamento e Material Permanentes	Veículo	Unidade	Vários	4.000,00	
TOTAL				13.350,33	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

10 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS

DIAGNÓSTICO: Há um grande número de pacientes, portadores de doenças que necessitam de acompanhamento e tratamento específico, tais como: diabetes melitus, hipertensão arterial, oncologia, doenças mentais e outros.

DIRETRIZES: Realização de consultas, verificação de pressão arterial e fornecimento de medicamentos específicos

OBJETIVOS: Oferecer medicamentos específicos, materiais e equipamentos necessários para atender a demanda de pacientes.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	55.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				55.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

11 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde necessita de equipamentos, materiais e serviços para sua manutenção e implementação de novos programas de Saúde.

DIRETRIZES: Manutenção das atividades administrativas e implementação novas atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

OBJETIVOS: Proporcionar um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	24.000,00 3.500,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	90.000,00 8.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	7.000,00 3.000,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	26.000,00 15.650,00	Recursos Próprios Recursos do PAB-A
449052.00 - Equipamentos e Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	2.000,00	Recursos do PAB-A
TOTAL DE RECURSOS DO PAB-A					
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS					
TOTAL GERAL				32.150,00 147.000,00 179.150,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

12 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E TERAPÊUTICA AOS MUNICÍPIOS

DIAGNÓSTICO: Há a necessidade de exames e consultas especializadas que serão realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMUNESC, assim como existe também uma grande demanda de pacientes com solicitações de medicamentos excepcionais, que não estão elencados na lista dos itens básicos, bem como solicitações de exames, consultas especializadas, que não são ofertadas pelo SUS. Há de se considerar um índice elevado de pessoas com distúrbios mentais (drogas/psíquicos), que além de medicamentos, consultas e exames necessitam de internação urgente quando comprovado risco iminente de vida.

DIRETRIZES: Custear despesas destes pacientes considerando dispositivo constitucional: equidade e universalidade.

OBJETIVOS: Garantir direito de atendimento e tratamento adequado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Várias	3.780,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	18.000,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	66.282,40 (CIS) 25.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				113.062,40	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

13 - PROGRAMA: CONVÊNIO COM PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PROCEDIMENTOS PAB-A, E SUBVENÇÃO SOCIAL PARA O HOSPITAL SÃO LUIZ.

DIAGNÓSTICO: Entidade sem fins lucrativos.

DIRETRIZES: Repasse de recursos a Entidade sem fins Lucrativos, pagamento de procedimentos básicos realizados.

OBJETIVO: Repasse mensal de Subvenção Social, e pagamento dos procedimentos básicos realizados

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidades	12	25.000,00	Recursos do PAB-A
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	12	19.800,00	Recursos Próprios
TOTAL				44.800,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

14 - PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNÓSTICO: A rede pública atende 1.086 crianças e 546 gestantes, destas são beneficiadas com suplementação alimentar 57 crianças e as gestantes recebem orientação nutricional.

DIRETRIZES: Melhoria no atendimento a gestante de risco nutricional e desnutrida, também fazendo a reposição nutricional a crianças de 06 a 59 meses.

OBJETIVO: Atender as crianças de 06 a 59 meses e gestantes em nosso município, visando prevenir riscos nutricionais, realizando assim a reposição nutricional.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidades	Vários	8.640,00	Recursos do SISVAN
TOTAL				8.640,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

1 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNÓSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do setor.

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos, proporcionarão um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diárias	Unidade	Várias	800,00	Recursos Próprios
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	800,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				5.600,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

2 - PROGRAMA: TRANSPORTE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: Fornecimento de Ticket para o Transporte Coletivo, Inter-municipal e Interestadual.

DIRETRIZES: Aumentar o atendimento a pessoas carentes.

OBJETIVOS: Proporcionar atendimento aos carentes que serão encaminhados ao atendimento médico fora do domicílio, bem como aos que irão em busca de trabalho ou até mesmo fixar residência em outros municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Ticket	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
TOTAL				2.500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

3 - PROGRAMA: FOTOS PARA CARENTES

DIAGNÓSTICO: Programa já está implantado.

DIRETRIZES: Expansão ao atendimento dos necessitados.

OBJETIVOS: Conceder ajuda financeira para aquisição de fotos para confecção de documentos pessoais a cada cidadão carente.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	500,00	Recursos Próprios
TOTAL				500,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

4 - PROGRAMA: ATAÚDE PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: O programa já encontra-se implantado.

DIRETRIZES: Manutenção conforme a necessidade da demanda

OBJETIVOS: Atendimento aos carentes, na aquisição de ataúdes - funeral, bem como traslado quando extremamente necessário.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Material	Unidade	Vários	2.500,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	700,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.200,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

5 - PROGRAMA: REPASSE A INSTITUIÇÕES.

DIAGNÓSTICO: Existem no município 10 instituições que proporcionam atendimento para crianças, adolescentes e mães.

DIRETRIZES: Subvencionar recursos através do Governo Municipal objetivando a continuidade dos trabalhos já existentes e criação de novas Instituições.

OBJETIVOS: Visitas, reuniões semanais, com temas e trabalhos aos assistidos, incentivando a comercialização dos produtos por eles confeccionados, recurso mensal para manutenção e pagamento de monitores.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	Subvenções	Unidade	10	24.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				24.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, I)

6 - PROGRAMA: FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CARENTES.

DIAGNÓSTICO: O programa já foi implantado e é mantido com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social oriundos do Governo Municipal.

DIRETRIZES: Expandir este atendimento proporcionando melhores condições de conforto ao paciente carente.

OBJETIVOS: Evitar que o paciente carente contraia outras doenças ocasionais. Efetuar visitas domiciliares mensais com o objetivo de avaliar a necessidade do uso das fraldas geriátricas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Fraldas	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				4.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

7 - PROGRAMA: CESTAS BÁSICAS

DIAGNÓSTICO: Já existe o programa de atendimento com cestas básicas a famílias carentes, com distribuição de 50 unidades/mês.

DIRETRIZES: Manter o programa para atender somente desempregados.

OBJETIVOS: Atender em caráter de emergência os chefes de famílias desempregados, por um período de três meses após confirmação de carência pelo serviço social.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Cesta Básica	Unidade	600	27.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				27.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

8 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: Há no Município pessoas carentes que necessitam de próteses odontológicas e auditivas.

DIRETRIZES: Implantação do programa visando atender a necessidade da população carente em relação a pessoas adultas com problemas odontológicos e também em casos de próteses auditivas.

OBJETIVOS: Fornecer próteses às pessoas carentes do município

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Próteses auditivas	Unidade	Vários	3.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				3.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

9 - PROGRAMA: BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) - REVISÃO DO BENEFÍCIO

DIAGNÓSTICO: O Município possui idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do INSS, em torno de 17 beneficiários, sujeitos a revisão a cada dois anos conforme preconiza a loas que deve ser feito por profissional assistente social. os recursos são oriundos da união com contrapartida municipal de 20%.

DIRETRIZES: Através de convênio o Município recebe recursos para custear as despesas do assistente social na realização das revisões dos benefícios.

OBJETIVOS: Revisar os benefícios dos idosos e portadores de deficiência que recebem benefício do BPC através do INSS.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	0,00	Recursos Próprios

TOTAL				0,00	
-------	--	--	--	------	--

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

10 - PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA.

DIAGNÓSTICO: Há no município dois clubes de idosos, uma escola especial (APAE) e três creches municipais, os quais são mantidos através de recursos da ação continuada do Ministério da Ação Social e recursos do Município.

DIRETRIZES: Repasse de recursos oriundos do Ministério da Ação Social.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das entidades.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
335043.00 - Subvenções Sociais	APAE IDOSOS	Unidade	36	2.500,00 5.400,00	Ministério da Ação Social
339030.00 - Material de Consumo	Creches	Unidade	36	36.765,50	Ministério da Ação Social
TOTAL				44.665,50	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

11 - PROGRAMA: PROGRAMA SAÚDE MENTAL

DIAGNÓSTICO: O Município apresenta um grande número de dependentes químicos e psicóticos.

DIRETRIZES: Tratamento de dependentes químicos e pacientes psicóticos em centros/entidades especializadas, bem como aquisição de medicamentos específicos para os tratamentos.

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e em consequência, famílias mais ajustadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Vários	1.200,00	Recursos Próprios
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Medicamentos	Unidade	Vários	3.500,00	Recursos Próprios
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	2.700,00	Recursos Próprios
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	6.920,00	Recursos Próprios
TOTAL				14.320,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

12 - PROGRAMA: COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

DIAGNÓSTICO: O Município apresenta um alto percentual de famílias carentes e as crianças alto grau de desnutrição.

DIRETRIZES: Fornecer auxílio nutricional através de distribuição de leite em pó às crianças comprovadamente carentes e que apresentam baixo peso e desnutrição.

OBJETIVOS: Atender crianças na faixa etária entre 06 meses a 06 anos de idade em situação de risco pessoal e social, cujas famílias possuem uma renda per capita de até ¼ de salário mínimo.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Leite em pó enlatado	Unidade	Vários	4.000,00	Recursos Próprios
TOTAL				4.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, 1º E 2º, II)

13 - PROGRAMA: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR

DIAGNÓSTICO: O Serviço Social e o Conselho Tutelar dependem do Fundo Municipal de Saúde para a utilização de transporte na realização de visitas domiciliares.

DIRETRIZES: Dispor de um veículo próprio para o setor.

OBJETIVOS: Necessidade de transporte disponível para realização de visitas domiciliares e acompanhamento dos casos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Veículo	Unidade	Vários	0,00	Convênio

TOTAL				0,00	
-------	--	--	--	------	--

ESTADO DE SANTA CATARINA				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE				
META FISCAL DA RECEITA - LDO PARA 2005				
Artigo 4º, Parágrafo 2º, item II da LRF				
		Receita Prevista em R\$ 1,00		
CÓDIGOS	TÍTULOS	2005	2006	2007
1000.00.00	Receitas Correntes	8.475.186,63	9.322.705,29	10.254.975,82
1100.00.00	Receita Tributária	1.210.022,04	1.331.024,24	1.464.126,67
1110.00.00	Impostos	958.605,93	1.054.466,52	1.159.913,18
1112.00.00	Imposto sobre Patrimônio e Renda	512.444,84	563.689,32	620.058,26
1112.02.00	IPTU	310.494,91	341.544,40	375.698,84
1112.04.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	99.379,79	109.317,77	120.249,55
1112.04.21	IRRF sobre Pessoa Jurídica	198,76	218,64	240,50
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	99.181,03	109.099,13	120.009,05
1112.08.00	Imposto s/ a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis	102.570,14	112.827,15	124.109,87
1113.00.00	Imposto sobre a Produção e Circulação	446.161,09	490.777,20	539.854,92
1113.05.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	446.161,09	490.777,20	539.854,92
1120.00.00	Taxas	225.900,57	248.490,63	273.339,69
1121.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	116.894,25	128.583,68	141.442,04

1121.17.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	9.350,33	10.285,36	11.313,90
1121.25.00	Taxa de Licença p/ Funcion. Estab. Comerc/Ind/ Pr. Serv	71.934,87	79.128,36	87.041,19
1121.29.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	13.549,10	14.904,01	16.394,41
1121.99.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	22.059,95	24.265,95	26.692,54
1122.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	109.006,32	119.906,95	131.897,65
1122.28.00	Taxa de Cemitérios	8.048,57	8.853,43	9.738,77
1122.90.00	Taxa de Limpeza Pública	79.981,44	87.979,58	96.777,54
1122.99.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	20.976,31	23.073,94	25.381,34
1130.00.00	Contribuição de melhoria	25.515,54	28.067,09	30.873,80
1130.04.00	Contribuição p/ Pavimentação e Obras Complementares	25.515,54	28.067,09	30.873,80
1200.00.00	Receitas de Contribuições	300.437,51	330.481,26	363.529,39
1220.00.00	Contribuições Econômicas	300.437,51	330.481,26	363.529,39
1220.29.00	Contrib. Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	300.437,51	330.481,26	363.529,39
1300.00.00	Receita Patrimonial	27.970,88	30.767,97	33.844,76
1310.00.00	Receitas Imobiliárias	1.923,92	2.116,31	2.327,94
1311.00.00	Aluguéis	1.923,92	2.116,31	2.327,94
1311.01.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	1.923,92	2.116,31	2.327,94

1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	26.046,96	28.651,66	31.516,82
1322.00.00	Dividendos	1.683,97	1.852,37	2.037,60
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.362,99	26.799,29	29.479,22
1325.01.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.923,56	3.215,92	3.537,51
132502.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	21.439,43	23.583,37	25.941,71
1700.00.00	Transferências Correntes	6.631.737,26	7.294.910,99	8.024.402,08
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	5.652.340,42	6.217.574,46	6.839.331,91
1721.00.00	Transferência da União	2.502.995,94	2.753.295,53	3.028.625,08
1721.01.00	Participação na Receita da União	2.421.213,77	2.663.335,14	2.929.668,66
1721.01.02	Cota - parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.838.448,36	3.122.293,20	3.434.522,52
9721.01.02	Dedução FPM para FUNDEF	(425.767,25)	(468.343,98)	(515.178,38)
1721.01.05	Cota - parte do Imposto sobre a Propried. Territorial Rural	8.532,66	9.385,93	10.324,52
1721.09.00	Outras Transferências da União	81.782,17	89.960,39	98.956,43
1721.09.01	Transfer. Financ. do ICMS-Desoneração LC Nº 87/96	67.493,73	74.243,10	81.667,41

9721.09.01	Dedução de Rec. P/ formação do FUNDEF - ICMS Des.	(10.124,06)	(11.136,47)	(12.250,11)
1721.09.99	Demais transferências da União	24.412,50	26.853,75	29.539,13
1721.22.00	Transferência da Compensação Financeira	177.473,39	195.220,73	214.742,80
1721.22.01	Compensação Financeira Esforço Exportador - CEX	37.417,30	41.159,03	45.274,93
1721.22.60	Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM	111.312,99	122.444,29	134.688,72
1721.09.99	Cota - parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	28.743,10	31.617,41	34.779,15
1721.33.00	Transfer. de Recur. do Sistema Único de Saúde - SUS	26.669,92	29.336,91	32.270,60
1721.33.33	Epidemiologia e Controle de Doenças	26.669,92	29.336,91	32.270,60
1721.34.00	Transferência de Recursos do FNAS - FMAS	44.665,50	49.132,05	54.045,26
1721.35.00	Transferência de Recursos do FNDE	167.865,41	184.651,95	203.117,15
1721.35.01	PNAC	3.823,00	4.205,30	4.625,83
1721.35.02	PNAE	29.578,19	32.536,01	35.789,61
1721.35.03	Salário-Educação	96.450,12	106.095,13	116.704,65
1721.35.04	PNATE	38.014,10	41.815,51	45.997,06
1722.00.00	Transferência do Estado	2.732.670,26	3.005.937,29	3.306.531,02
1722.01.00	Participação na Receita do Estado	2.732.670,26	3.005.937,29	3.306.531,02

1722.01.01	Cota - parte do ICMS	2.849.203,53	3.134.123,88	3.447.536,27
9722.01.01	Dedução ICMS para FUNDEF	(427.380,53)	(470.118,58)	(517.130,44)
1722.01.02	Cota - parte do IPVA	203.397,01	223.736,71	246.110,38
1722.01.04	Cota - parte do IPI sobre Exportação	97.179,65	106.897,62	117.587,38
9722.01.04	Dedução cota-parte IPI sobre Exportação para FUNDEF	(14.576,95)	(16.034,64)	(17.638,11)
1722.99.01	C.I.D.E. - Contribuição s/ combustíveis	24.847,55	27.332,31	30.065,54
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	967.272,03	1.063.999,23	1.170.399,16
1724.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEF	967.272,03	1.063.999,23	1.170.399,16
1760.00.00	Transferências de Convênios	12.124,81	13.337,29	14.671,02
1762.00.00	Transfer. Convênios Estados, Distrit. Federal e suas Ent.	12.124,81	13.337,29	14.671,02
1762.01.00	Convênio com CORREIOS	6.181,25	6.799,38	7.479,31
1762.03.00	Convênio com Trânsito	5.943,56	6.537,92	7.191,71
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	305.018,94	335.520,83	369.072,92
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	64.108,52	70.519,37	77.571,31
1911.00.00	Multas e juros de mora dos tributos	13.078,13	14.385,94	15.824,54
1911.38.00	Multas e Juros de Mora do IPTU	2.897,70	3.187,47	3.506,22
1911.39.00	Multas e Juros de Mora do ITBI	2.743,84	3.018,22	3.320,05

1911.40.00	Multas e Juros de Mora do ISS	6.654,46	7.319,91	8.051,90
1911.98.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição de Melhoria	134,63	148,09	162,90
1911.99.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	647,50	712,25	783,48
1913.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	47.389,03	52.127,93	57.340,73
1913.11.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do IPTU	30.643,88	33.708,27	37.079,09
1913.13.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa do ISS	10.417,64	11.459,40	12.605,34
1913.98.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa da Contr de Melhoria	6.148,01	6.762,81	7.439,09
1913.99.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa de Outros Tributos	179,50	197,45	217,20
1915.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa Outras Receitas	1.237,29	1.361,02	1.497,12
1915.99.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.237,29	1.361,02	1.497,12
1918.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.404,07	2.644,48	2.908,92
1920.00.00	Indenizações e Restituições	200,00	220,00	242,00
1921.00.00	Indenizações	100,00	110,00	121,00

1921.99.00	Outras Indenizações	100,00	110,00	121,00
1922.00.00	Restituições	100,00	110,00	121,00
1922.99.00	Outras Restituições	100,00	110,00	121,00
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	184.696,88	203.166,57	223.483,22
1931.00.00	Dívida ativa tributária	183.412,54	201.753,79	221.929,17
1931.11.00	Dívida Ativa do IPTU	115.586,58	127.145,24	139.859,76
1931.13.00	Dívida Ativa do ISS	43.578,82	47.936,70	52.730,37
1931.98.00	Dívida Ativa da Contribuição de Melhoria	23.935,34	26.328,87	28.961,76
1931.99.00	Dívida Ativa de Outros Tributos	311,80	342,98	377,28
1932.00.00	Dívida ativa não tributária	1.284,34	1.412,77	1.554,05
1932.99.00	Dívida Ativa não Tributária de Outras Receitas	1.284,34	1.412,77	1.554,05
1990.00.00	Receitas Diversas	56.013,54	61.614,89	67.776,38
1990.99.00	Outras Receitas	56.013,54	61.614,89	67.776,38
2000.00.00	Receitas de Capital	280.000,00	308.000,00	338.800,00
2100.00.00	Operações de Crédito	200.000,00	220.000,00	242.000,00
2110.00.00	Operações de Crédito Internas	200.000,00	220.000,00	242.000,00
2114.00.00	Operações de Crédito Internas Contratuais rel. Programa de Governo	200.000,00	220.000,00	242.000,00
2400.00.00	Transferências de Capital	80.000,00	88.000,00	96.800,00
2470.00.00	Transferências Convênios	80.000,00	88.000,00	96.800,00

TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.755.186,63	9.630.705,29	10.593.775,82
-------------------------------	--------------	--------------	---------------

ESTADO DE SANTA CATARINA				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
META FISCAL DA RECEITA - LDO PARA 2005				
Artigo 4º, Parágrafo 2º, item II da LRF				
Receita Prevista em R\$ 1,00				
CÓDIGOS	TÍTULOS	2005	2006	2007
1000.00.00	Receitas Correntes	270.720,00	297.792,00	327.571,20
1100.00.00	Receita Tributária	2.000,00	2.200,00	2.420,00
1110.00.00	Impostos	2.000,00	2.200,00	2.420,00
1112.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.000,00	2.200,00	2.420,00
1112.04.00	Impostos s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.000,00	2.200,00	2.420,00
1112.04.21	Impostos s/ Renda Pessoa Jurídica	2.000,00	2.200,00	2.420,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1325.01.00	Remuneração de Depósitos Vinculados	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1325.01.03	Receita de Remun de Dep Banc de Rec Vinc-Fundo de	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1700.00.00	Transferências Correntes	267.620,00	294.382,00	323.820,20
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	267.620,00	294.382,00	323.820,20
1721.00.00	Transferências da União	247.420,00	272.162,00	299.378,20
1721.33.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde	247.420,00	272.162,00	299.378,20

1721.33.01	Piso de Atenção Básica - PAB FIXO	152.650,00	167.915,00	184.706,50
1721.33.02	SISVAN	8.640,00	9.504,00	10.454,40
1721.33.04	Programa Saúde na Família - PSF	48.530,00	53.383,00	58.721,30
1721.33.05	Programa de Assistência Farmacêutica	12.560,00	13.816,00	15.197,60
1721.33.06	Ações Básicas de Vigilância Sanitária	3.200,00	3.520,00	3.872,00
1721.33.07	Programa Agentes Comunitários de Saúde	21.840,00	24.024,00	26.426,40
1722.00.00	Transferências do Estado	20.200,00	22.220,00	24.442,00
1722.33.00	Transferência de Recursos do Estado p/ Programas	20.200,00	22.220,00	24.442,00
1722.33.01	Transferência do Fundo Est. Saúde - MAC/ TFD	11.900,00	13.090,00	14.399,00
1722.33.02	Programa de Assistência Farmacêutica	7.500,00	8.250,00	9.075,00
1722.33.03	Ações Básicas de Vigilância Sanitária Estadual	800,00	880,00	968,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	100,00	110,00	121,00
1920.00.00	Indenizações e Restituições	100,00	110,00	121,00
1922.00.00	Restituições	100,00	110,00	121,00
1922.99.00	Outras Restituições	100,00	110,00	121,00
	TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	270.720,00	297.792,00	327.571,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPRECAL

META FISCAL DA RECEITA - LDO PARA 2005

Artigo 4º, Parágrafo 2º, item II da LRF

Receita Prevista em R\$ 1,00

CÓDIGOS	TÍTULOS	2005	2006	2007
1000.00.00	Receitas Correntes	841.300,00	925.430,00	1.017.973,00
1200.00.00	Receitas de Contribuições	661.200,00	727.320,00	800.052,00
1210.00.00	Contribuições Sociais	661.200,00	727.320,00	800.052,00

1210.29.00	Contribuição para o Plano de Segur. Social do Servidor	661.200,00	727.320,00	800.052,00
1210.29.01	Contribuições Patronais - Ativo Civil	330.000,00	363.000,00	399.300,00
1210.29.02	Contribuição do Servidor Ativo Civil	330.000,00	363.000,00	399.300,00
1210.29.02.01	Contribuição do Servidor Ativo em Licença	100,00	110,00	121,00
1210.29.09	Contribuição do Servidor Inativo	1.000,00	1.100,00	1.210,00
1210.29.11	Contribuição do Servidor Pensionista	100,00	110,00	121,00
1300.00.00	Receita Patrimonial	180.000,00	198.000,00	217.800,00
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	180.000,00	198.000,00	217.800,00
1325.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	180.000,00	198.000,00	217.800,00
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	100,00	110,00	121,00
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	100,00	110,00	121,00
1912.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	100,00	110,00	121,00
1912.01.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições Sociais	100,00	110,00	121,00
	TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	841.300,00	925.430,00	1.017.973,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

META FISCAL DA DESPESA - LDO PARA 2005

Órgão: Prefeitura Municipal de Campo Alegre

Código	Programa	Exercício		
		2005	2006	2007
1.00	Câmara Municipal de Vereadores			
1.01	Processo Legislativo	300.000,00	330.000,00	363.000,00
2.00	Gabinete do Prefeito			
2.01	Pessoal do Gabinete do Prefeito	288.000,00	316.800,00	348.480,00

2.02	Manutenção do Gabinete do Prefeito	46.100,00	50.710,00	55.781,00
3.00	Secretaria Municipal de Administração			
3.01	Pessoal da Secretaria de Administração	302.510,00	332.761,00	366.037,10
3.02	Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas	202.561,26	222.817,39	245.099,12
4.00	Secretaria Municipal de Finanças			
4.01	Pessoal da Secretaria de Finanças	215.200,00	236.720,00	260.392,00
4.02	Coordenação e Manutenção das Atividades de Finanças	317.100,00	348.810,00	383.691,00
5.00	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto			
5.01	Coordenação e Manut das Ativid da Secretaria - Serviço de			
	Apoio Administrativo ao Ensino	63.100,00	69.410,00	76.351,00
5.02	Pessoal da Secret Munic de Educação, Cultura e Desporto	1.655.500,00	1.821.050,00	2.003.155,00
5.03	Atendimento ao Ensino Fundamental	56.600,00	62.260,00	68.486,00
5.04	Serviço de Ensino Infantil - Centros Municipais de Educação			
	Infantil e Pré-escolares	36.600,00	40.260,00	44.286,00
5.05	Merenda Escolar para Rede do Ensino Fundamental e Infantil	61.403,00	67.543,30	74.297,63
5.06	Salário Educação	96.450,12	106.095,13	116.704,65
5.07	Manutenção do Transporte Escolar Fundamental	548.194,10	603.013,51	663.314,86
5.08	Bombeiros Mirins de Campo Alegre - Serv de Apoio Administ	8.000,00	8.800,00	9.680,00

5.09	Coral Feminino da Rede Municipal de Ensino de Campo			
	Alegre - Serviço de Apoio Administrativo	8.000,00	8.800,00	9.680,00
5.10	Manutenção das Atividades Culturais	104.300,00	114.730,00	126.203,00
5.11	Manutenção das Atividades Desportivas	39.100,00	43.010,00	47.311,00
5.12	Aniversário do Município de Campo Alegre	2.500,00	2.750,00	3.025,00
6.00	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social			
6.01	Pessoal do Serviço de Assistência a Saúde Municipal	907.500,00	998.250,00	1.098.075,00
6.02	Reforma das Unidades de Saúde do Interior	15.000,00	16.500,00	18.150,00
6.03	Pessoal do Serviço de Bem Estar Social	57.100,00	62.810,00	69.091,00
6.04	Manut das Ativid Administ e Pessoal do Conselho Tutelar	33.200,00	36.520,00	40.172,00
7.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico			
7.01	Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico	97.500,00	107.250,00	117.975,00
7.02	Manutenção da Divisão de Desenvolvimento Economico	18.000,00	19.800,00	21.780,00
7.03	Apoio e Parcerias com Sindicato Rural, EPAGRI, ACIACA,			
	CDL e Consórcio Quiriri	31.600,00	34.760,00	38.236,00
7.04	Distribuição de Sementes e Mudanças	46.000,00	50.600,00	55.660,00
7.05	Organização e Realização de Feiras e Eventos	20.000,00	22.000,00	24.200,00

7.06	Promoção de Cursos e Viagens para Agricultores e Incentivo			
	a Profissionalização dos Jovens	500,00	550,00	605,00
7.07	Incentivar e Facilitar a Aquisição de Insumos e Implementos			
	Agrícolas	-	-	-
7.08	Distribuição de Calcário Subsidiado	42.000,00	46.200,00	50.820,00
7.09	Incentivo a Produtores Agro-silvo-pastoris	-	-	-
7.10	Pró Meio Ambiente	1.000,00	1.100,00	1.210,00
7.11	Implementação da Fundação do Meio Ambiente	-	-	-
7.12	Participação, Promoção e Divulgação de Eventos Ambientais	2.000,00	2.200,00	2.420,00
7.13	Controle do Borrachudo em Parceria com a Sociedade	30.000,00	33.000,00	36.300,00
7.14	Divulgação da Imagem do Município Associado às Belezas			
	Naturais e Promoção do Turismo Rural	41.000,00	45.100,00	49.610,00
7.15	Incentivo as Industrias	-	-	-
7.16	Apoiar e Participar de Integração entre Entidades de Classes			
	Patronais e Laborais	-	-	-
8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		-	-
8.01	Pessoal da Secretaria Municipal de Obras	602.900,00	663.190,00	729.509,00
8.02	Pavimentação de Vias Urbanas e Estradas Vicinais	50.000,00	55.000,00	60.500,00

8.03	Água Potável	10.000,00	11.000,00	12.100,00
8.04	Aquisição de Máquinas Pesadas	500.000,00	550.000,00	605.000,00
8.05	Recuperar Vias Públicas e Incentivar as Indústrias e Propriedades			
	Rurais para Desenvolver a Economia do Município	70.000,00	77.000,00	84.700,00
8.06	Manutenção do Serviço de Planejamento e Obras	487.000,00	535.700,00	589.270,00
8.07	Manutenção da Frota Municipal	440.100,00	484.110,00	532.521,00
8.08	Aterro Sanitário	30.000,00	33.000,00	36.300,00
9.00	Reserva de Contingencia			
9.01	Reserva de Contingencia	150.000,00	165.000,00	181.500,00
Subtotal		8.033.618,48	8.836.980,33	9.720.678,36
Órgão: Fundo Municipal de Saúde				
Código	Programa	Exercício		
		2005	2006	2007
1	Programa de Assistência Básica a Saúde	92.000,00	101.200,00	111.320,00
2	PSF - Programa Saúde na Família	70.370,00	77.407,00	85.147,70
3	Programa Saúde Bucal	3.500,00	3.850,00	4.235,00
4	Assistência Hospitalar/ Plantão Hospitalar	175.000,00	192.500,00	211.750,00
5	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia - Atendim.			
	e Encaminhamentos Médicos de Alta Complexidade	11.900,00	13.090,00	14.399,00
6	Programa de Assistência Farmacêutica Básica da Secretaria	66.060,00	72.666,00	79.932,60
7	Ações de Vigilância Epidemiológica	26.669,92	29.336,91	32.270,60

8	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiências	-	-	-
9	Ações e PPI - Program Pactuada Integrada em Vigilância Sanit	13.350,33	14.685,36	16.153,90
10	Controle de Doenças	55.000,00	60.500,00	66.550,00
11	Manutenção das Ativid Administrativas da Secretaria Municipal	179.150,00	197.065,00	216.771,50
12	Programa de Assistência Médica e Terapêutica aos Municípios	113.062,40	124.368,64	136.805,50
13	Convênio com Prestadores de Serviços para Procedimentos			
	PAB-A, e Subvenção Social para o Hospital São Luiz	44.800,00	49.280,00	54.208,00
14	Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional - SISVAN	8.640,00	9.504,00	10.454,40
Subtotal		859.502,65	945.452,92	1.039.998,21
Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social				
Código	Programa	Exercício		
		2005	2006	2007
1	Manutenção e Coordenação do Setor	5.600,00	6.160,00	6.776,00
2	Transporte para Carentes	2.500,00	2.750,00	3.025,00
3	Fotos para Carentes	500,00	550,00	605,00
4	Ataúde para Carentes	3.200,00	3.520,00	3.872,00
5	Repasse a Instituições	24.000,00	26.400,00	29.040,00
6	Fraldas Geriátricas para Carentes	4.000,00	4.400,00	4.840,00
7	Cestas Básicas	27.000,00	29.700,00	32.670,00
8	Próteses e Órteses	3.000,00	3.300,00	3.630,00
9	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) - Revisão do Benefício	-	-	-

10	Serviços de Ação Continuada	44.665,50	49.132,05	54.045,26
11	Programa Saúde Mental	14.320,00	15.752,00	17.327,20
12	Complementação Alimentar	4.000,00	4.400,00	4.840,00
13	Aquisição de Veículo para Assistência Social e Conselho Tutelar	-	-	-
Subtotal		132.785,50	146.064,05	160.670,46
Órgão: IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre				
Código	Programa	Exercício		
		2005	2006	2007
1	IPRECAL	841.300,00	925.430,00	1.017.973,00
Subtotal		841.300,00	925.430,00	1.017.973,00
TOTAL GERAL		9.867.206,63	10.853.927,29	11.939.320,02
META FISCAL DA RECEITA				
		2005	2006	2007
Receita PMCA		8.755.186,63	9.630.705,29	10.593.775,82
Receita FMS		270.720,00	297.792,00	327.571,20
Receita IPRECAL		841.300,00	925.430,00	1.017.973,00
TOTAL GERAL		9.867.206,63	10.853.927,29	11.939.320,02
Resultado (Receita - Despesa)		-	(0,00)	(0,00)

META FISCAL DO RESULTADO PRIMÁRIO - LDO PARA 2005			
META FISCAL - RESULTADO PRIMÁRIO			
Art. 4º, § 2º, II da LRF			
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007
1. RECEITA			
TOTAL	9.867.206,63	10.853.927,29	11.939.320,02
(-) Rendimentos de Aplicação Financeira	24.362,99	26.799,29	29.479,22
(-) Operações de Crédito	200.000,00	220.000,00	-
(-) Amortizações de Empréstimos	-	200.000,00	220.000,00
(-) Alienações de Ativos	12.000,00	-	-
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	9.630.843,64	10.407.128,00	11.689.840,80
2. DESPESA			
TOTAL	9.867.206,63	10.853.927,29	11.939.320,02
(-) Amortizações e Encargos da Dívida	40.000,00	44.000,00	48.400,00

(-) Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado	-	-	-
(-) Concessão de Empréstimos	-	-	-
(+) Reserva de Contingência	832.200,00	915.420,00	1.006.962,00
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	10.659.406,63	11.725.347,29	12.897.882,02
3. SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	1.760.000,00	2.382.500,00	3.133.250,00
4. RESULTADO PRIMÁRIO (I + III - II)	731.437,01	1.064.280,71	1.925.208,78

META FISCAL DO RESULTADO NOMINAL - LDO PARA 2005

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL			
Art. 4º, § 2º, II da LRF			
ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007
1. SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADO	428.000,00	414.720,00	395.625,00
(-) Disponibilidade de Caixa	100.000,00	110.000,00	121.000,00
(-) Aplicações Financeiras	500.000,00	550.000,00	605.000,00
(-) Demais Ativos Financeiros	-	-	-
(=) SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(172.000,00)	(245.280,00)	(330.375,00)
(+) Receitas de Privatizações	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-
(=) SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	(172.000,00)	(245.280,00)	(330.375,00)
2. RESULTADO NOMINAL	(344.531,00)	(174.305,00)	(158.375,00)

META FISCAL DO MONTANTE DA DÍVIDA - LDO PARA 2005

META FISCAL DO MONTANTE DA DÍVIDA - LDO PARA 2005				
Art. 4º, § 2º, II da LRF				
ESPECIFICAÇÃO	LIMITE DA LDO	2005	2006	2007
	50% DA RCL			
INSS		40.000,00	44.000,00	48.400,00
TOTAL	4.024.678,00	40.000,00	44.000,00	48.400,00

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - LDO PARA 2005

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Art. 4º, § 2º, II da LRF					
ENTIDADES	2001	2002	%	2003	%
PMCA	5.087.847,00	6.931.432,71	36,24	7.062.343,72	1,89
TOTAL					

DEMONST. DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS - LDO PARA 2005

DEMONST. DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS					
Art. 4º, § 2º, II da LRF					
ORIGEM		2001	2002	2003	
Saldo do Exercício Anterior		zero	32,85	5.780,00	
Alienação de bens móveis		12.500,00	5.780,00	24.715,00	
Rendimentos de aplicação financeira		32,85	zero	zero	
SOMA		12.532,85	5.812,85	30.495,00	
APLICAÇÃO					
Aquisição de bens móveis		12.500,00	32,85	23.726,20	
Saldo para o Exercício Seguinte		32,85	5.780,00	6.768,80	
SOMA		12.532,85	5.812,85	30.495,00	

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
Art. 4º, § 2º, II da LRF					
ENTIDADES	2002	2003	%	2004	%
Receita	97.968,02	296.162,27	202,31	465.374,57	57,13
Despesa	7.938,48	37.439,46	371,62	122.906,59	228,28
Disponibilidade Financ.	487.428,96	1.082.882,63	122,16	2.036.231,19	88,04
% de Contribuição	28,81	28,81	zero	29,81	3,47

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA E DA MARGEM

DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO					
LDO PARA 2005					

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA E DA MARGEM

DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO					
--	--	--	--	--	--

Art. 4º, § 2º, II da LRF				
EVENTOS		ESTIMATIVA		
		2004	2005	Expansão
1. Renúncia de Receita		zero	400,00	-
2. Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC	3.887.580,00		4.200.800,00	8,06
3. Receita Corrente Líquida - RCL	8.126.654,00		8.049.357,84	(0,95)
4. Impacto da Renúncia de Receita na RCL (1/3)	zero		zero	zero
5. Impacto das DOCC na RCL (2/3)	47,84		52,19	9,09
6. Compensação para Renúncia de Receita (*)	zero		zero	zero
7. Compensação para DOCC (**)	zero		zero	zero
(*) Já impactada no Orçamento da Receita (art. 14, I da LRF)				
(**) A expansão da DOCC decorrerá da revisão geral da remuneração dos servidores prevista no artigo 37, X da CF,				
portanto não sujeita à compensação.				
As DOCC representam as despesas de pessoal e encargos sociais das Unidades Gestoras Prefeitura e IPRECAL				
fixadas para 2004 e 2005.				

Lei Nº 2.929 de 23 de Novembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.929 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.385,00 (onze mil, trezentos e oitenta e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
400000.00 -	Despesas de Capital	

440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.385,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 23/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.930 de 23 de Novembro de 2004

LEI Nº 2.930 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 58.220,00 (cinquenta e oito mil duzentos e vinte reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.500,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.400,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.020,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.101 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 12.500,00
319011.103 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 11.500,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 9.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento, Transporte e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319003.00 -	Pensões	R\$ 1.200,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00
TOTAL		R\$ 58.220,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.032,90
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadoria e Reformas	R\$ 100,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.1.001 -	Construção, Ampliação e Reformas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 100,00
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.124 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 2.643,36
319011.101 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.430,00
319013.101 -	Obrigações Patronais	R\$ 485,00
319013.103 -	Obrigações Patronais	R\$ 330,00
319016.103 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 400,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 920,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 600,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.1.002 -	Construção, Ampliação e Reforma	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 356,90
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 597,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.020 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.100,00
016.482.1409.1.003 -	Aquisição de Áreas para Casas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 18.113,24
449061.00 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 491,60
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
07.03 -	Serviço de Comercio, Industria e Serviços	
022.661.1602.1.004 -	Incentivos a Industria e Comercio	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10,00
449061.00 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 10,00
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 25.000,00
TOTAL		R\$ 58.220,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.931 de 23 de Novembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.931 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 19.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
23/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.932 de 30 de Novembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.932 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL", com sede na Rodovia SC 301 KM-116 snº, Localidade de São Miguel, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 629, à fls. 021 à 26v, do livro A-nº6, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.065.128/0001-82.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
30 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
30/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.933 de 30 de Novembro de 2004

LEI Nº 2.933 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	

013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 2.400,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Indenizações e Restituições	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319093.00 -	Indenizações e Restituições	R\$ 1.084,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
028.843.0000.2.005 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 916,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 400,00
TOTAL		R\$ 2.400,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
30 de novembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
30/11/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.935 de 07 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.935 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Fundo Municipal de Assistência Social abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.187,78 (seis mil cento e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.241.1605.2.002 -	Manutenção dos Clubes de Idosos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 893,70
008.242.1606.2.003 -	Manutenção a Pessoas Deficientes	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 394,08
008.243.1607.2.002 -	Manutenção Assistência à Crianças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 4.900,00
TOTAL		R\$ 6.187,78

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 5.280,00
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 907,78
TOTAL		R\$ 6.187,78

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 07/12/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.936 de 16 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.936 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica autorizado o Fundo Municipal de Assistência Social abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.187,78 (seis mil cento e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.241.1605.2.002 -	Manutenção dos Clubes de Idosos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 893,70
008.242.1606.2.003 -	Manutenção a Pessoas Deficientes	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 394,08
008.243.1607.2.002 -	Manutenção Assistência à Crianças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 4.900,00
TOTAL		R\$ 6.187,78

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335043.00 -	Subvenções Sociais	R\$ 5.280,00
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 907,78
TOTAL		R\$ 6.187,78

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
16/12/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.937 de 16 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.937 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004
ALTERA DISPOSIÇÕES DO SETOR I - CENTRO DO
ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357 DE
09 DE SETEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Setor I - CENTRO do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.357 de 09 de setembro de 1998, que passa à vigorar com a seguinte redação:

SETOR I - CENTRO

A poligonal que delimita a área Urbana no Setor I - Centro do Município de Campo Alegre inicia sobre a Rodovia SC - 301 a 900 metros do cruzamento com a Rodovia SC-301-T (Antiga Rodovia Municipal CAM-010), que liga a sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo. a) Seguindo até um ponto a 300 metros da citada Rodovia; b) e de lá até o Rio sem nome; c) seguindo pela sua margem cruzando a Estrada Dona Francisca até um ponto que dista 200 metros da mesma; d) Deste ponto segue paralelamente a Estrada Dona Francisca distando 200 metros dela até um ponto distando 200 metros da Rua projetada continuação da Rua Prefeito Oldemar Duvoisin; e) de lá segue paralela a 200 metros de mesma Rua projetada até cruzar o Rio Turvo; f) deste ponto segue até um ponto localizado cruzamento das Ruas Cel. Veríssimo de Souza Freitas e Cel. Bueno Franco; g) e deste ponto

segue em linha reta até a margem do Ribeirão Farias no cruzamento com a estrada que leva ao Rio Vermelho; h) deste ponto segue em linha reta ao Norte até um ponto localizado a 300 metros da Rodovia SC-301 na propriedade, hoje do Frigorífico Ahrens; i) deste ponto segue paralelo a Rodovia SC-301 no sentido ao Município de São Bento do Sul até um ponto que se localiza na altura do cruzamento da Rodovia SC-301 com a Estrada Dona Francisca; j) deste ponto converge para Rodovia SC-301, cruzando e indo até um ponto que dista 300 metros dela; l) Deste ponto segue paralelo ao mesmo, por 300 metros até um ponto localizado a 200 metros da Estrada Campo Alegre - Avenquinha (Rodovia Municipal CAM-080); m) e deste ponto segue paralelo a este último, por mais 700 metros; n) deste ponto converge para estrada, cruzando-a e indo até um ponto a 200 metros da mesma; o) e deste ponto até um outro localizado a 300 metros da Rodovia SC-301; p) deste ponto segue paralelo a mesma Rodovia até um ponto a 200 metros da Rodovia SC-301-T (Antiga Rodovia Municipal CAM-010); q) e deste ponto segue paralelo a mesma estrada por mais 1.026,00 metros; r) convergindo para a Rodovia SC-301-T ligando a sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo (Antiga Rodovia Municipal CAM-010), cruzando-a, e ainda sentido para a Rua das Nações, também cruzando-a e indo até 50,00 metros do eixo desta; s) E deste ponto, segue

GABINETE DO PREFEITO

paralelamente por 50 metros, sentido a Rodovia SC-301, até um ponto que dista 100 metros do encontro da Rua das Nações com a Rodovia SC-301-T (Antiga Rodovia Municipal CAM-010); t) de onde parte para um ponto a 200 metros da Rodovia SC-301-T (Antiga Rodovia Municipal CAM 010); u) deste ponto segue paralelamente por 200 metros sentido a Rodovia SC-301 até um ponto a 300 metros da Rodovia SC-301; v) e deste ponto seguindo paralela a mesma até outro ponto a 600 metros do ponto inicial desta poligonal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
16/12/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.938 de 16 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.938 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Orçamento Fiscal do Município de CAMPO ALEGRE/SC, abrangendo a Administração Direta, seus Fundos, Órgãos, Autarquias e Fundações, para o exercício financeiro de 2005, estimada a Receita e fixa a Despesa em R\$ 9.531.957,03 (nove milhões quinhentos e trinta e um mil novecentos e cinquenta e sete reais e três centavos), discriminados aos anexos integrantes desta Lei.

Art.2º) A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

RECEITAS CORRENTES

8.561.467,03

RECEITA TRIBUTARIA

1.210.022,04

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

300.437,51

RECEITA PATRIMONIAL

28.266,96

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

6.718.017,66

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

304.722,86

RECEITAS DE CAPITAL

200.000,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

200.000,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

8.761.467,03

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

RECEITAS CORRENTES

770.490,00

RECEITA TRIBUTARIA

2.000,00

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

283.770,00

RECEITA PATRIMONIAL

217.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

267.620,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

100,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

770.490,00

TOTAL GERAL: 9.531.957,03

Art.3º)A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta Lei, e as Autarquias e Fundações em seus respectivos Orçamentos aprovados por Decreto Executivo.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Administração Direta

01 - Legislativa 299.000,00

04 - Administração 1.193.490,00

06 - Segurança Pública 51.400,00

08 - Assistência Social 73.800,00

10 - Saúde 860.000,00

12 - Educação 2.316.827,62

13 - Cultura 108.650,00

15 - Urbanismo 870.361,26

16 - Habitação 30.000,00

17 - Saneamento 295.000,00

20 - Agricultura 272.500,00

22 - Indústria 6.600,00

23 - Comércio e Serviços 43.000,00

26 - Transporte 892.100,00

27 - Desporto e Lazer 39.100,00

28 - Encargos Especiais 40.000,00

99 - Reserva de Contingência 120.000,00

TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA 7.511.828,88

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

08 - Assistência Social 132.785,50

09 - Previdência Social 1.027.840,00

10 - Saúde 859.502,65

Total Administração Indireta 2.020.128,15

TOTAL GERAL: 9.531.957,03

POR SUBFUNÇÕES

Administração Direta

031 - Ação Legislativa 299.000,00

122 - Administração Geral 395.800,00

123 - Administração Financeira 777.690,00

128 - Formação de Recursos Humanos 20.000,00

181 - Policiamento 51.400,00

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 33.200,00

244 - Assistência Comunitária 40.600,00

301 - Atenção Básica 860.000,00

306 - Alimentação e Nutrição 61.403,00

361 - Ensino Fundamental 1.756.844,22

365 - Educação Infantil 492.300,00

366 - Educação de Jovens e Adultos 6.280,40

391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 2.500,00

392 - Difusão Cultural 106.150,00

451 - Infra-Estrutura Urbana 300.000,00

452 - Serviços Urbanos 570.361,26

482 - Habitação Urbana 30.000,00

511 - Saneamento Básico Rural 80.000,00

512 - Saneamento Básico Urbano 215.000,00

606 - Extensão Rural 272.500,00

661 - Promoção Industrial 6.600,00

695 - Turismo 43.000,00

782 - Transporte Rodoviário 892.100,00

812 - Desporto Comunitário 39.100,00

843 - Serviço da Dívida Interna 40.000,00

999 - Reserva de Contingência 120.000,00

Total da Administração Direta 7.511.828,88

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

241 - Assistência ao Idoso 5.400,00

242 - Assistência ao Portador de Deficiência 2.500,00

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 37.765,50

244 - Assistência Comunitária 87.120,00

272 - Previdência do Regime Estatutário 1.027.840,00

301 - Atenção Básica 409.982,40

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 219.800,00

303 - Suporte Profilático e Terapêutico 181.060,00

304 - Vigilância Sanitária 13.350,33

305 - Vigilância Epidemiológica 26.669,92

306 - Alimentação e Nutrição 8.640,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 2.020.128,15

TOTAL GERAL: 9.531.957,03

POR CATEGORIA ECONÔMICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DESPESAS CORRENTES 6.567.668,76

DESPESAS DE CAPITAL 824.160,12
 RESERVA DE CONTINGENCIA 120.000,00
 TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 7.511.828,88

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DESPESAS CORRENTES 1.384.788,15
 DESPESAS DE CAPITAL 24.100,00
 RESERVA DE CONTINGENCIA 611.240,00
 TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 2.020.128,15
 TOTAL GERAL: 9.531.957,03

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 - CAMARA DE VEREADORES 299.000,00
 02 - GABINETE DO PREFEITO 329.800,00
 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 445.110,00
 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS 458.580,00
 05 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 464.577,62
 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL 963.800,00
 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 322.100,00
 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. TRANSPORTE E OBRAS 2.108.861,26
 90 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 120.000,00
 TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 7.511.828,88

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 859.502,65
 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 131.785,50
 12 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA 1.000,00
 20 - IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL 1.027.840,00
 TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 2.020.128,15

TOTAL GERAL: 9.531.957,03

Art. 4º) Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art.5º) O Poder Executivo está autorizado a:

a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei 4,320/64.

c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de Excesso de Arrecadação de Convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

Art.6º) Os Orçamentos das despesas das Administrações Indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art.7º) O Poder Executivo está autorizado a:

a) Realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

b) Abrir créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64.

c) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de Convênios, não previsto na receita

do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei.

d) Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Art 8º) Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 16/12/2004.

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.939 de 17 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.939 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 148.425,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.122.1301.2.003 -	Ticket Alimentação para Servidores	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio-Alimentação	R\$ 4.120,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 5.700,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.075,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00.101 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.650,00
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 13.670,00
319011.00.103 -		
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
339039.00 -		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 25.800,00
319011.00 -		
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.530,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 18.500,00
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 44.400,00
319011.00 -		
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.400,00
	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.000,00
319016.00 -		
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 380,00
319011.00 -		
	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.00 -		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 23.200,00
339039.00 -		
TOTAL		R\$ 148.425,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
99999.00 -	Reserva de Contingência	
99999.99 -	Reserva de Contingência	R\$ 148.425,00

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.940 de 17 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.940 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 44.100,99 (quarenta e quatro mil, cem reais e noventa e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
004.122.1202.2.002 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 19.125,00
319011.00 -		
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 540,00
	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.00 -		
	Divisão de Cultura e Desporto	
05.04 -		
	Manutenção das Atividades Culturais	
013.392.1410.2.014 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 521,99
339039.00 -		
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.00 -		
	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -		
	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 8.090,00
319011.00 -		
	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.00 -		
08.01 -	Serviço de Planejamento, Transporte e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319003.00 -	Pensões	R\$ 1.214,00
	Vencimentos e Vantagens	
319011.00 -	Fixas - Pessoal Civil	R\$ 14.260,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 350,00
TOTAL		R\$ 44.100,99

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
	Manutenção das Atividades Legislativas	
001.031.1101.2.001 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Pessoal e Encargos Sociais	
310000.00 -		
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 86,08
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.000,00
	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 292,60
319016.00 -		
	Outras Despesas de Pessoal Decorr. de Contrat.	R\$ 7.153,00
319034.00 -		
	Outras Despesas Correntes	
330000.00 -		
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 208,32
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 2.873,29
	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.166,00
449052.00 -		
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
	Serviço de Administração	
03.01 -		
	Manutenção das Atividades Administrativas	
004.123.1301.2.004 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Pessoal e Encargos Sociais	
310000.00 -		
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 166,20
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 6.000,00
319011.00 -		
	Outras Despesas Correntes	
330000.00 -		
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 100,00
339033.00 -		
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.200,00
339036.00 -		
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00
339039.00 -		
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
	Serviço do Controle Fazendário	
04.01 -		

	Manutenção das Atividades de Finanças	
004.123.1301.2.006 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Outras Despesas Correntes	
330000.00 -		
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 700,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 100,00
339033.00 -		
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
	Serviço de Ensino Fundamental	
05.02 -		
	Manutenção do Transporte Escolar	
012.361.1408.2.011 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Outras Despesas Correntes	
330000.00 -		
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14,24
339039.00 -		
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
	Manutenção das Atividades Desportivas	
027.812.1412.2.015 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
	Pessoal e Encargos Sociais	
310000.00 -		
319000.00 -	Aplicações Diretas	
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 234,63
319011.00 -		
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 702,08
	Outras Despesas Correntes	
330000.00 -		
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Premiações Culturais, Artist. Científ. Desport.	R\$ 302,10
339031.00 -		
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2,00
339036.00 -		
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 700,00
339039.00 -		
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 0,45
	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 100,00
449052.00 -		
TOTAL		R\$ 44.100,99

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
17/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.941 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.941 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.155.319/0001-98, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, 563 Centro Campo Alegre - SC.

§1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2005.

§2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e Conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados

despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.942 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.942 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FECAMPO - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) à FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.788.216/0001-90, com sede na Rodovia SC 301 nº 1.111 Centro Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de janeiro de 2005.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos

nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro do exercício de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do dia 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.943 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.943 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32 com sede à Rua: Nereu Ramos, 124 Centro Campo Alegre/SC.

§1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 08 (oito) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2005.

§2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Bombeiros Mirins" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 12.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2005, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.944 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.944 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ/MF nº 79.367.256/0001-91 com sede à Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132 Bairro Belo Horizonte Campo Alegre/SC.

§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 08 (oito) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2005.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "CORAL FEMININO" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 12.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.945 de 20 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.945 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO QUIRIRI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a

ser repassada durante o transcorrer do exercício de 2005.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de que trata este Artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Contador do Consórcio Quiriri.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

GABINETE DO PREFEITO

IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Consórcio Quiriri.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.946 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.946 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) à ASSOCIAÇÃO CAMPO-ALEGRENSE DE COMBATE AOS BORRACHUDOS - ACOB, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.079.947/0001-53, com sede na Rua: José Gomes Munhoz, 67 Centro - Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de janeiro de 2005.

§ 2º) O recurso constante do Artigo 1º deverá ser aplicado pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo,

quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas à partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.947 de 20 de Dezembro de 2004

LEI Nº. 2.947 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004
AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AO IEAS - HOSPITAL SÃO LUIZ, E ESTABECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE autorizado a conceder Subvenção Social, no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil oitocentos reais), ao IEAS - HOSPITAL SÃO LUIZ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.552.809/0006-56, com sede à Rua: Pe. Luiz Gilg, 250 Centro Campo Alegre - SC.

§ 1º) O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2005.

§ 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, e procedimentos que não são efetuados dentro da Unidade de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE

RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Diretor e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 10.302.1504.2005 - Manutenção das Atividades Assistência Hospitalar e Ambulatorial - 335043.00 - Subvenções Sociais, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
20 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
20/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.948 de 21 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.948 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), para a Federação Catarinense de Municípios - FECAM.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos meses de Janeiro à Dezembro do exercício de 2005, o repasse das contribuições mensais deverá ser efetuado até o dia vinte de cada mês.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "FECAM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.949 de 21 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.949 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder Contribuição de R\$ 2.400,00 (dois mil, quatrocentos reais), para a CNM -Confederação Nacional dos Municípios.

Art.2º) A Contribuição acima referida, será repassada em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referente aos meses de Janeiro a Dezembro do

corrente exercício de 2005.

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, refere-se à quota de participação do Município de Campo Alegre/SC, para que se dê continuidade aos Projetos da "CNM".

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 04.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir do dia 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.950 de 21 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.950 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - AMUNESC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder Contribuição no valor de R\$ 58.842,14 (cinquenta e oito mil, oitocentos e quarenta e dois reais, quatorze centavos), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A Contribuição referida no Artigo 1º desta Lei, será repassada em 12 parcelas da seguinte forma:

§ 1º - As parcelas referente aos meses de janeiro fevereiro de 2005, serão no valor de R\$ 4.526,47 (quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais, quarenta e sete centavos).

§ 2º - As parcelas referente aos meses de março à dezembro de 2005, serão no valor de R\$ 4.978,92 (quatro mil novecentos e setenta e oito reais, noventa e dois centavos).

Art.3º) A Contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da Dotação 04.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

21 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.951 de 21 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.951 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR
CONVÊNIO COM O SINDICATO RURAL
DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em dez parcelas, objetivando a Cooperação do Programa de Inseminação Artificial no Rebanho Pecuário no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 3ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo,

quando for o caso;

- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 126 Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua: Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, - Campo Alegre/SC, neste ato representado por seu Presidente: NOIRTON DUARTE SILVA MACHADO SCHROEDER, brasileiro, casado, agropecuarista, CPF/MF nº 121.269.939-49, residente e domiciliado à Rua: Cel. Bento D' Amorim, 77 Centro, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC, tem como

objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do exercício de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 - Disponibilizar 2 (dois) botijões e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente à nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

- 1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador);
- 2 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;
- 3 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;
- 4 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.
Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.
- 5 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;
- 6 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);
- 7 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;
- 8 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.
- 9 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- 10 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- 11- Realizar Palestras, Cursos, Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo.
- 12 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- 13 - Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- 14 - Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2005.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do

Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2005.

RENATO BAHR	NOIRTON D. S. M. SCHROEDER
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	

NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE

CPF nº 311.281.229-87

Lei Nº 2.952 de 21 de Dezembro de 2004**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 2.952 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), objetivo repassar recursos como forma de cooperação nas ações implementadas com intuito de fortalecer o comércio local e o setor de serviços, no transcorrer do exercício de 2005.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, a Presidente e o Tesoureiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

GABINETE DO PREFEITO

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas à partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais à partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE CONVÊNIO.**

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292 Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, inscrito CPF/MF sob nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 126, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por sua Presidente: LUSIA CUBAS MUNHOZ, brasileira, solteira, Comerciaría, RG nº 9/R 232.291-9, CPF/MF sob nº 217.641.829-87, residente e domiciliada à Av. Dr. Getúlio Vargas, 467 Centro, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, tem por objetivo fortalecer o comércio local e o setor de serviços no transcorrer do exercício de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 275,00(duzentos e setenta e cinco reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

GABINETE DO PREFEITO**CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

- - Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- - Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- - Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- - Acompanhar a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL em visitas ao Comércio e Setor de Serviços informais e não associados, com a finalidade de promover o associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL, observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2005.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que

GABINETE DO PREFEITO

seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2005

RENATO BAHR	LUSIA CUBAS MUNHOZ
Prefeito Municipal	Presidente Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Alegre - CDL.

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 2.953 de 21 de Dezembro de 2004**GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 2.953 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, no valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), objetivando a Cooperação Financeira retirando as Empresas do Mercado Informal, promovendo o Associativismo e auxiliando na execução do Projeto Empreender.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NORMAS

E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECEBIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula 5ª do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

GABINETE DO PREFEITO

- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre -ACIACA.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**TERMO DE CONVÊNIO.**

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal: RENATO BAHR, brasileiro, casado, do comércio, Carteira de Identidade nº 316.106, CPF/MF sob nº 121.265.519-20, residente e domiciliado à Rua: Cel. Veríssimo de Souza Freitas, 126, Bairro Cascatas, nesta cidade de Campo Alegre/SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE CAMPO ALEGRE - ACIACA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.017/0001-31, estabelecida à Rodovia SC 301, 1.111 Centro - Campo Alegre/SC, neste ato representada por seu Presidente: RONEI MILCHEVSKY, brasileiro, casado, Industrial, RG nº 9/R 1.099.229, CPF/MF sob nº 534.457.329-49, residente e domiciliado à Rodovia SC 301- Km 50, na localidade de Bela Aliança, Município de Campo Alegre/SC, doravante denominada simplesmente Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação Financeira, firmado entre o Município de Campo Alegre/SC e a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, tem por objetivo retirar as empresas do Mercado Informal, promover o Associativismo, auxiliar na manutenção da execução do Projeto Empreender no transcorrer do exercício de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

§ 1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA, pagável no último dia útil de cada mês.

§ 2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas na Cláusula Primeira deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 - Contribuições.

GABINETE DO PREFEITO**CLÁUSULA QUARTA - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO**

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados;
- Acompanhar da Associação Comercial Industrial e Agropecuária

de Campo Alegre -ACIACA em visitas às Empresas informais e não associadas, com a finalidade de promover o Associativismo e a legalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC ou - pessoa por ele delegada;
- Aplicar os recursos para os fins a que se destina;
- Prestar contas ao Município no prazo máximo de 30 (trinta) após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;
- Excluir o Município de Campo Alegre/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de Prestação de Contas dos recursos repassados pelo presente, deverá a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Campo Alegre - ACIACA observar o prazo contido na Cláusula anterior e encaminhar ao Serviço de Contabilidade do Município de Campo Alegre/SC, os seguintes documentos:

- - Ofício de encaminhamento;
- - Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - Anexo TC 28;
- - Demonstrativo e comprovante de despesas em primeira via, preenchidos com clareza e sem rasuras;
- - Extrato bancário com movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques. No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RECISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá a duração de 12 (doze) meses com início a partir de 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

Campo Alegre "SC", 1º de janeiro de 2005

RENATO BAHR	RONEI MILCHEVSKY
Prefeito Municipal	Presidente da ACIACA

TESTEMUNHAS:

NOME: AURIENE ROEPKE	
CPF nº 808.376.389-68	
NOME: MARLENE F. P. M. FOITTE	
CPF nº 311.281.229-87	

Lei Nº 2.954 de 21 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.954 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso de parte do lote n.º 2 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Rodovia SC-301-T localidade de Lageado, medindo 2.000m² (dois mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa "UTILTEC UTENSÍLIOS E TÉCNICA LTDA".

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal n.º 2.230 de 27 maio de 1997, deverão ser apresentados em até 120 (cento e vinte) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
21 de dezembro de 2004.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.955 de 21 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.955 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004

INCLUI NOVOS DISPOSITIVOS NA LEI N.º 2.347 DE 18 DE AGOSTO DE 1998 QUE CRIA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Art. 1º da Lei Municipal n.º 2.347/98, fica acrescido dos seguintes incisos:

"VI - manter o caráter rural da região;

VII - evitar o avanço da ocupação urbana na área protegida;”

Art. 2º) Ficam acrescidos ao Art. 3º da Lei n.º 2.347/98, os seguintes Incisos:

“VIII - a disposição dos resíduos sólidos Classe I;

IX - quaisquer formas de pesca predatória, tais como a realizada com rede ou tarrafa;

X - quaisquer forma de queimadas;

XI - o exercício de atividades indutoras ou potencialmente indutoras da ocupação urbana em especial a abertura de novas estradas;”

Art. 3º) A Lei Municipal n.º 2.347/98, passa ainda a vigorar com os seguintes dispositivos:

“Art. 4º) Dependerão de licenciamento ambiental as seguintes atividades:

a) O parcelamento do solo, independente de sua localização e desativação.

b) Os condomínios ou qualquer forma assemelhada de divisão do solo de qual resultem áreas definidas de propriedade ou posse, ainda que em partes ideais.

c) O movimento de terra

d) A supressão da cobertura vegetal

e) O barramento ou alteração do fluxo dos corpos d’água.

f) A disposição de resíduos sólidos classe II e III.

g) O despejo de efluentes tratados

h) A implantação e funcionamento de indústrias não poluidoras

i) A implantação de infra-estrutura inclusive sanitária nos loteamentos já existentes

§ 1º O licenciamento ambiental das atividades elencadas neste artigo caberá aos órgãos competentes, de acordo com o disposto na legislação federal e estadual.

Art.5º) Para o parcelamento, divisão ou subdivisão do solo rural deverá ser averbada a reserva legal, da gleba original, a qual se refere o artigo 16 da lei federal nº 4771/65.

Parágrafo único: A área de cada lote destinada à constituição de reservas legal pode concentrar-se em um único local, sob a responsabilidade dos proprietários dos lotes, na forma do artigo 17 da citada lei federal.

Art. 6º) A supressão de cobertura vegetal não será permitida nas áreas de preservação permanente e nas áreas com restrição de uso, definidas pela legislação federal e estadual, em especial:

I - nas áreas situadas:

a) ao longo dos cursos d’água;

b) ao redor das nascentes e cursos d’água;

II - nas áreas cobertas por matas e todas as formas de vegetação nativa primária ou secundária nos estágios médio e avançado de regeneração;

III - nas áreas com declividade igual ou superior a 45º (quarenta e cinco graus)

Parágrafo único: A supressão da cobertura vegetal somente será admitida quando for indispensável a execução de projetos adequados à promoção do desenvolvimento sustentável na área protegida, e desde que mediante licenciamento ambiental.

Art. 7º) A disposição de resíduos sólidos classe II, se legalmente permitida, e indispensável para atividades de reciclagem e compostagem, deverá compreender medidas de proteção ambiental.

Art. 8º) A disposição de resíduos classe III, se legalmente

permitida, fica restrita aos casos de áteros legalmente permitida, fica restrita aos casos de áteros destinados à recuperação de áreas degradadas, se apresentado projeto elaborado, por profissional habilitado, aprovado pelo órgão competente.

Art. 9º) O despejo de efluentes tratados só será permitido, mediante licenciamento, quando não implicar em alteração da classe dos corpos d’água em que forem lançados.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica aos corpos d’água cuja classificação não permita o lançamento de efluentes, mesmo quando tratados.

Art. 10) Fica proibida a coleta ou apreensão de animais silvestres no interior da APA “Alto Rio Turvo”, bem, como a soltura de espécies exóticas.

Parágrafo único: Excetuam-se do disposto no “caput” deste artigo, a coleta ou apreensão visando a preservação e conservação das espécies, se devidamente autorizadas pelo órgão competente.

Art. 11) A utilização e o manejo do solo agrícola para atividades agrosilvo pastoris devem ser compatíveis com a aptidão dos solos, adotando-se técnicas adequadas para evitar processos erosivos e a contaminação dos aquíferos pelo uso inadequado de agrotóxicos.”

Art. 4º) Os Artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, e 9º e respectivos parágrafos da Lei 2.347 de 18 de agosto de 1998, passam a ser renumerados respectivamente como Artigos 12, 13, 14, 15, 16 e 17 e parágrafos, em razão das alterações instituídas pela presente Lei.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
21 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
21/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.956 de 27 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.956 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser repassada em 02 (duas) parcelas, objetivando a parceria na realização da 7ª Edição da Festa Estadual da Ovelha, a qual realizar-se-á no mês de março de 2005 em nosso Município.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor

recebido, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Sindicato Rural de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de janeiro de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 20.606.1701.2.023 - Gestão Administrativa da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2005.

Art.11) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
27/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.957 de 27 de Dezembro de 2004

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.957 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CON-CEDER SUBVENÇÃO SOCIAL ÀS ENTIDADES DESCRITAS NO AR-TIGO 1º DESTA LEI E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL auto-rizado a conceder Subvenção Social as seguintes Entidades esta-belecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FRAGOSOS, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

III - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE BAIXO, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTANA, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

VIII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

IX - CENTRO COMUNITARIO Irª. VERÔNICA REMBOLD, R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

X - CLUBE IDOSOS AMOR E ESPERANÇA, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

XI - CLUBE IDOSOS SAGRADA FAMÍLIA, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repas-sados em 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira no mês de janeiro de 2005.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manuten-ção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutá-rias, exclusivamente em Despesas Correntes.

GABINETE DO PREFEITO

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto Nº 3.322 de 20 de janeiro de 2004, que INSTITUI NOR-MAS E ORIENTAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECE-BIMENTO DE RECURSOS MUNICIPAIS.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individu-alizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integra-rem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do mês de janeiro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 08.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais - 335043.00 - Subvenções Sociais, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
27/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.958 de 27 de Dezembro de 2004

LEI Nº 2.958 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 44,76 (quarenta e quatro reais setenta e seis centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
	Manutenção das Atividades Legislativas	
001.031.1101.2.001 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339093.00 -	Indenizações e Restituições	R\$ 44,76

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
	Manutenção das Atividades Legislativas	
001.031.1101.2.001 -		
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
	Outros Serviços de Terceiros e Pessoa Jurídica	R\$ 44,76

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de dezembro de 2004.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
27/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 013 de 06 de Março de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR N.º 013 DE 06 DE MARÇO DE 2003

INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal De Campo Alegre-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em cumprimento ao disposto no Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e observando as disposições das Lei Federal nº 6.494/77 e as alterações dispostas na Lei Federal nº 8.859/94, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Estágio para alunos de curso de nível superior, ensino médio, profissionalizante de 2º grau ou escolas de educação especial no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: A realização de estágio para alunos do curso de ensino médio está condicionada à vigência da Medida Provisória 2.164-41 de outra Medida Provisória ou Lei que venha a esta reeditar, ou Lei Federal que assim autoriza.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei, objetiva proporcionar aos estudantes oportunidade de exercício profissional, por meio da aplicação prática dos conhecimentos teóricos inerentes a sua área de formação.

Art. 3º O estágio se constituirá em atividade complementar à formação acadêmica-profissional do aluno, podendo este período ser aproveitado para cumprimento do estágio curricular obrigatório, atendido quanto a este último às condições exigidas pela Lei Federal nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977 e do Decreto Federal nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.

Art. 4º Para obtenção do estágio o aluno deverá comprovar matrícula em unidade Educacional Pública ou Privada, frequência regular e residência no Município de Campo Alegre-SC.

Art. 5º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a instituição concedente e, conseqüentemente, não terá validade para contagem como tempo de serviço.

Art. 6º Nos termos do § 2º Art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a carga horária mínima do estágio será de 4 (quatro) e máxima de 8 (oito) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da instituição concedente.

Art. 7º Fica instituída uma Bolsa de Estágio, cujo valor mensal não excederá o limite previsto na Lei Complementar Municipal nº 006, de no máximo 2 (dois) salários mínimos, para o cumprimento de carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

§ 1º. A relação curso/carga horária/valor da bolsa de estágio dar-se-á na seguinte proporção:

I - para alunos de curso de nível superior, a bolsa de auxílio será equivalente a 2 (dois) salários mínimos, correspondentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

II - para os alunos de ensino médio, curso profissionalizante de 2º grau, e escola de educação especial a bolsa auxílio será equivalente a 1 (um) salário mínimo, correspondente à carga horária de 40 (quarenta) horas.

III - para cargas horárias inferiores a 40 (quarenta) horas, a bolsa auxílio será proporcionalmente reduzida.

Parágrafo §2º. O pagamento da bolsa de estágio será efetuado através de recursos financeiros próprios de cada Secretaria ou órgão equivalente, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, observada a frequência do bolsista que deverá ser diariamente registrada, não incidindo sobre a mesma, qualquer contribuição previdenciária.

Art. 8º Na ocasião da contratação o estagiário firmará Termo de Compromisso, com intervenção obrigatória da instituição de ensino, onde constarão as obrigações e atividades a qual estará

sujeito.

Art. 9º A admissão do estagiário, será efetuada por Decreto do Poder Executivo, nele devendo constar à área em que será lotado o Estagiário, o curso que este frequenta e a respectiva fase, bem como o tempo concedido para o estágio, à carga horária e valor da Bolsa-Estágio.

Art. 10 Fica autorizada a contratação de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais em favor dos estagiários.

Art. 11 O estagiário deverá auxiliar servidor público ou agente político municipal, na consecução dos trabalhos e atribuições que lhes foram conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art. 12 O estágio terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida uma única renovação por igual período, mediante termo aditivo.

§1º Extingue-se o estágio:

I - pela desistência, por escrito, do estagiário;

II - pela não-renovação do Termo de Compromisso até a data de seu vencimento;

III - pelo abandono ou pela conclusão do curso;

IV - por iniciativa da instituição concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino.

§2º A renovação do Termo de Compromisso é faculdade da instituição concedente.

Art. 13. Perderá o direito ao estágio o estagiário que:

I-fizer constar do Termo de Compromisso declaração falsa;

II-registrar durante o ano civil, mais de 5 (cinco) faltas consecutivas ou 10 (dez) interpoladas, injustificadamente;

III-no desempenho de suas funções, praticar ato de indisciplina ou improbidade;

IV-for considerado inapto para o desempenho de suas funções;

V-trancar ou cancelar sua matrícula no curso.

Parágrafo único. Independentemente do previsto no "caput" deste artigo, tanto a Administração Pública Municipal como o estagiário poderá, por conveniência ou oportunidade, denunciar o termo de compromisso de estágio.

Art. 14 O Programa de Estágio será limitado à contratação de até 18 (dezoito) estagiários, à vista das necessidades do serviço e dos recursos disponíveis.

Art.15 A entidade concedente emitirá Certificado de Conclusão do Estágio, no qual deverá constar a especialização de sua natureza, a carga horária global e a avaliação do aproveitamento do estudante.

Parágrafo Único. A avaliação de que trata o caput do presente artigo, qualificará o estagiário segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atendeu as expectativas: O estagiário apresentou resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"B" - Atendeu parcialmente as expectativas: O estagiário apresentou resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

"C" - Não atendeu as expectativas: O estagiário apresentou resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

Art. 16 Fica a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional de Campo Alegre-SC autorizada a celebrar Convênio com instituições de Ensino para a realização do estágio de que trata a presente Lei, observada a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977 e do Decreto Federal nº 87.497, de 18 de agosto de 1982.

Art. 17 As despesas referentes à execução da presente Lei correrão por conta dos recursos orçamentários de cada Secretaria ou órgão equiparado.

Art. 18 A presente Lei aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente os parágrafos 10 e 11 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,
06 de março de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:
06/03/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 014 de 27 de Maio de 2003

LEI COMPLEMENTAR Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003

DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I**CAPÍTULO ÚNICO****DA ADOÇÃO DO REGIME JURÍDICO MISTO**

Art. 1º Aos servidores públicos integrantes do Quadro dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre aplicar-se-á todas as premissas e modalidades do Regime Jurídico Misto estabelecidas no Capítulo Único do Título I da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 e em especial aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§1º As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada cargo estão dispostas no Anexo III, que descreverá sua denominação própria, códigos, atividades, escolaridade mínima, e se for o caso estabelecerá requisitos de natureza legal ou especial, bem como indicará com precisão o número de vagas propostas, e ainda o nível do vencimento correspondente;

§2º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Carreira, são inadmissíveis desigualdades de vencimento ou salário quando pertinentes ao exercício de atribuições iguais ou semelhantes e, bem assim, proibida a adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se Profissionais da Educação os servidores públicos que executam atividades de magistério.

Parágrafo Único. Entendem-se por atividades de magistério aquelas relativas a docência e as de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar.

TÍTULO II**CAPÍTULO I****DO REGIME ESTATUTÁRIO**

Art. 3º As regras definidas neste Título aplicam-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargos públicos do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, criados e reclassificados nos termos desta Lei.

Parágrafo Único. Entende-se por cargo público do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional do magistério que devem ser acometidas a um servidor estatutário.

Art. 4º O Quadro dos Profissionais da Educação Municipal apenas possuirá servidores detentores de cargos efetivos.

§1º O cargo público de caráter efetivo do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal para ser provido será precedido de concurso público, o qual obrigatoriamente será de provas e títulos;

§2º As funções do magistério que envolvam chefia, direção e assessoramento serão caracterizadas como funções de confiança na forma disposta no Anexo II, e apenas serão concedidas aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo e estabilidade da Administração Municipal de Campo Alegre;

§3º O cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto tem a natureza de agente político, observadas as premissas contidas no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

CAPÍTULO II**DA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 5º São requisitos básicos para a investidura em cargo público do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal:

I - a aprovação em concurso público, de provas e títulos, obrigatoriamente;

II - a prova da nacionalidade, observando o contido no art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;

III - a prova do gozo dos direitos políticos;

IV - a comprovação da quitação com as obrigações militares, para os homens;

V - a comprovação da quitação com as obrigações eleitorais;

VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

VII - a comprovação do nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

VIII - aprovação em exame médico que constate a aptidão física e mental;

IX - comprovação de experiência docente de no mínimo 2 (dois) anos, para as atividades de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar.

§1º A perda ou a suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de

sentença, com o trânsito em julgado de:

- I - cancelamento da naturalização;
- II - reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;
- IV - condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa;

§2º Para exercício de atividades do magistério serão exigidos conhecimentos, atitudes e responsabilidades compatíveis com o desenvolvimento coletivo do projeto educacional, que represente o efetivo instrumento de melhoria da qualidade de vida da população municipal, observado o contido nesta Lei e nas demais instruções normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 6º A investidura em cargo público ocorre com a posse.

Seção I Do Concurso Público

Art. 7º O concurso público objetiva selecionar candidatos que pretendam ingressar no Quadro de Profissionais da Educação Municipal através da avaliação de conhecimentos, teóricos e práticos, obrigatoriamente, mediante a realização de provas e a apresentação de títulos, e qualificação profissional, seguidos de exame, obrigatório, das condições de sanidade físico-mental, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o edital do concurso.

Art. 8º Dentre outras especificações o edital do concurso público deverá conter obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - o número de vagas oferecidas, inclusive as reservadas para pessoas portadoras de deficiência física, observado o contido no art. 10;
- II - a denominação dos cargos ofertados, com suas respectivas atribuições e responsabilidades, a carga horária semanal e o valor do vencimento, indicando a lei que autorizou sua criação;
- III - o tipo do concurso, indicando precisamente que se trata de provas e títulos;
- IV - os títulos exigidos, observado o contido no § 6º deste artigo, e a atribuição de sua pontuação;
- V - o programa das provas escritas e práticas;
- VI - em caso da existência de provas físicas, as técnicas de avaliação a serem empregadas;
- VII - a data, local, horário, o prazo e os documentos necessários para inscrição e o prazo máximo para sua efetivação;
- VIII - a forma de julgamento das provas e títulos;
- IX - os critérios de desempate;
- X - o prazo de validade do concurso;
- XI - a data, local e horário, de início e término, da realização das provas;
- XII - as condições para investidura em cargo público dispostas no art. 5º ;
- XIII - a escolaridade e a qualificação mínima para prover o cargo;
- XIV - o estabelecimento de prazos para recursos em todas as etapas do concurso;

§1º O edital do concurso deverá ser publicado:

- I - nos murais:
 - a) da sede da Prefeitura Municipal;
 - b) da sede da Câmara de Vereadores;
 - c) da sede da Casa da Cultura;
 - d) da sede do IPRECAL;
- II - no órgão oficial de imprensa, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;
- III - em jornal de circulação regional;

§2º A publicação definida nos incisos II e III do §1º se dará, obrigatoriamente, por no mínimo, 3 (três) edições distintas, porém, consecutivas;

§3º O edital poderá ser, a critério da Administração Municipal, publicado em jornal de grande circulação, respeitada a publicação definida no inciso II, do §1º;

§4º O prazo mínimo para realização de inscrições será de 15 (quinze) dias a contar da data da primeira publicação no órgão oficial de imprensa;

§5º Os títulos serão computados, para fins exclusivos de classificação, apenas para os candidatos aprovados nas diferentes provas, tendo estas últimas, o caráter eliminatório;

§6º São considerados como títulos:

- I - produção cultural, constante de publicação especializada;
- II - diploma de mestre ou doutor, nacional ou estrangeiro, devidamente registrado, conferido após a apreciação da respectiva dissertação ou tese;
- III - diploma universitário em curso de pós-graduação, com especialização na área pretendida, nacional ou estrangeiro, de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, conferido após nota de aproveitamento, desde que devidamente reconhecido;
- IV - efetivo exercício de magistério superior em disciplina da área de concentração do concurso, em instituição de ensino superior pública ou privada, reconhecida;

V - tempo de serviço público em caráter estatutário, temporário ou comissionado, na esfera federal, estadual e municipal na área de concentração do concurso;

VI - experiência profissional, na área, reconhecidamente comprovada;

§7º A escolaridade e a qualificação mínima a ser indicada no edital do concurso para o provimento de cargos efetivos do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal obedecerá as seguintes premissas:

I - para o exercício de atividades de docência, definidas para os efeitos desta Lei como as compreendidas pelo exercício exclusivo em sala de aula:

a) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor Auxiliar, destinado as funções de Auxiliar na Educação Infantil, terá que comprovar a habilitação específica mínima de nível médio na modalidade normal.

b) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor, destinado a função de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais, terá que comprovar a habilitação específica mínima de nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação em educação Infantil e Séries Iniciais.

II - para o exercício das atividades de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar, o candidato deverá comprovar:

a) graduação plena em Pedagogia ou pós-graduação específica, na área de administração escolar, supervisão ou orientação, observada a função solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

b) experiência docente de, no mínimo, 2 (dois) anos;

§9º Em caso de empate no concurso público, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

I - mais elevada nota ou média nas provas escritas;

II - mais elevada nota em títulos;

III - mais elevada nota ou média nas provas orais, caso sejam realizadas;

IV - o mais idoso.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

§1º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado;

§2º É vedada, sob qualquer hipótese a realização de concursos públicos internos, para provimento de cargo efetivo.

Art. 10 Às pessoas portadoras de deficiência fica assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais ficam reservados 10% (dez por cento) do número destes cargos, desde que aprovados no concurso respectivo.

Parágrafo Único. Os portadores de deficiência deverão ser submetidos à avaliação médica, na forma do art. 19 antes da realização das provas, e receberão um Certificado Médico que atestará sua capacidade física e mental, homologando sua inscrição nesta categoria.

Art. 11 A realização do concurso será precedida da constituição de uma Comissão de Fiscalização de Concursos, na condição de órgão de controle interno, composta de 5 (cinco) servidores municipais efetivos e estáveis, indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A Comissão de que trata este artigo não terá atribuições executivas, sendo de sua competência a verificação da subordinação do edital aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o sigilo na aplicação das provas, e outras condições necessárias a fim de assegurar igualdade de condições aos competidores.

Art. 12 Concluídos os trabalhos do concurso e proclamados pela Comissão Examinadora os seus resultados, observados os prazos estabelecidos no edital para possíveis recursos, fará esta o encaminhamento ao Prefeito Municipal para fins de homologação, a qual será dada ampla publicidade para efetivação do provimento que ocorrerá na forma do art. 14.

Art. 13 O concurso público apenas poderá ser realizado após a verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para o atendimento ao acréscimo das despesas com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas posteriores alterações.

Seção II

Do Provimento

Art. 14 Provimento são todos os atos praticados pela autoridade competente com o objetivo de tomar providências acerca do ingresso na Administração Pública, da investidura no cargo público, do exercício e da capacitação do servidor estatutário.

Art. 15 São formas de provimento de cargos públicos:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - reintegração;

V - aproveitamento;

VI - recondução.

Seção III

Da Nomeação

Art. 16 A nomeação será feita em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público, e observará o número de vagas existentes obedecendo, obrigatoriamente, a ordem de classificação no concurso público.

Art. 17 Para a perfeita realização da nomeação serão os interessados informados e chamados através de carta registrada à comparecerem na Secretaria Municipal de Administração para manifestarem seu interesse de ingressar no Quadro dos Profissionais da Educação Municipal e realizarem exame médico admissional.

Parágrafo Único. Aqueles que forem aprovados no concurso público municipal deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado para fins de recebimento da comunicação prevista no caput.

Subseção I

Da Avaliação da Aptidão Física e Mental

Art. 18 Aquele que aceitar ingressar no Quadro dos Profissionais da Educação Municipal deverá ser submetido à avaliação médico-pericial que atestará sua aptidão física e mental para o exercício do cargo pretendido.

Parágrafo Único. A avaliação médico pericial deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da manifestação do Interessado, determinada na forma do art. 17, pela perícia médica oficial do Município, constituída nos termos do art. 19.

Art. 19 A avaliação médico-pericial será realizada por um médico, designado especialmente para tal fim, que será acompanhado de um especialista em Medicina do Trabalho, devidamente contratado.

§1º A Administração Municipal poderá utilizar para configuração de sua perícia médica oficial, médicos de seu quadro funcional ou contratar profissionais especializados, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93;

§2º O profissional médico e o especialista em medicina do trabalho deverão, obrigatoriamente, comprovar sua formação e o registro em seu Conselho Profissional, bem como deverão apresentar a comprovação da experiência na realização de periciais admissionais;

§3º Obrigatoriamente, o médico-perito contratado pelo IPRECAL deverá acompanhar e formular quesitos que julgar necessários, à avaliação médica admissional;

§4º O laudo médico deverá ser, digitado ou datilografado e conterá, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - nome completo;
- II - número do CPF;
- III - cargo pleiteado;
- IV - endereço completo;
- V - data de nascimento;
- VI - descrição das características físicas do Interessado;
- VII - diagnóstico, indicando a presença ou não de patologias estabelecidas no Código Internacional de Doenças - CID;
- VIII - parecer conclusivo pela habilitação ou não para o cargo pleiteado;
- IX - data da realização da perícia;
- X - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
- XI - assinatura dos médicos peritos;

§5º Caso o candidato entenda necessário, poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança;

§6º O laudo médico deverá ser armazenado em envelope lacrado, sendo acondicionado em sua pasta funcional apenas o parecer conclusivo, indicado no inciso VIII do §5º, deste artigo;

§7º O laudo médico deverá ser concluído e remetido à Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar do primeiro dia útil após a realização do exame;

§8º De posse da conclusão do exame admissional a Administração Pública Municipal informará ao Interessado do resultado para, quando habilitado, publicar o ato de nomeação;

§9º Caso o resultado do exame admissional inabilite o Interessado, o mesmo será informado, por carta registrada, devendo ser juntada cópia da conclusão médica, sendo-lhe aberto prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação, em sede de recurso.

Subseção II

Dos Procedimentos Preliminares para a Nomeação

Art. 20 O ato formal de nomeação ao cargo público expedido pelo Chefe do Poder Executivo é o Decreto e dos demais dirigentes da Administração Indireta, a Portaria.

§1º O Decreto de nomeação deverá conter, necessariamente, as seguintes indicações, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem o baixar e autorizar a publicação:

I - a nomenclatura do cargo vago, com todos os elementos de identificação, suas atribuições e responsabilidades e a indicação precisa do número da lei que autorizou sua criação;
II - o caráter do provimento efetivo, indicando o número do edital do concurso, a data de sua homologação e a classificação do servidor;
III - o fundamento legal, bem como a indicação do padrão de vencimentos em que se dará o provimento do cargo;
IV - a indicação de que o exercício do cargo se dará cumulativamente com outro cargo municipal, quando for o caso, registrando-se a sua compatibilidade legal e de horários;

§2º Os decretos e portarias de nomeação serão publicados na integra no mural oficial da sede da Prefeitura Municipal e os extratos no órgão oficial de imprensa, definido nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21 Publicado o ato de nomeação, na forma do § 2º do art. 20, o interessado terá o prazo de 3 (três) dias úteis para tomar posse.

§1º Em se tratando de servidor em licença o prazo será contado do término do impedimento, excetuando-se a Licença para Tratamento de Interesses Particulares, disposta nos artigos 131 a 133;

§2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no caput deste artigo.

Seção IV

Da Posse e do Exercício

Art. 22 No prazo estabelecido no art. 21, o nomeado tomará posse, manifestando, pessoal e expressamente, sua vontade de aceitar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e as retribuições inerentes ao cargo público de caráter efetivo, com o compromisso de bem servir, através da assinatura do respectivo Termo de Posse, pela autoridade competente e pelo servidor empossado.

§1º Do Termo de Posse deverá constar:

I - a nomenclatura do cargo efetivo, a carga horária semanal e o local de sua lotação;
II - a declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, o compromisso do fiel cumprimento dos seus deveres e atribuições;

§2º Em anexo ao Termo de Posse será acostado:

I - instrumento de Declaração de Bens e Valores que constituem o seu patrimônio, do qual deverá constar:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) descrição detalhada de todos seus bens imóveis, em Campo Alegre ou em qualquer outra localidade;
- c) descrição de todos os meios de transporte automotores, de passeio ou não, que o servidor possua, incluindo-se embarcações e aeronaves;
- d) cópia da última declaração de imposto de renda, ainda que possua a condição de contribuinte isento;
- e) assinatura, local e data;

II - instrumento de Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas, contendo:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 65 e 66;
- c) assinatura do servidor, reconhecida em Cartório;
- d) local e data;

III - Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão previdenciário, contendo:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) menção expressa da inexistência da percepção de aposentadoria por invalidez em qualquer órgão previdenciário;
- c) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 65 e 66;

IV - certidão negativa, expedida pelo Poder Judiciário - Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais da comarca de São Bento do Sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário, ou processo de execução promovido pela Administração Pública, que desabone sua situação funcional.

Art. 23 É competente para dar posse aos servidores do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal o Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Poderá o Prefeito Municipal, por decreto delegar ao Secretário Municipal de Administração ou ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto competência para empossar os nomeados em cargo de provimento efetivo através de portarias, não se aplicando esta determinação para a concessão de funções de confiança.

Art. 24 A contar da data da assinatura do Termo de Posse o servidor terá 30 (trinta) dias corridos para iniciar o exercício de suas atividades, no cumprimento das atribuições inerentes ao seu cargo.

§1º O servidor empossado, que se encontrar portador de doença comprovada ou acidentado, ou a servidora empossada que se encontre em período de pós-parto ou cesariana, por período inferior a 60 (sessenta) dias, poderá dirigir requerimento à autoridade competente para

prorrogar, por igual período, o prazo para iniciar o exercício de suas atividades;

§2º Para deferimento do pedido de prorrogação deverá ser a doença ou o acidente comprovado através de atestado emitido pelo médico perito oficial, nos termos do art. 19, e a servidora em estado de pós-parto ou cesariana deverá juntar ao requerimento cópia da Certidão de Nascimento de seu filho;

§3º Admitir-se-á a prorrogação por no máximo 2 (dois) períodos consecutivos;

§4º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no caput, ou depois de expirados os possíveis prazos de prorrogação;

§5º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício;

§6º É vedado dar à posse efeito retroativo para assegurar ininterrupção de exercício.

Art. 25 A contar de seu primeiro dia de exercício, o servidor terá 72 (setenta e duas) horas para apresentar os seguintes documentos e elementos necessários ao seu assentamento individual, que serão coletados pelo Serviço de Pessoal e remetidos para o IPRECAL providenciar sua inscrição como segurado obrigatório, nos termos da Lei municipal nº 2537/2001:

I - fotocópia da Carteira de Identidade;

II - fotocópia da Certidão de Nascimento;

III - fotocópia do CPF;

IV - caso casado, Certidão de Casamento Civil ou Certidão de Casamento Religioso;

V - fotocópia da Certidão de Nascimento dos Filhos;

VI - fotocópia do Título de Eleitor;

VII - fotocópia do comprovante de residência;

VIII - fotocópia do Certificado de Reservista/Alistamento ou da Certidão de Isenção do Serviço Militar;

IX - fotocópia da Carteira de Registro no órgão de fiscalização profissional ;

X - declaração indicando quem são seus dependentes, observado o art. 9º da Lei municipal nº 2537/2001 e ainda:

a) caso o servidor possua filhos, de qualquer idade, que sejam portadores de invalidez devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial;

b) caso o servidor não possua dependentes presumidos e tenha irmãos, de qualquer idade, portadores de invalidez, devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial.

Art. 26 No primeiro dia de efetivo exercício o servidor receberá:

I - um número de matrícula funcional;

II - instruções por escrito de como utilizar adequadamente o equipamento de cartão-ponto ou outra forma de registro de frequência;

III - cópia do Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal;

IV - equipamento de proteção individual, caso dele necessite, bem como instruções de uso por escrito.

Parágrafo Único. O Serviço de Pessoal deverá coletar recibo de entrega dos materiais previstos nos incisos II, III e IV do caput.

Art. 27 O início, a suspensão, a interrupção e o reinício das atividades funcionais serão registrados no assentamento individual do servidor.

§1º A interrupção do exercício, fora dos casos legais e além dos limites admitidos, sujeita o servidor a processo disciplinar e às penas pertinentes;

§2º O licenciamento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato legislativo municipal só ocorre quando a representação for exercida em localidade diversa da sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário, e limita-se ao período de sessões da Câmara de Vereadores acrescida de seu deslocamento até ela;

§3º Caso denunciado por crime funcional o servidor poderá ser afastado de seu cargo, a critério da Administração Municipal;

§4º No caso de condenação, não sendo esta de natureza que determine a demissão do servidor, permanece mantido o afastamento até o cumprimento total da pena.

Art. 28 Respeitados os casos de ausências, afastamentos e licenças previstas neste Estatuto, o servidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal que interromper o exercício de suas atribuições por período superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos, sem proceder aviso à Administração Municipal, será demitido, observados os procedimentos contidos na Lei Complementar nº 006/2002, por abandono do cargo.

Parágrafo Único. Caso o servidor tenha registrado em seus assentos funcionais ausências ou afastamentos injustificados superiores a 10(dez) dias úteis a cada semestre, de forma consecutiva ou não, será instaurado processo disciplinar para procedimento de demissão.

Seção V

Do Estágio Probatório

Art. 29 Iniciado o exercício de suas atividades, o servidor detentor de cargo de provimento efetivo passará a cumprir estágio probatório, de

natureza teórica e prática, de três anos, sendo avaliado seu efetivo exercício.

§1º Entende-se por efetivo exercício os dias realmente laborados, incluídos os descansos semanais e as férias;

§2º São expressamente excluídos do cômputo dos dias para avaliação do estágio probatório dos profissionais do magistério municipal, todas as licenças previstas nos artigos 124 e seguintes deste Estatuto, e de forma taxativa:

- I - por motivo de doença de pessoa da família;
- II - para provimento de cargo comissionado;
- III - para tratamento de saúde;
- IV - para prestação de serviço militar;
- V - por motivo de afastamento do cônjuge;
- VI - para exercer atividade política;
- VII - para participar de pleito eleitoral;
- VIII - para gozo de licença maternidade;
- IX - para gozo de licença paternidade;
- X - para o desenvolvimento das atribuições de Secretário Municipal;

§3º O exercício de função de confiança não suspende ou interrompe os procedimentos de avaliação do estágio probatório;

§4º Os períodos desenvolvidos em caráter de substituição não interromperão o período de avaliação do estágio probatório.

Art. 30 Durante o estágio probatório o servidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será obrigatoriamente avaliado por uma Comissão de Avaliação dos Profissionais de Educação em Estágio Probatório (CAPE) instituída para esta finalidade, por indicação e nomeação do Prefeito Municipal.

§1º A CAPE será formada por 5 (cinco) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, que atuem no magistério municipal, já possuidores de estabilidade;

§2º São membros natos da CAPE os detentores do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, quando não estejam sob avaliação;

§3º Caso o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais não esteja provido ou seus titulares estejam ausentes ou afastados, serão substituídos na CAPE pelos servidores que ocuparem

as funções de confiança de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Educação, Chefe do Serviço de Educação Infantil ou Chefe do Serviço de Ensino Fundamental;

§4º O mandato da CAPE terá a duração de 3 (três) anos, devendo seus membros reunirem-se a cada 6 (seis) meses para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 32;

§5º A CAPE possuirá Regimento Interno próprio, votado por seus membros, observadas as disposições constantes desta Lei;

§6º Compete a CAPE contactar as chefias imediatas dos servidores avaliados para coletar os dados e notas de avaliação, especificados nos artigos 32 e 34;

§7º Os Diretores de Escola, os Diretores de Creche e os servidores avaliados poderão ser convidados pela CAPE para participarem das reuniões a fim de prestarem esclarecimentos, quando necessário;

§8º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto acompanhará os trabalhos da CAPE.

Art. 31 O servidor que se encontrar avaliado deverá receber instrumento informativo no qual conste as condições e a forma de avaliação, assinar sua avaliação anual tendo a possibilidade de recorrer administrativamente à CAPE, quando não estiver de acordo com sua avaliação.

Art. 32 Serão observados os seguintes requisitos para o efeito de avaliação do estágio probatório:

- I - Idoneidade Moral: entende-se como idôneo o servidor que não tiver sido condenado por qualquer crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, por crimes hediondos ou a eles equiparados e crimes inafiançáveis;
- II - Asseio e Sobriedade: entende-se como asseado e sóbrio o servidor que comparece ao local de trabalho observando as condições básicas de higiene e que não esteja sob o efeito de nenhuma substância tóxica ou alcoólica;
- III - Pontualidade: entende-se por pontual o servidor que inicia seus trabalhos no preciso horário definido para seu ingresso diário e que cumpre rigorosamente sua jornada de trabalho, de acordo com o funcionamento de seu órgão de lotação, sendo para tanto observado seu cartão-ponto ou registro manual de frequência;
- IV - Disciplina: entende-se como disciplinado, o servidor que mantém a ordem que convém ao funcionamento regular da instituição, com observância aos preceitos e normas de conduta;
- V - Produtividade e Capacidade de Iniciativa: entende-se como produtividade o rendimento dos trabalhos desenvolvidos pelo servidor no desempenho de suas atribuições, assim como sua disposição de tomar a iniciativa em tarefas próprias das atribuições do cargo;
- VI - Sociabilidade: entende-se como sociável o servidor que mantém bom relacionamento com seus colegas, tratando-os com urbanismo e respeito, e que mantenha o espírito de equipe e companheirismo, para a prestação de um serviço público de excelência, bem como aquele que defere tratamento com respeito e educação à comunidade, quando do exercício de suas funções;

VII - Zelo pelo Patrimônio Público: entende-se por zelo pelo patrimônio público o cuidado com equipamentos em geral e o uso racional dos materiais e insumos.

Art. 33 Os preceitos e notas para os quesitos elencadas no art. 32 obedecerão aos seguintes critérios de pontuação:

I - para idoneidade moral: será considerado inidôneo o servidor que tiver sido condenado por crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, ou por crime hediondo ou a ele equiparado ou crimes inafiançáveis, desde que haja sentença transitada em julgado, devendo assim ser avaliado:

- a) ótima (nota 10): se não sofreu nenhuma condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados;
- b) insatisfatória (nota 0): se sofreu condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados, com sentença transitada em julgado;

II - para asseio, compreendendo-se a higiene básica, no rosto, mãos, cabelos e dentes, bem como roupas e sapatos limpos:

- a) ótima (nota 10): se comparece ao trabalho obedecendo ao critério especificado;
- b) insatisfatório (nota 0): se comparece ao trabalho não obedecendo ao critério especificado, de forma habitual e permanente;

III - para sobriedade:

- a) excelente (nota 10): aquele que, sempre, se apresentar ao trabalho sóbrio;
- b) irregular (nota 0): aquele que, se comprovada sua apresentação ao trabalho, ainda que de forma não habitual, sob o efeito de substâncias tóxicas ou alcoólicas;

IV - para pontualidade, será deduzida da nota 10 (dez):

- a) faltas injustificadas: para cada falta injustificada será deduzido 5 (cinco) pontos;
- b) chegadas tardias, saídas antecipadas ou ausências repentinas, ocorridas de forma injustificada: para cada chegada tardia, saídas antecipadas ou ausência repentina será deduzido um (um) ponto;

§1º Compreende-se por injustificada a chegada tardia, ausência repentina ou saída antecipada, que não seja autorizada por escrito pela chefia imediata;

V - para disciplina:

- a) excelente (nota 10): acata ordens, sempre com boa vontade, sendo eficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;
- b) ótimo (nota 9): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;
- c) bom (nota 7): acata ordens, nem sempre com boa vontade;
- d) regular (nota 5): acata ordens, sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;
- e) insatisfatória (nota 0): não acata ordens;

§2º Todos os atos de insubordinação deverão ser anotados pela chefia imediata do servidor e serem prontamente protocolados e encaminhados à CAPE, independentemente do procedimento disciplinar adotado pelo Serviço de Pessoal;

VI - para produtividade e capacidade de iniciativa:

- a) excelente (nota 10): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimentos máximos;
- b) ótimo (nota 9): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;
- c) bom (nota 8): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;
- d) satisfatório (nota 7): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, não tendo iniciativa para novos aprendizados;
- e) regular (nota 6): possui relativo domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento abaixo do desejado;
- f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado, quebrando equipamento e não zelando pelo patrimônio público;
- g) insatisfatória (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos e zelo pelo patrimônio público insatisfatórios ou inexistente;

VII - sociabilidade:

- a) ótima (nota 10): tem ótimo relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;
- b) bom (nota 8): tem bom relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;
- c) regular (nota 4): tem regular relacionamento com os colegas de trabalho, não tem espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;
- d) insatisfatória (nota 0): se relacionar mal com os colegas de trabalho, sem urbanismo e educação, não tem espírito de equipe e companheirismo;

VIII - zelo pelo patrimônio público:

- a) ótima (nota 10): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade máxima todos os materiais e insumos, não possuindo qualquer registro de quebra ou perda do patrimônio;
- b) bom (nota 6): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade todos os materiais e insumos, possuindo registros não habituais de quebra ou perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;
- c) regular (nota 4): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros habituais de quebra e perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;
- d) insatisfatório (nota 0): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros de quebra e perda do patrimônio, havendo comprovação, em processo administrativo pertinente, de dolo por parte do servidor avaliado;

§3º Compreende-se por patrimônio público qualquer objeto, equipamento, móvel e imóvel, de pequeno, médio ou grande porte, adquirido através do erário municipal, bem como qualquer daqueles que tenha sido incorporado, sob qualquer forma de recebimento;

§4º Compreende-se por insumo o material de expediente, inclusive os de informática, energia elétrica, meios de comunicação, incluindo-se a internet, que são utilizados para a produção e prestação dos serviços públicos;

§5º Entende-se por dolo a vontade consciente dirigida do servidor de obter um resultado criminoso ou de assumir o risco de o produzir, para dilapidar o patrimônio público, e ainda qualquer ato consciente com que este induza outrem a realizá-lo;

§6º Caso haja a configuração de dolo, para efeitos de avaliação do estágio probatório haverá meramente o registro formal da nota, pois tal fato, verificado em competente processo disciplinar, culminará na demissão do servidor.

Art. 34 Para processar a avaliação a chefia imediata do servidor avaliado deverá até o décimo quinto dia útil do primeiro mês subsequente ao fechamento de cada trimestre de estágio probatório, encaminhar a CAESP o formulário-padrão de avaliação.

§1º As notas indicadas pela chefia imediata deverão ser fundamentadas por escrito, devendo sempre que possível os fatos narrados serem acompanhados de documentos hábeis que comprovem o ocorrido;

§2º A cada 6 (seis) meses os membros da CAPE reunir-se-ão para processar as 2(duas) avaliações trimestrais encaminhadas, devendo:

I - conferir o registro de recebimento das avaliações;

II - avaliar se todos os quesitos do formulário-padrão foram devidamente preenchidos;

III - registrar em ata o recebimento de denúncias ou queixas realizadas contra servidores em período de estágio;

IV - coletar no Serviço de Pessoal a existência de faltas injustificadas, as notificações, suspensões ou advertências processadas contra o servidor avaliado;

V - processar a média de notas auferidas no semestre observada a seguinte fórmula:

$$MS1 = N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5$$

33

onde,

MS1 = Média do Semestre;

N1 = (nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro trimestre + nota auferida para idoneidade moral referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;

N2 = (nota auferida para asseio referente ao primeiro trimestre + nota auferida para asseio referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p4 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;

N3 = (nota auferida para sobriedade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sobriedade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;

N4 = (nota auferida para pontualidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para pontualidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;

N5 = (nota auferida para disciplina referente ao primeiro trimestre + nota auferida para disciplina referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;

N6 = (nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro trimestre + nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;

N7 = (nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sociabilidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;

N8 = (nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro trimestre + nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público;

33 = somatório dos pesos adotados;

§3º Ao final de cada 12 (doze) meses a CAPE realizará a média anual do servidor avaliado, observado a seguinte fórmula:

$$MA = \frac{MS1 + MS2}{2}, \text{ onde.}$$

2

MA = média anual do estágio probatório;

MS1 = média do primeiro semestre, na forma do §1º;

MS2 = média do segundo semestre, na forma do §1º;

§4º A média anual será informada ao servidor, por escrito, em reunião individualizada, na presença de 2 (dois) membros da CAPE;

§5º O servidor receberá um boletim no qual constarão suas notas, por trimestre, referente a cada quesito, com as respectivas médias;

§6º Caso o servidor discorde da média que lhe foi pontuada poderá no prazo máximo de 3 (três) dias úteis formular pedido de reconsideração, por escrito, enviado à presidência da CAPE;

§7º Protocolado o pedido de reconsideração, a CAPE procederá a abertura de processo administrativo, coletando o testemunho pessoal do servidor, de sua chefia imediata e de 3 (três) colegas de trabalho, bem como provas materiais que possam efetivar um juízo de convencimento;

§8º O pedido de reconsideração deverá ser processado e julgado em no máximo 30 (trinta) dias, não cabendo da decisão final da Comissão qualquer recurso administrativo, restando ao servidor avaliado a possibilidade de submeter a questão à apreciação do Poder Judiciário.

Art. 35 A nota oficial para aprovação no estágio probatório se dará através da média aritmética simples das 3 (três) avaliações anuais, que deverão ser processadas na forma do art. 34.

§1º O servidor em estágio probatório que não obtiver nota oficial igual ou superior a 6 (seis) será submetido a processo administrativo para efeito de exoneração do cargo, assegurado o direito de ampla defesa na forma do §6º, do art. 34;

§2º A exoneração, em face da desaprovação no estágio probatório não gera nenhum tipo de indenização funcional, sendo pagas a termo, as seguintes parcelas:

- I - vencimento proporcional aos dias trabalhados, no mês de competência da exoneração;
- II - férias proporcionais;
- III - 1/3 constitucional de férias proporcionais;
- IV - gratificação natalina proporcional.

Art. 36 A CAPE poderá propor abertura de processo administrativo, a qualquer tempo do estágio probatório para fins de exoneração imediata do servidor, quando:

- I - caracterizada a inidoneidade moral;
- II - a média da avaliação semestral for inferior a 6 (seis), durante 2 (dois) períodos consecutivos;
- III - após 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não;
- IV - após 5 (cinco) chegadas tardias, ou saídas antecipadas ou ausências repentinas ao trabalho, sem prévia autorização da chefia imediata;
- V - após a verificação de dilapidação do patrimônio público, na forma da alínea "d", do inciso VIII, do art. 33.

Art. 37 Concluído o processo administrativo de avaliação pela CAPE, esta encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal relatório contendo os resultados da avaliação para homologação, e se for o caso deflagrar a expedição do ato de exoneração.

Parágrafo Único. Após a homologação será o rol de aprovados no estágio probatório, devidamente, publicado no órgão de imprensa oficial e no mural da sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art. 38 A avaliação das atividades está expressamente vinculada ao cargo de provimento efetivo do Quadro de Profissionais da Educação, preenchido em face da realização do concurso público, ficando proibido contar no período obrigatório de avaliação:

- I - o tempo de serviço prestado a outras entidades, públicas ou privadas;
- II - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em cargo diverso;
- III - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em função semelhante, porém em contratação pelo regime celetista ou em caráter temporário;
- IV - o tempo de serviço prestado à Administração Pública federal, estadual ou municipal em caráter comissionado, inclusive no Município de Campo Alegre;

Parágrafo Único. Comporta exceção ao caput o servidor público que seja readaptado, na forma dos artigos 44 a 50, sendo o resultado da avaliação procedida no cargo originário somada a avaliação do cargo a que foi readaptado, observado o período de três (três) anos.

Art. 39 Durante o período de avaliação do estágio probatório o servidor não poderá licenciar-se para tratar de assuntos particulares.

Art. 40 A servidora gestante que não seja aprovada no estágio probatório será exonerada somente após o término da Licença Maternidade, vagando seu cargo apenas nesta oportunidade.

Art. 41 Os servidores públicos que se encontrarem em estágio probatório no advento da publicação desta lei, terão o período restante avaliado e cumprido de acordo com esta.

§1º As avaliações trimestrais realizadas na forma do art. 30 da Lei municipal nº 2.303/98 serão levadas em consideração, respeitando-se os pareceres prolatados, pela exoneração ou manutenção do servidor e os períodos avaliados;

§2º Aquele que se encontrar licenciado ou provendo cargo comissionado, por ato procedido em observância à Lei Municipal nº 2.303, terá sua situação mantida, enquanto houver o interesse público, e em seu retorno será avaliado nos novos moldes estabelecido neste Estatuto.

Seção VI Da Estabilidade

Art. 42 O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado no cargo respectivo, adquire estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório, nos termos da Seção V do Capítulo II, deste Título.

Art. 43 O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - processo administrativo que lhe assegure a ampla defesa;
- III - excesso de despesas de pessoal, na forma do §4º do art. 169 da Constituição da República;
- IV - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, conforme procedimentos especificados nesta Lei Complementar.

§1º A perda do cargo público para o servidor estável, por força do disposto no inciso III deverá ser precedida de ato normativo motivado

pelo Chefe do Poder Executivo e deverá especificar:

- I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;
- II - a atividade funcional e o órgão ou entidade administrativa objeto de redução de pessoal;
- III - o critério geral impessoal escolhido para identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;
- IV - os critérios e as garantias especiais escolhidas para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;
- V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;
- VI - os créditos orçamentários para o pagamento das indenizações;

§ 2º O critério geral para identificação impessoal a que se refere o inciso III do §1º será escolhido entre:

- I - menor tempo de serviço público;
- II - maior remuneração;
- III - menor idade;

§ 3º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação;

§ 4º A exoneração de servidor estável que desenvolva atividade exclusiva de Estado, assim definida em lei, somente será admitida quando a exoneração de servidores dos demais cargos do órgão ou da unidade administrativa objeto da redução de pessoal tenha alcançado, pelo menos, 30% (trinta por cento) do total desses cargos;

§ 5º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis, serão declarados extintos, sendo vedada à criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Seção VII

Da Readaptação

Art. 44 Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica mandada realizar pelo Município de ofício ou a pedido do servidor.

§1º São condições para ocorrer a readaptação:

- I - que as atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação do readaptado;
- II - que se respeite à habilitação exigida para o exercício do novo cargo;
- III - que a limitação física ou mental seja consignada em laudo pericial produzido por médico perito oficial, observado o contido no §1º do art. 19;

§2º A readaptação não poderá resultar em redução de vencimentos, podendo, contudo alterar a jornada de trabalho do servidor, de modo a que possa cumprir suas novas atribuições;

§3º Na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga, devendo ser instaurado processo administrativo próprio para registrar o evento.

Art. 45 A avaliação pericial para reabilitação será arquivada na pasta funcional do servidor, em envelope lacrado, contendo a conclusão detalhada de sua análise, digitada ou datilografada, informando:

- I - nome completo do servidor;
- II -- número da matrícula funcional, nomenclatura do cargo e função;
- III - número do CPF;
- IV - endereço completo;
- V - data de nascimento;
- VI - descrição das características físicas do servidor;
- VII - data do afastamento do trabalho;
- VIII - data do início da doença;
- IX - data do início da incapacidade;
- X - causa do afastamento do trabalho;
- XI - história mórbida progressiva;
- XII - antecedentes pessoais;
- XIII - histórico da doença atual;
- XIV - exames solicitados;
- XV - diagnóstico, indicando o Código Internacional de Doenças - CID em que o servidor está enquadrado;
- XVI - conclusão pela readaptação ou não;
- XVII - indicação de possíveis atividades funcionais em que o servidor possa ser readaptado;
- XVIII - data da realização da perícia;
- XIX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
- XX - assinatura do perito;

Parágrafo Único. O médico perito oficial apresentará ao Serviço de Pessoal um Atestado de Readaptação, que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos dos procedimentos de registro de atos de pessoal justificando seu parecer que conterà:

- I - nome completo do servidor;
- II - número da matrícula funcional;
- III - número do CPF;
- IV - endereço completo;
- V - indicação do Código Internacional de Doenças - CID que o servidor está enquadrado;
- VI - conclusão pela concessão da readaptação;
- VII - denominação e descrição da atividade na qual o servidor será readaptado;
- VIII - data da realização da perícia;
- IX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
- X - assinatura do médico perito oficial.

Art. 46 Caso o servidor seja readaptado em face de acidente em serviço, deverá sua pasta funcional ser instruída com a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), acompanhada se for o caso de:

- I - licenças médicas motivadas pelo acidente;
- II - laudos periciais de acidente de trânsito ou outros quando couberem;
- III - registros hospitalares;
- IV - registros médicos;
- V - registros policiais;
- VI - depoimentos precisos e fidedignos de testemunhas;
- VII - outros elementos de prova a serem definidos pelo médico perito oficial.

§ 1º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

- I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para recuperação;
- II - o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de:
 - a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
 - b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
 - c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
 - d) ato de pessoa privada do uso da razão;
 - e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;
- III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo;
- IV - o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço:
 - a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
 - b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
 - c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;
 - d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor, observando-se a habitualidade da realização do trajeto;
- V - moléstias profissionais;

§ 2º Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, considera-se como exercício do cargo;

§ 3º Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

- I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social;
- II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:
 - a) a doença degenerativa;
 - b) a inerente a grupo etário;
 - c) a que não produza incapacidade laborativa.

Art. 47 Se a incapacidade decorrer de doença profissional ou do trabalho, deverão ser juntados os documentos apontados no art. 45 e seu parágrafo único e a avaliação médica deverá caracterizar, obrigatoriamente, a relação da causa e efeito entre a moléstia e a atividade exercida pelo servidor.

Art. 48 A apresentação da documentação solicitada, como avaliações, relatórios e atestados, deverá ser digitada, com carimbo, assinatura e a indicação do número do CRM do médico responsável, de forma descritiva, sem perder a objetividade e a clareza das informações.

Art. 49 O servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas de três em três meses, durante o intervalo de um ano, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Parágrafo Único. Caso a avaliação médica, a qualquer tempo verifique a incapacidade total para o trabalho, o servidor será encaminhado à

perícia médica do IPRECAL para análise da possibilidade da concessão de aposentadoria por invalidez.

Art. 50 A readaptação do servidor no novo cargo deverá ser acompanhada por 12 (doze) meses, pelo Serviço de Pessoal, sendo ao final deste período expedido Relatório do Programa de Readaptação Profissional, que descreverá com precisão as novas atividades que foram indicadas para o servidor, o desenvolvimento e a finalização do programa.

Seção VIII Da Reversão

Art. 51 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no serviço público por invalidez, quando a junta médica do IPRECAL, INSS ou o médico perito oficial do Município, declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§1º A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, observado o respectivo vencimento, bem como para o cálculo das demais parcelas remuneratórias será levado em consideração todo o tempo em que o servidor encontrava-se aposentado;

§2º São assegurados ao servidor que reverter à atividade os mesmos direitos, garantias, vantagens e deveres aplicáveis aos servidores em atividade;

§3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;

§4º Efetivada a reversão, o servidor será lotado conforme a necessidade da Administração, respeitada sua carga horária, remuneração e escolaridade de seu cargo originário;

§5º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade, sendo transformada a aposentadoria por invalidez em compulsória, observado-se as regras próprias codificada na Lei Municipal nº 2.537.

Art. 52 Será cassada a aposentadoria do servidor revertido que não retorne as atividades no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva ciência.

Seção IX Da Reintegração

Art. 53 Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observando o disposto nos artigos 56 a 58;

§2º Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, lotado em outro de atribuições e vencimentos compatíveis com o até então ocupado, sem direito a qualquer indenização, seja no mesmo ou em outro órgão ou entidade, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 54 Obrigatoriamente deverá o decreto ou portaria de reintegração indicar:

- I - o número do processo judicial;
- II - a data da expedição da sentença;
- III - o número e a data do Diário de Justiça em que foi publicada;
- IV - a transcrição literal da conclusão da sentença;
- V - a indicação precisa de que todas as vantagens funcionais serão restabelecidas e pagas.

Seção X Da Recondução

Art. 55 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - reintegração do anterior ocupante;
- II - qualquer movimentação funcional judicialmente declarada indevida;

§1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, ou colocado em disponibilidade remunerada, não fazendo jus a nenhum tipo de indenização;

§2º Caso o servidor reconduzido já tenha adquirido a estabilidade no cargo que provia, não será novamente avaliado, para fins de estágio probatório.

Seção XI Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 56 O servidor efetivo poderá ser aproveitado em outras funções, quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação destas atividades.

Parágrafo Único. Somente poderá haver o aproveitamento em funções similares às que anteriormente exercia, correspondentes a cargo igual ou da mesma natureza funcional.

Art. 57 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§1º O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito do cálculo da remuneração em disponibilidade;

§2º A remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por anos de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher;

§3º Para efeitos de disponibilidade entende-se por vencimentos mensais o vencimento básico acrescido das vantagens básicas de caráter permanente, inclusive as de caráter pessoal já incorporadas pelo servidor, não sendo incluídas para nenhum efeito:

I - o adicional pela prestação de serviços extraordinários;

II - o adicional noturno;

III - o adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;

IV - o adicional de férias;

V - função gratificada pelo exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, ou parcela recebida a título de exercício de cargo comissionado;

VI - gratificação natalina;

VII - salário-família;

VIII - indenizações;

IX - diárias;

§4º O aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade por mais de 12 (doze) meses depende de prévia comprovação de sua capacidade física e mental pelo médico perito oficial ou credenciado, na forma do §1º do art. 19, desta Lei;

§5º Caso o servidor seja julgado apto deverá assumir no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do ato de aproveitamento;

§6º Verificada a incapacidade definitiva o servidor em disponibilidade será encaminhado ao IPRECAL, para instauração do processo de análise da possibilidade de concessão de aposentadoria;

§7º Havendo mais de um concorrente a mesma vaga, tem preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público;

§8º É tornado sem efeito, o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por médico perito oficial ou credenciado;

§9º O servidor em disponibilidade contribuirá para o IPRECAL, sobre a remuneração mensal que perceber em tal situação, sendo-lhe contado o tempo, nesta condição, para efeito de aposentadoria;

§10 O servidor em disponibilidade que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente, nos termos do art. 40 da Constituição da República, sendo observados os procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 2537/2001;

§11 O servidor colocado em disponibilidade perceberá a gratificação natalina, na data determinada;

§12 O tempo no qual o servidor encontrar-se em disponibilidade não será computado para efeito de implementação de promoção ou quaisquer outras vantagens funcionais.

Art. 58 O cancelamento da disponibilidade solicitada pelo servidor corresponde à exoneração a pedido, a qual implica, exclusivamente, o pagamento da remuneração devida no mês de competência da publicação do respectivo ato e a gratificação natalina proporcional.

Seção XII

Da Substituição

Art. 59 O profissional da educação municipal, efetivo e estável, poderá ser designado para substituir quando encontrar-se afastado ou em licença o titular do cargo que responde por regência de classe, pelo período máximo de 120 (cento e vinte) dias, observada a disponibilidade de horário.

§1º Caso o afastamento ou licença seja superior a 120 (cento e vinte) dias, as funções da vaga do servidor afastado ou licenciado deverá ser executada por profissional temporário, devendo tal situação ser previamente justificada ao Chefe do Poder Executivo, por escrito;

§2º A designação dos profissionais que irão substituir os detentores de cargos titulares na modalidade de temporários obedecerá a ordem de classificação obtida através de processo seletivo, realizado anualmente e, se for o caso, de concurso para novos profissionais, de acordo com as necessidades apuradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

§3º Apenas os profissionais da educação que possuam carga horária de 20 horas semanais poderão ser utilizados para realizar substituição;

§4º Caso não haja profissionais da educação, disponíveis para realizar a substituição por período inferior a 120 (cento e vinte) dias, a

Administração Municipal utilizará profissionais contratados em caráter temporário.

Art. 60 O servidor investido em função de confiança do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal terá substituto, em caráter expressamente temporário, indicado pelo Chefe do Poder Executivo, através de decreto, que obrigatoriamente conterá:

I - qualificação completa do servidor que será substituído, elencando:

- a) nome completo;
- b) matrícula funcional;
- c) órgão de lotação;
- d) denominação do cargo;
- e) descrição de suas atividades;
- f) fundamento legal de criação do cargo;
- g) carga horária;

II - qualificação completa do servidor que o substituirá, elencando:

- a) nome completo;
- b) matrícula funcional;
- c) órgão de lotação;
- d) denominação do cargo originário;
- e) descrição de suas atividades;
- f) fundamento legal de criação do cargo;
- g) indicação literal da vedação de incorporação de qualquer parcela recebida a título de substituição;

III - indicação do período que irá durar a substituição;

IV - indicação do fundamento legal que autoriza a substituição.

Parágrafo Único. Os detentores de função de confiança poderão ser substituídos, sem gerar perda da função, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, excetuada a substituição em decorrência de Licença à Maternidade.

Art. 61 O servidor substituidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será remunerado com 100% (cem por cento) da remuneração diária do servidor detentor de cargo titular com exercício de regência de classe, observado o disposto no Artigo 59 desta Lei.

Parágrafo Único. Sobre a parcela recebida a título de substituição não incidirá contribuição previdenciária, bem como não será incorporada ao vencimento ou a remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 62 O servidor substituidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será remunerado com apenas 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança, não incidindo sobre esta parcela descontos de natureza previdenciária.

Parágrafo Único. As parcelas recebidas a título de substituição, previstas no caput, não incorporam o vencimento ou a remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 63 Caso o cargo do servidor substituído seja vago, a seu pedido ou por interesse da Administração Municipal, a substituição cessa imediatamente.

Seção XIII

Da Cessão

Art. 64 A Administração Municipal poderá autorizar a cessão de servidor estável, para o exercício de cargo no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário do Estado de Santa Catarina, em outro estado da federação ou em órgão ou entidade vinculada a Administração pública Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Legislativo.

§1º Constitui condição para o afastamento:

I - obrigatoriedade das contribuições para o IPRECAL sobre a remuneração-de-contribuição disposta na Lei Municipal nº 2.537, devendo o servidor arcar, inclusive, com a contribuição do Município;

II - a requisição expressa de outro órgão e o interesse do servidor e do órgão cedente;

III - em casos de leis específicas, municipais, estaduais ou federais, a menção da determinação pela cessão;

§2º Temporária e extraordinariamente admitir-se-á a cessão de servidores para organizações sociais assim qualificadas pelo Poder Executivo Municipal;

§3º A Administração Municipal somente fará a cessão de servidores a outros entes da Federação, se houver:

I - autorização na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação;

III - quando cedido para outras funções fora do sistema de ensino não possuam ônus para o sistema de origem integrante da carreira do magistério.

§4º A cessão para o exercício de atividades estranhas ao magistério interromperá a progressão na carreira.

Seção XIV

Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos

Art. 65 É vedado ao servidor a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República:

I - dois cargos de professor;

II - um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

III - dois cargos privativos de médico;

IV - dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Parágrafo Único. A proibição de acumular estende-se aos empregos e funções públicos e abrangem autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Art. 66 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 da Constituição da República com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 65 desta Lei, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. A vedação prevista no caput, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, que, até 16/12/1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo IPRECAL, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o §11 do artigo 40 da Constituição da República.

Seção XV

Da Jornada de Trabalho

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 67 A jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Municipal será de:

I - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Professor Auxiliar;

II - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Professor;

III - 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§1º Para os detentores do cargo de Professor, a jornada de trabalho será de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais conforme o estabelecido no edital do concurso público prestado sendo que 20% (vinte por cento) desta jornada será correspondente a hora-atividade;

§2º Entende-se por hora-atividade aquela utilizada para planejar, avaliar, programar as atividades educacionais, observado para tanto a proposta pedagógica da escola, devidamente aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sendo que as faltas a estas atividades, caso não sejam devidamente justificadas, serão enquadradas como faltas injustificadas repercutindo em todos os aspectos legais e remuneratórios atinentes a este fato;

§3º O desenvolvimento da hora-atividade deverá ser realizado, obrigatoriamente, nas dependências das unidades escolares, sendo vedado seu exercício no domicílio do servidor;

§4º A ausência nas dependências das unidades escolares para desenvolver a hora-atividade configurará falta injustificada ao trabalho;

§5º O detentor de função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração, não lhe sendo devida em nenhuma hipótese adicional de horas extras ou noturnas.

Art. 68 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal fixar a jornada normal de trabalho dos ocupantes de cargos do Quadro dos Profissionais da Educação, salvo as exceções expressas neste Estatuto ou quando a lei estabelecer duração menor ou diferenciada;

§1º Ocorrendo situação de emergência ou de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência, os servidores requisitados à disposição da Comissão Municipal de Defesa Civil - CMDC, não farão jus à retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diárias e transporte, em caso de deslocamento;

§2º Nos dias úteis, só por determinação do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou serem suspensos os seus trabalhos.

Subseção I

Da Redução da Jornada

Art. 69 Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional, calculada sobre sua totalidade, declarando estar ciente de que o período de jornada reduzida concedido poderá ser revogado a qualquer tempo pelo Chefe do Poder Executivo, em atendimento às necessidades da Administração Pública.

§1º Não poderão solicitar jornada reduzida:

- I - os servidores que exercem função de confiança;
- II - os servidores que possuam carga horária semanal de 20 (vinte) horas;
- III - os servidores que não detém estabilidade;

§2º Todas as vantagens funcionais do servidor que esteja em jornada reduzida terão sua incidência sobre o vencimento proporcional, inclusive o pagamento relativo às férias, ao 1/3 (um terço) constitucional de férias e ao décimo terceiro salário, não importando se nos demais meses do ano recebeu sua remuneração de forma integral;

§3º O servidor que se encontrar com redução de jornada não fará jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento do vale-alimentação;

§4º Não poderá ser deferido o pedido de jornada reduzida ao servidor que a solicitar para exercer função de caráter temporário ou prover cargo em comissão na Administração Pública;

§5º A duração máxima de concessão de período de jornada reduzida será de 3 (três) anos, podendo ser concedida novamente se preenchidos os seus requisitos, definidos neste artigo, através de novo ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

§6º. A redução da jornada de trabalho apenas poderá ser deferida se a Administração Municipal estiver operando em regime de jornada integral;

§7º A contribuição para o IPRECAL no caso de jornada reduzida será sobre a remuneração-de-contribuição recebida nesta condição.

§8º O deferimento do pedido será dado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, após avaliação das necessidades da Administração Pública, devendo especificar o prazo de duração da jornada reduzida, que, se for omissa, será de 3 (três) anos;

§9º Findo o prazo previsto para a jornada reduzida, o servidor deverá voltar automaticamente a exercer o cargo com a jornada integral.

§10 A jornada de trabalho poderá reduzida até o máximo de 50% da carga horária total definida para o cargo;

§11 A remuneração total a ser percebida pelo servidores cuja carga horária seja reduzida a pedido não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional em vigor;

§12 Caso o calculo da remuneração proporcional a carga horária reduzida seja inferior ao salário mínimo nacional em vigor, deverá ser a remuneração complementada até alcançar o referido valor.

§13 O valor pago a título de complemento deverá ser visualizado separadamente no contra-cheque do servidor;

§14 Incidirá a reposição anual no vencimento dos servidores que se encontram com jornada reduzida.

Subseção I Da Frequência

Art. 70 O registro de frequência do servidor é diário, podendo ser de forma mecânica ou eletrônica ou, nos casos indicados em decreto, por outra forma que vier a ser adotada e deverá ser feita pelo próprio servidor.

§1º Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, a entrada e saída do servidor, e pelo qual deverão ser lançados os elementos necessários à apuração da frequência;

§2º Todos os servidores devem observar rigorosamente o seu horário de trabalho, previamente estabelecido;

§3º Nenhum servidor pode deixar seu local de trabalho durante o expediente sem autorização expressa de sua chefia imediata;

§4º Quando houver necessidade de trabalho fora do horário normal de funcionamento do órgão, deve ser providenciada a autorização específica para o ingresso do servidor nas instalações das unidades da Administração Pública.

Art. 71 O servidor é obrigado a avisar à sua chefia imediata no dia em que, por doença, força maior, ou prestação de provas escolares não puder comparecer ao serviço.

§1º As faltas previstas no caput devem ser justificadas formalmente para fins disciplinares, de anotação no assentamento individual e pagamento;

§2º A impossibilidade do comparecimento deve ser relatada em documento próprio do qual também deve constar a assinatura e ciência da chefia imediata, a qual é solidariamente responsável por qualquer ausência fraudulenta;

§3º As faltas ocorridas em virtude de doença devem ser justificadas através da apresentação de atestado médico, para períodos de até 5 (cinco) dias e, em período superior a este, pelo órgão médico oficial ou credenciado;

§4º O servidor que se ausentar, em virtude da apresentação de atestados, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos em um período de 12 (doze) meses será submetido à avaliação do médico perito oficial;

§5º As faltas ao serviço por motivos particulares não serão justificadas para qualquer efeito, computando-se como ausência o sábado e

domingo, ou feriado, quando intercalados.

§6º. Não se consideram faltas, aquelas decorrentes da prestação de provas escolares ou de concursos públicos realizadas pelo servidor na condição de aluno ou concursando, em horário de trabalho, ou aquelas decorrente de ponto facultativo instituído por autoridade competente ou outras previstas em lei que seja aplicável aos servidores profissionais da educação do município de Campo Alegre.

Art. 72 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por um (um) dia, para doação de sangue;

II - por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor ou regularizar situação eleitoral pendente;

III - por 2 (dois) dias úteis pelo falecimento de sogro, sogra, avô e avó.

IV - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, descendentes diretos, e pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela.

IV - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, incluindo-se o período de participação em júri popular.

§1ºA ausência deverá ser comprovada através da apresentação de documento próprio que comprove a doação de sangue e o alistamento eleitoral, bem como a apresentação de Certidão de Casamento ou Certidão de Óbito;

§2º O comparecimento em juízo deverá ser comprovado através da apresentação de intimação, notificação, citação judicial ou certidão assinada pelo responsável do Cartório, onde conste a data e o horário do comparecimento em juízo.

Subseção I

Da Servidora Lactante

Art. 73 Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas de descanso, sendo 1 (uma) hora no período da manhã e 1 (uma) hora no período da tarde, vedada a acumulação das duas horas num só período.

Parágrafo Único. A servidora lactante para beneficiar-se do disposto no caput deverá requerer o descanso previsto, em formulário próprio, no Serviço de Pessoal, apresentando para tanto a Certidão de Nascimento do filho.

Seção XVI

Da Vacância

Art. 74 A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - posse em outro cargo não acumulável;

V - aposentadoria;

VI - falecimento.

§1º A vacância ocorrerá na data:

I - da publicação eficaz do ato que exonerar, demitir, readaptar, ou aposentar o ocupante do cargo;

II - do falecimento do ocupante do cargo;

§2º A readaptação será processada na forma dos artigos 44 a 50, desta Lei.

§3º A aposentadoria será concedida de acordo com a legislação municipal específica que criou e instituiu o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre - IPRECAL.

Subseção I

Da Exoneração

Art. 75 A exoneração do cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício será aplicada:

I - quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido;

II - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, ressalvado o direito de recondução;

III - mediante processo de avaliação periódica de desempenho, cuja metodologia a ser utilizada está definida no Plano de Carreira desta Lei, observada a instauração de sindicância ou processo disciplinar para elucidação dos fatos;

IV - quando, após tomar posse e entrar em efetivo exercício em outro cargo público de provimento efetivo e inacumulável, não tiver solicitado exoneração a pedido em relação ao outro cargo;

V - por extinção do cargo, para atender limites constitucionais sobre gastos com pessoal, mediante indenização;

VI - por justa causa, apurada em processo administrativo, ou por decisão judicial transitada em julgado.

Art. 76 A exoneração de cargo em comissão e da função de confiança, dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Subseção II Da Demissão

Art. 77 A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - excesso de cargos, através de ato normativo motivado que especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade objeto de redução de pessoal, quando a despesa com pessoal ativo e inativo exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal, e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias, e obedecidas as normas gerais estabelecidas em lei federal:
 - a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
 - b) exoneração dos servidores não estáveis.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I Do Vencimento e da Remuneração

Art. 78 Para efeito desta lei, a retribuição pecuniária devida aos servidores do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, compreende:

- I - como vencimento base: o salário básico estipulado no Anexo V, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições, do cargo ou função pública;
- II - como vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes, definidas nesta Lei, relativas ao cargo de provimento efetivo;
- III - como remuneração: a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, inclusive os valores pagos a título de gratificação de função de confiança, nestas compreendidas às relativas à natureza ou ao local de trabalho;

§1º Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário-mínimo nacional, em vigor;

§2º Os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente;

Art. 79 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, atinente aos Profissionais da Educação Municipal, observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 80 O vencimento dos Profissionais da Educação somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

Parágrafo Único. A Administração Municipal instituirá o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo, compreendido a Administração Direta e Indireta, com a imediata participação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, observado para tanto o contido no artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

Art. 81 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
- II - gratificação natalina;
- III - 1/3 constitucional de férias;
- IV - conversão pecuniária de licença-prêmio, na forma estabelecida nos artigos 149 e 150 desta Lei;
- V - diárias;
- VI - serviços extraordinários;
- VII - auxílio-transporte;

§2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

Art. 82 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;

- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;
- III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta Lei;
- IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de cargos públicos observado o disposto no art. 65 e 66;

§1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão;

§2º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 83 As consignações em folha de pagamento da remuneração atribuída ao servidor não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, e são classificadas em:

- I - compulsórias;
- II - facultativas.

§1º Consignações compulsórias são descontos e recolhimentos efetuados por força de Lei, compreendendo, entre outras:

- I - contribuições para o Regime Geral de Previdência, tratando-se de servidores, exclusivamente, comissionados e para o IPRECAL, para os servidores de provimento efetivo;
- II - pensão alimentícia judicial;
- III - imposto de renda retido na fonte;
- IV - restituições e indenizações ao erário público;
- V - benefícios e auxílios prestados aos servidores pela Administração Pública Municipal;
- VI - decisões judiciais ou administrativas;
- VII - outros descontos compulsórios, instituídos por lei;

§2º Consignações facultativas são descontos na remuneração do servidor, que, com a interveniência da Administração Pública, sejam efetuadas em decorrência de contrato, acordo, convenção, convênio ou outra forma regular de ajuste entre o servidor-consignante e determinada entidade consignatária, sendo consideradas dentre outras:

- I - mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações e clubes constituídos, exclusivamente, por servidores públicos municipais;
- II - contribuição para entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais;
- III - mensalidade para entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;
- IV - mensalidade para entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;
- V - mensalidade para entidades administradoras de plano de saúde;
- VI - contribuição para entidades beneficentes;
- VII - prestação referente a imóvel residencial adquirido de entidade financiadora de imóvel residencial;
- VIII - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste nos assentamentos funcionais;

§3º O pedido de consignação de pensão alimentícia voluntária será instituído com a indicação do valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, conta bancária em que será destinado o crédito e a autorização prévia e expressa daquele que a receber ou seu representante legal.

§4º A inclusão das consignações facultativas em folha de pagamento depende de autorização expressa do servidor público e o cancelamento se dará da seguinte forma:

- I - por interesse da Administração Pública Municipal;
- II - a pedido do servidor, quando se tratar de contribuição, ou prêmio mensal;
- III - a pedido do servidor com anuência da entidade consignatária no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído;

§5º A partir da competência de janeiro de 2003, a soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) da soma da remuneração.

Art. 84 Para efeitos desta lei, adotar-se-á os seguintes conceitos:

- I - entidade consignatária: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsória e facultativa;
- II - consignante: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que procede aos descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, em favor da entidade consignatária.

Art. 85 Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada, observado ainda o seguinte:

- I - a consignação de mensalidade em favor de entidade sindical somente poderá ser cancelada após a desfiliação do servidor;
- II - a consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da entidade consignatária.

Art. 86 As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas e, em nenhum caso, poderá resultar saldo negativo na folha de

pagamento do servidor público.

Parágrafo Único. Na hipótese de falta de margem consignável, fica estabelecida a seguinte ordem de prioridade de desconto para as consignações facultativas após, processadas as consignações compulsórias:

- I - plano de assistência médica;
- II - entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;
- III - entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;
- IV - entidades administradoras de planos de saúde;
- V - entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais;
- VI - entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente por servidores públicos municipais;
- VII - entidades beneficentes;
- VIII - instituições financeiras;
- IX - outras pessoas físicas ou jurídicas, desde que mantido convenio ou contrato, reconhecido e autorizado por cada servidor.

Art. 87 Para cobertura dos custos com processamento de dados de consignações facultativas, as entidades consignatárias, exceto os órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional e os beneficiários de pensão alimentícia voluntária, pagarão por linha impressa no contracheque de cada servidor, importância a ser definida em Lei específica.

Art. 88 Não são permitidos na folha de pagamento processada pela Administração Municipal, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatórias e servidores que impliquem créditos nas fichas financeiras dos servidores.

Art. 89 A consignação, em folha de pagamento, não implica co-responsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto a entidade consignatária.

Art. 90 O servidor em débito com o erário, pelas consignações dispostas no §1º do art. 83, que for demitido, exonerado, ou que tiver extinguido sua aposentadoria terá descontado de sua rescisão os valores da dívida.

Parágrafo Único. Caso a rescisão não cubra a dívida o servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a quitação ou negociar parcelamento, e em não o fazendo implicará em processo judicial de cobrança.

Art. 91 As reposições e indenizações à Fazenda Pública Municipal devidas pelo servidor serão descontadas em parcelas mensais e sucessivas até a quitação final do débito, não podendo exceder a 10% (dez por cento) de sua remuneração ou provento de aposentadoria.

§1º Aplica-se o disposto no caput quando após a instauração do devido processo administrativo não for detectado dolo ou má-fé do servidor;

§2º Caso seja detectada, após a apuração dos fatos em competente processo administrativo, a presença de dolo ou má-fé por parte do servidor, este deverá ressarcir o erário no decurso máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades administrativas e criminais, definidas em lei.

Seção II Das Vantagens Pecuniárias

Art. 92 Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pelo desempenho de funções especiais ou de confiança, em razão de condições anormais em que se realiza o serviço ou, ainda, em razão de condições pessoais do servidor.

Art. 93 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - adicionais;
- III - gratificações;
- IV - agregação a remuneração;
- V - bolsa estudo;
- VI - vale-alimentação;
- VII - salário-família.

§1º As gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos, salvo nos casos e condições previstos em lei;

§2º As indenizações e o salário-família não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos;

§3º As vantagens não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

§4º As vantagens vinculadas ao vencimento básico terão os mesmos reajustes concedidos para aquele.

Seção III Das Indenizações

Art. 94 Constituem indenizações ao servidor:

- I - diárias;
- II - auxílio-transporte.

Subseção I
Das Diárias

Art. 95 O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias recebidas antecipadamente, para cobrir as despesas de estadia, alimentação e locomoção, devidamente comprovadas.

§1º O valor das diárias será definido em regulamento a ser aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;

§2º A diária compreende um período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento do servidor, ficando dividida em $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor que lhe é atribuído para o almoço, até às 12:00 (doze) horas, acrescido de mais $\frac{1}{4}$ (um quarto) até as 23:00 (vinte e três) horas, e o recebimento de 100% (cem por cento), caso haja pernoite fora da sede;

§3º O servidor que se deslocar apenas no período compreendido entre as 12:00 e 23:00 horas, perceberá apenas $\frac{1}{4}$ (um quarto) da diária;

§4º A vantagem de que trata este artigo:

- I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;
- II - não se incorpora à remuneração do servidor;
- III - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao IPRECAL;

§5º O servidor que receber a diária sem realizar o efetivo afastamento da sede fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento e sendo apurada má-fé em devido processo disciplinar, responderá pelas punições cabíveis;

§6º Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no §5º, contados da data do retorno à sede;

§7º O pernoite deverá ser comprovado através da apresentação de nota fiscal, devidamente emitida pelo estabelecimento de hospedagem;

§8º Ao servidor não é devida diária quando por força de seu cargo lhe é exigido habitual deslocamento;

§9º É vedado a diferença de valores das diárias em razão do cargo ou função exercida pelos servidores públicos, excetuados os agentes políticos.

Subseção II
Do Auxílio-Transporte

Art. 96 O auxílio-transporte pode ser concedido ao servidor ocupante de cargo efetivo para prover os custos relativos ao deslocamento de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, cujo valor não supere a 20% (vinte por cento) do vencimento do servidor.

§1º Entende-se como deslocamento, a soma dos segmentos que compõem a viagem do servidor entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa;

§2º O auxílio-transporte:

- I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito;
- II - não constitui base para o cálculo da incidência da contribuição previdenciária ao IPRECAL;
- III - não é considerado para efeito de pagamento da gratificação natalina;
- IV - não configura rendimento do servidor, para fins de remuneração mensal;

§3º O servidor deverá declarar em documento próprio fornecido pelo Serviço de Pessoal qual seu itinerário habitual, informando precisamente qual transporte utiliza e juntará à declaração, cópia de conta de luz ou água de sua residência;

§4º É proibida a acumulação de benefício de vale-transporte juntamente com outras vantagens de transporte já usadas pelo servidor;

§5º O benefício do auxílio-transporte será, obrigatoriamente, suspenso:

I - temporariamente:

- a) quando o beneficiário estiver em gozo de férias ou no período de férias escolares;
- b) em todos os casos de licenças e de afastamentos do serviço;

II - definitivamente, quando o servidor prestar declaração falsa acerca de seu itinerário ou pelo uso indevido do vale-transporte;

§6º Além da suspensão definitiva do benefício nos casos previstos no inciso II do §5º, o servidor responderá por processo de natureza disciplinar;

§7º O auxílio-transporte não será concedido a servidor cujo órgão de lotação tenha transporte próprio ou cessão a terceiros, com o mesmo objetivo.

Seção IV Das Gratificações

Art. 97 Poderão ser concedidas, aos Profissionais da Educação Municipal as seguintes gratificações:

- I - gratificação natalina;
- II - gratificação pelo exercício de função de confiança;
- III - gratificação pelo exercício de atividades em zona rural;

Parágrafo Único. As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 98 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§1º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral;

§2º A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano, podendo ser paga em duas parcelas;

§3º No caso de pagamento parcelado, a segunda parcela será calculada com base na remuneração no mês de dezembro, abatida à importância da primeira parcela, pelo valor pago;

§4º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária;

§5º Incidirá sobre o pagamento da gratificação natalina dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas a alíquota de contribuição previdenciária para o IPRECAL;

§6º A gratificação será estendida aos inativos e pensionistas, com base nos proventos de aposentadoria ou pensão que perceberem na data do pagamento daquela, observada legislação específica da constituição do IPRECAL.

Art. 99 O servidor exonerado ou demitido perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração ou demissão.

Subseção II Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança

Art. 100 Ao servidor efetivo do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, designado para o exercício de função de confiança, para direção, chefia ou assessoramento dos serviços público é devido uma gratificação pelo seu exercício.

§1º A gratificação de função de confiança tem natureza temporária, e comportará níveis distintos, estabelecidos e determinados pela complexidade da atividade, com valores pecuniários fixados nos termos do Anexo III;

§2º O servidor efetivo, cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade, nos termos desta Lei Complementar, quando nomeado para função gratificada, no órgão ou entidade que sirva, pode optar pela remuneração de seu cargo efetivo;

§3º A vantagem de que trata este artigo:

- I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;
- II - não se incorpora à remuneração do servidor;
- III - não é considerada remuneração-de-contribuição para incidência da alíquota de contribuição do IPRECAL;

§4º Para efeitos de pagamento de gratificação natalina a gratificação pelo exercício de função de confiança apenas a comporá se o servidor estiver exercendo-a no mês de dezembro, sendo vedada à realização de médias pelo exercício em outros períodos do ano;

§5º Para efeitos do pagamento do adicional de férias a gratificação pelo exercício de função de confiança será levada em consideração observando-se a média relativa ao período de recebimento.

Subseção III Da Gratificação pelo Exercício de Atividades de Docência em Zona Rural

Art. 101 Aos detentores dos cargos de provimento efetivo de Professor que executem suas atribuições em unidades escolares localizadas em zona rural será concedida uma gratificação de:

- I - 10% (dez por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 40 (quarenta)

horas semanais;

II - 5% (cinco por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§1º Compreende-se por unidades escolares em zona rural aquelas localizadas fora do perímetro urbano.

§2º A gratificação prevista nesta subseção:

I - não serve de base para o cálculo de outras vantagens;

II - Não se incorpora à remuneração do servidor;

III - Não é considerada remuneração de contribuição do IPRECAL.

§3º. Quando houver o exercício simultâneo de jornada em unidades escolares localizadas nas zonas rural e urbana, a gratificação prevista nesta subseção será proporcional a jornada em unidades escolares localizadas na zona rural.

Art. 102 Aos professores de aulas especiais, como Artes, Educação Física e Inglês que exercem a docência em unidades escolares localizadas nas zonas rural e urbana será concedida a gratificação prevista no inciso I ou II deste artigo proporcional ao número de aulas lecionadas na zona rural do município.

Seção V

Dos Adicionais

Art. 103 Serão deferidos aos servidores os seguintes adicionais:

I - Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário;

II - Adicional Noturno;

III - Adicional de Férias;

§1º Caso haja a ocorrência do desenvolvimento de atividades em condições insalubres ou perigosas e em caráter noturno ou extraordinário, seu pagamento observará o contido nos artigos 127 a 132 da Lei Complementar n. 006/2002;

§2º Os adicionais serão especificados individualmente na folha de pagamento, sendo todos considerados como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito;

§3º Nenhum dos adicionais dispostos nesta Seção serão incorporados ao vencimento, a remuneração ou aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrarão a remuneração-de-contribuição especificada para o IPRECAL, excetuado o contido nas disposições relativas ao adicional de férias.

Subseção Única

Do Adicional de Férias

Art. 104 Independentemente de solicitação será pago ao servidor, detentor de cargo de provimento efetivo, ocupante de função de confiança ou cargo comissionado por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias.

Parágrafo Único. Tratando-se de férias coletivas, o adicional poderá ser pago ao servidor por ocasião destas.

Seção VI

Da Bolsa de Estudo

Art. 105 A Administração Municipal poderá conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos de até 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade escolar, caso sejam implementadas as seguintes condições, concomitantemente:

I - o estágio probatório deverá estar concluído e a aprovação neste homologada;

II - deverá estar cursando o Ensino Médio, profissionalizante ou não, ou o Ensino Superior, pela primeira vez;

III - deverá ser, comprovadamente, carente de recursos financeiros.

IV - não poderão estar em gozo de licença sem vencimento, de qualquer natureza.

§1º Cada servidor será beneficiado em apenas uma oportunidade, ou para cursar o Ensino Médio ou para cursar o Ensino Superior;

§2º Caso o curso pretendido seja ministrado no município e de forma gratuita, ficará vedada a concessão da Bolsa de Estudo;

§3º A concessão da Bolsa de Estudo para o servidor que desejar frequentar cursos do Ensino Superior ou Ensino Médio, de caráter profissionalizante ou técnico, deverá observar se o curso pretendido tem nexos entre a atividade desenvolvida para a Administração Municipal e o aprimoramento educacional pretendido.

§4º É vedada a concessão da Bolsa de Estudo, no caso de percepção concomitante à outra, concedida pelo Poder Público ou Entidades Privadas;

§5º Caso o servidor licenciar-se sem remuneração, fica vedada a concessão ou manutenção da Bolsa de Estudo;

§6º O pagamento da Bolsa de Estudo será mensal e creditado na conta bancária do servidor beneficiado;

§7º Caso o servidor seja beneficiado, por qualquer outra entidade, com outra bolsa ou auxílio-educação, no transcurso do recebimento da Bolsa Estudo concedida pelo Município de Campo Alegre, deverá, sob pena de responder a processo administrativo, civil e criminal, optar por uma delas.

Art. 106 A carência de recursos financeiros será verificada pela aplicação da seguinte fórmula:

$R - A \text{ ou } A = IC$, onde
 $N \times SM$

R = Renda Bruta Familiar, ou seja, a soma das remunerações recebidas por todos os membros da família, que vivem dessa mesma renda;
AA = aluguel da casa ou amortização de moradia própria ate (30% da R);
N = número de membros da mesma família, que vivem dessa mesma renda;
SM = salário mínimo vigente;
IC = índice de carência;

Parágrafo Único. Serão considerados carentes de recursos financeiros os candidatos cujo índice de carência for igual ou inferior a 3 (três).

Art. 107 O valor da bolsa de estudo será concedido em percentual sobre o valor da anuidade escolar do servidor, conforme o seu índice de carência, observados os limites constantes da seguinte tabela:

ÍNDICE DE CARÊNCIA APURADO	LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO
0 a 2,0	Até 50% do valor da anuidade
2,1 a 2,5	Até 30% do valor da anuidade
2,6 a 3,0	Até 10% do valor da anuidade

Art. 108 Os pedidos de Bolsa de Estudo deverão observar os seguintes requisitos e tramitação:

I - O candidato à Bolsa de Estudo dirigirá seu pedido à Secretaria de Administração, até o dia 15 (quinze) de fevereiro e 15 (quinze) de agosto de cada ano;

II - O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) quando casado, declaração que informe seus rendimentos, do cônjuge ou companheiro e dos filhos de qualquer natureza, mencionando inclusive a percepção de benefícios previdenciários e assistenciais;
- b) quando solteiro, declaração que informe seus rendimentos, do pai, da mãe e dos irmãos para apuração da renda bruta, definida no art. 106;
- c) cópia dos últimos 6 (seis) recibos de aluguel de sua residência ou 6 (seis) últimos comprovantes de amortização da mensalidade da casa própria;
- d) documento original que comprove a matrícula no estabelecimento de ensino, sendo admitido também o boleto bancário de recolhimento da matrícula ou da 1ª mensalidade do período a ser cursado;
- e) documento original que comprove a aprovação na série escolar anterior, destacando o percentual de frequência obtida, sendo admitido também o boletim escolar;
- f) cópia da declaração do Imposto de Renda, da última competência anterior ao pedido, ainda que isento;

§1º O atestado indicado na alínea "e" não poderá indicar frequência inferior a 80% (oitenta por cento);

§2º A ausência dos documentos indicados no inciso II, ensejará o indeferimento automático do pedido;

§3º O processamento, avaliação e concessão do pedido de Bolsa de Estudo serão de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Administração.

Seção VII Do Vale-Alimentação

Art. 109 O servidor efetivo que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 832,40 (oitocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) e cumpra, efetivamente, carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais receberá vale-alimentação, em forma de tickets.

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, no valor de R\$ 36,20 (trinta e seis reais e vinte centavos);

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório;

§3º A concessão do vale-alimentação deverá observar as disposições constantes da Lei Federal nº 6.321, de 14/04/1976, no Decreto Federal nº 05, de 14/01/1991 e na Portaria Interministerial nº 05, de 30/11/1999.

Art. 110 Os servidores beneficiados com o vale-alimentação somente poderão utilizá-lo nos estabelecimentos credenciados pela empresa vencedora no processo licitatório, sendo proibido o uso deste na aquisição de bebidas alcoólicas e cigarros ou qualquer outro item que não

conste na cesta básica do município, definida através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 111 Os valores da remuneração limite definida para o recebimento do vale-alimentação disposto no art. 109, bem como o valor mensal deste, disposta no §1º do mesmo artigo deverão ser reajustadas sempre que for concedida a revisão anual geral dos vencimentos, aplicando-se para tanto o mesmo índice.

Parágrafo Único. Os novos valores praticados por força da implementação dos índices de revisão anual devem ser instituídos através de lei própria e publicados, obrigatoriamente, no mural da sede da Prefeitura Municipal e em lugares de grande circulação dos servidores públicos.

Art. 112 Os valores percebidos a título de vale-alimentação não se incorporam ao vencimento, remuneração ou proventos de aposentadoria para nenhum efeito.

§1º Os pensionistas não receberão vale-alimentação;

§2º O valor do vale-alimentação não integra a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Seção VIII Do Salário Família

Art. 113 O salário-família é devido ao servidor, ativo ou ao inativo, que:

I - a remuneração ou provento seja inferior ao limite estipulado no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98;

II - possua filhos naturais ou adotivos de até 14 (quatorze) anos de idade ou de qualquer idade, se comprovada a inaptidão total para o trabalho, desde que vivam em sua companhia ou às suas expensas;

§1º Em se tratando de dependente maior de 14 (quatorze) anos de idade, a inaptidão para o trabalho deve ser verificada em exame médico-pericial promovido pela junta médica oficial;

§2º O salário-família devido ao servidor inativo será pago pelo IPRECAL, observadas as condições contidas nesta Seção.

§3º O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para o IPRECAL.

Art. 114 Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais e viverem em comum, o salário-família será pago aos dois.

Parágrafo Único. São equiparados à condição de pai e mãe, o padrasto e a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 115 O valor do salário-família será igual ao valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo ser pago a partir do mês em que for protocolado o requerimento.

§1º O requerimento deverá estar instruído com cópia da Certidão de Nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando o pagamento condicionado à apresentação anual do atestado de vacinação obrigatória, até 6 (seis) anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos 7 (sete) anos de idade completos;

§2º A apresentação do atestado de vacinação obrigatório deverá ser realizada durante o mês de janeiro de cada ano e a comprovação de frequência na escola, nos meses de janeiro e agosto de cada ano;

§3º A falta da apresentação dos documentos citados neste artigo nos meses definidos pelo §2º acarretará na suspensão do pagamento do salário-família, até sua perfeita implementação;

§4º Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação motivada pela falta de comprovação de frequência escolar e o seu reativamento;

§5º A quota do salário-família é devida proporcionalmente aos dias trabalhados nos meses de nomeação e vacância do cargo público.

Art. 116 Os servidores municipais, ativos ou inativos, que recebem salário-família no advento da publicação desta lei terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para apresentarem os documentos dispostos nos §§1º e 2º do art. 115 e §1º do art. 117, sob pena de em não o fazendo ser suspenso o pagamento desta parcela, até que seja sanada a falta da apresentação da documentação.

Parágrafo Único. Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação e o seu reativamento.

Art. 117 O direito ao salário-família cessa automaticamente:

I - pela morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

§1º Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o segurado deve firmar termo de responsabilidade, no qual se comprometa a comunicar à Administração Municipal qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso do não cumprimento, às sanções penais e administrativas;

§2º A falta de comunicação oportuna de fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática, pelo servidor, de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento, autoriza o Município, a descontar dos pagamentos de quotas devidas com relação a outros filhos ou, na falta delas, da própria remuneração do servidor ou de seus proventos de aposentadoria, o valor das quotas indevidamente recebidas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 118 A quota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao vencimento, a remuneração, e aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrará a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Seção IX Das Férias

Art. 119 O período de férias dos servidores pertencentes ao Quadro do Magistério Municipal serão concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo da seguinte forma:

I - 45 (quarenta e cinco) dias, para o titular do cargo de Professor, que se encontre efetivamente em sala de aula;

II - 30 (trinta) dias, para o titular do cargo de Professor Auxiliar e Especialista em Assuntos Educacionais e para o titular do cargo de Professor que se encontre designado para funções de confiança.

§1º Os primeiros 30 (trinta) dias de férias dos detentores dos cargos de Professor deverão ser ininterruptas e obrigatoriamente gozadas no período de recesso escolar que separa um ano letivo do outro, sem direito a acumulação;

§2º As férias não poderão ser interrompidas, salvo por motivo de excepcional interesse público, devidamente justificado.

Art. 120 O servidor perceberá durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data de sua concessão.

§1º É vedado descontar, no período de férias, as faltas do servidor ao serviço.

§2º As gratificações dispostas no art. 97, em seus incisos II a IV integrarão a remuneração de férias pela média aritmética dos meses em que foram recebidas, observada a duração do período aquisitivo às férias.

Art. 121 O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período de férias, e se for o caso, do adicional a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 122 É expressamente vedado a conversão do período de férias em pecúnia.

Seção X Da Agregação à Remuneração

Art. 123 Todas as parcelas recebidas a título de Adicional por Tempo de Serviço, função gratificada ou cargo comissionado, anteriores a edição desta lei, observada a fundamentação legal da época que autorizou seu pagamento e a sua incorporação, serão somadas e transformadas em uma parcela única que será denominada Agregação à Remuneração.

§1º A parcela de agregação não integrará o vencimento do servidor, para nenhum efeito,

excetuando-se a hipótese prevista no §3º deste Artigo;

§2º Deverá, obrigatoriamente, ser acostado a cada pasta funcional um relatório, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, que indicará:

I - nome completo do servidor;

II - número da matrícula funcional;

III - o cargo provido e o correspondente ao seu enquadramento;

IV - parcelas de Adicional por Tempo de Serviço, pagas e o correspondente fundamento legal que as ensejou;

V - parcelas de função gratificada, pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de concessão destas, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;

VI - parcelas de cargo comissionado pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de nomeação para o cargo em comissão, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;

§3º O extrato de pagamento do servidor deverá demonstrar de forma desmembrada a parcela denominada Agregação à Remuneração, que integrará a remuneração-de-contribuição do IPRECAL para todos os efeitos legais;

§4º A parcela de Agregação à Remuneração será corrigida pela revisão geral anual.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS Seção I Das Disposições Gerais

Art. 124 Poderá conceder-se ao servidor licença:

- I - para o serviço militar;
- II - para a atividade política;
- III - para exercer cargo político;
- IV - para o desempenho de mandato classista;
- V - para tratar de interesses particulares;
- VI - para tratamento de saúde;
- VII - por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- VIII - por motivo de doença em pessoa da família;
- IX - à maternidade e à paternidade;
- XI - para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;
- XII - para exercer cargo comissionado.

§1º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso II, III, VI, VII e VIII deste artigo;

§2º A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;

§3º A competência para deferir ou não pedidos de licença pertence ao Chefe do Poder Executivo;

§4º O servidor que se ausentar da Administração Municipal, pela concessão de quaisquer das licenças, sem remuneração, contidas nos incisos do caput, deverá contribuir, obrigatoriamente, ao IPRECAL, na forma estabelecida na Lei Municipal nº 2.537;

§5º A falta de contribuição ao IPRECAL ensejará a remessa de notificação oficial ao servidor para em 30 (trinta) dias efetuar sua quitação, sob pena de em não o fazendo ter sua licença suspensa por ato do Chefe do Poder Executivo;

§6º Caso a licença seja suspensa, na forma do §5º deste artigo, e o servidor não retornar às suas atividades em 5 (cinco) dias, será exonerado de ofício pelo Chefe do Poder Executivo, após a instauração do devido processo disciplinar.

Seção II

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 125 Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, sem remuneração, na forma e condições previstas na lei federal nº 4375/64 e demais legislações específicas, mediante a apresentação do documento oficial que comprove a incorporação.

Parágrafo Único. Concluída a prestação do serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias, sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo, sob pena da configuração de abandono e conseqüente exoneração.

Seção III

Da Licença para Atividade Política

Art. 126 Nos termos da legislação federal específica, o servidor que pleitear candidatura à cargo eletivo, municipal, estadual ou federal, fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da sua remuneração.

Parágrafo Único. Ao servidor que, eleito, for investido em mandato, aplicam-se às disposições do artigo 127, desta Lei.

Seção IV

Da Licença para Exercer Cargo Político

Art. 127 Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

- I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração, não sendo este período considerado para efeitos de progressão funcional;
- II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;
- III - investido no mandato de vereador ou vice-prefeito:
 - a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
 - b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

Parágrafo Único. Efetivada a licença do cargo, o servidor contribuirá para o IPRECAL, como se em exercício estivesse, sobre a remuneração-de-contribuição de seu cargo de provimento efetivo, nos termos da Lei Municipal nº 2.537.

Seção V

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 128 É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para o desempenho de mandato classista em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria, com ou sem a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único. A licença terá a duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

Art. 129 Somente serão licenciados servidores eleitos para o cargo de direção ou representação nas referidas entidades, fixando-se o número máximo de 02 (dois) servidores durante o mesmo período.

Art. 130 Caso a carga horária da jornada dos servidores públicos encontre-se reduzida à licença não será concedida, devendo os trabalhos do mandato classista, serem realizados em horários distintos ao do estimado para o desenvolvimento do cargo público.

Seção VI

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 131 A critério da Administração Pública, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo e detentor de estabilidade licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 12 (doze) meses consecutivos, sem remuneração.

§1º A licença não poderá ser prorrogada;

§2º O requerimento para nova licença para tratar de assuntos particulares apenas poderá ser realizado e concedido após decorridos 5 (cinco) anos, a contar do primeiro dia de seu retorno.

Art. 132 Não se concederá licença para tratar de interesses particulares ao servidor que:

I - esteja em estágio probatório;

II - se encontre respondendo a processo disciplinar;

III - se encontre no período de readaptação estabelecido pelos arts. 44 a 50;

IV - tenha recebido penalidade disciplinar no período de dois anos que antecedem o pedido, ou esteja sendo avaliado em sindicância administrativa, ou esteja afastado preventivamente para apuração de irregularidade;

V - se encontre pagando reposição ou indenização ao erário municipal, ressalvada a possibilidade de quitar o débito em parcela única para poder licenciar-se.

Art. 133 Quando da concessão da licença para tratar de interesses particulares a Administração Municipal deverá promover o apensamento à ficha funcional do servidor, uma justificativa que comprove a desnecessidade da presença do mesmo, registrando ainda que não será contratado em nenhuma hipótese, qualquer temporário para suprir a vaga, bem como deverá ser juntado pelo Serviço de Pessoal relatório contendo:

I - registro informando a ausência de processo disciplinar, inicial ou em andamento;

II - registro informando a ausência de procedimento de readaptação inicial ou que o servidor se encontre no período dos primeiros 12 (doze) meses de avaliação estabelecido na forma do art. 49;

III - registro informando a inexistência de processo de disponibilidade;

IV - registro e juntada de Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria de Finanças atestando a inexistência de débitos com a Fazenda Pública.

Seção VII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 134 A licença para tratamento da saúde será concedida ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, sendo mantidos seus vencimentos integrais, podendo ser concedida a pedido ou de ofício, com base no laudo da perícia médica.

Parágrafo Único. Fica expressamente proibido, durante o período de licença para tratamento de saúde, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função de confiança, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno.

Art. 135 A licença para tratamento de saúde dependerá, para ser concedida, da conclusão da junta médica oficial do Município ou credenciada por este.

§1º Quando se tratar de ausência de até 5 (cinco) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, desde que informe com precisão:

I - o nome do servidor;

II - o número do CPF;

III - o período de afastamento;

IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades;

§2º Na hipótese de licença igual ou superior a 6 (seis) dias será necessária avaliação médica a cargo do médico perito oficial do Município ou credenciada por este para tal fim;

§3º No caso da licença advir de problema odontológico, o caso será apreciado por detentor de cargo de provimento efetivo de Dentista, dos quadros funcionais da Administração Municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo para tal fim, no início de cada ano, através de decreto;

§4º Findo o prazo de licença, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, a sua função original ou a função advinda de processo de reabilitação, pela prorrogação da licença ou pela remessa do processo de inspeção para o IPRECAL, para protocolo e análise da possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez.

Art. 136 O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo Único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 137 O servidor em licença para tratamento de saúde não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença.

Parágrafo Único. Em todas as inspeções médicas o servidor poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança.

Art. 138 A licença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Seção VIII

Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional

Art. 139 O servidor acidentado em serviço ou portador de moléstia profissional, devidamente atestada pelo médico perito oficial, fará jus a licença com vencimentos integrais.

Parágrafo Único. Será observado, no que couber, as disposições referentes a licença para tratamento de saúde.

Art. 140 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental, sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, observado o contido nos §§1º a 3º do art. 46 desta Lei.

Art. 141 A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias quando as circunstâncias o exigirem.

§1º O servidor deverá dar ciência do infortúnio, à Administração Municipal, imediatamente após a ocorrência do acidente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

§2º Na falta ou impossibilidade de comunicação por parte do servidor, podem formalizá-la seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.

Art. 142 Recebida e processada a informação do acidente, o Serviço de Pessoal deverá providenciar a remessa dos documentos e dados coletados ao IPRECAL, para que se efetive registro do incidente em seu cadastro de segurado.

Art. 143 Não é considerada agravação ou complicação de acidente em serviço a lesão que, resultante de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Seção IX

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 144 Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos filhos de qualquer natureza, inclusive os enteados e dos pais, mediante a comprovação da doença pelo médico perito oficial ou credenciada para tal fim.

§1º A licença apenas poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do seu cargo ou mediante a compensação de horário, após parecer favorável do detentor do cargo de Assistente Social do Município;

§2º A licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 60 (sessenta) dias, após a emissão do parecer favorável do médico e da assistente social;

§3º Decorrido o período estabelecido no §2º o servidor deverá, obrigatoriamente, retornar à sua atividade ou solicitar licença para tratamento de interesses particulares, sem remuneração, observadas as disposições constantes dos artigos 131 a 133;

§4º O período de licença por motivo de doença em pessoa da família será integralmente computado para o desenvolvimento da carreira e aposentadoria, sendo recolhida a contribuição previdenciária para o IPRECAL, como se em atividade estivesse.

Seção X

Da Licença à Maternidade e à Paternidade

Art. 145 Será concedida licença à servidora gestante e a servidora mãe por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, incluída a parcela recebida a título de gratificação de função de confiança, em decorrência da gestação e por nascimento de seu filho, observado ainda o contido no art. 146.

§1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

§3º No caso de natimorto, decorridos 60 (sessenta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo;

§4º No caso de aborto legal devidamente atestado pelo médico perito oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 146 À servidora que adotar ou obtiver a tutela judicial definitiva de criança de até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença remunerada.

Art. 147 A licença não poderá ser acumulada com benefício por incapacidade concedido pelo IPRECAL ou com qualquer outra licença concedida pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo Único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento da licença, o benefício por incapacidade, deverá ser suspenso enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias, estabelecido na forma do art. 145.

Art. 148 Pelo nascimento, adoção ou obtenção de tutela judicial definitiva de criança de até 1(um) ano de idade, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Seção XI Da Licença-Prêmio

Art. 149 O servidor efetivo e estável tem direito a 1 (um) mês consecutivo de gozo de licença-prêmio com remuneração integral composta de vencimento base e todas as vantagens de caráter permanente, após 5 (cinco) anos de ininterrupto exercício, exceto quando tenha no período aquisitivo:

I - sofrido pena disciplinar de suspensão;

II - o gozado qualquer licença sem remuneração;

III - faltado ao serviço injustificadamente;

IV - sofrido condenação por sentença penal transitada em julgado, considerada até o final do cumprimento da pena e retorno ao efetivo exercício de suas funções.

§1º O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade;

§2º O requerimento para concessão da Licença-Prêmio deverá ser formulado ao Secretário Municipal de Administração;

§3º A concessão do período de Licença-Prêmio pela Administração apenas será realizada após consulta prévia ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que deverá justificar por escrito a negativa da concessão.

§4º Ocorrendo uma das hipóteses previstas nos incisos I a IV, inicia-se novamente a contagem do período aquisitivo que:

I - no caso do inciso I, conta-se a partir do dia útil seguinte ao cumprimento da pena disciplinar de suspensão;

II - no caso do inciso II, conta-se a partir do dia útil seguinte ao último dia do gozo da licença;

III - no caso do inciso III, conta-se a partir do dia útil seguinte à ocorrência da falta injustificada;

IV - no caso do inciso IV, conta-se a partir do dia útil seguinte ao retorno.

Art. 150 O período de licença-prêmio não poderá ser convertido em pecúnia, ressalvado o direito adquirido, consagrado em legislação anterior a edição desta Lei.

Parágrafo Único. Os períodos de licença de que trata esta Seção não poderão ser acumuláveis.

Seção XII Da Licença para Exercer Cargo Comissionado

Art. 151 O servidor que aceitar ocupar cargo de provimento comissionado, na esfera municipal, estadual ou federal, deverá licenciar-se de seu cargo de provimento efetivo.

§1º O período de ocupação do cargo comissionado será computado para todos os efeitos legais, excluída a avaliação do período de estágio probatório, sendo observado para implementação de progressão, a remuneração de seu cargo de provimento efetivo;

§2º Enquanto estiver provendo o cargo comissionado o servidor permanecerá contribuindo para o IPRECAL sobre a remuneração-de-contribuição decorrente de seu cargo efetivo;

§3º Fica vedada a percepção da remuneração estabelecida para o cargo comissionado na forma do §3º do art. 11 da Lei Municipal Complementar nº 006, com qualquer verba decorrente de gratificação de função de confiança.

CAPÍTULO V DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 152 A apuração do tempo de serviço, para qualquer efeito funcional, será feita em dias, que serão convertidos em anos.

§1º O ano, para efeitos desta Lei, será considerado como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

§2º Para fins de aposentadoria, a contagem do tempo, observará expressamente o contido na Lei Municipal nº 2.537.

Art. 153 Além das faltas justificadas ao serviço, são considerados como de efetivo exercício para efeitos de disponibilidade os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - participação em programa de treinamento regularmente instituído;

IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

V - júri e outros serviços definidos em lei como obrigatórios;

VI - licença:

a) à maternidade e à paternidade;

b) para tratamento de saúde;

c) por acidente em serviço ou moléstia profissional;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

e) para o desempenho de mandato classista;

f) por convocação para o serviço militar;

g) para exercer cargo político;

h) para atividade política;

i) para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;

j) para exercer cargo comissionado no Município de Campo Alegre;

Parágrafo Único. Não se contará para efeito de disponibilidade o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de cumprimento de pena judicial que não determinou sua demissão.

CAPÍTULO VI DO DIREITO DE PETIÇÃO E DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 154 Aos profissionais da educação municipal para efeitos de direito de petição, regime disciplinar e processo disciplinar aplicar-se-á o disposto nos Artigos 197 a 281 da Lei Municipal Complementar nº 006.

CAPÍTULO VII DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR

Art. 155 Aos profissionais da educação municipal serão concedidas prestações previdenciárias e assistências na forma da legislação específica.

TÍTULO III CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME CELETISTA

Art. 156 As regras definidas para o Regime Celetista aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de emprego público, na forma e nas modalidades constantes dos Artigos 292 a 298 da Lei Municipal Complementar nº 006.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL (CONTRATO TEMPORÁRIO)

Art. 157 As regras definidas para o Regime Administrativo Especial aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de função pública, de natureza estritamente temporária em face de excepcional interesse público, nos termos definidos no Título IV, da Lei Complementar Municipal nº 006.

§1º O prazo máximo de contratação será de 12 (doze) meses;

§2º Poderá haver apenas uma prorrogação, devidamente justificada e comprovada, por ato do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, desde que o período de prorrogação somado ao período originário não exceda o prazo máximo fixado no §1º;

§3º As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal;

§4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deverá enviar à Secretaria Municipal de Administração, para controle da aplicação no disposto nesta Lei, cópia dos contratos efetivados;

§5º Caso ocorram contratações ou prorrogações contratuais sem respeito às formas e prazos estabelecidos nesta lei, deverão as despesas delas decorrentes serem lançadas à responsabilidade financeira do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 158 A contratação temporária de professores substitutos deverá ser precedida de seleção simplificada prévia que será realizada em dezembro de cada ano, observado o contido em edital próprio, homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 159. Os contratos a serem firmados terão redação jurídica determinada pela Assessoria Jurídica do município, neles devendo constar todos os direitos e deveres dos prestadores de serviço temporário, a que fizer remissão esta Lei e Lei Municipal Complementar nº 006.

Art. 160 É proibida a contratação temporária para o Quadro do Magistério Municipal, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos indevidamente.

TÍTULO V

DO PLANO DE CARREIRA

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 161 O Plano de Carreira constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de cargos, vencimento e desenvolvimento dos servidores públicos que compõe o Quadro dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre.

Parágrafo único. O Plano de Carreira de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores, ficando aprovado nos moldes deste Título a nova estrutura de cargos de provimento efetivo e funções de confiança, observado o contido nos Anexos I e III;

Art. 162 Para efeito da aplicação desta lei é adotada a seguinte conceituação:

I - Rede Municipal de Ensino: é o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - Magistério Público Municipal: é o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor auxiliar, Professor e Especialista em assuntos educacionais do ensino público municipal;

III - Professor Auxiliar: é o titular de cargo público, cujas funções estão descritas no anexo IV com o objetivo de auxiliar o professor titular voltadas para a docência na educação infantil;

IV - Professor: é o titular de cargo público, cujas funções estão voltadas para a docência no ensino Infantil e Ensino Fundamental nas Séries Iniciais.

V - Especialista em Assuntos Educacionais: é o titular de cargo público, cujas funções estão voltadas para o suporte pedagógico direto à docência, como as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Categoria Funcional: é o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

VII - Plano de Carreira: é o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos adotados para os cargos, sua remuneração e desenvolvimento profissional;

VIII - Carreira: é o agrupamento de cargos de provimento efetivo (Anexo I), integrantes do Plano de Cargos, em Níveis e Referências observados a natureza e complexidade das atribuições, habilitação profissional através da qual se dará a progressão funcional, por merecimento, em face da avaliação de desempenho ou por cursos de formação e/ou capacitação, nos termos desta lei;

IX - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstos no Plano de Cargos (Anexo IV) e Tabela de Vencimento (Anexo V), de acordo com a área de atuação e formação profissional;

X - Profissionais da Educação: conjunto de servidores investidos em caráter efetivo nos cargos de Professor Auxiliar, Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

XI - Nível: constituem os degraus de elevação da Carreira, em caráter vertical ascendente;

XII - Referência (Alíneas): consiste na graduação horizontal ascendente, contida em cada Nível;

XIII - Tabela de Vencimento: o valor estabelecido em moeda corrente correspondente a cada cargo;

XIV - Lotação: é o órgão ou unidade onde o servidor designado deverá desempenhar as suas atribuições.

Parágrafo Único. A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, sendo a partir deste valor calculada de forma proporcional para as demais cargas horárias semanais definidas no Anexo I.

Capítulo II

Dos Princípios Básicos da Carreira do Magistério Público Municipal

Art. 163 A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - a profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III - a progressão através da mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas em face de aprimoramento profissional por cursos de capacitação.

Capítulo III Do Desenvolvimento Funcional

Art. 164 O Desenvolvimento Funcional do servidor compreende um esforço no sentido de criar e desenvolver habilidades e valores necessários ao exercício da função pública, bem como capacitá-lo tecnicamente para o desempenho das funções e comprometê-lo com os objetivos e finalidades de sua atuação e da Administração Pública como um todo.

§1º Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em conjunto com os demais órgãos, a elaboração, a coordenação e a implementação dos programas de desenvolvimento dos servidores, devendo constar em proposta orçamentária os recursos indispensáveis à sua consecução;

§2º O desenvolvimento funcional contemplará a progressão na carreira do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, que já tenha sido aprovado no processo de avaliação do estágio probatório, nos termos dos Artigos 29 a 41 desta Lei.

Capítulo IV Da Lotação

Art. 165 O servidor estatutário pertencente ao Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e terá exercício no órgão definido pela Administração Municipal, de acordo com as atribuições definidas para seu cargo.

Parágrafo Único Entende-se por lotação, o número de funcionários que deva ter exercício em cada órgão que compõe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções de confiança.

Art. 166 A lotação pessoal do servidor será determinada no ato de nomeação, movimentação funcional ou de reingresso;

Parágrafo Único O afastamento do funcionário de sua lotação só se verificará com expressa autorização da autoridade competente, no interesse do serviço público.

Art. 167 Caberá ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, informar o local onde o profissional da educação exercerá suas atividades por tempo indeterminado, para que a Administração Municipal possa através de portaria própria oficializar o ato, podendo o profissional da educação exercer suas atividades em mais de uma unidade escolar.

Art. 168 Quando houver alteração de matrícula, extinção de unidade educacional e/ou escolar e de atividades e/ou disciplinas que impliquem na alteração do número necessário de servidores num determinado local, bem como quando for conveniente, após prévia avaliação pela Administração Municipal, para o melhor desempenho do profissional da educação, em virtude de questões didático-pedagógicas e/ou de saúde, o mesmo será designado para outra unidade do sistema municipal de ensino.

Art. 169 É vedado atribuir ao servidor efetivo outras atribuições, além das inerentes ao cargo de que seja titular, exceto quando designado, mediante gratificação de função de confiança, para o exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento ou para integrar grupos de trabalho ou estudo, criados por autoridade competente, e comissões legais.

Capítulo V Da Estrutura da Carreira

Art. 170 A carreira do magistério público municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo de Professor Auxiliar, Professor e Especialista em Assuntos Educacionais, sendo estruturada em 6 (seis) referências, conforme Anexo V.

§1º A carreira do magistério público municipal abrange o ensino infantil e o ensino fundamental em suas séries iniciais;

§2º Constitui requisito para o ingresso na Carreira, a formação:

- I - em nível médio, na modalidade normal para o cargo de Professor Auxiliar;
- II - em nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais para o cargo de Professor;
- III - em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia ou pós-graduação específica, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§3º Constitui requisito adicional para o ingresso na Carreira, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, a experiência de dois anos de docência;

§4º A partir de 1º de janeiro de 2008, o titular de cargo de Professor apenas poderá exercer a docência ou outras funções de magistério, atendidos os seguintes requisitos:

- I - formação em pedagogia;
- II - experiência de, no mínimo, dois anos de docência;

§5º O ingresso na Carreira dar-se-á na referência inicial de cada cargo da Carreira, no nível correspondente à habilitação exigida para o provimento efetivo do cargo.

Seção I Dos Níveis e das Referências

Art. 171 Os Níveis correspondem a escolaridade do titular de cargo da Carreira do Magistério Municipal e são os seguintes:

I - para o cargo de Professor Auxiliar:

- a) Nível PA1: formação em nível médio, na modalidade normal;
- b) Nível PA2: formação em nível superior de pedagogia com habilitação em educação infantil.

II - para o cargo de Professor:

- a) Nível P1: formação em nível médio, na modalidade normal;
- b) Nível P2: formação em nível superior, em curso de licenciatura plena específica para atuação ou Pedagogia com habilitação em educação Infantil e Séries Iniciais.
- c) Nível P3: formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

III - para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais:

- a) Nível EAE 1: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia.
- b) Nível EAE 2: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia e pós-graduação em cursos na área específica com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§1º O cargo de Especialista em Assuntos Educacionais será subdividido nas seguintes funções:

- I - Especialista em Administração Escolar;
- II - Especialista em Orientação Escolar;
- III - Especialista em Supervisão Escolar;

§2º As referências constituem a linha de promoção da Carreira do titular do cargo de magistério e são designadas pelas letras "A" a "F";

§3º Os cargos serão distribuídos pelas referências em proporção crescente, da inicial à final;

§4º A mudança de Nível é automática e observará as seguintes premissas:

I - os detentores de cargo de provimento efetivo que galgarem nova habilitação, ascenderão ao Nível superior 60 (sessenta) dias após apresentarem o diploma comprovando a nova habilitação.

II - A nova habilitação a que se refere o inciso anterior deverá estar de acordo com o disposto no Artigo 171 desta Lei.

Seção II Da Progressão Funcional

Art. 172 A progressão funcional do servidor estável do Quadro do Magistério, ocorrerá:

I - Dentro do Nível em que se encontrar, na proporção de 1 (uma) referência, observado cumulativamente:

- a) a aprovação em processo de avaliação de desempenho;
 - b) a comprovação de capacitação através de cursos, aperfeiçoamentos e seminários, nos termos do art. 179;
- II - Verticalmente, ascendendo a Nível superior, por implementar nova escolaridade, conforme Artigo 171 desta Lei.

§1º O limite para progressão por desempenho e capacitação é a última referência do último Nível do cargo;

§2º A progressão vertical entre cargos diversos dar-se-á por concurso público;

§3º (VETADO)

§4º O servidor que, em conformidade com o artigo 25 e anexo III da Lei Municipal nº2.410, tenha galgado a referência D, ou que esteja a quatro anos aguardando a ascensão, poderá ascender ao nível superior pela implementação de nova escolaridade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

§5º (VETADO)

Subseção I Da Progressão por Desempenho e Capacitação

Art. 173 A progressão por Desempenho e Capacitação dar-se-á a cada período de 2 (dois) anos, no mês de aniversário do dia em que o servidor entrou efetivamente em exercício, desde que tenha obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos, na soma das duas avaliações de desempenho anuais e comprove a realização dos cursos de capacitação.

§1º A progressão por Desempenho e Capacitação obtida será implementada em 60 (sessenta) dias, a contar da ciência pelo servidor da nota final alcançada na avaliação de desempenho;

§2º A avaliação de desempenho será realizada anualmente, em conjunto, pelas seguintes autoridades:

- I - pelo detentor da função de confiança de Diretor, da unidade escolar e da unidade de creche em que o servidor do magistério estiver lotado;
- II - pelos Especialistas em Assuntos Educacionais, nas funções de Orientação, Supervisão e Administração Escolar ou na ausência ou

afastamento destes pelos detentores de função de confiança da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
III - a avaliação de desempenho será acompanhada pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 174 A avaliação de desempenho compreenderá as seguintes etapas:

I - ponderação dos itens de avaliação;

II - preenchimento do formulário, auto-avaliação e avaliação do superior hierárquico, conforme Anexo VII;

III - reunião com o servidor;

IV - envio da avaliação para o Serviço de Pessoal tabular;

§1º Fica assegurado ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo nomeado para exercer cargo em comissão o direito de uma avaliação de desempenho, com progressão funcional, no mês de sua exoneração, desde que o período abrangido seja superior a 2 (dois) anos e inferior a 3 (três) anos;

§2º Somente serão avaliados os servidores que trabalharam efetivamente, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido para cada avaliação anual;

§3º Se na data especificada para a avaliação o servidor encontrar-se afastado por motivo de licença, remunerada ou não, a avaliação será realizada após o seu retorno, desde que se dê num prazo máximo de 90 (noventa) dias, sendo que decorrido este prazo o servidor aguardará novo processo de avaliação;

§4º Caso o servidor tenha sido lotado em outro órgão ou readaptado a documentação referente à Avaliação de Desempenho será encaminhada à nova chefia, bem como quando houver a mudança de chefia de uma área.

Art. 175 A ponderação dos itens de avaliação será discutida entre o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Especialistas em Assuntos Educacionais e os Chefes dos Serviços de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

§1º Os itens da avaliação e os pesos utilizados serão pré-fixados em janeiro de cada ano;

§2º A primeira avaliação de desempenho realizada por força do disposto nesta Lei, terá seus itens e pesos estabelecidos até 30 (trinta) dias após a publicação desta, e observará:

I - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício do seu cargo encontrar-se posicionada dentre o período de 1º de fevereiro de 2003 à data de publicação desta lei, será processado relatório referente a tal período, que será levado em consideração e computado para efeitos de sua primeira Avaliação de Desempenho, contendo:

a) nome e matrícula funcional;

b) registro de advertência, suspensão ou qualquer outro procedimento disciplinar, na vigência das Leis Municipais nº 2.303, 2.410 e outras atinentes à matéria;

c) registro de seu ponto de frequência;

d) registro de qualquer dano material causado ao patrimônio público;

II - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo encontrar-se registrado após a data da publicação desta Lei, será levado em consideração e acrescido à primeira Avaliação de Desempenho todo o lapso temporal compreendido entre a data de publicação da dispensa legal a data de publicação deste diploma legal e a data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo;

§3º As avaliações deverão ser assinadas pelo chefe imediato, na condição de avaliador, pelo servidor avaliado, pelo Secretário Municipal da área e pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 176 O número de itens escolhido deverá ser de no mínimo 5 (cinco) e de no máximo 7 (sete), bem como o peso de cada item, entre 0 (zero) e 5 (cinco), desde que alcance obrigatoriamente, o montante de 25 (vinte e cinco), na soma total dos pesos.

§1º A avaliação de desempenho conterá os seguintes itens de avaliação:

I - Prestação do Serviço, que corresponde à capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área;

II - Qualidade, que corresponde à exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados;

III - Iniciativa, que corresponde à ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada;

IV - Relacionamento, que corresponde à habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados;

V - Assiduidade e Pontualidade, que corresponde à maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata;

VI - Interação com a Equipe, que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo;

VII - Interesse, que corresponde à ação no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências;

§2º Serão utilizados os seguintes critérios de notas para a avaliação:

I - conceito "A", equivale a 4 (quatro) pontos: Atende a expectativa, caso em que o servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

II - conceito "B", equivale a 2 (dois) pontos: Atende parcialmente às expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

III - conceito "C", equivale a 0 (zero) ponto: Não atende as expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

§3º Os conceitos definidos no §2º serão aplicados separadamente para cada item de avaliação elencado no §1º;

§4º Para efeito de resultado final de avaliação, computadas as 2 (duas) avaliações anuais, considerar-se-á a seguinte classificação, em face da média ponderada:

I - de 75 (setenta e cinco) a 100 (cem) pontos obtidos: o servidor atende as expectativas;

II - de 35 (trinta e cinco) a 74 (setenta e quatro) pontos obtidos: o servidor atende parcialmente às expectativas;

III - menos de 35 (trinta e cinco) pontos obtidos: o servidor não atende as expectativas;

§5º O servidor que em decorrência das avaliações de desempenho obtiver resultado inferior a 35 (trinta e cinco) pontos, terá sua carreira reavaliada pela Secretaria Municipal de Administração que tomará as providências cabíveis ao caso.

Art. 177 A avaliação final será analisada juntamente com o servidor que poderá manifestar, por escrito, através de Pedido de Reconsideração, concordância ou não com o resultado final, conforme Anexo VII-A.

§1º O Pedido de Reconsideração do servidor deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após a análise da avaliação final, devendo ser dirigida ao Secretário Municipal de Administração;

§2º Diante da manifestação escrita do servidor o Secretário Municipal de Administração despachará pela procedência ou não da reanálise, observando todos os documentos constantes da pasta funcional do avaliado e a realização de nova reunião com a chefia imediata, o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto e o servidor;

§3º Acatado o pedido, será a nova tabulação encaminhada para o Serviço de Pessoal processar a progressão.

Art. 178 A capacitação que ensejar a progressão deverá estar vinculada à área de atuação do servidor, contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§1º O servidor, quando do início de suas atividades de capacitação, deverá informar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da realização do curso pretendido, juntando material e programação do mesmo, cabendo ao dirigente do órgão pronunciar-se previamente sobre a validação ou não do curso pretendido para efeitos de progressão.

§2º Para fazer jus a concessão estabelecida no caput deste artigo o servidor deverá, obrigatoriamente, ter obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos em suas duas últimas avaliações de desempenho somadas;

§3º Poderão ser computados todos os cursos de capacitação ou aperfeiçoamento em aprendizados iniciados a partir de 01.02.2002.

Art. 179 A comprovação de capacitação através de cursos, aperfeiçoamentos e seminários deverá perfazer no período da avaliação de desempenho um total de 80 (oitenta) horas na área de atuação ou formação profissional.

§1º Obrigatoriamente, os cursos computados deverão ter no mínimo carga horária de 20 (vinte) horas cada, devendo o servidor comprovar através da apresentação de diplomas e certificados.

§2º O reconhecimento dos cursos, aperfeiçoamentos e seminários a serem realizados pelo servidor deverão ser prévios, devendo para tanto ser aberto procedimento formal específico do qual deverá constar todo material informativo sobre a capacitação desejada;

§3º Deverão existir requisitos prévios que regulamentem o reconhecimento e a validação dos cursos, os quais deverão ser elaborados e definidos pelo Conselho Municipal de Educação, que os formalizará em ato próprio.

§4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deverá expedir documento próprio de reconhecimento prévio e de validação do curso proposto.

§5º Não serão computadas horas de curso excedentes para nenhum efeito.

§6º Os dias e horários em que o servidor estiver freqüentando curso previamente reconhecido na forma deste artigo, não serão considerados como faltas ao serviço e não poderão ser descontados na folha de pagamento.

Subseção IV

Da Progressão Vertical

Art. 180 A progressão vertical dar-se-á pelo acesso a níveis superiores e ocorrerá pela implementação de nova escolaridade, nas seguintes modalidades:

I - Para o cargo de Professor Auxiliar;

a) graduação;
II - Para o cargo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais;

a) graduação;
b) pós-graduação;

Parágrafo Único. Para implementar a progressão da qual trata o artigo anterior, há necessidade de galgar a referência C de cada nível para ascender a outro de caráter superior.

Art. 181 O enquadramento por ocasião da concessão da progressão vertical, será sempre na primeira referência do nível imediatamente superior ao que se encontrar posicionado o servidor.

Parágrafo Único. A Administração Municipal terá 60 (sessenta) dias a contar da apresentação do diploma para realizar a progressão vertical do profissional da educação municipal.

Capítulo VI

Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos

Art. 182 Os atuais Profissionais da Educação Municipal, serão reenquadrados no Plano de Carreira de que trata esta lei, observada a transposição dos cargos, na forma do Anexo II.

§1º Por transposição compreende-se o enquadramento do novo cargo do profissional em educação regido pela lei que aprovou o estatuto anterior à presente Lei;

§2º A transposição de que trata este artigo será realizada por ato individual, expedido pelo Chefe do Poder Executivo;

§3º O reenquadramento de que trata este capítulo obedecerá aos critérios da área de atuação atual para os professores e a área de especialização para os especialistas em educação;

§4º Os cargos efetivos, respeitadas as transposições, obedecerão à nova nomenclatura disposta no Anexo I.

§5º O reenquadramento obedecerá à escolaridade e a complexidade das atribuições do ocupante dos cargos atuais, devendo ser realizado por ato formal do Chefe do Poder Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei;

§6º Os professores leigos permanecerão em lista de extinção, na forma do Anexo I-B, até que apresentem o diploma de conclusão do curso de graduação ou do curso de nível médio na modalidade normal, oportunidade em que serão reenquadrados como Professor;

§7º Os professores leigos que concluírem a graduação em Pedagogia ou curso de nível médio na modalidade normal a partir do exercício de 2003, implementarão o reenquadramento disposto neste Capítulo em 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação do diploma;

§8º Os professores que se encontrarem em estágio probatório na data da publicação desta lei serão reenquadrados somente após aprovação no estágio probatório.

§9º Os professores leigos que não estejam freqüentando curso de graduação ou curso de nível médio na modalidade normal ou não o concluírem até 1º/01/2008 permanecerão em lista de extinção.

Capítulo VII

Do Vencimento

Art. 183 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento efetivo é constituída de 7 (sete) Níveis, conforme Anexo V, sendo que cada Nível é subdividido em sub-níveis de progressão vertical.

§1º Cada sub-nível terá 6 (seis) referências, onde se realizará a progressão por desempenho e capacitação do servidor;

§2º A nomeação, em caráter efetivo, será no nível do cargo de carreira para qual o candidato prestou concurso, no primeiro sub-nível, na referência "A";

§3º O vencimento determinado para cada servidor observará também o contido no artigo 182.

Art. 184 As funções de confiança serão remuneradas através da gratificação indicada no Anexo III.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 185 Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, quando a disposição literal do artigo não se manifestar de forma contrária, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 186 Fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 15 (quinze) de outubro, para comemorações do "Dia do Professor" para os integrantes do Magistério Municipal.

Art. 187 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento dos seus deveres.

Art. 188 Consideram-se servidores não estáveis aqueles admitidos na Administração Direta e Indireta sem concurso público de provas e provas e títulos após 5 (cinco) de outubro de 1983.

Art. 189 O Prefeito Municipal baixará, por Decreto, os regulamentos necessários à execução da presente Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 190 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 191 Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial todas as contidas nas Leis Municipais nº2.284 e suas alterações, 2.303 e 2.410.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	03	02	03
02	Professor	P3 P2 P1	40	42	44	65
03	Professor Auxiliar	PA	40	00	00	5
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EXTINÇÃO

ANEXO I-A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	Formação Superior em Pedagogia e pós-graduação específica, na área de educação. Formação superior, em curso de Pedagogia.

02	Professor	P3 P2 P1	40	Formação Superior em Pedagogia e pós-graduação específica, na área de educação. Formação superior, em curso de Pedagogia em educação infantil e séries iniciais. Formação de nível médio na modalidade normal.
03	Professor Auxiliar	PA	40	Formação de nível médio na modalidade normal.

ANEXO I-B TABELA DE CARGOS EM EXTINÇÃO

CÓDIGO	NÍVEL	CARGO	NATUREZA	SITUAÇÃO
06	PL	Professor	Leigo	Em extinção

ANEXO II - TABELA DE REENQUADRAMENTO

CARGO ATUAL	NÍVEL ATUAL	REFERÊNCIA ATUAL	CARGO NOVO	NÍVEL ATUAL
Professor	1-dois	A-F	Professor	Obs. escolaridade
Professor	3-quatro	A-F	Professor	Obs. escolaridade
Administrador	3-quatro	A-F	Especialização em Assuntos Educacionais	Obs. escolaridade
Supervisor	3-4	A-F	Especialização em Assuntos Educacionais	Obs. escolaridade

ANEXO III - TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	NATUREZA	GRATIFICAÇÃO
Chefe do Serviço de Apoio à Educação	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Educação Infantil	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar	Chefia	FG-1

Diretor de Escola (acima de 100 alunos)	Direção	FG-3
Diretor de Escola (até 100 alunos)	Direção	FG-4
Diretor de Centro Educacional Infantil	Direção	FG-4

FG	VALOR
FG-1	R\$ 573,70
FG-3	R\$ 400,00
FG-4	R\$ 200,00

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANM - Atividades de Nível Médio

Nível: PA

Denominação Do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR AUXILIAR	Professor Auxiliar	1. Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula e em todas as atividades desenvolvidas; 2. Realizar atividades de rotinas tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, aplicação de flúor, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula, etc; 3. Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, no aspecto social, afetivo, psicológico e psicomotor; 4. Organizar os pertences dos alunos; 5. Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe; 6. Receber os alunos antes do início das aulas ou entregá-los após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção da instituição; 7. Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais; 8. Utilizar uniforme adequado para as atividades; 9. Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar; 10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 11. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 12. Substituir o professor titular na ausência do mesmo; 13. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Formação em Nível Médio na modalidade normal. b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público

Número de Vagas: 5

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Professor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente; 2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura; 3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras; 4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado; 5. Promover uma avaliação global, contínua e permanente, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno; 6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção; 7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar; 8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe; 9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho e a responsabilidade em todas as tarefas; 10. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente; 11. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 12. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino; 13. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre; 14. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional; 15. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 16. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área.</p>

Número de Vagas: 65

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: - Atividades de Nível Superior

Nível: EAE

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em Assuntos Educacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nela proposta; 2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; 3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidos; 4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; 5. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; 6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; 7. Informar os pais ou responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; 8. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; 9. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; 10. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; 11. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; 12. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino; 13. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia ou Pós-Graduação Específica</p> <p>- Experiência Mínima de 02 (dois) anos na docência.</p> <p>b) Para ascender ao nível superior é necessário implementar pós-graduação específica na área.</p>

Número de Vagas: 03

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Diretor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir que a escola cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos científicos, físicos, culturais e sociais; 2. Coordenar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos; 3. Diagnosticar junto a comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola; 4. Coordenar a elaboração e execução do plano político pedagógico; 5. Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos, visando a construção da competência pedagógica; 6. Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os as necessidades dos alunos; 7. Garantir o acesso e permanência do aluno na escola; 8. Promover a participação dos pais e alunos na construção do plano político-pedagógico; 9. Coordenar os Conselhos de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; 10. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; 11. Organizar e coordenar a execução de toda a documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; 12. Convocar e presidir reuniões; 13. Preservar o patrimônio da escola; 14. Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar; 15. Atender os problemas disciplinares e de aprendizagem dos alunos, acompanhando a aprendizagem dos educandos; 16. Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; 17. Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola; 18. Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP; 19. Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a Unidade Escolar desde a sua aplicação e prestação de contas; 20. Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não; 21. Cuidar e coordenar para que o livro-ponto seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário; 22. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia ou outra Licenciatura</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço da Educação Infantil	<p>1 Promover o desenvolvimento sistêmico e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar;</p> <p>3 Garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas;</p> <p>4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas;</p> <p>5 Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;</p> <p>6 Recensear os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência à escola;</p> <p>7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;</p> <p>8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas;</p> <p>9. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	<p>1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Ensino Fundamental;</p> <p>3 Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores da 1ª a 8ª séries;</p> <p>4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries;</p> <p>5 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;</p> <p>6 Recensar os educandos do Ensino Fundamental, zelando junto aos pais pela frequência à escola;</p> <p>7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;</p> <p>8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as Unidades de Ensino Fundamental;</p> <p>9 Fixar conteúdo mínimo para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;</p> <p>10 Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se às peculiaridades e necessidades locais;</p> <p>11 Estimular o ingresso no Ensino Médio;</p> <p>12 Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural.</p> <p>13. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR		<p>1 Criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação em sistema integrado;</p> <p>2 Introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos de acordo com a realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;</p> <p>3 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>4 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Infantil e Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;</p> <p>5 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;</p> <p>6 Controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;</p> <p>7 Controlar, executar e manter os históricos escolares da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>8 Controlar e confeccionar relatórios gerenciais das Unidades Escolares;</p> <p>9. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar Merenda e Manutenção das Unidades Escolares	<p>1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>2 Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar:</p> <p>a)Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido;</p> <p>b)Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos;</p> <p>c)Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte coletivo;</p> <p>3 Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar;</p> <p>4 Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade;</p> <p>5 Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação;</p> <p>6. Executar outras atividades correlatas.</p>	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	CH/SM	NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
	40	EAE 2	22	1026,47	1047,00	1067,94	1089,30	1111,09	1133,31
ESPEC. ASSUNTOS EDUCACIONAIS			21	911,48	929,71	948,30	967,27	986,62	1006,35
	40	EAE 1	12	904,25	922,34	940,78	959,60	978,79	998,37
			11	802,95	819,01	835,39	852,10	869,14	886,52
	40	P3	32	1016,32	1036,64	1057,38	1078,52	1100,09	1122,10
			31	902,46	920,51	938,92	957,70	976,85	996,39
PROFESSOR	40	P2	22	853,07	870,13	887,53	905,28	923,39	941,86
			21	757,50	772,65	788,10	803,87	819,94	836,34
			13	660,82	671,92	683,20	694,68	706,35	718,22
	40	P1	12	597,95	608,00	618,21	628,60	639,16	649,90
			11	541,07	550,16	559,40	568,80	578,36	588,07
	40	PA 2	22	634,03	646,71	659,64	672,84	686,29	700,02
PROFESSOR AUXILIAR			21	563,00	574,26	585,75	597,46	609,41	621,60
	40	PA 1	12	477,67	487,23	496,97	506,91	517,05	527,40
			11	424,16	432,64	441,30	450,12	459,12	468,31

TABELA DE VENCIMENTO (PROFESSOR LEIGO)

CAR- GO	CAR- GA HORÁ- RIA SEMA- NAL	Níveis (Códigos de Referência)														
		PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8	PL9	PL10	PL11	PL12	PL13	PL14	PL15
Pro- fessor Leigo	40 horas	473,60	481,49	513,08	536,75	545,50	546,44	551,31	562,80	565,40	569,31	580,47	581,97	593,82	614,50	624,60

ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Auxiliar	5	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor	65	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Espec.em Assuntos Educacionais	03	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Leigo	19	EM EXTINÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Chefe de Serviço	04	EM MANUTENÇÃO

DIVISÃO DE DESPORTO E CULTURA

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultu- ra e Desporto	Diretor	01	EM MANUTENÇÃO

ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL - REALIZADA EM ____/____/____

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: ____/____/____ DATA DE ENTRADA EM EXERCÍCIO: ____/____/____
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

- "A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

ITENS DE AVALIAÇÃO	AUTAV	AVAL.	PESO	PONTOS
Prestação de Serviços: capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área.				
Qualidade: exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados.				
Iniciativa: Ter ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada.				
Relacionamento: habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados.				
Assiduidade e Pontualidade: a maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata.				
Interação com a Equipe: que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo.				
Interesse: ações no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências.				
PONTUAÇÃO TOTAL ANUAL*:				

* A pontuação total anual corresponde ao somatório geral dos pontos encontrados para cada item;

* O valor encontrado para cada item corresponde a seguinte fórmula:

AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO x PESO PROPOSTO;

* A auto-avaliação do servidor não será utilizada para atribuição dos pontos por item. Sua utilização corresponde a possibilidade do servidor propor Pedido de Reconsideração.

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no anverso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA) (ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINATURA DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINATURA DOS SECR. DA ÁREA)

ANEXO VII -A - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL - COMPUTADA EM ____/____/____

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: ____/____/____ DATA DE ENTRADA EM EXERCÍCIO: ____/____/____
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

- "A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO I	AVALIAÇÃO II	SOMA	MÉDIA PONDERADA

- A avaliação de desempenho final corresponde a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Avaliação I} + \text{Avaliação II}}{2}$$

REGISTRO DAS AUTOAVALIAÇÕES

AUTOAVALIAÇÃO I	AUTOAVALIAÇÃO II

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no verso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação ou realizar Pedido de Reconsideração.

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA)

(ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINAT. DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINAT. DO SECRETARIO DA ÁREA)

ÍNDICE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003

DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO MISTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA, EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

ASSUNTO:	PÁGINA
Do Regime Jurídico Misto	01
Do Regime Estatutário	04
Dos Cargos Comissionados	04
Dos Secretários Municipais	05
Dos Cargos Efetivos	06
Do Concurso Público	06
Do Provimento	08
Da Nomeação	08
Da avaliação da Aptidão Física e Mental	09
Dos Procedimentos Preliminares para Nomeação	10
Da Posse e do Exercício	10
Da Lotação	13
Do Estágio Probatório	14
Da Estabilidade	20
Da Readaptação	21
Da Reversão	24
Da Reintegração	25
Da Recondução	25

Da Disponibilidade e do Aproveitamento	25
Da Substituição	27
Da Cessão	28
Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos	28
Da Capacitação	29
Da Jornada de Trabalho	30
Da Vacância	33
Da Exoneração	33
Da Demissão	34
Da Aposentadoria	34
Do Vencimento e da Remuneração	34
Das Vantagens Pecuniárias	38
Das Indenizações	39
Das Férias	39
Do Auxílio Motorista	40
Do Auxílio Transporte	40
Das Gratificações	41
Da Gratificação Natalina	41
Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança	42
Da Gratificação Especial	42
Da Gratificação de Interiorização	42
Dos Adicionais	43
Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário	43
Do Adicional Noturno	43
Do Adicional de Férias	44
Do Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres e Perigosas	44
Da Bolsa de Estudo	45
Do Vale Alimentação	47
Do Salário Família	48
Das Férias	44
Das Férias	49
Da Agregação à Remuneração	50
Das Licenças	51
Da Licença para o Serviço Militar	52
Da Licença para Atividade Política	52
Da Licença para Exercer Cargo Político	52
Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista	52
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares	53
Da Licença para Tratamento de Saúde	53
Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional	54
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família	55
Da Licença à Maternidade e à Paternidade	55
Da Licença-Prêmio em Face de Direito Adquirido	56
Da Licença para Exercer Cargo Comissionado	56
Do Tempo de Serviço	57
Do Direito de Petição	57
Do Regime Disciplinar	58
Das Proibições	59
Das Responsabilidades	60
Das Penalidades Disciplinares	61
Da Advertência	62
Da Suspensão	63
Da Demissão	63
Da Cassação da Aposentadoria ou Disponibilidade	67
Da Destituição de Cargo em Comissão e Função de Confiança	67
Do Processo Administrativo Disciplinar	67
Da Sindicância	68
Do Afastamento Preventivo	69
Do Processo Disciplinar	69
Do Inquérito Administrativo	70
Da Instrução	70
Da Defesa	71
Do Relatório	72
Do Julgamento	72
Da Revisão do Processo Disciplinar	73
Da Previdência e da Assistência do Servidor Efetivo e Comissionado	73
Da Assistência Social do Servidor Efetivo e Comissionado	74
Dos Auxílios	74
Do Auxílio Reclusão	74

Do Auxílio Funeral	75
Do Serviço de Educação e Reabilitação Profissional	75
Do Regime Celetista	75
Do Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário)	76
Do Plano de Carreira	79
Da Composição	80
Das Categorias Funcionais	81
Da Lotação	81
Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos	81
Do Desenvolvimento Funcional	82
Da Progressão Funcional	83
Da Progressão Horizontal	84
Da Progressão Vertical	89
Do Vencimento	89
Das Disposições Transitórias e Finais	89
Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos	
Anexo I - A - Tabela de Cargos e Correlação de Escolaridade	
Anexo II - Tabela de Cargos em Comissão e seu Vencimento	
Anexo II - A - Cargos Comissionados - Atribuições	
Anexo III - Tabela de Funções de Confiança e seus respectivos valores	
Anexo IV - Plano de Cargos Efetivos e funções	
Anexo V - Tabela Salarial	
Anexo VI - Quadro de Lotação	
Anexo VII - Formulário para Avaliação de Desempenho Anual	
Anexo VII - A - Formulário para Avaliação de Desempenho Final	

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 015 de 09 de Dezembro de 2003

LEI COMPLEMENTAR Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003

DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DA ADOÇÃO DO REGIME JURÍDICO MISTO

Art. 1º Aos servidores públicos integrantes do Quadro dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre aplicar-se-á todas as premissas e modalidades do Regime Jurídico Misto estabelecidas no Capítulo Único do Título I da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 e em especial aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§1º As atribuições e responsabilidades pertinentes a cada cargo estão dispostas no Anexo III, que descreverá sua denominação própria, códigos, atividades, escolaridade mínima, e se for o caso estabelecerá requisitos de natureza legal ou especial, bem como indicará com precisão o número de vagas propostas, e ainda o nível do vencimento correspondente;

§2º Ressalvadas as decorrentes da aplicação do Plano de Carreira, são inadmissíveis desigualdades de vencimento ou salário quando pertinentes ao exercício de atribuições iguais ou semelhantes e, bem assim, proibida a adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se Profissionais da Educação os servidores públicos que executam atividades de magistério.

Parágrafo Único. Entendem-se por atividades de magistério aquelas relativas a docência e as de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

DO REGIME ESTATUTÁRIO

Art. 3º As regras definidas neste Título aplicam-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargos públicos do Quadro dos Profissionais

da Educação Municipal, criados e reclassificados nos termos desta Lei.

Parágrafo Único. Entende-se por cargo público do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional do magistério que devem ser acometidas a um servidor estatutário.

Art. 4º O Quadro dos Profissionais da Educação Municipal apenas possuirá servidores detentores de cargos efetivos.

§1º O cargo público de caráter efetivo do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal para ser provido será precedido de concurso público, o qual obrigatoriamente será de provas e títulos;

§2º As funções do magistério que envolvam chefia, direção e assessoramento serão caracterizadas como funções de confiança na forma disposta no Anexo II, e apenas serão concedidas aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo e estabilidade da Administração Municipal de Campo Alegre;

§3º O cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto tem a natureza de agente político, observadas as premissas contidas no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

CAPÍTULO II

DA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Art. 5º São requisitos básicos para a investidura em cargo público do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal:

- I - a aprovação em concurso público, de provas e títulos, obrigatoriamente;
- II - a prova da nacionalidade, observando o contido no art. 3º da Lei Complementar Municipal nº 006/2002;
- III - a prova do gozo dos direitos políticos;
- IV - a comprovação da quitação com as obrigações militares, para os homens;
- V - a comprovação da quitação com as obrigações eleitorais;
- VI - a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- VII - a comprovação do nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VIII - aprovação em exame médico que constate a aptidão física e mental;
- IX - comprovação de experiência docente de no mínimo 2 (dois) anos, para as atividades de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar.

§1º A perda ou a suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com o trânsito em julgado de:

- I - cancelamento da naturalização;
- II - reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos;
- IV - condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa;

§2º Para exercício de atividades do magistério serão exigidos conhecimentos, atitudes e responsabilidades compatíveis com o desenvolvimento coletivo do projeto educacional, que represente o efetivo instrumento de melhoria da qualidade de vida da população municipal, observado o contido nesta Lei e nas demais instruções normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 6º A investidura em cargo público ocorre com a posse.

Seção I Do Concurso Público

Art. 7º O concurso público objetiva selecionar candidatos que pretendam ingressar no Quadro de Profissionais da Educação Municipal através da avaliação de conhecimentos, teóricos e práticos, obrigatoriamente, mediante a realização de provas e a apresentação de títulos, e qualificação profissional, seguidos de exame, obrigatório, das condições de sanidade físico-mental, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o edital do concurso.

Art. 8º Dentre outras especificações o edital do concurso público deverá conter obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - o número de vagas oferecidas, inclusive as reservadas para pessoas portadoras de deficiência física, observado o contido no art. 10;
- II - a denominação dos cargos ofertados, com suas respectivas atribuições e responsabilidades, a carga horária semanal e o valor do vencimento, indicando a lei que autorizou sua criação;
- III - o tipo do concurso, indicando precisamente que se trata de provas e títulos;
- IV - os títulos exigidos, observado o contido no § 6º deste artigo, e a atribuição de sua pontuação;
- V - o programa das provas escritas e práticas;
- VI - em caso da existência de provas físicas, as técnicas de avaliação a serem empregadas;
- VII - a data, local, horário, o prazo e os documentos necessários para inscrição e o prazo máximo para sua efetivação;
- VIII - a forma de julgamento das provas e títulos;
- IX - os critérios de desempate;
- X - o prazo de validade do concurso;
- XI - a data, local e horário, de início e término, da realização das provas;
- XII - as condições para investidura em cargo público dispostas no art. 5º;
- XIII - a escolaridade e a qualificação mínima para prover o cargo;
- XIV - o estabelecimento de prazos para recursos em todas as etapas do concurso;

§1º O edital do concurso deverá ser publicado:

- I - nos murais:
 - a) da sede da Prefeitura Municipal;
 - b) da sede da Câmara de Vereadores;
 - c) da sede da Casa da Cultura;
 - d) da sede do IPRECAL;
- II - no órgão oficial de imprensa, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;
- III - em jornal de circulação regional;

§2º A publicação definida nos incisos II e III do §1º se dará, obrigatoriamente, por no mínimo, 3 (três) edições distintas, porém, consecutivas;

§3º O edital poderá ser, a critério da Administração Municipal, publicado em jornal de grande circulação, respeitada a publicação definida no inciso II, do §1º;

§4º O prazo mínimo para realização de inscrições será de 15 (quinze) dias a contar da data da primeira publicação no órgão oficial de imprensa;

§5º Os títulos serão computados, para fins exclusivos de classificação, apenas para os candidatos aprovados nas diferentes provas, tendo estas últimas, o caráter eliminatório;

§6º São considerados como títulos:

- I - produção cultural, constante de publicação especializada;

II - diploma de mestre ou doutor, nacional ou estrangeiro, devidamente registrado, conferido após a apreciação da respectiva dissertação ou tese;

III - diploma universitário em curso de pós-graduação, com especialização na área pretendida, nacional ou estrangeiro, de no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, conferido após nota de aproveitamento, desde que devidamente reconhecido;

IV - efetivo exercício de magistério superior em disciplina da área de concentração do concurso, em instituição de ensino superior pública ou privada, reconhecida;

V - tempo de serviço público em caráter estatutário, temporário ou comissionado, na esfera federal, estadual e municipal na área de concentração do concurso;

VI - experiência profissional, na área, reconhecidamente comprovada;

§7º A escolaridade e a qualificação mínima a ser indicada no edital do concurso para o provimento de cargos efetivos do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal obedecerá as seguintes premissas:

I - para o exercício de atividades de docência, definidas para os efeitos desta Lei como as compreendidas pelo exercício exclusivo em sala de aula:

a) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor Auxiliar, destinado as funções de Auxiliar na Educação Infantil, terá que comprovar a habilitação específica mínima de nível médio na modalidade normal.

b) o candidato que se inscrever para o cargo de Professor, destinado a função de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais, terá que comprovar a habilitação específica mínima de nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação em educação Infantil e Séries Iniciais.

II - para o exercício das atividades de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação escolar, o candidato deverá comprovar:

a) graduação plena em Pedagogia ou pós-graduação específica, na área de administração escolar, supervisão ou orientação, observada a função solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

b) experiência docente de, no mínimo, 2 (dois) anos;

§9º Em caso de empate no concurso público, a classificação obedecerá à seguinte ordem de preferência:

I - mais elevada nota ou média nas provas escritas;

II - mais elevada nota em títulos;

III - mais elevada nota ou média nas provas orais, caso sejam realizadas;

IV - o mais idoso.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

§1º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado;

§2º É vedada, sob qualquer hipótese a realização de concursos públicos internos, para provimento de cargo efetivo.

Art. 10 Às pessoas portadoras de deficiência fica assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais ficam reservados 10% (dez por cento) do número destes cargos, desde que aprovados no concurso respectivo.

Parágrafo Único. Os portadores de deficiência deverão ser submetidos à avaliação médica, na forma do art. 19 antes da realização

das provas, e receberão um Certificado Médico que atestará sua capacidade física e mental, homologando sua inscrição nesta categoria.

Art. 11 A realização do concurso será precedida da constituição de uma Comissão de Fiscalização de Concursos, na condição de órgão de controle interno, composta de 5 (cinco) servidores municipais efetivos e estáveis, indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. A Comissão de que trata este artigo não terá atribuições executivas, sendo de sua competência a verificação da subordinação do edital aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o sigilo na aplicação das provas, e outras condições necessárias a fim de assegurar igualdade de condições aos competidores.

Art. 12 Concluídos os trabalhos do concurso e proclamados pela Comissão Examinadora os seus resultados, observados os prazos estabelecidos no edital para possíveis recursos, fará esta o encaminhamento ao Prefeito Municipal para fins de homologação, a qual será dada ampla publicidade para efetivação do provimento que ocorrerá na forma do art. 14.

Art. 13 O concurso público apenas poderá ser realizado após a verificação da existência de dotação orçamentária suficiente para o atendimento ao acréscimo das despesas com pessoal, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas posteriores alterações.

Seção II

Do Provimento

Art. 14 Provimento são todos os atos praticados pela autoridade competente com o objetivo de tomar providências acerca do ingresso na Administração Pública, da investidura no cargo público, do exercício e da capacitação do servidor estatutário.

Art. 15 São formas de provimento de cargos públicos:

I - nomeação;

II - readaptação;

III - reversão;

IV - reintegração;

V - aproveitamento;

VI - recondução.

Seção III

Da Nomeação

Art. 16 A nomeação será feita em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público, e observará o número de vagas existentes obedecendo, obrigatoriamente, a ordem de classificação no concurso público.

Art. 17 Para a perfeita realização da nomeação serão os interessados informados e chamados através de carta registrada à comparecerem na Secretaria Municipal de Administração para manifestarem seu interesse de ingressar no Quadro dos Profissionais da Educação Municipal e realizarem exame médico admissional.

Parágrafo Único. Aqueles que forem aprovados no concurso público municipal deverão, obrigatoriamente, manter seu endereço atualizado para fins de recebimento da comunicação prevista no caput.

Subseção I

Da Avaliação da Aptidão Física e Mental

Art. 18 Aquele que aceitar ingressar no Quadro dos Profissionais da Educação Municipal deverá ser submetido à avaliação médico-pericial que atestará sua aptidão física e mental para o exercício do cargo pretendido.

Parágrafo Único. A avaliação médico pericial deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da manifestação do Interessado, determinada na forma do art. 17, pela perícia médica oficial do Município, constituída nos termos do art. 19.

Art. 19 A avaliação médico-pericial será realizada por um médico, designado especialmente para tal fim, que será acompanhado de um especialista em Medicina do Trabalho, devidamente contratado.

§1º A Administração Municipal poderá utilizar para configuração de sua perícia médica oficial, médicos de seu quadro funcional ou contratar profissionais especializados, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93;

§2º O profissional médico e o especialista em medicina do trabalho deverão, obrigatoriamente, comprovar sua formação e o registro em seu Conselho Profissional, bem como deverão apresentar a comprovação da experiência na realização de periciais admissionais;

§3º Obrigatoriamente, o médico-perito contratado pelo IPRECAL deverá acompanhar e formular quesitos que julgar necessários, à avaliação médica admissional;

§4º O laudo médico deverá ser, digitado ou datilografado e conterá, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- I - nome completo;
- II - número do CPF;
- III - cargo pleiteado;
- IV - endereço completo;
- V - data de nascimento;
- VI - descrição das características físicas do Interessado;
- VII - diagnóstico, indicando a presença ou não de patologias estabelecidas no Código Internacional de Doenças - CID;
- VIII - parecer conclusivo pela habilitação ou não para o cargo pleiteado;
- IX - data da realização da perícia;
- X - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
- XI - assinatura dos médicos peritos;

§5º Caso o candidato entenda necessário, poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança;

§6º O laudo médico deverá ser armazenado em envelope lacrado, sendo acondicionado em sua pasta funcional apenas o parecer conclusivo, indicado no inciso VIII do §5º, deste artigo;

§7º O laudo médico deverá ser concluído e remetido à Secretaria Municipal de Administração no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar do primeiro dia útil após a realização do exame;

§8º De posse da conclusão do exame admissional a Administração Pública Municipal informará ao Interessado do resultado para, quando habilitado, publicar o ato de nomeação;

§9º Caso o resultado do exame admissional inabilite o Interessado, o mesmo será informado, por carta registrada, devendo ser juntada cópia da conclusão médica, sendo-lhe aberto prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação, em sede de recurso.

Subseção II

Dos Procedimentos Preliminares para a Nomeação

Art. 20 O ato formal de nomeação ao cargo público expedido pelo Chefe do Poder Executivo é o Decreto e dos demais dirigentes da Administração Indireta, a Portaria.

§1º O Decreto de nomeação deverá conter, necessariamente, as seguintes indicações, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem o baixar e autorizar a publicação:

- I - a nomenclatura do cargo vago, com todos os elementos de identificação, suas atribuições e responsabilidades e a indicação precisa do número da lei que autorizou sua criação;
- II - o caráter do provimento efetivo, indicando o número do edital do concurso, a data de sua homologação e a classificação do servidor;
- III - o fundamento legal, bem como a indicação do padrão de vencimentos em que se dará o provimento do cargo;
- IV - a indicação de que o exercício do cargo se dará cumulativamente com outro cargo municipal, quando for o caso, registrando-se a sua compatibilidade legal e de horários;

§2º Os decretos e portarias de nomeação serão publicados na íntegra no mural oficial da sede da Prefeitura Municipal e os extratos no órgão oficial de imprensa, definido nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 21 Publicado o ato de nomeação, na forma do § 2º do art. 20, o interessado terá o prazo de 3 (três) dias úteis para tomar posse.

§1º Em se tratando de servidor em licença o prazo será contado do término do impedimento, excetuando-se a Licença para Tratamento de Interesses Particulares, disposta nos artigos 131 a 133;

§2º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no caput deste artigo.

Seção IV

Da Posse e do Exercício

Art. 22 No prazo estabelecido no art. 21, o nomeado tomará posse, manifestando, pessoal e expressamente, sua vontade de aceitar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e as retribuições inerentes ao cargo público de caráter efetivo, com o compromisso de bem servir, através da assinatura do respectivo Termo de Posse, pela autoridade competente e pelo servidor empossado.

§1º Do Termo de Posse deverá constar:

- I - a nomenclatura do cargo efetivo, a carga horária semanal e o local de sua lotação;
- II - a declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, o compromisso do fiel cumprimento dos seus deveres e atribuições;

§2º Em anexo ao Termo de Posse será acostado:

I - instrumento de Declaração de Bens e Valores que constituem o seu patrimônio, do qual deverá constar:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) descrição detalhada de todos seus bens imóveis, em Campo Alegre ou em qualquer outra localidade;
- c) descrição de todos os meios de transporte automotores, de passeio ou não, que o servidor possua, incluindo-se embarcações e aeronaves;
- d) cópia da última declaração de imposto de renda, ainda que possua a condição de contribuinte isento;
- e) assinatura, local e data;

II - instrumento de Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos ou Funções Públicas, contendo:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 65 e 66;
- c) assinatura do servidor, reconhecida em Cartório;
- d) local e data;

III - Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez, paga pelo INSS ou por qualquer outro órgão previdenciário, contendo:

- a) nome completo, número do CPF e número da Carteira de Identidade;
- b) menção expressa da inexistência da percepção de aposentadoria por invalidez em qualquer órgão previdenciário;
- c) menção expressa da inexistência do provimento de qualquer outro cargo efetivo ou comissionado, emprego ou função pública, bem como o recebimento de qualquer provento de aposentadoria decorrente do exercício de atividade pública, observado o disposto nos artigos 65 e 66;

IV - certidão negativa, expedida pelo Poder Judiciário - Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais da comarca de São Bento do Sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário, ou processo de execução promovido pela Administração Pública, que desabone sua situação funcional.

Art. 23 É competente para dar posse aos servidores do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal o Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Poderá o Prefeito Municipal, por decreto delegar ao Secretário Municipal de Administração ou ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto competência para empossar os nomeados em cargo de provimento efetivo através de portarias, não se aplicando esta determinação para a concessão de funções de confiança.

Art. 24 A contar da data da assinatura do Termo de Posse o servidor terá 30 (trinta) dias corridos para iniciar o exercício de suas atividades, no cumprimento das atribuições inerentes ao seu cargo.

§1º O servidor empossado, que se encontrar portador de doença comprovada ou acidentado, ou a servidora empossada que se encontre em período de pós-parto ou cesariana, por período inferior a 60 (sessenta) dias, poderá dirigir requerimento à autoridade competente para prorrogar, por igual período, o prazo para iniciar o exercício de suas atividades;

§2º Para deferimento do pedido de prorrogação deverá ser a doença ou o acidente comprovado através de atestado emitido pelo médico perito oficial, nos termos do art. 19, e a servidora em estado de pós-parto ou cesariana deverá juntar ao requerimento cópia da Certidão de Nascimento de seu filho;

§3º Admitir-se-á a prorrogação por no máximo 2 (dois) períodos consecutivos;

§4º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no caput, ou depois de expirados os possíveis prazos de prorrogação;

§5º À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício;

§6º É vedado dar à posse efeito retroativo para assegurar

ininterrupção de exercício.

Art. 25 A contar de seu primeiro dia de exercício, o servidor terá 72 (setenta e duas) horas para apresentar os seguintes documentos e elementos necessários ao seu assentamento individual, que serão coletados pelo Serviço de Pessoal e remetidos para o IPRECAL providenciar sua inscrição como segurado obrigatório, nos termos da Lei municipal nº 2537/2001:

- I - fotocópia da Carteira de Identidade;
- II - fotocópia da Certidão de Nascimento;
- III - fotocópia do CPF;
- IV - caso casado, Certidão de Casamento Civil ou Certidão de Casamento Religioso;
- V - fotocópia da Certidão de Nascimento dos Filhos;
- VI - fotocópia do Título de Eleitor;
- VII - fotocópia do comprovante de residência;
- VIII - fotocópia do Certificado de Reservista/Alistamento ou da Certidão de Isenção do Serviço Militar;
- IX - fotocópia da Carteira de Registro no órgão de fiscalização profissional ;
- X - declaração indicando quem são seus dependentes, observado o art. 9º da Lei municipal nº 2537/2001 e ainda:
 - a) caso o servidor possua filhos, de qualquer idade, que sejam portadores de invalidez devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial;
 - b) caso o servidor não possua dependentes presumidos e tenha irmãos, de qualquer idade, portadores de invalidez, devem ser prestadas informações, que serão posteriormente confirmadas pela avaliação do médico perito oficial.

Art. 26 No primeiro dia de efetivo exercício o servidor receberá:

- I - um número de matrícula funcional;
- II - instruções por escrito de como utilizar adequadamente o equipamento de cartão-ponto ou outra forma de registro de frequência;
- III - cópia do Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal;
- IV - equipamento de proteção individual, caso dele necessite, bem como instruções de uso por escrito.

Parágrafo Único. O Serviço de Pessoal deverá coletar recibo de entrega dos materiais previstos nos incisos II, III e IV do caput.

Art. 27 O início, a suspensão, a interrupção e o reinício das atividades funcionais serão registrados no assentamento individual do servidor.

§1º A interrupção do exercício, fora dos casos legais e além dos limites admitidos, sujeita o servidor a processo disciplinar e às penas pertinentes;

§2º O licenciamento do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato legislativo municipal só ocorre quando a representação for exercida em localidade diversa da sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário, e limita-se ao período de sessões da Câmara de Vereadores acrescida de seu deslocamento até ela;

§3º Caso denunciado por crime funcional o servidor poderá ser afastado de seu cargo, a critério da Administração Municipal;

§4º No caso de condenação, não sendo esta de natureza que determine a demissão do servidor, permanece mantido o afastamento até o cumprimento total da pena.

Art. 28 Respeitados os casos de ausências, afastamentos e licenças previstas neste Estatuto, o servidor do Quadro dos Profissionais da

Educação Municipal que interromper o exercício de suas atribuições por período superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos, sem proceder aviso à Administração Municipal, será demitido, observados os procedimentos contidos na Lei Complementar nº 006/2002, por abandono do cargo.

Parágrafo Único. Caso o servidor tenha registrado em seus assentos funcionais ausências ou afastamentos injustificados superiores a 10(dez) dias úteis a cada semestre, de forma consecutiva ou não, será instaurado processo disciplinar para procedimento de demissão.

Seção V Do Estágio Probatório

Art. 29 Iniciado o exercício de suas atividades, o servidor detentor de cargo de provimento efetivo passará a cumprir estágio probatório, de natureza teórica e prática, de três anos, sendo avaliado seu efetivo exercício.

§1º Entende-se por efetivo exercício os dias realmente laborados, incluídos os descansos semanais e as férias;

§2º São expressamente excluídos do cômputo dos dias para avaliação do estágio probatório dos profissionais do magistério municipal, todas as licenças previstas nos artigos 124 e seguintes deste Estatuto, e de forma taxativa:

- I - por motivo de doença de pessoa da família;
- II - para provimento de cargo comissionado;
- III - para tratamento de saúde;
- IV - para prestação de serviço militar;
- V - por motivo de afastamento do cônjuge;
- VI - para exercer atividade política;
- VII - para participar de pleito eleitoral;
- VIII - para gozo de licença maternidade;
- IX - para gozo de licença paternidade;
- X - para o desenvolvimento das atribuições de Secretário Municipal;

§3º O exercício de função de confiança não suspende ou interrompe os procedimentos de avaliação do estágio probatório;

§4º Os períodos desenvolvidos em caráter de substituição não interromperão o período de avaliação do estágio probatório.

Art. 30 Durante o estágio probatório o servidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será obrigatoriamente avaliado por uma Comissão de Avaliação dos Profissionais de Educação em Estágio Probatório (CAPE) instituída para esta finalidade, por indicação e nomeação do Prefeito Municipal.

§1º A CAPE será formada por 5 (cinco) servidores detentores de cargo de provimento efetivo, que atuem no magistério municipal, já possuidores de estabilidade;

§2º São membros natos da CAPE os detentores do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, quando não estejam sob avaliação;

§3º Caso o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais não esteja provido ou seus titulares estejam ausentes ou afastados, serão substituídos na CAPE pelos servidores que ocuparem

as funções de confiança de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Educação, Chefe do Serviço de Educação Infantil ou Chefe do Serviço de Ensino Fundamental;

§4º O mandato da CAPE terá a duração de 3 (três) anos, devendo

seus membros reunirem-se a cada 6 (seis) meses para promoverem discussão sobre a avaliação dos servidores que se encontram em estágio probatório, respeitados os requisitos estabelecidos no art. 32;

§5º A CAPE possuirá Regimento Interno próprio, votado por seus membros, observadas as disposições constantes desta Lei;

§6º Compete a CAPE contactar as chefias imediatas dos servidores avaliados para coletar os dados e notas de avaliação, especificados nos artigos 32 e 34;

§7º Os Diretores de Escola, os Diretores de Creche e os servidores avaliados poderão ser convidados pela CAPE para participarem das reuniões a fim de prestarem esclarecimentos, quando necessário;

§8º O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto acompanhará os trabalhos da CAPE.

Art. 31 O servidor que se encontrar avaliado deverá receber instrumento informativo no qual conste as condições e a forma de avaliação, assinar sua avaliação anual tendo a possibilidade de recorrer administrativamente à CAPE, quando não estiver de acordo com sua avaliação.

Art. 32 Serão observados os seguintes requisitos para o efeito de avaliação do estágio probatório:

- I - Idoneidade Moral: entende-se como idôneo o servidor que não tiver sido condenado por qualquer crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, por crimes hediondos ou a eles equiparados e crimes inafiançáveis;
- II - Asseio e Sobriedade: entende-se como asseado e sóbrio o servidor que comparece ao local de trabalho observando as condições básicas de higiene e que não esteja sob o efeito de nenhuma substância tóxica ou alcoólica;
- III - Pontualidade: entende-se por pontual o servidor que inicia seus trabalhos no preciso horário definido para seu ingresso diário e que cumpra rigorosamente sua jornada de trabalho, de acordo com o funcionamento de seu órgão de lotação, sendo para tanto observado seu cartão-ponto ou registro manual de frequência;
- IV - Disciplina: entende-se como disciplinado, o servidor que mantém a ordem que convém ao funcionamento regular da instituição, com observância aos preceitos e normas de conduta;
- V - Produtividade e Capacidade de Iniciativa: entende-se como produtividade o rendimento dos trabalhos desenvolvidos pelo servidor no desempenho de suas atribuições, assim como sua disposição de tomar a iniciativa em tarefas próprias das atribuições do cargo;
- VI - Sociabilidade: entende-se como sociável o servidor que mantém bom relacionamento com seus colegas, tratando-os com urbanismo e respeito, e que mantenha o espírito de equipe e companheirismo, para a prestação de um serviço público de excelência, bem como aquele que defere tratamento com respeito e educação à comunidade, quando do exercício de suas funções;
- VII - Zelo pelo Patrimônio Público: entende-se por zelo pelo patrimônio público o cuidado com equipamentos em geral e o uso racional dos materiais e insumos.

Art. 33 Os preceitos e notas para os quesitos elencadas no art. 32 obedecerão aos seguintes critérios de pontuação:

- I - para idoneidade moral: será considerado inidôneo o servidor que tiver sido condenado por crime contra a Administração Pública, especialmente seu patrimônio, ou por crime hediondo ou a ele equiparado ou crimes inafiançáveis, desde que haja sentença transitada em julgado, devendo assim ser avaliado:
 - a) ótima (nota 10): se não sofreu nenhuma condenação criminal por qualquer um dos crimes mencionados;
 - b) insatisfatória (nota 0): se sofreu condenação criminal por

qualquer um dos crimes mencionados, com sentença transitada em julgado;

II - para asseio, compreendendo-se a higiene básica, no rosto, mãos, cabelos e dentes, bem como roupas e sapatos limpos:

a) ótima (nota 10): se comparece ao trabalho obedecendo ao critério especificado;

b) insatisfatório (nota 0): se comparece ao trabalho não obedecendo ao critério especificado, de forma habitual e permanente;

III - para sobriedade:

a) excelente (nota 10): aquele que, sempre, se apresentar ao trabalho sóbrio;

b) irregular (nota 0): aquele que, se comprovada sua apresentação ao trabalho, ainda que de forma não habitual, sob o efeito de substâncias tóxicas ou alcoólicas;

IV - para pontualidade, será deduzida da nota 10 (dez):

a) faltas injustificadas: para cada falta injustificada será deduzido 5 (cinco) pontos;

b) chegadas tardias, saídas antecipadas ou ausências repentinas, ocorridas de forma injustificada: para cada chegada tardia, saídas antecipadas ou ausência repentina será deduzido um (um) ponto;

§1º Compreende-se por injustificada a chegada tardia, ausência repentina ou saída antecipada, que não seja autorizada por escrito pela chefia imediata;

V - para disciplina:

a) excelente (nota 10): acata ordens, sempre com boa vontade, sendo eficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

b) ótimo (nota 9): acata ordens, sempre com boa vontade, às vezes sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

c) bom (nota 7): acata ordens, nem sempre com boa vontade;

d) regular (nota 5): acata ordens, sendo ineficaz no desenvolvimento e na resolução de suas atividades;

e) insatisfatória (nota 0): não acata ordens;

§2º Todos os atos de insubordinação deverão ser anotados pela chefia imediata do servidor e serem prontamente protocolados e encaminhados à CAPE, independentemente do procedimento disciplinar adotado pelo Serviço de Pessoal;

VI - para produtividade e capacidade de iniciativa:

a) excelente (nota 10): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimentos máximos;

b) ótimo (nota 9): possui total domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

c) bom (nota 8): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, tendo iniciativa para novos aprendizados;

d) satisfatório (nota 7): possui domínio médio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento aceitável, não tendo iniciativa para novos aprendizados;

e) regular (nota 6): possui relativo domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz com qualidade e rendimento abaixo do desejado;

f) irregular (nota 4): possui pouco domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, produz sem qualidade e rendimento abaixo do desejado, quebrando equipamento e não zelando pelo patrimônio público;

g) insatisfatória (nota 0): não possui domínio das técnicas, normas e procedimentos relativos ao trabalho, atingindo produtividade, qualidade, rendimentos e zelo pelo patrimônio público insatisfatórios ou inexistente;

VII - sociabilidade:

a) ótima (nota 10): tem ótimo relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

b) bom (nota 8): tem bom relacionamento com os colegas de trabalho, espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

c) regular (nota 4): tem regular relacionamento com os colegas de trabalho, não tem espírito de equipe e companheirismo na execução das tarefas;

d) insatisfatória (nota 0): se relacionar mal com os colegas de trabalho, sem urbanismo e educação, não tem espírito de equipe e companheirismo;

VIII - zelo pelo patrimônio público:

a) ótima (nota 10): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade máxima todos os materiais e insumos, não possuindo qualquer registro de quebra ou perda do patrimônio;

b) bom (nota 6): zela pelos equipamentos em geral e utiliza com racionalidade todos os materiais e insumos, possuindo registros não habituais de quebra ou perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

c) regular (nota 4): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros habituais de quebra e perda do patrimônio, sem que haja comprovação de dolo por parte do servidor avaliado;

d) insatisfatório (nota 0): não zela pelos equipamentos em geral e não utiliza com racionalidade os materiais e insumos, possuindo registros de quebra e perda do patrimônio, havendo comprovação, em processo administrativo pertinente, de dolo por parte do servidor avaliado;

§3º Compreende-se por patrimônio público qualquer objeto, equipamento, móvel e imóvel, de pequeno, médio ou grande porte, adquirido através do erário municipal, bem como qualquer daqueles que tenha sido incorporado, sob qualquer forma de recebimento;

§4º Compreende-se por insumo o material de expediente, inclusive os de informática, energia elétrica, meios de comunicação, incluindo-se a internet, que são utilizados para a produção e prestação dos serviços públicos;

§5º Entende-se por dolo a vontade consciente dirigida do servidor de obter um resultado criminoso ou de assumir o risco de o produzir, para dilapidar o patrimônio público, e ainda qualquer ato consciente com que este induza outrem a realizá-lo;

§6º Caso haja a configuração de dolo, para efeitos de avaliação do estágio probatório haverá meramente o registro formal da nota, pois tal fato, verificado em competente processo disciplinar, culminará na demissão do servidor.

Art. 34 Para processar a avaliação a chefia imediata do servidor avaliado deverá até o décimo quinto dia útil do primeiro mês subsequente ao fechamento de cada trimestre de estágio probatório, encaminhar a CAESP o formulário-padrão de avaliação.

§1º As notas indicadas pela chefia imediata deverão ser fundamentadas por escrito, devendo sempre que possível os fatos narrados serem acompanhados de documentos hábeis que comprovem o ocorrido;

§2º A cada 6 (seis) meses os membros da CAPE reunir-se-ão para processar as 2(duas) avaliações trimestrais encaminhadas, devendo:

I - conferir o registro de recebimento das avaliações;

II - avaliar se todos os quesitos do formulário-padrão foram devidamente preenchidos;

III - registrar em ata o recebimento de denúncias ou queixas realizadas contra servidores em período de estágio;

IV - coletar no Serviço de Pessoal a existência de faltas injustificadas, as notificações, suspensões ou advertências processadas

contra o servidor avaliado;

V - processar a média de notas auferidas no semestre observada a seguinte fórmula:

$$MS1 = N1 \times p5 + N2 \times p4 + N3 \times p5 + N4 \times p5 + N5 \times p3 + N6 \times p3 + N7 \times p3 + N8 \times p5$$

33

onde,

MS1 = Média do Semestre;

N1 = (nota auferida para idoneidade moral referente ao primeiro trimestre + nota auferida para idoneidade moral referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito idoneidade moral;

N2 = (nota auferida para asseio referente ao primeiro trimestre + nota auferida para asseio referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p4 = peso correspondente à valoração do quesito asseio;

N3 = (nota auferida para sobriedade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sobriedade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito sobriedade;

N4 = (nota auferida para pontualidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para pontualidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito pontualidade;

N5 = (nota auferida para disciplina referente ao primeiro trimestre + nota auferida para disciplina referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito disciplina;

N6 = (nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao primeiro trimestre + nota auferida para produtividade e capacidade de iniciativa referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito produtividade e capacidade de iniciativa;

N7 = (nota auferida para sociabilidade referente ao primeiro trimestre + nota auferida para sociabilidade referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p3 = peso correspondente à valoração do quesito sociabilidade;

N8 = (nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao primeiro trimestre + nota auferida para zelo pelo patrimônio público referente ao segundo trimestre) ÷ 2 (dois);

p5 = peso correspondente à valoração do quesito zelo pelo patrimônio público;

33 = somatório dos pesos adotados;

§3º Ao final de cada 12 (doze) meses a CAPE realizará a média anual do servidor avaliado, observado a seguinte fórmula:

$$MA = MS1 + MS2, \text{ onde.}$$

2

MA = média anual do estágio probatório;

MS1 = média do primeiro semestre, na forma do §1º;

MS2 = média do segundo semestre, na forma do §1º;

§4º A média anual será informada ao servidor, por escrito, em reunião individualizada, na presença de 2 (dois) membros da CAPE;

§5º O servidor receberá um boletim no qual constarão suas notas, por trimestre, referente a cada quesito, com as respectivas médias;

§6º Caso o servidor discorde da média que lhe foi pontuada poderá no prazo máximo de 3 (três) dias úteis formular pedido de reconsideração, por escrito, enviado à presidência da CAPE;

§7º Protocolado o pedido de reconsideração, a CAPE procederá

a abertura de processo administrativo, coletando o testemunho pessoal do servidor, de sua chefia imediata e de 3 (três) colegas de trabalho, bem como provas materiais que possam efetivar um juízo de convencimento;

§8º O pedido de reconsideração deverá ser processado e julgado em no máximo 30 (trinta) dias, não cabendo da decisão final da Comissão qualquer recurso administrativo, restando ao servidor avaliado a possibilidade de submeter a questão à apreciação do Poder Judiciário.

Art. 35 A nota oficial para aprovação no estágio probatório se dará através da média aritmética simples das 3 (três) avaliações anuais, que deverão ser processadas na forma do art. 34.

§1º O servidor em estágio probatório que não obtiver nota oficial igual ou superior a 6 (seis) será submetido a processo administrativo para efeito de exoneração do cargo, assegurado o direito de ampla defesa na forma do §6º, do art. 34;

§2º A exoneração, em face da desaprovação no estágio probatório não gera nenhum tipo de indenização funcional, sendo pagas a termo, as seguintes parcelas:

- I - vencimento proporcional aos dias trabalhados, no mês de competência da exoneração;
- II - férias proporcionais;
- III - 1/3 constitucional de férias proporcionais;
- IV - gratificação natalina proporcional.

Art. 36 A CAPE poderá propor abertura de processo administrativo, a qualquer tempo do estágio probatório para fins de exoneração imediata do servidor, quando:

- I - caracterizada a inidoneidade moral;
- II - a média da avaliação semestral for inferior a 6 (seis), durante 2 (dois) períodos consecutivos;
- III - após 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não;
- IV - após 5 (cinco) chegadas tardias, ou saídas antecipadas ou ausências repentinas ao trabalho, sem prévia autorização da chefia imediata;
- V - após a verificação de dilapidação do patrimônio público, na forma da alínea "d", do inciso VIII, do art. 33.

Art. 37 Concluído o processo administrativo de avaliação pela CAPE, esta encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal relatório contendo os resultados da avaliação para homologação, e se for o caso deflagrar a expedição do ato de exoneração.

Parágrafo Único. Após a homologação será o rol de aprovados no estágio probatório, devidamente, publicado no órgão de imprensa oficial e no mural da sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art. 38 A avaliação das atividades está expressamente vinculada ao cargo de provimento efetivo do Quadro de Profissionais da Educação, preenchido em face da realização do concurso público, ficando proibido contar no período obrigatório de avaliação:

- I - o tempo de serviço prestado a outras entidades, públicas ou privadas;
 - II - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em cargo diverso;
 - III - o tempo de serviço prestado à Administração Pública de Campo Alegre, em função semelhante, porém em contratação pelo regime celetista ou em caráter temporário;
 - IV - o tempo de serviço prestado à Administração Pública federal, estadual ou municipal em caráter comissionado, inclusive no Município de Campo Alegre;
- Parágrafo Único. Comporta exceção ao caput o servidor público

que seja readaptado, na forma dos artigos 44 a 50, sendo o resultado da avaliação procedida no cargo originário somada a avaliação do cargo a que foi readaptado, observado o período de três (três) anos.

Art. 39 Durante o período de avaliação do estágio probatório o servidor não poderá licenciar-se para tratar de assuntos particulares.

Art. 40 A servidora gestante que não seja aprovada no estágio probatório será exonerada somente após o término da Licença Maternidade, vagando seu cargo apenas nesta oportunidade.

Art. 41 Os servidores públicos que se encontrarem em estágio probatório no advento da publicação desta lei, terão o período restante avaliado e cumprido de acordo com esta.

§1º As avaliações trimestrais realizadas na forma do art. 30 da Lei municipal nº 2.303/98 serão levadas em consideração, respeitando-se os pareceres prolatados, pela exoneração ou manutenção do servidor e os períodos avaliados;

§2º Aquele que se encontrar licenciado ou provendo cargo comissionado, por ato procedido em observância à Lei Municipal nº 2.303, terá sua situação mantida, enquanto houver o interesse público, e em seu retorno será avaliado nos novos moldes estabelecido neste Estatuto.

Seção VI Da Estabilidade

Art. 42 O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado no cargo respectivo, adquire estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório, nos termos da Seção V do Capítulo II, deste Título.

Art. 43 O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - processo administrativo que lhe assegure a ampla defesa;
- III - excesso de despesas de pessoal, na forma do §4º do art. 169 da Constituição da República;
- IV - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, conforme procedimentos especificados nesta Lei Complementar.

§1º A perda do cargo público para o servidor estável, por força do disposto no inciso III deverá ser precedida de ato normativo motivado pelo Chefe do Poder Executivo e deverá especificar:

- I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;
- II - a atividade funcional e o órgão ou entidade administrativa objeto de redução de pessoal;
- III - o critério geral impessoal escolhido para identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;
- IV - os critérios e as garantias especiais escolhidas para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;
- V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;
- VI - os créditos orçamentários para o pagamento das indenizações;

§ 2º O critério geral para identificação impessoal a que se refere o inciso III do §1º será escolhido entre:

- I - menor tempo de serviço público;
- II - maior remuneração;
- III - menor idade;

§ 3º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação;

§ 4º A exoneração de servidor estável que desenvolva atividade exclusiva de Estado, assim definida em lei, somente será admitida quando a exoneração de servidores dos demais cargos do órgão ou da unidade administrativa objeto da redução de pessoal tenha alcançado, pelo menos, 30% (trinta por cento) do total desses cargos;

§ 5º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis, serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Seção VII Da Readaptação

Art. 44 Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica mandada realizar pelo Município de ofício ou a pedido do servidor.

§1º São condições para ocorrer a readaptação:

- I - que as atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação do readaptado;
- II - que se respeite a habilitação exigida para o exercício do novo cargo;
- III - que a limitação física ou mental seja consignada em laudo pericial produzido por médico perito oficial, observado o contido no §1º do art. 19;

§2º A readaptação não poderá resultar em redução de vencimentos, podendo, contudo alterar a jornada de trabalho do servidor, de modo a que possa cumprir suas novas atribuições;

§3º Na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência da vaga, devendo ser instaurado processo administrativo próprio para registrar o evento.

Art. 45 A avaliação pericial para reabilitação será arquivada na pasta funcional do servidor, em envelope lacrado, contendo a conclusão detalhada de sua análise, digitada ou datilografada, informando:

- I - nome completo do servidor;
- II -- número da matrícula funcional, nomenclatura do cargo e função;
- III - número do CPF;
- IV - endereço completo;
- V - data de nascimento;
- VI - descrição das características físicas do servidor;
- VII - data do afastamento do trabalho;
- VIII - data do início da doença;
- IX - data do início da incapacidade;
- X - causa do afastamento do trabalho;
- XI - história mórbida progressiva;
- XII - antecedentes pessoais;
- XIII - histórico da doença atual;
- XIV - exames solicitados;

- XV - diagnóstico, indicando o Código Internacional de Doenças - CID em que o servidor está enquadrado;
- XVI - conclusão pela readaptação ou não;
- XVII - indicação de possíveis atividades funcionais em que o

servidor possa ser readaptado;
XVIII - data da realização da perícia;
XIX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
XX - assinatura do perito;

Parágrafo Único. O médico perito oficial apresentará ao Serviço de Pessoal um Atestado de Readaptação, que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos dos procedimentos de registro de atos de pessoal justificando seu parecer que conterà:

I - nome completo do servidor;
II - número da matrícula funcional;
III - número do CPF;
IV - endereço completo;
V - indicação do Código Internacional de Doenças - CID que o servidor está enquadrado;
VI - conclusão pela concessão da readaptação;
VII - denominação e descrição da atividade na qual o servidor será readaptado;
VIII - data da realização da perícia;
IX - número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM;
X - assinatura do médico perito oficial.

Art. 46 Caso o servidor seja readaptado em face de acidente em serviço, deverá sua pasta funcional ser instruída com a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), acompanhada se for o caso de:

I - licenças médicas motivadas pelo acidente;
II - laudos periciais de acidente de trânsito ou outros quando couberem;
III - registros hospitalares;
IV - registros médicos;
V - registros policiais;
VI - depoimentos precisos e fidedignos de testemunhas;
VII - outros elementos de prova a serem definidos pelo médico perito oficial.

§ 1º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para recuperação;
II - o acidente sofrido pelo servidor no local e no horário do trabalho, em consequência de:
a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
d) ato de pessoa privada do uso da razão;
e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;
III - a doença proveniente de contaminação acidental do servidor no exercício do cargo;
IV - o acidente sofrido pelo servidor ainda que fora do local e horário de serviço:
a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção

utilizado, inclusive veículo de propriedade do servidor;
d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do servidor, observando-se a habitualidade da realização do trajeto;
V - moléstias profissionais;

§ 2º Nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, considera-se como exercício do cargo;

§ 3º Consideram-se moléstias profissionais as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social;
II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I, não sendo consideradas as seguintes:
a) a doença degenerativa;
b) a inerente a grupo etário;
c) a que não produza incapacidade laborativa.

Art. 47 Se a incapacidade decorrer de doença profissional ou do trabalho, deverão ser juntados os documentos apontados no art. 45 e seu parágrafo único e a avaliação médica deverá caracterizar, obrigatoriamente, a relação da causa e efeito entre a moléstia e a atividade exercida pelo servidor.

Art. 48 A apresentação da documentação solicitada, como avaliações, relatórios e atestados, deverá ser digitada, com carimbo, assinatura e a indicação do número do CRM do médico responsável, de forma descritiva, sem perder a objetividade e a clareza das informações.

Art. 49 O servidor readaptado deverá ser submetido a novas avaliações médicas de três em três meses, durante o intervalo de um ano, para perfeito acompanhamento de seu desenvolvimento na nova atividade.

Parágrafo Único. Caso a avaliação médica, a qualquer tempo verifique a incapacidade total para o trabalho, o servidor será encaminhado à perícia médica do IPRECAL para análise da possibilidade da concessão de aposentadoria por invalidez.

Art. 50 A readaptação do servidor no novo cargo deverá ser acompanhada por 12 (doze) meses, pelo Serviço de Pessoal, sendo ao final deste período expedido Relatório do Programa de Readaptação Profissional, que descreverá com precisão as novas atividades que foram indicadas para o servidor, o desenvolvimento e a finalização do programa.

Seção VIII Da Reversão

Art. 51 Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no serviço público por invalidez, quando a junta médica do IPRECAL, INSS ou o médico perito oficial do Município, declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§1º A reversão dar-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação, observado o respectivo vencimento, bem como para o cálculo das demais parcelas remuneratórias será levado em consideração todo o tempo em que o servidor encontrava-se aposentado;

§2º São assegurados ao servidor que reverter à atividade os mesmos direitos, garantias, vantagens e deveres aplicáveis aos servidores em atividade;

§3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;

§4º Efetivada a reversão, o servidor será lotado conforme a necessidade da Administração, respeitada sua carga horária, remuneração e escolaridade de seu cargo originário;

§5º Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade, sendo transformada a aposentadoria por invalidez em compulsória, observado-se as regras próprias codificada na Lei Municipal nº 2.537.

Art. 52 Será cassada a aposentadoria do servidor revertido que não retorne as atividades no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva ciência.

Seção IX Da Reintegração

Art. 53 Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observando o disposto nos artigos 56 a 58;

§2º Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, lotado em outro de atribuições e vencimentos compatíveis com o até então ocupado, sem direito a qualquer indenização, seja no mesmo ou em outro órgão ou entidade, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 54 Obrigatoriamente deverá o decreto ou portaria de reintegração indicar:

- I - o número do processo judicial;
- II - a data da expedição da sentença;
- III - o número e a data do Diário de Justiça em que foi publicada;
- IV - a transcrição literal da conclusão da sentença;
- V - a indicação precisa de que todas as vantagens funcionais serão restabelecidas e pagas.

Seção X Da Recondução

Art. 55 Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - reintegração do anterior ocupante;
- II - qualquer movimentação funcional judicialmente declarada indevida;

§1º Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, ou colocado em disponibilidade remunerada, não fazendo jus a nenhum tipo de indenização;

§2º Caso o servidor reconduzido já tenha adquirido a estabilidade no cargo que provia, não será novamente avaliado, para fins de estágio probatório.

Seção XI Da Disponibilidade e do Aproveitamento

Art. 56 O servidor efetivo poderá ser aproveitado em outras funções, quando não mais existirem condições para a prática das funções atinentes ao seu cargo, em virtude de cessação ou paralisação destas atividades.

Parágrafo Único. Somente poderá haver o aproveitamento em funções similares às que anteriormente exercia, correspondentes a cargo igual ou da mesma natureza funcional.

Art. 57 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§1º O tempo de serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito do cálculo da remuneração em disponibilidade;

§2º A remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por anos de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher;

§3º Para efeitos de disponibilidade entende-se por vencimentos mensais o vencimento básico acrescido das vantagens básicas de caráter permanente, inclusive as de caráter pessoal já incorporadas pelo servidor, não sendo incluídas para nenhum efeito:

- I - o adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- II - o adicional noturno;
- III - o adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;
- IV - o adicional de férias;
- V - função gratificada pelo exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, ou parcela recebida a título de exercício de cargo comissionado;
- VI - gratificação natalina;
- VII - salário-família;
- VIII - indenizações;
- IX - diárias;

§4º O aproveitamento do servidor que se encontra em disponibilidade por mais de 12 (doze) meses depende de prévia comprovação de sua capacidade física e mental pelo médico perito oficial ou credenciado, na forma do §1º do art. 19, desta Lei;

§5º Caso o servidor seja julgado apto deverá assumir no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da publicação do ato de aproveitamento;

§6º Verificada a incapacidade definitiva o servidor em disponibilidade será encaminhado ao IPRECAL, para instauração do processo de análise da possibilidade de concessão de aposentadoria;

§7º Havendo mais de um concorrente a mesma vaga, tem preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público;

§8º É tornado sem efeito, o aproveitamento e cassada a disponibilidade, se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por médico perito oficial ou credenciado;

§9º O servidor em disponibilidade contribuirá para o IPRECAL, sobre a remuneração mensal que perceber em tal situação, sendo-lhe contado o tempo, nesta condição, para efeito de aposentadoria;

§10 O servidor em disponibilidade que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente, nos termos do art. 40 da Constituição da República, sendo observados os procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 2537/2001;

§11 O servidor colocado em disponibilidade perceberá a gratificação natalina, na data determinada;

§12 O tempo no qual o servidor encontrar-se em disponibilidade não será computado para efeito de implementação de promoção ou quaisquer outras vantagens funcionais.

Art. 58 O cancelamento da disponibilidade solicitada pelo servidor corresponde à exoneração a pedido, a qual implica, exclusivamente, o pagamento da remuneração devida no mês de competência da publicação do respectivo ato e a gratificação natalina proporcional.

Seção XII Da Substituição

Art. 59 O profissional da educação municipal, efetivo e estável, poderá ser designado para substituir quando encontrar-se afastado ou em licença o titular do cargo que responde por regência de classe, pelo período máximo de 120 (cento e vinte) dias, observada a disponibilidade de horário.

§1º Caso o afastamento ou licença seja superior a 120 (cento e vinte) dias, as funções da vaga do servidor afastado ou licenciado deverá ser executada por profissional temporário, devendo tal situação ser previamente justificada ao Chefe do Poder Executivo, por escrito;

§2º A designação dos profissionais que irão substituir os detentores de cargos titulares na modalidade de temporários obedecerá a ordem de classificação obtida através de processo seletivo, realizado anualmente e, se for o caso, de concurso para novos profissionais, de acordo com as necessidades apuradas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

§3º Apenas os profissionais da educação que possuam carga horária de 20 horas semanais poderão ser utilizados para realizar substituição;

§4º Caso não haja profissionais da educação, disponíveis para realizar a substituição por período inferior a 120 (cento e vinte) dias, a Administração Municipal utilizará profissionais contratados em caráter temporário.

Art. 60 O servidor investido em função de confiança do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal terá substituto, em caráter expressamente temporário, indicado pelo Chefe do Poder Executivo, através de decreto, que obrigatoriamente conterá:

I - qualificação completa do servidor que será substituído, elencando:

- a) nome completo;
- b) matrícula funcional;
- c) órgão de lotação;
- d) denominação do cargo;
- e) descrição de suas atividades;
- f) fundamento legal de criação do cargo;
- g) carga horária;

II - qualificação completa do servidor que o substituirá, elencando:

- a) nome completo;
 - b) matrícula funcional;
 - c) órgão de lotação;
 - d) denominação do cargo originário;
 - e) descrição de suas atividades;
 - f) fundamento legal de criação do cargo;
 - g) indicação literal da vedação de incorporação de qualquer parcela recebida a título de substituição;
- III - indicação do período que irá durar a substituição;

IV - indicação do fundamento legal que autoriza a substituição.

Parágrafo Único. Os detentores de função de confiança poderão ser substituídos, sem gerar perda da função, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, excetuada a substituição em decorrência de Licença à Maternidade.

Art. 61 O servidor substituidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será remunerado com 100% (cem por cento) da remuneração diária do servidor detentor de cargo titular com exercício de regência de classe, observado o disposto no Artigo 59 desta Lei.

Parágrafo Único. Sobre a parcela recebida a título de substituição não incidirá contribuição previdenciária, bem como não será incorporada ao vencimento ou a remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 62 O servidor substituidor do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será remunerado com apenas 50% (cinquenta por cento) do valor da gratificação da função de confiança, não incidindo sobre esta parcela descontos de natureza previdenciária.

Parágrafo Único. As parcelas recebidas a título de substituição, previstas no caput, não incorporam o vencimento ou a remuneração do servidor para qualquer efeito.

Art. 63 Caso o cargo do servidor substituído seja vago, a seu pedido ou por interesse da Administração Municipal, a substituição cessa imediatamente.

Seção XIII Da Cessão

Art. 64 A Administração Municipal poderá autorizar a cessão de servidor estável, para o exercício de cargo no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário do Estado de Santa Catarina, em outro estado da federação ou em órgão ou entidade vinculada a Administração pública Federal, Estadual ou Municipal, mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Legislativo.

§1º Constitui condição para o afastamento:

I - obrigatoriedade das contribuições para o IPRECAL sobre a remuneração-de-contribuição disposta na Lei Municipal nº 2.537, devendo o servidor arcar, inclusive, com a contribuição do Município;

II - a requisição expressa de outro órgão e o interesse do servidor e do órgão cedente;

III - em casos de leis específicas, municipais, estaduais ou federais, a menção da determinação pela cessão;

§2º Temporária e extraordinariamente admitir-se-á a cessão de servidores para organizações sociais assim qualificadas pelo Poder Executivo Municipal;

§3º A Administração Municipal somente fará a cessão de servidores a outros entes da Federação, se houver:

I - autorização na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação;

III - quando cedido para outras funções fora do sistema de ensino não possuam ônus para o sistema de origem integrante da carreira do magistério.

§4º A cessão para o exercício de atividades estranhas ao magistério interromperá a progressão na carreira.

Seção XIV Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos

Art. 65 É vedado ao servidor a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição da República:

- I - dois cargos de professor;
- II - um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- III - dois cargos privativos de médico;
- IV - dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Parágrafo Único. A proibição de acumular estende-se aos empregos e funções públicos e abrangem autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Art. 66 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 da Constituição da República com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 65 desta Lei, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. A vedação prevista no caput, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, que, até 16/12/1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo IPRECAL, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o §11 do artigo 40 da Constituição da República.

Seção XV Da Jornada de Trabalho

Subseção I Disposições Gerais

Art. 67 A jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Municipal será de:

- I - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Professor Auxiliar;
- II - 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Professor;
- III - 40 (quarenta) horas semanais, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§1º Para os detentores do cargo de Professor, a jornada de trabalho será de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais conforme o estabelecido no edital do concurso público prestado sendo que 20% (vinte por cento) desta jornada será correspondente a hora-atividade;

§2º Entende-se por hora-atividade aquela utilizada para planejar, avaliar, programar as atividades educacionais, observado para tanto a proposta pedagógica da escola, devidamente aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sendo que as faltas a estas atividades, caso não sejam devidamente justificadas, serão enquadradas como faltas injustificadas repercutindo em todos os aspectos legais e remuneratórios atinentes a este fato;

§3º O desenvolvimento da hora-atividade deverá ser realizado, obrigatoriamente, nas dependências das unidades escolares, sendo vedado seu exercício no domicílio do servidor;

§4º A ausência nas dependências das unidades escolares para desenvolver a hora-atividade configurará falta injustificada ao trabalho;

§5º O detentor de função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração, não lhe sendo devida em nenhuma hipótese adicional de horas extras ou noturnas.

Art. 68 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal fixar a jornada normal de trabalho dos ocupantes de cargos do Quadro dos Profissionais da Educação, salvo as exceções expressas neste Estatuto ou quando a lei estabelecer duração menor ou diferenciada;

§1º Ocorrendo situação de emergência ou de calamidade pública, ou na iminência de sua ocorrência, os servidores requisitados à disposição da Comissão Municipal de Defesa Civil - CMDC, não farão jus à retribuição ou gratificação especial, salvo o recebimento de diárias e transporte, em caso de deslocamento;

§2º Nos dias úteis, só por determinação do Prefeito Municipal poderão deixar de funcionar as repartições públicas ou serem suspensos os seus trabalhos.

Subseção I Da Redução da Jornada

Art. 69 Poderá o servidor solicitar à Administração Municipal redução de sua jornada de trabalho, com remuneração proporcional, calculada sobre sua totalidade, declarando estar ciente de que o período de jornada reduzida concedido poderá ser revogado a qualquer tempo pelo Chefe do Poder Executivo, em atendimento às necessidades da Administração Pública.

§1º Não poderão solicitar jornada reduzida:

- I - os servidores que exercem função de confiança;
- II - os servidores que possuam carga horária semanal de 20 (vinte) horas;
- III - os servidores que não detêm estabilidade;

§2º Todas as vantagens funcionais do servidor que esteja em jornada reduzida terão sua incidência sobre o vencimento proporcional, inclusive o pagamento relativo às férias, ao 1/3 (um terço) constitucional de férias e ao décimo terceiro salário, não importando se nos demais meses do ano recebeu sua remuneração de forma integral;

§3º O servidor que se encontrar com redução de jornada não fará jus, em nenhuma hipótese, ao recebimento do vale-alimentação;

§4º Não poderá ser deferido o pedido de jornada reduzida ao servidor que a solicitar para exercer função de caráter temporário ou prover cargo em comissão na Administração Pública;

§5º A duração máxima de concessão de período de jornada reduzida será de 3 (três) anos, podendo ser concedida novamente se preenchidos os seus requisitos, definidos neste artigo, através de novo ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

§6º. A redução da jornada de trabalho apenas poderá ser deferida se a Administração Municipal estiver operando em regime de jornada integral;

§7º A contribuição para o IPRECAL no caso de jornada reduzida será sobre a remuneração-de-contribuição recebida nesta condição.

§8º O deferimento do pedido será dado por ato próprio do Chefe

do Poder Executivo, após avaliação das necessidades da Administração Pública, devendo especificar o prazo de duração da jornada reduzida, que, se for omissa, será de 3 (três) anos;

§9º Findo o prazo previsto para a jornada reduzida, o servidor deverá voltar automaticamente a exercer o cargo com a jornada integral.

§10 A jornada de trabalho poderá reduzida até o máximo de 50% da carga horária total definida para o cargo;

§11 A remuneração total a ser percebida pelo servidores cuja carga horária seja reduzida a pedido não poderá ser inferior ao salário mínimo nacional em vigor;

§12 Caso o cálculo da remuneração proporcional a carga horária reduzida seja inferior ao salário mínimo nacional em vigor, deverá ser a remuneração complementada até alcançar o referido valor.

§13 O valor pago a título de complemento deverá ser visualizado separadamente no contra-cheque do servidor;

§14 Incidirá a reposição anual no vencimento dos servidores que se encontram com jornada reduzida.

Subseção I Da Frequência

Art. 70 O registro de frequência do servidor é diário, podendo ser de forma mecânica ou eletrônica ou, nos casos indicados em decreto, por outra forma que vier a ser adotada e deverá ser feita pelo próprio servidor.

§1º Ponto é o registro pelo qual se verificarão, diariamente, a entrada e saída do servidor, e pelo qual deverão ser lançados os elementos necessários à apuração da frequência;

§2º Todos os servidores devem observar rigorosamente o seu horário de trabalho, previamente estabelecido;

§3º Nenhum servidor pode deixar seu local de trabalho durante o expediente sem autorização expressa de sua chefia imediata;

§4º Quando houver necessidade de trabalho fora do horário normal de funcionamento do órgão, deve ser providenciada a autorização específica para o ingresso do servidor nas instalações das unidades da Administração Pública.

Art. 71 O servidor é obrigado a avisar à sua chefia imediata no dia em que, por doença, força maior, ou prestação de provas escolares não puder comparecer ao serviço.

§1º As faltas previstas no caput devem ser justificadas formalmente para fins disciplinares, de anotação no assentamento individual e pagamento;

§2º A impossibilidade do comparecimento deve ser relatada em documento próprio do qual também deve constar a assinatura e ciência da chefia imediata, a qual é solidariamente responsável por qualquer ausência fraudulenta;

§3º As faltas ocorridas em virtude de doença devem ser justificadas através da apresentação de atestado médico, para períodos de até 5 (cinco) dias e, em período superior a este, pelo órgão médico oficial ou credenciado;

§4º O servidor que se ausentar, em virtude da apresentação de atestados, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos em um período de 12 (doze) meses será submetido à avaliação do médico perito oficial;

§5º As faltas ao serviço por motivos particulares não serão justificadas para qualquer efeito, computando-se como ausência o sábado e domingo, ou feriado, quando intercalados.

§6º. Não se consideram faltas, aquelas decorrentes da prestação de provas escolares ou de concursos públicos realizadas pelo servidor na condição de aluno ou concursando, em horário de trabalho, ou aquelas decorrentes de ponto facultativo instituído por autoridade competente ou outras previstas em lei que seja aplicável aos servidores profissionais da educação do município de Campo Alegre.

Art. 72 Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por um (um) dia, para doação de sangue;

II - por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor ou regularizar situação eleitoral pendente;

III - por 2 (dois) dias úteis pelo falecimento de sogro, sogra, avô e avó.

IV - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, descendentes diretos, e pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela.

IV - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, incluindo-se o período de participação em júri popular.

§1ºA ausência deverá ser comprovada através da apresentação de documento próprio que comprove a doação de sangue e o alistamento eleitoral, bem como a apresentação de Certidão de Casamento ou Certidão de Óbito;

§2º O comparecimento em juízo deverá ser comprovado através da apresentação de intimação, notificação, citação judicial ou certidão assinada pelo responsável do Cartório, onde conste a data e o horário do comparecimento em juízo.

Subseção I Da Servidora Lactante

Art. 73 Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (duas) horas de descanso, sendo 1 (uma) hora no período da manhã e 1 (uma) hora no período da tarde, vedada a acumulação das duas horas num só período.

Parágrafo Único. A servidora lactante para beneficiar-se do disposto no caput deverá requerer o descanso previsto, em formulário próprio, no Serviço de Pessoal, apresentando para tanto a Certidão de Nascimento do filho.

Seção XVI Da Vacância

Art. 74 A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - readaptação;

IV - posse em outro cargo não acumulável;

V - aposentadoria;

VI - falecimento.

§1º A vacância ocorrerá na data:

I - da publicação eficaz do ato que exonerar, demitir, readaptar, ou aposentar o ocupante do cargo;

II - do falecimento do ocupante do cargo;

§2º A readaptação será processada na forma dos artigos 44 a 50, desta Lei.

§3º A aposentadoria será concedida de acordo com a legislação municipal específica que criou e instituiu o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre - IPRE-CAL.

Subseção I Da Exoneração

Art. 75 A exoneração do cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo Único. A exoneração de ofício será aplicada:

- I - quando o servidor não entrar no exercício do cargo no prazo estabelecido;
- II - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, ressalvado o direito de recondução;
- III - mediante processo de avaliação periódica de desempenho, cuja metodologia a ser utilizada está definida no Plano de Carreira desta Lei, observada a instauração de sindicância ou processo disciplinar para elucidação dos fatos;
- IV - quando, após tomar posse e entrar em efetivo exercício em outro cargo público de provimento efetivo e inacumulável, não tiver solicitado exoneração a pedido em relação ao outro cargo;
- V - por extinção do cargo, para atender limites constitucionais sobre gastos com pessoal, mediante indenização;
- VI - por justa causa, apurada em processo administrativo, ou por decisão judicial transitada em julgado.

Art. 76 A exoneração de cargo em comissão e da função de confiança, dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Subseção II Da Demissão

Art. 77 A demissão consiste na perda do cargo pelo servidor estável, em razão de:

- I - sentença judicial transitada em julgado;
- II - penalidade de caráter disciplinar, aplicável mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - excesso de cargos, através de ato normativo motivado que especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade objeto de redução de pessoal, quando a despesa com pessoal ativo e inativo exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal, e desde que antes tenham sido tomadas as seguintes medidas prévias, e obedecidas as normas gerais estabelecidas em lei federal:
 - a) redução em pelo menos 20% (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;
 - b) exoneração dos servidores não estáveis.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I Do Vencimento e da Remuneração

Art. 78 Para efeito desta lei, a retribuição pecuniária devida aos servidores do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, compreende:

- I - como vencimento base: o salário básico estipulado no Anexo V, especificado em virtude da escolaridade e complexidade das atribuições, do cargo ou função pública;

II - como vencimentos: a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes, definidas nesta Lei, relativas ao cargo de provimento efetivo;

III - como remuneração: a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens temporárias, inclusive os valores pagos a título de gratificação de função de confiança, nestas compreendidas às relativas à natureza ou ao local de trabalho;

§1º Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário-mínimo nacional, em vigor;

§2º Os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição da República e na legislação vigente;

Art. 79 A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório, atinente aos Profissionais da Educação Municipal, observará:

- I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;
- II - os requisitos para a investidura;
- III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 80 O vencimento dos Profissionais da Educação somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica.

Parágrafo Único. A Administração Municipal instituirá o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelo Poder Executivo, compreendido a Administração Direta e Indireta, com a imediata participação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, observado para tanto o contido no artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

Art. 81 Nenhum servidor, ativo ou inativo, poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração ou provento, importância superior à soma dos valores percebidos como subsídio pelo Prefeito Municipal.

§1º Exclui-se do limite de remuneração ou provento, no que couber, a importância percebida a título de:

- I - salário-família;
- II - gratificação natalina;
- III - 1/3 constitucional de férias;
- IV - conversão pecuniária de licença-prêmio, na forma estabelecida nos artigos 149 e 150 desta Lei;
- V - diárias;
- VI - serviços extraordinários;
- VII - auxílio-transporte;

§2º É vedada à vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público municipal.

Art. 82 Não será pago ao servidor:

- I - a remuneração dos dias em que tiver faltas injustificadas ao serviço;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ocorridas sem a autorização da chefia imediata;
- III - os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado para o cargo em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação, enquanto na sua permanência, na forma desta Lei;
- IV - a remuneração por comprovação à acumulação ilícita de

cargos públicos observado o disposto no art. 65 e 66;

§1º O servidor terá 48 (quarenta e oito) horas para justificar sua ausência ao trabalho, ultrapassado tal período será registrado em seu assentamento funcional a falta injustificada, com sua respectiva repercussão;

§2º Os períodos computados como atrasos, ausências e saídas antecipadas, serão somados mensalmente, e seu valor registrado em minutos, para posterior desconto, incluindo-se o repouso semanal remunerado.

Art. 83 As consignações em folha de pagamento da remuneração atribuída ao servidor não será objeto de arresto, seqüestro ou penhora, e são classificadas em:

I - compulsórias;

II - facultativas.

§1º Consignações compulsórias são descontos e recolhimentos efetuados por força de Lei, compreendendo, entre outras:

I - contribuições para o Regime Geral de Previdência, tratando-se de servidores, exclusivamente, comissionados e para o IPRECAL, para os servidores de provimento efetivo;

II - pensão alimentícia judicial;

III - imposto de renda retido na fonte;

IV - restituições e indenizações ao erário público;

V - benefícios e auxílios prestados aos servidores pela Administração Pública Municipal;

VI - decisões judiciais ou administrativas;

VII - outros descontos compulsórios, instituídos por lei;

§2º Consignações facultativas são descontos na remuneração do servidor, que, com a interveniência da Administração Pública, sejam efetuadas em decorrência de contrato, acordo, convenção, convênio ou outra forma regular de ajuste entre o servidor-consignante e determinada entidade consignatária, sendo consideradas dentre outras:

I - mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações e clubes constituídos, exclusivamente, por servidores públicos municipais;

II - contribuição para entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais;

III - mensalidade para entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;

IV - mensalidade para entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;

V - mensalidade para entidades administradoras de plano de saúde;

VI - contribuição para entidades beneficentes;

VII - prestação referente a imóvel residencial adquirido de entidade financiadora de imóvel residencial;

VIII - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste nos assentamentos funcionais;

§3º O pedido de consignação de pensão alimentícia voluntária será instituído com a indicação do valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, conta bancária em que será destinado o crédito e a autorização prévia e expressa daquele que a receber ou seu representante legal.

§4º A inclusão das consignações facultativas em folha de pagamento depende de autorização expressa do servidor público e o cancelamento se dará da seguinte forma:

I - por interesse da Administração Pública Municipal;

II - a pedido do servidor, quando se tratar de contribuição, ou prêmio mensal;

III - a pedido do servidor com anuência da entidade consignatária

no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído;

§5º A partir da competência de janeiro de 2003, a soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 20% (vinte por cento) da soma da remuneração.

Art. 84 Para efeitos desta lei, adotar-se-á os seguintes conceitos:

I - entidade consignatária: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsória e facultativa;

II - consignante: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que procede aos descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, em favor da entidade consignatária.

Art. 85 Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada, observado ainda o seguinte:

I - a consignação de mensalidade em favor de entidade sindical somente poderá ser cancelada após a desfiliação do servidor;

II - a consignação relativa à amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da entidade consignatária.

Art. 86 As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas e, em nenhum caso, poderá resultar saldo negativo na folha de pagamento do servidor público.

Parágrafo Único. Na hipótese de falta de margem consignável, fica estabelecida a seguinte ordem de prioridade de desconto para as consignações facultativas após, processadas as consignações compulsórias:

I - plano de assistência médica;

II - entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;

III - entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, saúde ou seguro de vida;

IV - entidades administradoras de planos de saúde;

V - entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais;

VI - entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente por servidores públicos municipais;

VII - entidades beneficentes;

VIII - instituições financeiras;

IX - outras pessoas físicas ou jurídicas, desde que mantido convênio ou contrato, reconhecido e autorizado por cada servidor.

Art. 87 Para cobertura dos custos com processamento de dados de consignações facultativas, as entidades consignatárias, exceto os órgãos da Administração Direta, autárquica e fundacional e os beneficiários de pensão alimentícia voluntária, pagarão por linha impressa no contracheque de cada servidor, importância a ser definida em Lei específica.

Art. 88 Não são permitidos na folha de pagamento processada pela Administração Municipal, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e servidores que impliquem créditos nas fichas financeiras dos servidores.

Art. 89 A consignação, em folha de pagamento, não implica co-responsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária,

assumidos pelo servidor junto a entidade consignatária.

Art. 90 O servidor em débito com o erário, pelas consignações dispostas no §1º do art. 83, que for demitido, exonerado, ou que tiver extinguido sua aposentadoria terá descontado de sua rescisão os valores da dívida.

Parágrafo Único. Caso a rescisão não cubra a dívida o servidor terá o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a quitação ou negociar parcelamento, e em não o fazendo implicará em processo judicial de cobrança.

Art. 91 As reposições e indenizações à Fazenda Pública Municipal devidas pelo servidor serão descontadas em parcelas mensais e sucessivas até a quitação final do débito, não podendo exceder a 10% (dez por cento) de sua remuneração ou provento de aposentadoria.

§1º Aplica-se o disposto no caput quando após a instauração do devido processo administrativo não for detectado dolo ou má-fé do servidor;

§2º Caso seja detectada, após a apuração dos fatos em competente processo administrativo, a presença de dolo ou má-fé por parte do servidor, este deverá ressarcir o erário no decurso máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades administrativas e criminais, definidas em lei.

Seção II Das Vantagens Pecuniárias

Art. 92 Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento do servidor, concedidas a título definitivo ou transitório, pelo desempenho de funções especiais ou de confiança, em razão de condições anormais em que se realiza o serviço ou, ainda, em razão de condições pessoais do servidor.

Art. 93 Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - adicionais;
- III - gratificações;
- IV - agregação a remuneração;
- V - bolsa estudo;
- VI - vale-alimentação;
- VII - salário-família.

§1º As gratificações e os adicionais não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos, salvo nos casos e condições previstos em lei;

§2º As indenizações e o salário-família não se incorporam ao vencimento, a remuneração ou proventos;

§3º As vantagens não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

§4º As vantagens vinculadas ao vencimento básico terão os mesmos reajustes concedidos para aquele.

Seção III Das Indenizações

Art. 94 Constituem indenizações ao servidor:

- I - diárias;
- II - auxílio-transporte.

Subseção I Das Diárias

Art. 95 O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a passagens e diárias recebidas antecipadamente, para cobrir as despesas de estadia, alimentação e locomoção, devidamente comprovadas.

§1º O valor das diárias será definido em regulamento a ser aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal;

§2º A diária compreende um período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento do servidor, ficando dividida em ¼ (um quarto) do valor que lhe é atribuído para o almoço, até às 12:00 (doze) horas, acrescido de mais ¼ (um quarto) até às 23:00 (vinte e três) horas, e o recebimento de 100% (cem por cento), caso haja pernoite fora da sede;

§3º O servidor que se deslocar apenas no período compreendido entre as 12:00 e 23:00 horas, perceberá apenas ¼ (um quarto) da diária;

§4º A vantagem de que trata este artigo:
I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;
II - não se incorpora à remuneração do servidor;
III - não será utilizado para incidência de alíquota de contribuição previdenciária ao IPRECAL;

§5º O servidor que receber a diária sem realizar o efetivo afastamento da sede fica obrigado a restituí-la integralmente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento e sendo apurada má-fé em devido processo disciplinar, responderá pelas punições cabíveis;

§6º Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no §5º, contados da data do retorno à sede;

§7º O pernoite deverá ser comprovado através da apresentação de nota fiscal, devidamente emitida pelo estabelecimento de hospedagem;

§8º Ao servidor não é devida diária quando por força de seu cargo lhe é exigido habitual deslocamento;

§9º É vedado a diferença de valores das diárias em razão do cargo ou função exercida pelos servidores públicos, excetuados os agente políticos.

Subseção II Do Auxílio-Transporte

Art. 96 O auxílio-transporte pode ser concedido ao servidor ocupante de cargo efetivo para prover os custos relativos ao deslocamento de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, cujo valor não supere a 20% (vinte por cento) do vencimento do servidor.

§1º Entende-se como deslocamento, a soma dos segmentos que compõem a viagem do servidor entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa;

§2º O auxílio-transporte:

- I - não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do servidor para qualquer efeito;

II - não constitui base para o cálculo da incidência da contribuição previdenciária ao IPRECAL;
III - não é considerado para efeito de pagamento da gratificação natalina;
IV - não configura rendimento do servidor, para fins de remuneração mensal;

§3º O servidor deverá declarar em documento próprio fornecido pelo Serviço de Pessoal qual seu itinerário habitual, informando precisamente qual transporte utiliza e juntará à declaração, cópia de conta de luz ou água de sua residência;

§4º É proibida a acumulação de benefício de vale-transporte juntamente com outras vantagens de transporte já usadas pelo servidor;

§5º O benefício do auxílio-transporte será, obrigatoriamente, suspenso:

I - temporariamente:

a) quando o beneficiário estiver em gozo de férias ou no período de férias escolares;
b) em todos os casos de licenças e de afastamentos do serviço;

II - definitivamente, quando o servidor prestar declaração falsa acerca de seu itinerário ou pelo uso indevido do vale-transporte;

§6º Além da suspensão definitiva do benefício nos casos previstos no inciso II do §5º, o servidor responderá por processo de natureza disciplinar;

§7º O auxílio-transporte não será concedido a servidor cujo órgão de lotação tenha transporte próprio ou cessão a terceiros, com o mesmo objetivo.

Seção IV Das Gratificações

Art. 97 Poderão ser concedidas, aos Profissionais da Educação Municipal as seguintes gratificações:

I - gratificação natalina;
II - gratificação pelo exercício de função de confiança;
III - gratificação pelo exercício de atividades em zona rural;

Parágrafo Único. As vantagens serão especificadas individualmente nas folhas de pagamento, sendo todas consideradas como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito.

Subseção I Da Gratificação Natalina

Art. 98 A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§1º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral;

§2º A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano, podendo ser paga em duas parcelas;

§3º No caso de pagamento parcelado, a segunda parcela será calculada com base na remuneração no mês de dezembro, abatida à importância da primeira parcela, pelo valor pago;

§4º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária;

§5º Incidirá sobre o pagamento da gratificação natalina dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas a alíquota de contribuição previdenciária para o IPRECAL;

§6º A gratificação será estendida aos inativos e pensionistas, com base nos proventos de aposentadoria ou pensão que perceberem na data do pagamento daquela, observada legislação específica da constituição do IPRECAL.

Art. 99 O servidor exonerado ou demitido perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês de exoneração ou demissão.

Subseção II Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança

Art. 100 Ao servidor efetivo do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal, designado para o exercício de função de confiança, para direção, chefia ou assessoramento dos serviços público é devido uma gratificação pelo seu exercício.

§1º A gratificação de função de confiança tem natureza temporária, e comportará níveis distintos, estabelecidos e determinados pela complexidade da atividade, com valores pecuniários fixados nos termos do Anexo III;

§2º O servidor efetivo, cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade, nos termos desta Lei Complementar, quando nomeado para função gratificada, no órgão ou entidade que sirva, pode optar pela remuneração de seu cargo efetivo;

§3º A vantagem de que trata este artigo:

I - não servirá de base para o cálculo de outras vantagens;
II - não se incorpora à remuneração do servidor;
III - não é considerada remuneração-de-contribuição para incidência da alíquota de contribuição do IPRECAL;

§4º Para efeitos de pagamento de gratificação natalina a gratificação pelo exercício de função de confiança apenas a comporá se o servidor estiver exercendo-a no mês de dezembro, sendo vedada à realização de médias pelo exercício em outros períodos do ano;

§5º Para efeitos do pagamento do adicional de férias a gratificação pelo exercício de função de confiança será levada em consideração observando-se a média relativa ao período de recebimento.

Subseção III Da Gratificação pelo Exercício de Atividades de Docência em Zona Rural

Art. 101 Aos detentores dos cargos de provimento efetivo de Professor que executem suas atribuições em unidades escolares localizadas em zona rural será concedida uma gratificação de:

I - 10% (dez por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 40 (quarenta) horas semanais;
II - 5% (cinco por cento) do vencimento inicial do cargo de Professor, Nível P1-11, referência "A", para aqueles com jornada de 20 (vinte) horas semanais.

§1º Compreende-se por unidades escolares em zona rural aquelas localizadas fora do perímetro urbano.

§2º A gratificação prevista nesta subseção:

I - não serve de base para o cálculo de outras vantagens;
II - Não se incorpora à remuneração do servidor;
III - Não é considerada remuneração de contribuição do IPRECAL.

§3º. Quando houver o exercício simultâneo de jornada em unidades escolares localizadas nas zonas rural e urbana, a gratificação prevista nesta subseção será proporcional a jornada em unidades escolares localizadas na zona rural.

Art. 102 Aos professores de aulas especiais, como Artes, Educação Física e Inglês que exercem a docência em unidades escolares localizadas nas zonas rural e urbana será concedida a gratificação prevista no inciso I ou II deste artigo proporcional ao número de aulas lecionadas na zona rural do município.

Seção V Dos Adicionais

Art. 103 Serão deferidos aos servidores os seguintes adicionais:

- I - Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário;
- II - Adicional Noturno;
- III - Adicional de Férias;

§1º Caso haja a ocorrência do desenvolvimento de atividades em condições insalubres ou perigosas e em caráter noturno ou extraordinário, seu pagamento observará o contido nos artigos 127 a 132 da Lei Complementar n. 006/2002;

§2º Os adicionais serão especificados individualmente na folha de pagamento, sendo todos considerados como de caráter pessoal, não podendo servir de paradigma para nenhum efeito;

§3º Nenhum dos adicionais dispostos nesta Seção serão incorporados ao vencimento, a remuneração ou aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrarão a remuneração-de-contribuição especificada para o IPRECAL, excetuado o contido nas disposições relativas ao adicional de férias.

Subseção Única Do Adicional de Férias

Art. 104 Independentemente de solicitação será pago ao servidor, detentor de cargo de provimento efetivo, ocupante de função de confiança ou cargo comissionado por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período de férias.

Parágrafo Único. Tratando-se de férias coletivas, o adicional poderá ser pago ao servidor por ocasião destas.

Seção VI Da Bolsa de Estudo

Art. 105 A Administração Municipal poderá conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos de até 50% (cinquenta por cento) do valor da anuidade escolar, caso sejam implementadas as seguintes condições, concomitantemente:

- I - o estágio probatório deverá estar concluído e a aprovação neste homologada;
- II - deverá estar cursando o Ensino Médio, profissionalizante ou não, ou o Ensino Superior, pela primeira vez;
- III - deverá ser, comprovadamente, carente de recursos financeiros.
- IV - não poderão estar em gozo de licença sem vencimento, de qualquer natureza.

§1º Cada servidor será beneficiado em apenas uma oportunidade, ou para cursar o Ensino Médio ou para cursar o Ensino Superior;

§2º Caso o curso pretendido seja ministrado no município e de forma gratuita, ficará vedada a concessão da Bolsa de Estudo;

§3º A concessão da Bolsa de Estudo para o servidor que desejar frequentar cursos do Ensino Superior ou Ensino Médio, de caráter profissionalizante ou técnico, deverá observar se o curso pretendido tem nexo entre a atividade desenvolvida para a Administração Municipal e o aprimoramento educacional pretendido.

§4º É vedada a concessão da Bolsa de Estudo, no caso de percepção concomitante à outra, concedida pelo Poder Público ou Entidades Privadas;

§5º Caso o servidor licenciar-se sem remuneração, fica vedada a concessão ou manutenção da Bolsa de Estudo;

§6º O pagamento da Bolsa de Estudo será mensal e creditado na conta bancária do servidor beneficiado;

§7º Caso o servidor seja beneficiado, por qualquer outra entidade, com outra bolsa ou auxílio-educação, no transcurso do recebimento da Bolsa Estudo concedida pelo Município de Campo Alegre, deverá, sob pena de responder a processo administrativo, civil e criminal, optar por uma delas.

Art. 106 A carência de recursos financeiros será verificada pela aplicação da seguinte fórmula:

$R - A \text{ ou } A = IC$, onde
 $N \times SM$

R = Renda Bruta Familiar, ou seja, a soma das remunerações recebidas por todos os membros da família, que vivem dessa mesma renda;

AA = aluguel da casa ou amortização de moradia própria até (30% da R);

N = número de membros da mesma família, que vivem dessa mesma renda;

SM = salário mínimo vigente;

IC = índice de carência;

Parágrafo Único. Serão considerados carentes de recursos financeiros os candidatos cujo índice de carência for igual ou inferior a 3 (três).

Art. 107 O valor da bolsa de estudo será concedido em percentual sobre o valor da anuidade escolar do servidor, conforme o seu índice de carência, observados os limites constantes da seguinte tabela:

ÍNDICE DE CARÊNCIA APURADO	LIMITE DE PERCENTUAL A SER CONCEDIDO
0 a 2,0	Até 50% do valor da anuidade
2,1 a 2,5	Até 30% do valor da anuidade
2,6 a 3,0	Até 10% do valor da anuidade

Art. 108 Os pedidos de Bolsa de Estudo deverão observar os seguintes requisitos e tramitação:

I - O candidato à Bolsa de Estudo dirigirá seu pedido à Secretaria de Administração, até o dia 15 (quinze) de fevereiro e 15 (quinze) de agosto de cada ano;

II - O pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- a) quando casado, declaração que informe seus rendimentos, do cônjuge ou companheiro e dos filhos de qualquer natureza, mencionando inclusive a percepção de benefícios previdenciários e assistenciais;

- b) quando solteiro, declaração que informe seus rendimentos, do pai, da mãe e dos irmãos para apuração da renda bruta, definida no art. 106;

- c) cópia dos últimos 6 (seis) recibos de aluguel de sua residência ou 6 (seis) últimos comprovantes de amortização da mensalidade

da casa própria;
d) documento original que comprove a matrícula no estabelecimento de ensino, sendo admitido também o boleto bancário de recolhimento da matrícula ou da 1ª mensalidade do período a ser cursado;
e) documento original que comprove a aprovação na série escolar anterior, destacando o percentual de frequência obtida, sendo admitido também o boletim escolar;
f) cópia da declaração do Imposto de Renda, da última competência anterior ao pedido, ainda que isento;

§1º O atestado indicado na alínea "e" não poderá indicar frequência inferior a 80% (oitenta por cento);

§2º A ausência dos documentos indicados no inciso II, ensejará o indeferimento automático do pedido;

§3º O processamento, avaliação e concessão do pedido de Bolsa de Estudo serão de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Administração.

Seção VII Do Vale-Alimentação

Art. 109 O servidor efetivo que perceba remuneração igual ou inferior a R\$ 832,40 (oitocentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) e cumpra, efetivamente, carga horária de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais receberá vale-alimentação, em forma de tickets.

§1º O vale-alimentação será distribuído mensalmente, sem qualquer custo para o servidor, no valor de R\$ 36,20 (trinta e seis reais e vinte centavos);

§2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório;

§3º A concessão do vale-alimentação deverá observar as disposições constantes da Lei Federal nº 6.321, de 14/04/1976, no Decreto Federal nº 05, de 14/01/1991 e na Portaria Interministerial nº 05, de 30/11/1999.

Art. 110 Os servidores beneficiados com o vale-alimentação somente poderão utilizá-lo nos estabelecimentos credenciados pela empresa vencedora no processo licitatório, sendo proibido o uso deste na aquisição de bebidas alcoólicas e cigarros ou qualquer outro item que não conste na cesta básica do município, definida através de decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 111 Os valores da remuneração limite definida para o recebimento do vale-alimentação disposto no art. 109, bem como o valor mensal deste, disposta no §1º do mesmo artigo deverão ser reajustadas sempre que for concedida a revisão anual geral dos vencimentos, aplicando-se para tanto o mesmo índice.

Parágrafo Único. Os novos valores praticados por força da implementação dos índices de revisão geral anual devem ser instituídos através de lei própria e publicados, obrigatoriamente, no mural da sede da Prefeitura Municipal e em lugares de grande circulação dos servidores públicos.

Art. 112 Os valores percebidos a título de vale-alimentação não se incorporam ao vencimento, remuneração ou proventos de aposentadoria para nenhum efeito.

§1º Os pensionistas não receberão vale-alimentação;

§2º O valor do vale-alimentação não integra a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Seção VIII Do Salário Família

Art. 113 O salário-família é devido ao servidor, ativo ou ao inativo, que:

I - a remuneração ou provento seja inferior ao limite estipulado no art. 13 da Emenda Constitucional nº 20/98;

II - possua filhos naturais ou adotivos de até 14 (quatorze) anos de idade ou de qualquer idade, se comprovada a inaptidão total para o trabalho, desde que vivam em sua companhia ou às suas expensas;

§1º Em se tratando de dependente maior de 14 (quatorze) anos de idade, a inaptidão para o trabalho deve ser verificada em exame médico-pericial promovido pela junta médica oficial;

§2º O salário-família devido ao servidor inativo será pago pelo IPRECAL, observadas as condições contidas nesta Seção.

§3º O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para o IPRECAL.

Art. 114 Quando pai e mãe forem servidores públicos municipais e viverem em comum, o salário-família será pago aos dois.

Parágrafo Único. São equiparados à condição de pai e mãe, o padrasto e a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 115 O valor do salário-família será igual ao valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo ser pago a partir do mês em que for protocolado o requerimento.

§1º O requerimento deverá estar instruído com cópia da Certidão de Nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando o pagamento condicionado à apresentação anual do atestado de vacinação obrigatória, até 6 (seis) anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos 7 (sete) anos de idade completos;

§2º A apresentação do atestado de vacinação obrigatório deverá ser realizada durante o mês de janeiro de cada ano e a comprovação de frequência na escola, nos meses de janeiro e agosto de cada ano;

§3º A falta da apresentação dos documentos citados neste artigo nos meses definidos pelo §2º acarretará na suspensão do pagamento do salário-família, até sua perfeita implementação;

§4º Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação motivada pela falta de comprovação de frequência escolar e o seu reativamento;

§5º A quota do salário-família é devida proporcionalmente aos dias trabalhados nos meses de nomeação e vacância do cargo público.

Art. 116 Os servidores municipais, ativos ou inativos, que recebem salário-família no advento da publicação desta lei terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para apresentarem os documentos dispostos nos §§1º e 2º do art. 115 e §1º do art. 117, sob pena de em não o fazendo ser suspenso o pagamento desta parcela, até que seja sanada a falta da apresentação da documentação.

Parágrafo Único. Não será devido ou reposto o valor do salário-família do período entre a suspensão da prestação e o seu reativamento.

Art. 117 O direito ao salário-família cessa automaticamente:

- I - pela morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;
- II - quando o filho ou equiparado completar quatorze anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;
- III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.

§1º Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o segurado deve firmar termo de responsabilidade, no qual se comprometa a comunicar à Administração Municipal qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso de não cumprimento, às sanções penais e administrativas;

§2º A falta de comunicação oportuna de fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática, pelo servidor, de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento, autoriza o Município, a descontar dos pagamentos de quotas devidas com relação a outros filhos ou, na falta delas, da própria remuneração do servidor ou de seus proventos de aposentadoria, o valor das quotas indevidamente recebidas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 118 A quota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao vencimento, a remuneração, e aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem como não integrará a base de cálculo da remuneração-de-contribuição sobre a qual incidirá a alíquota de contribuição para o IPRECAL.

Seção IX Das Férias

Art. 119 O período de férias dos servidores pertencentes ao Quadro do Magistério Municipal serão concedidas por ato do Chefe do Poder Executivo da seguinte forma:

- I - 45 (quarenta e cinco) dias, para o titular do cargo de Professor, que se encontre efetivamente em sala de aula;
- II - 30 (trinta) dias, para o titular do cargo de Professor Auxiliar e Especialista em Assuntos Educacionais e para o titular do cargo de Professor que se encontre designado para funções de confiança.

§1º Os primeiros 30 (trinta) dias de férias dos detentores dos cargos de Professor deverão ser ininterruptas e obrigatoriamente gozadas no período de recesso escolar que separa um ano letivo do outro, sem direito a acumulação;

§2º As férias não poderão ser interrompidas, salvo por motivo de excepcional interesse público, devidamente justificado.

Art. 120 O servidor perceberá durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data de sua concessão.

§1º É vedado descontar, no período de férias, as faltas do servidor ao serviço.

§2º As gratificações dispostas no art. 97, em seus incisos II a IV integrarão a remuneração de férias pela média aritmética dos meses em que foram recebidas, observada a duração do período aquisitivo às férias.

Art. 121 O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período de férias, e se for o caso, do adicional a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício, ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 122 É expressamente vedado a conversão do período de férias em pecúnia.

Seção X Da Agregação à Remuneração

Art. 123 Todas as parcelas recebidas a título de Adicional por Tempo de Serviço, função gratificada ou cargo comissionado, anteriores a edição desta lei, observada a fundamentação legal da época que autorizou seu pagamento e a sua incorporação, serão somadas e transformadas em uma parcela única que será denominada Agregação à Remuneração.

§1º A parcela de agregação não integrará o vencimento do servidor, para nenhum efeito,

excetuando-se a hipótese prevista no §3º deste Artigo;

§2º Deverá, obrigatoriamente, ser acostado a cada pasta funcional um relatório, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei, que indicará:

- I - nome completo do servidor;
- II - número da matrícula funcional;
- III - o cargo provido e o correspondente ao seu enquadramento;
- IV - parcelas de Adicional por Tempo de Serviço, pagas e o correspondente fundamento legal que as ensejou;
- V - parcelas de função gratificada, pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de concessão destas, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;
- VI - parcelas de cargo comissionado pagas e incorporadas, juntadas as respectivas portarias ou decretos de nomeação para o cargo em comissão, e o correspondente fundamento legal de seu pagamento;

§3º O extrato de pagamento do servidor deverá demonstrar de forma desmembrada a parcela denominada Agregação à Remuneração, que integrará a remuneração-de-contribuição do IPRECAL para todos os efeitos legais;

§4º A parcela de Agregação à Remuneração será corrigida pela revisão geral anual.

CAPÍTULO V DAS LICENÇAS Seção I Das Disposições Gerais

Art. 124 Poderá conceder-se ao servidor licença:

- I - para o serviço militar;
- II - para a atividade política;
- III - para exercer cargo político;
- IV - para o desempenho de mandato classista;
- V - para tratar de interesses particulares;
- VI - para tratamento de saúde;
- VII - por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- VIII - por motivo de doença em pessoa da família;
- IX - à maternidade e à paternidade;
- XI - para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;
- XII - para exercer cargo comissionado.

§1º É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso II, III, VI, VII e VIII deste artigo;

§2º A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação;

§3º A competência para deferir ou não pedidos de licença pertence ao Chefe do Poder Executivo;

§4º O servidor que se ausentar da Administração Municipal, pela

concessão de quaisquer das licenças, sem remuneração, contidas nos incisos do caput, deverá contribuir, obrigatoriamente, ao IPRECAL, na forma estabelecida na Lei Municipal nº 2.537;

§5º A falta de contribuição ao IPRECAL ensejará a remessa de notificação oficial ao servidor para em 30 (trinta) dias efetuar sua quitação, sob pena de em não o fazendo ter sua licença suspensa por ato do Chefe do Poder Executivo;

§6º Caso a licença seja suspensa, na forma do §5º deste artigo, e o servidor não retornar às suas atividades em 5 (cinco) dias, será exonerado de ofício pelo Chefe do Poder Executivo, após a instauração do devido processo disciplinar.

Seção II

Da Licença para o Serviço Militar

Art. 125 Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, sem remuneração, na forma e condições previstas na lei federal nº 4375/64 e demais legislações específicas, mediante a apresentação do documento oficial que comprove a incorporação.

Parágrafo Único. Concluída a prestação do serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias, sem remuneração, para reassumir o exercício do cargo, sob pena da configuração de abandono e conseqüente exoneração.

Seção III

Da Licença para Atividade Política

Art. 126 Nos termos da legislação federal específica, o servidor que pleitear candidatura à cargo eletivo, municipal, estadual ou federal, fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da sua remuneração.

Parágrafo Único. Ao servidor que, eleito, for investido em mandato, aplicam-se às disposições do artigo 127, desta Lei.

Seção IV

Da Licença para Exercer Cargo Político

Art. 127 Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo, sem remuneração, não sendo este período considerado para efeitos de progressão funcional;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador ou vice-prefeito:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.

Parágrafo Único. Efetivada a licença do cargo, o servidor contribuirá para o IPRECAL, como se em exercício estivesse, sobre a remuneração-de-contribuição de seu cargo de provimento efetivo, nos termos da Lei Municipal nº 2.537.

Seção V

Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 128 É assegurado ao servidor efetivo o direito à licença para o desempenho de mandato classista em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria, com ou sem a remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo Único. A licença terá a duração igual à do mandato,

podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

Art. 129 Somente serão licenciados servidores eleitos para o cargo de direção ou representação nas referidas entidades, fixando-se o número máximo de 02 (dois) servidores durante o mesmo período.

Art. 130 Caso a carga horária da jornada dos servidores públicos encontre-se reduzida à licença não será concedida, devendo os trabalhos do mandato classista, serem realizados em horários distintos ao do estimado para o desenvolvimento do cargo público.

Seção VI

Da Licença para Tratar de Interesses Particulares

Art. 131 A critério da Administração Pública, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo e detentor de estabilidade licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 12 (doze) meses consecutivos, sem remuneração.

§1º A licença não poderá ser prorrogada;

§2º O requerimento para nova licença para tratar de assuntos particulares apenas poderá ser realizado e concedido após decorridos 5 (cinco) anos, a contar do primeiro dia de seu retorno.

Art. 132 Não se concederá licença para tratar de interesses particulares ao servidor que:

I - esteja em estágio probatório;

II - se encontre respondendo a processo disciplinar;

III - se encontre no período de readaptação estabelecido pelos arts. 44 a 50;

IV - tenha recebido penalidade disciplinar no período de dois anos que antecedem o pedido, ou esteja sendo avaliado em sindicância administrativa, ou esteja afastado preventivamente para apuração de irregularidade;

V - se encontre pagando reposição ou indenização ao erário municipal, ressalvada a possibilidade de quitar o débito em parcela única para poder licenciar-se.

Art. 133 Quando da concessão da licença para tratar de interesses particulares a Administração Municipal deverá promover o apensamento à ficha funcional do servidor, uma justificativa que comprove a desnecessidade da presença do mesmo, registrando ainda que não será contratado em nenhuma hipótese, qualquer temporário para suprir a vaga, bem como deverá ser juntado pelo Serviço de Pessoal relatório contendo:

I - registro informando a ausência de processo disciplinar, inicial ou em andamento;

II - registro informando a ausência de procedimento de readaptação inicial ou que o servidor se encontre no período dos primeiros 12 (doze) meses de avaliação estabelecido na forma do art. 49;

III - registro informando a inexistência de processo de disponibilidade;

IV - registro e juntada de Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria de Finanças atestando a inexistência de débitos com a Fazenda Pública.

Seção VII

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 134 A licença para tratamento da saúde será concedida ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, sendo mantidos seus vencimentos integrais, podendo ser concedida a pedido ou de ofício, com base no laudo da perícia médica.

Parágrafo Único. Fica expressamente proibido, durante o período de licença para tratamento de saúde, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função de confiança, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno.

Art. 135 A licença para tratamento de saúde dependerá, para ser concedida, da conclusão da junta médica oficial do Município ou credenciada por este.

§1º Quando se tratar de ausência de até 5 (cinco) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, desde que informe com precisão:

- I - o nome do servidor;
- II - o número do CPF;
- III - o período de afastamento;
- IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades;

§2º Na hipótese de licença igual ou superior a 6 (seis) dias será necessária avaliação médica a cargo do médico perito oficial do Município ou credenciada por este para tal fim;

§3º No caso da licença advir de problema odontológico, o caso será apreciado por detentor de cargo de provimento efetivo de Dentista, dos quadros funcionais da Administração Municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo para tal fim, no início de cada ano, através de decreto;

§4º Findo o prazo de licença, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, a sua função originária ou a função advinda de processo de reabilitação, pela prorrogação da licença ou pela remessa do processo de inspeção para o IPRECAL, para protocolo e análise da possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez.

Art. 136 O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo Único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 137 O servidor em licença para tratamento de saúde não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença.

Parágrafo Único. Em todas as inspeções médicas o servidor poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança.

Art. 138 A licença cessa pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

Seção VIII

Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional

Art. 139 O servidor acidentado em serviço ou portador de moléstia profissional, devidamente atestada pelo médico perito oficial, fará jus a licença com vencimentos integrais.

Parágrafo Único. Será observado, no que couber, as disposições referentes a licença para tratamento de saúde.

Art. 140 Configura acidente em serviço o dano físico ou mental, sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, observado o contido nos §§1º a 3º do art. 46 desta Lei.

Art. 141 A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por mais 5 (cinco) dias quando as circunstâncias o exigirem.

§1º O servidor deverá dar ciência do infortúnio, à Administração Municipal, imediatamente após a ocorrência do acidente, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

§2º Na falta ou impossibilidade de comunicação por parte do servidor, podem formalizá-la seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública.

Art. 142 Recebida e processada a informação do acidente, o Serviço de Pessoal deverá providenciar a remessa dos documentos e dados coletados ao IPRECAL, para que se efetive registro do incidente em seu cadastro de segurado.

Art. 143 Não é considerada agravação ou complicação de acidente em serviço a lesão que, resultante de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Seção IX

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 144 Poderá ser concedida licença ao servidor efetivo por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos filhos de qualquer natureza, inclusive os enteados e dos pais, mediante a comprovação da doença pelo médico perito oficial ou credenciada para tal fim.

§1º A licença apenas poderá ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do seu cargo ou mediante a compensação de horário, após parecer favorável do detentor do cargo de Assistente Social do Município;

§2º A licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos do cargo, por até 60 (sessenta) dias, após a emissão do parecer favorável do médico e da assistente social;

§3º Decorrido o período estabelecido no §2º o servidor deverá, obrigatoriamente, retornar à sua atividade ou solicitar licença para tratamento de interesses particulares, sem remuneração, observadas as disposições constantes dos artigos 131 a 133;

§4º O período de licença por motivo de doença em pessoa da família será integralmente computado para o desenvolvimento da carreira e aposentadoria, sendo recolhida a contribuição previdenciária para o IPRECAL, como se em atividade estivesse.

Seção X

Da Licença à Maternidade e à Paternidade

Art. 145 Será concedida licença à servidora gestante e a servidora mãe por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, incluída a parcela recebida a título de gratificação de função de confiança, em decorrência da gestação e por nascimento de seu filho, observado ainda o contido no art. 146.

§1º A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

§3º No caso de natimorto, decorridos 60 (sessenta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo;

§4º No caso de aborto legal devidamente atestado pelo médico perito oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 146 À servidora que adotar ou obtiver a tutela judicial definitiva de criança de até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença remunerada.

Art. 147 A licença não poderá ser acumulada com benefício por incapacidade concedido pelo IPRECAL ou com qualquer outra licença concedida pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo Único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento da licença, o benefício por incapacidade, deverá ser suspenso enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias, estabelecido na forma do art. 145.

Art. 148 Pelo nascimento, adoção ou obtenção de tutela judicial definitiva de criança de até 1(um) ano de idade, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Seção XI Da Licença-Prêmio

Art. 149 O servidor efetivo e estável tem direito a 1 (um) mês consecutivo de gozo de licença-prêmio com remuneração integral composta de vencimento base e todas as vantagens de caráter permanente, após 5 (cinco) anos de ininterrupto exercício, exceto quando tenha no período aquisitivo:

I - sofrido pena disciplinar de suspensão;

II - o gozado qualquer licença sem remuneração;

III - faltado ao serviço injustificadamente;

IV - sofrido condenação por sentença penal transitada em julgado, considerada até o final do cumprimento da pena e retorno ao efetivo exercício de suas funções.

§1º O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade;

§2º O requerimento para concessão da Licença-Prêmio deverá ser formulado ao Secretário Municipal de Administração;

§3º A concessão do período de Licença-Prêmio pela Administração apenas será realizada após consulta prévia ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, que deverá justificar por escrito a negativa da concessão.

§4º Ocorrendo uma das hipóteses previstas nos incisos I a IV, inicia-se novamente a contagem do período aquisitivo que:

I - no caso do inciso I, conta-se a partir do dia útil seguinte ao cumprimento da pena disciplinar de suspensão;

II - no caso do inciso II, conta-se a partir do dia útil seguinte ao último dia do gozo da licença;

III - no caso do inciso III, conta-se a partir do dia útil seguinte à ocorrência da falta injustificada;

IV - no caso do inciso IV, conta-se a partir do dia útil seguinte ao

retorno.

Art. 150 O período de licença-prêmio não poderá ser convertido em pecúnia, ressalvado o direito adquirido, consagrado em legislação anterior a edição desta Lei.

Parágrafo Único. Os períodos de licença de que trata esta Seção não poderão ser acumuláveis.

Seção XII Da Licença para Exercer Cargo Comissionado

Art. 151 O servidor que aceitar ocupar cargo de provimento comissionado, na esfera municipal, estadual ou federal, deverá licenciar-se de seu cargo de provimento efetivo.

§1º O período de ocupação do cargo comissionado será computado para todos os efeitos legais, excluída a avaliação do período de estágio probatório, sendo observado para implementação de progressão, a remuneração de seu cargo de provimento efetivo;

§2º Enquanto estiver provendo o cargo comissionado o servidor permanecerá contribuindo para o IPRECAL sobre a remuneração-de-contribuição decorrente de seu cargo efetivo;

§3º Fica vedada a percepção da remuneração estabelecida para o cargo comissionado na forma do §3º do art. 11 da Lei Municipal Complementar nº 006, com qualquer verba decorrente de gratificação de função de confiança.

CAPÍTULO V DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 152 A apuração do tempo de serviço, para qualquer efeito funcional, será feita em dias, que serão convertidos em anos.

§1º O ano, para efeitos desta Lei, será considerado como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

§2º Para fins de aposentadoria, a contagem do tempo, observará expressamente o contido na Lei Municipal nº 2.537.

Art. 153 Além das faltas justificadas ao serviço, são considerados como de efetivo exercício para efeitos de disponibilidade os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - participação em programa de treinamento regularmente instituído;

IV - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

V - júri e outros serviços definidos em lei como obrigatórios;

VI - licença:

a) à maternidade e à paternidade;

b) para tratamento de saúde;

c) por acidente em serviço ou moléstia profissional;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

e) para o desempenho de mandato classista;

f) por convocação para o serviço militar;

g) para exercer cargo político;

h) para atividade política;

i) para gozar licença-prêmio em face de direito adquirido;

j) para exercer cargo comissionado no Município de Campo Alegre;

Parágrafo Único. Não se contará para efeito de disponibilidade o tempo em que o servidor esteve afastado em virtude de

cumprimento de pena judicial que não determinou sua demissão.

CAPÍTULO VI DO DIREITO DE PETIÇÃO E DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 154 Aos profissionais da educação municipal para efeitos de direito de petição, regime disciplinar e processo disciplinar aplicar-se-á o disposto nos Artigos 197 a 281 da Lei Municipal Complementar nº 006.

CAPÍTULO VII DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA DO SERVIDOR

Art. 155 Aos profissionais da educação municipal serão concedidas prestações previdenciárias e assistências na forma da legislação específica.

TÍTULO III CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME CELETISTA

Art. 156 As regras definidas para o Regime Celetista aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de emprego público, na forma e nas modalidades constantes dos Artigos 292 a 298 da Lei Municipal Complementar nº 006.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO DO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL (CONTRATO TEMPORÁRIO)

Art. 157 As regras definidas para o Regime Administrativo Especial aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de função pública, de natureza estritamente temporária em face de excepcional interesse público, nos termos definidos no Título IV, da Lei Complementar Municipal nº 006.

§1º O prazo máximo de contratação será de 12 (doze) meses;

§2º Poderá haver apenas uma prorrogação, devidamente justificada e comprovada, por ato do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, desde que o período de prorrogação somado ao período originário não exceda o prazo máximo fixado no §1º;

§3º As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal;

§4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deverá enviar à Secretaria Municipal de Administração, para controle da aplicação no disposto nesta Lei, cópia dos contratos efetivados;

§5º Caso ocorram contratações ou prorrogações contratuais sem respeito às formas e prazos estabelecidos nesta lei, deverão as despesas delas decorrentes serem lançadas à responsabilidade financeira do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 158 A contratação temporária de professores substitutos deverá ser precedida de seleção simplificada prévia que será realizada em dezembro de cada ano, observado o contido em edital próprio, homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 159. Os contratos a serem firmados terão redação jurídica determinada pela Assessoria Jurídica do município, neles devendo constar todos os direitos e deveres dos prestadores de serviço temporário, a que fizer remissão esta Lei e Lei Municipal Complementar nº 006.

Art. 160 É proibida a contratação temporária para o Quadro do Magistério Municipal, de servidores da Administração Direta ou

Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos indevidamente.

TÍTULO V DO PLANO DE CARREIRA Capítulo I Disposições Gerais

Art. 161 O Plano de Carreira constitui-se no conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura de cargos, vencimento e desenvolvimento dos servidores públicos que compõe o Quadro dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre.

Parágrafo único. O Plano de Carreira de que trata o caput deste artigo será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público municipal e a valorização dos servidores, ficando aprovado nos moldes deste Título a nova estrutura de cargos de provimento efetivo e funções de confiança, observado o contido nos Anexos I e III;

Art. 162 Para efeito da aplicação desta lei é adotada a seguinte conceituação:

I - Rede Municipal de Ensino: é o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - Magistério Público Municipal: é o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor auxiliar, Professor e Especialista em assuntos educacionais do ensino público municipal;

III - Professor Auxiliar: é o titular de cargo público, cujas funções estão descritas no anexo IV com o objetivo de auxiliar o professor titular voltadas para a docência na educação infantil;

IV - Professor: é o titular de cargo público, cujas funções estão voltadas para a docência no ensino Infantil e Ensino Fundamental nas Séries Iniciais.

V - Especialista em Assuntos Educacionais: é o titular de cargo público, cujas funções estão voltadas para o suporte pedagógico direto à docência, como as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Categoria Funcional: é o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

VII - Plano de Carreira: é o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos adotados para os cargos, sua remuneração e desenvolvimento profissional;

VIII - Carreira: é o agrupamento de cargos de provimento efetivo (Anexo I), integrantes do Plano de Cargos, em Níveis e Referências observados a natureza e complexidade das atribuições, habilitação profissional através da qual se dará a progressão funcional, por merecimento, em face da avaliação de desempenho ou por cursos de formação e/ou capacitação, nos termos desta lei;

IX - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstos no Plano de Cargos (Anexo IV) e Tabela de Vencimento (Anexo V), de acordo com a área de atuação e formação profissional;

X - Profissionais da Educação: conjunto de servidores investidos em caráter efetivo nos cargos de Professor Auxiliar, Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

XI - Nível: constituem os degraus de elevação da Carreira, em caráter vertical ascendente;

XII - Referência (Alíneas): consiste na graduação horizontal ascendente, contida em cada Nível;
XIII - Tabela de Vencimento: o valor estabelecido em moeda corrente correspondente a cada cargo;
XIV - Lotação: é o órgão ou unidade onde o servidor designado deverá desempenhar as suas atribuições.

Parágrafo Único. A Tabela de Vencimento definida no Anexo V é correlata à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, sendo a partir deste valor calculada de forma proporcional para as demais cargas horárias semanais definidas no Anexo I.

Capítulo II

Dos Princípios Básicos da Carreira do Magistério Público Municipal

Art. 163 A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

- I - a profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;
- II - valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;
- III - a progressão através da mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas em face de aprimoramento profissional por cursos de capacitação.

Capítulo III

Do Desenvolvimento Funcional

Art. 164 O Desenvolvimento Funcional do servidor compreende um esforço no sentido de criar e desenvolver habilidades e valores necessários ao exercício da função pública, bem como capacitá-lo tecnicamente para o desempenho das funções e comprometê-lo com os objetivos e finalidades de sua atuação e da Administração Pública como um todo.

§1º Compete a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em conjunto com os demais órgãos, a elaboração, a coordenação e a implementação dos programas de desenvolvimento dos servidores, devendo constar em proposta orçamentária os recursos indispensáveis à sua consecução;

§2º O desenvolvimento funcional contemplará a progressão na carreira do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, que já tenha sido aprovado no processo de avaliação do estágio probatório, nos termos dos Artigos 29 a 41 desta Lei.

Capítulo IV

Da Lotação

Art. 165 O servidor estatutário pertencente ao Quadro dos Profissionais da Educação Municipal será lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e terá exercício no órgão definido pela Administração Municipal, de acordo com as atribuições definidas para seu cargo.

Parágrafo Único Entende-se por lotação, o número de funcionários que deva ter exercício em cada órgão que compõe a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, mediante prévia distribuição dos cargos e das funções de confiança.

Art. 166 A lotação pessoal do servidor será determinada no ato de nomeação, movimentação funcional ou de reingresso;

Parágrafo Único O afastamento do funcionário de sua lotação só se verificará com expressa autorização da autoridade competente, no interesse do serviço público.

Art. 167 Caberá ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, informar o local onde o profissional da educação exercerá suas atividades por tempo indeterminado, para que a Administração Municipal possa através de portaria própria oficializar o ato, podendo o profissional da educação exercer suas atividades em mais de uma unidade escolar.

Art. 168 Quando houver alteração de matrícula, extinção de unidade educacional e/ou escolar e de atividades e/ou disciplinas que impliquem na alteração do número necessário de servidores num determinado local, bem como quando for conveniente, após prévia avaliação pela Administração Municipal, para o melhor desempenho do profissional da educação, em virtude de questões didático-pedagógicas e/ou de saúde, o mesmo será designado para outra unidade do sistema municipal de ensino.

Art. 169 É vedado atribuir ao servidor efetivo outras atribuições, além das inerentes ao cargo de que seja titular, exceto quando designado, mediante gratificação de função de confiança, para o exercício de atividades de direção, chefia e assessoramento ou para integrar grupos de trabalho ou estudo, criados por autoridade competente, e comissões legais.

Capítulo V

Da Estrutura da Carreira

Art. 170 A carreira do magistério público municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo de Professor Auxiliar, Professor e Especialista em Assuntos Educacionais, sendo estruturada em 6 (seis) referências, conforme Anexo V.

§1º A carreira do magistério público municipal abrange o ensino infantil e o ensino fundamental em suas séries iniciais;

§2º Constitui requisito para o ingresso na Carreira, a formação:

- I - em nível médio, na modalidade normal para o cargo de Professor Auxiliar;
- II - em nível superior, em curso de Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais para o cargo de Professor;
- III - em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia ou pós-graduação específica, para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais;

§3º Constitui requisito adicional para o ingresso na Carreira, no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, a experiência de dois anos de docência;

§4º A partir de 1º de janeiro de 2008, o titular de cargo de Professor apenas poderá exercer a docência ou outras funções de magistério, atendidos os seguintes requisitos:

- I - formação em pedagogia;
- II - experiência de, no mínimo, dois anos de docência;

§5º O ingresso na Carreira dar-se-á na referência inicial de cada cargo da Carreira, no nível correspondente à habilitação exigida para o provimento efetivo do cargo.

Seção I

Dos Níveis e das Referências

Art. 171 Os Níveis correspondem a escolaridade do titular de cargo da Carreira do Magistério Municipal e são os seguintes:

- I - para o cargo de Professor Auxiliar:
 - a) Nível PA1: formação em nível médio, na modalidade normal;
 - b) Nível PA2: formação em nível superior de pedagogia com habilitação em educação infantil.

II - para o cargo de Professor:

- a) Nível P1: formação em nível médio, na modalidade normal;
- b) Nível P2: formação em nível superior, em curso de licenciatura plena específica para atuação ou Pedagogia com habilitação em educação Infantil e Séries Iniciais.
- c) Nível P3: formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

III - para o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais:

- a) Nível EAE 1: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia.
 - b) Nível EAE 2: formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia e pós-graduação em cursos na área específica com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.
- §1º O cargo de Especialista em Assuntos Educacionais será subdividido nas seguintes funções:
- I - Especialista em Administração Escolar;
 - II - Especialista em Orientação Escolar;
 - III - Especialista em Supervisão Escolar;

§2º As referências constituem a linha de promoção da Carreira do titular do cargo de magistério e são designadas pelas letras "A" a "F";

§3º Os cargos serão distribuídos pelas referências em proporção crescente, da inicial à final;

§4º A mudança de Nível é automática e observará as seguintes premissas:

- I - os detentores de cargo de provimento efetivo que galgarem nova habilitação, ascenderão ao Nível superior 60 (sessenta) dias após apresentarem o diploma comprovando a nova habilitação.
- II - A nova habilitação a que se refere o inciso anterior deverá estar de acordo com o disposto no Artigo 171 desta Lei.

Seção II Da Progressão Funcional

Art. 172 A progressão funcional do servidor estável do Quadro do Magistério, ocorrerá:

- I - Dentro do Nível em que se encontrar, na proporção de 1 (uma) referência, observado cumulativamente:
 - a) a aprovação em processo de avaliação de desempenho;
 - b) a comprovação de capacitação através de cursos, aperfeiçoamentos e seminários, nos termos do art. 179;
- II - Verticalmente, ascendendo a Nível superior, por implementar nova escolaridade, conforme Artigo 171 desta Lei.

§1º O limite para progressão por desempenho e capacitação é a última referência do último Nível do cargo;

§2º A progressão vertical entre cargos diversos dar-se-á por concurso público;

§3º (VETADO)

§4º O servidor que, em conformidade com o artigo 25 e anexo III da Lei Municipal nº2.410, tenha galgado a referência D, ou que esteja a quatro anos aguardando a ascensão, poderá ascender ao nível superior pela implementação de nova escolaridade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

§5º (VETADO)

Subseção I Da Progressão por Desempenho e Capacitação

Art. 173 A progressão por Desempenho e Capacitação dar-se-á a cada período de 2 (dois) anos, no mês de aniversário do dia em

que o servidor entrou efetivamente em exercício, desde que tenha obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos, na soma das duas avaliações de desempenho anuais e comprove a realização dos cursos de capacitação.

§1º A progressão por Desempenho e Capacitação obtida será implementada em 60 (sessenta) dias, a contar da ciência pelo servidor da nota final alcançada na avaliação de desempenho;

§2º A avaliação de desempenho será realizada anualmente, em conjunto, pelas seguintes autoridades:

- I - pelo detentor da função de confiança de Diretor, da unidade escolar e da unidade de creche em que o servidor do magistério estiver lotado;
- II - pelos Especialistas em Assuntos Educacionais, nas funções de Orientação, Supervisão e Administração Escolar ou na ausência ou afastamento destes pelos detentores de função de confiança da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- III - a avaliação de desempenho será acompanhada pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 174 A avaliação de desempenho compreenderá as seguintes etapas:

- I - ponderação dos itens de avaliação;
 - II - preenchimento do formulário, auto-avaliação e avaliação do superior hierárquico, conforme Anexo VII;
 - III - reunião com o servidor;
 - IV - envio da avaliação para o Serviço de Pessoal tabular;
- §1º Fica assegurado ao servidor detentor de cargo de provimento efetivo nomeado para exercer cargo em comissão o direito de uma avaliação de desempenho, com progressão funcional, no mês de sua exoneração, desde que o período abrangido seja superior a 2 (dois) anos e inferior a 3 (três) anos;

§2º Somente serão avaliados os servidores que trabalharam efetivamente, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido para cada avaliação anual;

§3º Se na data especificada para a avaliação o servidor encontrar-se afastado por motivo de licença, remunerada ou não, a avaliação será realizada após o seu retorno, desde que se dê num prazo máximo de 90 (noventa) dias, sendo que decorrido este prazo o servidor aguardará novo processo de avaliação;

§4º Caso o servidor tenha sido lotado em outro órgão ou readaptado a documentação referente à Avaliação de Desempenho será encaminhada à nova chefia, bem como quando houver a mudança de chefia de uma área.

Art. 175 A ponderação dos itens de avaliação será discutida entre o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Especialistas em Assuntos Educacionais e os Chefes dos Serviços de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

§1º Os itens da avaliação e os pesos utilizados serão pré-fixados em janeiro de cada ano;

§2º A primeira avaliação de desempenho realizada por força do disposto nesta Lei, terá seus itens e pesos estabelecidos até 30 (trinta) dias após a publicação desta, e observará:

- I - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício do seu cargo encontrar-se posicionada dentro o período de 1º de fevereiro de 2003 à data de publicação desta lei, será processado relatório referente a tal período, que será levado em consideração e computado para efeitos de sua primeira Avaliação de Desempenho, contendo:

- a) nome e matrícula funcional;
- b) registro de advertência, suspensão ou qualquer outro procedimento disciplinar, na vigência das Leis Municipais nº 2.303, 2.410 e outras atinentes à matéria;
- c) registro de seu ponto de frequência;
- d) registro de qualquer dano material causado ao patrimônio público;

II - para o servidor cuja data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo encontrar-se registrado após a data da publicação desta Lei, será levado em consideração e acrescido à primeira Avaliação de Desempenho todo o lapso temporal compreendido entre a data de publicação da dispensa legal a data de publicação deste diploma legal e a data de aniversário do primeiro dia de efetivo exercício de seu cargo;

§3º As avaliações deverão ser assinadas pelo chefe imediato, na condição de avaliador, pelo servidor avaliado, pelo Secretário Municipal da área e pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 176 O número de itens escolhido deverá ser de no mínimo 5 (cinco) e de no máximo 7 (sete), bem como o peso de cada item, entre 0 (zero) e 5 (cinco), desde que alcance obrigatoriamente, o montante de 25 (vinte e cinco), na soma total dos pesos.

§1º A avaliação de desempenho conterá os seguintes itens de avaliação:

I - Prestação do Serviço, que corresponde à capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área;

II - Qualidade, que corresponde à exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados;

III - Iniciativa, que corresponde à ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada;

IV - Relacionamento, que corresponde à habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados;

V - Assiduidade e Pontualidade, que corresponde à maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata;

VI - Interação com a Equipe, que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo;

VII - Interesse, que corresponde à ação no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências;

§2º Serão utilizados os seguintes critérios de notas para a avaliação:

I - conceito "A", equivale a 4 (quatro) pontos: Atende a expectativa, caso em que o servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

II - conceito "B", equivale a 2 (dois) pontos: Atende parcialmente às expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

III - conceito "C", equivale a 0 (zero) ponto: Não atende as expectativas, caso em que o servidor apresenta resultados muito abaixo

das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;

§3º Os conceitos definidos no §2º serão aplicados separadamente para cada item de avaliação elencado no §1º;

§4º Para efeito de resultado final de avaliação, computadas as 2 (duas) avaliações anuais, considerar-se-á a seguinte classificação, em face da média ponderada:

I - de 75 (setenta e cinco) a 100 (cem) pontos obtidos: o servidor atende as expectativas;

II - de 35 (trinta e cinco) a 74 (setenta e quatro) pontos obtidos: o servidor atende parcialmente às expectativas;

III - menos de 35 (trinta e cinco) pontos obtidos: o servidor não atende as expectativas;

§5º O servidor que em decorrência das avaliações de desempenho obtiver resultado inferior a 35 (trinta e cinco) pontos, terá sua carreira reavaliada pela Secretaria Municipal de Administração que tomará as providências cabíveis ao caso.

Art. 177 A avaliação final será analisada juntamente com o servidor que poderá manifestar, por escrito, através de Pedido de Reconsideração, concordância ou não com o resultado final, conforme Anexo VII-A.

§1º O Pedido de Reconsideração do servidor deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após a análise da avaliação final, devendo ser dirigida ao Secretário Municipal de Administração;

§2º Diante da manifestação escrita do servidor o Secretário Municipal de Administração despachará pela procedência ou não da reanálise, observando todos os documentos constantes da pasta funcional do avaliado e a realização de nova reunião com a chefia imediata, o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto e o servidor;

§3º Acatado o pedido, será a nova tabulação encaminhada para o Serviço de Pessoal processar a progressão.

Art. 178 A capacitação que ensejar a progressão deverá estar vinculada à área de atuação do servidor, contribuindo de forma significativa para o aperfeiçoamento técnico das tarefas desempenhadas, ou na implantação de novas tecnologias;

§1º O servidor, quando do início de suas atividades de capacitação, deverá informar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da realização do curso pretendido, juntando material e programação do mesmo, cabendo ao dirigente do órgão pronunciar-se previamente sobre a validação ou não do curso pretendido para efeitos de progressão.

§2º Para fazer jus a concessão estabelecida no caput deste artigo o servidor deverá, obrigatoriamente, ter obtido no mínimo 150 (cento e cinquenta) pontos em suas duas últimas avaliações de desempenho somadas;

§3º Poderão ser computados todos os cursos de capacitação ou aperfeiçoamento em aprendizados iniciados a partir de 01.02.2002.

Art. 179 A comprovação de capacitação através de cursos, aperfeiçoamentos e seminários deverá perfazer no período da avaliação de desempenho um total de 80 (oitenta) horas na área de atuação ou formação profissional.

§1º Obrigatoriamente, os cursos computados deverão ter no mínimo carga horária de 20 (vinte) horas cada, devendo o servidor comprovar através da apresentação de diplomas e certificados.

§2º O reconhecimento dos cursos, aperfeiçoamentos e seminários a serem realizados pelo servidor deverão ser prévios, devendo para tanto ser aberto procedimento formal específico do qual deverá constar todo material informativo sobre a capacitação desejada;

§3º Deverão existir requisitos prévios que regulamentem o reconhecimento e a validação dos cursos, os quais deverão ser elaborados e definidos pelo Conselho Municipal de Educação, que os formalizará em ato próprio.

§4º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto deverá expedir documento próprio de reconhecimento prévio e de validação do curso proposto.

§5º Não serão computadas horas de curso excedentes para nenhum efeito.

§6º Os dias e horários em que o servidor estiver freqüentando curso previamente reconhecido na forma deste artigo, não serão considerados como faltas ao serviço e não poderão ser descontados na folha de pagamento.

Subseção IV Da Progressão Vertical

Art. 180 A progressão vertical dar-se-á pelo acesso a níveis superiores e ocorrerá pela implementação de nova escolaridade, nas seguintes modalidades:

I - Para o cargo de Professor Auxiliar;

a) graduação;

II - Para o cargo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais;

a) graduação;

b) pós-graduação;

Parágrafo Único. Para implementar a progressão da qual trata o artigo anterior, há necessidade de galgar a referência C de cada nível para ascender a outro de caráter superior.

Art. 181 O enquadramento por ocasião da concessão da progressão vertical, será sempre na primeira referência do nível imediatamente superior ao que se encontrar posicionado o servidor.

Parágrafo Único. A Administração Municipal terá 60 (sessenta) dias a contar da apresentação do diploma para realizar a progressão vertical do profissional da educação municipal.

Capítulo VI

Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos

Art. 182 Os atuais Profissionais da Educação Municipal, serão reenquadrados no Plano de Carreira de que trata esta lei, observada a transposição dos cargos, na forma do Anexo II.

§1º Por transposição compreende-se o enquadramento do novo cargo do profissional em educação regido pela lei que aprovou o estatuto anterior à presente Lei;

§2º A transposição de que trata este artigo será realizada por ato individual, expedido pelo Chefe do Poder Executivo;

§3º O reenquadramento de que trata este capítulo obedecerá aos critérios da área de atuação atual para os professores e a área de especialização para os especialistas em educação;

§4º Os cargos efetivos, respeitadas as transposições, obedecerão à nova nomenclatura disposta no Anexo I.

§5º O reenquadramento obedecerá à escolaridade e a complexidade das atribuições do ocupante dos cargos atuais, devendo ser realizado por ato formal do Chefe do Poder Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei;

§6º Os professores leigos permanecerão em lista de extinção, na forma do Anexo I-B, até que apresentem o diploma de conclusão do curso de graduação ou do curso de nível médio na modalidade normal, oportunidade em que serão reenquadrados como Professor;

§7º Os professores leigos que concluírem a graduação em Pedagogia ou curso de nível médio na modalidade normal a partir do exercício de 2003, implementarão o reenquadramento disposto neste Capítulo em 60 (sessenta) dias contados da data da apresentação do diploma;

§8º Os professores que se encontrarem em estágio probatório na data da publicação desta lei serão reenquadrados somente após aprovação no estágio probatório.

§9º Os professores leigos que não estejam freqüentando curso de graduação ou curso de nível médio na modalidade normal ou não o concluíam até 1º/01/2008 permanecerão em lista de extinção.

Capítulo VII Do Vencimento

Art. 183 A Tabela de Vencimento dos cargos de provimento efetivo é constituída de 7 (sete) Níveis, conforme Anexo V, sendo que cada Nível é subdividido em sub-níveis de progressão vertical.

§1º Cada sub-nível terá 6 (seis) referências, onde se realizará a progressão por desempenho e capacitação do servidor;

§2º A nomeação, em caráter efetivo, será no nível do cargo de carreira para qual o candidato prestou concurso, no primeiro sub-nível, na referência "A";

§3º O vencimento determinado para cada servidor observará também o contido no artigo 182.

Art. 184 As funções de confiança serão remuneradas através da gratificação indicada no Anexo III.

TÍTULO VI CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 185 Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, quando a disposição literal do artigo não se manifestar de forma contrária, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 186 Fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 15 (quinze) de outubro, para comemorações do "Dia do Professor" para os integrantes do Magistério Municipal.

Art. 187 Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento dos seus deveres.

Art. 188 Consideram-se servidores não estáveis aqueles admitidos na Administração Direta e Indireta sem concurso público de provas e títulos após 5 (cinco) de outubro de 1983.

Art. 189 O Prefeito Municipal baixará, por Decreto, os regulamentos

necessários à execução da presente Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 190 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 191 Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial todas as contidas nas Leis Municipais nº2.284 e suas alterações, 2.303 e 2.410.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO I - ESTRUTURA DE CARGOS EFETIVOS

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS ANTERIOR	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS	Nº DE VAGAS PROPOSTAS
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	03	02	03
02	Professor	P3 P2 P1	40	42	44	65
03	Professor Auxiliar	PA	40	00	00	5
04	Professor Leigo	PL	20/40	--	18	EM EXTINÇÃO

ANEXO I-A TABELA DE CARGOS E CORRELAÇÃO DE ESCOLARIDADE

CÓDIGO	CARGO	NÍVEL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE
01	Especialização em Assuntos Educacionais	EAE 2 EAE 1	40	Formação Superior em Pedagogia e pós-graduação específica, na área de educação. Formação superior, em curso de Pedagogia.

02	Professor	P3 P2 P1	40	Formação Superior em Pedagogia e pós-graduação específica, na área de educação. Formação superior, em curso de Pedagogia em educação infantil e séries iniciais. Formação de nível médio na modalidade normal.
03	Professor Auxiliar	PA	40	Formação de nível médio na modalidade normal.

ANEXO I-B TABELA DE CARGOS EM EXTINÇÃO

CÓDIGO	NÍVEL	CARGO	NATUREZA	SITUAÇÃO
06	PL	Professor	Leigo	Em extinção

ANEXO II - TABELA DE REENQUADRAMENTO

CARGO ATUAL	NÍVEL ATUAL	REFERÊNCIA ATUAL	CARGO NOVO	NÍVEL ATUAL
Professor	1-dois	A-F	Professor	Obs. escolaridade
Professor	3-quatro	A-F	Professor	Obs. escolaridade
Administrador	3-quatro	A-F	Especialização em Assuntos Educacionais	Obs. escolaridade
Supervisor	3-4	A-F	Especialização em Assuntos Educacionais	Obs. escolaridade

ANEXO III - TABELA DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	NATUREZA	GRATIFICAÇÃO
Chefe do Serviço de Apoio à Educação	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Educação Infantil	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	Chefia	FG-1
Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar	Chefia	FG-1
Diretor de Escola (acima de 100 alunos)	Direção	FG-3
Diretor de Escola (até 100 alunos)	Direção	FG-4
Diretor de Centro Educacional Infantil	Direção	FG-4

FG	VALOR
FG-1	R\$ 573,70
FG-3	R\$ 400,00
FG-4	R\$ 200,00

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANM - Atividades de Nível Médio

Nível: PA

Denominação Do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR AUXILIAR		1. Auxiliar o professor titular na organização da sala de aula e em todas as atividades desenvolvidas; 2. Realizar atividades de rotinas tais como: troca de fraldas, alimentação, banho, escovação dentária, aplicação de flúor, higiene, recreação dentro e fora da sala de aula, etc; 3. Observar e acompanhar com o professor titular o desenvolvimento da criança conforme sua faixa etária, no aspecto social, afetivo, psicológico e psicomotor; 4. Organizar os pertences dos alunos; 5. Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo titular para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da classe; 6. Receber os alunos antes do início das aulas ou entregá-los após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção da instituição; 7. Demonstrar conhecimentos legislativos educacionais; 8. Utilizar uniforme adequado para as atividades; 9. Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar; 10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 11. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 12. Substituir o professor titular na ausência do mesmo; 13. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na Carreira: - Formação em Nível Médio na modalidade normal. b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público

Número de Vagas: 5

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Professor	<p>1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;</p> <p>2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos reelaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;</p> <p>3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;</p> <p>4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;</p> <p>5. Promover uma avaliação global, contínua e permanente, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno;</p> <p>6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;</p> <p>7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;</p> <p>8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente e que dificultam o ritmo dos trabalhos em classe;</p> <p>9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao trabalho e a responsabilidade em todas as tarefas;</p> <p>10. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;</p> <p>11. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;</p> <p>12. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;</p> <p>13. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;</p> <p>14. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;</p> <p>15. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;</p> <p>16. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira: - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p> <p>b) Apresentação de Títulos na forma do Edital do Concurso Público</p> <p>c) Para ascender a um nível superior do mesmo cargo, é necessário implementar pós-graduação na área.</p>

Número de Vagas: 65

ANEXO IV - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Categoria Funcional: - Atividades de Nível Superior

Nível: EAE

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	Especialista em Assuntos Educacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nela proposta; 2. Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; 3. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidos; 4. Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; 5. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; 6. Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; 7. Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; 8. Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; 9. Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; 10. Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; 11. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; 12. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino; 13. Executar outras atividades correlatas. 	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na Carreira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia ou Pós-Graduação Específica - Experiência Mínima de 02 (dois) anos na docência. <p>b) Para ascender ao nível superior é necessário implementar pós-graduação específica na área.</p>

Número de Vagas: 03

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Diretor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir que a escola cumpra sua função, o desenvolvimento educacional em seus aspectos científicos, físicos, culturais e sociais; 2. Coordenar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas ao ensino/aprendizagem dos educandos; 3. Diagnosticar junto a comunidade escolar as reais necessidades pedagógicas da escola; 4. Coordenar a elaboração e execução do plano político pedagógico; 5. Promover o aperfeiçoamento permanente dos professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos, visando a construção da competência pedagógica; 6. Analisar todos os materiais didático-pedagógicos adequando-os as necessidades dos alunos; 7. Garantir o acesso e permanência do aluno na escola; 8. Promover a participação dos pais e alunos na construção do plano político-pedagógico; 9. Coordenar os Conselhos de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; 10. Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; 11. Organizar e coordenar a execução de toda a documentação escolar, entregando-a na data prevista à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; 12. Convocar e presidir reuniões; 13. Preservar o patrimônio da escola; 14. Promover o bom relacionamento entre o corpo docente, discente e a comunidade escolar; 15. Atender os problemas disciplinares e de aprendizagem dos alunos, acompanhando a aprendizagem dos educandos; 16. Organizar e distribuir os recursos humanos, físicos e materiais disponíveis na escola; 17. Acompanhar o processo da merenda escolar, da limpeza e manutenção da escola; 18. Coordenar e avaliar todas as atividades desenvolvidas pela APP; 19. Responsabilizar-se de forma integral pelos recursos transferidos a Unidade Escolar desde a sua aplicação e prestação de contas; 20. Substituir eventuais ausências dos professores, justificando em formulário próprio se a falta for justificada ou não; 21. Cuidar e coordenar para que o livro-ponto seja preenchido de maneira correta, no horário exato de chegada e/ou saída de cada funcionário; 22. Executar outras atividades correlatas. 	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia ou outra Licenciatura

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço da Educação Infantil	1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município; 2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do ensino de pré-escolar; 3 Garantir o atendimento de crianças de 0 a 6 anos, em Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento dos Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 5 Articular-se com entidades particulares que ministram o ensino de crianças de 0 a 6 anos, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico; 6 Recensar os educandos do ensino infantil, zelando junto aos pais pela frequência à escola; 7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente; 8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam os Centros Municipais de Educação Infantil e Pré-Escolas; 9. Executar outras atividades correlatas.	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço de Ensino Fundamental	<p>1 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>2 Promover e dirigir as atividades de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Ensino Fundamental;</p> <p>3 Garantir o atendimento das crianças e adolescentes frequentadores da 1ª a 8ª séries;</p> <p>4 Promover a capacitação de recursos humanos e a aquisição de materiais específicos para o atendimento e provimento do Ensino Fundamental, de 1ª a 8ª séries;</p> <p>5 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;</p> <p>6 Recensar os educandos do Ensino Fundamental, zelando junto aos pais pela frequência à escola;</p> <p>7 Promover treinamentos, estudos, pesquisas, cursos de capacitação e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e avaliação do desempenho administrativo docente e discente;</p> <p>8 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam as Unidades de Ensino Fundamental;</p> <p>9 Fixar conteúdo mínimo para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação satisfatória e resgatar o respeito e o interesse aos valores culturais e artísticos;</p> <p>10 Propor currículos das disciplinas optativas adequando-se às peculiaridades e necessidades locais;</p> <p>11 Estimular o ingresso no Ensino Médio;</p> <p>12 Planejar, coordenar, executar e controlar a realização de feiras e exposições de ciências dentre outras disciplinas, inclusive de cunho cultural.</p> <p>13. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/Habilitação Exigida
PROFESSOR		<p>1 Criar mecanismos e condições dinâmicos e modernos para administrar a educação em sistema integrado;</p> <p>2 Introduzir e administrar conteúdos programáticos nos currículos de acordo com a realidade municipal, dos seus meios de produção, consumo e necessidades diárias;</p> <p>3 Promover o desenvolvimento sistemático e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>4 Articular-se com entidades particulares que ministram o Ensino Infantil e Fundamental, com o objetivo de aprimorar o corpo pedagógico;</p> <p>5 Controlar, executar e fiscalizar todas as atividades de caráter administrativo que envolvam a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;</p> <p>6 Controlar, planejar e administrar os arquivos e as respectivas documentações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;</p> <p>7 Controlar, executar e manter os históricos escolares da Rede Municipal de Ensino;</p> <p>8 Controlar e confeccionar relatórios gerenciais das Unidades Escolares;</p> <p>9. Executar outras atividades correlatas.</p>	<p>Habilitação Exigida:</p> <p>a) Para ingresso na função:</p> <p>- Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.</p>

ANEXO IV - A - PLANO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA.

Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior

Nível: P

Denominação do Cargo	Funções	Atribuições e Responsabilidades	Escolaridade/ Habilitação Exigida
PROFESSOR	Chefe do Serviço de Controle do Transporte Escolar Merenda e Manutenção das Unidades Escolares	<p>1 Promover o desenvolvimento sistêmico e sincronizado das ações de educação do município;</p> <p>2 Acompanhar, controlar e fiscalizar os serviços de transporte escolar:</p> <p>a)Cadastrar e expedir carteirinhas dos alunos que utilizam o transporte escolar, observando e conferindo seu acesso de acordo com o itinerário previamente estabelecido;</p> <p>b)Conferir a realização dos trajetos, de acordo com os itinerários previamente definidos;</p> <p>c)Acompanhar e fiscalizar o contrato de terceirização do transporte coletivo;</p> <p>3 Acompanhar, controlar e fiscalizar a distribuição e o preparo da merenda escolar;</p> <p>4 Acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo profissional especializado em nutrição, assegurando que o mesmo possua os mecanismos necessários para consecução de sua atividade;</p> <p>5 Realizar e controlar o preenchimento de relatórios que informem quais equipamentos e utensílios devem ser adquiridos para perfeita execução dos serviços escolares e do aprimoramento do bem estar dos alunos e profissionais da educação;</p> <p>6. Executar outras atividades correlatas.</p>	Habilitação Exigida: a) Para ingresso na função: - Formação em Curso Superior de Graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais.

ANEXO V - TABELA DE VENCIMENTO DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	CH/SM	NÍVEL	SUBNÍVEL	A	B	C	D	E	F
	40	EAE 2	22	1026,47	1047,00	1067,94	1089,30	1111,09	1133,31
ESPEC. ASSUNTOS EDUCACIONAIS			21	911,48	929,71	948,30	967,27	986,62	1006,35
	40	EAE 1	12	904,25	922,34	940,78	959,60	978,79	998,37
			11	802,95	819,01	835,39	852,10	869,14	886,52
	40	P3	32	1016,32	1036,64	1057,38	1078,52	1100,09	1122,10
			31	902,46	920,51	938,92	957,70	976,85	996,39
PROFESSOR	40	P2	22	853,07	870,13	887,53	905,28	923,39	941,86
			21	757,50	772,65	788,10	803,87	819,94	836,34
			13	660,82	671,92	683,20	694,68	706,35	718,22
	40	P1	12	597,95	608,00	618,21	628,60	639,16	649,90
			11	541,07	550,16	559,40	568,80	578,36	588,07
	40	PA 2	22	634,03	646,71	659,64	672,84	686,29	700,02
PROFESSOR AUXILIAR			21	563,00	574,26	585,75	597,46	609,41	621,60
	40	PA 1	12	477,67	487,23	496,97	506,91	517,05	527,40
			11	424,16	432,64	441,30	450,12	459,12	468,31

TABELA DE VENCIMENTO (PROFESSOR LEIGO)

CAR- GO	CAR- GA HORÁ- RIA SEMA- NAL	Níveis (Códigos de Referência)														
		PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8	PL9	PL10	PL11	PL12	PL13	PL14	PL15
Pro- fessor Leigo	40 horas	473,60	481,49	513,08	536,75	545,50	546,44	551,31	562,80	565,40	569,31	580,47	581,97	593,82	614,50	624,60

ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Auxiliar	5	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor	65	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Espec.em Assuntos Educacionais	03	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Leigo	19	EM EXTINÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Chefe de Serviço	04	EM MANUTENÇÃO

DIVISÃO DE DESPORTO E CULTURA

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultu- ra e Desporto	Diretor	01	EM MANUTENÇÃO

ANEXO VII - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ANUAL - REALIZADA EM ____/____/____

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: ____/____/____ DATA DE ENTRADA EM EXERCÍCIO: ____/____/____
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

- "A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

ITENS DE AVALIAÇÃO	AUTAV	AVAL.	PESO	PONTOS
Prestação de Serviços: capacidade de produzir resultados na quantidade e volumes necessários à necessidade de prazos da área.				
Qualidade: exatidão, frequência de erros, apresentação, ordem e esmero nos trabalhos executados.				
Iniciativa: Ter ação independente na execução dos trabalhos, apresentando sugestões de melhoria e iniciativa de comunicação de situações fora de sua alçada.				
Relacionamento: habilidade para interagir com a população e outros órgãos externos, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados.				
Assiduidade e Pontualidade: a maneira com que o servidor observa a frequência e os horários de trabalho para os quais foi contratado, evitando faltas, atrasos injustificados, ausências repentinas e saídas antecipadas sem a autorização da chefia imediata.				
Interação com a Equipe: que corresponde ao espírito de cooperação, colaboração na execução dos trabalhos, atitude aberta para os trabalhos em equipe contribuindo para o alcance de resultados, bem como prontidão para colaborar com o grupo.				
Interesse: ações no sentido de se desenvolver e progredir profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, bem como sendo receptivo a críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar sua performance e postura, superando assim dificuldades e carências.				
PONTUAÇÃO TOTAL ANUAL*:				

* A pontuação total anual corresponde ao somatório geral dos pontos encontrados para cada item;

* O valor encontrado para cada item corresponde a seguinte fórmula:

AVALIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO x PESO PROPOSTO;

* A auto-avaliação do servidor não será utilizada para atribuição dos pontos por item. Sua utilização corresponde a possibilidade do servidor propor Pedido de Reconsideração.

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no anverso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA) (ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINATURA DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINATURA DOS SECR. DA ÁREA)

ANEXO VII -A - FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FINAL - COMPUTADA EM ____/____/____

DADOS DO SERVIDOR AVALIADO E DO AVALIADOR DIRETO

NOME: _____ MATRÍC. FUNC.: _____
 SECRETARIA: _____ CENTRO DE CUSTO: _____
 CARGO: _____ FUNÇÃO: _____
 DATA DE NOMEAÇÃO: ____/____/____ DATA DE ENTRADA EM EXERCÍCIO: ____/____/____
 CHEFE IMEDIATO: _____
 RESPONSÁVEL PELO (A): _____

CONCEITOS PARA AVALIAÇÃO

Qualificar o servidor segundo os itens abaixo, dentro dos seguintes conceitos possíveis:

"A" - Atende as expectativas: O servidor apresenta resultados conforme as expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "B" - Atende parcialmente as expectativas: O servidor apresenta resultados que se aproximam das expectativas em relação ao padrão de desempenho normal esperado;
 "C" - Não atende as expectativas: O servidor apresenta resultados muito abaixo das expectativas em relação ao padrão normal esperado.

GRADE DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO I	AVALIAÇÃO II	SOMA	MÉDIA PONDERADA

- A avaliação de desempenho final corresponde a seguinte fórmula:

Avaliação I + Avaliação II
 2

REGISTRO DAS AUTOAVALIAÇÕES

AUTOAVALIAÇÃO I	AUTOAVALIAÇÃO II

De acordo do servidor: ☐ SIM ☐ NÃO

Caso queira no verso desta página o servidor poderá comentar o resultado desta avaliação ou realizar Pedido de Reconsideração.

(ASSINATURA DA CHEFIA IMEDIATA)

(ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO)

(ASSINAT. DO SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO) (ASSINAT. DO SECRETARIO DA ÁREA)

ÍNDICE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003

DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM FACE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19/98, ESTABELECE O REGIME JURÍDICO MISTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, INSTITUI O NOVO PLANO DE CARREIRA, EXCLUÍDOS OS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL E DETERMINA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SUA PLENA EFICÁCIA.

ASSUNTO:	PÁGINA
Do Regime Jurídico Misto	01
Do Regime Estatutário	04
Dos Cargos Comissionados	04
Dos Secretários Municipais	05
Dos Cargos Efetivos	06
Do Concurso Público	06
Do Provimento	08
Da Nomeação	08
Da avaliação da Aptidão Física e Mental	09
Dos Procedimentos Preliminares para Nomeação	10
Da Posse e do Exercício	10
Da Lotação	13
Do Estágio Probatório	14
Da Estabilidade	20
Da Readaptação	21
Da Reversão	24
Da Reintegração	25
Da Recondução	25

Da Disponibilidade e do Aproveitamento	25
Da Substituição	27
Da Cessão	28
Da Acumulação Lícita de Cargos Efetivos	28
Da Capacitação	29
Da Jornada de Trabalho	30
Da Vacância	33
Da Exoneração	33
Da Demissão	34
Da Aposentadoria	34
Do Vencimento e da Remuneração	34
Das Vantagens Pecuniárias	38
Das Indenizações	39
Das Férias	39
Do Auxílio Motorista	40
Do Auxílio Transporte	40
Das Gratificações	41
Da Gratificação Natalina	41
Da Gratificação pelo Exercício de Função de Confiança	42
Da Gratificação Especial	42
Da Gratificação de Interiorização	42
Dos Adicionais	43
Do Adicional pela Prestação de Serviço Extraordinário	43
Do Adicional Noturno	43
Do Adicional de Férias	44
Do Adicional pelo Exercício de Atividades Insalubres e Perigosas	44
Da Bolsa de Estudo	45
Do Vale Alimentação	47
Do Salário Família	48
Das Férias	44
Das Férias	49
Da Agregação à Remuneração	50
Das Licenças	51
Da Licença para o Serviço Militar	52
Da Licença para Atividade Política	52
Da Licença para Exercer Cargo Político	52
Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista	52
Da Licença para Tratar de Interesses Particulares	53
Da Licença para Tratamento de Saúde	53
Da Licença por Acidente em Serviço ou Moléstia Profissional	54
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família	55
Da Licença à Maternidade e à Paternidade	55
Da Licença-Prêmio em Face de Direito Adquirido	56
Da Licença para Exercer Cargo Comissionado	56
Do Tempo de Serviço	57
Do Direito de Petição	57
Do Regime Disciplinar	58
Das Proibições	59
Das Responsabilidades	60
Das Penalidades Disciplinares	61
Da Advertência	62
Da Suspensão	63
Da Demissão	63
Da Cassação da Aposentadoria ou Disponibilidade	67
Da Destituição de Cargo em Comissão e Função de Confiança	67
Do Processo Administrativo Disciplinar	67
Da Sindicância	68
Do Afastamento Preventivo	69
Do Processo Disciplinar	69
Do Inquérito Administrativo	70
Da Instrução	70
Da Defesa	71
Do Relatório	72
Do Julgamento	72
Da Revisão do Processo Disciplinar	73
Da Previdência e da Assistência do Servidor Efetivo e Comissionado	73
Da Assistência Social do Servidor Efetivo e Comissionado	74
Dos Auxílios	74
Do Auxílio Reclusão	74

Do Auxílio Funeral	75	
Do Serviço de Reeducação e Reabilitação Profissional	75	
Do Regime Celetista	75	
Do Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário)	76	
Do Plano de Carreira	79	
Da Composição	80	
Das Categorias Funcionais	81	
Da Lotação	81	
Do Reenquadramento Funcional e da Correspondência dos Cargos		81
Do Desenvolvimento Funcional	82	
Da Progressão Funcional	83	
Da Progressão Horizontal	84	
Da Progressão Vertical	89	
Do Vencimento	89	
Das Disposições Transitórias e Finais	89	

Anexo I - Estrutura de Cargos Efetivos

Anexo I - A - Tabela de Cargos e Correlação de Escolaridade Anexo II - Tabela de Cargos em Comissão e seu Vencimento

Anexo II - A - Cargos Comissionados - Atribuições

Anexo III - Tabela de Funções de Confiança e seus respectivos valores

Anexo IV - Plano de Cargos Efetivos e funções

Anexo V - Tabela Salarial

Anexo VI - Quadro de Lotação

Anexo VII - Formulário para Avaliação de Desempenho Anual

Anexo VII - A - Formulário para Avaliação de Desempenho Final

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 016 de 09 de Dezembro de 2003

LEI COMPLEMENTAR Nº. 016 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO NO ANEXO II E ANEXO II-A DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 006 DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica incluído no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 o seguinte Cargo em Comissão:

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
08	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$1.376,88

Parágrafo Único: As atribuições e responsabilidades inerentes ao Cargo de que trata o caput deste Artigo estão dispostas no Anexo II-A.

Art.2º É parte integrante desta Lei, "O ANEXO II DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO" - atualizado e o "ANEXO II A - CARGOS COMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2004.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO II
TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU
VENCIMENTO (*)

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 688,44
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 1.204,77
03	01	** Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 3.442,20
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 2.065,32
05	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 1.376,88
06	01	Diretor de Cultura e Desporto	Direção	R\$ 1.376,88
07	01	Diretor de Desenvolvimento Econômico	Direção	R\$ 1.376,88
08	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$ 1.376,88

* Dedicção em tempo integral

** Redação dada pela Lei Complementar nº 007, sancionada em 19 de setembro de 2002.

ANEXO II A
CARGOS COMISSIONADOS - ATRIBUIÇÕES

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Administrador Distrital	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar, coordenar e executar programas e atividades sociais em distritos; 2. Auxiliar aos Secretários Municipais na implementação de projetos nos distritos, especialmente em saúde, educação e saneamento básico; 3. Elaborar e executar o levantamento de dados estatísticos da população dos distritos; 4. Promover todas as tarefas necessárias para a execução do desenvolvimento integrado entre a comunidade central e a população dos distritos; 5. Coordenar a apuração de custos dos serviços e obras municipais nos distritos; 6. Participar da elaboração do orçamento; 8. Estudar e propor métodos que racionalizem a execução de atividades sociais e administrativas nos distritos; 9. Auxiliar na coleta de cadastros para fins de recolhimentos tributários nos distritos; 10. Prestar informações e esclarecimentos à comunidade dos distritos acerca dos serviços públicos; 11. Auxiliar e colaborar com a Secretaria de Bem-Estar Social para o desenvolvimento de programas nos distritos que visem erradicar todos os tipos de carência social; 12. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 13. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Assessor de Comunicação Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assessorar a representação política e social do Prefeito Municipal; 2. Fazer as relações públicas do Governo Municipal, através do acompanhamento de periódicos locais, regionais e de grande circulação; 3. Manter o Prefeito Municipal informado sobre os noticiários de interesse da municipalidade; 4. Colaborar e executar boletins municipais; 5. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 6. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado e autorizado pelo Prefeito Municipal; 7. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 8. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Assessor Jurídico	<ol style="list-style-type: none">1. Representar judicialmente o Município em processos em que o mesmo seja parte;2. Representar o Município em Juízo, ou fora dele, nos processos de desapropriação, ações ordinárias e cobranças de Dívida Ativa, comparecendo as audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;3. Redigir ou elaborar documentos jurídicos, análises, interpretações, pronunciamentos, pareceres, editais, contratos, termos de compromissos e outras informações de natureza administrativa, tributária, trabalhista ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequada;4. Participar de sindicâncias de processos administrativos instaurados no âmbito municipal;5. Elaborar projetos de Lei de Origem do Executivo;6. Representar a Procuradoria Geral do Município quando designado, em comissões e conselhos de que a mesma faça parte;7. Atuar nos processos administrativos tributários contenciosos, bem como, em outros decorrentes de autuação por descumprimento de regulamentos administrativos, antes da decisão de 2ª Instância emitindo pareceres antes dos mesmos serem submetidos à julgamento;8. Analisar Projetos de Lei de origem Legislativa, elaborando pareceres de forma à orientar o Chefe do Executivo;9. Analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Legislativo Municipal e encaminhados para sanção, elaborando pareceres nas situações em que o interesse público recomendar o veto parcial ou integral dos mesmos;10. Participar, analisar e emitir pronunciamentos e pareceres sobre qualquer etapa de todos os processos de licitação editados pela municipalidade;11. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência;12. Assessorar, aos demais órgãos da Administração Municipal, quando solicitado;13. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal;14. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Chefe de Gabinete	<ol style="list-style-type: none">1. Prestar assistência direta ao Chefe do Poder Executivo, no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos relacionados a representação política e social e a articulação com as autoridades públicas federais, estaduais e municipais;2. Atender ao público, prestando informações e esclarecimentos, solucionando problemas em geral ou encaminhando-o à autoridade ou servidor que possa fazê-lo;3. Acompanhar a tramitação dos projetos de lei na Câmara de Vereadores, bem como projetos de interesse municipal na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal;4. Expedir e receber papéis e documentos, processos e materiais do Gabinete, providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento;5. Colaborar na elaboração de relatórios e documentos, atendendo as normas ou exigências na área, quando de interesse do Gabinete;6. Redigir documentos e expediente privativos do Chefe do Poder Executivo;7. Informar processos administrativos;8. Assistir aos Secretários Municipais e demais autoridades quando indicado pelo Prefeito Municipal;9. Controlar e inspecionar trabalhos operacionalizados para o bom andamento dos trabalhos do Gabinete;10. Coordenar e auxiliar eventos e promoções em geral;11. Recepcionar autoridades em geral, e coordenar os trabalhos de cerimonial;12. Coordenar a agenda de compromissos oficiais do Prefeito Municipal;13. Acompanhar e controlar o arquivo do Gabinete;14. Incumbir-se de outras tarefas e missões determinadas pelo Prefeito Municipal;15. Manter o Prefeito Municipal informado do andamento de todos os convênios e projetos em andamento na Administração Municipal;

Diretor de Desenvolvimento Econômico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter intercambio com autoridades competentes para valorização das atividades relativas a agropecuária, turismo e indústria; 2. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem o turismo no município, em especial a divulgação do potencial hoteleiro rural; 3. Implementar ações que divulguem o município de Campo Alegre, em especial através da criação de guias, mapas, roteiros, anúncios e outros; 4. Promover o levantamento das atrações e potencialidades turísticas, bem como os problemas relacionados ao desenvolvimento turístico; 5. Estimular a criação e o desenvolvimento de sociedades, agremiações e clubes que direta ou indiretamente fomentem o turismo em Campo Alegre; 6. Apoiar e orientar a iniciativa privada no setor turístico e industrial, promovendo a captação de recursos financeiros; 7. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a agropecuária no município, em especial através da utilização de tecnologias que beneficiem o pequeno e médio produtor; 8. Promover e executar ações para a efetivação de projetos que implementem a indústria, a valorização do emprego e a renda dos munícipes, bem como promova o controle e a preservação do meio ambiente e das belezas naturais no município; 9. Promover programas educativos e de extensão rural em integração com os órgãos estaduais e federais que atuam no setor, visando elevar os padrões de produção e consumo de produtos agropecuários; 10. Atuar, dentro dos limites da competência municipal, como elemento regulador e fiscalizador do abastecimento da população; 11. Promover e executar programas de combate às pragas da lavoura e moléstias infecto-contagiosas dos animais; 12. Acompanhar o movimento econômico do Município mantendo o Prefeito Municipal informado de seus índices, através da emissão de documentos e relatórios que contenham informações precisas e pontuais; 13. Participar da elaboração do orçamento municipal; 14. Prestar informações técnicas sobre sua Diretoria perante qualquer órgão ou unidade administrativa; 15. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 16. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 17. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Diretor de Desporto e Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenar a utilização de ginásios e centros-esportivos pertencentes a Administração Municipal; 2. Acompanhar e coordenar a aquisição de materiais esportivos pela Administração Municipal; 3. Atuar junto a escolas e centros comunitários, estimulando as práticas desportivas; 4. Incentivar o desenvolvimento de valores novos, amadores ou profissionais, nas diferentes modalidades esportivas; 5. Organizar e realizar espetáculos esportivos, competições e torneios, observando as modalidades pertinentes a cada idade; 6. Manter contato com escolas de educação física ou escolas de esportes específicos, a fim de realizar promoções conjuntas; 7. Promover espetáculos esportivos com associações e órgãos desportivos de destaque no cenário estadual, nacional e internacional; 8. Elaborar calendário das promoções esportivas e esportivo-educacionais do Município, patrocinadas pela Secretaria de Educação, Desporto e Cultura; 9. Zelar pelo cumprimento das diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desporto; 10. Prestar cooperação e assistência técnica às instituições de ensino do Município, a fim de desenvolver a prática e a habitualidade do desporto; 11. Elaborar, promover e executar projetos sociais voltados para o Desporto; 12. Promover, divulgar, coordenar e documentar as atividades artísticas de interesse cultural, promovendo espetáculos, conferências e cursos; 13. Zelar pelo patrimônio histórico e o acervo artístico do Município; 14. Promover atividades culturais e recreativas para crianças e jovens; 15. Promover projetos especiais para o desenvolvimento do desporto e da cultura na terceira-idade; 16. Amparar, promover e divulgar as manifestações de arte popular; 17. Pesquisar, desenvolver, promover e divulgar o folclore regional; 18. Amparar grupos folclóricos municipais existentes; 19. Promover e estimular o desenvolvimento das artes em geral, inserindo-a nos hábitos da população, através de programas coordenados em bairros e distritos; 20. Coordenar e administrar as atividades realizadas no anfiteatro, bem como ser responsável por suas instalações físicas e seu calendário de eventos;
Diretor de Desporto e Cultura	<ol style="list-style-type: none"> 21. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 22. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 23. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou pelo Secretário Municipal de Educação, desporto e Cultura.

Diretor-Executivo do IPRECAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Representar o IPRECAL, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em especial perante o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; 2. Participar das reuniões do Conselho Administrativo; 3. Movimentar as contas bancárias do IPRECAL; 4. Gerenciar os recursos humanos do IPRECAL; 5. Autorizar licitações e contratações para o bom andamento dos trabalhos do IPRECAL; 6. Prestar contas de sua administração; 7. Prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes ou pelos beneficiários; 8. Encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento; 9. Apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Executivo e ao Legislativo Municipal. 10. Realizar os procedimentos relativos a implementação da Compensação Previdenciária; 11. Manter em perfeita ordem os documentos, relatórios e quaisquer expedientes do IPRECAL; 12. Atender a todas as determinações contidas na legislação federal para concessão positiva da CRP - Certidão de Regularidade Previdenciária; 13. Assessorar, diligentemente, o Chefe do Poder Executivo nos assuntos de sua competência; 14. Zelar pelo bom andamento dos trabalhos e dos materiais pertencentes a Administração Municipal; 15. Desempenhar demais tarefas que lhe forem destinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
Agente de Controle Interno	<ol style="list-style-type: none"> 1- Fiscalizar in loco todos os setores da Administração Direta e Indireta; 2- Levantar informações necessárias quanto as ações dos setores; 3- Fiscalizar os atos emanados de todos os setores; 4- Zelar pelo cumprimento das Leis; 5- Emanar parecer quanto ao cumprimento das instruções referente a todos os setores, expedidos pelo órgão colegiado; 6- Analisar e apurar todas as denúncias protocoladas; 7- Fiscalizar todo e qualquer trabalho realizado independente de sua conclusão; 8- Compôr a redação e numeração de atos expedidos pelo órgão colegiado; 9- Lavar a ata de cada reunião, da qual constará o número do ato ou número do processo, medida ou deliberação tomada; 10- Tomar providências imediatas quanto às solicitações do órgão colegiado; 11- Cumprir o programa de trabalho instituído pelo colegiado; 12- Guardar sigilo sobre os dados e informações pertinentes aos assuntos que tiver acesso, e utiliza-los exclusivamente para a elaboração de pareceres e relatórios; 13- Executar outras atividades correlatas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" 09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 017 de 09 de Dezembro de 2003

LEI COMPLEMENTAR Nº 017 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO 2º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 007, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O § 2º. do Artigo 146 do Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A Administração Municipal adquirirá os vales-alimentação de empresas especializadas neste sistema, obedecido o competente processo licitatório, ou realizará o pagamento em espécie, incluindo o valor correspondente, mensalmente na folha de pagamento do servidor".

Art.2º) Esta Lei Complementar Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Complementar Nº 018 de 19 de Dezembro de 2003

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 018 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 014 DE 27 DE MAIO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, no que concerne ao número de vagas do Cargo de Professor da respectiva Secretaria, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VI - QUADRO DE LOTAÇÃO**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Auxiliar	5	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor	75	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Espec.em Assuntos Educacionais	03	EM MANUTENÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Professor Leigo	19	EM EXTINÇÃO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Chefe de Serviço	04	EM MANUTENÇÃO

DIVISÃO DE DESPORTO E CULTURA

ÓRGÃO	CARGO	Nº VAGAS	SITUAÇÃO
Secretaria Munic. de Educação, Cultura e Desporto	Diretor	01	EM MANUTENÇÃO

Art.2º) Esta Lei Complementar Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:
19/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.703 de 31 de Janeiro de 2003

LEI Nº 2.703 DE 31 DE JANEIRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 172.481,32 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração
0301 - Serviço de Administração
003.122.1301.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 2.000,00
0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
0502 - Serviço de Ensino Fundamental
012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 40.230,50
003.122.1301.2011 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica R\$ 89.000,00
0504 - Divisão de Cultura e Desporto
013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física R\$ 2.500,00
0800 - Secretaria Municipal Planej. Transportes Obras
0801 - Serviço de Planejamento e Obras
015.452.1801.2025 - Gestão Administrativa Secretaria de Obras e Planejamento
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 38.750,82

TOTAL R\$ 172.481,32

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2002.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
31 de janeiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:
31/01/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.704 de 31 de Janeiro de 2003

LEI Nº 2.705 DE 31 DE JANEIRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ nº 79.367.256/0001-91 com sede na Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2003.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Coral Feminino" em Campo Alegre/SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre e à Câmara de Vereadores do Município de Campo Alegre, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2003.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
31/01/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.705 de 31 de Janeiro de 2003

LEI Nº 2.705 DE 31 DE JANEIRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a APP - Associação de Pais e Professores da Escola Municipal de Educação Básica Antônio Domingos Corrêa, inscrita no CNPJ nº 79.367.256/0001-91 com sede na Rua: Ernesto Afonso Scheide, 132, Bairro Belo Horizonte, Campo Alegre/SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira no mês de fevereiro de 2003.

Parágrafo 2º) Os recursos constantes do Artigo deverão ser aplicados pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento do Projeto "Coral Feminino" em Campo Alegre/

SC.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre e à Câmara de Vereadores do Município de Campo Alegre, sob pena de não recebimento das parcelas vincendas.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser aprestada ao Executivo e Legislativo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- c) Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- e) Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas no exercício de 2003.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 012.361.1407.2012 - Manutenção do Apoio à Educação - 33.5041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 31/01/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.706 de 31 de Janeiro de 2003

LEI Nº 2.706 DE 31 DE JANEIRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
0502 - Serviço de Ensino Fundamental
012.361.1408.1008 - Aquisição de área de terra
400000.00 - Despesas de Capital
450000.00 - Inversões Financeiras
459000.00 - Aplicações Diretas
459061.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 12.000,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2002.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em: 31/01/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.707 de 31 de Janeiro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.707 DE 31 DE JANEIRO DE 2003

DISPÕE SOBRE INCLUSÃO DE ITEM NO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.670 DE 18 DE OUTUBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a Planilha do Anexo I da Lei Municipal nº 2.670 de 18 de outubro de 2002, e que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de janeiro de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 31/01/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

4.02 - PROGRAMA: ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNÓSTICO: A Rede Municipal de ensino conta atualmente com 17 Escolas do Ensino Fundamental e 07 Escolas de Educação Básica, atendendo 834 alunos. O corpo docente é formado por 44 professores e profissionais de apoio, 27 zeladoras, uma nutricionista, uma fonoaudióloga e um motorista.

DIRETRIZES: Evitar a evasão escolar, proporcionando melhores condições físicas e pedagógicas, equipando as Unidades de Ensino, ampliando o acesso ao transporte escolar e adequando a merenda escolar através de cardápios balanceados.

OBJETIVOS: Formação integral do aluno, através da melhoria da qualidade de ensino, para que o mesmo possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias Civil	Diária	Meses	12	1.090,00	FUNDEF
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	25.000,00	Recurso Próprio / FUNDEF
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	2.407,00	FUNDEF
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	12.580,00	FUNDEF
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	20.000,00	FUNDEF
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Unidade	01	10.000,00	Recurso Próprio
459061.00 - Aquisição de Imóveis	Área	m²	01	12.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				83.077,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

8.02 - PROGRAMA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 1.260 (um mil, duzentos e sessenta) quilômetros de Vias Urbanas não pavimentadas.

DIRETRIZES: Construir a sub-base e tubulação pluvial para pavimentação, recuperação de pavimentação existente.

OBJETIVOS: Urbanizar ruas, reduzir o número de ruas não pavimentadas e pavimentar as Ruas Altamiro Lobo Guimarães, Jorge Lacerda, Carolina Kotovicz, Nereu Ramos, Benjamin Constant, Carlos Brandes, Ipê, Azaléias, Petúncias, Rufino Blaszkowski (continuação), Generoso Frago, Fernando Jung, e Germano Neumann, recuperação de pavimentação asfáltica e de lajota sextavadas em diversas ruas do Município, e ou efetuar também pavimentação comunitária.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
449051.00 - Obras e Instalações	Pavimentação	m²	13.170,83	198.000,00	Recurso Próprio/Convênio
449051.00 - Obras e Instalações	Recuperação	m²	25.800	152.000,00	Recurso Próprio/Convênio
TOTAL				350.000,00	

Lei Nº 2.708 de 04 de Fevereiro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.708 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso de parte do lote n.º 12 do distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rodovia SC 301, medindo 3.031,93m² (três mil e trinta e um metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos contados a partir da presente data, à empresa que obtenha este direito em conformidade com os requisitos exigidos pela Lei Federal nº8.666/93.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito

real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida a esta finalidade.

Art.4º) Os documentos apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.709 de 04 de Fevereiro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.709 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2003.

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE BEM IMÓVEL PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, DESTINADO À INSTALAÇÃO INDUSTRIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizada à aquisição do imóvel, que conforme processo de dispensa de licitação nº17/2003 está situado na localidade de Lageado, neste Município, estrada Campo Alegre - Bateias de Baixo, cadastrado no Incra sob n.º 816.019.008.567-4, Matrícula n.º 20.986 do Registro de Imóveis desta Comarca, conforme escritura de Doação Registrada no Cartório de Registro de Imóveis de São Bento do Sul/SC, Livro n.º 81, às Fls. N.º 075, e Escritura Pública registrada no Livro 3-0 as Fls. 52, Transcrito sob o n.º 6.922, medindo 113.430,50m² (cento e treze mil, quatrocentos e trinta metros e cinquenta decímetros quadrados).

Art.2º) O imóvel deverá ser utilizado pelo Poder Público para fomentar a instalação industrial no Município, através da concessão de direito real de uso, devidamente autorizada por lei específica.

Art.3º) As custas pela transferência do bem imóvel, correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.4º) O valor a ser pago pelo Poder Público para a aquisição autorizada pela presente Lei não poderá ser superior ao valor de mercado, a ser comprovado por três cotações imobiliárias.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.710 de 04 de Fevereiro de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.710 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito de uso de parte do lote nº 01 do distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rodovia SC 301, medindo 6.000,00m² (seis mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa que obtenha em conformidade com requisitos exigidos pela Lei Federal nº8.666/93.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida a esta finalidade

Art.4º) Os documentos apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
04 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em:
04/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.711 de 19 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.711 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003

DISPÕE SOBRE REPRESENTANTES DO GOVERNO PRESTADORES DE SERVIÇOS E USUÁRIOS, NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I) - Representante do Governo:

- representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

II) - Representantes dos Prestadores de Serviços:

- um representante da área Hospitalar;

- um representante de Laboratório de Análises Clínicas;

III) - Representantes dos Profissionais de Saúde:

- um representante da área médica;

- um representante da área Odontológica.

IV) - Dos Usuários:

- um representante das Associações de moradores e bairros;

- um representante das Entidades Religiosas;

- um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA);

- um representante da Associação de Pais e Professores.

- um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Parágrafo Único - A cada titular do Conselho Municipal de Saúde corresponderá um suplente.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 2.399 de 04 de maio de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.712 de 19 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.712 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a criar o Elemento de Despesa 319003.00 - Pensões, bem como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), na forma abaixo descrita:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças

0401 - Serviço do Controle Fazendário

004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319003.00 - Pensões R\$ 10.500,00

Art.2º) Para fazer frente a despesa mencionada no artigo anterior desta Lei, correrá por conta de excesso de arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.713 de 19 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.713 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2002 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 58.069,08 (cinquenta e oito mil, sessenta e nove reais e oito centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

1300 - Fundo Municipal de Saúde

1313 - Fundo Municipal de Saúde

010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339030.00 - Material de Consumo R\$ 23.520,96

339039.00 - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$ 3.213,45

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 31.334,67

TOTAL R\$ 58.069,08

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício de 2002 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,
19 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.714 de 19 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.714 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE VALORES DE AÇÕES DO
ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.670 DE 18 DE
OUTUBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar valor de ações do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.670 de 18 de outubro de 2002, os quais fazem parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 19/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL -
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.04 - PROGRAMA: PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNÓSTICO: O município possui na rede básica: 08 unidades de saúde, 05 médicos, 07 odontólogos, 04 outros profissionais de nível superior e 30 profissionais de nível médio.

DIRETRIZES: Aquisição de material e equipamentos para desenvolver atividades básicas de saúde.

OBJETIVOS: Atendimento à população em geral, conforme determina parâmetros/portaria do ministério da saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	1.200,00	Fundo Saúde

339030.00 - Material de Consumo	Material	Vários	27.492	10.000,00 16.855,62	Recurso Próprio Fundo Saúde
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	1.000,00	Fundo Saúde
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Vários	Vários	1.000,00 1.000,00	Recurso Próprio Fundo Saúde
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Vários	Vários	10.788,23	Fundo Saúde/Convênio
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS					
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE/ CONVÊNIO				11.000,00	
TOTAL GERAL				30.843,85 41.843,85	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL -
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.15 - PROGRAMA: AÇÕES E PPI - PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

DIAGNÓSTICO: O Setor de Vigilância Sanitária possui dois profissionais de nível médio e um de nível superior.

DIRETRIZES: Municipalizar as ações de média e alta complexidade, conforme Portaria do Ministério da Saúde, arrecadar taxas, aquisição de um veículo utilitário, material de consumo, confecção de panfletos, participação em cursos de capacitação e outros.

OBJETIVOS: Melhoria na Área Sanitária - controle de doenças ocasionadas por inadequação de condições sanitárias, arrecadar de taxas fiscais, incrementar as áreas de Saneamento Básico, eliminar o Aedes Aegypti (dengue), cadastrar fontes de abastecimento de água, coleta e análise de amostras de água.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	06	200,00	Convênio
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.000,00	Convênio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	7.244,65	Convênio

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	1.000,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	3.500,00	Convênio
449052.00 - Veículo utilitário	Veículo	Unidade	01	15.000,00	Convênio
449052.00 - Micro computador completo, Impressora Laser, Mesa p/ Computador, Cadeira Giratória, escrivã- ninha, Armário e Arquivo de aço	Equipa- mento	Unidade	Vários	14.228,40	Convênio
TOTAL DE RECURSO CONVÊNIO				43.173,05	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.17 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTO/ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui um setor de TFD - Tratamento Fora do Domicílio para encaminhamento de consultas especializadas.

DIRETRIZES: Custear as despesas de pacientes para a rede SUS, que necessitam tratamento de média e alta complexidade em contra referências.

OBJETIVOS: Garantir transporte através de veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Pagamento de tickets - passagens rodoviárias ou aéreas, despesas com pernoite e alimentação aos pacientes em tratamento fora do domicílio. Pagamento de exames e consultas, e outras despesas com o CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	12	1.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	14.398,57	Fundo Saúde

339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	5.000,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços CIS/AMU- NESC Consultas/ Exames	Unidade Unidade Unidade	Vários Vários Vários	5.713,45 46.027,00 6.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO PRÓPRIO					
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				58.027,00	
TOTAL GERAL				20.112,02	
				78.139,02	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.18 - PROGRAMA: FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui uma Farmácia Básica instalada no Posto de Saúde Central, contém aproximadamente 127 itens de medicamentos, atendendo em média de 1.015 pacientes por mês, atendendo os Postos de Saúde do Distrito de Fragosos, Bateias de Baixo, Localidade de Bateias de Cima e Santana.

DIRETRIZES: Aquisição de medicamentos básicos.

OBJETIVOS: Atender a demanda nas Unidades de Saúde, garantindo tratamento preventivo e curativo à população carente de nosso município.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Medicamen- tos	Vários	12.180	74.601,41 30.000,00	Convênio/ PAB Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE					
TOTAL RECURSO PRÓPRIO				74.601,41	
TOTAL GERAL				30.000,00	
				104.601,41	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II)

5.21 - PROGRAMA: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

DIAGNÓSTICO: Desenvolver ações acordadas entre o Município e o Estado, na PPI Epidemiológica, Notificação Investigação de Agravos, Alimentação dos: SIM, SINASC, SINAN, SISVAM, vacinação de rotina e outras campanhas.

DIRETRIZES: Aquisição de material de expediente, voltados para ações de Vigilância Epidemiológica, material educativo, capacitação de recursos humanos, alimentação para funcionários em campanhas e uniformes.

OBJETIVOS: Implantar as ações de controle de doenças e endemias na população em geral, diminuindo o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	1.500,00	Convênio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	18.476,33	Convênio
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	1.000,00	Convênio
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.200,00	Convênio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	18.698,16	Convênio
TOTAL DE RECURSO CONVÊNIO				43.874,49	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

7.28 - PROGRAMA: ATRAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS ECOLOGICAMENTE CORRETAS

DIAGNOSTICO: Há necessidade de incrementar a arrecadação de tributos municipais, geração de novos empregos, industrializar a Produção Agropecuária.

DIRETRIZES: A empresa deverá estar instalada no município, contratando preferencialmente funcionários residentes no município, além de respeitar a natureza do processo de produção.

OBJETIVOS: Aumentar a Arrecadação de impostos, geração de empregos, agregar valor a produção agropecuária, industrial e comercial e ecologicamente corretas, imóvel para instalação de condomínio.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
459061.00 - Aquisição de Imóveis	Terreno	Unidade	1	85.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				85.000,00	

Lei Nº 2.715 de 25 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.715 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2003

cria e denomina posto de informações turísticas.

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em especial pelo artigo 55, §7º da Lei Orgânica município, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Posto de Informações Turísticas do Município de Campo Alegre, situado na Rodovia SC 301, nº 6.383, Bairro Belo Horizonte, que passa a ser denominado "POSTO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS EGON LARSEN".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da presidência da Câmara Municipal, 21 de fevereiro de 2003.

OLIVIO ODIA
Presidente

Lei Nº 2.716 de 25 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.716 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2003

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA ANTÔNIO DOMINGOS CORRÊA, com sede à Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, Bairro Belo Horizonte, município de Campo Alegre/SC, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 184, à fl. 20 do livro nº 2, de Registro de Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 79.367.256/0001-91.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 25/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.717 de 25 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.717 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:
0700 - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico
0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo
022.661.1602.1004 - Incentivos à Indústria e Comércio
400000.00 - Despesas de Capital
450000.00 - Inversões Financeiras
459000.00 - Aplicações Diretas
459061.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 5.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 25/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.718 de 25 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.718 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2003

HOMOLOGA TERMO ADITIVO Nº 02/2002 AO CONVÊNIO DE PARCERIA Nº 71/01 FIRMADO COM A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica homologado o Termo Aditivo nº 02/2002 ao Convênio nº 71/01, firmado com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, para operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotos no Município de Campo Alegre/SC, com vigência de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2003.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro do corrente ano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 25/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.719 de 25 de Fevereiro de 2003

LEI Nº 2.719 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2003

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 14,74 % (quatorze virgula setenta e quatro) por cento, os valores dos vencimentos e gratificação dos servidores públicos do quadro de pessoal da administração direta e indireta, ativos, inativos e agentes políticos, calculados sobre os valores relativos ao mês de janeiro de 2003, a partir de 1º de fevereiro de 2003.

Parágrafo Único - O percentual de reajuste fixado no caput deste artigo 14,74 % (quatorze virgula setenta e quatro) por cento é concedido a título de revisão geral anual, prevista na Constituição Federal.

Art.2º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias em vigor suplementadas se necessário.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de fevereiro de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
25/02/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.720 de 06 de Março de 2003

LEI Nº 2.720 DE 06 DE MARÇO DE 2003
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE VALORES E PROGRAMAS DE
AÇÕES DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.670 DE 18 DE
OUTUBRO DE 2002

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar valor de ações do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.670 de 18 de outubro de 2002, os quais fazem parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de março de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
06/03/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL -
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

5.09 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde necessita de equipamentos, materiais e serviços para sua manutenção e implementação de novos programas de Saúde.

DIRETRIZES: Manutenção das atividades administrativas e implementação novas atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

OBJETIVOS: Proporcionar um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Servidor	Unidade	Vários	2.908,00 15.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	36.045,48 43.808,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Vários	Vários	5.000,00 9.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	40.000,00 6.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos	Unidade	Vários	50.000,00 34.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE					
TOTAL DE RECURSO PRÓPRIO				133.953,48	
TOTAL GERAL				107.808,00 241.761,48	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

5.11 - PROGRAMA INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO SUS

DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde possui cerca de onze mil prontuários de pacientes que são manuseados e feitos de forma manuscrita.

DIRETRIZES: Aquisição de terminais de atendimento para facilitar o agendamento de consultas, bem como promover a adequação para a implantação do cartão SUS.

OBJETIVOS: Melhoria e agilidade nos serviços de saúde elevando o padrão de qualidade e eficiência do atendimento prestado a população

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
449052.00 - Equipamentos e Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	6.000,00	Convênio
TOTAL				6.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

5.17 - PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA - ATENDIMENTO/ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS DE ALTA COMPLEXIDADE.

DIAGNÓSTICO: O Município possui um setor de TFD - Tratamento Fora do Domicílio para encaminhamento de consultas especializadas.

DIRETRIZES: Custear as despesas de pacientes para a rede SUS, que necessitam tratamento de média e alta complexidade em contra referências.

OBJETIVOS: Garantir transporte através de veículos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde. Pagamento de ticket - passagens rodoviárias ou aéreas, despesas com pernoite e alimentação aos pacientes em tratamento fora do domicílio. Pagamento de exames e consultas, e outras despesas com o CIS/AMUNESC.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Unidade	12	1.000,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	10.000,00	Fundo Saúde
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	7.000,00	Recurso Próprio

339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços CIS/AMU-NESC Consultas/Exames	Unidade Unidade Unidade	Vários Vários Vários	3.200,00 46.027,00 10.000,00	Fundo Saúde Recurso Próprio Recurso Próprio
TOTAL DE RECURSO PRÓPRIO					
TOTAL DE RECURSO FUNDO SAÚDE				64.027,00	
TOTAL GERAL				13.200,00 77.227,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

5.19 - PROGRAMA: CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS DEGENERATIVAS

DIAGNÓSTICO: Há um grande número de pacientes, portadores de doença crônica degenerativa que necessitam de acompanhamento e tratamento específico, tais como: diabetes melitus, hipertensão arterial e câncer.

DIRETRIZES: Realização de exames periódicos, verificação de pressão arterial e fornecimento de medicamentos específicos.

OBJETIVOS: Oferecer atendimento, adquirir medicamentos específicos, materiais e equipamentos necessários para atender a demanda de pacientes. Promover a distribuição de medicamentos recebidos do Ministério da Saúde aos pacientes hipertensos e diabéticos.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Medicamentos	Unidade	Vários	9.180,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos Material Permanentes	Equipamentos	Unidade	Vários	1.500,00	Fundo Saúde
TOTAL RECURSOS PRÓPRIOS					
TOTAL RECURSOS FUNDO SAÚDE				9.180,00	
TOTAL GERAL				1.500,00 10.680,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.03 - PROGRAMA: INFORMATIZAÇÃO DA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DIAGNÓSTICO: Tornar o setor mais ágil.

DIRETRIZES: Aquisição de um computador completo com impressora, estabilizador e acesso à internet para cadastro dos clientes e informações através da internet.

OBJETIVOS: Informatizar o setor melhorando a qualidade do trabalho e atendimento ao público.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente Micro computador completo com Impressora Laser	Equipamentos	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
TOTAL				0,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNÓSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do setor.

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos proporcionará um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diárias	Unidade	Várias	500,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
TOTAL				500,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.14 - PROGRAMA: Programa Saúde Mental.

DIAGNÓSTICO: A cidade apresenta um grande número de dependentes químicos e psicóticos.

DIRETRIZES: Tratamento de dependentes químicos e pacientes psicóticos em centros/entidades especializadas, bem como aquisição de medicamentos específicos para os tratamentos.

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e em consequência, famílias mais ajustadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade		1.060,00	Recurso Próprio
335042.00 - Auxílios	Internações	Unidade	Vários	8.000,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Medicamentos	Unidade	Vários	3.000,00	Recurso Próprio

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	5.300,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	2.350,00	Recurso Próprio
TOTAL				19.710,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO
MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.16 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: Há no Município pessoas carentes que necessitam de próteses odontológicas e auditivas.

DIRETRIZES: Implantação do programa visando atender a necessidade da população carente em relação a pacientes com problemas odontológicos e também em casos de próteses auditivas.

OBJETIVOS: Fornecer próteses às pessoas carentes do município e casos de extrema urgência.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade		0,00	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Física	Próteses	Unidade	Várias	0,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica	Próteses	Unidade	Várias	0,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Próteses	Unidade	Várias	2.800,00	Recurso Próprio
TOTAL				2.800,00	

Lei Nº 2.722 de 26 de Março de 2003

LEI Nº 2.722 DE 26 DE MARÇO DE 2003

"AUTORIZA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE IPRECAL, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica autorizado a criação do Elemento de Despesa 319036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, bem

como suplementá-lo na Dotação Orçamentária do Orçamento vigente do Iprecal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma abaixo descrita:

2000 - Iprecal - Instituto de Previdência Social

2001 - Divisão da Manutenção do Iprecal

009.272.1021.2001 - Funcionamento e Manutenção do Iprecal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serviços de Terc.- Pessoa Física R\$ 5.000,00

Art.2º) Para fazer frente à despesa mencionada no artigo anterior desta Lei, correrá por conta de anulação do Orçamento vigente do Iprecal.

2000 - Iprecal - Instituto de Previdência Social

2001 - Divisão da Manutenção do Iprecal

009.272.1021.2001 - Funcionamento e Manutenção do Iprecal

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serviços de Terc.- Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de março de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em
27/03/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.723 de 01 de Abril de 2003

LEI Nº 2.723 DE 01 DE ABRIL DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.700,00 (trinta e cinco mil e setecentos reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0502 - Serviço de Ensino Fundamental

012.361.1408.1001 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$4.600,00

0503 - Serviço de Educação Infantil

012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Direta

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física R\$2.100,00

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações R\$29.000,00

Total R\$35.700,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
 0502 - Serviço de Ensino Fundamental
 012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 300000.00 - Despesas Correntes
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00 - Aplicações Diretas
 319004.00 - Contratação Por Tempo Determinado.R\$22.100,00
 0503 - Divisão de Ensino Infantil
 012.365.1403.2015 - Manutenção das Atividades das Creches
 300000.00 - Despesas Correntes
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00 - Aplicações Diretas
 319004.00 - Contratação por Tempo Determinado R\$ 6.000,00
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas
 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.600,00
 TOTAL
 R\$35.700,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 01 de abril de 2003.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 01/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.724 de 01 de Abril de 2003

LEI Nº 2.724 DE 01 DE ABRIL DE 2003.
 ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.230, DE 27 DE MAIO DE 1997, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA NO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art.7º da Lei Municipal nº 2.230, de 27 de Maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º - É vedado o uso do terreno doado, ou concedido através de direito real de uso, para fins meramente residenciais, facultando-se a construção de obra que permita a moradia de pessoas ligadas à empresa condicionada à prévia existência do prédio principal da indústria e do funcionamento desta e que tenha por finalidade garantir a segurança do patrimônio".

Art. 2º. O Artigo 3º da Lei Municipal nº2.230, de 27 de Maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º - Os incentivos de que trata o artigo anterior são":
 I - a concessão de direito real de uso sobre bem imóvel onde a

indústria possa ser instalada pelo concessionário; (inciso que é acrescentado por esta emenda).

II - doação de um terreno onde a industria possa ser instalada pelo donatário;

III - a realização de obras de terraplanagem e ou abertura e manutenção de acesso no terreno onde está instalada a indústria; (inciso em que é acrescentada a expressão manutenção e é retirado o prazo de trinta dias para o incentivo).

IV - a isenção de tributos municipais por um período de até 05 (cinco) anos contados do início das atividades ficando a critério do órgão competente do Poder Executivo decidir pela isenção segundo o disposto nesta Lei.

Parágrafo Primeiro - A metragem do terreno a ser doado será definido caso a caso pelo Chefe do Poder Executivo que vinculará sua decisão necessariamente a análise do retorno fisco-econômico-social do investimento a ser feito pelo donatário.

Parágrafo Segundo - A decisão quanto à isenção total ou parcial e quanto à vigência da mesma será feita com base na mesma análise citada no artigo anterior:™.

Art. 3º. Os Artigos 5º, 6º, 9º e 10 da Lei Municipal nº 2.230, de 27 de Maio de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5º) A empresa beneficiada pelo Programa deverá iniciar a construção de sua unidade industrial no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados da data da doação ou concessão de direito real de uso do terreno, e deverá concluí-la no prazo que lhe for possível, sendo vedada a paralisação das obras por um período maior do que 6 (seis) meses sob pena de revogação da doação ou concessão de direito real de uso.

Art.6º) É vedado à empresa, beneficiada pelo programa, intentar atividade diferente da já declarada e sabida sem prévia comunicação ao Poder Público, sendo facultado a este, e no interesse público, rever as condições da doação, ou concessão de direito real de uso e das isenções e revogá-las se necessário.

Art.9º) As despesas decorrentes da doação ou concessão de direito real de uso do terreno correrão por parte do donatário ou concessionário.

Art.10) O não cumprimento pela empresa beneficiada pelo programa de incentivo de qualquer dos preceitos desta Lei enseja a ação por parte do Poder Público no sentido de revogar a doação ou concessão de direito real de uso do terreno e a isenção ".

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo "SC" em 01 de abril de 2003.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em: 01/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.725 de 01 de Abril de 2003

LEI N.º 2.725 DE 01 DE ABRIL DE 2003.

AUTORIZA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA DE 4.000,00 m², PARA CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES E ÁREA DE RECREAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PAULO FUCKNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, amigavelmente, o seguinte bem imóvel:

“Uma área de 4.000,00 m2, conforme levantamento planimétrico em anexo, do imóvel descrito na escritura pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 80, Folha n.º 067 do Cartório de Registro civil de Campo Alegre-SC e registrada sob n.º R-4-17 .960, no livro 2 e lançado nos livros 4 e 5 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul-SC, localizado na Estrada Geral de Bateias de Cima, neste município, de propriedade de HÉLIO FUCKNER”

Art. 2º) O imóvel com 4.000,00m², possui as seguintes dimensões e confrontações: FRENTE: 63,00m com a BR-280 lado ímpar; FUNDOS: na extensão de 65,80m com terras de Francisco Demétrio; LADO ESQUERDO: 47,60m, 95,60m, 94,20m, 47,89m com terras da viúva Tereza Zeithamer; e pelo LADO DIREITO na extensão de 49m com a área 2, alienada pelos proprietários para Tereza Dtiuch nas extensões de 20,40m, 108,40m, 55,92m, e 48,13m com João Stoerer, Nivaldo Nizer e Leonardo Nizer; O terreno dista 1.177,46 m do entroncamento da BR-116 com a BR-280, em Campo da Lança, neste município e está registrado no livro de registro geral nº 2, sob o nº R. 1/1040 na segunda circunscrição da Comarca de Mafra.

Art. 3º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir esta área, pelo preço de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), atribuído pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 4º) As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, utilizando o seguinte elemento de despesa: 012.361.1408.1008 - Aquisição de área de terra.

Art. 5º) O imóvel de que trata a presente Lei, destina-se a abrigar a construção do ginásio de esportes e área de recreação da Escola Municipal Paulo Fuckner, na localidade de Bateias de Cima, neste Município.

Art. 6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo “SC” em 01 de abril de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 01/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.726 de 01 de Abril de 2003

LEI N.º 2.726 DE 01 DE ABRIL DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças
0401 - Administração Financeira
004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339092.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 2.000,00

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
0504 - Divisão de Cultura e Desporto
013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

0600 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social
0601 - Serviço de Assistência a Saúde
010.301.1504.1002 - Construção, Ampliação e Reforma Posto de Saúde.
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$26.500,00

TOTAL R\$33.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
01 de abril de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 01/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.727 de 11 de Abril de 2003

LEI Nº 2.727 DE 11 DE ABRIL DE 2003.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 09.17.11.0330.100.005/2003, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S. A - EPAGRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 09.17.11.0330.100.005/2003, que entre si Celebram a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A - EPAGRI, no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

(Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se à Co-operação Técnica (assistência) e extensão Rural pela EPAGRI para o Município de Campo Alegre, e demais obrigações constantes da Cláusula Segunda do respectivo Termo de Convênio.

(Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

(Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

(Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 11 de abril de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.728 de 11 de Abril de 2003

LEI Nº 2.728 DE 11 DE ABRIL DE 2003.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza firmar CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC para estabelecer as condições básicas e as normas gerais viabilizadoras de uma integração de esforços entre as partes, para conhecimento da fertilidade dos Solos das propriedades rurais ligadas a CONVENIADA, através das análises de Solos, para fins de fertilidade a serem realizadas no Laboratório da CIDASC, situado a Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Bairro Itacorubi - Florianópolis/SC, com finalidade de incrementar a produção e a produtividade agrícola no Estado de Santa Catarina.

Art.2º) A conveniada não poderá ser responsável pelo pagamento das amostras e exames de solo, salvo se houver aprovação de lei específica que inclua esta previsão na LDO.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de abril de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI N.º 2.729 de 11 de Abril de 2003

LEI N.º 2.729 DE 11 DE ABRIL DE 2003.

CONCEDE REAJUSTE DO VALOR DO VALE ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal De Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente pelo Parágrafo Único do Artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2003, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam reajustados em 14,74 % (quatorze virgula setenta e quatro) por cento, o valor da remuneração limite para o recebimento do vale alimentação disposto no Artigo 146 da Lei Complementar Municipal nº006 de 19 de setembro de 2003 e o valor do vale alimentação, concedido aos servidores municipais, em razão dos novos valores salariais praticados por força da implementação dos índices de Revisão Geral Anual, fixados pela Lei Municipal nº 2.719 de 25 de fevereiro de 2003.

Parágrafo Único: O valor limite de remuneração para o servidor receber o vale alimentação será igual ou inferior a R\$ 832,40 (oitocentos e trinta e dois reais, quarenta centavos). O valor do vale alimentação fica fixado em R\$ 36,20 (trinta e seis reais, vinte centavos).

Art.2º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias em vigor suplementadas se necessário.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
11 de abril de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.730 de 16 de Abril de 2003

LEI Nº 2.730 DE 16 DE ABRIL DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.796,42 (onze mil, setecentos e noventa e seis reais, quarenta e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
 0502 - Serviço de Ensino Fundamental
 012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Direta
 339030.00 - Material de Consumo R\$ 8.996,42
 0504 - Divisão de Cultura e Desporto
 013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Direta
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.R\$ 2.800,00
 Total R\$11.796,42

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
 0501 - Serviço de Apoio Administrativo da Educação
 004.123.1407.2008 - Bolsa Estudantil ao Servidor
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Direta
 339018.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 4.996,42
 0502 - Serviço de Ensino Fundamental
 012.361.1408.1008 - Aquisição de Área de Terra
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas

449061.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 4.000,00
 0504 - Divisão de Cultura e Desporto
 027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Direta
 339036.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Física...R\$ 800,00
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.R\$ 2.000,00
 TOTAL R\$11.796,42

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de abril de 2003.

RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.731 de 16 de Abril de 2003

LEI Nº 2.731 DE 16 DE ABRIL DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças
 0401 - Administração Financeira
 004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339030.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
 0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
 0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação
 012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339039.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica...R\$ 5.000,00
 TOTAL R\$10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de abril de 2003.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.732 de 25 de Abril de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.732 DE 25 DE ABRIL DE 2003.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA".
 MUNICIPAL DE MUDAS DE BATATA SALSA "E DÁ".
 OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Mudas de Batata-Salsa destinado ao fornecimento gratuito de mudas de Batata-Salsa de variedades comerciais, aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 02 (dois) milheiros de mudas de Batata-Salsa anualmente.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte das mudas de Batata-Salsa distribuídas do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 07.02.020.606.1701.2023-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Desenvolvimento Econômico.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.642 de 18 de junho de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
em 25 de abril de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.733 de 25 de Abril de 2003

LEI Nº 2.733 DE 25 DE ABRIL DE 2003
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO "PROGRAMA MUNICIPAL DE SEMENTE DE MILHO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Semente de Milho destinado ao fornecimento gratuito de sacos de milho de variedades comerciais, aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - Para participar do programa, o produtor deverá comprovar:
I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;
II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;
III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com sementes de milho anualmente, suficientes para plantar área de até 02 (dois) hectares.

Art. 2º - A participação dos produtores rurais no Programa, objeto desta Lei, se dará por meio de inscrição na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, deste Município.

Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte dos sacos de milho distribuídos do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art. 4º - Ficará ao encargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente a operacionalização do presente Programa.

Art. 5º - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, após sua entrada em vigor.

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação 07.02.020.606.1701.2023-33903200 - Material de Distribuição Gratuita, do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Desenvolvimento Econômico.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.643 de 18 de junho de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de abril de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.734 de 25 de Abril de 2003

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.734 DE 25 DE ABRIL DE 2003
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 14, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.000, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) A alínea "b" do Parágrafo Único do Artigo 14 da Lei Municipal n.º 2.000 de 13 de dezembro de 1994, passa a vigorar com

a seguinte redação:

“b) Taxa de ocupação máxima - 60% (sessenta por cento), para as edificações representadas pelas siglas R1, R2, E1, E4 e E5 e 70% (setenta por cento) para as edificações representadas pelas siglas C1, C2, C3, S1, S2 e S3, todas constantes do presente Artigo.”

Art.2º) As alíneas “c”, “d” e “e” do Parágrafo Único do Artigo 14 da Lei Municipal nº 2.000 de 13 de dezembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“c) RECUO FRONTAL E NOS FUNDO - Facultado utilizar apenas um dos alinhamentos, utilizando ou o alinhamento frontal ou o alinhamento dos fundos, devendo no alinhamento não utilizado manter um recuo mínimo de 1,50m (um metro e meio)”.

“d) RECUOS LATERAIS - Facultado utilizar apenas uma das divisas, devendo na divisa não utilizada manter um recuo mínimo de 1,50m (um metro e meio)”.

“e) inexistente. (conteúdo que foi englobado na alínea c)”.

GABINETE DO PREFEITO

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
25 de abril de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
25/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.735 de 05 de Maio de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.735 DE 05 DE MAIO DE 2003

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA NOTA EM DIA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o “Programa Nota em Dia”, com objetivo de combater a sonegação fiscal e estimular a arrecadação junto aos produtores rurais do Município de Campo Alegre-SC.

Art. 2º) Para participar do “Programa Nota em Dia”, o produtor deverá comprovar a inscrição no cadastro de produtores rurais, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

Parágrafo Único - A participação dos produtores rurais no programa objeto desta Lei, dar-se-á com a apresentação do Bloco de Notas Fiscais de Produtor Rural, até 28 de fevereiro de cada ano, na Unidade Conveniada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, neste Município.

Art. 3º) Serão sorteados 15 (quinze) produtores rurais dentre os que cumprirem as exigências do parágrafo único do Artigo 2º

desta Lei.

§ 1º - O Prêmio a ser sorteado anualmente e o Regulamento do Sorteio, será fixado através de Decreto do Poder Executivo Municipal, devendo ser consideradas as necessidades de estimular a arrecadação e as possibilidades financeiras do órgão Municipal competente.

§ 2º - O sorteio contará com a participação dos seguintes representantes:

- I - O Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC ou seu representante;
- II - Um representante do Poder Legislativo;
- III - Um representante do escritório conveniado à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;
- IV - Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- V - Um representante do conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º) Caberá ao premiado deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte do prêmio fornecido até o local de sua escolha.

Art. 5º) Ficará ao encargo da Unidade Conveniada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina a implantação, operacionalização e desenvolvimento do presente programa, inclusive quanto à coordenação do sorteio público e emissão de parecer referente às solicitações, deferindo ou indeferindo as mesmas.

Art. 6º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da Dotação 07.02.020.606.1701.2023-33903200 - Material de Distribuição Gratuita do Orçamento Vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.7º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,
05 de maio de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em
05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.736 de 12 de Maio de 2003

LEI Nº 2.736 DE 12 DE MAIO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.608,71(Vinte e quatro mil, seiscentos e oito mil reais setenta e um centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças

0401 - Administração Financeira
004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339036.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Física R\$ 3.600,00
0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação
012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
339036.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Física R\$ 4.680,00
05.04 - Divisão de Cultura e Desporto
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 4.100,00
0800 - Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras
0801 - Serviço de Planejamento e Obras
015.452.1801.2025 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras
300000.00 - Despesas Correntes
310000.00 - Outras Despesas Correntes
319000.00 - Aplicações Diretas
319003.00 - Pensões R\$ 7.228,71
TOTAL R\$24.608,71

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.737 de 12 de Maio de 2003

LEI Nº 2.737 DE 12 DE MAIO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.033,65 (Quatro mil e trinta e três reais, sessenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.
023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo
300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Direta
339036.00 - Outros Serv. De Terceiros Pessoa Física R\$ 1.920,00
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica R\$ 2.113,65
Total R\$ 4.033,65

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
0701 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente
018.541.1701.2021 - Manutenção do Horto Municipal
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Direta
339030.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 1.433,65

0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo
023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 600,00
TOTAL R\$4.033,65

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
12 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.738 de 16 de Maio de 2003

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.738 DE 16 DE MAIO DE 2003
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO QUADROS ARTÍSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a receber em doação da família da Srª. REGINA EMÍLIA I. LINZMEYER, 04 (quatro) quadros artísticos, pintados à mão, de autoria desta.

Art.2º) As obras deverão incorporar-se ao Patrimônio Público Municipal, com a seguinte numeração: 23281, 23282, 23283, 23284.

Art.3º) As referidas obras de arte serão expostas na Casa da Cultura "REGINA EMÍLIA I. LINZMEYER" ou outro local que venha sucedê-la.

Art. 4º) Caso não haja interesse público na manutenção das obras de que trata esta Lei, o Poder Público Municipal deverá devolvê-las à família da autora, preferentemente aos seus descendentes.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.739 de 23 de Maio de 2003

LEI Nº 2.739 DE 23 DE MAIO DE 2003
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais) à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAMPO ALEGRE - A.C.C., inscrita no CNPJ nº 02.843.454/0001-50, com sede na Rua: Dr. Karl Henrich Willy Dudda, nº 104, Centro Campo Alegre - SC.

Parágrafo 1º) O valor descrito no "caput" deste Artigo será repassado em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira parcela no mês de junho de 2003.

Parágrafo 2º) O recurso constante do Artigo deverá ser aplicado pela entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias.

Art.2º) A entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 30 dias após o recebimento, sob pena do não recebimento da próxima parcela, junto ao Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito do Recurso em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo Único - O recurso concedido poderá ser aplicado no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art. 6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da entidade.

Art. 7º) A prestação de contas do Recurso recebido deverá ser prestada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da entidade.

Art.8º) Para fins de comparação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do mês de junho de 2003.

Art.9º) A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - 335041.00 - Contribuições.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.740 de 23 de Maio de 2003

LEI Nº 2.740 DE 23 DE MAIO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

- 0200 - Gabinete do Prefeito
- 0201 - Chefia de Gabinete
- 004.122.1202.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
- 300000.00 - Despesas Correntes
- 330000.00 - Outras Despesas Correntes
- 335000.00 - Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos.
- 335041.00 - Contribuições R\$ 2.800,00
- 0300 - Secretaria Municipal de Administração
- 0301 - Serviço de Administração
- 004.123.1301.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas
- 300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física..R\$15.000,00
 0500 - Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto.
 0503 - Serviço de Educação Infantil
 012.365.1403.2012 - Manutenção das Atividades das Creches
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339030.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 0800 - Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras
 0801 - Serviço de Planejamento e Obras
 015.452.1801.2025 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas
 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente.R\$ 6.000,00
 TOTAL R\$25.800,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 23 de maio de 2003.

RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.741 de 23 de Maio de 2003

LEI Nº 2.741 DE 23 DE MAIO DE 2003
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
 PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.966,35 (dois mil, novecentos e sessenta e seis reais, trinta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0700 - Desenvolvimento Econômico
 0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.
 023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339032.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 600,00
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica R\$ 2.366,35
 Total R\$ 2.966,35

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 0701 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente
 018.541.1701.2021 - Manutenção do Horto Municipal
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Direta
 319036.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Física R\$ 200,00
 339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica R\$ 300,00
 400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos
 449000.00 - Aplicações Diretas
 449051.00 - Obras e Instalações R\$ 1.066,35
 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.400,00
 Total R\$ 2.966,35

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 23 de maio de 2003.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
 Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.742 de 27 de Maio de 2003

LEI Nº 2.742 DE 27 DE MAIO DE 2003
 DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO POR DOAÇÃO, DE IMÓVEL DO ESTA-
 DO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por doação, do Estado de Santa Catarina, a propriedade do Imóvel a seguir descrito: Um terreno de 1.234,91 m² (um mil, duzentos e trinta e quatro metros e noventa e um decímetros quadrados), contendo uma edificação de 293,87 m² (duzentos e noventa e três metros e oitenta e sete decímetros quadrados), matriculado sob o número R-2/12.143 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul e cadastrado sob o nº 01125 na Secretaria de Estado da Administração
 Parágrafo Único - O imóvel a ser adquirido por doação abriga o Posto de Saúde Municipal "Deonilda Bartsch Bastos", cumprindo as disposições da Lei Estadual nº 12.506 de 16 de dezembro de 2002.

Art.2º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária 004.123.1301.2004 - Manutenção das Atividades Administrativas 339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, da Secretaria Municipal de Administração, do orçamento vigente do Município.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 27 de maio de 2003.
 RENATO BAHR
 Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.743 de 27 de Maio de 2003

LEI Nº 2.743 DE 27 DE MAIO DE 2003
AUTORIZA O PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE PROVENTOS AO SERVIDOR INATIVO HERCÍLIO BUENO FRANCO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

Art.1º) Fica autorizado o pagamento de diferença de Proventos do servidor inativo senhor HERCÍLIO BUENO FRANCO, requerido no Processo Administrativo de Revisão de Aposentadoria nº 064/2001, em cumprimento ao acordo judicial firmado na Ação de Revisão de Benefícios Previdenciários, processada no Fórum da Comarca de São Bento do Sul/SC, sob nº 058.95.001008-9, conforme parecer Jurídico e decisão exarada pelo Secretário de Administração e Finanças do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) O valor a que se refere o Artigo anterior desta Lei, é equivalente a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme acordo extra judicial firmado nesta data.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 27 de maio de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.744 de 27 de Maio de 2003

LEI Nº 2.744 DE 27 DE MAIO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças
0401 - Administração Financeira
004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas

339092.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 18.000,00
Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

9000 - Reserva de Contingência
9099 - Reserva de Contingência
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações
9000.00 - Reserva de Contingência
9900.00 - Reserva de Contingência
9990.00 - Reserva de Contingência R\$ 18.000,00
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
27 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.745 de 05 de Junho de 2003

LEI Nº 2.745 DE 05 DE JUNHO DE 2003
ALTERA DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 1º, 2º E 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.691 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal, fica autorizado a conceder contribuição de R\$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais), para a Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina - AMUNESC.

Art.2º) A contribuição acima referida, será repassada em 12 parcelas mensais, da seguinte forma:

§ 1º - As parcelas referente aos meses de janeiro á abril de 2003, já pagas, permanecem no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 2º - A parcela referente ao mês de maio de 2003, será no valor de R\$ 3.340,35 (três mil, trezentos e quarenta reais, trinta e cinco centavos).

§ 3º - As parcelas referentes aos meses de Junho a Dezembro de 2003, serão no valor de R\$ 4.179,95 (quatro mil, cento e setenta e nove reais, noventa e cinco centavos).

Art.3º) A contribuição de que trata o Artigo 1º desta Lei, se refere à quota de Participação do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação 004.123.1301.2007 - Manutenção das Atividades de Finanças 335041.00 - Contribuições a Entidades sem Fins Lucrativos, podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir do mês de maio de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de junho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.746 de 05 de Junho de 2003

LEI Nº 2.746 DE 05 DE JUNHO DE 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CAMPO ALEGRE, com sede à Rua Fernando Jung, 326, Distrito de Fragosos, município de Campo Alegre/SC, registrada no Cartório de Registro Civil e Anexos sob nº 266, à fls. 072v à 073v do livro A-nº 2, de Registro de Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 05.358.162/0001-10.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de junho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.747 de 05 de Junho de 2003

LEI Nº 2.747 DE 05 DE JUNHO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder direito real de uso do lote nº 6A do distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rodovia SC 301, medindo 3.000,00M² (três mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa INCOMFINGER INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, devendo na concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230, e suas alterações e da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o

retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida a esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 120 (cento e vinte) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de maio de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.748 de 05 de Junho de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.748 DE 05 DE JUNHO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito real de uso de parte do lote nº 6 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Estrada Geral de Bateias de Baixo, s/n, medindo 42.637,25m² (quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa "INDUSTRIAL MADEIREIRA CAMPO ALEGRENSE - IMACAL".

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, deverão ser apresentados em até 120 (cento e vinte) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da

concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
05 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em
05/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.749 de 13 de Junho de 2003

LEI Nº 2.749 DE 13 DE JUNHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 38.150,00 (trinta e oito mil, cento e cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0101 - Câmara de Vereadores
0101 - Câmara de Vereadores
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339046.00 - Auxílio Alimentação R\$ 9,50
339093.00 - Indenizações e Restituições R\$ 4.916,11
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$30.224,39
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
0702 - Divisão Desenvolvimento Econômico
020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
Total R\$38.150,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0101 - Câmara de Vereadores
0101 - Câmara de Vereadores
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339009.00 - Salário Família R\$ 450,00
339016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 1.000,00
339014.00 - Diárias - Civil R\$ 4.000,00
339030.00 - Material de Consumo R\$ 4.200,00

339036.00 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física..R\$ 2.000,00
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$23.500,00
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
0702 - Divisão Desenvolvimento Econômico
020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00
Total R\$38.150,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em
13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.750 de 13 de Junho de 2003

LEI Nº 2.750 DE 13 DE JUNHO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.304,70 (Dois mil trezentos e quatro reais, setenta centavos), e criar os seguintes Elementos de Despesa:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0504 - Divisão de Cultura e Desporto.
013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticos, Científicas, Desportivas e Outros R\$ 400,00
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339031.00 - Premiações Culturais, Artísticos, Científicas, Desportivas e Outros R\$1.904,70

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no artigo anterior será por Anulação Parcial do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0504 - Divisão de Cultura e Desporto.
013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$1.600,00
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 704,70
Total R\$2.304,70

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.751 de 13 de Junho de 2003

LEI Nº 2.751 DE 13 DE JUNHO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.300,00 (Dezesseis mil, trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0502 - Serviço de Ensino Fundamental
012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 5.000,00
05.03 - Serviço de Educação Infantil
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$11.300,00
TOTAL R\$16.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.752 de 13 de Junho de 2003

LEI Nº 2.752 DE 13 DE JUNHO DE 2003.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE VALORES E PROGRAMAS DE AÇÕES DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.720 DE 06 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar valor de ações do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.720 de 06 de março de 2003, os quais fazem parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, Parágrafo 1º e 2º, II)

1.01 PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO: Legislativo Municipal - O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 assessor jurídico e 01 diretor geral em cargo de provimento em comissão; 01 auxiliar de serviços gerais e 01 Técnico Contábil em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de sua propriedade, possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Reformar e ampliar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais e equipamentos de informática e sonorização modernos. Adquirir um veículo, móveis, equipamentos permanentes. Aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores. Ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara e ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNID/ME-DIDA	META	VALOR	FONTE
319011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	Vencimentos	Meses	13	131.663,45	Suprimentos
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	Despesas	Variável	Várias	0,00	Suprimentos
339014.00 - Diárias - Civil	Diária	Unidade	Várias	2.350,00	Suprimentos
319013.00 - Salário Família	Salário Família	Meses	12	150,00	Suprimentos
319013.00 - Obrigações Patronais	Encargos	Meses	13	10.771,84	Suprimentos
339030.00 - Material de Consumo	Material	Várias	Vários	3.600,00	Suprimentos
339036.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Serviços	Diversos	Vários	0,00	Suprimentos
339039.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Serviços	Diversos	Vários	27.113,00	Suprimentos
339046.00 - Auxílio Alimentação	Auxílio	Ticket's	Vários	859,50	Suprimentos

339018.00 - Apoio Financeiro a Estudantes	Melhoria	Servidor	4	0,00	Suprimentos
339093.00 - Indenizações e Restituições	Seções Extraordinárias	Meses	4	13.916,11	Suprimentos
449051.00 - Obras e Instalações	Obras	Vários	Várias	39.407,39	Suprimentos
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	5.168,71	Suprimentos
TOTAL				235.000,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.04 - PROGRAMA: MANUTENÇÃO COORDENAÇÃO DO SETOR

DIAGNÓSTICO: Há necessidade de equipamentos e materiais de expediente para melhorar a qualidade nos atendimentos do setor.

DIRETRIZES: Promover a organização do setor.

OBJETIVOS: A utilização dos materiais de expediente e equipamentos proporcionará um atendimento qualificado.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339014.00 - Diárias - Civil	Diárias	Unidade	Várias	600,00	Recurso Próprio
339030.00 - Material de Consumo	Material	Unidade	Vários	400,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terc - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	1.200,00	Recurso Próprio
449052.00 - Equipamento e Material Permanente	Equipamento	Unidade	Vários	0,00	Recurso Próprio
TOTAL				2.200,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.14 - PROGRAMA: ATENDIMENTO A CARENTES.

DIAGNÓSTICO: Há no Município uma demanda de pacientes com solicitações de medicamentos excepcionais, não pactuados no elenco de medicamentos básicos, bem como solicitações de exames, consultas especializadas que não são ofertadas pelo SUS ou pelo CIS/AMUNESC. Existem também no Município um índice elevado de pacientes, com distúrbios mentais que além de consultas, exames e medicamentos, necessitam de internações de caráter emergencial.

DIRETRIZES: Garantir o direito de atendimento e reabilitação adequada à população carente do Município.

OBJETIVOS: Ter uma população mais saudável e em consequência, famílias mais ajustadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
319013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade		480,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Medicamentos	Unidade	Vários	5.211,70	Recurso Próprio
339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física	Serviços	Unidade	Vários	2.450,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica	Serviços	Unidade	Vários	4.574,30	Recurso Próprio
TOTAL				12.716,00	

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNIC. SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - FUNDO MUNIC. ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2003 (LRF ART. 4º, 1º E 2º, II).

6.16 - PROGRAMA: PRÓTESES E ÓRTESES

DIAGNÓSTICO: Há no Município pessoas carentes que necessitam de próteses odontológicas e auditivas.

DIRETRIZES: Implantação do programa visando atender a necessidade da população carente em relação a pacientes com problemas odontológicos e também em casos de próteses auditivas.

OBJETIVOS: Fornecer próteses às pessoas carentes do município e casos de extrema urgência.

AÇÕES	PRODUTO	UNI. MED.	META	VALOR	FONTE
339013.00 - Obrigações Patronais	Obrigações	Unidade	Várias	0,00	Recurso Próprio

339036.00 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Física	Próteses	Unidade	Várias	0,00	Recurso Próprio
339039.00 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Jurídica	Próteses	Unidade	Várias	0,00	Recurso Próprio
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita	Próteses	Unidade	Várias	2.000,00	Recurso Próprio
TOTAL				2.000,00	

Lei Nº 2.753 de 13 de Junho de 2003

LEI Nº 2.753 DE 13 DE JUNHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza abrir crédito Suplementar no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 12.260,70 (doze mil, duzentos e sessenta reais e setenta centavos), para reforçar a seguinte Dotação do mesmo Orçamento:

1500 - Fundo Municipal de Assistência Social
 1515 - Fundo Municipal de Assistência Social
 008.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais
 300000.00 - Despesas Correntes
 310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00 - Aplicações Diretas
 319013.00 - Obrigações Patronais R\$ 280,00
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339014.00 - Diárias - Civil R\$ 100,00
 339032.00 - Material Consumo Distribuição Gratuita...R\$10.305,70
 339036.00 - Outros Serv. Terceiros Pessoa Física R\$ 1.575,00
 Total R\$12.260,70

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

1500 - Fundo Municipal de Assistência Social
 1515 - Fundo Municipal de Assistência Social
 08.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais
 300000.00 - Despesas Correntes
 330000.00 - Outras Despesas Correntes
 339000.00 - Aplicações Diretas
 339030.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
 339039.00 - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídicas R\$ 4.950,70
 400000.00 - Despesas de Capital
 440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas
 449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.310,00
 Total R\$12.260,70

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.754 de 23 de Junho de 2003

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.754 DE 23 DE JUNHO DE 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE - CDL, com sede à Rodovia SC-301, 1.111 Bairro Pinhais, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 589, à fls. 185 a 190 do livro A-nº 3, de Registro das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 05.653.657/0001-71.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de junho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.755 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.755 DE 03 DE JULHO DE 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS, ARTESÃOS E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE ARTISTAS, ARTESÃOS E PRODUTORES RURAIS DE CAMPO ALEGRE", com sede à Rodovia SC-301, 1.111 Bairro Pinhais, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 571, à fls. 107 a 110 do livro A-nº 3, de Registro das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 05.530.070/0001-75.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.756 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.756 DE 03 DE JULHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.193,00 (Oito mil, cento e noventa e três reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação
012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Direta
339036.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Física R\$ 2.622,00
0502 - Serviço de Ensino Fundamental
012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica R\$ 1.867,00
012.365.1403.2012 - Manutenção das Atividades das Creches
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339030.00 - Material de Consumo R\$ 704,00
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00
Total R\$ 8.193,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0502 - Serviço de Ensino Fundamental
021.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental
300000.00 - Despesas Correntes
310000.00 - Outras Despesas Correntes
319000.00 - Aplicações Diretas
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 2.619,00
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339014.00 - Diárias Pessoal Civil R\$ 870,00
0503 - Serviços de Educação
012.365.1403.2012 - Manutenção das Atividades das Creches
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar
300000.00 - Despesas Correntes
310000.00 - Outras Despesas Correntes
319000.00 - Aplicações Diretas
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 2.704,00
Total R\$ 8.193,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.757 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.757 DE 03 DE JULHO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 794,03 (setecentos e noventa e quatro reais, três centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0504 - Divisão de Cultura e Desporto
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas
400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Diretas
449051.00 - Obras e Instalações R\$ 794,03

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0504 - Divisão de Cultura e Desporto
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas
300000.00 - Despesas Correntes
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00 - Aplicações Diretas
339011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 794,03

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 2.758 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.758 DE 03 DE JULHO DE 2003
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.880,00 (Dois mil oitocentos e oitenta reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0800 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
0803 - Serviço de Obras e Serviços Públicos.
017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339036.00 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Física ...R\$ 2.880,00

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no artigo anterior desta Lei serão utilizados recursos por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.759 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.759 DE 03 DE JULHO DE 2003
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.
012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.
300000.00 - Despesas Correntes
330000.00 - Outras Despesas Correntes
339000.00 - Aplicações Diretas
339036.00 - Outros Serviços de Terc. Pessoa Física R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.
012.361.1407.20009 - Manutenção do Apoio a Educação
400000.00 - Despesas de Capital
440000.00 - Investimentos
449000.00 - Aplicações Direta
449052.00 - Equipamento e Material Permanente R\$ 1.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete DO PREFEITO

LEI Nº 2.760 de 03 de Julho de 2003

LEI Nº 2.760 DE 03 DE JULHO DE 2003
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL 2.574 DE 21 DE NO-
VEMBRO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica incluído o Parágrafo Único no Art. 3º da Lei 2.574/2001, com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Perderá o direito à Gratificação Compensatória

do FUNDEF, de que trata esta Lei, o servidor que tiver uma ou mais faltas injustificadas durante o ano letivo correspondente ao exercício financeiro em que está sendo apurada a diferença entre a receita e a despesa para cálculo do valor da gratificação."

Art. 2º Os incisos I e IV do §1º do Art. 2º da Lei 2.574/2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

" I - gozo de férias regulamentares e licença prêmio;
IV - licença para tratamento de saúde do servidor ou de pessoa da família;"

Art. 3º A perda do direito à gratificação compensatória constante da nova redação decorrente do artigo 1º, somente será aplicável após a data da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de julho de 2003.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 11.211 de 06 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.211 DE 06 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Professor I e exercendo a função , NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 293510, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 08 de setembro de 2014 á 17 de setembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
06 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 06/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.549 de 04 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.549 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339014.00.102 -	Diárias - Civil	R\$ 430,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0103.2.519 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339030.00.102 -	Material de Consumo	R\$ 270,00
339039.00.102 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 160,00
	Total	R\$ 470,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de Setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.550 de 04 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.550 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449052.00.766 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 04/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.553 de 08 de Setembro de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.553 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, CINTIA MEDEIROS DOS SANTOS BORGES, Matrícula funcional nº 000570, Registro no Sistema sob nº 954727, declarando vacância no cargo público na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 08 de setembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.552 de 08 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 8.552 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.03 -	Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família	
300000.00.511 -	Despesas Correntes	
310000.00.511 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.511 -	Aplicações Diretas	
319011.00.511 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.03 -	Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família	
10.301.0053.2.116 -	Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família	
300000.00.511 -	Despesas Correntes	
330000.00.511 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.511 -	Aplicações Diretas	
339039.00.511 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00
400000.00.511 -	Despesas de Capital	
440000.00.511 -	Investimentos	
449000.00.511 -	Aplicações Diretas	
449052.00.511 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
	TOTAL	R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de setembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Portaria Nº 1384/14

PORTARIA Nº 1384/14 de 01/09/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CALINCA PIERI,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CALINCA PIERI para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1385/14

PORTARIA Nº 1385/14 de 01/09/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE MARIA MATOS LAGO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ALINE MARIA MATOS LAGO para exercer o cargo de Professor leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1386/14

PORTARIA Nº 1386/14 de 01/09/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MICHELI DA COSTA DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MICHELI DA COSTA DA ROSA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 7.107/2014 de 04/09/2014 Homologa Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos

DECRETO Nº 7.107/14 DE 04/09/2014

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS NOVOS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos, anexo ao presente decreto, aprovado pelos membros do Conselho na data de 19 de agosto de 2014.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
04 de setembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 038/2009.

CAPÍTULO I

Das atividades do Conselho.

Art. 1º. O Conselho de Alimentação Escolar - CAE como órgão deliberativo e de assessoramento, fiscalizador para atuar em parceria com o Governo Municipal na execução do Programa de Alimentação Escolar junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental mantido pelo Município motivando a participação de órgãos públicos e da sociedade civil, tem por finalidade:

I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos art. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE 038/2009;

II - Fiscalizar o armazenamento e conservação dos gêneros alimentícios nos depósitos das unidades educativas, assim como a limpeza desses locais;

III - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do programa, bem como, analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE;

IV - Zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios, desde a sua aquisição até a distribuição às entidades educativas, observando as boas práticas higiênico-sanitárias, bem como a aceitação dos cardápios oferecidos;

V - Comunicar à Entidade executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;

VI - Apreçar e votar, anualmente, o plano do PNAE, a ser apresentado pela Entidade Executora;

VII - Apresentar relatório de atividade ao FNDE, quando solicitado;

VIII - Incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação, higiene e saneamento básico na Rede Municipal de Ensino de Campos Novos;

IX - Levantar dados nas escolas e na comunidade com a finalidade de avaliar o Programa no Município;

X - Realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-se em conta quanto à elaboração dos cardápios para a Alimentação Escolar;

XI - Articular com os órgãos governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros da administração pública, ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência para a melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais.

CAPÍTULO II

Da Composição do Conselho.

Art. 2º. O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - Um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe desse Poder;

II - Dois representantes das organizações civis;

III - Dois representantes dos professores, indicados pela assembleia da categoria;

IV - Dois representantes de pais de alunos, indicados pela Associação de Pais e Professores e/ou Conselhos Escolares.

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria.

§ 2º A nomeação dos membros será feita por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 3º No caso da ocorrência de vacância, o novo membro designado deverá completar o mandato.

Art. 3º. Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de 04 anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

Art. 4º. O exercício do mandato de conselheiro do CAE será gratuito e constituirá de serviço público relevante.

Art. 5º. O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos em reunião especialmente convocada para tal fim, com quórum de metade (50%) mais um dos membros.

Parágrafo Único. O Presidente será destituído pelo voto de (50%) mais (um) dos conselheiros do CAE presente sem Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do Presidente

Art. 6º. São atribuições do Presidente:

I - Coordenar as atividades do Conselho;

II - Convocar as reuniões do conselho, dando ciência aos seus membros;

III - Organizar a ordem do dia das reuniões;

IV - Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho;

V - Determinar a verificação da presença;

VI - Determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

VII - Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

VIII - Conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;

IX - Colocar as matérias em discussão e votação;

X - Anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XI - Proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

XII - Decidir sobre as questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho quando omissos o Regimento;

XIII - Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

XIV - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais este deve estabelecer relações;

XV - Representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros, para que façam essa representação;

XVI - Tomar conhecimento das justificações de ausência dos membros do Conselho;

XVII - Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;

XVIII - Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

CAPÍTULO IV

Dos Membros do Conselho.

Art. 7º. Compete aos membros do Conselho:

I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

IV - Comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - Desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - Relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo presidente;

VII - Obedecer às normas regimentais;

VIII - Assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - Apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - Apresentar à apreciação do conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

Art. 8º. Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

§ 1º. O prazo para requerer justificativa de ausência é de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, quando nem o titular nem o suplente estiverem presentes à reunião.

§ 2º. Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficializará ao Executivo para que proceda ao preenchimento da vaga.

§ 3º. Na ausência do titular, o suplente assume de direito e de fato.

CAPÍTULO V

Dos Serviços Administrativos do Conselho.

Art. 9º. Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário Executivo que será eleito pela Plenária, competindo-lhe, as seguintes atividades:

I - Secretariar as reuniões do Conselho;

II - Lavrar atas, fazer sua leitura e a do expediente;

III - Recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;

IV - Registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

V - Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;

VI - Distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

VII - Resumir as ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho;

VIII - Elaborar a Ata, em seguida, sem rasuras ou emendas;

IX - Colher assinatura do Presidente do Conselho e dos membros

presentes à reunião.
X - Divulgação as atividades do CAE.

CAPÍTULO VI

Das Reuniões.

Art. 10. As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar serão realizadas normalmente na sede do órgão de educação do Município, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário, realizar-se em outro local.

Art. 11. As reuniões serão:

I - Ordinárias realizadas mensalmente.

II - Extraordinárias convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 12. As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros.

Art. 13. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 14. Serão realizadas visitas mensalmente nas s Unidades Escolares municipais.

CAPÍTULO VII

Decisões Disposições Finais.

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pela diretoria do Conselho.

Campos Novos, 19 de agosto de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 27/2014

Portaria Nº 27/2014

NOMEIA MARIA GORETE LOPES CORDEIRO PARA O CARGO DE RECEPCIONISTA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, a Sra. MARIA GORETE LOPES CORDEIRO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.817.452 - SSP/SC, CPF nº 014.455.469-06, para exercer a função temporária de Recepcionista da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data até o retorno da Servidora Claudete Surdi da Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Setembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Balancete Mês 08/2014**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Página: 1/7

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	5.582.903,73D	948.196,40	537.557,28	5.893.542,85D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	511.376,98D	246.148,71	180.535,52	576.990,17D
1.1.1		DISPONIVEL	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.1		BANCOS CONTA MOVIMENTO	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.2		OUTRAS CONTAS	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.2.99		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	511.376,98D	244.866,03	179.252,84	576.990,17D
1.1.2		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1		CRÉDITOS A RECEBER	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9		CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9.02		SALARIO-MATERNIDADE	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9.02.00.01 (10652)	F	SALARIO-MATERNIDADE	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.4		ATIVO PERMANENTE	464.234,38D	159,90	0,00	464.394,28D
1.4.2		IMOBILIZADO	464.234,38D	159,90	0,00	464.394,28D
1.4.2.1		BENS IMOVEIS E IMOVEIS	464.234,38D	159,90	0,00	464.394,28D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS IMOVEIS	255.061,78D	159,90	0,00	255.221,68D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	48.212,16D	159,90	0,00	48.372,06D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS IMOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.607.292,37D	601.887,79	357.021,76	4.852.158,40D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	3.565.000,00D	0,00	0,00	3.565.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.03	O	CREDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (10311)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.9		DOTACAO CANCELADA/REMANEJADA	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (10322)	O	(R) REDUCAO	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.703.488,37D	601.887,79	357.021,76	1.948.354,40D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.703.488,37D	601.887,79	357.021,76	1.948.354,40D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.703.488,37D	601.887,79	357.021,76	1.948.354,40D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.703.488,37D	601.887,79	357.021,76	1.948.354,40D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	503.589,26D	244.866,03	177.768,92	570.686,37D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	7.829,18D	177.768,92	179.252,84	6.345,26D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.192.069,93D	179.252,84	0,00	1.371.322,77D
1.9.9		COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 27

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Agosto

Página: 3/7

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	5.069.031,47C	735.541,26	980.423,37	5.313.913,58C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	287,72C	208.834,59	208.850,67	303.80C
2.1.1		DEPOSITOS	287,72C	32.765,70	32.781,78	303.80C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	287,72C	29.914,16	29.930,24	303.80C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	6.733,13	6.733,13	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	6.733,13	6.733,13	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	287,72C	14.886,18	14.704,26	305.80C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	285,22C	0,00	40,58	305.80C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	22,50C	14.663,68	14.663,68	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	8.494,85	8.492,85	2,00D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	8.494,85	8.492,85	2,00D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	6.168,64	6.168,64	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIPI - CELULARES	0,00	2,00	0,00	2,00D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0008 (36636)	F	SICOOB CREDITACAO CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.324,21	2.324,21	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.851,54	2.851,54	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	2.851,54	2.851,54	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.851,54	2.851,54	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	176.068,89	176.068,89	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	176.068,89	176.068,89	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	25.100,74	25.100,74	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	25.100,74	25.100,74	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	25.100,74	25.100,74	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	103.748,79	103.748,79	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	103.748,79	103.748,79	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	21.887,23	21.887,23	0,00
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	21.887,23	21.887,23	0,00
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	0,00	21.887,23	21.887,23	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFICIOS A PAGAR	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCICIO	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1		PATRIMONIO CAPITAL	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.607.292,37C	526.706,67	771.572,70	4.852.158,40C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.900.000,00C	526.706,67	526.706,67	2.900.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.719.427,26C	526.706,67	350.637,78	1.543.358,37C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.711.927,26C	174.568,89	0,00	1.537.358,37C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	7.500,00C	352.137,78	350.637,78	6.000,00C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.500,00C	176.068,89	174.568,89	6.000,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	0,00	176.068,89	176.068,89	0,00
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	176.068,89	176.068,89	0,00
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	1.180.572,74C	0,00	176.068,89	1.356.641,63C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	1.180.572,74C	0,00	176.068,89	1.356.641,63C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.180.572,74C	0,00	176.068,89	1.356.641,63C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	1.180.572,74C	0,00	176.068,89	1.356.641,63C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.703.488,37C	0,00	244.866,03	1.948.354,40C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.703.488,37C	0,00	244.866,03	1.948.354,40C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.703.488,37C	0,00	244.866,03	1.948.354,40C
2.9.9		COMPENSAOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	0,00	0,00	3.804,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	0,00	0,00	3.804,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 47

Máscara	Subst. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.180.572,74D	176.068,89	0,00	1.356.641,63D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.177.789,74D	175.908,99	0,00	1.353.698,73D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.017.531,16D	150.968,15	0,00	1.168.499,31D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	1.017.531,16D	150.968,15	0,00	1.168.499,31D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	25.332,13	25.332,13	0,00	197.486,75D
3.3.1.9.0.01.01		Proventos - Pessoal Civil	172.154,62D	25.332,13	0,00	197.486,75D
3.3.1.9.0.11	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	693.622,65D	102.076,74	0,00	795.699,39D
3.3.1.9.0.11.01	F	vencimentos e salários	691.959,94D	101.505,34	0,00	793.465,28D
3.3.1.9.0.11.43	F	13º salário	1.662,71D	571,40	0,00	2.234,11D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	145.749,74D	21.887,23	0,00	167.636,97D
3.3.1.9.0.13.02	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	145.749,74D	21.887,23	0,00	167.636,97D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.004,15D	1.672,05	0,00	7.676,20D
3.3.1.9.0.16.44	F	Serviços Extraordinários	6.004,15D	1.672,05	0,00	7.676,20D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	160.258,58D	24.940,84	0,00	185.199,42D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	22.652,00D	2.960,00	0,00	25.612,00D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	22.652,00D	2.960,00	0,00	25.612,00D
3.3.3.9.0.14.14	F	Diárias no País - Civil	17.063,07D	4.267,29	0,00	21.330,36D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	2.541,58D	389,78	0,00	2.931,36D
3.3.3.9.0.30.01	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	3.017,71D	500,90	0,00	3.518,61D
3.3.3.9.0.30.16	F	Material de Expediente	1.892,00D	490,00	0,00	2.382,00D
3.3.3.9.0.30.17	F	Material de Processamento de Dados	3.315,36D	962,15	0,00	4.277,51D
3.3.3.9.0.30.21	F	Material de Copia e Cozinha	1.030,58D	0,00	0,00	1.030,58D
3.3.3.9.0.30.22	F	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	479,00D	462,82	0,00	941,82D
3.3.3.9.0.30.26	F	Material Elétrico e Eletrônico	271,80D	0,00	0,00	271,80D
3.3.3.9.0.30.39	F	Material para Manutenção de Veículos	1.456,72D	0,00	0,00	1.456,72D
3.3.3.9.0.30.49	F	Bilhetes de Passagens	3.058,32D	1.461,64	0,00	4.519,96D
3.3.3.9.0.30.99	F	Outros Materiais de Consumo	1.213,20D	30,00	0,00	1.243,20D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	30,00	0,00	30,00D
3.3.3.9.0.36.30	F	Serviços Médicos e Odontológicos	1.033,20D	0,00	0,00	1.033,20D
3.3.3.9.0.36.30	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	180,00D	0,00	0,00	180,00D
3.3.3.9.0.36.96	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	97.190,31D	14.283,55	0,00	111.473,86D
3.3.3.9.0.36.99	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.870,00D	0,00	0,00	4.870,00D
3.3.3.9.0.39		Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.451,80D	639,60	0,00	5.091,40D
3.3.3.9.0.39.01	F	Manutenção de Software	7.250,08D	1.090,63	0,00	8.340,71D
3.3.3.9.0.39.11	F	Locação de Softwares	5.956,35D	1.030,61	0,00	6.986,96D
3.3.3.9.0.39.43	F	Serviços de Energia Elétrica	578,59D	83,24	0,00	661,83D
3.3.3.9.0.39.43	F	Serviços de Água e Esgoto	6.800,00D	1.700,00	0,00	8.500,00D
3.3.3.9.0.39.47	F	Serviços de Comunicação em Geral	4.516,00D	180,00	0,00	4.696,00D
3.3.3.9.0.39.48	F	Serviços de Seleção e Treinamento	25,00D	0,00	0,00	25,00D
3.3.3.9.0.39.50	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	19.097,76D	2.850,84	0,00	21.948,60D
3.3.3.9.0.39.58	F	Serviços de Telecomunicações	2780,00D	0,00	0,00	2.780,00D
3.3.3.9.0.39.63	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.956,03D	0,00	0,00	1.956,03D
3.3.3.9.0.39.69	F	seguros em Geral	826,99D	120,79	0,00	947,78D
3.3.3.9.0.39.77	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	7.123,42D	1.726,00	0,00	8.849,42D
3.3.3.9.0.39.90	F	Serviços de Publicidade Legal	30.958,29D	4.861,64	0,00	35.820,13D
3.3.3.9.0.39.96	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	22.140,00D	3.400,00	0,00	25.540,00D
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentacao	22.140,00D	3.400,00	0,00	25.540,00D
3.3.3.9.0.46.01	F	Auxílio-Alimentação em Pecunia	2.783,00D	159,90	0,00	2.942,90D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	2.783,00D	159,90	0,00	2.942,90D
3.4.4		INVESTIMENTOS	2.783,00D	159,90	0,00	2.942,90D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 5/7

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	2.783,00D	159,90	0,00	2.942,90D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	2.783,00D	159,90	0,00	2.942,90D
3.4.4.9.0.52.34 (41452)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	159,90	0,00	159,90D
3.4.4.9.0.52.35 (41453)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	2.483,00D	0,00	0,00	2.483,00D
3.4.4.9.0.52.42 (41459)	F	Mobiliário em Geral	300,00D	0,00	0,00	300,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 6/7

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10645)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NAO FINANCEIRO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Agosto
Página: 7/7

Máscara	Subsist. C.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	2.155.886,38C	0,00	241.825,90	2.397.722,28C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.694.445,00C	0,00	241.825,90	1.936.270,90C
6.1.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.691.662,00C	0,00	241.666,00	1.933.328,00C
6.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.691.662,00C	0,00	241.666,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.691.662,00C	0,00	241.666,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.691.662,00C	0,00	241.666,00	1.933.328,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.691.662,00C	0,00	241.666,00	1.933.328,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	2.783,00C	0,00	159,90	2.942,90C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	2.783,00C	0,00	159,90	2.942,90C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	2.783,00C	0,00	159,90	2.942,90C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	2.783,00C	0,00	159,90	2.942,90C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	2.783,00C	0,00	159,90	2.942,90C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
TOTAL:			0,00	1.759.806,55	1.759.806,55	0,00

CAMPOS NOVOS, 05/09/2014

RUI JORGE TOMAZONI
PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
CONTADOR CRC/SC 28419/O-6

Canelinha**PREFEITURA****Extrato Edital 86/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 86/2014
MODALIDADE: Chamada Pública nº 03/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços, para realizar consultas e exames especializados de média e alta complexidade, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo com a tabela unificada de procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, conforme itens relacionados no Anexo I deste edital e através de Termo de Adesão ao incentivo Estadual para ações de média e alta complexidade, Lei nº 16.159 de 07 de novembro de 2013 e Deliberação 534. PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: de 08 de setembro à 10 de outubro de 2014. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 08 de setembro de 2014.
Antônio da Silva
Prefeito do Município.

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 105/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 155/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 105/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/09/2014, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PERSIANAS INSTALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 26/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 102/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 152/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 102/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/09/2014, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE METRO QUADRADO DE PINTURA DE FAIXAS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM VIAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 29/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Publicação de Inexigibilidade de Licitação Nº FME 04/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º FME 08/2014
Inexigibilidade de Licitação n.º FME 04/2014

A Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt n.º 10, Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação, Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Contratação de emissora de radiodifusão em frequência modulada (FM), para prestação de serviços relativos à realização de programa esportivo e transmissão de jogos.

Contratada: RÁDIO PANTERA FM, ao valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº 85/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/14

HOMOLOGAÇÃO: 08/09/14

CONTRATADO: TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS E AUTOMÓVEL, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 98.770,00 (noventa e oito mil setecentos e setenta reais)

DATA: 08/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

Decisão Processo Nº018/2014 - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas

Processo nº: 018/2014 - Recurso Voluntário.

Recorrente: MARCOS SUSSEMBACH.

Recorrida: Fazenda Pública Municipal de Canoinhas.

Assunto: Revisão Base de Cálculo IPTU.

Relator: Roberto Ivan Ludka.

E M E N T A

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA. BASE DE CÁLCULO. REVISÃO DE LANÇAMENTO DO IPTU. VALOR REFERENTE À FRENTE DO IMÓVEL. ALÍQUOTA DO IMÓVEL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O Recorrente sustenta que deve haver a revisão do imóvel e da base de cálculo referente ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, em razão de que o imóvel de sua propriedade faz frente para a Rua 3 de Maio.
2. Aduz que o IPTU deve ser calculado com o valor venal referente a Rua 3 de Maio, por ser esta a que possui a frente de maior valor, em razão de sua testada ser maior.
3. Requereu, ainda, a isenção do pagamento do IPTU a contar do ano de 1999, pelo motivo da existência de contrato de comodato entre o Requerente e o Município.
4. Requereu, ao final, dentre o pedido de análise quanto a eventuais prescrição e decadência, a juntada de novos documentos e ao deferimento dos pedidos constantes no presente recurso.

É o Relatório.

Inicialmente, efetua-se análise quanto ao requerimento de protocolo n. 5013/2003, o qual se refere ao pedido de Isenção do IPTU de acordo com o Contrato de Comodato, assinado entre as partes e constante às fls. 15 dos autos.

Assim, foi verificado o levantamento de dívidas do imóvel junto ao Departamento de Tributos, onde se vê, através de relatório que o imóvel possui dívidas referentes aos anos de 2001, 2002, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

O presente relatório apresenta um intervalo de dívidas, não constando os anos de 2003, 2004 e 2005, E também não constam os anos de 1999 e 2000, os quais estão citados no item n.º 3 do contrato de Comodato, pois o mesmo teve início no dia 22 de março de 1999 com término em 31 de dezembro de 2000.

Ainda, quantos aos anos de 1999, 2000, 2003, 2004, 2005, verifica-se que os anos de 1999 e 2000, foram isentados de acordo com parecer Jurídico (em anexo) do Dr. Paulo Henrique B. Glinski o

qual era procurador do Município na época, em resposta ao pedido de protocolo n.º 5013/2003.

Com relação aos anos de 2003, 2004 e 2005, o Requerente foi isentado do pagamento do IPTU, de acordo com Comunicação interna n. 178/2006 do Departamento Jurídico (em anexo), na qual consta Declaração (em anexo) do Sr. Donato João Noernberg Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural da época, onde declarou que a feira que originou o contrato de comodato foi realizada no imóvel urbano de cadastro n.º 3285 até a data de 18/03/2006.

Sendo assim, entendo que o Requerente deve ser isentado do pagamento IPTU dos exercícios dos anos de 2001 e 2002, pelo motivo de haver Parecer Jurídico respondendo ao pedido de protocolo 5013/2003, apesar de que, no parecer não consta a data de confecção do mesmo, mas chega-se a esta conclusão de incluir os anos de 2001 e 2002 na isenção, porque o parecer responde a um pedido protocolado na data de 23/12/2003, que solicitou a isenção do IPTU desde o exercício do ano de 1999, bem como seja recalculado o IPTU do exercício do ano de 2006 proporcionalmente, pelo motivo que a feira teve suas atividades até a data de 18/03/2006.

Com relação aos pedidos de protocolo n. 4017/2011 e n. 1577/2014, a solicitação é a mesma "Reavaliação do imóvel urbano de cadastro n.º 3285, para que o IPTU seja calculado com o valor venal referente à Rua 03 de maio alegando que o referido imóvel urbano se limita com mais de um logradouro, neste caso as ruas Rolando Lourenço Malucelli e 3 de maio, sendo "que a frente de maior valor do referido imóvel é para a rua 03 de maio".

Pois bem, como nos pedidos formulados pelo Requerente não consta a matrícula do imóvel urbano cadastro n.º 3285, após busca pela mesma junto ao CRI deste Município, (Matricula n.º 28.012, em anexo), verificou-se que a mesma apresenta a seguinte descrição "Um terreno urbano com área de 1.054,50m² constituído pelo n.º 07 da quadra número 170, desmembrado do lote 03 do loteamento da Industria Brasileira de Mate Ltda, desmembramento aprovado pelo Decreto Municipal n.º 138/2000, de 22/12/2000, ratificado pelo decreto Municipal n.º 153/2002, de 16/10/2002, distando 5,00 metros da esquina formada pelas ruas Rolando Lourenço Malucelli e 3 de maio, fazendo Frente para a mencionada RUA ROLANDO LOURENÇO MALUCELLI, na extensão de 32,70 metros lineares, dividindo de um lado com terras de Paulo V. Bastos e Espólio de Lothário Kohlbeck, na extensão de 34,11 metros lineares; de outro lado com terras pertencentes a Prefeitura Municipal de Canoinhas, na extensão de 34,11 metros lineares, e pelos fundos divide com terras pertencentes a Luiz Milton Sucheck, na extensão de 32,70 metros lineares".

Pois bem, como o Requerente fez dois requerimentos solicitando a avaliação, solicitou-se ao Departamento de Planejamento uma cópia do mapa do Desmembramento (em anexo) do imóvel urbano cadastro n.º 3285, matrícula n.º 28.012.

Assim, verifica-se que no mapa consta que o imóvel n.º 3285 não possui frente para a Rua: 03 de maio, Tendo apenas Limitação com a Rua: Rolando Lourenço Malucelli.

Ainda, com relação ao Lançamento do IPTU no Departamento Tributário o mesmo está lançado no campo Situação na quadra como 'meio de quadra' conforme BCI do Sistema Betha Tributos e BCI do Programa gráfico Geomais (em anexo), o que torna os requerimentos de protocolo n.º 4017/2011 e n.º 1577/2014 sem fundamentação, pois o imóvel urbano de cadastro n.º 3285, matrícula 28.012 não possui limitação com a Rua 3 de maio.

Portanto, indefiro os pedidos de protocolo n.º 4017/2011 e n.º 1577/2014.

Pelo exposto, Dou provimento parcial os pedidos contidos no recurso voluntário n. 18/2014, para deferir o requerimento de protocolo n. 5013/2003, quanto ao pedido de isenção e indeferindo os requerimentos de protocolo n. 4017/2011 e n. 1577/2014, contidos no presente recurso, os quais se referem ao pedido de reavaliação do imóvel e da base de cálculo do IPTU.

É o Voto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em que é Recorrente MARCOS SUSSEMBACH e Recorrida FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, acordam os senhores integrantes do Egrégio Conselho de Contribuintes de Canoinhas, por unanimidade de votos, conhecerem do recurso, por estarem presentes requisitos de admissibilidade e, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, deferindo o pedido n. 5013/2003, e indeferindo os pedidos n. 4017/2011 e n. 1577/2014, permanecendo incólume a decisão de primeira instância administrativa. Votaram com o Relator os senhores Conselheiros Francisco Afonso Bechel, Alfredo Lang Scultetus e Luís Gustavo Viera de Brito. Intimem-se.

CMC/Canoinhas, 08 de Setembro de 2014.

ROBERTO IVAN LUDKA	DIOGO CARLOS SEIDEL
RELATOR	PRESIDENTE

Publicação do Resultado Final da Concorrência Pública Nº 16/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	126/2014	Processo Administrativo:	
		Total dos Itens Vencedores:	522.465,00

Licitação.....: 16/2014 - CC

Modalidade....:

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA A COL

ESCOLARES DO MUNICIPIO

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	111040583	- COLOCAÇÃO E PINTURA DE 1.500 METROS LINEARES DE MURO PALITO - Unidade: ML					
12449	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO		1.500,000	0,0000	348,3100	522.465,00	Venceu	1 *****
7421	CIMENTELA IND DE TELAS E ARTEF DE CONCRETO LTDA ME		1.500,000	0,0000	384,6700	577.005,00	Perdeu	2

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Presidente da Comissão

CIBELE NEUDORF BATISTA - - SECRETÁRIO

CL EISON TARCISIO FLICK -

INE APARECIDA CRESTANI - MEMBRO SIPI ENTE

MEMBROS SOCIETARI

[illegible]

CLAUDIO HENRIQUE MATIAS - - MEMBRO SUFLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

VANESSA LANGER - - CRC/SC 028524/O-0

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 71/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 105/2014 Licitação: 71/2014 - PR Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP Data da Homologação:									
1	17039	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFA, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL	ARTINOX	UN	1,000	0,0000	2,5000	2,50	Venceu
2	11961	APARELHO DE DVD COM KARAOKE	BRITANIA	UN	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu
3	12068	APARELHO DE SOM PORTÁTIL	BRITANIA	UN	1,000	0,0000	150,0000	150,00	Venceu
4	24808	ARMÁRIO AÉREO	PARATY	UN	1,000	0,0000	170,0000	170,00	Venceu
5	26915	BACIA QUADRADA - 4 LITROS	PLASVALE	UN	4,000	0,0000	36,0000	144,00	Venceu
6	6376	BACIA REDONDA 9 L, 2 ALÇAS-15,5CM PROF. X44,5CM DIAMX2,5CMESP	PLASVALE	UN	5,000	0,0000	80,0000	400,00	Venceu
7	26500	BALCÃO PARA PIA	DECIBAL	UN	1,000	0,0000	230,0000	230,00	Venceu
8	21259	BALDE GRANDE	PLASVALE	UN	4,000	0,0000	35,0000	140,00	Venceu
9	923	BOTUÃO DE GAS P 13 KG (CASCO)	LIQUIGAS	UN	4,000	0,0000	55,0000	220,00	Venceu
10	12683	CANECA DE VIDRO, CAPACIDADE PARA 300ML	MARINEX	UN	50,000	0,0000	7,5000	375,00	Venceu
11	6560	CENTRIFUGA DE FRUTAS 800 W	BRITANIA	UN	1,000	0,0000	280,0000	280,00	Venceu
12	19829	CHALEIRA	ARTINOX	UN	1,000	0,0000	87,0000	87,00	Venceu
13	10164	COLCHONETE	PALEMA	UN	20,000	0,0000	85,0000	1.700,00	Venceu
14	8808	COLHER INOX.	ARTINOX	DZ	50,000	0,0000	7,7000	385,00	Venceu
15	6362	COLHER INOXIDÁVEL, MONOBLOCO, BOJO DE 10 CM, C/ CABO DE 28	ARTINOX	UN	8,000	0,0000	20,0000	160,00	Venceu
16	6575	COLHERES EM INOX PARA ARROZ	ARTINOX	UN	4,000	0,0000	5,5000	22,00	Venceu
17	23018	CONCHA INOX	ARTINOX	UN	2,000	0,0000	18,0000	36,00	Venceu
18	22088	ESCORREDOR DE LOUÇA	ARTINOX	UN	1,000	0,0000	70,0000	70,00	Venceu
19	20596	ESCORREDOR DE MACARRAO	PLASVALE	UN	1,000	0,0000	47,0000	47,00	Venceu
20	11572	ESFREGADEIRA DE ROUPAS	PEROVINHA	UN	1,000	0,0000	28,0000	28,00	Venceu
21	22823	ESPUMADEIRA ALUM	ARTINOX	UN	2,000	0,0000	34,0000	68,00	Venceu
22	6383	FACA INOXIDÁVEL, AFIADA, FIO LISO, PARA CORTE DE CARNE, COM	ARTINOX	UN	50,000	0,0000	2,2000	110,00	Venceu
23	23154	FACA PARA PÃO	ARTINOX	UN	2,000	0,0000	15,0000	30,00	Venceu
24	6637	FOGÃO INDUSTRIAL	VENANCIO	UN	1,000	0,0000	1.200,0000	1.200,00	Venceu
25	6478	FREEZER 300L	ELECTROLUX	UN	1,000	0,0000	1.600,0000	1.600,00	Venceu
26	11026	GARFO (INOX).	ARTINOX	UN	50,000	0,0000	1,1000	55,00	Venceu
27	1502	GARRAFA TÉRMICA 01 LITRO C/ ROSCA	INVICTA	UN	4,000	0,0000	20,0000	80,00	Venceu
28	7204	GRAMPO PARA PENDURAR ROUPAS	GABOARDI	DZ	5,000	0,0000	2,5000	12,50	Venceu
29	15072	JARRA PLÁSTICA, CAPACIDADE DE 04 LITROS	PLASVALE	UN	2,000	0,0000	59,0000	118,00	Venceu
30	6283	LIQUIDIFICADOR	BRITANIA	UN	1,000	0,0000	120,0000	120,00	Venceu
31	6134	LIXEIRA COM PEDAL.	PLASVALE	UN	2,000	0,0000	39,0000	78,00	Venceu
32	9554	LIXEIRO PEQ. C/ TAMPA	PLASVALE	UN	4,000	0,0000	12,0000	48,00	Venceu
33	6508	MESA PARA COZINHA EM MDP COM 04 CADEIRAS	FABONE	UN	1,000	0,0000	420,0000	420,00	Venceu
34	10711	PANELA DE PRESSÃO	RAMOS	UN	1,000	0,0000	215,0000	215,00	Venceu
35	6480	PANELA INDUSTRIAL 03 L ALUMÍNIO C/ TAMPA	ROYAL	UN	4,000	0,0000	89,0000	356,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 105/2014 Licitação: 71/2014 - PR									
Fornecedor: 12704 - JANAINA DOS SANTOS MARTINS ZUCCO EPP									
Data da Homologação:									
36	6479	PANELA INDUSTRIAL ALUMÍNIO 10 L C/ TAMPA	ROYAL	UN	2,000	0,0000	150,0000	300,00	Venceu
37	23044	PANO DE PRATO	MARTINS	UN	15,000	0,0000	2,3000	34,50	Venceu
38	10710	PEGADOR DE MACARRÃO	ARTINOX	UN	3,000	0,0000	9,0000	27,00	Venceu
39	19510	PIA DE COZINHA INOX	FRANKE	UN	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Venceu
40	26499	POTE PLÁSTICO REDONDO 3 LITROS	PLASVALE	UN	10,000	0,0000	23,0000	230,00	Venceu
41	23160	PRATO FUNDO	MARINEX	UN	50,000	0,0000	8,0000	400,00	Venceu
42	26495	RALADOR 4 FACES COM LÂMINA EM AÇO	ARTINOX	UN	1,000	0,0000	22,0000	22,00	Venceu
43	9255	REFRIGERADOR CAPACIDADE 250 LITROS.	ELECTROLUX	UN	1,000	0,0000	1.720,0000	1.720,00	Venceu
44	10407	SUPORTE PLÁSTICO COM TORNEIRA P/ GALÃO DE ÁGUA MINERAL	PLASVALE	UN	3,000	0,0000	15,0000	45,00	Venceu
45	10187	TABUA DE CARNE	MOR	UN	2,000	0,0000	20,0000	40,00	Venceu
46	10187	TABUA DE CARNE	PLASVALE	UN	2,000	0,0000	22,0000	44,00	Venceu
47	19364	TANQUE INOX	FRANKE	UN	1,000	0,0000	281,0000	281,00	Venceu
48	21959	TAPETE	LANCER	UN	2,000	0,0000	980,0000	1.960,00	Venceu
49	26912	TIGELA PARA SOBREMESA	MARINEX	UN	50,000	0,0000	3,4000	170,00	Venceu
50	6391	TOALHA DE ROSTO.	VALETEX	UN	10,000	0,0000	4,5000	45,00	Venceu
51	10706	TRAVESSA RETANGULAR DE VIDRO 40CM X 28CM E 7CM	MARINEX	UN	4,000	0,0000	30,0000	120,00	Venceu
52	26326	TV LCD 32"	LG	UN	1,000	0,0000	1.250,0000	1.250,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->							449,000	16.045,50	

Canoinhas, 8 de Setembro de 2014.

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 104/2014

DECRETO No 104, DE 7 DE JULHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 344.884,07 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 344.884,07 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.13.392.0095.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-214	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	15.000,00
33903000-211	Material de consumo	000	00	R\$	19.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTR	DR	R\$	0,00
33903900-186	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	001	00	R\$	20.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUT DO PARQUE DE EXP DOM PELIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-399	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	5.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-089	Material de consumo	000	00	R\$	40.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-138	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	001	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0125.1051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-291	Obras e instalações	000	00	R\$	8.800,00
0301.04.122.0015.2006	MANUT DOS SERV GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-016	Material de consumo	000	00	R\$	10.000,00
33903600-019	Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	00	R\$	10.000,00
33909300-433	Indenizações e restituições	060	51	R\$	11.337,68
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-432	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	024	55	R\$	35.746,39
0401.04.122.0045.2012	MANUT DA SECRET DE AGRIC E MEIO AMBIENTE	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-080	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0130.2065	MANUT SERV DE COLETA E DEST FINA LIXO	FTE	DR	R\$	0,00
33903400-296	Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização	000	00	R\$	100.000,00
0601.26.782.0135.1049	AMPLIAÇÃO E REF TERM RODOVIARIO PASSAG	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-310	Material de consumo	000	00	R\$	40.000,00
	Total			R\$	344.884,07

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 344.884,07 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.13.392.0095.2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-209	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	00	R\$	15.000,00
44905200-215	Equipamentos e material permanente	000	00	R\$	19.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTR	DR	R\$	0,00

33903900-187	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	058	49	R\$	20.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUT DO PARQUE DE EXP DOM PELIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-398	Material de consumo	000	00	R\$	5.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-090	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	40.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-139	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	019	00	R\$	20.000,00
0601.15.452.0125.1051	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-289	Material de consumo	000	00	R\$	4.220,00
33903900-290	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	4.580,00
0301.04.122.0015.2006	MANUT DOS SERV GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
31909100-011	Sentenças judiciais	000	00	R\$	10.000,00
33903900-020	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	21.337,68
0601.26.782.0145.2071	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-324	Material de consumo	000	00	R\$	35.746,39
0401.04.122.0045.2012	MANUT DA SECRET DE AGRIC E MEIO AMBIENTE	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-076	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	00	R\$	10.000,00
0601.15.452.0130.2065	MANUT SERV DE COLETA E DEST FINA LIXO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-297	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	100.000,00
0601.26.782.0135.1049	AMPLIAÇÃO E REF TERM RODOVIARIO PASSAG	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-311	Obras e instalações	000	00	R\$	40.000,00
	Total				344.884,07

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 7 de julho de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 107/2014

DECRETO No 107, DE 14 DE JULHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-009	Diárias - civil	002	00	R\$	12.000,00
	Total	002	00	R\$	12.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
33414100-008	Contribuições	000	00	R\$	12.000,00
	Total	000	00	R\$	12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 14 de julho de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

Decreto 112/2014

DECRETO No 112, DE 21 DE JULHO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificada:

1001.08.244.0195.2103	MANUT DAS ATIV DO CENTRO DE REF CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-042	Equipamentos e material permanente	052	00	R\$	20.000,00
1001.04.244.0195.2105	MANUT DAS ATIV DO CENTRO REF ESP CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-049	Material de consumo	052	00	R\$	20.000,00
33903900-051	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	052	00	R\$	15.000,00
	Total	052	00	R\$	55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na forma do quadro a seguir.

1001.08.244.0195.2103	MANUT DAS ATIV DO CENTRO DE REF CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-035	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	052	00	R\$	20.000,00
1001.04.244.0195.2105	MANUT DAS ATIV DO CENTRO REF ESP CREAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-047	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	052	00	R\$	35.000,00
	Total	052	00	R\$	55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de julho de 2014
 ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

Decreto 120/2014

DECRETO No 120, DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 847.148,37 (oitocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 847.148,37 (oitocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.27.812.0100.2056	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-246	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
0301.04.122.0015.2006	MANUT SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-016	Material de consumo	000	00	R\$	10.000,00
33909300-024	Indenizações e restituições	000	00	R\$	1.000,00
33909300-439	Indenizações e restituições	024	55	R\$	3.448,37
0701.04.122.0150.2074	MANUT DA SECRET DE SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903600-332	Outros serviços de terceiros pessoa física	000	00	R\$	12.000,00
0502.13.392.0095.2143	EVENTOS ANUAIS DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-234	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	3.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-089	Material de consumo	000	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-136	Material de consumo	058	49	R\$	4.700,00
33901100-130	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	019	00	R\$	360.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-182	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	018	00	R\$	414.000,00
0503.15.451.0110.2058	MANUTENÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-259	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	15.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUT. PARQUE DE EXP DOMINGOS PEKIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-399	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	4.000,00
	Total			R\$	847.148,37

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 847.148,37 (oitocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.27.812.0100.2056	MANUTENÇÃO DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-248	Obras e instalações	000	00	R\$	10.000,00
0301.04.122.0015.2006	MANUT SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	FTE	DR	R\$	0,00
33901400-015	Diárias - civil	000	00	R\$	10.000,00
31909100-011	Sentenças judiciais	000	00	R\$	1.000,00
33903900-020	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	3.448,37
0701.04.122.0150.2074	MANUT DA SECRETARIA DE SAÚDE E DES SOCIAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-333	Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	000	00	R\$	12.000,00
0502.13.392.0095.2143	EVENTOS ANUAIS DA CULTURA	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-233	Material de consumo	000	00	R\$	3.000,00
0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-090	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-137	Material de consumo	059	50	R\$	4.700,00
33901100-129	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	001	00	R\$	360.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31901100-181	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	001	00	R\$	350.000,00
31901100-183	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	019	00	R\$	64.000,00
0503.15.451.0110.2058	MANUTENÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-258	Material de consumo	000	00	R\$	15.000,00
1701.23.691.0055.2027	MANUT. PARQUE DE EXP DOMINGOS PEKIZZARO	FTE	DR	R\$	0,00
33903000-398	Material de consumo	000	00	R\$	4.000,00
	Total			R\$	847.148,37

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de agosto de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
 Secretário da Administração e Finanças

Decreto 129/2014

DECRETO Nº 129, DE 20 DE AGOSTO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1001.08.244.0195.2103	MANUT DAS ATIV DO CENTRO DE REF CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
33903900-040	Outros servi- ços de terceiros - pessoa jurídica	052	00	R\$	10.000,00
	Total	052	00	R\$	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma do quadro a seguir.

1001.08.244.0195.2103	MANUT DAS ATIV DO CEN- TRO DE REF CRAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905200-041	Equipa- mentos e material permanente	000	00	R\$	2.000,00
44905200-042	Equipa- mentos e material permanente	052	00	R\$	8.000,00
	Total			R\$	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 20 de agosto de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 134/2014

DECRETO Nº 134, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014.

Aprova desmembramento de áreas na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que são requerentes Valmir Jesus da Silva inscrito no CPF sob o nº 520.064.769-04 e sua esposa Amelia Sirlei Scheuermann da Silva, Jose Filippin inscrito no CPF nº 054.360.369-53 e sua esposa Ivete Coelli Filippin, Nilson de Oliveira inscrito no CPF nº 027.486.900-44 e Rosa Antunes Pinto inscrita no CPF nº 981.749.409-87, relativo ao imóvel com área de 8.342,76 m² (oito mil trezentos e quarenta e dois vírgula setenta e seis metros quadrados), situado neste município com acesso pelas Ruas nº 04 e 05 e pela Estrada Capinzal-Vila União, Lote nº 02, Quadra nº 06, Mapa Urbano desta cidade, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 23.578, Livro nº 2 BR, Fls. 223, de propriedade dos requerentes, na forma a seguir especificada:

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total lote nº 02 Quadra nº 06 Matrícula nº 23.578 8.342,76 m²

- a) Área remanescente Lote nº 02 Quadra nº 06 4.150,00 m²
- b) Lote nº 02A Quadra nº 06 634,14 m²
- c) Lote nº 02B Quadra nº 06 720,00 m²
- d) Lote nº 02C Quadra nº 06 1.012,04 m²
- e) Lote nº 02D Quadra nº 06 600,00 m²
- f) Lote nº 02E Quadra nº 06 368,37 m²
- g) Lote nº 02F Quadra nº 06 360,00 m²
- h) Lote nº 02G Quadra nº 06 498,21 m²

Art. 3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade dos proprietários, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento e a anexação de áreas para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 8 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Dispensa de Licitação 024/2014

Processo Licitatório Nº 0143/2014

Dispensa de Licitação Nº 0024/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório Nº 143/2014, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa a fim de realizar os serviços de Acompanhamento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção da LAP e LAI para o Loteamento Nova Capinzal; Projeto de Supressão de Vegetação Nativa (Araucárias), Rua Alcir Masson para acesso ao Loteamento Nova Capinzal; Projeto de Tratamento Individual de Esgoto em Vista Alegre, conforma TAC - Ministério Público e Acompanhamento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção/renovação de LAI e LAO do Condomínio Industrial. Com Recursos Próprios.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Acompanhamento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção da LAP e LAI para o Loteamento Nova Capinzal.	ECOATIVA	3.500,00	3.500,00
2	1,00	UN	Projeto de Supressão de Vegetação Nativa (Araucárias), Rua Alcir Masson, para acesso ao Loteamento Nova Capinzal	ECOATIVA	1.500,00	1.500,00
3	1,00	UN	Projeto de Tratamento Individual de Esgoto Vista Alegre, conforme TAC - Ministério Público	ECOATIVA	1.000,00	1.000,00
4	1,00	UN	Acompanhamento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção/renovação de LAI e LAO do Condomínio Industrial.	ECOATIVA	1.500,00	1.500,00
Total						7.500,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ECOATIVA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME	01,02,03 e 04.
7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por

cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 8 de Setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO**

Processo Licitatório Nº 0143/2014
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 0024/2014
CONTRATO Nº xxx/2014

DAS PARTES:**CONTRATANTE:**

O Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zóccoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, neste ato representado pelo PREFEITO Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, inscrito no CPF sob o nº 56437560991.
CONTRATADA:

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxx, com sede à xxxxx, na cidade de xxxxx, xxxxx, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) xxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente contrato é Contratação da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, ObjetoContrato, através da Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24, Lei nº 8.666/93.

A contratada obriga-se a fornecer à contratante conforme quantificação e especificação da Dispensa de Licitação Nº 24/2014, e de acordo com as condições apresentadas na proposta da contratada,

os quais são partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXX) conforme proposta apresentada pela contratada, que é parte integrante deste instrumento, relativo ao(s) item(ns):

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Acompanha- mento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção da LAP e LAI para o Loteamento Nova Capinzal.	ECOATIVA	3.500,00	3.500,00
2	1,00	UN	Projeto de Supressão de Vegetação Nativa (Araucárias), Rua Alcir Masson, para acesso ao Loteamento Nova Capinzal	ECOATIVA	1.500,00	1.500,00
3	1,00	UN	Projeto de Tratamento Individual de Esgoto Vista Alegre, conforme TAC - Ministério Público	ECOATIVA	1.000,00	1.000,00
4	1,00	UN	Acompanha- mento Técnico e Gestão Ambiental para obtenção/renovação de LAI e LAO do Condomínio Industrial.	ECOATIVA	1.500,00	1.500,00
Total						7.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento dos produtos/serviços, pelo Município de Capinzal, com aceite no verso da Nota Fiscal.

3.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

3.3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no(a) Dispensa para Compras e Serviços que precedeu o presente contrato, a remessa do produto/serviço apresentado/executado não será aceita, sendo devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

3.5. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou fatura correspondente.

3.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da

Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, feita pelo requisitante deverá anexar, na cópia que necessariamente o acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que o recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

3.7. A cópia da ordem de compra referida no item anterior deverá ser devolvida para o Município de Capinzal, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A forma de pagamento será: xxxxxxxxxxxxxxxx.

4.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.3. Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

4.4. Não serão efetuados os pagamentos aos fornecedores que deixarem de apresentar quaisquer dos itens acima descritos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

5.1. Considerando o prazo de validade, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

5.2. Durante a vigência do contrato, os valores serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, o Município de Capinzal, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro processo de Dispensa de Licitação.

5.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município de Capinzal, os fornecedores serão convocados pelo Município de Capinzal, Diretoria de Licitações para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

5.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, e, em conformidade com o anexo I, mediante apresentação da Nota Fiscal e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.2. O Município de Capinzal somente atestará a entrega dos bens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

6.3. O critério para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, dar-se-á pelo percentual

pago para as aplicações em poupança, devendo ser aplicado o percentual sobre o número de dias de atraso, os quais não deverão ser superiores a 15 (quinze) dias.

6.4 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, para cada dia de atraso na entrega do produto ou mercadoria;

6.5 Não serão efetuados pagamentos antecipados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. A entrega implica tão somente na transferência da responsabilidade pela guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da regularidade do objeto, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

7.2. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 02 (dois) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra.

7.3. O prazo para a retirada da Autorização de Fornecimento será de até 03 (três) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

7.4. O local da entrega, em cada fornecimento, será no local indicado na Autorização de Fornecimento, devendo ser dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Capinzal.

7.5. A contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues com irregularidades ou desconformidade com o proposto, obrigando-se a contratada a promover sua substituição.

7.6. Os materiais/serviços do presente contrato estarão sujeitos a amplo controle de qualidade e acabamento, a critério da contratante, realizado quando do recebimento, diretamente pela contratante ou terceiros através de delegação.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO OU ORDEM DE COMPRA

8.1. As aquisições do objeto do presente contrato serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Licitações.

8.2. A emissão das Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O material objeto deste contrato recebido pelo Município de Capinzal consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionada:

Despesa: 20 - Manutenção dos serviços gerais da administração
Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Função: 4 - Administração
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração

Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATADA

11.1. Efetuar a entrega do material nos prazos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de compra;

11.2. Efetuar a entrega do material de acordo com a especificação e demais condições estipuladas nesta Dispensa de Licitação;

11.3. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) material(s)/serviço(s) em que se verifique danos em decorrência de transporte, manuseio inadequado, ou outro que afete o produto ou serviço, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.4. Assumir todos e quaisquer ônus referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

11.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

11.6. A verificação da qualidade na confecção e acabamento que são preponderantes na avaliação final do material;

11.7. Não serão aceitos em nenhuma hipótese materiais recondicionados ou reciclados.

11.8. Receber os valores dos produtos/serviços entregues nos prazos previstos nesta Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATANTE

12.1. Comunicar à empresa vencedora toda e quaisquer ocorrências relacionada com a aquisição do(s) material(s);

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações da dispensa de Licitação.

12.3. Pagar os produtos/serviços nos prazos previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

13.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ao que dispõe o Decreto Municipal 043/2008,

13.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capinzal: a) a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta

cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:
I - pela Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados

judicialmente.

13.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no item 13.2.1, e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 13.4.

13.4.7. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 13.4, não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração pública, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Diretoria de Compras e Licitações;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no item anterior e não efetuar o pagamento.

13.5.1. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e,

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.2. A penalidade de suspensão será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal.

13.6. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou autoridade equivalente em se tratando de autarquia ou fundação, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.1. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Município de Capinzal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Município de Capinzal, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do item 20.6.

13.7.1. Aplicam-se ao item 13.7, as disposições nos subitens 13.5.1 e 13.5.2 do item 13.5.

13.8. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.2. Na contagem dos prazos estabelecidos no item 20, e seus subitens excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Capinzal.

13.8.4. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

14.1. Pelo Município de Capinzal, quando:

14.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

14.1.2. A CONTRATADA não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido e o Município de Capinzal não aceitar sua justificativa;

14.1.3. A CONTRATADA der causa a rescisão administrativa do contrato;

14.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato;

14.1.5. Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Capinzal;

14.2. A comunicação da rescisão do contrato, nos casos aqui previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

14.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o contrato após 03(três) dias da publicação.

14.4. Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato:

14.5. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao Município de Capinzal a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante de cada Secretaria do Município de Capinzal, especialmente designado pela portaria nº 654, de 15 de agosto de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

16.1. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

17.1. O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura em xxxxxxxxxxxxxxxx e término no dia xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme prazo de entrega dos materiais/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

18.1. O presente contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação que o originou, seus anexos e a proposta da apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO

19.1. Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, xxxxxxxxxxxxxxxx

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
------------	------------

Portaria 671/2014

PORTARIA Nº 671, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

32671204	ANDRESSA MANGOLT DA ROSA	01/02/2013	31/01/2014	01/09/2014	30/09/2014	0
30690801	BERNARDETE TE- REZINHA CAVALLI CONTE	01/10/2012	30/09/2013	01/09/2014	30/09/2014	0
39722901	LOIRI SALETE ROVER BARBIERI	01/01/2013	31/12/2013	01/09/2014	30/09/2014	0
9471401	PAULO RONALDO WAMES	20/09/2012	19/09/2013	01/09/2014	30/09/2014	0
31878701	SEBASTIANA AN- TUNES DA COSTA DORINI	01/09/2012	31/08/2013	01/09/2014	30/09/2014	0
31910401	SILVANA SALETE BONATO	21/03/2013	20/03/2014	01/09/2014	30/09/2014	0
32078101	VILSON DA SILVEIRA	01/06/2012	31/05/2013	01/09/2014	30/09/2014	0
32079001	VILSON JOSE MA- ROSTICA	03/01/2013	02/01/2014	01/09/2014	30/09/2014	0

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, no mês de setembro de 2014, aos seguintes servidores:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Portaria 682/2014

PORTARIA Nº 682, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada Marina Durigon, matrícula nº 398721/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, a contar de 31 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 682/2014

PORTARIA Nº 682, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada Marina Durigon, matrícula nº 398721/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, a contar de 31 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2014.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Portaria 683/2014

PORTARIA Nº 683, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Janderson Seganfredo, matrícula 407438/02, no cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, nível CC - 3, conforme a Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 02 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Janderson Seganfredo

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, senhor Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Janderson Seganfredo, matrícula nº 407438/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, nomeado pela Portaria nº 683, de 02 de setembro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em

que foi investido, emvidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.
Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de setembro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

Portaria 684/2014

PORTARIA Nº 684, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Simone Cristiani Zeni Cora Godoy, matrícula nº 410028/01, no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, com lotação na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de setembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Simone Cristiani Zeni Cora Godoy

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Simone Cristiani Zeni Cora Godoy, matrícula nº 410028/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, nomeada pela Portaria nº 684, de 03 de setembro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, emvidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de setembro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 077, de 04.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 077, de 04.09.2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso V da Lei Nº 598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância de R\$ 30.026,00 (trinta mil e vinte e seis reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
114 - Transferência do Fundeb - 40%
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
118 - Salário Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos R\$ 1.355,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
02 - Divisão da Cultura
13 - Cultura
07 - Resgate a Cultura
392 - Difusão Cultural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2011 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
02 - Divisão da Cultura
13 - Cultura
07 - Resgate a Cultura
392 - Difusão Cultural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2011 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
08 - Esporte é Vida
812 - Desporto Comunitário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 1.671,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
08 - Esporte é Vida
812 - Desporto Comunitário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2019 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos
2044 - Manutenção Ampliação Serviços de Iluminação Pública R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2044 - Manutenção Ampliação Serviços de Iluminação Pública R\$ 5.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
10 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
127 - Superávit Financeiro - Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2028 - Manutenção/Pessoal Secretaria Assistência Social R\$ 17.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art.1º, no valor de R\$ 30.026,00 (trinta mil vinte e seis reais) fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1012 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos R\$ 2.355,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
02 - Divisão da Cultura
13 - Cultura
07 - Resgate a Cultura
392 - Difusão Cultural
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2011 - Manutenção / Pessoal R\$ 2.000,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
08 - Esporte é Vida
812 - Desporto Comunitário

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1022 - Construção Reforma e Ampliação de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 1.671,00

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
03 - Divisão de Esportes
27 - Desporto e Lazer
08 - Esporte é Vida
812 - Desporto Comunitário
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2019 - Manutenção / Pessoal R\$ 1.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2044 - Manutenção Ampliação Serviços de Iluminação Pública R\$ 6.000,00

09 - Secretaria do Desenvolvimento Social
01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08 - Assistência Social
10 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
117 - Outras Transferências Recursos Fundo Nacional de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2028 - Manutenção/Pessoal Secretaria Assistência Social R\$ 17.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
04 de setembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 356 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 356 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível II, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, ADALTO SYPRIANI, matriculado sob nº 2599/01, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível II, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº357 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 357 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,
RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível VIII para o Nível IX, Por Avaliação de Desempenho, a Servidora Pública, ADRIANA MARTINS, matriculada sob nº 2421/04, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IX, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 358 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 358 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,
RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, ADRIANO NAU, matriculado sob nº 2558/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 359 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 359 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, CLAUDINEI FRANÇA, matriculado sob nº 2605/01, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal Da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 360 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 360 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, ALCEU PEREIRA, matriculado sob nº 1110/04, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 361 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 361 /2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, JOELCIA CARLOS CABRAL, matriculado sob nº 2491/01, ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.09.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
08 de setembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 362 de 08.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 362/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Assessora Jurídica CHARLIANE MICHELS, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 09 de setembro de 2014, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
08 de setembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Audiência Pública**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA
DEMONSTRAR E AVALIAR AS METAS FISCAIS ESTABELECIDAS NA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI ORÇAMENTÁ-
RIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

A Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor Alcides Francisco Montibeller, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº0121 de 15.05.2001, convoca a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, para realização de Audiência Pública para demonstrar e avaliar as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2014 - 2º Quadrimestre bem como, torna público a toda a população do Município a realização da audiência, conforme data, local e horário abaixo descrito:

DATA: 30/09/2014 (TERÇA FEIRA)
LOCAL: Câmara de Vereadores Rua Geremias de Medeiros, 135-
Centro.
HORÁRIO: 09h00min.

Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2014.
ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
Presidente

Concórdia**PREFEITURA****Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 36/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 36/2014

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Santo Herminio de Luca, Diretor de Urbanismo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso IV, do Artigo 24, homologada em 08 de setembro de 2014, referente aquisição de material e mão-de-obra para troca de calhas antigas e quebradas da sala de velatório do Cemitério Municipal de Concórdia, em caráter emergencial, em favor da empresa FOCALHA FOGÕES E CALHAS LTDA, no valor total de R\$5.883,85(cinco mil e oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 05/2014 - FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 5/2014- FMAS

Objeto: Aquisição de livros em atendimento às necessidades dos Centros de Convivência, CRAS, CREAS, Abrigo Provisório Anjo Gabriel e Conselho Tutelar, com recursos do FEAS, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 25/09/2014
Abertura: dia 25/09/2014 08h30min. No endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 08 de setembro de 2014.
LAURI GARBOSA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 389/2014

DECRETO Nº 389/2014, DE 27 DE AGOSTO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de administração, Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 319000 - 05
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de administração, Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação: 339000 - 06
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 319000 - 22
Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 160.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de agosto de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 401/2014

DECRETO Nº401 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 402/2014

DECRETO Nº402 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ITAMAR ZAMIANI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 403/2014

DECRETO Nº403 /2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. GUSTAVO ANDRÉ FO-PPA ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 25/03/2013 a 24/03/2014, que serão gozadas no período de 22/09/2014 a 11/10/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

GUSTAVO ANDRÉ FOPPA

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 404/2014

DECRETO Nº 404, DE 03 SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido a partir de 04/09/2014 em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. ROBERTO CARRARO na função de Operador de Máquinas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Complementar Nº 18/2001, Lei Nº 468/2001 e demais alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 405/2014

DECRETO Nº 405, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. MARCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Assistente de Farmácia, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, que serão gozadas a partir de 10/09/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCIA ZANETTE

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 406/2014

DECRETO Nº 406 /2014, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de setembro de 2014

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 407/2014

DECRETO Nº 407/2014, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.031 - Manutenção da Coleta de Lixo, Limpeza Pública e Esgoto.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 99

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.031 - Manutenção da Coleta de Lixo, Limpeza Pública e Esgoto.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 100

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 5.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N. 408/2014

DECRETO Nº408 /2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ANA MARIA COLOMBELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 409/2014

DECRETO Nº409 /2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. LUCIANO RODRIGO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 410/2014

DECRETO Nº 410/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a pedido a partir do dia 08 de setembro de 2014, a Sra. Josiane Sara Hanel, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 411/2014

DECRETO Nº411 /2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. JULIANA BREANSINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o documento anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será do período de 03/09/2014 à 31/12/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 03/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 412/2014

DECRETO Nº412 /2014, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ITAMAR ZAMIANI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 413/2014

DECRETO Nº413 /2014, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ANDRE ANTONIO MOSENA, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Correia Pinto**PREFEITURA****Extrato de Contrato - Processo 01/2014 Fhmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA ATUAREM NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP

CNPJ: 19.708.937/0001-44

Instrumento: 573, 574

Processo Licitatório nº 01/2014 - Credenciamento

Vigência: 03/07/2014 à 31/12/2014

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CLINI SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 11.034.545/0001-35

Instrumento: 572

Processo Licitatório nº 01/2014 - Credenciamento

Vigência: 01/07/2014 à 31/12/2014

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SAULA LETICIA EID - ME

CNPJ: 13.803.158/0001-41

Instrumento: 671

Processo Licitatório nº 01/2014 - Credenciamento

Vigência: 21/08/2014 à 31/12/2014

Correia Pinto/SC 09 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Pregão Presencial - Processo 59/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 59/2014

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Tipo: Menor preço por lote. Abertura dos envelopes: 19.09.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 09 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

1ª Rerratificação de Edital de Licitação - Processo 56/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 56/2014
1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 56/2014, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, TONNERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, conforme segue: alteração nos itens do anexo I do edital. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 22.09.2014 às 14:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 09 de setembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Extrato de Contrato - Processo 51/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 51/2014
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 665/2014
Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DAS RUAS BRÁZ MANOEL FLORIANO E JUVENAL ALVES DA SILVA, CONVÊNIO Nº 2014TR002025, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 3459/2014.
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Consbrita Construtora de Obras Ltda.
CNPJ: 06.099.082/0001-50
Processo Licitatório nº 51/2014 - Tomada de Preços
Valor global da Obra: 424.503.49
Vigência: 180 dias

Correia Pinto/SC 09 de setembro de 2014.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Corupá**PREFEITURA****Tomada de Preço 13/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Tomada de Preço nº 013/14

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, de obra de pavimentação e qualificação de vias urbanas, reconstrução de diversos pontos de estradas rurais danificadas e/ou destruídas nas enxurradas de junho/2014 nas localidades de Rio Novo e Guarajuva (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, a obra será realizada com Recursos proveniente do SC RURAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 09/09/2014 às 09 horas do dia 24/09/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/09/2014.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 22/09/2014 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 09 de Setembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Chamamento Público 10/2014

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº - 010/2014

"PROCEDE O CHAMAMENTO PÚBLICO PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM SE INSTALAREM NO IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA POÇO D'ANTA e ou AUMENTAREM ÁREA DE INSTALAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIMENTOS".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art.34, parágrafo 1º da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações,

COMUNICA aos interessados que estão abertas as inscrições para habilitação de interessadas a se instalarem e ou aumentarem área de instalação junto ao IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA POÇO D'ANTA, localizado no Município de Corupá-SC, transcrito no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, sob o número 7.350, situado no lado ímpar da Estrada Poço D'Anta, com área total de 3.512,00 m², sendo que o mesmo está em fase de tramitação junto aos órgãos competentes, quanto a sua atualização de confrontações e medidas, onde a área atual do levantamento é de 2.450,00 m², edificado com edificação de alvenaria de 284,00m² coberta com telhas de barro tipo francesa, onde o vencedor do certame deverá providenciar a averbação da construção conforme

sua necessidade, no período de 09 de setembro a 29 de setembro de 2014, junto ao Município de Corupá, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Os interessados em ocupar o lote abaixo descrito ou aumentar a área das empresas já instaladas deverão preencher o Pedido de Enquadramento descrito na LEI 775/91, e, regulamentado através do Decreto 016/95, que se encontra a disposição junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC e apresentar os documentos solicitados na mesma. Os pedidos de habilitação deverão ter dados das empresas interessadas para posteriormente os membros integrantes da Comissão Especial designados através da Portaria 2645/2013, analisar e emitir parecer.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer de Corupá-SC, ou pelo fone (47) 3375-2154.

Corupá/SC, 09 de Setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO:

FERNANDO GEAN LUNELLI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 25.435

Registro de Preço 060/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 060/14

OBJETO Registro de Preços para eventual contratação de Serviços de Divulgação de Atos e Fatos Oficiais e Publicidade Administrativa do Poder Executivo Municipal em editora de Jornal com circulação no Município de Corupá-SC, com no mínimo 1000 exemplares, e, assinatura mensal de jornal impresso, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 09/09/2014 às 09 horas do dia 19/09/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 19/09/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Setembro de 2014

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar N.º 050 / 2014.

LEI COMPLEMENTAR N.º 050 / 2014.

ALTERA MAPA 04 (SISTEMA VIÁRIO - RUAS PROJETADAS) DA LEI COMPLEMENTAR 019/07 (QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL) DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Da nova configuração ao Mapa 04 - Sistema Viário / Ruas Projetadas - da Lei Complementar 019/07 - Que Instituiu o Plano Diretor Físico-territorial, passando a vigorar na forma do Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 05 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO ÚNICO

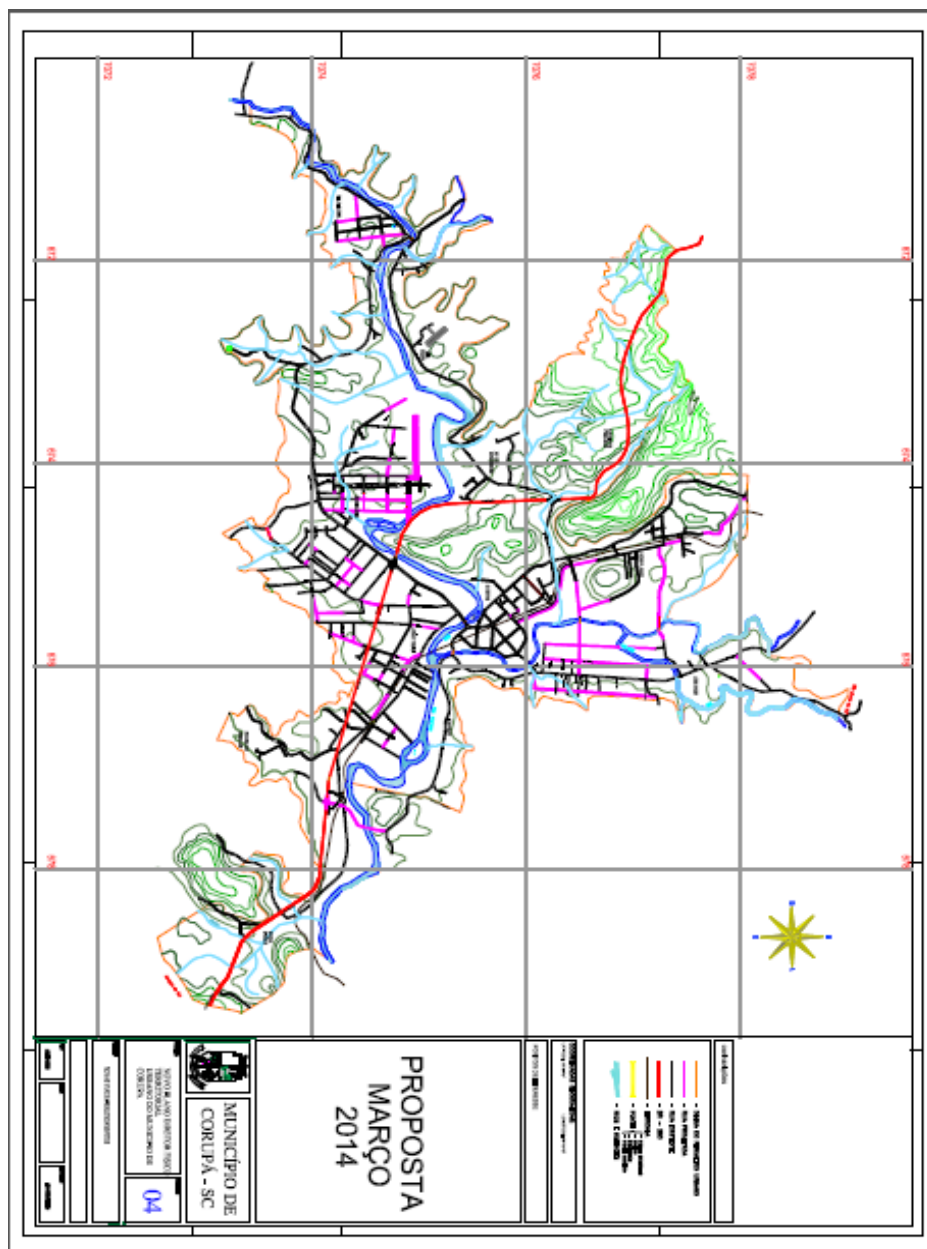


Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC e-mail: corupa@corupa.sc.gov.br

ANEXO ÚNICO



“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

Curitibanos**CÂMARA MUNICIPAL****Audiência Para Demonstração E Avaliação das Metas Fiscais Referentes ao Segundo Quadrimestre do Exercício de 2014**

A AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014 SERÁ REALIZADA NO DIA 23 DE SETEMBRO ÀS 15:30 HORAS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS REFERENTES AO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2014 SERÁ NO DIA 23 DE SETEMBRO

A Câmara de Vereadores de Curitibanos e a Prefeitura Municipal, em ação conjunta e em conformidade com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, em seu artigo 9º, § 4º, e de acordo com a Lei Municipal nº 4.887, de 15 de outubro de 2012, convocam entidades do município e a população em geral para participarem da Audiência Pública para Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre do Exercício de 2014.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Curitibanos.

Data: 23 de setembro de 2014.

Horário: 15h30min.

João Flaris Camargo
Presidente da Câmara

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****Extrato do Edital de Carta Convite Nº. 038/2014**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Carta Convite nº. 038/2014

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade CARTA CONVITE, tipo "Menor Preço Global", objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA USO NA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CONFORME ANEXO I, atendendo a Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 17/09/2014. Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 17/09/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 08 de Setembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Forquilha

PREFEITURA

Publicação Auto de Multa 2014

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA 2014

A Secretaria de Planejamento do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Complementar Nº 019 de 11 de Agosto de 2011 no Art. 45 do Código de Posturas, pelo presente, NOTIFICA Erotides Caetana de Oliveira, que se encontra em local incerto e não sabido, do presente AUTO DE MULTA nº 15/2014, em virtude de que, até a presente data, o autuado não tomou nenhuma providencia para sanar a irregularidade.

Dados do imóvel: Rua Roraima, Santa Cruz, Forquilha/SC, CEP: 88850-000. Lote 07, Loteamento Jardim Los Angeles. Inscrição Imobiliária: 01.06.004.0695.001. Matrícula nº 17.639 - 1º Ofício do Registro de Imóveis, Comarca de Criciúma. Notificação Preliminar nº 29/2014.

Walter Tiscoski.
Secretario Planejamento.

Lei Nº 2.001, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.001, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE ANTEPARO DO TIPO BIOMBO OU SIMILAR NAS AGÊNCIAS E POSTOS DE SERVIÇOS DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a instalação de anteparo do tipo biombo ou similar nas agências e postos de serviços dos estabelecimentos bancários do Município de Forquilha -SC, entre os caixas em que há movimentação de dinheiro e as áreas reservadas aos clientes que aguardam atendimento, de forma a impedir a visualização das operações financeiras realizadas entre o caixa e o cliente em atendimento.

§ 1º Os biombos ou similares deverão ter altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

§ 2º Não estão sujeitos à exigência prevista no caput, os caixas eletrônicos e os serviços em que houver auto atendimento por parte dos clientes.

Art. 2º Os estabelecimentos bancários disporão do prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da publicação, para adequar suas agências e postos de serviços ao disposto nesta Lei.

Art. 3º O estabelecimento bancário que infringir o disposto nesta Lei estará sujeito às seguintes penalidades, aplicadas sucessivamente:

I - advertência, por escrito, concedendo prazo de 30 (trinta) dias corridos, para a regularização;

II - multa no valor equivalente a 1.000 (um mil) UFM;

III - cassação da licença de localização: se, após 30 (trinta) dias úteis da aplicação da multa, persistir a infração, o Município procederá à cassação da licença de localização do estabelecimento

bancário.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta dias), contado da publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.002, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.002, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA RUA LEOSINA DE SOUZA MARTINS A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA NO BAIRRO NOVA YORK E, DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua LEOSINA DE SOUZA MARTINS a atual Rua nº 151, que inicia na Rua Nereu Belloli seguindo até a Rua Virginio Dassoler, no Bairro Nova York.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 2.003, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.003, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA AS VIAS PÚBLICAS QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as seguintes vias públicas, localizadas Loteamento Sagrada Família, matrícula nº 5.273, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, conforme anexo único desta Lei:

I - Passa a denominar-se Rua Irmã Pascal Cichenel, que inicia na Rua Lidivina Preis da Silva e vai até a Rua Madre Tereza de Jesus Gerhardinger;

II - Passa a denominar-se Rua Irmã Adelinde Westrup, que inicia

na Rua Lidivina Preis da Silva e vai até a Rua Madre Tereza de Jesus Gerhardinger;

III - Passa a denominar-se Rua Irmã Maria Gertrud Hoepers, que inicia na Rua Lidivina Preis da Silva e vai até a Rua Madre Tereza de Jesus Gerhardinger;

IV - Passa a denominar-se Rua Madre Tereza de Jesus Gerhardinger, que se inicia na projeção do prolongamento da Rua Theodoro Horr e vai até o seu final.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

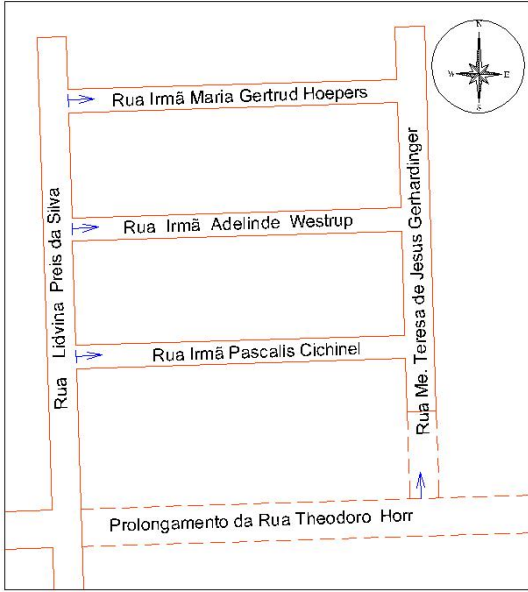
Publicado no mural e registrado em 08 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.003, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.003, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.



Mapa do Centro - Forquilha

Rua Lidvína Preis da Silva

Rua Imã Maria Gertrud Hoepers

Rua Imã Adeinde Westrup

Rua Imã Pascalis Cichinel

Rua Me. Teresa de Jesus Gerhardinger

Prolongamento da Rua Theodoro Horr

Compasso

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROPOSTA NOME DE RUAS			
REF:	PLANTA PLANIMÉTRICA SITUACÃO		
RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO:			
LOCAL:	CENTRO - FORQUILHINHA		
ESCALA:	DATA:	DESENHO:	FRANCHA:
RELATIVA	AGOSTO 2014	VALMIR HOBOLD	ÚNICA

Lei Nº 2.004, de 08 de Setembro de 2014.

LEI Nº 2.004, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CTG DO TIO CHICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros ao CTG do Tio Chico, entidade sem fins lucrativos, declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 385, de 02 de dezembro de 1996, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 80.167.679/0001-47, no montante de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) que serão utilizados para custear despesas com premiação e infraestrutura do XXVII Rodeio Crioulo Nacional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado em 08 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº Ct14pmf135**

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT14PMF135

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO CONSTRUÇÃO DE PISO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA AO AR LIVRE JUNTO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ", LOCALIZADO NA AV. RENE FREY, S/N, FUNDOS, NESTA CIDADE, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 15.946,37 (QUINZE MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 08.09.2014. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 08.09.2014 A 08.12.2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0161/2014 - PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 0016/2014. RECURSOS: 1200, 1514 E 3514 (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL).

FRAIBURGO (SC), 08 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 0236/2014

DECRETO Nº 0236 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DO LOTE Nº 0001-000 DA QUADRA 021, DE PROPRIEDADE DE RENAR MAÇÃS S.A.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 4369/2014, fica aprovado o Desmembramento do Lote nº 0001-000 da quadra 021, com área de 59.429,90m², matriculado sob nº 11556, no Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, de propriedade Renar Maças S/A, inscrita no CNPJ sob nº 86.550.951/0001-50, situado na Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, conforme abaixo descrito:

a) A área desmembrada com 595,80m², identificada na planta como Lote nº 321, será cadastrada neste município como lote nº 0321-000 da quadra 021;

b) A área desmembrada com 12.000,00m² identificada na planta como Lote nº 1-001, será cadastrada neste município como lote nº 0001-001 da quadra 021, com a benfeitoria 3.600,00m²;

c) A área desmembrada com 16.254,82m², identificada na planta como Lote nº 1-002, será cadastrada neste município como lote nº 0001-002 da quadra 021, com a benfeitoria 4.146,00m²;

d) A área desmembrada com 1.615,92m², identificada na planta como Lote nº 1-003, será cadastrada neste município como lote nº 0309-000 da quadra 021, com a benfeitoria 1.372,42m²;

e) A área remanescente com 28.963,36m² identificada na planta como Lote nº 1-000, permanecerá como lote 0001-000 da quadra

021, com as demais benfeitorias.

Art. 2º - Dentro do Plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV tabela II da Lei Municipal Complementar nº 0097/2008, o lote nº 0321-000 da quadra 021 será cadastrado como ZCP (Zona Comercial Predominante); o lote nº 0001-001 da quadra 021 e o lote nº 0001-002 da quadra 021 serão cadastrados como ZII (Zona de Interesse Industrial 1) e o lote nº 0309-000 da quadra 021 será cadastrado como ZIR (Zona de Interesse Residencial 1).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 0167/2011.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 05 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0237/2014

DECRETO Nº 0237, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.02 - Segurança Pública		
16.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0202 (152)	R\$	10.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.02 - Segurança Pública		
16.181.0019.2.043 - Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0204 (154)	R\$	5.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0205 (155)	R\$	5.000,00
Total	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Resultado da Concorrência Nº 0004_2014-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RESULTADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a alienação de 6 (seis) terrenos urbanos, pertencentes ao patrimônio do Município de Fraiburgo, após o julgamento da habilitação do único participante: DANIEL JOSÉ ZAGONEL que restou habilitado pela Comissão, o ITEM VI foi arrematado no valor total de R\$ 337.601,16 (trezentos e trinta e sete mil seiscientos e um reais e dezesseis centavos) ficando este valor acima do mínimo estipulado pelo Município no item 1.1 e em conformidade com as condições de pagamento previstas nos itens 6.2.1 e 6.2.2 do Edital cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias. Para os demais terrenos urbanos (I, II, III, IV e V) não houve apresentação de propostas.

Fraiburgo (SC), 08 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1770/2014

PORTARIA N.º 1.770, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 1.757/2014

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 1.757, de 02 de setembro de 2014, que nomeou LEONARDO HIDEKI MORITA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 040.163.569-46, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, alterando a data da nomeação para 09 de setembro de 2014.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 1.757, de 02 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1771/2014

PORTARIA Nº 1.771, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01146/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a servidora JUDITE DIAS DOS SANTOS, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALDANI MINEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 015.923.069-18, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de setembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1772/2014

PORTARIA Nº 1.772, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 534.347.149-87, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 11 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 0114-20014-PMF

Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 0114/2014 - PMF

Registro de Preços 0062

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que no Pregão Presencial em epígrafe, cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de sêmens bovinos e materiais diversos de uso veterinário, para atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, que faz parte do PISA - Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas, que foi CANCELADO o LOTE 3 (semens) , sendo que o mesmo será licitado posteriormente. Permanece a mesma data de abertura para a aquisição dos demais lotes, ou seja: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 10.09.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0238-2014

DECRETO Nº. 0238, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0031, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0031, de 19 de agosto de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 08 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0031 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	JULIANA APARECIDA BIASI	19	10	4	5	NÃO	15/6/1984
2	5	ÉRIKA DINIZ ARAÚJO DOS SANTOS	14	10	0	0	NÃO	5/3/1982
3	4	JUCIANE THAIS FERREIRA	7	2	2	3	NÃO	15/10/1987
4	2	DANYELLE BIANCA XAVIER DONATI	2	0	0	0	NÃO	12/9/1989

segunda-feira, 8 de setembro de 2014

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0031 DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Engenheiro Civil

Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1

Área de Atuação: Geral

Disciplina: Engenheiro Civil

1º

2º

3º

4º

5º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	MAIZE CARLA CARLESSO DAICÃO	6	2	4	0	NÃO	9/7/1990

segunda-feira, 8 de setembro de 2014

Página 2 de 2

Garopaba

PREFEITURA

Controle da Origem E dos Gastos com Ensino - 08/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MES DE AGOSTO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.145.274,08
1.2 - ITBI	1.446.843,34
1.3 - ISS	1.645.601,72
1.4 - FPM	7.714.571,25
1.5 - IRRF	457.207,31
1.6 - ICMS	3.618.505,30
1.7 - IPI	55.798,61
1.8 - IPVA	1.304.603,22
1.9 - ITR	1.867,97
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	13.883,45
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	828.956,94
1.12 - Multas e Juros de Mora	117.751,98
TOTAL	21.350.865,17

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	5.337.716,29
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	4.175.497,26
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	13.271,21
2.3 - Convênios	2.151.403,47
TOTAL	11.677.888,23

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	2.541.845,96	2.541.844,28	-1,68
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	2.513.261,08	4.186.956,22	1.673.695,14
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	1.675.507,39	0,00	-1.675.507,39
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.795.870,33	2.500.942,62	-294.927,71
3.5 - Convênios e Transferências	2.151.403,47	696.140,34	-1.455.263,13
TOTAL	11.677.888,23	9.925.883,46	-1.752.004,77

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 05 de setembro de 2014.

% APLICADO : 23,62%

Aplicado a menor : -294.929,39

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal - 08/2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.440.743,04	2.664,32
Pessoal Ativo	22.868.856,02	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	530.837,02	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	41.050,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.184.419,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	665.933,76	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	518.486,18	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.256.323,10	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	22.258.987,42	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	45.691.570,81	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,72	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	24.673.448,24	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	23.439.775,83	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	22.206.103,41	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 05/09/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

Controle da Origem E dos Gastos com Saúde - 08/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS DE AGOSTO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	4.145.274,08
1.2 - ITBI	1.446.843,34
1.3 - ISS	1.645.601,72
1.4 - FPM	7.714.571,25
1.5 - IRRF	457.207,31
1.6 - ICMS	3.618.505,30
1.7 - IPI	55.798,61
1.8 - IPVA	1.304.603,22
1.9 - ITR	1.867,97
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	13.883,45
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	828.956,94
1.12 - Multas e Juros de Mora	117.751,98
TOTAL	21.350.865,17

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	3.202.629,78
2.2 - Rendimento de Aplicação	60.026,74
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	3.502.214,62
TOTAL	6.764.871,14

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	3.202.629,78	5.749.039,81	2.546.410,03
3.2 - Convênios e Transferências	3.562.241,36	2.251.461,36	-1.310.780,00
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	6.764.871,14	8.000.501,17	1.235.630,03

% aplicado = 26,93%

Aplicado a maior = 2.546.410,03

Garopaba, 05 de setembro de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

RREO 4º Bimestre 2014 - Anexo 1

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)			% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES IMOBILIÁRIOS Recetta da Cessão de Direitos RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Instituições Privadas Transf. de Pessoas Transf. de Conv. OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	39.260.442,00 38.693.142,00 9.271.000,00 7.535.000,00 1.735.000,00 1.000,00 1.450.000,00 550.000,00 900.000,00 1.203.600,00 10.000,00 1.193.600,00 0,00 1.000,00 25.374.920,00 25.075.100,00 10.000,00 20.000,00 269.820,00 1.392.622,00 234.422,00 200,00 1.133.000,00 25.000,00 31.000,00 31.000,00 30.000,00 30.000,00 506.300,00 506.300,00	39.260.442,00 38.693.142,00 9.271.000,00 7.535.000,00 1.735.000,00 1.000,00 1.450.000,00 550.000,00 900.000,00 1.203.600,00 10.000,00 1.193.600,00 0,00 1.000,00 25.374.920,00 25.075.100,00 10.000,00 20.000,00 269.820,00 1.392.622,00 234.422,00 200,00 1.133.000,00 25.000,00 31.000,00 31.000,00 30.000,00 30.000,00 506.300,00 506.300,00	8.323.748,88 6.858.343,07 1.404.129,07 1.274.136,43 129.992,64 0,00 242.454,42 96.085,33 146.369,09 445.629,84 1.319,22 444.310,62 0,00 105,00 4.356.635,10 4.304.439,10 8,250,00 0,00 43.946,00 409.389,64 72.280,56 155.070,95 170.362,22 11.675,91 1.465.405,81 244.484,69 244.484,69 0,00 0,00 1.220.921,12 1.220.921,12	21,20 17,72 15,15 16,91 7,49 0,00 16,72 17,47 16,26 37,02 13,19 37,22 0,00 10,50 17,17 17,17 82,50 0,00 16,29 29,40 30,83 535,48 15,04 46,70 258,31 788,66 788,66 0,00 0,00 241,15 241,15	34.556.544,53 32.147.620,12 9.534.331,13 7.694.926,45 1.839.404,68 0,00 1.001.771,99 383.923,71 617.848,28 1.423.946,53 2.359,22 1.417.587,31 4.000,00 243,63 18.289.005,95 18.220.757,95 12.453,00 5.080,00 50.715,00 1.898.320,89 355.577,15 587.134,60 911.397,95 44.211,19 2.408.924,41 374.184,69 374.184,69 44.000,00 44.000,00 1.990.739,72 1.990.739,72	83,02 83,08 102,84 102,12 106,02 0,00 69,09 69,80 68,65 118,31 23,59 118,77 0,00 24,36 72,08 72,66 124,53 25,40 18,80 136,31 151,68 567,30 80,44 176,84 -1.841.624,41 -343.184,69 -343.184,69 -14.000,00 -14.000,00 -1.484.439,72 -1.484.439,72			
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00 1.280.000,00 1.100.000,00 1.100.000,00	1.280.000,00 1.280.000,00 1.100.000,00 1.100.000,00	226.977,85 226.977,85 192.782,63 192.782,63	17,73 17,73 17,53 17,53	903.063,66 903.063,66 768.373,87 768.373,87	70,55 70,55 69,85 69,85	376.936,34 376.936,34 331.626,13 331.626,13	

Continua 1/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.280.000,00	1.280.000,00	226.977,85	17,73	903.063,66	70,55
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	180.000,00	180.000,00	34.195,22	19,00	134.689,79	74,83
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atuarial	180.000,00	180.000,00	34.195,22	19,00	134.689,79	74,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.550.726,73	21,09	35.459.608,19	87,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.550.726,73	21,09	35.459.608,19	87,47
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.540.442,00	40.540.442,00	8.550.726,73	21,09	35.459.608,19	87,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.514.989,59	—	—	979.269,75	—
Superávit Financeiro	—	1.514.989,59	—	—	979.269,75	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.275.642,00	9.844.288,84	49.119.930,84	6.833.672,39	34.920.399,80	7.274.717,05	29.074.509,20	20.045.421,64
DESPESAS CORRENTES	34.315.913,00	2.716.430,93	37.032.343,93	5.891.722,65	28.201.317,12	6.212.435,89	25.809.773,79	11.222.570,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.753.429,00	609.112,17	22.362.541,17	3.823.013,44	16.041.308,70	3.835.874,91	16.036.378,36	6.326.162,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	380.100,00	-200.000,00	180.100,00	11.430,28	12.1430,28	33.061,02	93.163,82	86.936,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.182.384,00	2.307.318,76	14.489.702,76	2.057.278,93	12.038.578,14	2.343.499,96	9.680.231,61	4.809.471,15
DESPESAS DE CAPITAL	2.681.729,00	7.127.857,91	9.809.586,91	941.949,74	6.719.082,68	1.062.281,16	3.264.735,41	6.544.851,50
INVESTIMENTOS	2.117.620,00	6.827.857,91	8.945.477,91	786.949,74	5.905.199,08	943.639,67	2.663.944,15	6.281.533,76

Continua 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.275.642,00	9.844.288,84	49.119.930,84	6.833.672,39	34.920.399,80	7.274.717,05	29.074.509,20	20.045.421,64
AMORTIZACAO DA DIVIDA	564.109,00	300.000,00	864.109,00	155.000,00	813.883,60	118.641,49	600.791,26	263.317,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	2.248.000,00	0,00	2.248.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.248.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.264.800,00	54.500,00	1.319.300,00	225.842,66	924.741,40	225.842,66	924.741,40	394.558,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.093.900,00	54.500,00	1.148.400,00	191.647,44	790.051,61	191.647,44	790.051,61	358.348,39
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	170.700,00	0,00	170.700,00	34.195,22	134.689,79	34.195,22	134.689,79	36.010,21
AMORTIZACAO DA DIVIDA	100,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	40.540.442,00	9.898.788,84	50.439.230,84	7.059.515,05	35.845.141,20	7.500.559,71	29.999.250,60	20.439.980,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	40.540.442,00	9.898.788,84	50.439.230,84	7.059.515,05	35.845.141,20	7.500.559,71	29.999.250,60	20.439.980,24
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	40.540.442,00	9.898.788,84	50.439.230,84	7.059.515,05	35.845.141,20	7.500.559,71	35.459.608,19	20.439.980,24

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.023.371,05

FONTE:

GAROPABA , 05/09/2014

Paulo Sérgio de Araujo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Ronálio Gabriel Teixeira Diretor Controle Interno	Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288
--	--	--	--

RREO 4º Bimestre 2014 - Anexo 2

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF- Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.275.642,00	49.119.930,84	6.833.672,39	34.920.399,80	7.274.717,05	29.074.509,20	96,92	59,19
Legislativa	1.778.000,00	1.778.000,00	297.977,77	1.238.231,02	280.893,07	1.150.628,25	3,84	64,71
Ação Legislativa	1.778.000,00	1.778.000,00	297.977,77	1.238.231,02	280.893,07	1.150.628,25	3,84	64,71
Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.396.582,00	3.635.076,25	546.261,16	2.831.098,23	566.594,62	2.491.474,48	8,31	68,54
Administração Geral	2.611.482,00	2.849.976,25	443.533,47	2.169.021,48	466.876,31	1.915.028,22	6,38	67,19
Administração Financeira	785.100,00	785.100,00	102.727,69	662.076,75	99.718,31	576.446,26	1,92	73,42
Segurança Pública	81.000,00	168.000,00	8.417,90	78.918,24	11.522,86	68.201,00	0,23	40,60
Defesa Civil	81.000,00	168.000,00	8.417,90	78.918,24	11.522,86	68.201,00	0,23	40,60
Assistência Social	958.800,00	1.188.172,20	140.011,18	661.121,71	156.284,16	585.262,47	1,95	49,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.100,00	177.653,00	27.282,73	113.882,76	36.849,31	100.807,84	0,34	56,74
Assistência Comunitária	823.700,00	1.010.519,20	112.728,45	547.238,95	119.434,85	484.454,63	1,61	47,94
Saúde	8.864.987,00	10.588.799,09	1.826.804,93	8.373.740,88	1.777.523,09	7.864.174,76	26,21	74,27
Atenção Básica	8.864.987,00	10.588.799,09	1.826.804,93	8.373.740,88	1.777.523,09	7.864.174,76	26,21	74,27
Educação	10.623.400,00	12.287.863,76	2.296.525,42	8.488.653,28	1.953.590,52	7.307.083,72	24,36	59,47
Alimentação e Nutrição	210.300,00	210.300,00	43.282,77	127.474,54	40.077,36	116.914,40	0,39	55,59
Ensino Fundamental	9.433.450,00	9.999.813,60	1.705.761,75	6.457.836,41	1.458.863,44	5.790.592,66	19,30	57,91
Ensino Superior	247.000,00	247.000,00	112.099,99	231.052,73	40.633,37	122.853,13	0,41	49,74
Educação Infantil	673.250,00	1.746.350,16	418.906,11	1.620.539,73	397.541,55	1.224.973,66	4,08	70,14
Educação Especial	59.400,00	84.400,00	16.474,80	51.749,87	16.474,80	51.749,87	0,17	61,32
Cultura	102.000,00	335.000,00	29.763,98	264.891,56	29.763,98	264.891,56	0,88	79,07
Difusão Cultural	102.000,00	335.000,00	29.763,98	264.891,56	29.763,98	264.891,56	0,88	79,07
Urbanismo	5.769.464,00	6.807.464,00	982.825,28	5.611.314,03	1.127.566,33	4.471.793,96	14,91	65,69
Infra-Estrutura Urbana	3.069.864,00	3.680.864,00	503.557,85	2.716.565,26	543.625,78	2.052.230,35	6,84	55,75
Serviços Urbanos	2.699.600,00	3.126.600,00	479.267,43	2.894.748,77	583.930,55	2.419.563,61	8,07	77,39
Habituação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	292.900,00	603.900,00	0,00	300.035,89	47.432,94	300.035,89	1,00	49,68
Saneamento Básico Urbano	292.900,00	603.900,00	0,00	300.035,89	47.432,94	300.035,89	1,00	49,68

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	39.275.642,00	49.119.930,84	6.833.672,39	34.920.399,80	7.274.717,05	29.074.509,20	96,92	59,19
Extensão Rural	890.700,00	1.031.265,04	128.487,30	747.502,37	151.117,23	647.109,54	2,16	62,75
Comércio e Serviços	890.700,00	1.031.265,04	128.487,30	747.502,37	151.117,23	647.109,54	2,16	62,75
Turismo	1.436.000,00	1.512.752,72	152.266,99	1.250.507,34	203.544,13	1.098.528,35	3,66	72,62
	1.436.000,00	1.512.752,72	152.266,99	1.250.507,34	203.544,13	1.098.528,35	3,66	72,62
Transporte	428.300,00	4.294.128,78	47.194,44	3.085.014,35	597.988,78	1.128.886,19	3,76	26,29
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	35.100,00	0,00	9.385,00	0,00	9.385,00	0,03	26,74
Transporte Rodoviário	402.200,00	4.259.028,78	47.194,44	3.075.629,35	597.988,78	1.119.501,19	3,73	26,29
Desporto e Lazer	257.200,00	313.200,00	26.774,47	158.696,55	25.978,13	143.955,87	0,48	45,96
Desporto Comunitário	257.200,00	313.200,00	26.774,47	158.696,55	25.978,13	143.955,87	0,48	45,96
Encargos Especiais	4.329.009,00	4.509.009,00	350.361,57	1.830.674,35	344.927,21	1.552.483,16	5,18	34,43
Previdência do Regime Estatutário	2.830.000,00	2.830.000,00	93.818,17	400.325,21	95.186,08	389.245,63	1,30	13,75
Serviço da Dívida Interna	944.009,00	1.044.009,00	166.430,28	935.313,88	151.702,51	693.955,08	2,31	66,47
Outras Transferências	555.000,00	635.000,00	90.113,12	495.035,26	98.038,62	469.282,45	1,56	73,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	1.264.800,00	1.319.300,00	225.842,66	924.741,40	225.842,66	924.741,40	3,08	70,09
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.136,22	10.661,56	2.136,22	10.661,56	0,04	44,42
Administração	24.000,00	24.000,00	2.136,22	10.661,56	2.136,22	10.661,56	0,04	44,42
Administração Geral	171.600,00	173.600,00	28.333,85	116.056,16	28.333,85	116.056,16	0,39	66,85
Administração Financeira	117.600,00	119.600,00	22.822,38	92.705,68	22.822,38	92.705,68	0,31	77,51
Assistência Social	54.000,00	54.000,00	5.511,47	23.350,48	5.511,47	23.350,48	0,08	43,24
Assistência Comunitária	28.100,00	48.100,00	4.020,84	15.480,64	4.020,84	15.480,64	0,05	32,18
Saúde	28.100,00	48.100,00	4.020,84	15.480,64	4.020,84	15.480,64	0,05	32,18
Atenção Básica	200.100,00	200.100,00	44.295,30	174.932,96	44.295,30	174.932,96	0,58	87,42
Educação	200.100,00	200.100,00	44.295,30	174.932,96	44.295,30	174.932,96	0,58	87,42
Educação Fundamental	549.500,00	582.000,00	93.110,95	393.384,94	93.110,95	393.384,94	1,31	67,59
Ensino Superior	484.400,00	484.400,00	72.454,13	307.380,32	72.454,13	307.380,32	1,02	63,46
Ensino Infantil	6.000,00	6.000,00	1.059,92	4.373,89	1.059,92	4.373,89	0,01	72,90
Educação Especial	55.100,00	86.100,00	18.421,02	76.733,60	18.421,02	76.733,60	0,26	89,12
	4.000,00	5.500,00	1.175,88	4.897,13	1.175,88	4.897,13	0,02	89,04

Continua 2/3

Município de GAROPABA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.264.800,00	1.319.300,00	225.842,66	924.741,40	225.842,66	924.741,40	3,08	70,09
Cultura	4.500,00	4.500,00	893,56	3.714,40	893,56	3.714,40	0,01	82,54
Difusão Cultural	4.500,00	4.500,00	893,56	3.714,40	893,56	3.714,40	0,01	82,54
Urbanismo	86.100,00	86.100,00	14.042,82	55.525,30	14.042,82	55.525,30	0,19	64,49
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	11.817,22	47.820,60	11.817,22	47.820,60	0,16	68,22
Serviços Urbanos	16.000,00	16.000,00	2.225,60	7.704,70	2.225,60	7.704,70	0,03	48,15
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	4.087,46	17.326,49	4.087,46	17.326,49	0,06	71,89
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	4.087,46	17.326,49	4.087,46	17.326,49	0,06	71,89
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	726,44	2.969,16	726,44	2.969,16	0,01	95,78
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	726,44	2.969,16	726,44	2.969,16	0,01	95,78
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	34.195,22	134.689,79	34.195,22	134.689,79	0,45	79,23
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	34.195,22	134.689,79	34.195,22	134.689,79	0,45	79,23
TOTAL (III) = (I + II)	40.540.442,00	50.439.230,84	7.059.515,05	35.845.141,20	7.500.559,71	29.999.250,60	100,00	59,48

FONTE:

GAROPABA , 05/09/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 4º Bimestre 2014 - Anexo 5

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.652.713,92	1.460.986,75	1.426.107,35
DEDUÇÕES (II)	5.039.511,46	7.019.940,63	6.446.923,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.303.419,78	7.646.592,32	6.968.458,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.179,94
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.908,32	626.651,69	523.714,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.386.797,54	-5.558.953,88	-5.020.815,68
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	164.161,04	150.710,20	137.259,36
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.550.958,58	-5.709.664,08	-5.158.075,04

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	551.589,04	-1.607.116,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-242.850,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	11.504.020,03	11.504.020,03	11.504.020,03
Passivo Atuarial	11.504.020,03	11.504.020,03	11.504.020,03
DEDUÇÕES (VIII)	13.838.536,29	14.646.917,58	15.862.338,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.657,14	50.645,26	42.023,44
Investimentos	13.828.879,15	14.600.442,09	15.820.314,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	4.169,77	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.334.516,26	-3.142.897,55	-4.358.318,01
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.334.516,26	-3.142.897,55	-4.358.318,01

FONTE:

GAROPABA , 05/09/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO 4º Bimestre 2014 - Anexo 6

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2014	Até o Quadrimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	38.779.542,00	13.292.180,02	31.633.096,47	27.706.451,93
Receita Tributária	9.271.000,00	2.560.747,07	9.534.331,13	7.810.199,33
I.P.T.U.	4.000.000,00	527.072,95	4.145.274,08	3.326.904,02
I.S.S.	1.400.000,00	783.671,01	1.645.601,72	1.170.014,64
I.T.B.I.	1.600.000,00	755.609,07	1.446.843,34	1.286.764,78
I.R.R.F.	535.000,00	226.185,40	457.207,31	353.866,76
Outras Receitas Tributárias	1.736.000,00	268.208,64	1.839.404,68	1.672.649,13
Receita de Contribuição	2.550.000,00	879.262,12	1.770.145,86	1.616.766,90
Receitas Previdenciárias	1.650.000,00	579.151,66	1.152.297,58	1.042.774,51
Outras Contribuições	900.000,00	300.110,46	617.848,28	573.992,39
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	2.359,22	6.359,22	0,00
Receita Patrimonial	1.203.600,00	887.450,87	1.423.946,53	-429.983,84
(-) Aplicações Financeiras	1.193.600,00	885.091,65	1.417.587,31	-429.983,84
Transferências Correntes	25.374.920,00	8.933.778,39	18.289.005,95	17.003.085,35
F.P.M.	8.800.000,00	2.689.456,76	6.171.657,19	5.716.623,12
I.C.M.S.	4.160.000,00	1.423.588,76	2.894.804,98	2.623.294,39
Convênios	269.820,00	45.283,00	50.715,00	511.469,27
Outras Transferências Correntes	12.145.100,00	4.775.449,87	9.171.828,78	8.151.698,57
Demais Receitas Correntes	1.573.622,00	916.033,22	2.033.254,31	1.276.400,35
Divida Ativa	1.133.000,00	350.945,58	911.397,95	818.081,67
Diversas Receitas Correntes	440.622,00	565.087,64	1.121.856,36	458.318,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	567.300,00	1.465.405,81	2.408.924,41	2.391.625,26
Operações de Crédito (III)	31.000,00	244.484,69	374.184,69	468.750,20
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	44.000,00	0,00
Transferências de Capital	506.300,00	1.220.921,12	1.990.739,72	1.922.875,06
Convênios	506.300,00	1.220.921,12	1.990.739,72	1.922.875,06
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	506.300,00	1.220.921,12	1.990.739,72	1.922.875,06
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	39.285.842,00	14.513.101,14	33.623.836,19	29.629.326,99
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2014	Até o Quadrimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	38.351.543,93	13.215.363,44	26.734.515,19	23.593.709,64
Pessoal e Encargos Sociais	23.510.941,17	7.998.632,23	16.826.429,97	14.494.785,51
Juros e Encargos da Dívida (IX)	180.200,00	50.331,02	93.163,82	137.156,15
Outras Despesas Correntes	14.660.402,76	5.166.400,19	9.814.921,40	8.961.767,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	38.171.343,93	13.165.032,42	26.641.351,37	23.456.553,49
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	9.809.686,91	1.738.342,08	3.264.735,41	2.125.268,05
Investimentos	8.945.477,91	1.458.977,99	2.663.944,15	1.588.200,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	864.209,00	279.364,09	600.791,26	537.067,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.945.477,91	1.458.977,99	2.663.944,15	1.588.200,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.278.000,00	-	-	-

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre 2014	Até o Quadrimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.278.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	49.394.821,84	14.624.010,41	29.305.295,52	25.044.753,56
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-10.108.979,84	-110.909,27	4.318.540,67	4.584.573,43
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	979.269,75	0,00
Superávit Financeiro	-	-	979.269,75	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.126.997,00

FONTE:

GAROPABA , 05/09/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO 4º Bimestre 2014 - Anexo 8

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	8.695.920,00	8.695.920,00	1.454.062,54	8.641.635,37	99,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.103.000,00	5.103.000,00	423.570,84	5.054.422,76	99,05
1.1.1- IPTU	4.800.000,00	4.800.000,00	251.336,74	4.147.005,38	86,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	1.672,19	35.908,87	359,09
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	154.870,86	801.414,84	80,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	470.000,00	470.000,00	17.422,35	71.824,97	15,28
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.177.000,00)	(1.177.000,00)	(1.731,30)	(1.731,30)	0,15
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	481.438,08	1.446.843,34	90,43
1.2.1- ITBI	1.600.000,00	1.600.000,00	481.438,08	1.448.043,34	90,50
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	(1.200,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.457.920,00	1.457.920,00	432.091,24	1.683.161,96	115,45
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	426.130,53	1.645.601,72	117,54
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.323,86	8.040,94	80,41
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	4.324,05	27.542,10	68,86
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	312,79	1.977,20	13,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(7.080,00)	(7.080,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	535.000,00	535.000,00	116.962,38	457.207,31	85,46
1.4.1- IRRF	535.000,00	535.000,00	116.962,38	457.207,31	85,46
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.770.000,00	17.770.000,00	2.897.191,08	12.709.229,80	71,52
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.635.105,38	7.714.571,25	70,13
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.635.105,38	7.714.571,25	70,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.200.000,00	5.200.000,00	867.773,32	3.618.505,30	69,59
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	3.966,70	13.883,45	55,53
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	14.611,86	55.798,61	79,71
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	227,71	1.867,97	7,47
2.6- Cota-Parte IPVA	1.450.000,00	1.450.000,00	375.506,31	1.304.603,22	89,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.465.920,00	26.465.920,00	4.351.253,62	21.350.865,17	80,67
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	886.600,00	886.600,00	179.775,62	665.251,04	75,03
5.1- Transferências do Salário-Educação	500.000,00	500.000,00	104.780,87	451.888,00	90,38
5.2- Transferências Diretas - PDDE	100.000,00	100.000,00	0,00	280,00	0,28
5.3- Transferências Diretas - FNAE	150.000,00	150.000,00	38.740,00	107.700,00	71,80
5.4- Transferências Diretas - FNATE	125.000,00	125.000,00	23.437,18	58.592,95	46,87
5.5- Outras Transferências do FNDE	5.000,00	5.000,00	7.801,29	12.034,00	240,68
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.600,00	6.600,00	5.016,28	34.756,09	526,61
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	795.429,07	795.429,07	994,29
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	795.429,07	795.429,07	994,29
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	683.000,00	683.000,00	80.385,53	427.392,52	62,58
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.659.600,00	1.659.600,00	1.055.590,22	1.888.072,63	113,77
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.000,00	3.554.000,00	577.359,96	2.541.844,28	71,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	324.943,19	1.542.914,06	70,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	173.554,48	723.700,32	69,59
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	793,34	2.776,69	55,53
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	14.000,00	14.000,00	2.922,32	11.159,68	79,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	45,53	373,54	7,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	290.000,00	290.000,00	75.101,10	260.919,99	89,97
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	999.907,47	4.175.497,26	69,59
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	999.907,47	4.175.497,26	69,59
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	2.446.000,00	2.446.000,00	422.547,51	1.633.652,98	66,79
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.692.950,00	6.144.000,00	999.293,93	4.186.956,22	68,15
13.1- Com Educação Infantil	406.050,00	857.100,00	186.001,36	799.288,02	93,25
13.2- Com Ensino Fundamental	5.286.900,00	5.286.900,00	813.292,57	3.387.668,20	64,08
14- OUTRAS DESPESAS	322.050,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	103.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	219.050,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.015.000,00	6.164.000,00	999.293,93	4.186.956,22	67,93
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)				4.186.956,22	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					100,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,27
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	6.616.480,00	6.616.480,00	1.087.813,41	5.337.716,29	80,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	668.150,00	1.536.200,00	309.398,86	1.184.871,69	77,13
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.408.050,00	8.519.000,00	1.353.712,51	5.503.027,15	64,60
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.505.950,00	5.296.900,00	813.292,57	3.387.668,20	63,96
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.902.100,00	3.222.100,00	540.419,94	2.115.358,95	65,65
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.076.200,00	10.055.200,00	1.663.111,37	6.687.898,84	66,51
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.633.652,98
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					23.239,65
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.656.892,63
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.031.006,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,56
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	506.000,00	616.000,00	0,00	90.440,36	14,68
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.590.600,00	2.198.563,76	383.590,10	922.129,46	41,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.096.600,00	2.814.563,76	383.590,10	1.012.569,82	35,98
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.172.800,00	12.869.763,76	2.046.701,47	7.700.468,66	59,83

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	293.411,41	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.175.497,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.326.235,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.078.454,25	0,00
49.2 Restos a Pagar	247.781,33	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	142.673,09	0,00

GAROPABA , 05/09/2014

Paulo Sérgio de Araújo	Ronye Paes	Ronakio Gabriel Teixeira	Edinei José Vieira
Prefeito Municipal	Secretário de Orc. e Contabilidade	Diretor Controle Interno	Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

* Caput do art. 212 da CF/1988

* Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 23.239,65, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Gaspar

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 176/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE DE ESCOLARES - ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 19/09/2014. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 05 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Decreto Nº 6.070, de 04 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.070, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA A SERVIDORA DANIELA ODETE DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a servidora DANIELA ODETE DE OLIVEIRA, portadora de CPF nº. 004.444.259-93 e do RG nº. 3.891.605, para o cargo de Secretária Escolar, Nível CC, Ref. 45 com 20 horas semanais, a partir de 04/09/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/09/2014.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.071, de 04 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.071, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBRO DA COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado como Pregoeiro o servidor JEAN CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 9034, para realização das licitações na modalidade Pregão, em substituição à servidora Caroline Wehmuth.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Aviso de Credenciamento Nº 04/2014

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2014

DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR, CNPJ nº 05.322.930.0001-85, por meio do Edital de Credenciamento nº 04/2014, e seus anexos, disponibilizados no site: www.gaspar.sc.gov.br, torna público que realizará credenciamento de prestadores de serviços de arbitragem esportiva, pessoa física, para arbitragem em eventos de desportos promovidos pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR, localizada na Rua Itajaí, nº 2.300, bairro Poço Grande, na cidade de Gaspar/SC.

O Edital de Credenciamento encontra-se disponível, gratuitamente, na página oficial do Município de Gaspar, no endereço www.gaspar.sc.gov.br ou por meio digital, no Departamento de Compras do Município de Gaspar/SC, localizado na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro.

A entrega da documentação deverá ocorrer até o dia 16 de setembro de 2014 às 16h30min, na Sede da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar localizada na Rua Itajaí, nº 2.300, bairro Poço Grande, na cidade de Gaspar/SC.

Informações poderão ser obtidas pelos telefones: (47) 3332-2679 ou (47) 3331-6309 ou pelo email: esporte@gaspar.sc.gov.br.

Gaspar, 08 de setembro de 2014.

RENATO CESAR ZIMMERMANN

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Grão Pará

PREFEITURA

Multas de Trânsito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 403/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
LXB 1693	54260333E	7030/1	13/12/2013	244*I
MED 4421	54260332E	7030/1	13/12/2013	244*I
MGF 7459	54260331E	7030/1	13/12/2013	244*I
MKN 0450	54260347E	6920/0	22/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 405/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
CMD 1020	54260339E	6599/2	18/12/2013	230*V
MBW 8219	54260258E	6599/2	08/02/2014	230*V
MBW 8219	54260259E	6556/5	08/02/2014	230*I
MBW 8219	54260260E	5169/1	08/02/2014	165
MBW 8219	54260261E	5037/1	08/02/2014	162*III
MBW 8219	54260262E	6912/0	08/02/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 407/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI,

COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
LWT 0379	54260341E	5010/0	12/01/2014	162*I
LWT 0379	54260342E	6599/2	12/01/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 408/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MCO 4348	54260344E	6920/0	17/01/2014	233
MFJ 2553	54260346E	6920/0	22/01/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 410/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
IRU 0324	54260264E	6920/0	17/02/2014	233
LXK 5441	54260263E	6920/0	17/02/2014	233
MCT 1608	54260267E	6920/0	25/02/2014	233
MCW 7792	54260272E	6610/2	08/03/2014	230*VII
MDF 8888	54260348E	5045/0	03/02/2014	162*V
MDF 8888	54260349E	5169/1	03/02/2014	165
MEW 9576	54260265E	6920/0	19/02/2014	233
MLH 5622	54260270E	5010/0	04/03/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 411/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MFJ 1728	54260252E	5274/1	01/02/2014	175
MFJ 1728	54260253E	6599/2	01/02/2014	230*V
MFJ 1728	54260254E	6637/2	01/02/2014	230*IX
MFJ 1728	54260255E	5169/1	01/02/2014	165
MLB 7087	54260273E	5479/0	15/03/2014	181*X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 412/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
BGD 6034	54260283E	6920/0	04/04/2014	233
MCG 7397	54260278E	6599/2	29/03/2014	230*V
MCG 7397	54260279E	5010/0	29/03/2014	162*I
MCG 7397	54260280E	5169/1	29/03/2014	165
MEI 5857	54260287E	6599/2	08/04/2014	230*V
MEI 5857	54260289E	5010/0	08/04/2014	162*I
MFJ 1728	54260293E	5010/0	10/04/2014	162*I
MHC 2603	54260286E	6599/2	06/04/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 413/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
AKQ 1085	54260205E	6912/0	25/04/2014	232
COL 3124	54260295E	6548/0	13/04/2014	229
IEQ 7823	54260282E	6920/0	04/04/2014	233
MCR 5398	54260285E	6599/2	05/04/2014	230*V
MDR 2412	54260202E	6920/0	23/04/2014	233
MEJ 0428	54260297E	6912/0	15/04/2014	232
MFD 5319	54260276E	5274/1	28/03/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 414/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
LXR 3738	54260206E	5835/0	29/04/2014	195
MFJ 1728	54260207E	6912/0	1º/05/2014	232
MHV 5254	54260211E	6599/2	03/05/2014	230*V
MHV 5254	54260212E	5010/0	03/05/2014	162*I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 415/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
ARL 4860	54260296E	5045/0	15/04/2014	162*V
KMM 7050	54260209E	6920/0	05/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 416/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MBL 6842	54260298E	6599/2	18/04/2014	230*V
MBL 6842	54260299E	5010/0	18/04/2014	162*I
MBL 6842	54260300E	6912/0	18/04/2014	232
MBZ 5094	54260203E	6920/0	24/04/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 417/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MFD 1582	54260213E	5525/0	03/05/2014	181*XV
NFN 1548	54260218E	5452/2	17/05/2014	181*VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 419/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
LYJ 7306	54260216E	5347/0	10/05/2014	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 421/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7, DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/98, DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8, DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO
MAW 9732	54260230E	6599/2	30/05/2014	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DA PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/97, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/98), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 404/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	VALOR	ENQ.
HEI 5807	54260323E	6912/0	04/12/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSANTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328 406/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	VALOR	ENQ.
MEH 0502	54260301E	6610/2	16/11/2013	R\$ 127,69	230*VII
MEH 0502	54260302E	6599/2	16/11/2013	R\$ 191,53	230*V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSANTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

409/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	VALOR	ENQ.
MCX 7584	54260326E	6912/0	04/12/2013	R\$ 53,20 232	
MGQ 6159	54260327E	5118/0	04/12/2013	R\$ 574,61 164 c/c 162*I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 28 DE ABRIL DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

418/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	VALOR	ENQ.
MCZ 4402	54260274E	6920/0	18/03/2014	R\$ 127,69 233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.

ULISSES GABRIEL

Delegado Regional de Polícia

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 328

420/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O (S) PROPRIETÁRIO (S) DO (S) VEÍCULO (S) ABAIXO ESPECIFICADO (S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA (S) INFRAÇÃO (ÕES) DE TRÂNSITO RESPECTIVA (S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS, NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	CÓDIGO DA INF./DESDOBRAM.	DATA DA INFRAÇÃO	VALOR	ENQ.
CGH 7690	54260308E	6920/0	21/11/2013	R\$ 127,69 233	
CQC 5943	54260321E	5010/0	07/12/2013	R\$ 574,61 162*I	
CQC 5943	54260328E	5215/1	07/12/2013	R\$ 191,53 170	
CQC 5943	54260329E	5274/1	07/12/2013	R\$ 191,53 175	
CQC 5943	54260330E	5118/0	07/12/2013	R\$ 574,61 164 c/c 162*I	
IIS 3172	54260398E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69 233	
LZO 4983	54260316E	5010/0	19/12/2013	R\$ 574,61 162*I	
LZO 4983	54260317E	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53 230*V	
MBU 0621	54260305E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53 230*V	
MBU 0621	54260306E	6912/0	19/11/2013	R\$ 53,20 232	
MBY 9557	54260340E	5010/0	25/12/2013	R\$ 574,61 162*I	
MJM 2687	54260373E	6920/0	25/09/2013	R\$ 127,69 233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA (M) O (S) NOTIFICADO (S) CIENTE (S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSNTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GRÃO-PARÁ/SC, 07 DE JULHO DE 2014.
ULISSES GABRIEL
Delegado Regional de Polícia

Portaria 207-224

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA
RESUMO

PORTARIA Nº. 0207 / 2014 DE 21 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
RESOLVE Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria nº 129/2010, de 01/06/2010, que designa o funcionário EMIR DACOREGIO, ocupante do cargo de Médico, código 1.06, para ter exercício no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), retornando a exercer suas funções na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0208 / 2014 DE 21 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
RESOLVE Designar MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de Médico, código 1.06, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para ter exercício no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0209 / 2014 DE 21 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,
RESOLVE Designar NEY LANE OENNING DACOREGIO SQUIZATTO, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, para ter exercício no NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0210 / 2014 DE 21 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder férias regulamentares a JACKSON SOMBRIO DACOREGGIO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício de suas funções na Secretaria dos Transportes e Obras, no período de 01/08/2014 a 30/08/2014, referente ao período aquisitivo de 19/04/2012 a 18/04/2013.

PORTARIA Nº. 0211 / 2014 DE 31 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder licença para tratamento de saúde em pessoa da família a funcionária ELIZABET CRISTINA DA SILVA MARTINS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Código 4.01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no período compreendido entre 04/08 a 31/08/2014,

conforme laudo de perícia médica em anexo.

PORTARIA Nº. 0212 / 2014 DE 31 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000

de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder licença para tratamento de saúde em pessoa da família a funcionária ROSA ALBERTON DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Monitor de Educação, nível I, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no período de 30 (trinta) dias, conforme laudo de perícia médica em anexo.

PORTARIA Nº. 0213 / 2014 DE 31 de JULHO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária DAIANA MICHELS JUNKES, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme requerimento e parecer jurídico, cessando, a partir desta data, os efeitos da portaria 157/2013, de 29/05/2013, que designa para ocupar a Função Grativada de Chefe de Divisão de Planejamento.

PORTARIA Nº. 0214 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Alterar, temporariamente, a carga horária da funcionária FABIANA CORREA DELFINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, código 4.01, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, passando para 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a titular Adriana Becker, em licença para tratamento de saúde, para atuar no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCSV - (PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0215 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar CAMILA WEBER BLASIUS, para, no período compreendido entre 04/08/2014 a 03/08/2015, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria da Educação e

Cultura, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0216 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE Contratar FABIANA MORGAN DA COREJO, para, no período compreendido entre 04/08/2014 a 03/08/2015, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, Creche, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº. 0217 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de

04/04/2000

RESOLVE Contratar, em caráter temporário, RAQUEL PEREIRA DE SOUSA, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga

horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado à Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, em substituição a Mirabel Wessler Boing Ponciano, em licença para tratamento de saúde, pelo período

compreendido da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0218 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de

04/04/2000

RESOLVE Contratar, em caráter temporário, ANA PAULA BELTRAME MICHELS, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga

horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado à Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, em substituição a titular Rosa Alberton de Oliveira, em licença para tratamento de saúde em pessoa da família,

conforme portaria nº 212/2014, de 31/07/2014, pelo período compreendido da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no

INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0219 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de

04/04/2000

RESOLVE Contratar, em caráter temporário, SOLANGE DE OLIVEIRA HERT, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga

horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado à Secretaria

Municipal da Educação e Cultura, em substituição a Mirabel Wessler Boing Ponciano, em licença para tratamento de saúde, pelo período

compreendido da licença, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0220 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000

de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder licença para tratamento de saúde em pessoa da família a funcionária ROGIRLENE DACORÉGIO KÜLKAMP, ocupante do cargo de

Professor Nível III, 40 (quarenta) horas semanais, 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas e 20 (vinte) horas

semanais na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, no período compreendido

entre 04/08/2014 a 03/09/2014, conforme Solicitação Administrativa em anexo.

PORTARIA Nº.0221 / 2014 DE 04 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 31.º da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Contratar, em caráter temporário, PATRICIA FLOR SOARES, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de

30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré Escola, vinculado à Secretaria Municipal

da Educação e Cultura, em substituição a Alcione Maira Furtado, em licença para tratamento de saúde, pelo período compreendido da licença,

sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, conforme Solicitação Administrativa.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

DE PORTARIA Nº. 0222 / 2014 12 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Contratar ELENICE DOS SANTOS MARQUES, para, no período compreendido entre 12/08/2014 a 31/08/2014, ocupar o cargo de Agente de

Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas -

Creche, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, em substituição à titular Elizabet Cristina da Silva Martins, em licença para

tratamento de saúde em pessoa da família, conforme portaria 211/2014, de 31/07/2014, sob o regime estatutário, com vínculo previdenciário ao

INSS, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0223 / 2014 DE 12 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a pedido, SIZINO DA ROSA BRANCO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, nomeado pela portaria nº 235/2013, de 27/09/2013, a partir

de 12/08/2014, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0224 / 2014 DE 12 de AGOSTO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a FABIANA ALBERTON PERIN, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40

(quarenta) horas semanais, com exercício de suas funções no Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, no período de 15/08/2014 a

13/09/2014, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2013.

Lei Municipal N 1965-2014 Crédito Especial Consórcio Catarina

LEI MUNICIPAL Nº 1.965/2014

(De 08 de setembro de 2014)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.937, de 11 de Dezembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores especificados abaixo:

08.00 -	SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO		
08.02 -	DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO		
2.034 -	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA		
3.1.71.00.00.00.00.00.0000 -	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	3.424,58
3.3.71.00.00.00.00.00.0000 -	Transferências a Consórcios Públicos	R\$	1.796,43

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito especial, definido no artigo segundo desta Lei, ficam reduzidas as seguintes dotações do Orçamento vigente do Município de Grão-Pará, até os valores especificados abaixo:

07.00 -	SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO		
07.01 -	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO		
1.016 -	CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 -	Aplicações Diretas	R\$	5.221,01

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Lei Municipal N 1966-2014 Convênio com A A.a.g.p. (Sala Praça)

LEI MUNICIPAL Nº 1.966/2014

(De 08 de setembro de 2014)

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Grão-Pará, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, a firmar Convênio com a Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.178.275/0001-08, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, 62, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, objetivando a união de esforços entre os Convenientes, para a promoção do turismo e da agricultura familiar em Grão-Pará, nos termos da Minuta de Convênio em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.966/2014: MINUTA DO CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº/2014

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, neste ato, representado por seu Prefeito, Sr. AMILTON ASCARI, portador do CPF nº 656.515.109-15, e a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.178.275/0001-08, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, 62, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, neste ato, representada por seu Presidente, Sr. JOSÉ SCHMITT BUSSOLO, portador do CPF nº 656.515.109-15, mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Convênio é a união de esforços dos convenientes para a promoção do turismo e da agricultura familiar no Município de Grão-Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente Convênio tem seu fundamento legal na Lei Municipal nº, de de de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 O presente Convênio será executado por ambas as partes convenientes, as quais deverão cumprir, fielmente, com as obrigações pactuadas neste instrumento, com o objetivo de promover o turismo e a agricultura familiar em Grão-Pará.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 Das Obrigações do Município de Grão-Pará:

- a) Ceder a sala construída na Praça Anésio Faust, localizada na Rua Presidente Vargas, s/n, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina à Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP;
- b) Colocar um servidor ou estagiário para, em dias comerciais e aos sábados, em nome do Município de Grão-Pará, prestar informações turísticas e para, em nome da Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP, divulgar os serviços e comercializar produtos da agricultura familiar dos associados à referida Entidade;
- c) Arcar com os custos de manutenção da sala ora cedida e, também, com os custos de água, energia, telefone dentre outros necessários para realização do objeto deste Convênio;
- d) Repassar aos associados, por meio de servidor ou estagiário, os valores arrecadados com a comercialização dos produtos;
- e) Efetuar análise da prestação de contas da Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP;
- f) Manter atualizado controle do número de turistas, visitantes e interessados que se utilizarem dos serviços e adquirem produtos junto à sala ora cedida.

4.2 Das Obrigações da Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP:

- a) Por meio de seus associados que frequentam as reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Turismo e Secretaria

Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, trazer materiais informativos dos serviços, para divulgação, bem como os produtos identificados, para comercialização;

b) Realizar a conferência, juntamente com o servidor ou estagiário, dos produtos comercializados e receber, do servidor ou estagiário do Município, os valores arrecadados com a venda dos produtos;

c) Aos sábados, os associados, no mínimo, um associado por sábado, em sistema de rodízio, auxiliarão nos trabalhos a serem desenvolvidos pelo servidor ou estagiário do Município, a saber: prestar informações turísticas, divulgar os serviços e comercializar os produtos postos à venda;

d) Prestar contas ao Município de Grão-Pará, mensalmente, dos produtos comercializados e dos respectivos valores arrecadados;

e) Realizar admissão de novos associados que tenham interesse de participar da promoção do turismo e da agricultura familiar no Município de Grão-Pará e que frequentem as reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REQUISITOS BÁSICOS NECESSÁRIOS

5.1 Somente poderão colocar produtos para comercialização ou divulgar serviços na sala ora cedida pessoas associadas ou que venham a associar-se à Associação dos Agricultores de Grão-Pará - AAGP e que frequentem as reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, podendo, no entanto, o Município de Grão-Pará desenvolver materiais informativos para divulgação do turismo em geral.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 A vigência deste Convênio inicia-se na data de sua assinatura, findando em 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogada, enquanto houver interesse entre as partes convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

7.1 Este Convênio, havendo interesse entre as partes conveniadas, poderá sofrer alteração em suas Cláusulas, por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 Este Convênio poderá ser rescindido por iniciativa do Município de Grão-Pará, unilateralmente ou por mútuo acordo entre as partes, pelo não cumprimento de suas cláusulas ou por legislação superior que o torne impraticável.

CLÁUSULA NONA - DAS NORMAS GERAIS

9.1 Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo, dentro do espírito de colaboração mútua que norteia as ações conveniadas.

E, por estarem as partes assim justas e conveniadas, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Grão-Pará/SC, de de 2014.

AMILTON ASCARI
SOLO

Prefeito Municipal

JOSÉ SCHMITT BUS-

Presidente da AAGP

TESTEMUNHAS

Lei Municipal N 1967-2014 Suplementação FMS

LEI MUNICIPAL Nº 1.967/2014

(De 08 de setembro de 2014)

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
2.034 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	105.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	104.000,00
2.036 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

14.00 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
14.01 -	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS		
2.035 -	MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	86.000,00
2.038 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO APOIO SAÚDE FAMÍLIA - NASF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
2.039 -	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	60.000,00
2.040 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
2.042 -	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	R\$	19.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Lei Municipal N 1968-2014 Reconhece Dívida com O Unibave

LEI MUNICIPAL Nº 1.968/2014

(De 08 de setembro de 2014)

"RECONHECE DÍVIDA DE 2012 COM A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito do Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, por meio de Contrato de Confissão de Dívida, autorizado a reconhecer dívida com a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.975.236/0001-08, relativamente a empenhos de 2012, anulados pelo Município de Grão-Pará, no valor de R\$ 38.332,25 (trinta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme Relação de Empenhos em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 08 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda**Guaramirim****PREFEITURA****Decreto Nº. 364/2014**

DECRETO Nº. 364/2014

Regulamenta a Lei Complementar nº. 058/2014, que dispõe sobre incentivos econômicos para empreendimentos que se estabeleçam na área industrial do Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e artigos 4º e 9º da Lei Complementar nº. 58/2014;

DECRETA:

Art. 1º. As empresas interessadas em participarem do plano municipal de incentivos econômicos para implantação e/ou transferência da empresa, deverão protocolar requerimento com anteprojeto do empreendimento e os seguintes documentos:

I - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações devidamente registradas em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;

II - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV - Prova de regularidade relativa à seguridade social, ao fundo de garantia por tempo de serviço e a débitos trabalhistas;

V - Cronograma de investimentos;

VI - Previsão do faturamento mensal dos 18 (dezoito) meses seguintes ao início do funcionamento;

VII - Relação de impostos que serão gerados com o funcionamento da empresa;

VIII - Demonstrativo do anteprojeto da construção (croqui) e da viabilidade técnica, econômica e financeira, com projeção da área de ocupação conforme artigos 6º e 10, I, da Lei Complementar 58/2014;

IX - Ficha técnica/cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico devidamente preenchida;

X - Estimativa de empregos diretos e indiretos no início das atividades e após 36 (trinta e seis) meses;

XI - Certidão, assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida em cartório, informando quais atividades serão exercidas.

Art. 2º. Ao requerer inscrição no plano municipal de incentivos econômicos, a empresa interessada fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do artigo anterior, inclusive demais documentos necessários no decorrer do processo.

Art. 3º. Havendo dois ou mais interessados na concessão do direito real de uso, será dada preferência às empresas que apresentem maior pontuação, no que tange às prioridades descritas no art. 5º da Lei 58/2014, conforme segue:

Prioridade	Pontuação	
Atividade pioneira	4	
Atividade de menor impacto ambiental	Alto	0
	Médio	1
	Baixo	3
Atividade que implique maior investimento para instalação	2	
Menor prazo para instalação	1	

Art. 4º. Entende-se por:

a) Atividade pioneira: quando a empresa é a primeira a exercer determinada atividade no Município de Guaramirim, independente do seu alcance social e econômico.

b) Atividade de menor impacto ambiental: conforme anexo VIII, da Lei Federal 6.938/1981;

c) Atividade que implique maior investimento para instalação: o somatório dos valores que serão despendidos para instalação da estrutura física, incluindo todos os móveis, máquinas e equipamentos necessários.

d) Menor prazo para instalação: contado da data de homologação da licitação até a data que a empresa iniciar suas atividades e já tiver emitido, pelo Município de Guaramirim, a primeira Nota Fiscal.

§ 1º Para comprovação da atividade pioneira, o beneficiário deverá emitir Declaração, com firma reconhecida em cartório, atestando que as atividades por ela desenvolvidas são pioneiras no Município de Guaramirim. Constatada a falsidade da Declaração, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei 8.666/1993.

§ 2º Para fins de análise das atividades de menor impacto ambiental, deverá ser apresentado laudo de impacto ambiental, emitido por engenheiro ambiental, tomando por base o Anexo VIII, da Lei Federal 6.938/1981.

§ 3º A empresa deverá apresentar Projeto Financeiro de instalação, pormenorizando todos os valores que serão despendidos, conforme art. 4º, alínea "c". A empresa que for pontuada neste requisito deverá comprovar, após 30 (trinta) dias do início de suas atividades, os investimentos despendidos com a instalação, que não poderá ser inferior a 90% (noventa por cento) da prevista no Projeto de Instalação.

§ 4º A comprovação dos investimentos de que trata o §5º será mediante o envio das respectivas Notas Fiscais e comprovantes de entrega da mercadoria ou prestação do serviço, acompanhado de relatório minucioso. Somente servirão para este fim as notas fiscais emitidas após a data de homologação do procedimento licitatório.

§ 5º Para comprovação do prazo de instalação, a empresa deverá apresentar Projeto de Prazo de instalação, que poderá ser realizado em conjunto com o Projeto Financeiro de instalação, conforme art. 4º, alínea "d". A empresa que for pontuada neste requisito deverá comprovar, após 30 (trinta) dias do início de suas atividades, que respeitou o prazo de instalação, que não poderá ser inferior a 90% (noventa por cento) do previsto no Projeto, ressalvado caso fortuito e força maior, devidamente justificado e desde que aceito pelo Poder Público, através do Secretário de Desenvolvimento Econômico, que poderá exigir comprovação das alegações prestadas.

Art. 5º. Entende-se por "início das atividades" ou "implantação do projeto" o momento em que a empresa já tiver: cumprido a taxa de ocupação mínima; iniciado suas atividades de produção ou prestação de serviço; e; emitido, pelo Município de Guaramirim, a primeira Nota Fiscal.

Art. 6º. Após o prazo máximo de 20 (vinte) dias da homologação do procedimento licitatório, o beneficiário tomará as providências para emissão da escritura pública de compra e venda, ressaltando o disposto na alínea b, II, do art. 3º, e o respectivo registro perante o Registro de Imóveis competente. O registro deverá estar concluído no prazo máximo de 4 (quatro) meses, exceto nos casos em que a Prefeitura Municipal de Guaramirim der causa ao atraso.

Parágrafo único. No que tange a concessão do direito real de uso, igualmente após a homologação do procedimento licitatório, o beneficiário terá 20 (vinte) dias para tomar todas as providências necessárias para o respectivo registro perante o Registro de Imóveis competente. O registro deverá estar concluído no prazo máximo de 4 (quatro) meses, exceto nos casos em que a Prefeitura Municipal de Guaramirim der causa ao atraso.

Art. 7º. O servidor designado como fiscal do contrato, dentro do procedimento licitatório, deverá formular relatório semestral do cumprimento de todos os requisitos pelas empresas beneficiárias.

§ 1º Constatado o descumprimento de algum requisito, comunicará a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para as providências necessárias.

§ 2º Não havendo qualquer descumprimento, emitirá relatório que será anexado ao procedimento licitatório, após a ciência expressa do Secretário de Desenvolvimento Econômico.

Art. 8º. Constatado o não cumprimento de todos os requisitos dispostos na Lei Complementar nº. 58/2014 e/ou neste decreto, inclusive aqueles constantes nos artigos 13 e 17, o Poder Público Municipal notificará o beneficiário, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para comprovação da regularização, quando possível.

§ 1º Aceita a regularização efetivada no prazo supracitado, o benefício permanecerá em vigor.

§ 2º Não sendo possível a regularização ou realizada fora do prazo estabelecido, o Poder Público Municipal tomará as medidas cabíveis para a rescisão do benefício, procedendo-se com a reversão do bem e demais disposições da Lei 58/2014.

Art. 9º. Em caso de reversão do bem em favor do Município, por qualquer motivo, o beneficiário terá o prazo máximo 120 (cento e vinte) dias para entregar o imóvel conforme determina a Lei 58/2014, sob pena de multa diária no valor de um salário mínimo, além das medidas judiciais cabíveis.

Art. 10. Para a entrega do imóvel ao Município, as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, bem como, a Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, emitirão laudos de vistoria, que deverão ser firmados também pelo representante legal do beneficiário.

§ 1º Não sendo constatada qualquer desconformidade nos laudos apresentados, o benefício será declarado rescindido por Decreto municipal.

§ 2º Constatada desconformidades nos laudos, o beneficiário será notificado a tomar as providências necessárias. Não o fazendo no prazo assinalado pelo Município, que deverá ser de no mínimo 10 dias úteis e no máximo cinco meses, incorrerá em multa diária no valor de um salário mínimo, além das medidas judiciais cabíveis.

§ 3º Caso o beneficiário se recuse a firmar os laudos de vistoria, sua ciência será atestada pela assinatura de duas testemunhas ou por publicação no diário oficial dos municípios.

Art. 11. Nos termos dos artigos 13 e 17 da Lei 58/2014, a beneficiada deverá comunicar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, eventual decretação de falência, instauração de insolvência civil ou dissolução da empresa, para que sejam cessados os benefícios concedidos.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Avaliação das Metas Fiscais Referente ao Segundo Quadrimestre de 2014

AUDIÊNCIA PÚBLICA Avaliação das Metas Fiscais referente ao Segundo Quadrimestre de 2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC
Edital de Convocação de Audiência Pública

LAURO FROHLICH, Prefeito do Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art.66 da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes no Município de Guaramirim e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentada a Avaliação das Metas Fiscais referente ao Segundo Quadrimestre de 2014, que será realizada, no local e horário abaixo indicado.

I - OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Guaramirim/SC, sobre a Avaliação das Metas Fiscais referente ao Segundo Quadrimestre de 2014, do Município de Guaramirim.

II - LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim

Rua: 28 de agosto nº 2042 - Centro

Data: 24/09/2014

Horário: 19h

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.
Prefeito Municipal
Lauro Frohlich

Extrato de 2º Termo Aditivo de Prazo de Contrato Nº28/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2012 - FMS

Processo de licitação: 15/2012 - FMS
Modalidade: Convite

Objeto da Licitação: CONSTRUÇÃO DA ÁREA EXTERNA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO CORTICEIRA
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa

Catarina.

CONTRATADO: Locadora de Mão de Obra R V A LTDA, inscrito no CNPJ nº02.198.159/0001-98, sede na Estrada Corticeira s/n.º, Bairro Corticeira, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 15/06/2014 a 27/11/2014.

Data da Assinatura: 15/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 15/06/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº. 368/2014

DECRETO 368/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 120.000,00.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (120.000,00)	

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
08.001.0026	TRANSPORTE
08.001.0026.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
08.001.0026.0782.0011	Infra-Estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e abertura de estradas, canais, corrego
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (120.000,00)	

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de setembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 364/2014

PORTARIA Nº 364/2014
NOMEIA Patricia Malko.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Patricia Malko, na função de Diretora do PROCON, vinculada a Procuradoria, a partir de 02 de setembro de 2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pref PL 51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 51/2014 - Pregão Presencial Nº. 28/2014.

Objeto: Contratação de seguros novos para os veículos Fiat Uno Vivace MLC 9367 utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Fiat Novo Palio Economy MLP 9257 utilizado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul.

Fundamentação: Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e legislações complementares.

Propostas e Habilitação: 22/09/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 08 de setembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 026/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de Frutas, verduras e legumes para as secretarias municipais de Assistência Social, Educação e de Saúde pelo período de 06 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 15h30min horas do dia 19/09/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Pregão Presencial Nº 030/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2014

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO DAS ESF's, UPA 24 HORAS E DEMAIS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 06 MESES

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13h00min horas do dia 22/09/2014

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 15,80 (quinze reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 1013/2014

PORTARIA Nº 1013/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Sem Remuneração, à servidora VANUZA DE OLIVEIRA (Matr. 2568), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 (Quarenta) horas semanais, pelo período de (01) um ano a contar de 08 de setembro de 2014, com fulcro no artigo 105, Inciso IV, da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1014/2014

PORTARIA Nº 1014/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 833/2014, da Servidora ROSIMERI SALETE CHIAMULERA (Matr. 3798), Nível-2, Referência "A", com carga horária de (20) vinte horas semanais, turno matutino, até o término do ano letivo de 2014, em substituição à Servidora Vanuza de Oliveira, em face de a mesma estar em gozo de Licença sem Remuneração. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1015/2014

PORTARIA Nº 1015/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 917/2014, da Servidora MICHELE DEOLA (Matr. 3899), Nível-2, Referência "A", com carga horária de (20) vinte horas semanais, turno vespertino, até o término do ano letivo de 2014, em substituição à Servidora Vanuza de Oliveira, em face de a mesma estar em gozo de Licença sem Remuneração. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.340/2014.

DECRETO Nº 3.340/2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.017 de 03/12/13 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-34

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Portaria Nº 1016/2014

PORTARIA Nº 1016/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ZULEICA BARTH DASSI (Matr. 972), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de MÉDICO, Nível -10, Referência "E", com carga horária de (10) dez horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de maio de 2012 e 30 de setembro de 2013, para serem gozadas a contar de 08 de setembro de 2014 a 07 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1017/2014

PORTARIA Nº 1017/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SÉRGIO MARTINS (Matr. 3698), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de julho de 2013 e 14 de julho de 2014, para serem gozadas a contar de 08 de setembro de 2014 a 07 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1018/2014

PORTARIA Nº 1018/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR por término de contrato, o Senhor DIEGO DALAGNOLI (Matr. 3902), o qual exercia as funções inerentes ao Cargo em Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar - Suplente, 40 horas semanais, a partir de 09 de setembro de 2014, em face do retorno da conselheira tutelar Cleusa Martini, que estava afastada para tratamento de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1019/2014

PORTARIA Nº 1019/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível - 7, Referência "A", Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 08 de setembro de 2014 a 19 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1020/2014

PORTARIA Nº 1020/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - Comum à Servidora Pública Municipal LUIZA SALETE BALESTRIN e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, a qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Agente de Saúde Pública do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 75, Nível 8, Referência "H", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 09 de setembro de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 09 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

Edital de Cancelamento - Teste Seletivo 002/2014/SMS/Ho

TESTE SELETIVO 002/2014/SMS/HO DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

EDITAL DE CANCELAMENTO

O Prefeito do município de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições, e,

Considerando a decisão judicial de suspensão do Processo Seletivo nº 002/2014/SMS/HO, referente aos autos nº 0900002-85.2014.8.24.0235 - da Ação Cível de Improbidade Administrativa - PROC, movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra Ato de Poder Executivo Municipal,

Torna pública a ANULAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014/SMS/HO, com vistas à preservação do interesse público e para evitar futuros apontamentos de ilegalidade.

Herval d' Oeste (SC), 09 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Ibiam**PREFEITURA****Pregão 033**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para aquisição de veículos para as secretarias municipais, conforme CONVENIOS COM O ESTADO DE SC Nº 2014TR002539 E 2014TR002499. O pagamento será efetuado conforme liberação dos recursos por parte dos convênios.

Entrega dos envelopes: 22/09/2014 até às 14:00 horas

Abertura dos envelopes: 22/09/2014 às 14:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 09 de Setembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****Aviso de Licitação Prg 010 - 2014 FME**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2014 - FME
REGISTRO DE PREÇO
Fundo Municipal de Educação

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO	Registro de Preço para aquisição de uniformes escolares para uso dos alunos do Ensino Fundamental e uniformes para uso dos Professores de Educação Física, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 22/09/2014 às 15:00 hs (quinze horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 22/09/2014 às 15:00 hs (quinze horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, no Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI - Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA

PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 09 de setembro de 2014.

Aviso CC 001 - 2014 PMI (Deserta)

AVISO

CONCORRÊNCIA 001/2014 - PMI

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DECLARA DESERTA A CONCORRÊNCIA 001/2014 PMI, PELO NÃO COMPARECIMENTO DE NENHUM LICITANTE PARA O CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

08 de Setembro de 2014.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR

Presidente de Comissão

Imarui

PREFEITURA

Extrato de Registro de Preço N. 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 001/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 001/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 003/2014 para aquisição de combustível para uso do Município de Imarui.

Fornecedor: Auto Posto de Combustível Celso & Alcy, CNPJ 03.634.560/0001-96: Item 01 GASOLINA COMUM - Marca Ale - 106.690,00 litros - R\$ Unit: 3,015; Item 02 - ÓLEO DIESEL COMUM - Marca Ale - 216.976,00 litros - R\$ Unit: 2,49. Signatários: Pelo Município de Imarui, o Sr. Manoel Viana de Sousa, pela empresa a Sra. Marcia Rocha de Medeiros da Silveira.

Validade da Ata: 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 12/02/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 002/2014

Extrato de Ata de Registro de Preço PMI N. 002/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 001/2014 para Aquisição de Veículos, máquinas e caminhões para uso do Município de Imarui.

Fornecedor: Copar Máquinas e Equipamentos Ltda, CNPJ 10.841.444/0001-03: Item 08 - MÁQUINA TIPO RETROESCAVADEIRA Veículo Novo, zero hora Ano/modelo 2013/2013 ou superior. Combustível diesel com potência de 90 HP; direção nas rodas dianteiras; traçada 4 x4; chassi rígido onde será suportado o conjunto do equipamento; direção hidráulica; conversor de torque e inversor de marchas frente/ré de acionamento eletro-hidráulico; cabine aberta, com para-brisa frontal, tapete de borracha; banco com suspensão e cintos de segurança; painel de instrumento completo com tampa anti-vandalismo; carregadeira frontal com caçamba com capacidade de 0,80 m³ com dentes para escavação; retroescavadeira com profundidade de 4,30 m; caçamba com 600 mm de largura com dentes para escavação; força de escavação na caçamba retro de 4.900 KG; pneus traseiros 1,75 x 25 com 12 lonas e dianteiro compatível; estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; garantia de 12 meses sem limites de quilometragem - Marca: Randon - Qtd 2,00 und - R\$ Unit 173.400,00.

Fornecedor: Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores, CNPJ 83.706.788/0002-64: Item 04 - Furgão novo, zero quilometro, Ano/Modelo 2013/2013 ou superior Motor diesel, com potência mínima de 125 CV; caixa de mudanças de 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) Ré; direção hidráulica; Air Bag dianteiro (motorista e passageiro); na cor branca devendo atender todas as normas vigentes de segurança; capacidade mínima de 15 (quinze) lugares + 01 (um) motorista; ar condicionado; vidros e travas dianteiros elétricos; Rádio AM/FM, com CD player; freios ABS; 04 (quatro) portas; banco do motorista com regulagem para inclinação e distância; banco do passageiro reclinável; estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; garantia de 12 meses sem limites de quilometragem. - Marca: TRANSIT FORD - Qtd 4,00 und - R\$ Unit 109.705,90. Item 05 - VEÍCULO TIPO FURGÃO Furgão novo, zero quilometro, Ano/Modelo 2013/2013 ou superior Motor diesel, com potência mínima de 125 CV; caixa de mudanças de 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) Ré; capacidade 02 (dois) passageiros; direção hidráulica;

Air Bag dianteiro (motorista e passageiro); na cor branca devendo atender todas as normas vigentes de segurança; capacidade mínima de 15 (quinze) lugares + 01 (um) motorista; ar condicionado; vidros e travas dianteiros elétricos; Rádio AM/FM, com CD player; freios ABS; 04 (quatro) portas; banco do motorista com regulagem para inclinação e distância; banco do passageiro reclinável; estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; garantia de 12 meses sem limites de quilometragem. - Marca: TRANSIT FORD - Qtd 1,00 und - R\$ Unit 101.816,66. Item 10 - CAMINHÃO TRUCK SIMPLES 4X2 (TOCO) EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE DE NO MÍNIMO 06 M³ Caminhão novo, zero quilometro; Ano/Modelo 2013/2013 ou superior. Motor diesel com potência mínima 270 CV, caixa de mudança de no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) a ré; direção hidráulica; cabine na cor branca devendo atender todas as normas vigentes de segurança; PTB 16.000 kg; pneus compatíveis com o peso do equipamento e carga do caminhão, com estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito; tacógrafo e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; rádio AM/FM; cor branca; garantia de um ano sem limites de quilometragem; Equipado com caçamba basculante nova; com capacidade mínima de 06 m³; revestimento assoalhado em chapa de aço de no mínimo 4,75 mm; protetor de cabine; sistema hidráulico; faixas reflexivas; para-choque homologado padrão CONTRAN; instalação elétrica conforme norma; escada lateral; para-lamas envolventes; protetores laterais; caçamba de 6 m³ com abertura da tampa articulada; aplicação de fundo anti-corrosivo; pintura e acabamento em "PU" na cor do veículo - Marca: CARGO 1723 FORD - Qtd 3,00 und - R\$ Unit 179.380,00. Fornecedor: Someval - Sociedade Mercantil de Veículos Automotores, CNPJ 83.706.788/0001-83. Item 02 - Veículo novo, Zero Quilometro Ano/Modelo 2013/2014 Combustível: Flex (gasolina e etanol) com potência de 80 CV; motorização 1.4 L; caixa de mudanças de 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) ré; na cor branca devendo atender todas as normas vigentes de segurança; capacidade mínima de 05 (cinco) passageiros; ar condicionado; vidros, travas e retrovisores elétricos; alarme (controle remoto); 04 portas; rádio AM/FM, CD com MP3; estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito, e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; Garantia de 12 meses sem limites de quilometragem. - Marca: FIESTA ROCAM HATCH 1 - Qtd 2,00 und - R\$ Unit 37.600,00. Item 03 - Veículo novo, zero quilometro, Ano/Modelo 2013/2014 Combustível: Flex (gasolina e etanol) com potência de 65 CV; Motorização 1.0 L; caixa de mudanças de 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) ré; com capacidade para 05 (cinco) passageiros; na cor branca devendo atender todas as normas vigentes de segurança; ar condicionado; vidros travas e retrovisores elétricos; alarme (controle remoto); 04 portas; rádio AM/FM, CD e MP3; estepe completo e equipamentos obrigatórios exigidos pelo código nacional de trânsito e demais equipamentos exigidos pela legislação aplicável ao objeto; garantia de 12 meses sem limites de quilometragem - Marca: FIESTA ROCAM HATCH 1 - Qtd 10,00 und - R\$ Unit 30.450,00.

Fornecedor: Viemaq Equipamentos Ltda, CNPJ 08.176.258/0001-55. Item 09 - ROLO COMPACTADOR NOVO/ZERO HORA ANO/ MODELO 2013/2013 OU SUPERIOR Motor 145 HP, 06 cilindros; direção hidráulica; cabine fechada equipada com ar condicionado; articulação 15º, oscilação 15º; amplitude alta 1,8 mm, amplitude baixa 0,9 mm; força centrífuga alta 27.400 kg, força centrífuga baixa 17.000 kg; peso operacional 12.300 kg; tambor para compactação de 2.100 mm; kit pé, pata de carneiro - Marca: COWDIN / CR12HD - Qtd 3,00 und - R\$ Unit 270.000,00.

Validade da ata: 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 13/02/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 003/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 003/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 003/2014, originária do Pregão Presencial PMI N. 001/2014, para Aquisição de Gêneros Alimentícios perecíveis e não perecíveis para o Município de Imaruí.

Fornecedor: Super Líder Alimentos Ltda, CNPJ 07.605.075/0001-45.

Item 01 - Mortadela fatiada, características técnicas: embutido de carne bovina ou suína sem gordura, fatiado. Embalagem: pacote a vácuo de 500 gr lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo 3 meses da data de fabricação - Marca Veneza - Qtd 500,00 pct - R\$ Unit 4,65. Item 02 - Queijo prato fatiado, características técnicas: derivado do leite com fatias separadas por interfolhador. Embalagem: pacote a vácuo de 500 gr, lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 2 meses da data de fabricação - Marca D'nona - Qtd 510,00 pct - R\$ Unit 8,28. Item 05 - Mamão formosa, características técnicas; devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração e aroma próprio, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem: descartável ou retornável sendo de material resistente - Marca Líder - Qtd 1.850,00 KG - R\$ Unit 3,72. Item 10 - Amaciante de carne, características técnicas: amaciante de carne com tempero em pó. Ingredientes: sal, creme de milho, alho, cebola, antiumectante, acidulante. Embalagem: lacrada, com peso mínimo de 100 gr, rotulada de acordo com a legislação - Marca Kitano - Qtd 10,00 pct - R\$ Unit 14,50. Item 15 - Café em pó torrado e moído, característica puro contendo selo de pureza ABIC. (embalagem de 500 gr) embalado á vácuo - Marca Zavaski - Qtd 2.468,00 pct - R\$ Unit 7,20. Item 17 - Farinha de trigo integral (embalagem de 1 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e acido fólica (vitamina b9) - Marca Pan Fácil - Qtd 30,00 kg - R\$ Unit 8,78. Item 22 - Ovo de galinha vermelho. Tamanho médio - Marca Lindsay - Qtd 2.085,00 DZ - R\$ Unit 4,84. Item 48 - Maçã, grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 3.160,00 KG - R\$ Unit 4,17. Item 49 - Laranja pêra, grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 1.800,00 KG - R\$ Unit 1,80. Item 50 - Cenoura, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 2.550,00 KG - R\$ Unit 2,65. Item 52 - Beterraba, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 1.580,00 KG - R\$ Unit 3,02. Item 53 - Tomate, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 5.250,00 KG - R\$ Unit 3,69. Item 54 - Abóbora, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 200,00 KG - R\$ Unit

2,60. Item 56 - Banana branca. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 1.380,00 KG - R\$ Unit 2,32. Item 57 - Cebola de cabeça classe média 4, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas e limpas, com coloração própria, livre de danos mecânico, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação (embalagem de 2 kg) - Marca Líder - Qtd 4.130,00 KG - R\$ Unit 2,48. Item 58 - Batata inglesa escovada, grupo 1 ou 2, classe 2 tipo 2, tipo especial, pesando entre 100 e 300 gr a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeita condições de conservação e maturação - Marca Líder - Qtd 2.280,00 KG - R\$ Unit 2,90. Item 60 - Pimentão fresco inteiro, sem manchas, coloração, tamanhos uniformes, isentos de parasitas, larvas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transportes e manuseios - Marca Líder - Qtd 60,00 KG - R\$ Unit 3,90. Item 61 - Peito de frango congelado, com osso, de primeira qualidade, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA Nº.304 DE 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº. 5504/99 e Resolução RDC n. 13 de 02/01/2001 - Marca Ave de Ouro - Qtd 2.700,00 KG - R\$ Unit 7,00. Item 62 - Coxa e sobrecoxa de frango congelada. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbo oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RCD nº 13 de 02/01/2001 - Marca Lar - Qtd 2.100,00 KG - R\$ Unit 5,64. Item 63 - Carne moída de 2ª congelada, embalagem e 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e prazo de validade. Máximo de 3% de água, isenta de ossos, cartilagens, gordura parcial, tendões, coágulos. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses - Marca Zanella - Qtd 4.200,00 KG - R\$ Unit 10,26. Item 64 - Carne de 2ª congelada, embalagem de 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e pra de validade, embalada a vácuo. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses. Sem fracionamento no varejo - Marca Zanella - Qtd 4.250,00 KG - R\$ Unit 10,72. Item 67 - Alho, classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formados - Marca Baschiroto - Qtd 505,00 pct - R\$ Unit 2,19. Item 69 - Vinagre de álcool com acidez mínima de 4,0% - embalagem mínima de 500 ml - Marca Chemim - Qtd 50,00 und - R\$ Unit 0,92. Item 84 - Salsicha, características técnicas: produto obtido da emulsão de carnes, cozida. Deve apresentar elementos inteiros e de tamanho uniforme. Ingredientes: carne bovina, carne suína, toucinho, proteína vegetal, amido, glicose, especiarias, conservantes, estabilizantes e antioxidantes e ausência de glúten. Embalagem: pacote a vácuo de 3 kg, lacrada e rotulada de acordo com a legislação. Data de validade - Marca Frimay - Qtd 550,00 KG - R\$ Unit 6,45. Item 90 - Melancia fresca, madura, com a polpa firme e íntegra - Marca Líder - Qtd 400,00 KG - R\$ Unit 1,70. Item 95 - Manga. deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem

formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação - Marca Lider - Qtd 10,00 KG - R\$ Unit 3,20. Item 97 - Semente de linhaça, pacotes 200gr, deves ter a identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e / ou Ministério da Saúde - Marca Kanty - Qtd 5,00 und - R\$ Unit 4,40. Signatário pela empresa, o Sr. Guilherme Pereira Montanha.

Fornecedor: Cordova Laureano & Cia Ltda Me, CNPJ 11.068.144/0001-04. Item 03 - Leite desnatado Longa Vida - Características técnicas: leite desnatado processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter 0% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem: acondicionado em embalagem Tetra brik Aseptic de 1 litro, caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: máximo de 15 dias. Data de validade: mínimo de 120 dias - Marca Pia - Qtd 5,00 CX - R\$ Unit 30,80. Item 04 - Leite Integral Longa Vida - Características técnicas: leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema Ultra High Temperature (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter no mínimo 3% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem: acondicionado em embalagem Tetra brik Aseptic de 1 litro, caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: máximo - Marca Pia - Qtd 673,00 CX - R\$ Unit 30,80. Item 06 - Farinha láctea, características técnicas: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizante. Embalagem: sachês de no mínimo 230 gr. Data de validade: mínimo de 30 dias - Marca Nutribom - Qtd 200,00 PCT - R\$ Unit 4,19. Item 07 - Mistura para mingau, características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré-cozido para alimentação infantil. Contem glúten e traços de leite. Embalagem: sachê de no mínimo 230 gr. Data de validade: mínimo de 30 dias - Marca Nutribom - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 4,20. Item 08 - Cominho moído, características técnicas: grão de cominho moído. Ingredientes: fubá, cominho, sal refinado, óleo de soja, cúrcuma e urucum. Embalagem: plástica/polietileno, lacrado com peso mínimo de 25 gr. Data de validade: mínimo 6 meses da data de fabricação - Marca Delibom - Qtd 500,00 und - R\$ Unit 1,95. Item 09 - Orégano, características técnicas: orégano desidratado em perfeitas condições de conservação. Embalagem plástica ou de polietileno, lacrada com 50 gr cada - Marca Delibom - Qtd 500,00 pct - R\$ Unit 1,78. Item 11 - Açúcar - refinado, embalagem de 5kg, especial de cana de açúcar - Marca Alto Alegre - Qtd 1.248,00 und - R\$ Unit 9,70. Item 12 - Arroz parborizado Tipo 2, embalagem de 5 kg constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega - Marca Minutinho - Qtd 1.200,00 und - R\$ Unit 9,48. Item 13 - Arroz branco. embalagem de 1 kg constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega - Marca Dellarroz - Qtd 80,00 kg - R\$ Unit 1,88. Item 14 - Biscoito maisena. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA - Marca Prodasa - Qtd 2.160,00 pct - R\$ Unit 2,87. Item 16 - Farinha de trigo especial (embalagem de 5 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9) - Marca Tres Coroas - Qtd 585,00 und - R\$ Unit 11,30. Item 18 - Farinha de milho (embalagem de 1

kg) tipo fubá fino, enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina b9) - Marca Sinha - Qtd 50,00 KG - R\$ Unit 1,98. Item 19 - Leite em pó (embalagem de 400 gr), integral, instantâneo - Marca Camponesa - Qtd 2.158,00 PCT - R\$ Unit 8,73. Item 20 - Farinha de mandioca (embalagem de 1 kg) Fina, branca, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega - Marca Viana - Qtd 1.020,00 KG - R\$ Unit 3,05. Item 21 - Óleo, comestível vegetal de soja, puro, refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem contendo no mínimo 900ml, com a dos de identificação do produto, marcado fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com Resolução 482/99 - Anvisa. (embalagem de 900ml) - Marca Cocamar - Qtd 1.855,00 und - R\$ Unit 3,42. Item 23 - Fermento químico em pó. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Características técnicas: formado de substâncias químicas, no rótulo deve constar as denominações "fermento biológico seco e fresco". Embalagem primária; lata de papelão resistente com parte superior e inferior aluminizada (embalagem de 100gr) - Marca Bolo Bom - Qtd 750,00 und - R\$ Unit 1,86. Item 24 - Fermento Biológico. Características técnicas: seco, instantâneo, 100% natural, no rótulo deve constar as denominações: "fermento biológico seco". Embalagem primária: embalado a vácuo, envelopes aluminizados, envelope de 11gr - Marca APTI - Qtd 320,00 und - R\$ Unit 0,90. Item 25 - Colorau (embalagem de 500 gr) fabricado a partir da pasta de urucum e fubá - Marca Delibom - Qtd 410,00 pct - R\$ Unit 2,65. Item 26 - Gelatina, embalagem de 1Kg. Sabor: abacaxi. Rendimento mínimo 5 litros - Marca APTI - Qtd 3.000,00 und - R\$ Unit 8,74. Item 27 - Gelatina, embalagem de 1Kg. Sabor: limão Rendimento mínimo 5 litros - Marca APTI - Qtd 2.000,00 - R\$ Unit 8,74. Item 28 - Gelatina, embalagem de 1Kg. Sabor: morango. Rendimento mínimo 5 litros - Marca APTI - Qtd 3.000,00 und - R\$ Unit 8,74. Item 29 - Sal refinado, iodado, com granulagem uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica -Embalagens de 1 kg - Marca Só Sal - Qtd 530,00 KG - R\$ Unit 1,05. Item 30 - Macarrão tipo parafuso. Embalagem com 500gr - Marca Oglia - Qtd 3.250,00 pct - R\$ Unit 1,90. Item 31 - Macarrão de sêmola de trigo tipo espaguetete, enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum cúrcuma. Embalagem plástica, de 500gr, com data de fabricação e vencimento - Marca Oglia - Qtd 3.250,00 pct - R\$ Unit 2,07. Item 32 - A chocolateado. Características técnicas: alimento chocolateado em pó, instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Ingredientes: açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineira vitamínica (vitamina C, niacinamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1kg - Marca APTI Chocoteen - Qtd 1.600,00 pct - R\$ Unit 5,60. Item 34 - Doce de fruta cremoso. Embalagem de 450gr - Marca Luis Alvense - Qtd 440,00 und - R\$ Unit 2,49. Item 35 - Margarina. Descrição do objeto: Margarina cremosa com sal, Produto gorduroso em emulsão estável com leite ou seus constituintes ou derivados, e outros ingredientes, destinados à alimentação humana com cheiro e sabor característico. Deverá conter no mínimo 80% de lipídios. A gordura láctea, quando presente, não deverá exceder a 3% m/m do teor de lipídios totais. O produto deve estar de acordo com toda legislação vigente. Características gerais: Margarina cremosa com sal. O teor de lipídios totais deve constar no painel principal do rótulo de forma clara, destacada e precisa. Deve conter selo do SIF. Por porção de 10 gramas deverá conter mínimo de 45 mcg de vitamina A, máximo 3,8 gramas de Gorduras polinsaturadas, máximo 8 gramas de gorduras totais, máximo 70 mg de sódio. As práticas de higiene para elaboração do produto deverão estar de

acordo com o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos laboradores/Industrializadores de Alimentos. Características físico-químicas: mínimo de 80% de lipídios. Características sensoriais organolépticas: aspecto de emulsão plástica, homogênea e uniforme; cor amarela homogênea; sabor ligeiramente salgado; odor característico. O produto não pode estar se liquefazendo, o que é um indicativo de armazenamento a altas temperaturas. Características Macroscópicas e Microscópicas: ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais, objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes, conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem primária: Embalagem de potes de polietileno resistente ou acetado com tampa e lacre de proteção intacto, contendo 500 gr de peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas, com capacidade para 6 kg. Data de fabricação: o produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data da entrega - Marca Delicia Suprema - Qtd 1.180,00 und - R\$ Unit 4,92. Item 36 - Extrato de tomate 1kg, concentrado com no mínimo 1% de carboxilato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sem pele e sementes. O produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso, identificação do produto, marca da fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde - Marca Quero - Qtd 810,00 und - R\$ Unit 5,57 und. Item 47 - Feijão Preto tipo 1, em embalagem de 1kg, livre de sujidades, coloração e tamanhos uniformes - Marca Santo Dia - Qtd 1.825,00 KG - R\$ Unit 4,30. Item 65 - Pó para pudim, industrial, pacote de 1kg. Sabor morango - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 5,10. Item 66 - Pó para pudim, industrial, pacote de 1kg. Sabor chocolate - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 5,10. Item 70 - Biscoito tipo cream cracker, Embalagem dupla contendo no mínimo 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA - Marca Prodasa - Qtd 2.210,00 pct - R\$ Unit 3,28. Item 71 - Biscoito rosquinha sabor de coco. Embalagem dupla contendo no mínimo 400g com dados de identificação do produto, marca do fabricante prazo de validade, peso, líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA - Marca Prodasa - Qtd 580,00 pct - R\$ Unit 3,45. Item 72 - Amido de milho. Embalagem com 500gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 3,00. Item 73 - Caldo de galinha pacote de 1kg, para culinária, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde - Marca Apti - Qtd 45,00 und - R\$ Unit 5,00. Item 74 - Caldo de carne pacote de 1kg, para culinária, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde - Marca Apti - Qtd 45,00 und - R\$ Unit 9,10. Item 75 - Caldo de galinha pacote de 54g, para culinária, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com a resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde - Marca Apti - Qtd 500,00 und - R\$ Unit 1,13. Item 76 - Caldo de carne pacote de 54g, para culinária, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde - Marca Apti - Qtd 500,00 und - R\$ Unit

1,13. Item 77 - Bebida Láctea fermentada. Sabor: morango. Embalagem plástica, contendo 1L. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e atender as Portarias 451/97 do Ministério da Saúde e 369/97 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, bem como a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Embalagem contendo prazo de validade data de fabricação e informações nutricionais - Marca Piá - Qtd 2.050,00 litros - R\$ 2,89. Item 78 - Pó para pudim industrial, pacote de 1kg.. Sabor: coco - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 5,10. Item 79 - Pó para pudim. industrial, pacote de 1kg. Sabor: baunilha - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 5,10. Item 80 - Pó para pudim. industrial, pacote de 1kg. Sabor: leite condensado - Marca Apti - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 5,10. Item 82 - Água Mineral (bombonas de 20 litros). Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses - Marca Gravatal - Qtd 2.687,00 und - R\$ Unit 6,60. Item 83 - Água mineral de 500 ML. Características técnicas: água mineral fluoretada natural, sem gás, inodoro, transparente. Embalagem: pet, descartável. Data de fabricação: máximo de 15 dias. Data de validade: mínimo de 6 meses - Marca Gravatal - Qtd 1.058,00 und - R\$ Unit 1,27. Item 86 - Pão para cachorro quente, características: pão para cachorro quente 40 gr, não deve apresentar sujidades e misturas inadequadas na massa primária. Embalagem primária sacos de polietileno transparente - Marca Paraíso - Qtd 4.500,00 und - R\$ Unit 0,53. Item 87 - Refrigerante. Ingredientes: água gaseificada, açúcar, aroma natural, acidulante, ácido cítrico, conservantes benzoato de sódio e sorbato de potássio. Não contem glúten. Embalagem: pet de no mínimo 2 l, lacrada. Data de validade: mínimo de 4 meses após fabricação. Sabor: laranja - Marca Capricho - Qtd 100,00 und - R\$ Unit 2,72. Item 88 - Refrigerante, ingredientes: água gaseificada, açúcar, aroma natural, acidulante, ácido cítrico, conservantes benzoato de sódio e sorbato de potássio. Não contem glúten. Embalagem: pet de no mínimo 2 l, lacrada. Data de validade: mínimo de 4 meses após fabricação. Sabor: limão - Marca Capricho - Qtd 150,00 und - R\$ Unit 2,72. Item 89 - Refrigerante, ingredientes: água gaseificada, açúcar, aroma natural, acidulante, ácido cítrico, conservantes benzoato de sódio e sorbato de potássio. Não contem glúten. Embalagem: pet de no mínimo 2 l, lacrada. Data de validade: mínimo de 4 meses após fabricação. Sabor: guaraná - Marca Capricho - Qtd 150,00 und - R\$ Unit 2,72. Item 91 - Milho de pipoca, em grãos, embalagens contendo 500gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e / ou Ministério da Saúde - Marca Sinhá - Qtd 100,00 pct - R\$ Unit 2,35. Item 93 - Milho verde em conserva. Lata c/ 200 gr. Contendo identificação do produto data de fabricação e prazo de validade, c/ registro do Ministério da Saúde - Marca Stella D'ouro - Qtd 30,00 und - R\$ Unit 1,58. Item 94 - Ervilha. lata 200g, contendo identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade, com registro do Ministério da Saúde - Marca Stella D'ouro - Qtd 30,00 und - R\$ Unit 1,40. Signatária pela empresa, a Sra. Ilsa Maria de Cordova Laureano. Signatário pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal.

A presente ata possui vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 18/02/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 004/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 004/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 004/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 004/2014, para Aquisição de Diesel S10 e Arla 32.

Fornecedor: Auto Posto Imaruí Ltda, CNPJ 78.527.595/0001-25. Item 01 - Diesel S10 - Marca Ipiranga - Qtd 133.600,00 litros - R\$ Unit 2,64. Item 02 - Arla 32 - Marca Ipiranga - Qtd 11.200,00 litros - R\$ Unit 4,448. Signatários: Pelo Município de Imaruí, o Sr. Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal. Pela empresa, a Senhora Liliane Roussenq.

A presente ata possui vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 19/02/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 005/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 005/2014, originária do Pregão Presencial PMI N. 008/2014, para Contratação de Empresa para Locação de Infraestrutura para eventos.

Fornecedor: Aldo & Marcelo Promoções e Eventos Ltda Me, CNPJ 85.163.863/0001-32. LOTE 01: Item 01 - Pavilhão (cobertura) estruturado em alumínio ou em estrutura de ferro galvanizado treliçado tipo Q30/Q50, modulado, com tesouras estruturadas em alumínio Q50, tipo duas águas, formato 20x 50 metros, pé direito montado com estrutura treliçada em 03 (três) faces de alumínio Q 30, pé direito de 05 metros, com cabos de aço 3/8 para contraventamentos e xizamentos no teto e laterais, sapatas quadradas em todos os pés, 02 (dois) cabos de aço 3/8 em cada pé direito e coberto com lonas brancas confeccionadas em tecido sintético especial para cobertura, composto de poliéster de alta densidade, coberto com PVC pigmentado em ambas as faces, tecido com aditivos químicos auto extingüíveis, antimoho, antifungos e placa antirraios U/V. Para esse tipo de infraestrutura deverá ser apresentado ART do engenheiro responsável - Marca Superlona - Qtd 2,00 und - R\$ Unit 23.941,045. Item 02 - Pavilhão (cobertura) estruturado em alumínio ou ferro galvanizado treliçado tipo Q30/Q50, modulado, com tesouras estruturadas em alumínio Q50, tipo duas águas, formato 20x 30 metros, pé direito montado com estrutura treliçada em 03 (três) faces de alumínio Q 30, pé direito de 05 metros, com cabos de aço 3/8 para contraventamentos e xizamentos no teto e laterais, sapatas quadradas em todos os pés, 02 (dois) cabos de aço 3/8 em cada pé direito e coberto com lonas brancas confeccionadas em tecido sintético especial para cobertura, composto de poliéster de alta densidade, coberto com PVC pigmentado em ambas as faces, tecido com aditivos químicos auto-extingüíveis, antimoho, antifungos e laca antirraios U/V. Para esse tipo de infraestrutura deverá ser apresentado ART do engenheiro responsável. - Marca: Superlona - Qtd 2,00 und - R\$ Unit 12.968,059. Item 03 - Tenda do tipo stander medindo 4 x 4 metros em material de TS com 2,5 metros de altura, e testeira com iluminação em cada stander. - Marca: Superlona - Qtd 120,00 und - R\$ Unit 299,2629. Item 04 - Cerca de proteção com altura de 1,20m, em estrutura metálica, galvanizada, comprimento de cada cerca de 2,5 metros. Todas as estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas ou defeitos. - Marca: Atração - Qtd 1.500,00 und - R\$ Unit 11,9705. Item 05 - Tenda no formato "pirâmide" ou "chapéu-de-bruxa" de 10 X 10 metros de medida interna, lona branca anti-chamas, em estrutura metálica, com ou sem alongamento, acopladas ou individual. Deve ser previsto a montagem das mesmas em formatos diversos (quadrado, retangular ou avulsa), com fechamento independente da disposição de montagem. Todas as lonas e estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas, remendos ou defeitos.

- Marca: Superlona - Qtd 30,00 und - R\$ Unit 997,543. Item 06 - Tenda no formato "pirâmide" ou "chapéu-de-bruxa" de 5 X 5 metros de medida interna, lona branca anti-chamas, em estrutura metálica, com ou sem alongamento, acopladas ou individual. Deve ser previsto a montagem das mesmas em formatos diversos (quadrado, retangular ou avulsa), com fechamento independente da disposição de montagem. Todas as lonas e estruturas metálicas deverão estar em perfeitas condições, sem falhas, remendos ou defeitos. - Marca: Superlona - Qtd 60,00 und - R\$ Unit 299,2629. Item 07 - Banheiro químico, sendo masculinos e femininos e para portadores de necessidades especiais, com higienização e limpeza diária com pessoal uniformizado. Esses equipamentos deverão ser construídos, instalados e manuseados consoantes às normas regulamentadoras em vigor. - Marca: Multiban - Qtd 200,00 und - R\$ Unit 99,7543. Item 08 - Extintor de incêndio, tipo PQSP (BC) com 4 kg (quatro quilos, com suporte para instalação e placas de identificação. Para esse item deverá ser previsto eventual custo adicional no caso de uso do extintor. - Marca: Extinsul - Qtd 150,00 und - R\$ Unit 49,8771. Valor total do lote 01: R\$ 203.000,00. Signatários: Pelo Município de Imaruí, o Senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal. Pela empresa, o Senhor Aldo Soares Duarte.

A presente ata possui vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 27/03/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 006/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 006/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 006/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 005/2014, para Aquisição de Peças e Equipamentos Náuticos para atendimento ao Projeto Segundo Tempo Navegar.

Fornecedor: Pro Nautic Materiais Náuticos Ltda, CNPJ 08.099.858/0001-67. Item 01 - Vela com o corte horizontal dos painéis. Tecido de dacron ultra resistente - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 10,00 - R\$ Unit 650,00. Item 02 - Pique alumínio - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 2,00 - R\$ Unit 230,00. Item 03 - Mastro alumínio completo. Mordedor para burro, limitador da altura da retranca, regulador da espicha (pick) com mordedor e terminal esférico - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 1,00 - R\$ Unit 570,00. Item 04 - Retranca Completa - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 1,00 - R\$ Unit 390,00. Item 05 - Leme Completo de fibra de vidro - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 1,00 - R\$ Unit 490,00. Item 08 - Flutuador em PVC branco. Medidas aproximadas com ele cheio: 90cm x 30cm x 20cm. Medidas com ele vazio: 98cm x 37cm - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 30,00 - R\$ Unit 50,00. Item 09 - Moitão com saída - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: NAUTOS - Qtd 10,00 - R\$ Unit 30,00. Item 10 - Bolinas de fibra de vidro - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: FAR EAST - Qtd 2,00 - R\$ Unit 472,00. Item 17 - Mosquetão da Escola em inox 8 x 80 mm com trava - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: WINING - Qtd 15,00 - R\$ Unit 16,80. Item 18 - Moitão Catraca com distorcedor. Roldana 57 mm para cabos com diâmetro até 10 mm. Liga-desliga mesmo sob carga - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: NAUTOS - Qtd 10,00 - R\$ Unit 125,00. Item 19 - Moitão Simples fixo o para cabo de 10 mm - (OPTMIST - ESCOLA) - Marca: NAUTOS - Qtd 10,00 - R\$ Unit 21,70. Signatários: pela empresa, o Senhor Roberto Dias Paradedá; pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa. Fornecedor: Sea & Nautica Ltda - Epp, CNPJ 70.994.140/0001-08. Item 15 - Coletes salva-vidas tipo jaqueta, com cap. Mínima 45 kg. - Marca: Nomura - Qtd 40,00 - R\$ Unit 58,25. Signatários: pela empresa Marlene Afonso de Andrade; pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa.

A presente ata terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 07/03/2014.

Decreto Nº 081, de 08 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 081, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA REFERENTE AO ATO INSTAURADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº054/2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO que o art. 145 da Lei Complementar nº003, de 26 de dezembro de 2007 autoriza a prorrogação de prazo para conclusão de processo administrativo e processo disciplinar, a critério da autoridade competente, e quando as circunstâncias exigirem;

CONSIDERANDO a ata da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, datada de 04 de setembro de 2014, informando que pretende produzir prova testemunhar; e

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº049/2014/PAD solicitando a prorrogação de prazo;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância referente ao ato instaurado através do Decreto nº054, de 06 de junho de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 05 de setembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Extrato de Registro de Preço N. 007/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 007/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 007/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 002/2014, para Aquisição de Peças e Equipamentos Náuticos para uso em embarcações pertencentes ao Projeto Segundo Tempo Navegar.

Fornecedor: RR Andrade Distribuidora Ltda, CNPJ 15.292.367/0001-01. Item 41 - Moitão da retranca - Escola - (OPTIMIST - ESCOLA) - Marca: NAUTOS N91109 - Qtd 15,00 - R\$ Unit 73,11. Signatários: pela empresa Rodrigo de Andrade Alves; pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa.

A presente ata terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 07/03/2014.

Extrato de Registro de Preço N. 008/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO N. 008/2014

Extrato da Ata de Registro de Preço PMI N. 008/2014, originária do Pregão Eletrônico PMI N. 011/2014, para Aquisição de Botijão e Recarga de Gás de Cozinha.

Fornecedor: Maria Rosangela Rochadel Luiz ME, CNPJ 06.324.279/0001-45. Item 01 - GÁS DE COZINHA - COMPOSICAO BASICA PROPANO E BUTANO,ALTAMENTE TOXICO E INFLAMAVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, PESANDO 13KGS, ACONDICIONADO EM BOTIJAO, SUAS CONDICÕES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A (PORT,47,DE 24/03/99 ANP),(NBR-14024 DA ABNT) - Marca: Super Gás Braz - Qtd 682,00 - R\$ Unit 29,50. Item 02 - CASCO BOTIJÃO DE GÁS DE COZINHA P13 COM RECARGA - Marca: Super Gás Braz - Qtd 30,00 - R\$ Unit 110,00. Signatários: pela empresa Maria Rosangela Rochadel Luiz; pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa.

A presente ata terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura. Assinatura: 07/05/2014.

Imbituba

PREFEITURA

Resolução Seduc/ PMI Nº 003, de 05 de Setembro de 2014.

RESOLUÇÃO SEDUC/ PMI Nº 003, de 05 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a revogação da Resolução SEDUC/PMI Nº 002, de 23 de junho de 2014, que aprova o regulamento e instrumento de Avaliação dos servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação, em estágio probatório, e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução PMI/DGP Nº 002, de 23 de junho de 2014, que aprova o regulamento e o instrumento de Avaliação dos servidores vinculados a secretaria Municipal de Educação, em estágio probatório.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 29/2014 (Semusa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 36/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 19 de setembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada para aquisição de centrífuga micro hematócrito e analisador automático para bioquímica para uso de laboratório de análise clínicas da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de setembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal

Decreto PMI Nº 210.2014

DECRETO PMI Nº 210, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.619,20 (quarenta e cinco mil e seiscentos e dezenove reais e vinte centavos), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.E.A.S.		
08.243.0013-2.068		
3.3.90.00.00.00.00.0785	Aplicações Diretas	45.619,20
Total		45.619,20

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 3 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Decreto PMI Nº 211.2014

DECRETO PMI Nº 211, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SEDES			
Manutenção da SEDES			
04.122.0007-2.132			
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0149)	Aplicações Diretas		5.500,00
Total			5.500,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SEDES			
Manutenção da SEDES			
04.122.0007-2.132			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0148)	Aplicações Diretas		5.500,00
Total			5.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 4 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Decreto PMI Nº 212.2014

DECRETO PMI Nº 212, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014.

Delega competência para julgamento dos Processos Administrativos Disciplinares da Lei 3.086 de 18 de abril de 2007 e o julgamento do estágio probatório da Lei nº 213, de 23 de janeiro de 1970.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 93, inciso VII, e o Art. 94, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO, o disposto no inciso I do artigo 27 e no § 3º do artigo 53 da Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007;

CONSIDERANDO, o disposto no § 4º do artigo 18 da Lei nº 213, de 23 de janeiro de 1970; e

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 14 da Lei 3.442, de 22 de janeiro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, a competência para o julgamento dos Processos Administrativos Disciplinares da Lei 3.086 de 18 de abril de 2007 e o julgamento do estágio probatório da Lei nº 213, de 23 de janeiro de 1970, referente aos servidores atrelados ao Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais instituído pela Lei 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º Fica delegada à Secretária Municipal de Educação, a competência para o julgamento dos Processos Administrativos Disciplinares da Lei 3.086 de 18 de abril de 2007 e o julgamento do estágio probatório da Lei nº 213, de 23 de janeiro de 1970, referente aos servidores atrelados ao Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal instituído pela Lei Complementar 1.984, de 16 de novembro de 1999.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Lei Nº 4.445.2014

LEI Nº 4.445, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública o Observatório Social de Imbituba - OSIMB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal o Observatório Social de Imbituba - OSIM, inscrito no CNPJ sob o nº 18.604.466/0001-61, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À Associação de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 5 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1564/2014

DECRETO Nº. 1564 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias

33500000 Transferências a Instituições Priv. sem Fins Lucrativos

300.00 Recursos Ordinários

R\$ 13.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2032 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos 33900000

Aplicações Diretas

300.00 Recursos Ordinários

R\$ 6.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 05 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 303/2014 de 04 de Setembro de 2014. EXONERA SERVIDOR EFETIVO NO CARGO DE SERVENTE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ANDERSON CRISTIANO SCHMITZ, Matrícula 1994-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.625 e do CPF 062.437.109-39, com nomeação para o cargo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 20, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 235/2012, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 04 de setembro de 2014.

Ipumirim - SC, 04 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 304/2014 de 08 de Setembro de 2014. CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A PAULO SERGIO DE SOUZA, matrícula 1986-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2013 a 01/05/2014 e gozo de 08/09/2014 a 07/10/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08/09/2014.

Ipumirim - SC, 08 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 305/2014 de 08 de Setembro de 2014. CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCIANO CASAGRANDE, matrícula 1664-0, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 12/07/2013 a 11/07/2014 e gozo de 08/09/2014 a 17/09/2014 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúlio relativo ao período de 08/09/2014 a 17/09/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08/09/2014.

Ipumirim - SC, 08 de setembro de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Ata de Reunião de Julgamento de Proposta do PL 60, PP 34-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2014 Data do Processo: 21/08/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para execução de serviços roçada as margens da Rodovia SC-154 trecho divisa com o Município de Ararutã até Ipumirim e trecho da SC-473 Ipumirim a divisa c/ o Município de Lindóia do Sul, incluindo limpeza das sarjetas, em conformidade com as especificações anexo ao Edital e Convênio nº2246/2014,q/entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e Prefeitura Municipal de Ipumirim-SC, Processo nº ER33335142.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 45/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Setembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 60/2014, Licitação nº 34/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos cinco dias do mês de setembro de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Julilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: CRISTIANO NARDI ME, CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP, MENDES E RAMOS LTDA, DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME e MATEUS SPRICIGO ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº JAIR COLING procurador da empresa da empresa: DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME, o Srº CARLINHO FIORENTIN representante credenciado da empresa: MENDES E RAMOS LTDA, o Srº ANTONIO LUIZ FOSCARINI representante credenciado da empresa: CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP, o Srº CRISTIANO NARDI representante credenciado da empresa: CRISTIANO NARDI ME, e a Srª ROSMARI CERUTTI representante da empresa: MATEUS SPRICIGO ME. Porém a empresa DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME apresentou o Termo de Credenciamento para participar da presente licitação no Município de Serra Alta e a empresa MATEUS SPRICIGO ME não apresentou comprovante de que a pessoa de TIAGO SPRICIGO que firmou a documentação referente ao Termo de Credenciamento, possui poderes para tanto, restando inabilitadas para ofertar lances verbais. Indagados sobre o credenciamento pelo pregoeiro as empresas acima transcritas se credenciam como Microempresas ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 9710 - CRISTIANO NARDI ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	serviços roçada as margens da Rodovia SC - 154 trecho divisa com o Município de Ararutã até Ipumirim e trecho da SC - 473 Ipumirim a divisa com o Município de Lindóia do Sul, incluindo limpeza das sarjetas.	SER	1,00		0,0000	21.750,00	21.750,00

Total do Participante -----> 21.750,00

Total Geral -----> 21.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2014 Data do Processo: 21/08/2014
	Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 60, PP 34-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 60/2014 Data do Processo: 21/08/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 60/2014
b) Licitação Nr.: 34/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/09/2014
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para execução de serviços roçada as margens da Rodovia SC-154 trecho divisa com o Município de Arabutã até Ipumirim e trecho da SC-473 Ipumirim a divisa c/ o Município de Lindóia do Sul, incluindo limpeza das sarjetas, em conformidade com as especificações anexo ao Edital e Convênio nº2246/2014,q/entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Seara e Prefeitura Municipal de Ipumirim-SC, Processo nº ER33335142.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CRISTIANO NARDI ME (9710)

1 serviços roçada as margens da Rodovia SC - 154 trecho divisa com o Município de Arabutã até Ipumirim e trecho da SC - 473 Ipumirim a divisa com o Município de Lindóia do Sul, incluindo limpeza das sarjetas.	SER	1,00	0,0000	21.750,00	21.750,00
--	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 21.750,00

Total Geral: 21.750,00

Ipumirim, 8 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação Nº 17/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014

REGISTRO DE PREÇOS

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços..

Irineópolis, 26 de agosto de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.657/2014

DECRETO Nº. 2.657, de 05 de setembro de 2014.

REGULAMENTA O SISTEMA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS PELO REGIME DE MUTIRÃO, PREVISTO NA LEI Nº 1.803/2014 DE 23 DE JULHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 105, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, com fundamento na Lei nº 1.803/2014 de 23/07/2014,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece regras para atendimento dos pedidos de pavimentação de vias públicas do Município, pelo regime de mutirão de que trata a Lei nº 1.803/2014, de 23 de Julho de 2014.

Art. 2º Os interessados na pavimentação de vias públicas pelo regime de mutirão deverão protocolar pedido junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 3º A Secretaria da Infraestrutura organizará relação para atendimento dos pedidos de pavimentação de vias públicas pelo regime de mutirão.

Art. 4º A inclusão de vias públicas no regime de mutirão dar-se-á mediante a adesão dos possuidores ou proprietários de imóveis lindeiros que represente no mínimo 80% do valor da obra total que cabe aos lindeiros.

§ 1º Não integram o cálculo do percentual de que trata este artigo os imóveis públicos.

§ 2º O Município promoverá o lançamento em contribuição de melhoria dos valores relativos à cota-parte de responsabilidade dos proprietários ou possuidores de imóveis lindeiros não aderentes ao regime de mutirão.

Art. 5º A representação dos aderentes ao mutirão perante o Município será realizada por uma Comissão formada por, no mínimo, 02 (dois) membros, que deverão promover a abertura de conta bancária específica destinada à arrecadação dos valores relativos à participação dos aderentes ao mutirão.

Parágrafo Único - A responsabilidade pela administração da conta a que se refere este artigo caberá exclusivamente aos membros da Comissão, mediante responsabilidade solidária.

Art. 6º A Secretaria da Infraestrutura publicará, a cada três (03) meses, no sítio oficial do Município relação contendo a ordem cronológica de atendimento dos pedidos de pavimentação de ruas pelo regime de mutirão, aplicando-se como critério preponderante, o percentual do valor depositado em relação ao orçamento que

define a cota-parte devida pelos aderentes.

Parágrafo Único - A publicação da relação a que se refere este artigo será feita nos meses de fevereiro, abril, julho e outubro de cada ano.

Art. 7º Cabe à Comissão apresentar à Secretaria da Infraestrutura, o comprovante do saldo da conta a que se refere o art. 5º, fornecido pela instituição financeira, 30 (trinta) dias antes da publicação da relação de hierarquização.

Art. 8º Havendo mais de uma via que tenha comprovado o depósito de 100% (cem por cento) do valor atribuído aos aderentes na obra, terá preferência a que atingiu primeiro esse percentual, adotando-se como critério de desempate, na hipótese de coincidirem as datas, a conta bancária mais antiga.

Art. 9º A ordem cronológica de atendimento das ruas poderá ser alterada quando, após o término dos projetos elaborados pelo Departamento Municipal de Urbanismo e Obras, ficarem constatadas divergências nas medições informadas inicialmente através da planilha obtida do Sistema de Administração Tributária.

Art. 10 A obra terá sua execução programada pela Secretaria da Infraestrutura, após a arrecadação e depósito na conta específica de 100% (cem por cento) do valor correspondente aos aderentes.

Art. 11 As ordens de serviço para a execução da pavimentação serão expedidas, observada a ordem cronológica de atendimentos e os valores consignados no orçamento da Secretaria, destinados às obras em regime de mutirão.

Art. 12 O cronograma das ruas a ser fixado para expedição da respectiva ordem de serviço, poderá ser alterado, quando o saldo da dotação destinada ao regime de mutirão for insuficiente para arcar com as despesas do Município, para aquela via pública melhor posicionada na relação.

Art. 13 Na hipótese prevista no art. 11 a Secretaria da Infraestrutura poderá contemplar a via pública subsequente, independente de sua ordem sequencial, desde que os custos calculados para execução das obras de pavimentação sejam iguais ou menores que o valor do saldo da dotação orçamentária e que estejam satisfeitos todos os demais requisitos exigidos neste Decreto.

Art. 14 Quando ficar comprovado, por meio de projetos elaborados pela Secretaria da Infraestrutura, que o custo do metro quadrado de pavimentação apurado para a via, for maior ou igual a 200% (duzentos por cento) do custo do metro quadrado da infraestrutura considerado como referência, a via será automaticamente excluída da relação de que trata este decreto.

Parágrafo único - O valor do metro quadrado de referência a que se refere este artigo será fixado por ato do Prefeito Municipal, em conjunto com Secretário Municipal da Infraestrutura, de acordo com o tipo de pavimentação.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),

em 05 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação Nº 18/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Celso Luiz Dellagiustina.

Irineópolis, 08 de setembro de 2014.

Giseli Kempinski

Gestora do FMS

Extrato de Contrato Nº 18/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 18/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: Celso Luiz Dellagiustina.

Objeto: Contratação de pessoa física para a prestação de assessoria técnica em gestão pública de saúde, se obrigando o contratado a dar respostas no máximo em 48 horas das dúvidas e questões sobre gestão de saúde no Município de Irineópolis, sendo que o serviço poderá ser realizado mediante visitas técnicas, comunicação on line ou telefone, no Município de Irineópolis

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Vigência: 08.09.2014 a 07.09.2015

Base Legal - Processo Licitatório 18/2014 - Tomada de Preços nº. 04/2014

Lei 8.666/93 consolidada

Giseli Kempinski

Gestora do FMS

Decreto N.º 2.655/2014

DECRETO Nº. 2.655, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso, do Município de Irineópolis (SC).

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso é parte integrante deste Decreto como Anexo Único.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 05 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO**REGIMENTO INTERNO****CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO****CAPÍTULO I****CATEGORIAS E FINALIDADES**

Art. 1º. O Conselho Municipal do Idoso de Irineópolis, com sede e foro no município de Irineópolis, órgão permanente, paritário, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do município de Irineópolis integrante da estrutura básica, criado pela lei 1.778/ 2014, de 27 de fevereiro de 2014, tem por finalidade, além de propor as diretrizes para a formulação das políticas do município.

I. zelar pela implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa;

II. propor, opinar e acompanhar a criação e a elaboração da lei de criação da Política Municipal do Idoso;

III. propor, formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas e ações municipais destinadas ao idoso, zelando pela sua execução;

IV. cumprir e zelar pelas normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobre tudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/01/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 01/10/03 (Estatuto do Idoso), bem como as leis de caráter municipal;

V. denunciar à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer um dos dispositivos legais elencados no item anterior;

VI. receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições denúncias e reclamações sobre ameaças e violação dos direitos do idoso e exigir das instâncias competentes medidas efetivas de proteção e reparação;

VII. propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas voltados para a promoção, proteção, a defesa dos direitos e melhoria da qualidade de vida do idoso;

VIII. propor aos poderes e autoridades competentes a criação do Fundo Municipal do Idoso nos termos do capítulo II desta lei;

IX. elaborar e aprovar o plano de ação e aplicação dos recursos oriundos do fundo municipal do idoso, bem como acompanhar e fiscalizar sua utilização e avaliar os resultados;

X. participar ativamente da elaboração das peças orçamentárias municipais (Plano Plurianual (PPA) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a inclusão de dotação orçamentária compatível com as necessidades e prioridades estabelecidas, zelando pelo seu efetivo cumprimento;

XI. divulgar os direitos das pessoas idosas, bem como os mecanismos que asseguram tais direitos;

XII. convocar e promover as conferências de direitos do idoso em conformidade com o Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI);

XIII. realizar outras ações que considerar necessários à proteção do direito da pessoa idosa.

CAPÍTULO II**ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO****SEÇÃO I****DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º. O conselho municipal do idoso será composto por 08 membros e respectivos suplentes, sendo 08 representantes governamentais e 08 representantes não governamentais, assim definidos:

I. Um representante de cada uma das secretarias a seguir indicadas:

- a) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Infraestrutura

II. representantes de entidades não governamentais atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou de atendimento ao idoso, nas seguintes categorias:

- a) 02 representantes de Sindicato e/ou associação de aposentados;
- b) 04 representantes de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade;
- c) 02 representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas relativas ao idoso.

§1º. Os representantes governamentais e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades administrativas, trinta dias antes do término dos mandatos.

§2º. Para fins de indicação para a composição do Conselho, são consideradas entidades não governamentais:

I. órgãos de classe e sindicatos de profissionais com políticas e ações explícitas e regulares de atendimento e promoção de direitos do idoso;

II. as Associações de aposentados;

III. as organizações de grupo ou movimento de idosos,

devidamente legalizado e em atividade a mais de 01 (um) ano;
IV. instituições de Longa permanência para Idosos (ILPIs) em funcionamento há mais de 01 (um) ano;
V. instituições de Ensino Superior;
VI. outras entidades legalmente constituídas, com funcionamento regular por tempo não inferior a 01 (um) ano, desde que atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

Art.3º. Os membros do Conselho Municipal do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados e empossados pelo Prefeito Municipal respeitando as indicações previstas na lei 1.778 /2014 de 27 de fevereiro de 2014.

§1º. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§2º. Os suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos e, caso de vacância, assumirá a titularidade do Conselho.

Art.4º. Os titulares dos órgãos ou entidades governamentais indicarão seus representantes.

Art.5º. Os representantes das organizações da sociedade civil serão escolhidos por meio de votação, em Fóruns Específicos.

Art.6º. A função do membro do Conselho Municipal do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art.7º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I. extinção de sua base territorial de atuação no Município.
- II. Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível sua representação no Conselho;
- III. aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art.8º. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I. desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II. faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III. apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV. apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V. for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;

§1º. O conselheiro será destituído pelo Prefeito Municipal, por solicitação do Presidente do Conselho Municipal do Idoso, após apreciação pelo Plenário.

§2º. O Presidente do Conselho requisitará a indicação de outro representante governamental ou não governamental ao órgão ou entidade de origem do substituído, o deverá ser providenciado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, remetendo em seguida o nome do indicado para a nomeação pelo Prefeito Municipal.

§3º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art.9º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, as quais exercerão os mesmos direitos e deveres do efetivo.

SEÇÃO II DOS CONSELHEIROS

Art.10. Aos membros do Conselho Municipal do Idoso cabe:

- I. participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;
- II. justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião seguinte;
- III. assinalar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;
- IV. solicitar à Secretaria a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;
- V. debater e voltar à matéria em discussão;
- VI. requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;
- VII. pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento da votação;
- VIII. apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;
- IX. proferir declarações de voto, quando o desejar;
- X. propor temas e assuntos à deliberação da plenária;
- XI. propor à plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;
- XII. apresentar questões de ordem na reunião;
- XIII. acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;
- XIV. apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;
- XV. propor alterações no Regimento Interno do Conselho;
- XVI. votar e ser votado para cargos do Conselho;
- XVII. requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;
- XVIII. fornecer à Secretaria Executiva todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgarem importantes para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
- XIX. requerer votação de matéria em regime de urgência;
- XX. apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao idoso;
- XXI. deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelos grupos temáticos;
- XXII. participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento.

Art.11. A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

- I. em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;
- II. no caso de falta do Conselheiro Titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;
- III. quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

CAPITULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I DA ESTRUTURA

Art.12. O conselho Municipal do Idoso estruturar-se-á em:

- I. Plenário;
 - II. Secretaria;
 - III. Comissões permanentes;
 - IV. Grupos temáticos;
- Parágrafo Único - O Plenário é composto pelos conselheiros e pela Diretoria, formada pelo presidente e Vice-Presidente.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art.13. o Conselho Municipal do Idoso terá uma diretoria, constituída por um Presidente e um Vice Presidente.

Art.14. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus pares, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange a ambos, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais, conforme disposto na lei nº.1.778 /2014.

Art.15. Compete ao Presidente:

- I. cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões da Plenária do Conselho Municipal do Idoso;
 - II. representar judicialmente e extrajudicialmente o Conselho;
 - III. convocar e presidir as reuniões da Plenária;
 - IV. submeter a pauta à aprovação da Plenária;
 - V. submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os, sempre que necessário;
 - VI. participar das discussões na plenária nas mesmas condições dos outros conselheiros;
 - VII. praticar atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como os que resultem de deliberação da Plenária;
 - VIII. assinar resoluções, portarias e correspondências do Conselho, aprovadas pela Assembleia Geral, salvo quando for delegada a atribuição a algum outro conselheiro;
 - IX. delegar atribuições, desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia Geral;
 - X. submeter à apreciação da Assembleia Geral a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;
 - XI. submeter à plenária o relatório anual do Conselho;
 - XII. propor a criação e dissolução de Grupos Temáticos, conforme a necessidade;
 - XIII. nomear Conselheiros para participar dos Grupos Temáticos, bem com seus respectivos integrantes;
 - XIV. dar publicidade às decisões do Conselho;
 - XV. consultar a Assembleia Geral quando solicitar a órgãos públicos ou a entidades privadas informações e apoio técnico e operacional necessários ao bom andamento dos trabalhos do Conselho;
 - XVI. convidar pessoas ou entidades a participarem, sem direito a voto, de reuniões da Plenária;
 - XVII. decidir sobre questões de ordem;
 - XVIII. desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da presidência;
 - XIX. exercer o voto de qualidade, sempre que houver empate;
 - XX. aprovar e encaminhar, "ad referendum", assuntos de caráter administrativo, quando não for possível reunir a Plenária para a sua deliberação;
 - XXI. solicitar recursos financeiros e humanos junto ao poder público, para a realização das atividades do Conselho.
- Parágrafo Único. O Vice-Presidente do Conselho Municipal do Idoso substituirá o presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

Art.16. São atribuições do Vice-Presidente:

- I. substituir o presidente em seus impedimentos, ausências e vacância, completando o mandato nesse único caso;
- II. auxiliar o presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III. exercer as atribuições que lhe forem conferidas pela Plenária ou delegadas pelo Presidente.

SEÇÃO III DO PLENÁRIO

Art.17. Cabe ao Plenário do Conselho Municipal Do Idoso:

I. Deliberar, por maioria absoluta:

- a) nos casos de alteração do regimento interno;
- b) na eleição direta do Presidente e do Vice-Presidente;

c) quanto à destinação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso.

- II. deliberar, por maioria simples, sobre os demais assuntos de sua competência e os encaminhados à sua apreciação;
- III. baixar normas e resoluções de sua competência, necessárias à implantação da Política Municipal do Idoso;
- IV. aprovar a criação e dissolução dos grupos temáticos, suas respectivas competências, sua composição e prazo de duração;
- V. requisitar aos órgãos da administração pública municipal e às organizações não governamentais documentos, informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho;
- VI. propor a convocação da Conferência Municipal do Idoso, que se reunirão a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, sob a coordenação do Conselho;
- VII. deliberar a destituição de conselheiros;
- VIII. convocar o fórum para eleição dos representantes das entidades não governamentais;
- IX. elaborar e aprovar, em parceria com o órgão competente, o plano de ação e aplicação dos recursos do fundo estadual/municipal da pessoa idosa;
- X. analisar e aprovar a prestação de contas do Fundo Municipal do Idoso.

Art.18. Todas as reuniões do Conselho serão publicadas, precedidas de ampla divulgação e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral serão encaminhadas à Secretaria Executiva para publicação na imprensa oficial, onde houver, ou para ser amplamente divulgada como de costume.

Art.19. O conselho reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário, em local previamente designado e, extraordinariamente, sempre que convocada por escrito pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento da maioria simples de seus membros, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§1º. Na convocação devesse constar a ordem do dia com a pauta dos assuntos a serem tratados.

Art.20. As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretario-Executivo, sob a supervisão do Presidente, e dela constará necessariamente:

- I. abertura da reunião, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
 - II. avisos, comunicações, apresentação de correspondências e documentos de interesse da Plenária;
 - III. outros assuntos de ordem geral de interesse do Conselho.
- Parágrafo único - A ordem do dia abrangerá a discussão e a votação da matéria, conforme a pauta de convocação.

Art.21. Os trabalhos das reuniões terão a seguinte ordem:

- I. verificação do quórum necessário para a instalação dos trabalhos;
 - II. apresentação das justificativas de ausências;
 - III. abertura da reunião pelo presidente;
 - IV. leitura da ata anterior, pelo Secretario-Executivo, sua discussão, aprovação e assinatura pelo Presidente e demais membros do Conselho;
 - V. enviada a ata por meio eletrônico, fica dispensada sua leitura, sendo examinados apenas os destaques;
 - VI. comunicações do presidente;
 - VII. comunicações dos demais membros do Conselho;
 - VIII. leitura do expediente;
 - IX. leitura de pauta do dia;
 - X. pedido de inclusão de matéria nova na "ordem do dia";
 - XI. discussão e votação da "ordem do dia";
 - XII. apresentação dos relatórios das comissões Permanentes e grupos temáticos;
 - XIII. deliberações e encaminhamentos;
 - XIV. encerramento da reunião.
- §1º. Havendo número legal será iniciada a reunião.
- §2º. Não havendo quórum, aguardar-se-á durante 30 (trinta)

minutos e, após este prazo, persistindo a falta de quórum, ficará adiada a reunião para o mês seguinte, cabendo ao Secretário-Executivo colher as assinaturas dos presentes.

§3º. Ausente o Secretário-Executivo, o Presidente nomeará um ad hoc.

§4º. Após proferir o seu voto, poderá o membro do Conselho, antes de proclamado o resultado, reconsiderá-lo.

Art.22. As atas das reuniões serão lavradas pelo Secretário-Executivo, onde constará a presença de cada membro do Conselho e o nome dos ausentes, com as justificativas, se apresentadas.

§1º. Os assuntos tratados serão registrados em ata, de forma resumida, sem que isto venha a prejudicar a sua essência, sendo as resoluções impressas pelo Secretário-Executivo, a fim de que sejam arquivadas em pasta destinada a esse fim.

§2º. Todos os incidentes relativos às eventuais retificações de ata anterior serão discutidos e votados, antes do prosseguimento da reunião, e nestes serão consignados em ata.

Art.23. As reuniões extraordinárias destinar-se-ão às mesmas competências previstas para as reuniões ordinárias.

Parágrafo Único - Aplicam-se às reuniões extraordinárias, no que couberem, as mesmas disposições previstas para as reuniões ordinárias.

SEÇÃO IV

DAS COMISSÕES E GRUPOS TEMATICOS

Art.24. As comissões permanentes de natureza técnica serão constituídas com caráter permanente e os Grupos Temáticos terão caráter transitório, com tarefas e prazos determinados. Serão constituídos por representantes governamentais e não governamentais e compostas de, no mínimo, 03 (três) membros eleitos pelos Conselheiros, os quais nomearão os seus coordenadores.

§1º. Ficam instituídas as seguintes Comissões Permanentes:

a) Comissão de políticas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar todas as políticas direcionadas à população idosa a serem aprovadas pelo Conselho;

b) Comissão de normas com a finalidade de avaliar, acompanhar e analisar normas para a aprovação do Conselho, bem como acompanhar matérias de interesse da população idosa nas instâncias legislativas e judiciárias;

c) Comissão de Comunicação Social;

d) Comissão de Orçamento e Finanças com a finalidade de sugerir e apreciar propostas orçamentárias pertinentes ao segmento idoso elaboradas pelos órgãos setoriais do Município, bem como acompanhar e avaliar sua execução financeira; elaborar plano de ação e aplicação do Fundo Municipal do Idoso, e ainda acompanhar toda a sua movimentação e avaliar resultados;

e) Comissão de Articulação de Conselheiros.

§2º. As Comissões Permanentes deverão apresentar à assembleia seu plano de ação anual, bem como o relatório de suas atividades.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA

Art.25. São atribuições do Secretário-Executivo:

I. secretariar as reuniões do Conselho;

II. tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;

III. encaminhar os processos a serem apreciados pela assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

IV. prestar, no Plenário, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V. redigir as atas das reuniões do Conselho Municipal do Idoso, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI. controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII. proceder a leitura das atas no início das reuniões do Conselho;

VIII. providenciar copia e extrato da ata já aprovada, fixando-a em lugar de costume ou providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX. receber do presidente a pauta das reuniões, bem como o respectivo expediente, afixando a pauta no lugar de costume;

X. informar aos Conselheiros o calendário das reuniões apazadas e respectivas pautas;

XI. receber e arquivar documentos relativos à convocação das reuniões;

XII. proceder à leitura da pauta das reuniões;

XIII. desempenhar outras atribuições inerentes a sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art.26. A Secretaria do conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único- A Secretaria ficara sob a supervisão direta da diretoria do Conselho Municipal do Idoso.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.27. Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia.

Art.28. O presente Regimento poderá ser alterado somente com a aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros, no mínimo.

Art.29. Este Regimento Interno entrara em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 28 de Agosto de 2014.

ASSINATURA DOS CONSELHEIROS

Itá**PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 051/2014, Pregão Presencial Nº 033/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2014

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 22 de setembro de 2014, para a possível prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas das secretarias municipais. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 22 de setembro de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá-SC, 08 de Setembro de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extratos de Contratos - PR Nº 53/2014**

EXTRATOS DE CONTRATOS - Processo Licitatório nº 65/2014 - Pregão Presencial nº 53/2014. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré Escolas e Centros de Educação Infantil do Município. CONTRATADAS: CONTRATOS: VALOR TOTAL: Gisele Ribas Trierweiler ME, Nº 78/2014 R\$ 2.937,00; Supermercado Hilário Fuchs Ltda. Nº 79/2014 R\$ 48.653,30. PRAZO: 31/12/2014. Itaiópolis, 03/09/2014. Gervásio Uhlmann Prefeito Municipal.

Extrato do Decreto Nº 1439/2014 - PR Nº 42/2014

Dispõe sobre a revogação do item 2.1.2 do Edital referente ao Processo Licitatório nº 53/2014, Pregão Presencial nº 42/2014. A íntegra do Decreto encontra-se afixado no Mural da Prefeitura e no Site www.itaioipolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 08/09/2014. Gervásio Uhlmann Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**Resultado de Dispensa de Licitação**

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC

Dispensa de Licitação nº 03/2014. Objeto: Dispensa de Licitação para limpeza e desinfecção das caixas e reservatórios de água para 06 (seis) meses. Empresa vencedora: Casa dos Filtros, Valor R\$ 1.900,00. Itaiópolis, 08 de setembro de 2014, Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

Resultado de Dispensa de Licitação

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-POLIS/SC

Dispensa de Licitação nº 04/2014. Objeto: Construção de abrigo para medidores elétricos conforme projeto padrão da CELESC com a inclusão de Mão de obra e materiais de construção para demolir antigo abrigo e nova construção e construção de abrigo protetor para gás com laje, portão para abrigo acesso ao abrigo de gás, conserto de banheiros e abertura para ar condicionado. Empresa vencedora: Vildegard Correa de Siqueira Ltda _ ME. Valor R\$ 11.050,00. Itaiópolis, 08 de setembro de 2014, Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

Licitação Nº 138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 138/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 138/2014 cujo objeto é a contratação de serviços técnicos de informática e eletrônica, para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 23 de setembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 08 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº 139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 139/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 139/2014 cujo objeto é a contratação de horas de serviços mecânicos para manutenção corretiva e preventiva de caminhões caçamba eletrônicos, traçados, ônibus escolar e micro ônibus, de propriedade do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de setembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 08 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata Sessão Pública Pregão Nº59/2014-Processo Nº110- Aquisição Moveis Ubs de Itapoá

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº59/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº110/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 08/09/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, MARCIANE RECH, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº59/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA EQUIPAR A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ITAPOÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO DETALHADO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS..

No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

M.MOBILE EIRELI

IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

DECORAR MÓVEIS E MARCENARIA EIRELI-ME

Representantes (Credenciados)

VILMA SCHIFFLER

PAULO LEANDRO LEVANDOSKI

ALCINDO BET

Analisados os documentos foram achados conforme,

Motivo:

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	19.700,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	19.700,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 08/09/2014.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
MARCIANE RECH

Assinantes	
Representantes	Assinatura
M.MOBILE EIRELI	
IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	
DECORAR MÓVEIS E MARCENARIA EIRELI-ME	

Pregão Presencial Nº 60/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014
PROCESSO Nº 113/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 19 de setembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos a fim de atender ao evento turístico 7º ITALAMA/2014, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 08 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

Carta Convite 25 2014 Contratação de Empresa Para Fornecimento E Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado A Quente (C.b.u.q) Em Vias do Município de Ituporanga/SC

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Carta Convite nº 25/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q) EM VIAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de setembro de 2014 até às 11:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 16 de setembro de 2014 às 11:00 na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br

Ituporanga, 09 de setembro de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.629 de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.629 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora Geovana Aparecida Denardi Facin, pela servidora Vania Brandalize, na representação da Fazenda Municipal, no Conselho Municipal de Contribuintes de que trata o Decreto nº 4.565 de 02 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.630 de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.630 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"SUBSTITUI, MEMBRO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor Leandro Sartori, pelo servidor André Luiz Dri, na representação da Procuradoria Geral do Município no Conselho Municipal de Esporte, de que trata o Decreto nº 4.617 de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.631 de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.631 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"SUBSTITUI, MEMBRO PARA COMPOR CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o servidor Leandro Sartori, pelo servidor André Luiz Dri, na representação da Procuradoria Geral do Município no Conselho Municipal de Cultura, de que trata o Decreto nº 4.580 de 16 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 05 de setembro de 2014.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Lei Complementar Nº 275 de 05 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 275 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/07
 - LEI DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do art. 1º da Lei Complementar nº 271/2014, que dispõe sobre alteração da Lei de Zoneamento do Município de Joaçaba, passando a vigorar com a seguinte redação:

I- Altera de Zona Residencial 3 - ZR3, para Zona de Desenvolvimento 2 - ZD2 apenas nos lotes lindeiros à via Getúlio Vargas, desde que não estejam enquadrados como Zona Residencial 4 - ZR4, conforme mapa anexo;

II- Altera de Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para Zona de Desenvolvimento 1 - ZD1 (próximo à empresa Balestrin) quadra entre a Av. Liberdade e Rua Honorato Tesser - Loteamento Nossa Senhora de Lourdes (Lotes de 01 a 08, quadra 20), na forma do mapa anexo;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 05 de setembro de 2014.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Lei Complementar Nº 276 de 05 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 276 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.
 DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 76/2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo terceiro do Art. 96 da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica inserido o art. 96-A na Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

Art. 96-A O funcionário público efetivo com cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência grave, comprovada por perícia médica oficial, que o torne impossibilitado para as atividades básicas da vida diária, poderá cumprir horário especial, independentemente

de compensação e sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento mínimo de 20 (vinte) horas semanais.

§1º O laudo expedido na perícia médica deverá informar o grau da deficiência e se dela decorre a necessidade de acompanhamento constante de outra pessoa.

§2º O pedido de horário especial de que trata esse artigo deverá ser protocolizado acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia da certidão de casamento ou de nascimento do filho ou documento que comprove a situação de dependência;

II - declaração de que o deficiente está efetivamente sob cuidados do servidor requerente e que não existe nenhuma outra pessoa (familiar ou não) que possa acompanhá-lo.

§ 3º O pedido deverá ser renovado anualmente com emissão de Laudo que comprove a permanência da condição descrita no caput, sendo que caso a dependência seja cessada ou tenha o seu grau diminuído, o funcionário público deverá cumprir a jornada normal de trabalho.

Art. 3º. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 05 de setembro de 2014.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Lei Complementar Nº 277 de 05 de Setembro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 277 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 211/2011 - PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDACIONAL, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica alterado o vencimento do cargo Código 6.5 da Categoria 13 do Anexo I - QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL da Lei Complementar nº 211/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I						
QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL						
PADRÕES DE VENCIMENTO INICIAL						
CATEGORIAS	GRUPO	CÓDIGO DO CARGO	NOMENCLATURAS	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	R\$
13	V - TEC	6.5	Contador	4	35	3.666,69

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 05 de setembro de 2014.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Lei N.º 4.524 de 05 de Setembro de 2014.

LEI N.º 4.524 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE JOAÇABA - CDL, inscrita no CNPJ sob o nº 84.590.728/0001-00, com sede a Av.: XV de Novembro, 371 - Erma Center, 8º andar - Centro em Joaçaba -SC, o qual consistirá em cooperação financeira para utilização do sistema do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Art. 2º O termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Lei N.º 4.525 de 05 de Setembro de 2014.

LEI N.º 4.525 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. Faça saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação	
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.00000000- 105 Aplicações diretas	R\$ 270.000,00
Proj. Ativ.2053 Contribuição Patronal ao RPPS -Ens. Fundamental	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 94 Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
Proj. Ativ.2.055 Contribuição Patronal ao RPPS - Ens. Infantil	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 110 Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. AGRÍCOLA, IND.COM.TUR.INOVAÇÃO	

UNIDADE 01: Secretaria de Desenvolvimento Agrícola	
Proj. Ativ.2.115 Manutenção da Frota Agrícola	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 165 Aplicações diretas	R\$ 46.000,00
Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:	
Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação	
Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019.00000000- 106 Aplicações diretas	R\$ 20.000,00
R\$ 20.000,00	
Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.00000000- 90 Aplicações diretas	R\$ 250.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 89 Aplicações diretas	R\$ 100.000,00
ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNIC. DE DESENV. AGRÍCOLA, IND.COM.TUR.INOVAÇÃO	
UNIDADE 01: Secretaria de Desenvolvimento Agrícola	
Proj. Ativ.2.044 Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Agrícola	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 163 Aplicações diretas	R\$ 46.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto N.º 4.632 de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO N.º 4.632 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação	

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018.00000000- 105 Aplicações diretas	R\$ 270.000,00
Proj. Ativ.2053 Contribuição Patronal ao RPPS –Ens. Fundamental	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 94 Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
Proj. Ativ.2.055 Contribuição Patronal ao RPPS – Ens. Infantil	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 110 Aplicações diretas	R\$ 50.000,00
ÓRGÃO 20: SECRETARIA MUNIC. DE DESENV.AGRÍCOLA, IND.COM.TUR.INOVAÇÃO	
UNIDADE 01: Secretaria de Desenvolvimento Agrícola	
Proj. Ativ.2.115 Manutenção da Frota Agrícola	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00000000- 165 Aplicações diretas	R\$ 46.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
 Prefeito

Portaria N.º 3154

PORTARIA Nº 3.154 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
 "CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MIRIAN DOLZAN, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Setor de Pessoal

Portaria N.º 3155

PORTARIA Nº 3.155 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
 "CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELISABETH BARETTA, Professor Pós Graduado - cargo em extinção Nível II (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de

memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Setor de Pessoal

Portaria N.º 3156

PORTARIA Nº 3.156 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
 "CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EVERTON LOCATELLI, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
 Setor de Pessoal

Portaria N.º 3157

PORTARIA Nº 3.157 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
 "DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o servidor Sr. GUILHERME AUGUSTO TRENTIN DA SILVA para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 56/2014/FMS, proveniente do Processo de Licitação n.º 18/2014/FMS - Pregão Presencial n.º 14/2014/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3158

PORTARIA Nº 3.158 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A)
QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) SONIA MARLENE BROLLO, Psicóloga, das funções de Chefe do CAPS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de setembro de 2014

RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 3159

PORTARIA Nº 3.159 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe do CAPS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 31560

PORTARIA Nº 3.160 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
"DESIGNAR SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Sra. SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 998/2008/FMS e aditivos, proveniente do Processo de Licitação n.º 89/2008/FMS - Dispensa de Licitação n.º 13/2008/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE

Ata Registro de Preços - Oficinas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2013

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0046/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/12/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando à contratação de empresas para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura destinada à manutenção de veículos e máquinas da frota do SIMAE, durante o exercício financeiro de 2014.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

- a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital conforme a seguir:

ITEM	EMPRESA	Valor Unitário	Valor Total	QDE	UN	SERVIÇO
01	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	4.000,00	250	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 1
02	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	2.040,00	120	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 1
03	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	570,00	30	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 1
04	MECANICA SPIER LTDA - ME	28,50	1.425,00	50	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 1
05	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	4.000,00	250	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
06	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	1.020,00	60	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
07	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	1.140,00	60	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
08	MECANICA SPIER LTDA - ME	28,50	2.280,00	80	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2
09	MECANICA SPIER LTDA - ME	16,00	640,00	40	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3

10	MECANICA SPIER LTDA - ME	17,00	340,00	20	HR	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
11	MECANICA SPIER LTDA - ME	19,00	380,00	20	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
12	CESAR AUGUSTO SILOCHI	29,00	580,00	20	HR	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 3
13	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	19.800,00	330	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4
14	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	21.000,00	300	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 4
15	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	5.600,00	80	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4
16	CESAR AUGUSTO SILOCHI	32,00	5.760,00	180	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 4
17	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	12.000,00	200	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
18	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	7.900,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
19	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	3.500,00	50	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
20	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	2.100,00	60	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 5
21	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	4.200,00	70	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
22	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	3.950,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6 -
23	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	2.800,00	40	HR	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
24	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	875,00	25	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 6
25	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	3.000,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
26	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	3.950,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10

27	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	2.800,00	40	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
28	CESAR AUGUSTO SILOCHI	35,00	875,00	25	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 10
29	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	60,00	6.000,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
30	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	79,00	6.320,00	80	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
31	AUTO MECÂNICA ROGECAR LTDA - ME	70,00	3.500,00	50	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11

32	CESAR AUGUSTO SILOCHI	32,00	3.200,00	100	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 11
33	DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME	97,00	29.100,00	300	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
34	LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME	110,00	27.500,00	250	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
35	DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME	87,00	13.050,00	150	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
36	LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME	82,00	8.200,00	100	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 7
37	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	21,00	3.150,00	150	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
38	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	23,00	2.300,00	100	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
39	BRANDAO MOTO PECAS LTDA	21,00	840,00	40	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
40	CESAR AUGUSTO SILOCHI	30,00	600,00	20	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 8
41	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	4.400,00	50	HR	SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9
42	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	7.040,00	80	HR	SERVIÇO DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 9
43	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	1.760,00	20	HR	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 9
44	GUINDASUL COM DE GUINDASTES LTDA EPP	88,00	1.320,00	15	HR	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEICULOS CONSTANTES DO LOTE 9

1.3 O presente Contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o SIMAE a aquisição de todos os objetos nas quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades da Administração.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0046/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS VEICULOS

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 O transporte dos veículos deverá ser realizado em outros veículos do tipo "guincho" e nenhum custo pelo transporte deverão ser repassados a Contratante;

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por este preparado;

4.3.1 O orçamento deverá ser preparado de forma detalhada, abrangendo:

- a) nome, código do fabricante do veículo e quantidade de peças;
- b) número de horas dos serviços a serem executados;

- c) prazo para realização dos serviços;
d) placa e quilometragem constante no hodômetro do veículo.

4.3.2 A detentora do Registro de Preços deverá entregar ao requisitante o orçamento prévio acima descrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após veículos estar disponível;

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo do edital.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita pelo Motorista, designado pela Administração para conduzir o veículo, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita pelo motorista, designado pela Administração para conduzir o referido veículo, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o gestor do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

4.10 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

- a) 3 (três) mil quilômetros para serviços prestados;
b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão; e
c) 3 (três) mil quilômetros para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato, bem como o relatório de execução dos serviços contendo a quantidade de horas trabalhadas por veículo (marca, modelo/ano e nº. da placa), em até 05 (CINCO) dias após entrega da nota fiscal a contento.

5.2 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

- a) Os comprovantes de regularidade perante o INSS e o FGTS.

5.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.6 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.39.19

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I do Edital:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);

d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos poderão resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s)

fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

a) De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

b) De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 01 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 03 de Dezembro de 2013.

Pregoeiro Oficial

Ana Paula Pereira

Equipe de Apoio

Eliane Aparecida Ceron Vier

Ligia Adriane Darold da Silva

Representantes Credenciados:

Varmo Spier

Mecânica Spier Ltda - ME

Neusa Angelina G.V.Lobus

Auto Mecânica Rogecar Ltda ME

Luiz Carlos Ferreira Brandão

Brandão Moto Peças Ltda ME

Dalmass Comércio de Peças Ltda

Tercius Ulisses Dalmass

Guindasul Com. De Guindastes Ltda

Silvio Pinto Aires

Locomaq Com. E Loc. De Máq. E Equip. Ltda

Álvaro José Gonçalves

Cesar Augusto Silochi

Cesar Augusto Silochi

Ordem de Serviço 0008/2014 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0008/2014

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a iniciar os serviços referentes à Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário na Rua Paineiras, no Município de Luzerna-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0035/2014, Tomada de Preços JHL 0006/2014, Protocolo JHL 1650/2014, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0067/2014 de 21 de Agosto de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados é de R\$ 48.990,84 (Quarenta e oito mil, novecentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 09 de Setembro de 2014.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Engº Responsável: Jucenei Silva de Andrade - Engenheiro Civil

CPF- 461.629.179-91

CREA- 22041-6

RECEBI EM ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL**PP 16.2014 - Nota de Anulação**

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2014 - PR Processo Administrativo: 16/2014 Processo de Licitação: 16/2014 Data do Processo: 22/08/2014
Objeto: Serviços de fornecimento automático de café e bebidas quentes para a nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Rua Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC, que compreenderá o emprego de todos os equipamentos e de uma máquina de café expresso e bebidas quentes, sistema "self-service", utilizando café em grãos, a serem moídos na hora, e insumos solúveis necessários à execução dos serviços conforme especificações do anexo I.	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2014</u></p> <p>Motivo: Ao oitavo dia de setembro do ano de dois mil e quatorze às quatorze e trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Joaçaba reuniram-se a Pregoeira e os membros da Equipe de Apoio, para proceder à abertura do Processo de Licitação 016/2014, Pregão Nrº. 013/14. Denota-se que o presente certame foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 26 de agosto de 2014; Mural Público a partir do dia 22 de agosto de 2014 e no site da Câmara a partir do dia 22 de agosto de 2014, para dar amplo conhecimento aos interessados e divulgação do presente certa</p> <p style="text-align: center;">Joaçaba, 8 de Setembro de 2014</p> <p style="text-align: center;">----- FRANCISCO MOREIRA LOPES PRESIDENTE DA CAMARA</p>	

José Boiteux**PREFEITURA****Processo Licitatorio 44/2014 Veiculo Utilitario**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 44/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 19/09/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITARIO MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 08 de Setembro 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 139/2014 FCL**

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 139/2014

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA. ROSA FÁTIMA ZATTA KRAHL, CNPJ 15.395563/0001-01, estabelecido à Rua Machado de Assis, 1111 - Centro - CEP 88501-470 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA "BANDA ANJOS DE PLANTÃO" a realizar-se dia 21 de Junho de 2014, às 21h30m no Parque de Exposições Conta Dinheiro, Avenida Luiz de Camões nº 2330 Lages/SC, no espaço denominado PALCO PINHÃO durante a 26ª FESTA NACIONAL DO PINHÃO.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pelo desenvolvimento da atividade a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta do Contratado. Banco do SICREDI, Agência 1527, Conta 63225-2.

Lages, 02 de Junho de 2014.

Extrato de Contrato Nº 180/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 180/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: GISIANE MATILDE VIEIRA ME, inscrita no CNPJ n.º 10.790.021/0001-01, com sede Rua Francisca das Neves da Silva, 45 Centro - CEP 88.385-000 Penha/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 5.379,97 (cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos),

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 179/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 179/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: TECNOPONTO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.897.750/0001-08, com sede a Rua Gal. Osório, 1108 - Velha CEP 89041-002 - Blumenau/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 6.749,92 (seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos)

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 178/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 178/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 920,00 (novecentos e vinte reais),

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 177/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 177/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES - ME, inscrita no CNPJ n.º 09.253.952/0001-91, com sede a Rua: João Teófilo Deucher, nº 29 - Centro CEP: 88.880-000 - Bom Retiro/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 6.290,00 (seis mil duzentos e noventa reais),

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 176/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 176/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICO LAGES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.598.570/0001-77, com sede a Avenida Dom Pedro II, 829 - São Cristóvão - CEP 88509-000 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.873,33 (dois mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e três centavos),

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 175/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 175/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, Nº 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.325,00 (três mil, trezentos e vinte e cinco reais),

Lages, 05 Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 271/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 271/2014 -PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS ORGANIZADAS - ACRO, inscrita no CNPJ sob n.º 78.477.767/0001-01, com sede à Rua Zeca Neves n.º 218, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para consumo dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, nos meses de Agosto a Dezembro do corrente ano, com termos dos anexos: I - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar; II - Relação de Fornecedores/Produtos/Quantidades/Valores; III - Especificações dos produtos; que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para consumo dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, nos meses de Agosto a Dezembro do corrente ano, com termos dos anexos: I - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar; II - Relação de Fornecedores/Produtos/Quantidades/Valores; III - Especificações dos produtos; que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE Lages, 05 de Setembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda anual de Gêneros Alimentícios do

Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, é de até R\$ 91.626,74 (noventa e um mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos) por DAP - Declaração de Aptidão por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, Resolução/CD/FNDE nº 25 de 04 julho de 2012.

Lages, 05 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 270/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 270/2014 -PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36 com sede a Rua Doutor Aujor Luz 791 - Bairro Santa Catarina, CEP 88512-400 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação De Empresa Especializada Para Prestação De Serviços Técnicos Para Elaboração De Projetos E Orçamentos Para Secretaria De Infraestrutura, Em Conformidade com Termo De Referência Do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

02.1 De Início, em até 48 horas após a assinatura da(s) Ordem de Serviço;

02.2 De Execução, da data da assinatura do contrato até 31/12/2014;

02.3 De Entrega(s): de acordo com a Solicitação (ões);

02.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 116.523,00 (cento e dezesseis mil, quinhentos e vinte e três reais).

Lages, 03 de Setembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 174/2014 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 174/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.118.645/0001-40, com sede a Avenida Luiz de Camões. 939 - Sala 04, Coral CEP: 88523-000 Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente,

até 31/12/2014;
CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.650,00 (três mil, seiscentos e cinquenta reais),

Lages, 04 Setembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

PP 20-2014 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PP 20-2014 SEMASA
Objeto: Aquisição de Materiais a Serem Utilizados na Substituição do Sistema de Água e Esgoto
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 24/09/2014 às 14:30
Valor Estimado: R\$ 1.206.831,69

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de setembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Extrato de Contrato Nº 173/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 173/2014 FMAS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 09.053.748/0001-27, com sede a Rua Cecílio Rodrigues, 136 - Seminário, CEP: 89190-000, Taió/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)
2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;
2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 9.717,00 (nove mil, setecentos e dezessete reais),

Lages, 04 Setembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 172/2014 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 172/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMÁTICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 02.315.593/0001-00, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 312 - Centro, CEP: 88870-000 - Orleans/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação (ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais),

Lages, 04 Setembro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 31/2014

RESULTADO DE JULGAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

OBJETO: Aquisição de material gráfico, visando atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I, do edital, cujo objeto foi adjudicado para empresa CYK GRÁFICA E EDITORA LTDA ME, CNPJ nº 13.280.004/0001-12, no valor total de R\$ 7.607,00 (sete mil seiscentos e sete reais). Lebon Régis, 08 de Setembro de 2014. Thacyana Canalle - Pregoeira.

Pregão Nº Pr28/2014

Pregão Nº PR28/2014

Processo Administrativo: 45/2014

OBJETO: Aquisição de produtos de cama, mesa, banho e roupas de bebê para trabalhar com grupos de gestantes e à aquisição de materiais (armarinhos, aviamentos e outros) para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Data de Homologação: 04/09/2014

Licitantes Homologados: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME - Valor Total de R\$ 7.732,00; GTA ATACADO E VAREJO EIRELI - Valor Total de R\$ 23.880,00; HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA ME - Valor Total de R\$ 6.413,97; JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - Valor Total de R\$ 4.529,00; MARCIA DOS S. DIAS ME - Valor Total de R\$ 2.230,00; MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME - Valor Total de R\$ 5.550,00; VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME - Valor Total de R\$ 1.280,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 13/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME

Valor : R\$ 7.732,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de armarinhos, aviamentos e outros para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contrato nº.... 14/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: GTA ATACADO E VAREJO EIRELI

Valor : R\$ 23.880,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de armarinhos, aviamentos e outros para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contrato nº.... 15/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA ME

Valor : R\$ 6.413,97

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de roupas de bebê para trabalhar com grupos de gestantes e à aquisição de materiais (armarinhos, aviamentos e outros) para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contrato nº.... 16/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Valor : R\$ 4.529,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de produtos de cama, mesa, banho e roupas de bebê para trabalhar com grupos de gestantes e à aquisição de materiais (armarinhos, aviamentos e outros) para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contrato nº.... 17/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: MARCIA DOS S. DIAS ME

Valor : R\$ 2.230,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de armarinhos, aviamentos e outros para trabalhar com o grupo do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Contrato nº.... 18/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : R\$ 5.550,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de produtos de cama, mesa, banho e roupas de bebê para trabalhar com grupos de gestantes.

Contrato nº.... 19/2014

Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis

Contratado....: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

Valor : R\$ 1.280,00

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014

Nº licitação...: PR28/2014

Objeto : Fornecimento de produtos de cama, mesa, banho e roupas de bebê para trabalhar com grupos de gestantes.

Portaria Nº 505/2014

PORTARIA Nº 505 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ELIZABETE DE OLIVEIRA LIMA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 506/2014

PORTARIA Nº 506 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária TATIANA APARECIDA DOS SANTOS ROSA, Recepcionista, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 08/08/2013 à 07/08/2014, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 507/2014

PORTARIA Nº 507 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VANESSA DOS SANTOS DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos

Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 508/2014

PORTARIA Nº 508 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, ERICA MARIZA DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Professor com Magistério, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 509/2014

PORTARIA Nº 509 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, EDNA DE ANDRADE, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/09/2014, ficando sua vaga vinculada a licença de Veraci Catarina de Brito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 510/2014

PORTARIA Nº 510 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, ELIZIANA ROSA, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 511/2014

PORTARIA Nº 511 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, GUIOMAR MEIRELES DOS SANTOS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 512/2014

PORTARIA Nº 512 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ROSIANE APARECIDA PIRES DE MORAES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 01 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Decreto Nº 073/2014

DECRETO Nº 073/2014, de 05 de setembro de 2014.

"Aprova desmembramento dos lotes 01, quadra 10 localizados na Rua Tiradentes, de Ivone Stoeterau Taborda e Marlene Verônica Pedroso na cidade de Lebon Régis-SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do lote 01, quadra 10, localizados na Rua Tiradentes, matrícula 2998 do Cartório de Registro e Imóveis da Comarca de Lebon Régis/SC, de propriedade de Ivone Stoeterau Taborda e Marlene Verônica Pedroso, com área de 2.350,00 m² (dois mil trezentos e cinquenta metros quadrados) com as Descrição do levantamento topográfico de um terreno urbano acima identificado e medindo 2.350,00 m² conforme as seguintes medidas e confrontações:

- Norte(frente): numa linha medindo 47,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Tiradentes.

- Sul (fundos): uma linha medindo 47,00 metros lineares e confrontando-se com terreno de propriedade de Leila Passos do Valle Alves.

- Leste (lado direito de quem esta no lote olhando para a referida Rua Tiradentes): confronta-se a partir da Rua Tiradentes com terreno de propriedade de Alzelino Granemann de Limanuma linha perpendicular a citada Rua medindo 19,00 metros lineares. Seguindo nesta mesma linha confronta-se com terreno de Getúlio Vargas de Moraes medindo 20,00 metros lineares, seguindo ainda a mesma linha confronta-se com terreno de propriedade de Sidnei Martins medindo 11,00 metros lineares. Portanto o perímetro na face leste é de 50,00 metros lineares.

- Oeste (lado esquerdo de quem esta no lote olhando para a referida Rua Tiradentes): numa linha medindo 50,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Altamiro Guimarães.

Parágrafo único: a situação do lote original é na esquina das Ruas Tiradentes e Altamiro Guimarães.

Art. 2º - Do imóvel acima descrito será desmembrado uma área de terras, conforme abaixo relacionado:

LOTE 1-A, DA QUADRA 10 - desmembrado - com área de 658,00 m².

- Norte(lado direito de quem esta no lote olhando para a referida Rua Altamiro Guimarães): numa linha medindo 47,00 metros lineares e confrontando-se com o lote remanescente identificado como lote 1 da quadra 10 de propriedade de Ivone Stoeterau Taborda e Marlene Veronica Pedroso.

- Sul (lado esquerdo de quem esta no lote olhando para a referida Rua Altamiro Guimarães): uma linha medindo 47,00 metros

lineares e confrontando-se com terreno de propriedade de Leila Passos do Valle Alves.

- Leste (fundos): confronta-se com terreno de propriedade de Getúlio Vargas de Moraes medindo 3,00 metros lineares, seguindo ainda a mesma linha confronta-se com terreno de propriedade de Sidnei Martins medindo 11,00 metros lineares. Portanto o perímetro na face leste é de 14,00 metros lineares.

- Oeste (frente): numa linha medindo 14,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Altamiro Guimarães.

Parágrafo único: a situação do lote desmembrado é 36,00 metros da Rua Tiradentes.

Art. 3º - Do imóvel desmembrado ficará com as seguintes medidas e confrontações:

LOTE 1, DA QUADRA 10 - remanescente - com área de 1.692,00 m²

- Norte(frente): numa linha medindo 47,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Tiradentes.

- Sul (fundos): uma linha medindo 47,00 metros lineares e confrontando-se com terreno desmembrado de propriedade de Ivone Stoeterau Taborda e Marlene Veronica Pedroso identificado como lote 1-A.

- Leste (lado direito de quem esta no lote olhando para a referida Rua Tiradentes): confronta-se a partir da Rua Tiradentes com terreno de propriedade de Alzelino Granemann de Lima numa linha perpendicular a citada Rua medindo 19,00 metros lineares. Seguindo nesta mesma linha confronta-se com terreno de Getúlio Vargas de Moraes medindo 17,00 metros lineares. Portanto o perímetro na face leste é de 36,00 metros lineares.

- Oeste (lado esquerdo de quem esta no lote olhando para a referida Rua Tiradentes): numa linha medindo 36,00 metros lineares e confrontando-se com a Rua Altamiro Guimarães.

Parágrafo único: a situação do lote remanescente é na esquina das Ruas Tiradentes e Altamiro Guimarães.

Art. 4º - A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto, além da observância que preceitua a Lei n. 6.766/1979, decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, são servidos de logradouro público em condições de acessibilidade, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, ressaltando que, pelo fato de não existir no município rede de esgoto, em caso de construção nas áreas desmembradas para a concessão do alvará Habite-se, fica claro que será exigido do proprietário o planejamento e construção de fossas sépticas. Observa-se ainda que nas áreas parceladas não se verificam os impedimento enumerado pelo parágrafo único do Art. 3º da Lei n. 6.766/1979. Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Elias Boçois - CREA/SC 019.388-7.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 05 de setembro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.487/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1.487, 08 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 1º. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento em conformidade com o art. 134 da Lei nº 8.069/90.

Art. 2º. O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes.

§ 1º Sempre que necessária à convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§ 2º Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de vacância, renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 3º. O Servidor Público Municipal que vier a exercer mandato de Conselheiro Tutelar cuja jornada de trabalho seja igual ou superior a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto, optar por sua remuneração.

Art. 4º. O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 13h30min às 17h30min e, nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 1º O Regimento Interno do Conselho Tutelar definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal como durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.

§ 2º O Poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, como: sede, mobiliário, equipamento de informática, telefone, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros.

§ 3º Será feita ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e de seu número de telefone.

Art. 5º. A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º. O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar, de reuniões de trabalho fora da sede do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos.

SEÇÃO II

DA REMUNERAÇÃO

Art. 7º. Os Conselheiros Tutelares nesta qualidade, não serão considerados servidores dos quadros da Administração Municipal, todavia, cada um receberá mensalmente a título de gratificação, o valor 2 (dois) de salários mínimos do Município e, ao final de cada exercício, perceberá o valor de uma gratificação mensal, a título de bonificação natalina.

Art. 8º. O Conselheiro Tutelar terá assegurado o direito de afastamento da função, sem remuneração, nos casos de:

I - licença-gestante e ou adotante, pelo prazo de lei;

II - licença-paternidade;

III - licença para tratamento de saúde.

Parágrafo Único - A contribuição previdenciária será de responsabilidade dos Conselheiros que assim desejarem, devendo providenciar sua inscrição nos termos do inciso XV do RPS - Regulamento da Previdência Social - Decreto Federal nº 3.048/99.

Art. 9º. Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias, adiantamento ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes e nas situações de representação do Conselho, às expensas do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, quando devidamente deliberado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 10. Excepcionalmente, terá direito a diária, adiantamento ou ajuda de custo, o Conselheiro Tutelar que acompanhar a criança ou adolescente para outro município.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES E DOS DEVERES

Art. 11. Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

I - a fiscalização, em conjunto com o Judiciário e o Ministério Público, das entidades governamentais e não-governamentais que mantenham programas em regime de orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação sócio-familiar, abrigo, liberdade assistida, semiliberdade e internação, (art. 90), fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

III - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

IV - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

V - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança dentre outros;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

VI - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

VII - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VIII - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;

IX

- expedir notificações;

X - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

XI - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

XII - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XIII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

SEÇÃO IV

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 12. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I- reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município;

IV - possuir a escolaridade mínima de ensino médio completo;

V - participar, com frequência de 100% (cem por cento), de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente;

VI - Obter aprovação em prova de conhecimentos de direitos da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, cuja nota mínima a ser alcançada pelo candidato a Conselheiro Tutelar deverá corresponder a 60% da mesma, que será formulada e aplicada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, condição esta para a homologação da candidatura.

VII - A prova de conhecimentos de direitos da criança e do adolescente deverá ser constituída em duas etapas da seguinte forma:

1ª etapa - Prova escrita objetiva e 2ª etapa - Prova prática que

abordará noções de informática, elaboração e digitação de textos;

VIII- ter experiência mínima de trabalho de 01 (um) ano com criança e adolescente que deverá ser comprovada com observância da forma e requisitos previstos em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Ao candidatar-se à função de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento deste Conselho.

Art. 13. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município Lebon Régis, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e

III - fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 14. Os candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

Parágrafo Único- O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 15. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, na legislação local relativa ao Conselho Tutelar e nas diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

§ 1º A resolução regulamentadora do processo de escolha deverá prever, dentre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie no mínimo seis meses

antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

c) as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções; e

d) a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§ 2º A resolução regulamentadora do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069 de 1990, e pela legislação local correlata.

§ 3º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o processo de escolha ocorra, preferencialmente, no primeiro semestre do ano, de modo a evitar coincidência com as eleições gerais e esteja finalizado, no mínimo, trinta dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares em exercício.

§ 5º Cabe ao Município o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO V DO MANDATO

Art. 16. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

Art. 17. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - praticar atos considerados ilícitos;

II - comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela comunidade;

III - receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

IV - deixar de residir no Município;

V - for condenado por decisão irreversível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função;

VI - abandonar o serviço por 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 18. O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade ao Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente nomeada pelo Presidente do CMDCA e será formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal, 1 (um) representante do Legislativo Municipal, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 1 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Serão indicados, respectivamente:

I - o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;

II - o representante do Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

III - o representante governamental do CMDCA, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;

IV - o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

§ 2º O representante do Executivo deverá ser bacharel em direito com registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Art. 19. Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - usar da função em benefício próprio;

II - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exercer-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

VI - romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

V - receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, além da remuneração que está prevista em Lei;

VI - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;

VII - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;

VIII - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seu pai ou responsável;

IX - deixar de comparecer injustificadamente, ao seu horário de trabalho e no plantão;

Art. 20. Conforme a gravidade do fato e das suas consequências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - repreensão por escrito;

II - suspensão não remunerada de 1 (um) a 90 (noventa) dias;

III - perda do mandato.

Parágrafo Único - A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.

Art. 21. O processo disciplinar será instaurado mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação dos meios de prova dos mesmos.

§ 1º Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

§ 2º Se o indiciado não constituir advogado ou for revel ser-lhe-á designado defensor dativo, na pessoa de um servidor público municipal, bacharel em direito, inscrito na OAB.

Art. 22. Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado.

§ 1º Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas.

§ 2º Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 23. Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 24. Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão, sendo por

último, as testemunhas arroladas pela defesa.

Parágrafo Único - O indiciado e seu defensor serão intimados de todos os atos, das datas e horários das audiências, podendo se fazer presentes e participar.

Art. 25. Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado e seu defensor serão intimados do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo Único - Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada.

Art. 26. A Plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros emitirá a decisão no âmbito de sua competência encaminhando ao Executivo para as providências que o caso couber.

§ 1º Para aplicação da pena de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§ 2º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 3º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Prefeito Municipal designará local próprio para funcionamento do Conselho dos direitos da Criança e do Adolescente, com a devida infraestrutura funcional.

Art. 28. Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei

Art. 29. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 08 de setembro 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.488/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1.488, 08 de setembro de 2014.

“ALTERA A LEI MUNICIPAL 805/1995, QUE DISPÕEM SOBRE A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais como um direito garantido no art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º. O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as Garantias do Sistema Único de Assistência

Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º Os critérios para acesso aos benefícios eventuais serão definidos por resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º As modalidades de benefícios eventuais são:

I. Auxílio natalidade.

II. Auxílio alimentação.

III. Auxílio funeral.

IV. Isenção de Taxas para Documentação.

IV. Outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária.

Art. 6º O benefício eventual, na forma de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo e serviços, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º - Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º - O requerimento do auxílio natalidade deve ser realizado até 30 (trinta) dias após o nascimento e fornecido até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º - Após requerimento do interessado, para liberação do auxílio natalidade, será realizado um parecer técnico social, por profissional designado da própria Secretaria Municipal de Assistência Social. Exceto nos casos em que a família já é acompanhada nos programas, projetos ou serviços da Política de Assistência Social.

§ 4º - O auxílio natalidade é destinado à família e deverá alcançar, preferencialmente:

I - Atenções necessárias ao nascituro;

II - Apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;

III - Apoio à família no caso de morte da mãe e outras providências.

Art. 7º O benefício eventual na forma de auxílio alimentação consiste em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo para reduzir vulnerabilidade provocada pela dificuldade de acesso, por parte dos beneficiários, aos alimentos básicos, necessários a sobrevivência da pessoa humana.

Parágrafo Único - Para concessão do benefício será realizado parecer técnico social, por profissional designado da própria Secretaria Municipal de Assistência Social. Exceto nos casos em que a família já é acompanhada nos programas, projetos ou serviços da Política de Assistência Social.

Art. 8º O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, em bens de consumo ou serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 9º O auxílio funeral constituirá no fornecimento de uma urna mortuária, de velório em local público, de sepultamento em cemitério público e transporte funerário (translado), dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Parágrafo Único - O requerimento do auxílio funeral deverá ser realizado até 30 dias após o óbito. Para a concessão do benefício

será necessário:

I. Comprovação do falecimento, por meio da apresentação de certidão de óbito.

II. Parecer técnico social favorável à concessão do benefício, por profissional designado da própria Secretaria Municipal de Assistência Social, exceto nos casos em que a família já é acompanhada nos programas, projetos ou serviços da Política de Assistência Social.

Art. 10º O benefício eventual na forma de isenção de taxas para documentação consiste na emissão de declaração de hipossuficiência, para que os usuários obtenham a isenção das taxas referentes à aquisição de documentos, como segunda via de certidão de nascimento, de identidade e outros.

Art. 11º Quanto a outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, entende-se as ações emergenciais, de caráter transitório, de destinação de bens materiais para casos de vulnerabilidade social, com a finalidade de atender às vítimas sociais e de calamidades, ou para enfrentar contingências, de modo a reconstruir a autonomia destas.

Parágrafo Único -Para concessão do benefício será realizado parecer técnico social, por profissional designado da própria Secretaria Municipal de Assistência Social. Exceto nos casos em que a família já é acompanhada nos programas, projetos ou serviços da Política de Assistência Social.

Art. 12º As provisões relacionadas a programas, projetos, serviços e benefícios afetos ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais, não se incluem nas condições de benefícios eventuais da Assistência Social.

Art. 13º Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do município de Lebon Régis:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como seu financiamento;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Parágrafo único - O órgão gestor da Política de Assistência Social deverá encaminhar relatórios anuais destes serviços ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 14º Os recursos para garantir a execução desta Lei, serão oriundos de dotações específicas constantes no Orçamento.

Art. 15º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 08 de setembro 2014.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 083/2014

DECRETO Nº 083, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal, em dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	27.756,40
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	27.756,40
Função	12	Educação	27.756,40
Sub-função	361	Ensino Fundamental	13.542,20
Programa	04	Educação é Tudo	13.542,20
Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	6.937,61
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.937,61
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.937,61
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.937,61
Fonte de Recursos	0.3.0158	Salário Educação	956,65
Fonte de Recursos	0.3.0159	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.980,96
Atividade	2.008	Manutenção de Transporte escolar - EF	6.604,59
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.604,59
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.604,59
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.604,59
Fonte de Recursos	0.3.0122.108	Transferências de Convênios - Educação	2.164,42
Fonte de Recursos	0.3.0161	Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE	4.440,17
Sub-função	306	Alimentação e Nutrição	1.999,51

Programa	04	Educação é Tudo	1.999,51
Atividade	2.011	Merenda Escolar - EF	1.999,51
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.999,51
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.999,51

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	1.999,51
Fonte de Recursos	0.3.0160	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - EF	1.999,51
Sub-função	306	Alimentação e Nutrição	971,40
Programa	04	Educação é Tudo	971,40
Atividade	2.012	Merenda Escolar - EI	971,40
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	971,40
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	971,40
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	971,40
Fonte de Recursos	0.3.0160	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - EI	971,40
Sub-função	306	Alimentação e Nutrição	4.648,00
Programa	04	Educação é Tudo	4.648,00
Atividade	2.040	Merenda Escolar - Creche	4.648,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.648,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.648,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.648,00
Fonte de Recursos	0.3.0160	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Creche	4.648,00
Sub-função	362	Ensino Médio	6.595,29
Programa	04	Educação é Tudo	6.595,29
Atividade	2.010	Manutenção de Transporte escolar - EM	6.595,29
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.595,29
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.595,29
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.595,29
Fonte de Recursos	0.3.0122.109	Transferências de Convênios - Educação	6.595,29

Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.618,64
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.618,64
Função	08	Assistência Social	5.618,64
Sub-função	244	Assistência Comunitária	5.618,64
Programa	08	Assistência ao Menor com Responsabilidade	5.618,64
Atividade	2.038	Bloco de Financiamento - Proteção Social Básica - PSB - CRAS	156,43
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	156,43
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	156,43
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	156,43

Fonte de Recursos	0.3.0152.5	Piso Básico Variável II	45,11
Fonte de Recursos	0.3.0152.7	Piso Básico Fixo (CRAS)	111,32
Atividade	2.039	Bloco de Financiamento - Gestão IGD PBF/SUAS	5.462,21
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.462,21
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.462,21
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.462,21
Fonte de Recursos	0.3.0163.309	Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	5.462,21
Orgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	16.110,92
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	16.110,92
Função	26	Transporte	3.885,27
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	3.885,27
Programa	09	Revitalização das Estradas	3.885,27
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	3.885,27
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.885,27
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.885,27

Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.885,27
Fonte de Recursos	0.3.0116	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	429,91
Fonte de Recursos	0.3.0117	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	
Fonte de Recursos	0.3.0124.303	Transferências de Convênios - Outros	129,99
Fonte de Recursos	0.3.0100	Recursos Ordinários	3.325,37
Função	15	Urbanismo	12.225,65
Sub-função	452	Serviços Urbanos	12.225,65
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	12.225,65
Atividade	2.029	Manutenção e revitalização de Áreas Urbanas	12.225,65
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.225,65
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	12.225,65
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.225,65
Fonte de Recursos	0.3.0117	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	5.296,19
Fonte de Recursos	0.3.0124.324	Convênio Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN	6.035,85
Fonte de Recursos	0.3.0154	Convênio de Trânsito - Parte FUNPOM	658,37
Fonte de Recursos	0.3.0155	Convênio de Trânsito - Parte FUNPOC	106,52
Fonte de Recursos	0.3.0156	Convênio de Trânsito - Parte Município	128,72
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			49.485,96

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000.0	3.325,37
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0.1.0016.0	429,91
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0.1.0017.0	5.296,19
Transferências de Convênios - Educação	0.1.0022.108	2.164,42

Transferências de Convênios - Educação	0.1.0022.109	6.595,29
Transferências de Convênios - Outros	0.1.0024.303	129,99
Convênio Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN	0.1.0024.324	6.035,85
Piso Básico Variável II	0.1.0052.5	45,11
Piso Básico Fixo (CRAS)	0.1.0052.7	111,32
Convênio de Trânsito - Parte FUNPOM	0.1.0054.0	658,37
Convênio de Trânsito - Parte FUNPOC	0.1.0055.0	106,52
Convênio de Trânsito - Parte Município	0.1.0056.0	128,72
Salário Educação	0.1.0058.0	956,65
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0.1.0059.0	5.980,96
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0.1.0060.0	7.618,91
Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE	0.1.0061.0	4.440,17
Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	0.1.0063.309	5.462,21
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO		49.485,96

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1881

DECRETO Nº 1881 de 05 de setembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO apurado até 05 de setembro de 2014, na Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.10.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar Fundamental
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE R\$ 9.360,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1882

DECRETO Nº 1882 de 05 de setembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art.21 da Lei nº 1171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 20.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 64 - Atenção Básica R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1883

DECRETO Nº 1883 de 05 de setembro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta do Excesso de Arrecadação apurado até o dia 31 de agosto de 2014, na Fonte 24 - Transferência de Convênios - Outros, proveniente do Contrato de Repasse nº 2014TR001919, Processo nº SDR07 1469/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto a pavimentação em paralelepípedo nas Ruas 1º de agosto, 3 de março e 17 de novembro, neste Município, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Projeto - 1101.15.451.0061.1053 - Pavimentação e Alargamento de Ruas e Passeios Públicos
Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 24 - Transferência de Convênio do Estado - Outros R\$ 15.000,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2014.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PL Nº 112/2014 PP Nº 068/2014 - Serviços de Manutenção - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 112/2014 - PML

Pregão Presencial nº 068/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna/SC e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes do Anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08 horas do dia 17 de setembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 17 de setembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Compras PML 08.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MAQUINAS LUZERNA LTDA	CORREIA REXON C-90	3200	2,000	52,0000	104,00
AGRO MAQUINAS LUZERNA LTDA	PORCA ENGATE ROSCA	3200	1,000	110,0000	110,00
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO		10,000	4,3400	43,40
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	3281	5,000	4,3400	21,70
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	3289	10,000	4,3400	43,40
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	3294	10,000	4,3400	43,40
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	ÁGUA SANITÁRIA - EMBALAGEM DE 5 LITROS COM CLORO ATIVO	3300	5,000	4,3400	21,70
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	3289	48,000	0,9100	43,68
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	3294	30,000	0,9100	27,30
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM COM 500 ML, BIODEGRADAVEL, COM	3300	20,000	0,9100	18,20
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	LIMPA VIDRO DESEMPAÇANTE - COM 500 ml	3294	10,000	1,8200	18,20
AIRTON SILVA DA MOTTA - ME	PAPEL HIGIÊNICO 300MT x 10CM	3281	10,000	2,0800	20,80
ALESSANDRE HOFFFATER	APRESENTAÇÃO ARTISTICA		1,000	500,0000	500,00
ALEXANDER ROVER	ADIANAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	3170	1,000	300,0000	300,00
ALEXANDER ROVER	ADIANAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	3192	1,000	4,500,0000	4,500,00
ALEXANDER ROVER	ADIANAMENTO PARA MEDICAMENTO	3169	1,000	150,0000	150,00
ALEXANDER ROVER	ADIANAMENTO PARA MEDICAMENTO	3191	1,000	300,0000	300,00
ALEXANDER ROVER	DIÁRIA	3171	3,000	140,0000	420,00
ALEXANDER ROVER	DIÁRIA	3188	5,000	140,0000	700,00
ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA. LTDA - ME	Pavimentação de passeios públicos				
ANDREA FREIBERGER R. DA SILVA	ADIANAMENTO PARA HOSPEDAGEM	3103	1,000	499,947,8500	499,947,85
ANDREA FREIBERGER R. DA SILVA	ADIANAMENTO PARA INSCRIÇÃO	3124	1,000	330,0000	330,00
ANDREA LORENZI - ME	BALCAO COZINHA SOB MEDIDA:		1,000	90,0000	90,00
ANDREA LORENZI - ME	PAINEL PARA TV:		1,000	6,800,0000	6,800,00
ANGELO BRANDALISE JUNIOR	DIÁRIA		1,000	780,0000	780,00
ANILDO ANTUNES ME	CALÇA MODELO MASCULINO EXG	3044	0,500	230,0000	115,00
ANILDO ANTUNES ME	CALÇA MODELO MASCULINO G	3028	5,000	42,7000	213,50
ANILDO ANTUNES ME	CALÇA MODELO MASCULINO GG	3028	3,000	42,7000	128,10
ANILDO ANTUNES ME	CALÇA MODELO MASCULINO M	3028	5,000	42,7000	213,50
ANILDO ANTUNES ME	CALÇA MODELO MASCULINO P	3028	3,000	42,7000	128,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR DE BAUNILHA		3,000	42,7000	128,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR DE BAUNILHA		1,000	11,7500	11,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR DE BAUNILHA		1,000	11,7500	11,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR DE BAUNILHA	3305	1,000	11,7500	11,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		20,000	2,1700	43,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		50,000	2,1700	108,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO	2990	50,000	2,1700	108,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		50,000	2,1700	108,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		20,000	2,1700	43,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO	3305	30,000	2,1700	65,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		30,000	2,1700	65,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ACUCAR REFINADO		30,000	2,1700	65,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO		10,000	6,3500	63,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO		10,000	6,3500	63,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO	3305	2,000	6,3500	12,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO		2,000	6,3500	12,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AVEIA EM FLOCOS		1,000	5,5000	5,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AVEIA EM FLOCOS		2,000	5,5000	11,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA (TIPO MARIA)		10,000	10,3500	103,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BOLACHA (TIPO MARIA)		4,000	10,3500	41,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO		5,000	7,9000	39,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO		10,000	7,9000	79,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO		5,000	7,9000	39,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO	3305	5,000	7,9000	39,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO		5,000	7,9000	39,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFE EM PO		5,000	7,9000	39,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COLORAU EM PÓ FINO		1,000	8,2000	8,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CRAVO DA INDIA		1,000	144,9300	144,93
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT	2990	1,000	8,4800	8,48
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT		2,000	8,4800	16,96
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT		3,000	8,4800	25,44
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT	3305	1,000	8,4800	8,48
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT		2,000	8,4800	16,96
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CREME DE LEITE UHT		3,000	8,4800	25,44
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MANDIOCA		5,000	5,2500	26,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MANDIOCA		3,000	5,2500	15,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MANDIOCA		5,000	5,2500	26,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)	2990	5,000	5,2500	26,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)		5,000	2,4900	12,45
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)		10,000	2,4900	24,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)	3305	5,000	2,4900	12,45
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)		10,000	2,4900	24,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO (FUBA)		5,000	2,4900	12,45
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GOIABADA		2,000	9,9000	19,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GOIABADA		2,000	9,9000	19,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MARGARINA	2990	2,000	7,9800	15,96
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MARGARINA	3305	2,000	7,9800	15,96
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE	2990	5,000	6,2400	31,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE		20,000	6,2400	124,80
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE	3305	5,000	6,2400	31,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE		10,000	6,2400	62,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE		10,000	6,2400	62,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MASSA COM OVOS - PARAFUSO, ESPAGUETTI E FARFALLE		10,000	6,2400	62,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		3,000	5,4200	16,26
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA	2990	2,000	5,4200	10,84
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		10,000	5,4200	54,20
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA	3305	3,000	5,4200	16,26
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		2,000	5,4200	10,84
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		5,000	5,4200	27,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		3,000	5,4200	16,26
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA		5,000	5,4200	27,10
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		12,000	3,6300	43,56
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML	2990	12,000	3,6300	43,56
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		10,000	3,6300	36,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		24,000	3,6300	87,12
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML	3305	12,000	3,6300	43,56
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		6,000	3,6300	21,78
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		6,000	3,6300	21,78
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		12,000	3,6300	43,56
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		10,000	5,0500	50,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		10,000	5,0500	50,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		10,000	5,7500	57,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	POLVILHO AZEDO		10,000	5,7500	57,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	POLVILHO AZEDO		5,000	5,7500	28,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SUCO EM PO	2990	6,000	3,1700	19,02
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SUCO EM PO	3305	4,000	3,1700	12,68
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SUCO EM PO	2990	5,000	2,1500	10,75
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE DE MACA (750ml)		4,000	2,1500	8,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE TINTO (750ml)	3305	6,000	2,1500	12,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE TINTO (750ml)		4,000	2,1500	8,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE TINTO (750ml)		6,000	2,1500	12,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE TINTO (750ml)		6,000	2,1500	12,90
APAE - ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC	AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES		11,000	370,0000	4,070,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ARNALDO HACK	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA	3025	16,000	35,0000	560,00
ARNALDO HACK	SERVIÇOS DE SOLDA PARA CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DA	3337	8,000	35,0000	280,00
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 03 - Matutino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e vic	3349	434,161	4,7000	2.040,56
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 03 - Matutino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e vic	3350	385,839	4,7000	1.719,44
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME	Linha 04 - Vespertino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e v	3350	860,000	4,7000	4.042,00
AUTO POSTO LUZERNA LTDA	ARLA	3069	1,000	69,0000	69,00
AUTO POSTO LUZERNA LTDA	Prestação de serviços de LAVAGEM para categoria de veículo	3176	10,000	155,0000	1.550,00
AUTO POSTO LUZERNA LTDA	Prestação de serviços de LAVAGEM para categoria de veículos	3176	10,000	115,0000	1.150,00
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração		1,000	1,929,5000	1.929,50
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3109	1,000	323,9300	323,93
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3110	1,000	690,1100	690,11
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3111	1,000	577,4400	577,44
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3112	1,000	3.816,7400	3.816,74
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3113	1,000	323,9300	323,93
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3114	1,000	1.422,4800	1.422,48
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração		1,000	16.568,1300	16.568,13
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3116	1,000	971,7900	971,79
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3117	1,000	323,9300	323,93
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração		1,000	3.239,7700	3.239,77
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3119	1,000	633,7800	633,78
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3120	1,000	3.619,5700	3.619,57
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3121	1,000	2.492,8500	2.492,85
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3122	1,000	323,9300	323,93
BIQ BENEFICIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	3123	1,000	2.267,5100	2.267,51
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	2997	1,000	10,0000	10,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	2998	1,000	50,0000	50,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	2999	1,000	120,0000	120,00
BORRACHARIA E VULCANIZ. LUZERNA LTDA ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS		1,000	1.666,0000	1.666,00
CARIMBOS E CLICHES V.R.P. LTDA	REFIL PARA CARIMBO	3006	1,000	12,0000	12,00
CARIMBOS E CLICHES V.R.P. LTDA	REFIL/TINTA BORRACHA	3006	1,000	32,0000	32,00
CARIMBOS E CLICHES V.R.P. LTDA	REFIL/TINTA BORRACHA	3006	3,000	24,0000	72,00
CARIMBOS E CLICHES V.R.P. LTDA	REFIL/TINTA BORRACHA	3006	1,000	38,0000	38,00
CARNEIRO TENDAS LTDA - ME	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 15 TENDAS TIPO PIRAMIDAL	3017	1,000	1.090,0000	1.090,00
CARNEIRO TENDAS LTDA - ME	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 15 TENDAS TIPO PIRAMIDAL	3143	2,000	1.090,0000	2.180,00
CARNEIRO TENDAS LTDA - ME	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 35 TENDAS TIPO CHAPÉU	3143	5,000	400,0000	2.000,00
CAROLINA KIRSCH	DIÁRIA	2949	3,000	95,0000	285,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3163	1,000	4,930,0000	4,930,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3164	1,000	392,0000	392,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO		1,000	2,666,6700	2,666,67
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3166	1,000	196,0000	196,00
CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	3198	1,000	115,0000	115,00
CESAR SCHEUFELE	DIÁRIA	3194	5,000	95,0000	475,00
CHAPEAÇÃO E PINTURA AUTO TECNICA LTDA	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS	3150	1,000	40,0000	40,00
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3064	1,000	169,0600	169,06
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3094	1,000	552,3400	552,34
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE	2949	40,000	4,6500	186,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE		50,000	4,6500	232,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE		30,000	4,6500	139,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE		20,000	4,6500	93,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABACAXI GRANDE		30,000	4,6500	139,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABOBRINHA VERDE	2949	4,000	3,9900	15,96
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ABOBRINHA VERDE		5,000	3,9900	19,95
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALFACE	3015	100,000	1,4500	145,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	ALHO TIPO 5	3015	5,000	10,9900	54,95
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA	2949	60,000	1,7900	107,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		120,000	1,7900	214,80
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		40,000	1,7900	71,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		80,000	1,7900	143,20
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		75,000	1,7900	134,25
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		120,000	1,7900	214,80
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		40,000	1,7900	71,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA		80,000	1,7900	143,20
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA	2949	4,000	6,0000	24,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA		1,000	6,0000	6,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA		5,000	6,0000	30,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA		1,000	6,0000	6,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BATATA SALSA LAVADA	2949	32,000	2,5500	81,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE		3,000	2,5500	7,65
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE		5,000	2,5500	12,75
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE		3,000	2,5500	7,65
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BROCOLIS VERDE		40,000	2,5500	102,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	CEBOLA	3015	70,000	1,7500	122,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR	2949	32,000	3,3000	105,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR		3,000	3,3000	9,90
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR		5,000	3,3000	16,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR		3,000	3,3000	9,90
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	COUVE-FLOR		40,000	3,3000	132,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	KIWI	2949	16,000	6,4000	102,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	KIWI		40,000	6,4000	256,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	KIWI		20,000	6,4000	128,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA	2949	40,000	1,9800	79,20
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		40,000	1,9800	79,20
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		10,000	1,9800	19,80
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		50,000	1,9800	99,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		70,000	1,9800	138,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		20,000	1,9800	39,60
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	LANANJA		40,000	1,9800	79,20
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO	2949	16,000	3,9000	62,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		30,000	3,9000	117,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		10,000	3,9000	39,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		40,000	3,9000	156,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		20,000	3,9000	78,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		50,000	3,9000	195,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO		20,000	3,9000	78,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAMAO	2949	40,000	3,9000	156,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		20,000	3,2000	64,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		30,000	3,2000	96,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		10,000	3,2000	32,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		80,000	3,2000	256,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		25,000	3,2000	80,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		20,000	3,2000	64,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO		80,000	3,2000	256,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MORANGO	2949	24,000	14,0000	336,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MORANGO		25,000	14,0000	350,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PERA D'AGUA	2949	16,000	6,9900	111,84
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PERA D'AGUA		20,000	6,9900	139,80
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO	2949	1,000	6,4000	6,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO		1,000	6,4000	6,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO		1,000	6,4000	6,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO		1,000	6,4000	6,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO		1,000	6,4000	6,40
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	REPOLHO	3015	100,000	1,5900	159,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)		15,000	1,6000	24,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)		15,000	1,6000	24,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)		10,000	1,6000	16,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA)		10,000	1,6000	16,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TOMATE -	3015	130,000	2,9000	377,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	AREA MEDIA	3335	20,020	58,5900	1,172,97
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 30x100cm	3041	22,000	18,0000	396,00
CONCRETOS AGUA DOCE LTDA-ME	TUBO CONCRETO 40x100cm	3041	13,000	23,0000	299,00
CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA	TUBO CONCRETO 100cm CA-1	3199	2,000	175,0000	350,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARI	CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZER		6,000	1,500,0000	9,000,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	ALFINETE MARCADOR COLORIDO	3040	2,000	1,1000	2,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	BOBINA DE PAPEL DE PRESENTE	2940	30,000	6,8000	204,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	BOBINA EMBALAGEM KRAFT 90 GR. 60 cm	2940	30,000	3,7000	111,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	BOBINA PAPEL DE PRESENTE ESTAMPADO	2940	30,000	6,7000	201,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	BOBINA PAPEL DE PRESENTE LISO	2940	30,000	6,2000	186,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	BORRACHA BRANCA	3040	150,000	0,1200	18,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CAIXA ORGANIZADORA GRANDE	3040	2,000	34,0000	68,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CAIXA ORGANIZADORA PEQUENA	3040	2,000	13,0000	26,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARBONO PRETO GRANDE	3040	3,000	30,0000	90,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA AMARELA 50 X 66.	3042	25,000	0,2200	5,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA AZUL 50 X 66.	3042	25,000	0,2300	5,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA BRANCA 50X66	3042	50,000	0,2200	11,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA MARRON 50 X 66	3042	25,000	0,5000	12,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA PRETA 50 X 66.	3042	25,000	0,5000	12,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA ROSA 50 X 66.	3042	25,000	0,2300	5,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA ROXA 50 X 66.	3042	25,000	0,5000	12,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA VERDE 50 X 66.	3042	25,000	0,2300	5,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CARTOLINA VERMELHA 50 X 66.	3042	25,000	0,5000	12,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CD GRAVÁVEL DE 700 MB - COM CAIXA	3040	50,000	1,1500	57,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 0 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 1 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 2 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 3 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 4 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS No 6 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	CLIPS Nº 8 - 500g	3042	5,000	4,9500	24,75
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR AMARELO	3040	25,000	1,8000	45,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR AZUL CEU	3040	25,000	1,8000	45,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR BRANCA	3040	22,000	1,8000	39,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR CINZA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR LARANJA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR MARRON	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR PELE	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR PRETA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR ROSA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR ROSA BEBE	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR SALMON	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR VERDE	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR VERDE ESCURO	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR VERMELHA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	FOLHA E.V.A 800X600X2M NA COR VIOLETA	3040	20,000	1,8000	36,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	GRAMPEADOR MÉDIO	3042	3,000	8,5000	25,50
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	GRAMPEADOR MÉDIO	3043	6,000	8,5000	51,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR AMARELO	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR AZUL	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR LARANJA	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR MARRON	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR PRETO	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR ROSA	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR ROXA	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR VERDE	3042	10,000	0,5200	5,20
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PAPEL CARTÃO DE BOA QUALIDADE NA COR VERMELHO	3042	10,000	0,5400	5,40
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PERFURADOR GRANDE PARA PAPEL COM REFORÇO	2940	2,000	88,0000	176,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	PERFURADOR GRANDE PARA PAPEL COM REFORÇO	3043	1,000	88,0000	88,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	TELEFONE COM FIO	3043	5,000	34,0000	170,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	TELEFONE SEM FIO	3043	2,000	88,0000	176,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	TESOURA GRANDE	3042	20,000	8,4000	168,00
COR & ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	TINTA GUACHE - POTE DE 250 ml	3040	20,000	1,6800	33,60
CREA/SC CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON DE SC	PAGAMENTO DE TAXA	3047	1,000	63,6400	63,64
CREA/SC CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON DE SC	PAGAMENTO DE TAXA	3352	1,000	63,6400	63,64
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº36	3029	1,000	37,9565	37,96
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº37	3029	1,000	37,9565	37,96
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº38	3029	2,000	37,9565	75,91
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº39	3029	2,000	37,9565	75,91
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº40	3029	2,000	37,9565	75,91
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº41	3029	2,000	37,9565	75,91
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº42	3029	1,000	37,9565	37,96
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD.	BOTA DE BORRACHA Nº43	3029	1,000	37,9565	37,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DALLAROSA DISTRIBUIDORAS DE BRINDES LTD,	BOTA DE BORRACHA Nº44	3029	1,000	37,9565	37,96
DALLAS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	Palco hidráulico	3140	1,000	6.930,0000	6.930,00
DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METAL	PARAFUSO	3105	20,000	0,5000	10,00
DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METAL	PORTA EM MADEIRA	3104	1,000	515,0000	515,00
DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METAL	REFIL ALUMINIO	3105	2,800	71,4280	200,00
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	COLCHÃO PARA BERÇO 130 X 60	2953	10,000	79,0000	790,00
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	GRILL		1,000	109,9000	109,90
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	LIQUIDIFICADOR		1,000	143,9500	143,95
DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES	SANDUICHEIRA		1,000	49,9000	49,90
DENISE DETOFENO ANTESS	DIÁRIA	3197	0,500	95,0000	47,50
DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING	DIÁRIA	3195	0,500	140,0000	70,00
DREONE FELSKI MENDES	DIÁRIA	3045	0,500	140,0000	70,00
ECOBAN - BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME	BANHEIROS QUIMICOS		30,000	122,0000	3.660,00
ECOBAN - BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME	BANHEIROS QUIMICOS	3333	8,000	122,0000	976,00
EDITORA GLOBO S/A	REVISTA EPOCA	3070	1,000	418,8000	418,80
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO	3034	100,000	1,0300	103,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	CANETA MARCADORA PARA RETRO PROJETOR	3034	20,000	0,9000	18,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	CAPA PP PARA ENCADERNAÇÃO	3034	50,000	0,1400	7,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	CAPA PVC PARA ENCADERNAÇÃO	3034	50,000	0,1400	7,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	CARTÃO PONTO MENSAL	3034	2,000	5,3900	10,78
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA 692 C 12MMX50MM	3035	10,000	0,6200	6,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA DE PAPEL - 18mm x 50m	3035	50,000	4,7300	236,50
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 12mm x 40m	3035	50,000	0,5000	25,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 19mm x 50m	3035	10,000	0,6200	6,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 25mm x 50m	3035	10,000	1,3500	13,50
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - 38mm x 50m	3035	20,000	1,7300	34,60
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA CORRETIVA BRANCA DE ALTA ADERENCIA, ESPESSURA DA FITA 4	3034	10,000	4,9100	49,10
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	FITA PARA IMPRESSORA MATRICIAL	3034	20,000	4,7300	94,60
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	GRAMPO TRILHO GALVANIZADO (80mm)	3034	20,000	4,5000	90,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6	3034	20,000	1,8900	37,80
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR AMARELO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR AZUL	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR LARANJA	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR MARRON	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR PRETO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR ROXA	3036	10,000	0,4200	4,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR ROXO	3036	10,000	0,4200	4,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR VERDE	3036	10,000	0,4200	4,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL CARTÃO (DUPLA FACE) NA COR VERMELHO	3036	10,000	0,4200	4,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR AMARELO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR AZUL	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR LARANJA	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR MARRON	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR PRETO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR ROSA	3036	10,000	0,4200	4,20
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR ROXO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR VERDE	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PAPEL DUPLEX NA COR VERMELHO	3036	10,000	0,3900	3,90
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	PISTOLA PARA COLA QUENTE - GRANDE	3036	5,000	11,0000	55,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR AMARELO	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR AZUL	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR BRANCO	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR LARANJA	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR PRETO	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR VERDE	3036	100,000	0,7400	74,00
ELMO PAPELARIA LTDA - ME	TECIDO TNT NA COR VERMELHO	3036	100,000	0,7400	74,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CAPA PARA BLOCO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL	3027	4,000,000	0,3900	1,560,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	PASTA DE MOVIMENTO INTERNO EM PAPEL SULFITE BRANCO 180G	3179	300,000	0,5800	174,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Bloco de Passagem Luzerna x Caetano Branco	3351	2,000	126,0000	252,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	CARTEIRINHA DE ESTUDANTE	3177	4,000	60,0000	240,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Carteirinha Luzerna x Joaçaba	3178	1,000	162,5000	162,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Carteirinha Luzerna x Joaçaba	3344	1,000	162,5000	162,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 02 - Matutino - Luzerna a Linha Passo da Invernada e v	3344	560,000	4,6400	2,598,40
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 12 - Matutino - Luzerna a Linha Leãozinho/Bairro São J	3344	840,000	4,8000	4,032,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 13 - Vespertino - Luzerna ao Bairro São João e Portal	3344	56,420	4,8000	270,82
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Linha 13 - Vespertino - Luzerna ao Bairro São João e Portal	3345	223,580	4,8000	1,073,18
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM DE ESTUDANTE		225,000	1,7500	393,75
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM DE ESTUDANTE		225,000	1,7500	393,75
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM DE ESTUDANTE	3068	550,000	1,7500	962,50
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM DE ESTUDANTE	3343	7,604,000	1,1000	8,364,40
ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO 03746414989	NOBREAK	3095	1,000	1,112,4400	1,112,44
ESCALA EMPRESA DE COMUNICACAO INTEGRA	ASSINATURA DE REVISTA LITERATURA		1,000	235,2000	235,20
ESPORTE CLUBE AURORA	ALUGUEL		1,000	2,000,0000	2,000,00
EVERTON KRUG	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	3016	1,000	140,0000	140,00
EVERTON KRUG	DIÁRIA	3167	1,000	140,0000	140,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA	RECARGA DE BOTIJAO DE GAS P45	3168	2,000	140,0000	280,00
F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA	RECARGA DE BOTIJAO DE GAS P45	2958	1,000	215,0000	215,00
		3096	1,000	215,0000	215,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	3144	80,000	5,9000	472,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	3357	7,000	5,9000	41,30
FLORICULTURA HIBRIFLORA LTDA	FLOREIRA EM PLASTICA PRETA	3151	8,000	20,0000	160,00
FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP	Agência de publicidade	3108	1,000	5,025,0000	5,025,00
FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP	Agência de publicidade	3146	1,000	895,9800	895,98
FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP	Agência de publicidade	3147	1,000	5,140,0000	5,140,00
FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP	Agência de publicidade	3180	1,000	450,0000	450,00
FRIGORIFICO LUZERNA LTDA	CARNE BOVINA	3014	450,000	11,5000	5,175,00
FRIGORIFICO LUZERNA LTDA	CARNE SUINA (XIXO PARA CHURRASCO)	3014	250,000	7,0000	1,750,00
GABRIEL GHISLENI ME	CAMA ELÁSTICA, 3,60m para 140kg. Equipe Operacional: 1 monit	3018	1,000	230,0000	230,00
GABRIEL GHISLENI ME	CAMA ELÁSTICA, 3,60m para 140kg. Equipe Operacional: 1 monit	3142	4,000	230,0000	920,00
GABRIEL GHISLENI ME	CAMARIM MOVEL com espelhos e luzes. Equipe Operacional: 1 mo	3142	2,000	320,0000	640,00
GABRIEL GHISLENI ME	GUERRA DE COTONELES 6x4m Equipe Operacional: 1 monitor.	3142	2,000	380,0000	760,00
GABRIEL GHISLENI ME	HIGHT JUMPER 5m de altura para crianças e adultos. Equipe Op	3142	2,000	600,0000	1,200,00
GABRIEL GHISLENI ME	PISCINA DE BOLAS CASINHA. Equipe Operacional: 1 monitor	3018	1,000	210,0000	210,00
GABRIEL GHISLENI ME	PISCINA INFLÁVEL SPLASH 2,5x2,5m. Equipe Operacional: 1 moni	3142	2,000	300,0000	600,00
GABRIEL GHISLENI ME	TOBOGA 2x1m CASTELO COM PULA PULA. Equipe Operacional: 1 mon	3018	1,000	350,0000	350,00
GABRIEL GHISLENI ME	TOBOGA SELVA 3x1. Equipe Operacional: 1 monitor	3142	2,000	390,0000	780,00
GABRIEL GHISLENI ME	TOBOGA URSO PANDA 5x3,5x3,5m. Equipe Operacional: 1 monitor	3142	2,000	350,0000	700,00
GABRIEL GHISLENI ME	TOURO MECANICA FANTISIA PICADEIRO. Equipe Operacional: 1 mon	3142	2,000	460,0000	920,00
GIOVANE APARECIDA AMARAL MAYER	DIÁRIA	3101	4,000	95,0000	380,00
GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA - I	Fornecimento de tinta branca e/ou amarela	2963	4,000	248,0000	992,00
GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA - I	Fornecimento de tinta branca e/ou amarela	3046	8,000	248,0000	1,984,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	FICHÁRIO EM ACRÍLICO 78x11x160mm	3037	2,000	24,0000	48,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	FITA ADESIVA DE PAPEL - 48mm x 50m	3037	10,000	9,7000	97,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	PASTA SUSPENSA	3037	2,000	34,5000	69,00
GRAFICA AMERICA LTDA ME	RELÓGIO DE PAREDE	3037	1,000	15,0000	15,00
GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME	CARTÃO BIBLIOTECA EM PAPEL TRIPLEX 230G,4x0 BRILHANTE	3005	2,000,000	0,1600	320,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	BATATA INGLESA LAVADA		25,000	2,3000	57,50
GUILHERME BRAGHIROLI ME	BATATA INGLESA LAVADA		15,000	2,3000	34,50
GUILHERME BRAGHIROLI ME	BATATA INGLESA LAVADA		20,000	2,3000	46,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	BATATA INGLESA LAVADA		20,000	2,3000	46,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	CEBOLA		25,000	2,2800	57,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	CEBOLA		20,000	2,2800	45,60
GUILHERME BRAGHIROLI ME	CEBOLA		20,000	2,2800	45,60
GUILHERME BRAGHIROLI ME	CEBOLA		20,000	2,2800	45,60
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI	2948	40,000	3,8000	152,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		80,000	3,8000	304,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		40,000	3,8000	152,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		40,000	3,8000	152,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		50,000	3,8000	190,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		70,000	3,8000	266,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		40,000	3,8000	152,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MAÇA GALA OU FUGI		40,000	3,8000	152,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA	2948	30,000	3,5000	105,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		30,000	3,5000	105,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		20,000	3,5000	70,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		80,000	3,5000	280,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		25,000	3,5000	87,50
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		20,000	3,5000	70,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		20,000	3,5000	70,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	MANGA		60,000	3,5000	210,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)	2948	20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		25,000	3,9500	98,75
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		20,000	3,9500	79,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL)		25,000	3,7500	93,75
GUILHERME BRAGHIROLI ME	TOMATE -		20,000	3,7500	75,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	TOMATE -		20,000	3,7500	75,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	TOMATE -		20,000	3,7500	75,00
GUILHERME BRAGHIROLI ME	TOMATE -		20,000	3,7500	75,00
IDONEIA BRAGAGNOLLO HORN	Mudas de flores de época	3097	1,730,000	0,3000	519,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3155	1,000	700,0000	700,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3156	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3157	1,000	522,0000	522,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3158	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3159	1,000	790,0000	790,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3160	1,000	47,0000	47,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3161	1,000	5,233,3200	5,233,32
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	3162	1,000	376,0000	376,00
IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S,	TAXA DE INSCRIÇÃO	2948	1,000	450,0000	450,00
ITALO VICENTE VIVAN	APRESENTAÇÃO ARTISTICA		1,000	1,000,0000	1,000,00
JAIRO VIEIRA LOPES - ME	APRESENTAÇÃO ARTISTICA	3021	1,000	3,500,0000	3,500,00
JOSE ALCIDES VIEIRA 51817535900	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TRANSPORTE DE MÁQUINA	2956	1,000	1,100,0000	1,100,00
JOSE VALMOR DOS SANTOS ME	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE SEGURANÇA	3019	5,000	125,0000	625,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 13/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOSE VALMOR DOS SANTOS ME	CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE SEGURANÇA	3137	24,000	110,0000	2.640,00
JULIO ANTONIO MARQUEZ	FRANGO COLONIAL JULIO A. MARQUES	3099	280,000	8,1000	2.268,00
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	BATERIA ESTACIONARIA:		2,000	209,0000	418,00
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	MEMORIA PARA COMPUTADOR:	3077	5,000	84,0000	420,00
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	MEMORIA PARA COMPUTADOR:	3078	5,000	84,0000	420,00
LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX 200W Reais, com (2) dois conectores	3075	10,000	45,9000	459,00
LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	MODEM ADSL com (1) uma interface LAN 10/100Mbps RJ-45, (1) u	3075	2,000	107,0000	214,00
LM COMERCIO E DISTRIB. DE UTILIDADES LTDA	BUQUE CRISANTEMO	3107	2,000	2,9900	5,98
LM COMERCIO E DISTRIB. DE UTILIDADES LTDA	BUQUE CRISANTEMO	3107	3,000	1,0000	3,00
LM COMERCIO E DISTRIB. DE UTILIDADES LTDA	BUQUE DE HORTENCIA	3107	2,000	59,9000	119,80
LM COMERCIO E DISTRIB. DE UTILIDADES LTDA	FOLHA DE ROSA	3107	2,000	1,3000	2,60
LUCELIA SEVERO DE OLIVEIRA SILVA	DIÁRIA	3193	5,000	95,0000	475,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA CASEIRA GRANDE - FATIADA		12,000	10,1500	121,80
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA CASEIRA GRANDE - FATIADA		15,000	10,1500	152,25
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	OLEO DE SOJA, LITRO COM 900ML		10,000	3,8500	38,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO		12,000	4,8000	57,60
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO		15,000	4,8000	72,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO		80,000	4,8000	384,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO		60,000	4,8000	288,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO - FATIADO		70,000	4,8000	336,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		12,000	7,7000	92,40
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		14,000	7,7000	107,80
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		30,000	7,7000	231,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		26,000	7,7000	200,20
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		85,000	7,7700	660,45
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PAO TIPO CASEIRINHO		15,000	7,7000	115,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SAL REFINADO - IODADO		50,000	1,4000	70,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	VINAGRE TINTO (750ml)		30,000	2,9800	89,40
LUIS CARLOS BORGES DE AMARAL	PROTOCOLO		1,000	900,0000	900,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	ANEIS MOTOR	3008	6,000	96,0000	576,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	ANEL CAMISA	3008	6,000	21,0000	126,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	BRONZINA BIELA	3008	1,000	182,0000	182,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	CAMISA MOTOR	3008	6,000	280,0000	1.680,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	COLA AUTA TEMPERATURA	3008	2,000	18,0000	36,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	FOLHA MOLA TRASEIRA 1	3008	1,000	212,0000	212,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	FOLHA MOLA TRASEIRA 2	3008	1,000	198,0000	198,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	JUNTA CABEQOTE	3008	1,000	185,0000	185,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	JUNTA CARTER	3008	1,000	89,0000	89,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	JUNTA COLETOR	3008	6,000	16,0000	96,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 14/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	JUNTA COLETOR ADMICÃO	3008	1,000	29,0000	29,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	JUNTA COLETOR ADMICÃO	3008	6,000	14,0000	84,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	KIT EMBREAGEM	3008	1,000	2.416,0000	2.416,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	LOCTAIDE	3008	1,000	16,0000	16,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	PARAFUSO COLETOR	3008	12,000	6,0000	72,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA.ME	PINO CENTRO 1/2 X 8	3008	1,000	9,0000	9,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BASE PARA RELE FOTO ELETRONICO, CORRENTE NOMINAL 10A, 220V.	2951	4,000	5,0000	20,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BOCAL DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA E-40	2951	1,000	4,8000	4,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BOCAL DE PORCELANA PARA LUMINARIA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E-27	2951	1,000	2,3000	2,30
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	BRACO COMUM DE ILUMINAÇÃO PUBLICA, AÇO CARBONADO 1010-1012,	2951	2,000	11,0000	22,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CABO FLEXIVEL 2.5MM²	2951	50,000	0,6000	30,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CHAVE ILUMINAÇÃO PUBLICA 1 X 50A, 198/242V, 60Hz, CONECTOR M	2951	1,000	115,0000	115,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 230MM, PADRÃO CELESC	2951	1,000	18,0000	18,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR AMPACTINHO TIPO I	2951	3,000	2,6000	7,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR AMPACTINHO TIPO II	2951	4,000	2,2000	8,80
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	2951	3,000	1,5000	4,50
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	Contratação de empresa para a execução dos serviços e o forn	3181	1,000	8,600,0000	8.600,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	Contratação de empresa para a execução dos serviços e o forn	3182	1,000	4,100,0000	4.100,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	FITA ISOLANTE ADESIVA, PVC, ESPESSURA 0,19MM, LARGURA 19MM,	2951	5,000	2,4000	12,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	2951	1,000	16,2000	16,20
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W - 220V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOI	2951	3,000	14,8000	44,40
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO 400W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	2951	4,000	15,5000	62,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LAMPADA VAPOR DE SODIO, 70W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVO	2951	16,000	11,5000	184,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LUMINARIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, ALUMINIO ESTAMPAD	2951	2,000	68,0000	136,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	LUMINARIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA, ALUMINIO ESTAMPAD	2951	2,000	52,0000	104,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	Manutenção das redes de iluminação pública e dos ginásio		49,000	72,0000	3.528,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONADO 1010-1020, 16 X 300M	2951	1,000	5,2000	5,20
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 100MM	2951	5,000	2,2000	11,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 250MM,	2951	1,000	4,3000	4,30
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 250 W - 220	2951	4,000	47,0000	188,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO 70W - 220 V,	2951	6,000	25,0000	150,00
LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SODIO/MERCURIO 400	2951	3,000	59,0000	177,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME	RELE FOTO ELETÔNICO, RE-98 105 A 305V, AUTOMÁTICO, HOLOMOGA	2951	8,000	10,9000	87,20
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ADITIVO COLANTE	3031	10,000	20,0000	200,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO DO FILTRO DE AR SEGUNDÁRIO	3032	1,000	145,0000	145,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE	3032	1,000	123,0000	123,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE AR - PRINCIPAL	3032	1,000	147,0000	147,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE AR CABINE	3032	2,000	118,0000	236,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE COMBUSTÍVEL	3032	1,000	178,0000	178,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE ÓLEO DE MOTOR	3032	1,000	51,0000	51,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE RETORNO	3032	1,000	150,0000	150,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE DE TELA	3032	1,000	397,0000	397,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO FILTRANTE ÓLEO	3032	1,000	120,0000	120,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO SEPARADOR DE ÁGUA - COMBUSTÍVEL	3032	1,000	198,0000	198,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO DE ÓLEO	3032	1,000	130,0000	130,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ÓLEO EIXOS DIF DIANTEIRO	3031	1,000	268,0000	268,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ÓLEO MOTOR 20 LT	3031	1,000	258,0000	258,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	2952	1,000	1.037,0000	1.037,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	3050	1,000	1.120,0000	1.120,00
MAKROSYS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD,	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO:	3079	40,000	66,0000	2.640,00
MARCELO ZANON - ME	SISTEMAS EM TRIPE	3334	1,000	700,0000	700,00
MARCIO JOAREZ DUDAS	DIÁRIA	2954	0,500	95,0000	47,50
MARGARETE TONIN PELICCIOLI	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA		1,000	200,0000	200,00
MARIA GILDA MARQUEZZI CAVALLERI	DIÁRIA	3196	0,500	95,0000	47,50
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA (MADEIRA)	3360	30,000	19,0000	570,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	3360	15,000	19,0000	285,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	3361	43,000	19,0000	817,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS HIDROSSANITÁRIOS	3359	2,000	5,5000	11,00
MARLI LUCIA HOFFMANN 40037860925	Oficina de Culinária - Iniciante; Intermediária e Avançada.	3026	64,000	35,5000	2.272,00
MATEUS HENRIQUE SEMIN ZANG	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA		1,000	600,0000	600,00
MAURICIO JOSE BITTENCOURT	ADIANTEMENTO PARA LOCOMOÇÃO	3023	1,000	100,0000	100,00
MAURICIO JOSE BITTENCOURT	ADIANTEMENTO PARA LOCOMOÇÃO	3024	1,000	250,0000	250,00
MAURICIO JOSE BITTENCOURT	DIÁRIA	3022	3,000	140,0000	420,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	3009	29,000	58,6648	1.701,28
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍC	3009	34,000	55,0000	1.870,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	CON	3009	6,000	50,7102	304,26
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS	3009	5,000	34,0000	170,00
MERCADO RZ LTDA	CONS	3282	3,000	8,9100	26,73
	ALÇAR REFINADO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 5KG				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 16/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO RZ LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	3283	100,000	0,6800	68,00
MERCADO RZ LTDA	alimento a base de soja		20,000	3,3500	67,00
MERCADO RZ LTDA	APRESUNTADO FATIADO	2945	1,000	18,5000	18,50
MERCADO RZ LTDA	APRESUNTADO FATIADO		1,000	18,5000	18,50
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO	2945	25,000	2,2800	57,00
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		20,000	2,2800	45,60
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		20,000	2,2800	45,60
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		50,000	2,2800	114,00
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		20,000	2,2800	45,60
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		30,000	2,2800	68,40
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		30,000	2,2800	68,40
MERCADO RZ LTDA	ARROZ TIPO PARBOILIZADO		30,000	2,2800	68,40
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)		10,000	12,5000	125,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)		6,000	12,5000	75,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)		6,000	12,5000	75,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)		10,000	12,5000	125,00
MERCADO RZ LTDA	BOLACHA DE AMIDO DE MILHO (CASEIRA)		5,000	12,5000	62,50
MERCADO RZ LTDA	CALDO DE CARNE OU GALINHA	2945	1,000	15,2000	15,20
MERCADO RZ LTDA	CALDO DE CARNE OU GALINHA		1,000	15,2000	15,20
MERCADO RZ LTDA	CALDO DE CARNE OU GALINHA		1,000	15,2000	15,20
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		10,000	21,3000	213,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		10,000	21,3000	213,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		20,000	21,3000	426,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		10,000	21,3000	213,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		10,000	21,3000	213,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA DE 2a, ISCAS DE PALETA		10,000	21,3000	213,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA	2945	10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		20,000	13,9500	279,00
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		12,000	13,9500	167,40
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE BOVINA MOIDA DE SEGUNDA		10,000	13,9500	139,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA INTERFOLHADA)	2945	30,000	6,7500	202,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA		5,000	15,1500	75,75
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA		10,000	15,1500	151,50
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA		16,000	15,1500	242,40
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA		10,000	15,1500	151,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 17/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO RZ LTDA	CARNE DE FRANGO MOIDA		10,000	15,1500	151,50
MERCADO RZ LTDA	ERVA MATE, 1º QUALIDADE	3282	20,000	8,7500	175,00
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO	2945	4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		8,200	11,3000	92,66
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		4,100	11,3000	46,33
MERCADO RZ LTDA	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO		8,200	11,3000	92,66
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	2945	10,000	2,4300	24,30
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		30,000	2,4300	72,90
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		25,000	2,4300	60,75
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		50,000	2,4300	121,50
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		10,000	2,4300	24,30
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		30,000	2,4300	72,90
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		25,000	2,4300	60,75
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL		30,000	2,4300	72,90
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL		3,000	3,3500	10,05
MERCADO RZ LTDA	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL		4,000	3,3500	13,40
MERCADO RZ LTDA	FILE DE TILAPIA (INTERFOLHADO)	2945	6,000	25,8000	154,80
MERCADO RZ LTDA	FILE DE TILAPIA (INTERFOLHADO)		9,000	25,8000	232,20
MERCADO RZ LTDA	FLOCOS DE MILHO	2945	2,000	17,3000	34,60
MERCADO RZ LTDA	FLOCOS DE MILHO		10,000	17,3000	173,00
MERCADO RZ LTDA	FLOCOS DE MILHO		30,000	17,3000	519,00
MERCADO RZ LTDA	LEITE DE COCO	2945	2,000	17,3000	34,60
MERCADO RZ LTDA	LEITE DE COCO		5,000	2,9400	14,70
MERCADO RZ LTDA	MEL DE ABELHA	2945	4,000	2,9400	11,76
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA	2945	2,000	17,8500	35,70
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA	2945	2,000	14,8500	29,70
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA		3,000	14,8500	44,55
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA		3,000	14,8500	44,55
MERCADO RZ LTDA	MELADO DE CANA		3,000	14,8500	44,55
MERCADO RZ LTDA	MORTEDELA SEM GORDURA (FATIADA)	2945	1,000	11,3000	11,30
MERCADO RZ LTDA	MORTEDELA SEM GORDURA (FATIADA)		1,000	11,3000	11,30
MERCADO RZ LTDA	MORTEDELA SEM GORDURA (FATIADA)		16,000	11,3000	180,80
MERCADO RZ LTDA	MORTEDELA SEM GORDURA (FATIADA)		16,000	11,3000	180,80
MERCADO RZ LTDA	MORTEDELA SEM GORDURA (FATIADA)		16,000	11,3000	180,80
MERCADO RZ LTDA	POLPA E SUCO CONSENTRADO		10,000	8,1000	81,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 18/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO RZ LTDA	RODO EM ALUMÍNIO DE 80 CM	3295	1,000	35,0000	35,00
MERCADO RZ LTDA	VASSOURA DE PALHA COLONIAL, COM CABO DE MADEIRA, 4 FIOS , PA	3295	10,000	8,9000	89,00
MICHEL FABRICIO MOTT - DESPACHANTE	LICENCIAMENTO	3054	1,000	50,0000	50,00
MICHEL FABRICIO MOTT - DESPACHANTE	LICENCIAMENTO	3057	2,000	50,0000	100,00
MICHEL FABRICIO MOTT - DESPACHANTE	LICENCIAMENTO	3060	2,000	50,0000	100,00
MIRIAN MEDEIROS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SONORIZAÇÃO EM FESTIVIDADES DO DIA	3149	2,000	1,407,2800	2,814,56
MOISES DIERSMANN	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	3173	1,000	120,0000	120,00
MOISES DIERSMANN	DIÁRIA	3172	0,500	290,0000	145,00
NILVA CARDOSO GAB 82842825934	Oficina de Artes Visuais - Bordado, Crochê e Tricô. (Oficine	3356	60,000	34,0000	2,040,00
NS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO DO SHOW DA BANDA SAN MARINO	3141	1,000	7,000,0000	7,000,00
NS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME	CONTRATAÇÃO SHOW COM JOÃO GUSTAVO E LEONARDO	3141	1,000	3,500,0000	3,500,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	BASTÃO DE SILICONE (FINO)	3038	100,000	0,2600	26,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	BASTÃO DE SILICONE (GROSSO)	3038	100,000	0,4900	49,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CAIXA DE LÁPIS DE COR GRANDE	3038	30,000	4,5000	135,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CANETA ESFEROGRÁFICA - DIVERSAS CORES	3038	250,000	0,2500	62,50
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CARBONO PARA PINTURA EM TELA GRANDE	3038	80,000	0,5100	40,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	CERA LIQUIDA INCOLOR, PARA TODOS OS TIPOS DE PISO. COMPOSIÇ	3284	5,000	1,9800	9,90
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	DESINFETANTE P/ BANHEIRO	3296	4,000	0,6500	2,60
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FITILHO EM POLIPROPILENO	3038	30,000	1,1200	33,60
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR AMARELA - ESPUMA VINILICA ACET	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR AZUL CEU - ESPUMA VINILICA A	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR BRANCA - ESPUMA VINILICA ACE	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR CINZA - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR LARANJA - ESPUMA VINILICA ACET	3039	20,000	0,9900	19,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR MARRON - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR PELE - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9900	19,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR PRETA - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR ROSA - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR ROSA BEBE - ESPUMA VINILICA AC	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR SALMON - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR VERDE - ESPUMA VINILICA ACETI	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR VERDE ESCURO - ESPUMA VINILIC	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR VERMELHA - ESPUMA VINILICA ACE	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA E.V.A 600X400X2M NA COR VIOLETA - ESPUMA VINILICA ACET	3039	20,000	0,9400	18,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Formulário contínuo branco	3039	2,000	59,4500	118,90
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	GIZ COLORIDO	3039	10,000	1,5700	15,70
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	GIZO DE CERA GRANDE	3039	20,000	1,8200	36,40
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LAPISEIRA 0.5mm	3038	5,000	1,0700	5,35

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 19/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LENÇO ÚMIDO - PACOTE COM 70 UNIDADES DE 20 X 12 cm	3290	10,000	1,7500	17,50
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LENÇO ÚMIDO - PACOTE COM 70 UNIDADES DE 20 X 12 cm	3296	4,000	1,7500	7,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUSTRA MÓVEIS 200 ML	3284	5,000	2,5800	12,90
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUSTRA MÓVEIS 200 ML	3296	5,000	2,5800	12,90
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA P/ LIMPEZA, TAMANHO G	3284	5,000	1,6300	8,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA P/ LIMPEZA, TAMANHO M	3284	5,000	1,6300	8,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA P/ LIMPEZA, TAMANHO M	3290	15,000	1,6300	24,45
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA - TAMANHO P	3284	5,000	1,6300	8,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA - TAMANHO P	3290	15,000	1,6300	24,45
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PALHA DE AÇO Nº 0	3296	6,000	0,3900	2,34
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PERFURADOR MÉDIO	3038	5,000	6,8000	34,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PISTOLA PARA COLA QUENTE - PEQUENO	3038	10,000	10,0000	100,00
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SABONETES ANTI-SEPTICOS COM 5 LITROS	3296	6,000	15,3800	92,28
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 15 LITROS	3284	10,000	2,0300	20,30
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 15 LITROS	3290	5,000	2,0300	10,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 15 LITROS	3296	10,000	2,0300	20,30
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 15 LITROS	3301	5,000	2,0300	10,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 30 LITROS	3284	10,000	3,9500	39,50
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 30 LITROS	3301	5,000	3,9500	19,75
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 50 LITROS	3284	10,000	4,4300	44,30
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 50 LITROS	3301	5,000	4,4300	22,15
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO PLÁSTICO PICOTADO 25x35x0,17	3297	4,000	9,9500	39,80
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	SACO PLÁSTICO PICOTADO 30x40x0,17	3297	3,000	14,0000	42,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	2960	1,000	1,032,4200	1,032,42
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE		1,000	255,8600	255,86
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3061	1,000	86,8800	86,88
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3062	1,000	241,5400	241,54
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3063	1,000	470,3800	470,38
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	3187	1,000	2,123,7000	2,123,70
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SANTA CA	CERTIFICADO DIGITAL E CPF	3030	1,000	33,0000	33,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO		5,000	11,8700	59,35
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	2944	10,000	11,8700	118,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO		10,000	11,8700	118,70
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO		5,000	11,8700	59,35
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	3285	10,000	0,9200	9,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM C/01 LT- CLORO ATIVO	3302	10,000	0,9200	9,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁLCOOL 96 GRAUS	3285	20,000	3,3900	67,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ÁLCOOL 96 GRAUS	3302	10,000	3,3900	33,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA		1,000	5,9900	5,99

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 20/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA		1,000	5,9900	5,99
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BANHA		3,000	5,9900	17,97
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO	2944	16,000	21,4200	342,72
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO		10,000	21,4200	214,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO		10,000	21,4200	214,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO		24,000	21,4200	514,08
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO		10,000	21,4200	214,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BIFE BATIDO		10,000	21,4200	214,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)		5,000	10,9200	54,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)		10,000	10,9200	109,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	BOLACHA SALGADA (TIPO APERITIVO)		5,000	10,9200	54,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CAFÉ TORRADO E MOIDO		20,000	5,9500	119,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CANELA EM CASCA		0,200	135,0000	27,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE DE SUINO (QUARTO)		10,000	11,9000	119,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE DE SUINO (QUARTO)		20,000	11,9000	238,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE DE SUINO (QUARTO)		10,000	11,9000	119,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CARNE DE SUINO (QUARTO)		10,000	11,9000	119,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ	2944	1,000	153,8000	153,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CHÁ		1,000	153,8000	153,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	COPO DESCARTÁVEL 180 ml	3287	40,000	2,1900	87,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	COPO DESCARTÁVEL 180 ml	3303	50,000	2,1900	109,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)		4,000	3,9400	15,76
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)	2944	20,000	3,9400	78,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)		4,000	3,9400	15,76
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)		2,000	3,9400	7,88
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)		18,000	3,9400	70,92
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CREME DE LEITE FRESCO (NATA)		2,000	3,9400	7,88
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	DOCE DE LEITE	2944	5,000	7,9700	39,85
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	DOCE DE LEITE		6,000	7,9700	47,82
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	ESPONJA VERDE/AMARELA C/ 3 UN 92x65x43mm	3302	20,000	1,4900	29,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FARINHA LACTEA	2944	1,000	17,5300	17,53
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO BIOLOGICO SECO		1,000	23,8700	23,87
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO BIOLOGICO SECO		1,000	23,8700	23,87
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO BIOLOGICO SECO		0,500	23,8700	11,94
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO EM PÓ QUIMICO		1,000	23,9000	23,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO EM PÓ QUIMICO		1,000	23,9000	23,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO EM PÓ QUIMICO		0,500	23,9000	11,95
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO EM PÓ QUIMICO		0,500	23,9000	11,95
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	FERMENTO EM PÓ QUIMICO		0,500	23,9000	11,95

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 21/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO GRANDE	3287	10,000	0,9500	9,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	GUARDANAPO DE PAPEL BRANCO PEQUENO	3287	5,000	0,4800	2,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL		50,000	2,2900	114,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	3291	12,000	2,2900	27,48
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LENTILHA	2944	4,000	6,5000	26,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LENTILHA		10,000	6,5000	65,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ml	3285	10,000	2,8900	28,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ml	3292	20,000	2,8900	57,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ml	3298	20,000	2,8900	57,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LIMPADOR PARA LIMPEZA PESADA COM CLORO ATIVO - 500 ml	3302	10,000	2,8900	28,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA	2944	1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		2,000	23,8400	47,68
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		3,000	23,8400	71,52
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LINGUIÇA CALABRESA		1,000	23,8400	23,84
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MANTEIGA COLONIAL		1,000	23,0000	23,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MANTEIGA COLONIAL		2,000	23,0000	46,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MASSA COM OVOS		5,000	8,2000	41,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MASSA COM OVOS		5,000	8,2000	41,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MILHO PARA CANJICA	2944	2,000	6,3000	12,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA		5,000	5,3000	26,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA		2,000	5,3000	10,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	MILHO PARA PIPOCA		5,000	5,3000	26,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	3298	44,000	1,0100	44,44
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO BRANCO	3302	48,000	1,0100	48,48
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO, FOLHA DUPLA ESPECIAL	3285	20,000	2,6900	53,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO, FOLHA DUPLA ESPECIAL	3292	80,000	2,6900	215,20
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL HIGIÊNICO GOLFRADO PICOTADO, FOLHA DUPLA ESPECIAL	3298	20,000	2,6900	53,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA100% FIBRA NATURA	3285	10,000	5,5000	55,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA100% FIBRA NATURA	3292	20,000	5,5000	110,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA100% FIBRA NATURA	3298	30,000	5,5000	165,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA100% FIBRA NATURA	3302	10,000	5,5000	55,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO		16,000	22,8000	364,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 22/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO	2944	2,000	22,8000	45,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO		3,000	22,8000	68,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO		3,000	22,8000	68,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO		3,000	22,8000	68,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO	2944	16,000	22,8000	364,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO PRATO FATIADO		16,000	22,8000	364,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO		1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO		1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO	3298	1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO		1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO		1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	QUEIJO RALADO		1,000	44,4000	44,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	RODO COM ESPUMA DE 30 CM - DE BOA QUALIDADE	3285	6,000	4,0000	24,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SABAO EM PO BIODEGRADAVEL GRÃO AZUL CONVENCIONAL, MULTIPLA A		5,000	3,1900	15,95
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SABAO EM PO BIODEGRADAVEL GRÃO AZUL CONVENCIONAL, MULTIPLA A	3292	20,000	3,1900	63,80
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SABAO EM PO BIODEGRADAVEL GRÃO AZUL CONVENCIONAL, MULTIPLA A	3302	10,000	3,1900	31,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SABAO EM PO BIODEGRADAVEL GRÃO AZUL CONVENCIONAL, MULTIPLA A		10,000	3,1900	31,90
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAGU.	2944	3,000	6,2000	18,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAGU.		12,000	6,2000	74,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAGU.		10,000	6,2000	62,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAGU.		3,000	6,2000	18,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO	2944	5,000	1,2000	6,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		3,000	1,2000	3,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		5,000	1,2000	6,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		5,000	1,2000	6,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO	2944	3,000	1,2000	3,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		7,000	1,2000	8,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		3,000	1,2000	3,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SAL REFINADO - IODADO		10,000	9,3500	93,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SALSICHA	2944	5,000	9,3500	46,75
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SALSICHA		15,000	9,3500	140,25
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SALSICHA		4,000	12,1000	48,40
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO DE UVA NATURAL		10,000	12,1000	121,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO DE UVA NATURAL	3292	10,000	12,1000	121,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO DE UVA NATURAL		10,000	12,1000	121,00
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO DE UVA NATURAL		6,000	12,1000	72,60
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	SUCO DE UVA NATURAL		5,000	4,0000	20,00
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	VASSOURA DE NYLON		244,960	51,0000	12,492,96
	Brita graduada (basalto), destinada a britagem das estradas,				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 23/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	Brita I (basalto) faixa granulométrica material passando em		117,610	52,0000	6.115,72
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	Brita I (basalto) faixa granulométrica material passando em	3336	211,390	52,0000	10.992,28
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	PNEU 185/60 R:15	3202	4,000	223,0000	892,00
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	PNEU 205/75 R: 16	2946	4,000	419,0000	1.676,00
PORTAL TRIBUTARIO EDITORA LTDA - EPP	ASSINATURA ANUAL GUIA TRABALHISTA ON LINE	3362	1,000	230,0000	230,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	LAVAGEM DE VEICULOS	2959	2,000	40,0000	80,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	LAVAGEM DE VEICULOS	3131	25,000	40,0000	1.000,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	3126	10,000	20,0000	200,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	3127	15,000	20,0000	300,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	3128	10,000	20,0000	200,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	3129	20,000	20,0000	400,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	3130	15,000	20,0000	300,00
REJANE BILIBIO 68171854915	Oficina de Artes Visuais - Pintura e Técnicas Mistas (Oficin	3354	24,000	34,0000	816,00
RIO COPACABANA-COMERCIO DE FOGOS DE AF	KIT DE MINI SHOW PIROTECNICO	3138	1,000	5,000,0000	5.000,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	Arquivo de aço com 04 gavetas longo (71cm) - com chave com t	2943	1,000	623,0000	623,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	Fragmentadora de papel com cesto com capacidade de 20 litros	2945	1,000	395,0000	395,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	QUADRO MURAL EM ALUMINIO GALVANIZADO - 2,0 x 3,0	2947	1,000	587,0000	587,00
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	SEGURO OBRIGATÓRIO	3053	1,000	105,2500	105,25
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	SEGURO OBRIGATÓRIO	3056	2,000	246,4800	492,96
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	SEGURO OBRIGATÓRIO	3059	1,000	215,2100	215,21
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	PAGAMENTO DE TAXA PARA LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	3052	1,000	62,1200	62,12
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	PAGAMENTO DE TAXA PARA LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	3055	2,000	62,1200	124,24
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBL	PAGAMENTO DE TAXA PARA LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	3058	2,000	62,1200	124,24
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	LONAS COM ILHOS	3106	1,000	680,0000	680,00
SILVANA TREVISOL	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	3186	1,000	300,0000	300,00
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA I	Fornecimento de Solvente/ Balde de 18 litros	2964	2,000	150,0000	300,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	AMACIANTE PERFUMADO EMBALAGEM COM 05 LITROS CADA, CONCENTRA	3293	5,000	6,0000	30,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	BALDE PLÁSTICO - 10 LITROS	3299	4,000	4,0000	16,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	DESENGORDURANTE 500 ML	3293	20,000	1,3000	26,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	DESENGORDURANTE 500 ML	3299	15,000	1,3000	19,50
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	DESINFETANTE 2 LITROS	3299	15,000	2,2000	33,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	LIXEIRO TELADO 10 LITROS	3299	10,000	2,6000	26,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	MULTIUSO - GALÃO COM 05 LITROS	3288	2,000	7,5000	15,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	MULTIUSO - GALÃO COM 05 LITROS	3299	10,000	7,5000	75,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	PURIFICADOR DE AR AEROSOL 400 ML	3299	10,000	5,3400	53,40
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	RODO EM ALUMÍNIO DE 60 CM	3293	1,000	17,5000	17,50
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	RODO EM ALUMÍNIO DE 60 CM	3299	2,000	17,5000	35,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	SABONETE LÍQUIDO - COM 5 LITROS	3288	1,000	9,8000	9,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 24/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	SABONETE LÍQUIDO - COM 5 LITROS	3299	5,000	9,8000	49,00
SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZ	SAPONÁCEO 300g EM PÓ	3293	10,000	1,0800	10,80
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E	3201	1,000	15.857,9000	15.857,90
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DAS	3201	1,000	9.629,1900	9.629,19
	COMUNIDADE				
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	Balcão 0,90x0,50x0,75m com 02 (duas) portas, com tampo de 25	2944	1,000	275,0000	275,00
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	Cadeira Executiva com apóia braços, na cor Azul, e com:	2944	2,000	455,0000	910,00
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	Mesa delta (L) de 1,40x1,60x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afas	2944	1,000	680,0000	680,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA	2941	72,000	2,9000	208,80
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		140,000	2,9000	406,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		90,000	2,9000	261,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		100,000	2,9000	290,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		90,000	2,9000	261,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		130,000	2,9000	377,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		90,000	2,9000	261,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	BEBIDA LACTEA		100,000	2,9000	290,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE CONDENSADO	2941	5,000	3,5000	17,50
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE CONDENSADO		5,000	3,5000	17,50
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE CONDENSADO		4,000	3,5000	14,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE CONDENSADO		8,000	3,5000	28,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C	2941	400,000	2,2200	888,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		240,000	2,2200	532,80
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		140,000	2,2200	310,80
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		200,000	2,2200	444,00
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		462,000	2,2200	1.025,64
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		260,000	2,2200	577,20
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		140,000	2,2200	310,80
TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C		200,000	2,2200	444,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 06- Matutino - Luzerna a Linha São Bento e vice-versa	3348	600,000	3,7800	2.268,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 07 - Vespertino - Luzerna a Linha São Bento e vice-ver	3348	740,000	3,7800	2.797,20
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 08 - Matutino - Luzerna a Linha Barra do Estreito e vi	3348	400,000	3,4500	1.380,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 09 - Vespertino - Luzerna a Linha Barra do Estreito e	3348	520,000	3,4500	1.794,00
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME	Linha 10 - Matutino - Luzerna a Linha Turra - Passo da Inver	3348	1.440,000	3,5200	5.068,80
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 01- Matutino - Luzerna a Linha Alto Rochedo e vice-ver	3346	462,418	4,8000	2.219,61
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 01- Matutino - Luzerna a Linha Alto Rochedo e vice-ver	3347	537,582	4,8000	2.580,39
TRANSPORTES NITZ LTDA	Linha 11 - Vespertino - Luzerna a Linha Grafunda e vice-vers	3347	1.000,000	4,8000	4.800,00
V.SOUZA MOVEIS PLANEJADOS - ME	BALCAO PARA CENTRAL DE OPERACOES:	2995	1,000	4.900,0000	4.900,00
VALDEMIRO WEIRICH	Material pétreo (cascalho)		2.000,000	1,0000	2.000,00
VALDIR MOTT 34742778987	Oficina de Culinária - Iniciante; Intermediaria e Avançada.	3355	32,000	35,5000	1.136,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 25/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VALI CAROLINA SPIER	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	3185	1,000	100,0000	100,00
VALTER GEHM ME	BATERIA PARA VEICULO	3049	2,000	350,0000	700,00
VALTER GEHM ME	CHAVE MAGNÉTICA	3049	1,000	243,0000	243,00
VALTER GEHM ME	FUSIVEL LAMINA	3049	4,000	0,4000	1,60
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	3049	2,000	3,5000	7,00
VALTER GEHM ME	LAMPADA PARA VEICULO	3049	2,000	1,8000	3,60
VALTER GEHM ME	LANTERNA PARA VEICULO	3049	1,000	29,0000	29,00
VALTER GEHM ME	LENTE	3049	1,000	15,4000	15,40
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONS	3048	0,500	40,0000	20,00
VALTER GEHM ME	SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTA	3048	4,000	35,0000	140,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	CABO DE FORÇA:	3080	40,000	6,5000	260,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	CABO DE FORÇA:	3081	40,000	6,5000	260,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	CABO DE REDE UTP CAT 6:	3073	610,000	2,2858	1,394,34
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	CONECTOR FEMEA CAT 6 T568A/B	3073	50,000	17,5244	876,22
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	FIBRA OPTICA:	3082	120,000	3,4000	408,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	FIBRA OPTICA:	3083	180,000	3,4000	612,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	FIBRA OPTICA:	3084	200,000	3,4000	680,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	FRENTE FALSA 19" X 1U PRETA	3072	10,000	15,0000	150,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	GUIA DE CABOS FECHADO 19" X 1U PRETO (47 MM)	3072	3,000	29,0000	87,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	GUIA VERTICAL (PAR) 42/44U X 90 X 70 mm	3072	1,000	470,0000	470,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	HARD DISK INTERNO:	3082	2,000	615,0000	1,230,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	MEDIA CONVERTER:	3084	2,000	360,0000	720,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	MEMORIA PARA COMPUTADOR com capacidade mínima de 2GB, do tip	3074	10,000	145,0000	1,450,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PARAFUSO M5 X 25 NIQUELADO	3072	100,000	0,5000	50,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PATCH CORD 6 - 1,5 metros:	3073	40,000	19,0483	761,93
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PATCH CORD 6 - 5,0 metros	3073	2,000	42,6681	85,34
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PATCH CORD CATEGORIA 5e 1,5m: O produto deve atender os	3073	50,000	12,1909	609,55
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PATCH PANEL CATEGORIA 5e:	3073	2,000	281,9144	563,83
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PATCH PANEL CATEGORIA 6: O produto deve atender os requisit	3073	2,000	430,4909	860,98
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	PORCA GAOLA M5 METALICA (USO PESADO)	3072	100,000	0,5000	50,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	RACK SERVIDOR 19" X 44U (800 X1000 mm) DESMONTÁVEL PRETO.	3072	1,000	3,900,0000	3,900,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	UNIDADE DE TETO COM 4 VENT. 1000 mm BIVOLT	3072	1,000	550,0000	550,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	VOICE PANEL 50 PORTAS CAT.3	3073	1,000	278,1047	278,10
VERA MARIA RHODEN DE LEMOS - MEI	REGISTRO FOTOGRAFICO	3020	1,000	700,0000	700,00
VERA MARIA RHODEN DE LEMOS - MEI	REGISTRO FOTOGRAFICO	3136	1,000	1,200,0000	1,200,00
VOGELTEC - TELECOMUNICAÇÕES LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CENTRAL DE TELEFONE	3304	1,000	250,0000	250,00
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX: cordão óptico duplex multimodo.	3085	2,000	40,0000	80,00
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX: cordão óptico duplex multimodo.	3086	2,000	40,0000	80,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 26/26

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP	CORDÃO ÓPTICO SIMPLEX: cordão óptico duplex multimodo.	3087	2,000	40,0000	80,00
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP	HARD DISK INTERNO SERVIDOR: HD SATA 3,	3085	2,000	1.470,0000	2.940,00
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP	HD EXTERNO DE 2 TB	3085	1,000	385,0000	385,00
ZECCA E ZECCA LTDA - ME	EXTINTOR PQS 4KG	3007	4,000	115,0000	460,00
ZEROPRO VIDEO PROFISSIONAL LTDA - ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE VIDEO COM 02 CAMERAS	3148	1,000	1.579,7772	1.579,78
Total Geral do Mês ---->					929.428,76

Compras FMS 08.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Página: 1/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A G KIENEN & CIA LTDA	BROMAZEPAN 6 MG	1232	3,000,000	0,0600	180,00
A G KIENEN & CIA LTDA	CEFTRIAXONA SODICA INTRAMUSCULAR COM ANESTESICO FRASCO 1G	1232	70,000	1,5900	111,30
ALESSANDRA DAROS NUNES	DIÁRIA	1326	1,000	140,0000	140,00
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA	GRAU CIRURGICO 15 X 100	1316	5,000	40,0000	200,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	LENÇO UMEDECIDO - CAIXA	1315	20,000	2,4700	49,40
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 250 ML EM FRASCO RÍGIDO	1275	200,000	2,3900	478,00
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTD	SORO GLUCOFISIOLÓGICO - 500 ML EM FRASCO RÍGIDO	1275	50,000	2,9700	148,50
ATIVALOG TRANSPORTE LOGISTICA ARMAZENA	FRETE	1246	1,000	49,7000	49,70
BIQ BENEFÍCIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	1309	1,000	11,851,7500	11,851,75
BIQ BENEFÍCIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administração	1310	1,000	183,0900	183,09
CARBONI VEICULOS LTDA	FILTRO DE ÓLEO	1317	1,000	31,7400	31,74
CARBONI VEICULOS LTDA	ÓLEO MOTOR 5W30 SINTETICO	1317	4,500	30,6300	137,84
CARDIOLIFE - CLINICA CARDIOLOGICA S/S LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1238	1,000	145,0000	145,00
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	CARBONATO DE CALCIO COMP 500 MG	1269	5,000,000	0,0300	150,00
CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES I	POLIVITAMINICO COMP	1269	3,000,000	0,0400	120,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	1331	1,000	2,190,0000	2,190,00
CENTRO DE INTEG. EMPRESA-ESCOLA DE SC	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	1332	1,000	147,0000	147,00
CENTRO DE RADIODIAGNOSTICO SÃO MIGUEL S	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1240	1,000	60,0000	60,00
CESS - CENTRO ESPEC. DE SER. DE SAÚDE SS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1226	1,000	170,0000	170,00
CESS - CENTRO ESPEC. DE SER. DE SAÚDE SS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1227	1,000	170,0000	170,00
CESS - CENTRO ESPEC. DE SER. DE SAÚDE SS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1392	1,000	190,0000	190,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Comprimidos com levonorgestrel 0,05 MG +	1272	100,000	5,4300	543,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Dexclorfeniramina - comp 2 MG	1272	2,000,000	0,0590	118,00
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	Loratadina - comp 10 MG	1272	5,000,000	0,0520	260,00
CLARO S.A.	FATURA MENSAL DE TELEFONE	1302	1,000	1,675,7800	1,675,78
CLINICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA - M	PALESTRA	1387	1,000	1,000,0000	1,000,00
CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1339	1,000	180,0000	180,00
CLINICA DE OLHOS DR. ALEXANDRE TAKAHASHI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1341	1,000	290,0000	290,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	BANANA TIPO CATURRA	1358	50,000	1,2900	64,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MAÇÃ TIPO FUGI	1358	90,000	3,4900	314,10
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELANCA	1358	3,000	12,0000	36,00
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	MELAO	1358	5,000	6,5000	32,50
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	NECTARINA	1358	9,000	8,9900	80,91
COMERCIO DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO	TANGERINA	1358	23,000	2,8200	64,86
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1357	1,000	100,0000	100,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1391	1,000	100,0000	100,00
CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA	CONSTRUÇÃO DE 338,57M² REFERENTES A UMA UNIDADE BÁSICA DE SA	1324	1,000	244,800,0000	244,800,00
COSEMS- CONS. SECRETARIAS MUNICIP. SAUDE	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE	1356	1,000	290,0000	290,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTIC	HALOPERIDOL COMP 05MG	1233	3,000,000	0,0500	150,00
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTIC	Heparina sodica 5.000 UI/ml - Sub Cutanea	1270	100,000	5,4600	546,00
DE MARCO LTDA	ANEL DE VEDAÇÃO		1,000	4,0000	4,00
DE MARCO LTDA	DESCARBONIZANTE	1261	1,000	89,0000	89,00
DE MARCO LTDA	FILTRO DE AR		1,000	55,0000	55,00
DE MARCO LTDA	FILTRO DE COMBUSTIVEL		1,000	36,0000	36,00
DE MARCO LTDA	FILTRO DE ÓLEO		1,000	36,0000	36,00
DE MARCO LTDA	GRANADA		1,000	49,0000	49,00
DE MARCO LTDA	KIT REVISÃO		1,000	46,0000	46,00
DE MARCO LTDA	LIMPEZA TBI		1,000	46,0000	46,00
DE MARCO LTDA	ÓLEO DO MOTOR		4,000	33,0000	132,00
DE MARCO LTDA	PALHETA DIANTEIRA	1260	1,000	70,0000	70,00
DE MARCO LTDA	PALHETA TRASEIRA		1,000	75,0000	75,00
DE MARCO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS EM VEÍCULOS	1258	1,000	256,0000	256,00
DIDATICALIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME	FAIXAS ELASTICAS DE BORRACHA	1267	10,000	49,4000	494,00
DIGITAL CRUZEIRO LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO	1346	1,000	850,0000	850,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTC	ACETONA DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML	1273	50,000	13,4000	670,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTC	Alendronato sódico - comp 70 MG	1273	1,000,000	0,3690	369,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTC	Furosemida - comp 40 MG - genérica	1273	20,000,000	0,0370	740,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTC	Prednisona - comp 20 MG - genérica	1273	2,000,000	0,1110	222,00
DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTC	Sinvastatina - 20 MG	1273	30,000,000	0,0590	1,770,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1263	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1292	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1298	1,000	100,0000	100,00
EDILSON RETZ	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1345	1,000	170,0000	170,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1215	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1228	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1235	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1262	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1291	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1295	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1297	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1318	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1322	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1334	0,500	95,0000	47,50
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1344	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1379	1,000	95,0000	95,00
EDILSON RETZ	DIÁRIA	1390	0,500	95,0000	47,50
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CARTAZES MEDIDAS 45cm DE ALTURA E 30cm DE COMPRIMENTO	1382	5,000	5,0000	25,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	CONVITES MEDIDAS 9,5cm DE ALTURA E 20cm DE COMPRIMENTO	1382	2.000,000	0,1800	360,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Bloco de Passagem Luzerna x Joaçaba	1328	4,000	146,2500	585,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	Bloco de Passagem Vila Kennedy e Roça Grande	1328	2,000	97,5000	195,00
EMPRESA JOACABENSE DE TRANSP COLET LTC	PASSAGEM INTERMUNICIPAL	1239	400,000	3,2500	1.300,00
ESPORTE CLUBE VITORIA	ALUGUEL	1351	1,000	1.000,0000	1.000,00
FABIANA MENEGETTI DALLA COSTA	PALESTRA	1350	1,000	500,0000	500,00
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE ELETRECISTA	1396	5,000	5,9000	29,50
FERNANDO IGNACIO ROSSA - MEI	SERVIÇOS DE PEQUENAS MANUTENÇÕES	1397	2,000	6,5000	13,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1320	1,000	29,0000	29,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1340	1,000	370,0000	370,00
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1386	1,000	400,0000	400,00
G. PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIK	EXAMES LABORATORIAIS CONFORME PL 011/09 IL 003/09 I	1386	1,000	20,000,0000	20.000,00
HERVAL EMBALAGENS LTDA ME	PRATO DESCARTÁVEL PS 23cm	1304	70,000	2,7500	192,50
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	1329	1,000	700,0000	700,00
IEL- INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATAF	BOLSA AUXÍLIO / ESTAGIÁRIO	1330	1,000	47,0000	47,00
INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULACAO - EIR	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1380	1,000	240,0000	240,00
JOANA REGENSBURGER	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	1288	1,000	400,0000	400,00
L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCR	BATERIA ESTACIONÁRIA:	1299	2,000	209,0000	418,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	1286	1,000	150,0000	150,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	1336	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	ADIANTAMENTO PARA COMBUSTÍVEL	1389	1,000	100,0000	100,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1224	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1243	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1281	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1285	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1294	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1305	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1311	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1325	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1335	1,000	95,0000	95,00
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1353	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1383	0,500	95,0000	47,50
LEONIR VANDERLEI SPIER	DIÁRIA	1388	1,000	95,0000	95,00
LUCELIA PIRES DE LIMA	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	1289	1,000	400,0000	400,00
LUCELIA PIRES DE LIMA	DIÁRIA	1221	2,000	140,0000	280,00
LUCELIA PIRES DE LIMA	DIÁRIA	1327	1,000	140,0000	140,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	ADOÇANTE	1348	3,000	2,5000	7,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PÃO DE LÓ - 20 PEDAÇOS POR BOLO	1348	40,000	16,0000	640,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	REFRIGERANTE DIET - 2 LITROS	1348	50,000	6,5000	325,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SANDUICHE DE PÃO FRANCÊS INTEGRAL	1348	650,000	2,5000	1.625,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1223	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1284	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1307	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	ADIANAMENTO PARA COMBUSTIVEL	1355	1,000	100,0000	100,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1222	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1253	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1282	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1293	0,500	95,0000	47,50
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1306	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1319	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1337	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1354	1,000	95,0000	95,00
LUIZ CARLOS COSTA	DIÁRIA	1384	0,500	95,0000	47,50
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	ARRUELA	1252	4,000	6,0000	24,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	BICO INJETOR	1252	4,000	370,0000	1.480,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	CONJUNTO DE VÁLVULAS	1252	4,000	450,0000	1.800,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	ESFERA DE VÁLVULAS	1252	4,000	19,0000	76,00
LUZERNA AUTO PECAS LTDA ME	GALERIA	1252	1,000	2.600,0000	2.600,00
MADESTIL FABRICA DE MOVEIS E ESQUADRIAS	ARMÁRIO PSICOTRÓPICOS	1321	1,000	1.790,0000	1.790,00
MADESTIL FABRICA DE MOVEIS E ESQUADRIAS	BALCÃO ATENDIMENTO	1321	1,000	2.110,0000	2.110,00
MADESTIL FABRICA DE MOVEIS E ESQUADRIAS	LATERAL FECHAMENTO	1321	2,000	350,0000	700,00
MADESTIL FABRICA DE MOVEIS E ESQUADRIAS	MESA	1321	1,000	1.900,0000	1.900,00
MAKROSYS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTD,	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO:	1301	20,000	66,0000	1.320,00
MARCELO ZANON - ME	SISTEMAS EM TRIPE	1343	2,000	700,0000	1.400,00
MARGARETE TONIN PELICLIOLI	APRESENTAÇÃO ARTISTICA	1347	1,000	450,0000	450,00
MARIA JUREMA IAGHER DOS SANTOS ME	SERVIÇOS DE CARPINTARIA(ALVENARIA)	1395	44,000	19,0000	836,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	BIPERIDENO 2 MG	1276	5,000,000	0,3140	1.570,00
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMEN'	EXTRATO SECO DE GINKGO BILOBA - COMP 80 MG	1276	5,000,000	0,1600	800,00
MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCUL		16,000	55,0000	880,00
MERCADO RZ LTDA	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	1249	240,000	0,6800	163,20
N.R. COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA ME	ADAPTADOR PARA TOMADA FONTE	1290	1,000	50,0000	50,00
NS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME	DIVULGAÇÃO (CARRO DE SOM) DE EVENTO	1308	1,000	1.100,0000	1.100,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	1250	1,000	116,3600	116,36
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	CAFÉ TORRADO E MOIDO	1248	30,000	5,9500	178,50
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL	1248	40,000	2,2900	91,60
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73120) - PRETO	1237	2,000	49,4400	98,88
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73120) - PRETO	1300	4,000	40,0000	160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73220) - AZUL	1237	2,000	49,4400	98,88
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73220) - AZUL	1300	6,000	49,0000	294,00
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73320) - MAGENTA	1237	3,000	49,4400	148,32
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73320) - MAGENTA	1300	4,000	49,0000	196,00
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73420) - AMARELO	1300	3,000	49,0000	147,00
PAPELARIA DEMATICA LTDA	Cartucho de tinta para Epson (TO 73420) - AMARELO	1342	2,000	49,0000	98,00
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	PNEU 145/80 R: 13	1236	2,000	139,0000	278,00
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	PNEU 175/70 R: 13	1296	4,000	136,0000	544,00
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	LOSARTANA POTASSICA COMP 50MG GENERICO	1288	10,000,000	0,0500	500,00
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 100MG/G GENERICO	1268	50,000	2,3500	117,50
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ÁLCOOL 70% - 01 LITRO	1314	60,000	3,1900	191,40
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	AVENTAL CIRÚRGICO DESCARTÁVEL - MANGA LONGA	1314	100,000	0,9700	97,00
PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	AGUA PARA INJEÇÃO 05 ml	1234	2,000,000	0,1200	240,00
PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	BROMAZEPAN - 3MG	1234	2,000,000	0,0400	80,00
RAIMUNDO ANTONIO PASCOTTO	ADIANTAMENTO PARA LOCOMOÇÃO	1265	1,000	150,0000	150,00
RAIMUNDO ANTONIO PASCOTTO	DIÁRIA	1266	1,000	200,0000	200,00
RAIMUNDO ANTONIO PASCOTTO	DIÁRIA	1264	1,000	95,0000	95,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	ALCOOL HIDRATADO	1338	1,000	95,0000	95,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	LAVAGEM DE VEICULOS	1255	740,740	2,7000	2,000,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	1323	30,000	40,0000	1,200,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	1229	3,000	20,0000	60,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	1312	50,000	20,0000	1,000,00
REDE PORTAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA PACIENTES - TFD	1313	5,000	20,0000	100,00
REUNIDAS S/A TRANSP.COLETIVOS	FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA PACIENTES - TFD	1244	1,000	278,5500	278,55
REUNIDAS S/A TRANSP.COLETIVOS	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAMANHO XG	1245	1,000	278,5500	278,55
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PARA PACIENTES	1277	50,000	33,3500	1,667,50
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	FRALDA GERIATRICA DESCARTAVEL PROPRIA PARA	1277	200,000	31,9400	6,388,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	FRALDAS GERIATRICA DESCARTAVEL ADEQUADA PARA PACIENTES COM	1277	200,000	31,9400	6,388,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PAPEL SULFITE ALCALINO 75g/m2 - a4 BRANCO - PACOTE COM 500 F	1277	100,000	31,9400	3,194,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PROJETOR MULTIMÍDIA. Configurações mínimas 3000 Lumens (1920	1283	50,000	9,7800	489,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	BUTIL. DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIP 500MG/ML - INJETAVEL	1271	1,000	2,440,0000	2,440,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 mg/ml - 01 ml	1271	100,000	0,7400	74,00
SENDIG - SERVICO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1217	3,000	0,6500	65,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO	1216	1,000	30,0000	90,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO 10 cm POR 10 cm	1216	1,000	75,0000	75,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO 22,5 cm POR 22,5 cm	1378	15,000	3,0000	45,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO 7.5 x 8 cm	1378	50,000	2,5000	125,00
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO 7.5 x 8 cm	1231	50,000	1,4000	70,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	ADESIVO 8 x 8 cm	1231	15,000	2,5000	37,50
SERVITOM SERV. TOM. COMP. CORPO INTEIRO .	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1241	1,000	400,0000	400,00
SIIM - SERVIÇO INTEGRADO IMAGENS S/C LTD	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1225	1,000	880,0000	880,00
SUBSTANCIA- FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E H	ACIDO ACETILICO 3%	1303	1,000	16,2000	16,20
SUBSTANCIA- FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E H	ATA 80% ALCOOLICA	1303	1,000	18,8000	18,80
SUBSTANCIA- FARMACIA DE MANIPULAÇÃO E H	KOH 10% SOLUÇÃO (FRASCO COM 50ml)	1303	1,000	10,0000	10,00
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	COLETA DE MEDICAMENTOS VENCIDOS	1247	263,200	6,0000	1,579,20
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	Cadeira Executiva com apóia braços, na cor Azul, e com:	1257	3,000	455,0000	1,365,00
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	MOCHO	1230	4,000	105,0000	420,00
TLB CLINICA S/S LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1385	1,000	300,0000	300,00
ULTRA-SONOGRAFIA E RADIOLOGIA GUTIERREZ	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1242	1,000	370,0000	370,00
UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IG. ADVENTISTA DO	LIVRO "O MARAVILHOSO PODER DAS PLANTAS"	1279	1,000	100,0000	100,00
UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IG. ADVENTISTA DO	LIVRO "O PODER MEDICINAL DOS ALIMENTOS"	1279	1,000	100,0000	100,00
UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IG. ADVENTISTA DO	LIVRO "O SABOR DA SAÚDE"	1279	1,000	100,0000	100,00
UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IG. ADVENTISTA DO	LIVRO "O SEGREDO DA SAÚDE"	1279	1,000	100,0000	100,00
VALTER GEHM ME	PALHETA DIANTEIRA	1287	1,000	69,0000	69,00
VERA MARIA RHDEN DE LEMOS - MEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FOTOGRÁFICOS	1349	1,000	372,0000	372,00
VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA EPP	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS	1256	1,000	630,0000	630,00
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER	DIÁRIA	1333	1,000	230,0000	230,00
Total Geral do Mês ---->					365.764,41

Compras FMAS 08.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.686/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ADELINO PAGLIARIN & CIA LTDA - ME	Oficina de Artes Visuais - Pintura e Técnicas Mistas (Oficin	342	80,000	34,0000	2.720,00
ANDREIA LORENZI - ME	Armário semi-aberto 0,90x0,50x1,60m com 02 (duas) portas, 02	309	2,000	329,0000	658,00
ANTONIO DARCI BANDEIRA - MEI	Oficina de Ritmos Musicais - Coral da Terceira Idade. (Ofici	312	16,000	49,0000	784,00
BIQ BENEFÍCIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administraçã	324	1,000	647,8800	647,88
BIQ BENEFÍCIOS LTDA	Contratação de empresa especializada no ramo de administraçã	325	1,000	1.084,4600	1.084,46
CLEMENS SALVI KLEIN 48228818904	Oficina de Culinária - Iniciante; Intermediária e Avançada.	344	28,000	35,5000	994,00
DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas:	310	1,000	1.675,0000	1.675,00
DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP	MICRO COMPUTADOR: Configurações Mínimas:	311	1,000	1.025,0000	1.025,00
FUNERARIA SÃO JOÃO BATISTA LTDA	AUXÍLIO FUNERAL A PESSOA CARENTE	317	1,000	300,0000	300,00
GILMAR JOSE DE MORAIS	DIÁRIA	340	2,000	95,0000	190,00
JOVIANE COLOMBELLI	DIÁRIA	327	1,500	140,0000	210,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	BOLO COM RECHEIO - DIVERSOS SABORES		11,000	21,7500	239,25
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CAIXA DE BARRA DE CEREAL NORMAL, LIGHT, DIET		12,000	35,4000	424,80
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CAIXA DE SUCO PRONTO PARA BEBER, 1000ML	318	18,000	3,7000	66,60
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA GRANDE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	318	33,000	12,2500	404,25
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	CUCA GRANDE (COM FAROFA, BANANA, FRUTAS)	320	8,000	10,5000	84,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	GROSTOLI	318	21,000	11,4000	239,40
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	GROSTOLI	320	3,000	11,2000	33,60
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E		310,000	1,9500	604,50
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	Q	320	245,000	2,0000	490,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	MINI SANDUÍCHES (CONTENDO: PÃO TIPO FRANCÊS, APRESUNTADO E				
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	Q				
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PÃO DE QUEIJO		8,000	19,3000	154,40
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	PÃO TIPO FRANCÊS PEQUENO	320	4,500	8,2500	37,13
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	REFRIGERANTE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE	318	10,000	6,0000	60,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	REFRIGERANTE 2 LITROS DE BOA QUALIDADE	320	68,000	6,0000	408,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SONHO GRANDE, ASSADO, COM RECHEIO		160,000	2,0000	320,00
LUISA SALETE ZAGO CORSO ME	SONHO GRANDE, ASSADO, COM RECHEIO	320	220,000	1,9500	429,00
MERCADO RZ LTDA	CESTAS BÁSICAS	315	10,000	88,0000	880,00
MICHELE LUCIANE T. DA SILVA TEDESCO	DIÁRIA	326	1,500	140,0000	210,00
MICHELE LUCIANE T. DA SILVA TEDESCO	DIÁRIA	339	2,000	140,0000	280,00
OI S.A	FATURA MENSAL DE TELEFONE	323	1,000	151,2700	151,27
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA	PASTA PARA BOLETIM DE CAIXA E EMPENHO PAPEL TRIPLEX	313	340,000	0,4600	156,40
REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA	Prestação de serviços em LAVAGEM para a categoria de veículo	328	5,000	20,0000	100,00
REJANE BILIBIO 68171854915	Oficina de Artes Visuais - Pintura e Técnicas Mistas (Oficin	343	48,000	34,0000	1.632,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	Arquivo de aço com 04 gavetas longo (71cm) - com chave com t	307	1,000	623,0000	623,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	Fragmentadora de papel com cesto com capacidade de 20 litros	306	1,000	582,0000	582,00
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PAPEL SULFITE ALCALINO 75g/m2 - a4 BRANCO - PACOTE COM 500 F	321	25,000	9,7800	244,50
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PAPEL SULFITE ALCALINO 75g/m2 - a4 BRANCO - PACOTE COM 500 F	322	25,000	9,7800	244,50
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA ME	PROJETOR MULTIMÍDIA. Configurações mínimas 3000 Lumens (1920	305	1,000	2.440,0000	2.440,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SERIGRAFICA LUZERNA LTDA	PAINES DE VIDRO (MAPAS)	338	2,000	640,0000	1.280,00
SILVIA MIAZZI PEREIRA	ADIANTAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO	316	1,000	200,0000	200,00
TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-	Mesa delta (L) de 1,40x1,60x0,60x0,75mm; Tampo 25mm com afas	308	1,000	680,0000	680,00
TIRLANE KUNEN	ALUGUEL SOCIAL	314	3,000	600,0000	1.800,00
VALI CAROLINA SPIER	DIÁRIA	341	2,000	95,0000	190,00
VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA	NOTEBOOK:	304	1,000	2.300,0000	2.300,00
WEIRICH E ALVES LTDA	AUXILIO FUNERAL A PESSOA CARENTE	303	1,000	400,0000	400,00
Total Geral do Mês ---->					28.676,94

Compras FMDCAL 08.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANTONIO DARCI BANDEIRA - MEI	OFICINA DE MUSICA (VIOLAO E TECLADO)	50	28,000	29,0000	812,00
CLEMENS SALVI KLEIN 48228818904	OFICINA DE INICIACAO TECNICA DE CULINARIA	52	16,000	35,0000	560,00
JOEL ROSA 02713461910	OFICINA DE MUSICA (PERCUSSAO)	51	24,000	38,0000	912,00
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA	PASTA PARA BOLETIM DE CAIXA E EMPENHO PAPEL TRIPLEX	49	340,000	0,4600	156,40
Total Geral do Mês ---->					2.440,40

Balancete Financeiro FMAS 08.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	12.483,62	Despesa Orçamentária	56.345,61
RECEITA PATRIMONIAL	1.250,76	Despesas exceto Intra-orçamentárias	56.345,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.232,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.355,35
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.565,26
		INVESTIMENTOS	2.425,00
Receita Extra - Orçamentária	89.389,44	Despesa Extra - Orçamentária	59.389,44
DEPÓSITOS	2.451,63	DEPÓSITOS	2.451,63
CONSIGNAÇÕES	2.451,63	CONSIGNAÇÕES	2.451,63
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.746,44	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.746,44
TESOURO NACIONAL	430,35	TESOURO NACIONAL	430,35
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9,25	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9,25
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	243,87	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	243,87
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21,72	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	21,72
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	56.937,81	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	56.937,81
OBRIGAÇÕES A PAGAR	56.937,81	OBRIGAÇÕES A PAGAR	56.937,81
FORNECEDORES	35.582,46	FORNECEDORES	35.582,46
PESSOAL A PAGAR	16.114,03	PESSOAL A PAGAR	16.114,03
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.241,32	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.241,32
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	30.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	30.000,00		
REPASSE RECEBIDO	30.000,00		
Saldos anteriores	242.718,62	Saldos atuais	228.856,63
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.278,69	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	18.095,29
BANCOS C/ VINCULADAS	238.439,93	BANCOS C/ VINCULADAS	210.761,34
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	344.591,68	Total	344.591,68

Luzerna, 08/09/2014

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA S

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36461

Balancete Financeiro FMDCAL 08.14**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	154,77	Despesa Orçamentária	8.796,24
RECEITA PATRIMONIAL	154,77	Despesas exceto Intra-orçamentárias	8.796,24
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.796,24
Receita Extra - Orçamentária	9.383,13	Despesa Extra - Orçamentária	9.383,13
DEPÓSITOS	561,39	DEPÓSITOS	561,39
CONSIGNAÇÕES	561,39	CONSIGNAÇÕES	561,39
PREVIDÊNCIA SOCIAL	393,75	PREVIDÊNCIA SOCIAL	393,75
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	167,64	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	167,64
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	8.821,74	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	8.821,74
OBRIGAÇÕES A PAGAR	8.821,74	OBRIGAÇÕES A PAGAR	8.821,74
FORNECEDORES	8.080,34	FORNECEDORES	8.080,34
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	715,90	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	715,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	25,50	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	25,50
Saldos anteriores	32.735,41	Saldos atuais	24.093,94
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	32.735,41	BANCO C/ MOVIMENTO	24.093,94
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	42.273,31	Total	42.273,31

Luzerna, 08/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

Balancete Financeiro FMS 08.14**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	332.330,26	Despesa Orçamentária	316.851,08
RECEITA TRIBUTÁRIA	223,43	Despesas exceto Intra-orçamentárias	316.851,08
RECEITA PATRIMONIAL	6.340,11	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.387,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.966,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.172,84
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	244.800,00	INVESTIMENTOS	78.291,05
Receita Extra - Orçamentária	428.415,52	Despesa Extra - Orçamentária	338.422,76
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	845,45	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	845,45
CRÉDITOS A RECEBER	845,45	CRÉDITOS A RECEBER	845,45
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	845,45	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	845,45
DEPÓSITOS	20.019,43	DEPÓSITOS	20.026,67
CONSIGNAÇÕES	20.019,43	CONSIGNAÇÕES	20.026,67
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.527,07	PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.527,07
PENSÃO ALIMENTÍCIA	434,40	PENSÃO ALIMENTÍCIA	434,40
TESOURO NACIONAL	6.897,75	TESOURO NACIONAL	6.897,75
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	814,81	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	814,81
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.033,85	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2.033,85
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	311,55	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	318,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	317.550,64	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	317.550,64
OBRIGAÇÕES A PAGAR	317.550,64	OBRIGAÇÕES A PAGAR	317.550,64
FORNECEDORES	180.163,45	FORNECEDORES	180.163,45
PESSOAL A PAGAR	104.384,95	PESSOAL A PAGAR	104.384,95
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	33.002,24	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	33.002,24
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	90.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	90.000,00		
REPASSE RECEBIDO	90.000,00		
Saldos anteriores	989.511,52	Saldos atuais	1.094.983,46
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	90.661,12	BANCO C/ MOVIMENTO	65.432,80
BANCOS C/ VINCULADAS	898.850,40	BANCOS C/ VINCULADAS	1.029.550,66
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	1.750.257,30	Total	1.750.257,30

Luzerna, 08/09/2014

WALMOR S. DRESCH N. STROHER
GESTOR DO FUNDO MUN. DE SAUDEDREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

Receitas Federais do Dia 05/09/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 05/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.505,33
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.505,33
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.505,33
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	903,20
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	602,13

Luzerna, 08/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Maracajá

PREFEITURA

6ª Audiência Pública - Plano Diretor

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

A Prefeitura Maracajá promove uma audiência pública para apresentar, debater, prestar esclarecimentos e recolher sugestões sobre a revisão do Plano Diretor da cidade.

Neste dia serão apresentados e debatidos os seguintes itens:

- Lei de Uso e Ocupação do Solo

Todo cidadão maracajaense devidamente credenciado para a audiência terá direito a voto e receberá um crachá específico, confeccionado em cor destacada, que possibilite a visualização e contagem por gesto manual.

A qualificação do cidadão como votante será efetivada no ato do credenciamento, mediante apresentação de documentação que comprove:

- Comprovação de domicílio residencial: Conta de luz ou água em nome do credenciado, acrescido de documento de identificação com foto; ou

- Comprovação de domicílio eleitoral: Título de eleitor em nome do credenciado, identificado por zona eleitoral do território de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto; ou

- Comprovação de domicílio empresarial: Contrato social em nome do credenciado, onde conste endereço da sede ou de filial no Município de Maracajá, acrescido de documento de identificação com foto.

O Relatório está disponível para consulta nos seguintes estabelecimentos:

1. Prefeitura de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min.

2. Pelo site www.maracaja.sc.gov.br

Audiência Pública

Plano Diretor - Maracajá

Data: 15/09/2014

Horário: 19h00min

Local: Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição, Centro.

Wagner da Rosa

Prefeito de Maracajá

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 106/2014

DECRETO Nº 106, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei Municipal nº 3.731, de 14 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e Declaração Eletrônica do ISS e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.731, de 14 de fevereiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto regulamenta a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), de existência exclusivamente digital, que deverá ser gerada, armazenada e apresentada eletronicamente à Administração Tributária Municipal, por meio do uso da Tecnologia da Informação, tendo como objetivo registrar as operações relativas à prestação de serviços.

Parágrafo único. A geração da NFS-e se dará através dos serviços informatizados disponibilizados pela Prefeitura do Município de Maravilha na Internet no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br> ou via Web Services sendo vedada a utilização de outro meio não previsto neste Decreto.

TÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

CAPÍTULO I

DOS CONTRIBUINTES OBRIGADOS

Art. 2º As pessoas jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN, ainda que optantes pelo regime previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, independente da incidência do ISS sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro de Contribuintes do Município de Maravilha, emitirão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), utilizando-se da Tecnologia da Informação, mediante o uso da Certificação Digital, obtido através de Autoridade Certificadora da ICP-Brasil.

§ 1º As empresas que não possuem certificado digital e nem obrigatoriedade para o mesmo, deverão emitir as notas fiscais eletrônicas de serviço pelo site da Prefeitura Municipal de Maravilha.

§ 2º Os contribuintes referidos no caput deste artigo são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), constantes na Lei Municipal nº 2.856, de 18 de dezembro de 2003.

§ 3º Os contribuintes que estejam emitindo Nota Fiscal de Prestação de Serviços, em talonários, do tipo fatura ou conjugadas, de qualquer série, independente da forma do seu preenchimento, em conformidade com a Atividade Econômica de Prestação de Serviços que exerçam descritos no Anexo I do presente Decreto, com a Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviços, no ano-calendário anterior ao da publicação deste Decreto, passarão a gerar NFS-e em substituição ao método utilizado anteriormente.

§ 4º A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de Download no portal do Município na Internet, no endereço eletrônico

<http://www.maravilha.sc.gov.br>.

Art. 3º Os contribuintes especificados no artigo 2º poderão optar pela geração da NFS-e, independente da receita bruta total auferida com a prestação de serviços conforme descrito no artigo 10 deste Decreto.

CAPÍTULO II DOS CONTRIBUINTE NÃO OBRIGADOS

Art. 4º É facultado o ingresso no sistema de geração da NFS-e aos contribuintes enquadrados nas seguintes situações:

- I - cujo lançamento é efetuado de ofício pela Autoridade Administrativa, na forma da legislação tributária municipal;
- II - cujos serviços são executados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, mediante remuneração, sem deferir-los a terceiros;
- III - cujos serviços sejam prestados por sociedades de profissionais (sociedades simples) com trabalho pessoal do próprio contribuinte;
- IV - os que possuem Regime Especial de Tributação na forma da legislação tributária municipal;
- V - os cadastrados como microempreendedores individuais.

CAPÍTULO III DOS DEMAIS CONTRIBUINTE

Art. 5º Os contribuintes não enquadrados como emissores de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverão continuar emitindo os documentos fiscais e os escriturando em conformidade com a legislação tributária municipal.

CAPÍTULO IV DO MÉTODO PARA O INGRESSO

Art. 6º Para o ingresso na metodologia de geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), os contribuintes especificados no Capítulo I, deverão, concomitantemente, exercer a atividade econômica descrita no Anexo I do presente Decreto e Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço conforme descrito no Capítulo V deste Decreto.

§ 1º Os contribuintes não obrigados e que fizerem opção, espontaneamente, pela geração da NFS-e, deverão executar os procedimentos administrativos necessários para o ingresso no novo método, na forma da legislação tributária municipal.

§ 2º O ingresso na nova metodologia, ainda que por opção do contribuinte, estará sujeita a análise e autorização da Autoridade Administrativa nos termos da legislação tributária municipal.

SEÇÃO I DA SOLICITAÇÃO DE ACESSO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ANÁLISE

Art. 7º A autorização para geração da NFS-e, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), disponível no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br>.

Art. 8º Após o preenchimento da solicitação de acesso devem ser encaminhados de forma física ou digital ao Setor de Tributação os seguintes documentos:

- I - cópia do contrato social atualizado, quando for o caso;
- II - cópia do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;
- III - cópia da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;
- IV - cópia do CPF do empresário e dos sócios;

- V - cópia do comprovante da empresa/contribuinte;
- VI - informar o tipo de enquadramento tributário da empresa.

Parágrafo único. A autoridade administrativa analisará os documentos constantes nos incisos do artigo 8º, atualizará o Cadastro de Contribuintes e fará o deferimento da solicitação, conforme o caso.

Art. 9º A solicitação prevista na Seção I do Capítulo IV, uma vez deferida, será irretratável.

Art. 10. Os contribuintes especificados no Capítulo I, do Título I, iniciarão a geração da NFS-e imediatamente após o deferimento da autorização, ficando vedada a emissão de nota fiscal em formulário físico.

CAPÍTULO V DO CRONOGRAMA PARA O INGRESSO

Art. 11. O sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e a Declaração Eletrônica de ISSQN de serviços prestados e tomados estarão disponíveis aos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, a partir do dia 1º de agosto de 2014 e a obrigatoriedade de geração da NFS-e em substituição ao método utilizado anteriormente seguirá os seguintes períodos:

- I - 1º de agosto a 30 de setembro de 2014, para os contribuintes que tiveram Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço, no ano-calendário de 2013, superior a R\$ 1.000.000,00;
- II - 1º de outubro a 30 de novembro de 2014, para os contribuintes que tiveram Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço, no ano-calendário de 2013, entre R\$ 500.000,00 e R\$ 999.999,99;
- III - 1º de fevereiro a 30 de março de 2015, para os contribuintes que tiveram Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço, no ano-calendário de 2013 entre R\$ 100.000,00 e R\$ 499.999,99;
- IV - 1º de abril a 30 de maio de 2015, para os contribuintes que tiveram Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço, no ano-calendário de 2013, inferior a R\$ 100.000, 00.

§ 1º Empresa de menor faturamento que os valores estipulados, pode requerer sua adesão em qualquer período previsto nos incisos I a IV, mediante solicitação.

§ 2º Contribuintes que obtiverem o alvará de localização e funcionamento com data posterior a publicação deste Decreto ou os que solicitarem autorização para iniciar a emissão de Notas Fiscais e que se enquadrem nos especificados no Capítulo I ficam automaticamente obrigados ao ingresso no sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e).

CAPÍTULO VI DA GERAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 12. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, é indispensável em qualquer prestação de serviços, sejam para pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do ISS.

§ 1º A geração a que se refere o caput será feita no portal da Prefeitura de Maravilha ou via Web Services disponibilizados na Internet através do endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br>.

§ 2º A emissão de NFS-e constitui confissão de dívida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente na operação, sujeitando-se à cobrança administrativa ou judicial em caso

de falta ou insuficiência do recolhimento do imposto.

Art. 13. Os contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, do Título I do presente Decreto, são:

I - os que deverão gerar uma NFS-e por mês, considerando o serviço executado e o subitem correspondente ao Anexo I do presente Decreto, sendo facultativo a observação das regras contidas no artigo 14 deste Decreto, enquadrados nos seguintes serviços:

- a) 4 - de saúde, assistência médica e congêneres;
- b) 5 - de medicina e assistência veterinária e congêneres;
- c) 10 - de intermediação e congêneres;
- d) 11 - de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres;
- e) 12 - de diversões, lazer, entretenimento e congêneres;
- f) 16 - de transporte de natureza municipal;
- g) 27 - de assistência social;
- h) 30 - de biologia, biotecnologia e química;
- i) 34 - de investigações particulares, detetives e congêneres;
- j) 35 - de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

II - os que deverão gerar uma NFS-e por mês, considerando o serviço executado e o subitem correspondente ao Anexo I deste Decreto, devendo observar o descrito no artigo 14 do presente Decreto, enquadrados nos seguintes serviços:

- a) 8 - de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza;
- b) 15 - relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito;
- c) 39 - de ourivesaria e lapidação.

III - os que deverão gerar uma NFS-e por dia, considerando o serviço executado e o subitem correspondente ao Anexo I deste Decreto, sendo facultativo a observação das regras contidas no artigo 14 do presente Decreto, enquadrados nos seguintes serviços:

- a) 6 - de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;
- b) 13 - relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia;
- c) 19 - de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;
- d) 21 - de registros públicos, cartorários e notariais;
- e) 22 - de exploração de rodovia;
- f) 24 - de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres;
- g) 25 - funerários.

§ 1º A alínea "f", do inciso I, aplica-se também às empresas que prestem serviços de transporte público de passageiros, ainda que mediante concessão da Prefeitura.

§ 2º Deverão gerar a NFS-e no primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, nos casos previstos no inciso I.

§ 3º Deverão indicar como Data do Serviço o último dia do mês que os serviços foram executados, nos casos previstos no inciso I.

§ 7º Deverão gerar a NFS-e no dia seguinte ao da execução do serviço, nos casos previstos no inciso II deste artigo.

§ 8º Deverão indicar como Data do Serviço a data da execução do serviço, nos casos previstos no inciso II deste artigo.

§ 9º As disposições contidas neste artigo não excluem a obrigatoriedade dos contribuintes citados no caput de fornecerem NFS-e àqueles que solicitarem expressamente.

§ 10. A geração da NFS-e deverá ser feita para cada tomador de serviço, ainda que facultativo a sua identificação.

§ 11. Os contribuintes não abrangidos neste artigo deverão gerar NFS-e de forma habitual conforme legislação tributária municipal.

Art. 14. A identificação do tomador de serviços será obrigatória quando a prestação do serviço estiver sendo executada, nos termos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, às pessoas:

- I - naturais, capazes de exercer pessoalmente os atos da vida;
- II - jurídicas, de direito público interno ou externo e de direito privado.

Parágrafo único. Nos demais casos a identificação do tomador do serviço será facultativa.

Art. 15. Não comporão a base de cálculo do ISS, em conformidade com a Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003, devendo ser reduzido, destacando-se como dedução durante a geração da NFS-e, os seguintes valores:

I - do fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, previstos nos subitens 7.02 e 7.05, do Anexo I deste Decreto, sujeito a incidência do ICMS, segundo a legislação de que trata do assunto;

II - do fornecimento de peças e partes empregadas, previstos nos subitens 14.01 e 14.03, do Anexo I deste Decreto, sujeito a incidência do ICMS, segundo a legislação de que trata do assunto;

III - do fornecimento de alimentação e bebidas, previstos no subitem 17.11, do Anexo I deste Decreto, sujeito a incidência do ICMS, segundo a legislação de que trata do assunto.

Art. 16. A NFS-e deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço, exceto quando a NFS-e, por solicitação do tomador do serviço, for encaminhada por e-mail, ainda que a NFS-e tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviço (RPS), segundo a legislação de que trata do assunto.

Art. 17. Todos os serviços executados deverão constar na geração da NFS-e, ainda que a prestação de serviço contemple mais de um subitem, não sendo permitido o agrupamento dos subitens.

Parágrafo único. Só poderão ser descritos vários serviços em uma mesma NFS-e caso estejam relacionados a um único item da Lista (Anexo I), de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.

Art. 18. Depois de gerada a NFS-e, não será permitida a sua alteração e sim somente o seu cancelamento ou a sua substituição.

SEÇÃO I DOS SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 19. Quando o serviço executado pelo prestador referir-se a serviço de construção civil, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverá ser gerada de acordo com a obra executada.

CAPÍTULO VII DA COMPOSIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 20. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), conforme modelo constante no Anexo II do presente Decreto, deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

I - o Brasão do Município;
 II - informações da Prefeitura (endereço, telefone, CNPJ e endereço eletrônico);
 III - nome da Secretaria responsável;
 IV - o termo "Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e";
 V - a data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;
 VI - a data da geração da NFS-e, a natureza da operação e o município onde o ISS é devido;
 VII - dados cadastrais de quem contrata o serviço, como:
 a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual (quando possuir cadastro de contribuinte no Estado) e inscrição municipal (quando possuir cadastro de contribuinte no município);
 b) nome ou razão social;
 c) nome fantasia, quando for o caso;
 d) endereço completo, com identificação de logradouro, número, bairro, município, Estado e CEP;
 g) telefone.
 VIII - intermediário do serviço, quando for o caso;
 IX - identificação do(s) serviço(s) executado(s):
 a) subitem constante na lista de serviços da Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003 e descrição dos serviço(s) executado(s);
 b) valor total;
 c) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;
 d) valor do imposto;
 e) indicação de retenção na fonte, quando for o caso.
 X - base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas;
 XI - base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas com retenção na fonte;
 XII - valor total do ISS;
 XIII - valor das deduções e/ou descontos incondicionados;
 XIV - valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;
 XV - o cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART) quando o serviço executado referir-se a construção civil.

Parágrafo único. A Emissão de NFS-e seguirá o modelo definido pela ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais).

Art. 21. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) não possuirá seriação e sim apenas o tipo de documento "NFS-e".

Art. 22. Cada um dos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, terão a numeração da NFS-e iniciada pelo número 1.

Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem numérica crescente e sequencial, sendo específico para cada contribuinte citado no Capítulo I.

Art. 23. O documento auxiliar da NFS-e (DANFSE), conforme modelo constante no Anexo II do presente Decreto, deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

I - os dados cadastrais do contribuinte;
 II - a data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;
 III - o Brasão do município e os dados da Prefeitura;
 IV - a data da geração da NFS-e, a natureza da operação e o município onde o ISS é devido;
 V - dados cadastrais de quem contrata o serviço, como:
 a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual, quando possuir cadastro de contribuinte no Estado, e inscrição municipal, quando possuir cadastro de contribuinte no município;
 b) nome ou razão social;
 c) nome fantasia, quando for o caso;
 d) endereço completo, bairro e CEP;

e) cidade;
 f) estado;
 g) telefone.
 VI - intermediário do serviço, quando for o caso;
 VII - identificação do(s) serviço(s) executado(s):
 a) subitem constante na lista de serviços da Lei Complementar Nacional nº 116, de 2003 e descrição dos serviço(s) executado(s);
 b) valor total;
 c) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;
 d) valor do imposto;
 e) indicação de retenção na fonte, quando for o caso.
 VIII - base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas;
 IX - base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas com retenção na fonte;
 X - valor total do ISS;
 XI - valor das deduções e/ou descontos incondicionados;
 XII - valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;
 XIII - o cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART) quando o serviço executado referir-se a construção civil.

Parágrafo único. Não será permitido descrever vários serviços numa mesma NFS-e.

CAPÍTULO VIII DO CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 24. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente no prazo de 15 (quinze) dias após sua emissão.

Parágrafo único. Após este período, a NFS-e somente poderá ser cancelada por solicitação do contribuinte em processo administrativo.

CAPÍTULO IX DA SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 25. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser substituída pelo emitente antes do vencimento ou pagamento do imposto.

Parágrafo único. Após o vencimento ou pagamento do imposto, a NFS-e somente poderá ser substituída por solicitação do contribuinte em processo administrativo.

Art. 26. Quando se tratar de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) substitutiva, deverá constar o número da NFS-e substituída.

CAPÍTULO X DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 27. No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, este deverá emitir, em caráter provisório, um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS), que deverá ser substituído pela geração de uma NFS-e, no prazo estabelecido pela legislação.

Art. 28. O RPS deverá conter as seguintes informações:

I - número, data da emissão do RPS e data do serviço;
 II - natureza da operação;
 III - dados cadastrais e endereço completo do prestador do serviço;
 IV - dados cadastrais e endereço completo do tomador do serviço;

V - Estado e município onde o serviço foi executado;
VI - subitem da lista de serviços, na forma da legislação, descrição do serviço executado, preço unitário, valor total, valor da dedução, valor do desconto incondicionado e indicação de retenção na fonte do ISS;

VII - destaque dos valores do PIS, da COFINS, da contribuição do INSS, do imposto de renda, da CSLL, outras retenções não especificadas e desconto condicionado;

VIII - cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART), quando for o caso.

IX - Cabeçalho com identificação do Município.

Art. 29. O RPS impresso seguirá o modelo descrito no Anexo III do presente Decreto e deverá ser previamente autorizado pela Administração Tributária, mediante solicitação do contribuinte em processo administrativo, conforme modelo descrito no Anexo IV do presente Decreto.

§ 1º O documento previsto no caput será impresso tipograficamente, ou em sistema de gestão administrativa, instalado nas dependências do prestador. Ambos conterão todas as informações necessárias à conversão do documento em NFS-e, devendo ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª via destinada ao tomador dos serviços e a 2ª via arquivada pelo contribuinte, a qual ficará à disposição da Administração Tributária.

§ 2º Deverão ser impressas as informações do prestador do serviço e o número do recibo de acordo com a sequência autorizada pela Administração Tributária.

Art. 30. O RPS deve ser emitido com a data efetiva da prestação dos serviços.

CAPÍTULO XI

DA GERAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS A PARTIR DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 31. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) dar-se-á:

I - mediante a geração da NFS-e na Internet, no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br> ou via Web Services, indicando ao sistema de NFS-e o número e a série do RPS, e os demais dados necessários à geração da NFS-e;

II - alternativamente, com o envio de arquivo contendo lotes de RPS à NFS-e, disponível na Internet, no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br>.

Parágrafo único. Cada RPS gerará uma NFS-e.

Art. 32. O prazo para a substituição do RPS por NFS-e dar-se-á em até 10 (dez) dias contados da data da prestação do serviço, não podendo ultrapassar o dia do vencimento do imposto no mês subsequente ao da sua prestação.

SEÇÃO I

DO ENVIO DE LOTES DE RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 33. O envio de lotes do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) será feito no portal da Prefeitura ou via Web Services disponibilizados na Internet pela Prefeitura.

Art. 34. O arquivo contendo lotes de RPS estará no padrão XML (Extensible Markup Language) e o seu layout será especificado pela Administração Tributária mediante a expedição de decreto.

§ 1º O arquivo a que se refere o caput deste artigo conterá um

ou mais RPS.

§ 2º A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.

Art. 35. Após o envio do arquivo contendo lotes de RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) colocará o lote em fila de processamento, processando as informações em momento oportuno, e depois de processado, gerará um resultado que estará disponível ao contribuinte em consulta específica.

§ 1º O resultado a que se refere o caput poderá ser uma NFS-e correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.

§ 2º Um único erro provocará a rejeição de todo o lote. O prestador do serviço deverá providenciar a correção do lote e fazer o envio do lote do RPS novamente, aguardando um novo processamento.

Art. 36. Um RPS convertido em NFS-e não poderá ser reenviado. O reenvio será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote, conforme §2º do artigo 35 deste Decreto.

SUBSEÇÃO I

DO CANCELAMENTO DE RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 37. Um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) poderá ser enviado com o status cancelado e gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) cancelada.

§ 1º Havendo a necessidade de cancelar um RPS já convertido em NFS-e, deverá ser enviado o RPS com o status de cancelado.

§ 2º O sistema da NFS-e cancelará automaticamente a NFS-e correspondente ao RPS cancelado.

CAPÍTULO XII

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 38. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) emitida deverá ser feito exclusivamente pela guia de recolhimento gerada através do sistema de declaração eletrônica do ISSQN, disponível na Internet, no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br/deiss>.

CAPÍTULO XIII

DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 39. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e), geradas pelo sistema NFS-e, disponível em <http://www.maravilha.sc.gov.br>, serão escrituradas no sistema de Declaração Eletrônica do ISS automaticamente, devendo o prestador, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário, conforme o caso, fazer o fechamento do movimento, emissão da guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.

§ 1º Os demais documentos fiscais, emitidos e recebidos, pelo prestador, tomador, intermediário ou responsável tributário, deverão ser escriturados no sistema de Declaração Eletrônica do ISS conforme consta no artigo 47 deste Decreto.

§ 2º A declaração dos serviços tomados no sistema da Declaração Eletrônica de ISSQN (DEISS) deverá iniciar no prazo máximo de 1º de janeiro de 2015, independente do cronograma de ingresso no sistema da NFS-e.

CAPÍTULO XIV DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DE NOTAS FISCAIS CONFECCIONADAS

Art. 40. As notas fiscais confeccionadas e não emitidas até o deferimento da autorização para geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão ser apresentadas à Administração Tributária, para serem canceladas e inutilizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do deferimento de ingresso no sistema da NFS-e.

Art. 41. Os contribuintes obrigados, especificados no Capítulo I, a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), poderão solicitar, mediante processo administrativo, na forma da legislação, prorrogação do prazo de ingresso no sistema de geração da NFS-e, até que as notas fiscais já confeccionadas, antes do início de vigência deste Decreto, sejam emitidas, e que este prazo prorrogado não ultrapasse 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. A Administração Tributária poderá deferir ou indeferir o pedido de prorrogação de prazo após análise do pedido.

TÍTULO II DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS NA INTERNET (WEB SERVICES)

Art. 42. Caberá ao decreto dispor sobre:

I - as funcionalidades e o funcionamento do Web Services;
II - o método de acesso e utilização pelos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários;
III - o uso do certificado digital, emitido por Autoridade Certificadora (AC), credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), seu tipo e o momento em que o certificado digital será utilizado;
IV - o padrão de comunicação, Layout e conteúdo do arquivo XML (Extensible Markup Language) a ser utilizado na integração dos sistemas administrativos, instalados nas dependências dos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários, com o sistemas que compõe o ISS Eletrônico do Município Maravilha.

TÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 43. Considera-se não emissão de documento fiscal, estando sujeito a sanções previstas na Lei Municipal nº 3.731, de 2014, a não emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), a não emissão do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) ou a não substituição do RPS pela NFS-e.

Parágrafo único. A geração da NFS-e em substituição ao RPS, após o prazo contido neste Decreto, acarretará em sanções previstas na Lei Municipal nº 3.731, de 2014.

Art. 44. Salvo as exceções expressas neste Decreto, a não identificação do tomador de serviços estará sujeita as sanções previstas na Lei Municipal nº 3.731, de 2014, sendo considerado o ato omissão na declaração de dados.

Art. 45. Será considerada omissão de informações fiscais a não indicação na NFS-e de serviço executado, a consolidação de serviços executados de subitens diversos em único subitem ou qualquer outra informação necessária a composição da NFS-e, ainda que a NFS-e seja gerada a partir do RPS, estando esta omissão sujeita às sanções previstas na Lei Municipal nº 3.731, de 2014.

Art. 46. A emissão da NFS-e, contendo informações de mais de uma obra, será considerada omissão de informações e estará sujeita as sanções previstas na Lei Municipal nº 3.731, de 2014.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. As NFS-e geradas, o livros de apuração do ISS e demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pela Prefeitura, e estarão disponíveis para consulta aos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional.

Art. 48. Os procedimentos para geração da NFS-e e da declaração eletrônica do ISSQN, bem como o layout para integração do sistema de computador, instalado nas dependências do prestador, do tomador, do intermediário e do responsável tributário, com o sistema de ISSQN Eletrônico, estarão previstos em decreto a ser publicado pela Administração Tributária e disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.maravilha.sc.gov.br>.

Art. 49. O contribuinte, o tomador de serviços, o intermediário e o responsável tributário deverão manter em seus estabelecimentos, todos os documentos e informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de cálculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento referente às NFS-e geradas e das declarações eletrônicas entregues, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 50. Integram este Decreto os Anexos I, II, III e IV.

Art. 51. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 84, de 18 de julho de 2014.

Maravilha - SC, 4 de setembro de 2014.
SANDRO DONATI
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado na data supra.

ELIANE F. S. BEDUSCHI
Sec. Planej. Adm e Fazenda

ANEXO I

DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS OBRIGADAS

Subitem	Descrição do Serviço
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02	Programação.
1.03	Processamento de dados e congêneres.
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06	Assessoria e consultoria em informática.
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3.01	Vetado.
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4.01	Medicina e biomedicina.
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.
4.04	Instrumentação cirúrgica.
4.05	Acupuntura.
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07	Serviços farmacêuticos.
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10	Nutrição
4.11	Obstetrícia.
4.12	Odontologia.
4.13	Ortótica.
4.14	Próteses sob encomenda.
4.15	Psicanálise.
4.16	Psicologia.
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04	Demolição.
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08	Calafetação.
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.14	Vetado.
7.15	Vetado.
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03	Guias de turismo.
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06	Agenciamento marítimo.
10.07	Agenciamento de notícias.
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10	Distribuição de bens de terceiros.
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
12.01	Espectáculos teatrais.
12.02	Exibições cinematográficas.
12.03	Espectáculos circenses.
12.04	Programas de auditório.
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10	Corridas e competições de animais.
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12	Execução de música.
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13.01	Vetado.
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia.

14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02	Assistência técnica.
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04	Recaptação ou regeneração de pneus.
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07	Colocação de molduras e congêneres.
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10	Tinturaria e lavanderia.
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12	Funilaria e lanternagem.
14.13	Carpintaria e serralheria.
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal.
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.07	Vetado.
17.08	Franquia (franchising).
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13	Leilão e congêneres.
17.14	Advocacia.
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.16	Auditoria.
17.17	Análise de Organização e Métodos.
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.21	Estatística.
17.22	Cobrança em geral.
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
25.03	Planos ou convênio funerários.
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
27.01	Serviços de assistência social.
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29.01	Serviços de biblioteconomia.
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32.01	Serviços de desenhos técnicos.
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36.01	Serviços de meteorologia.
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38.01	Serviços de museologia.
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40.01	Obras de arte sob encomenda.

ANEXO II

DO MODELO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

ANEXO III

DO MODELO DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE MARAVILHA-SC

Avenida Euclides da Cunha, 60

Centro - Maravilha - SC

Fone: (49) 3664-0044

Emitir em duas vias.

Recibo Provisório de Prestação de Serviço - RPS

Dados do Prestador

CPF/CNPJ Inscrição Municipal

Nome / Razão Social

Endereço (Rua e Número) Complemento do Endereço Bairro

CEP Município e UF Telefone(s)

Dados do Serviço

Data do Serviço Natureza da Operação * Número do Recibo ** Sério do Recibo **

Local da Prestação do Serviço

Estado Município

Dados do Tomador do Serviço

CPF/CNPJ Inscrição Municipal

Nome / Razão Social

Endereço (Rua e Número) Complemento do Endereço Bairro

CEP Município e UF Telefone(s)

Dados do Intermediário do Serviço

CPF/CNPJ Inscrição Municipal

Nome / Razão Social

Dados da Prestação do Serviço

Item da Lista Descrição do Serviço Prestado Valor Total do Serviço Alíquota Retido? S/N

Outros Valores

PIS	INSS	COFINS
IR	Outras Retenções	Deduções
CSLL	Desconto Condicionado	Desconto Incondicionado
Para obras de construção civil	Matrícula CEI da Obra	Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Documento de uso exclusivo dos Prestadores obrigados a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Este documento deve ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e em até 10 (dez) dias contados da data da prestação do serviço.

Para verificar a conversão deste RPS e visualizar a NFS-e acesse a opção Processamento de RPS no endereço <http://187.45.102.245:8090/nfse>

* Natureza da Operação: 1 - Tributado no Município 2 - Tributado fora do Município

** Informar a sequência autorizada pelo Município.

ANEXO IV

DO MODELO DE AUTORIZAÇÃO DO RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE RECIBO PROVISÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - RPS

DADOS DO PRESTADOR		
CPF/CNPJ	Inscrição Municipal	
Nome / Razão Social		
Endereço (Rua e Número)	Complemento do Endereço	Bairro
CEP	Município e UF	Telefone(s)

SÉRIE	NUMERAÇÃO	QUANTIDADE

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO		
Nome	Cargo / Função	Assinatura

USO DA REPARTIÇÃO FISCAL	
Autorização nº _____ / _____	Carimbo e Assinatura
Autorizamos em ____ / ____ / ____	

Massaranduba

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº. 63/2014 - Errata

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 63/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2014 - MENOR PREÇO - POR ITEM ERRATA

No edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 63/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2014, onde se lê:

"10.1.1. O objeto deste edital deverá ser entregue pelo fornecedor adjudicado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após o recebimento da Ordem de Compra, que será enviada via fac-símile, para a empresa vencedora."

Leia-se:

"10.1.1. O objeto deste edital deverá ser entregue pelo fornecedor adjudicado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, após o recebimento da Ordem de Compra, que será enviada via fac-símile, para a empresa vencedora."

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente Errata publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site www.massaranduba.sc.gov.br e afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba - SC.

Massaranduba - SC, 08 de setembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO

SUZANE E. F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

Contrato de Prestação de Serviços Nº. 43/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 43/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E A EMPRESA ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/1993.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representada pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE E. F. REINKE, CPF nº. 468.882.339-87, Cédula de Identidade nº. 1131963-1, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, e a Empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA ME, com sede na Rua Carlos Meyer, 79, Jaraguá do Sul, inscrita no CNPJ sob nº. 18.985.854/0001-30, neste ato representada pelo (a) Sr. (a). CRISTINA ISABEL VOLTOLINI VACCHI, CPF nº. 890.285.469-87, Cédula de Identidade nº. 2205515-0, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº. 19/2014 - CONCORRÊNCIA para Obras e Serviços de Engenharia nº. 3/2014, homologado em 04/09/2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8.666 de 21/06/1993 e alterações posteriores, as partes de comum

acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste contratação de empresa para a execução da segunda etapa da obra de construção da secretaria e unidade básica de saúde, do município de Massaranduba, conforme projeto.

1.2. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fazem parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital e Projetos, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

2.2. O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: "menor preço/pelo total geral".

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Visando a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA se obriga:

3.1.1. Executar os serviços sob o regime de "empreitada pelo menor preço unitário", obedecendo fielmente aos projetos, na forma constante do anexo ao Processo Licitatório nº. 19/2014 - Concorrência nº. 3/2014, que passam a fazer parte integrante do presente contrato, como se transcritos fossem;

3.1.2. Na execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas NORMAS TÉCNICAS elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT;

3.1.3. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de mão-de-obra, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;

3.1.4. Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos avançados, executando-os sob sua inteira responsabilidade;

3.1.5. Manter durante o prazo de execução do contrato, as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação, encaminhando periodicamente a Prefeitura Municipal, cópia das negativas que por ventura se encontrarem vencidas;

3.1.6. Remover, após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

3.1.7. A CONTRATADA, anotará em registro próprio (DIÁRIO DE OBRAS), todas as ocorrências relacionadas com a execução da Obra.

3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de Leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativa a segurança, higiene e medicina do trabalho;

3.1.9. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela obra junto ao CREA/CAU-SC;

3.2.0. Efetuar a sinalização necessária, conforme especificações da Secretaria de Obras, estando sujeita a multa, a Proponente VENCEDORA que não efetuar a sinalização solicitada;

3.2.1. Fornecer placa de obra conforme padrões do MUNICÍPIO, que deverá ser fixado no local da obra assim que esta for iniciada;

3.2.2. Qualquer alteração no Projeto Executivo correrá às custas da PROPONENTE;

3.2.3. Executar os serviços cumprindo rigorosamente os projetos e memoriais, conforme estabelecido nesta Concorrência;

3.2.4. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho;

3.2.5. Não transferir a outrem parte do presente contrato, sem prévia e anuência da Contratante;

3.2.6. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor;

3.2.7. Fornecer todo o material e equipamentos necessários a perfeita execução dos serviços CONTRATADOS;

3.2.8. Matricular no CEI a obra de construção civil executada sob sua responsabilidade, dentro do prazo de trinta dias contados do início da sua execução, sob pena de retenção de pagamento.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL

4.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

4.1.1. Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;

4.1.2. Designar um profissional qualificado, para acompanhamento e fiscalização da execução da obra;

4.1.3. Comunicar à CONTRATADA, através da fiscalização, qualquer anormalidade verificada na execução do presente contrato.

4.1.4. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a PROPONENTE VENCEDORA das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal.

CLAUSULA QUINTA - DO EXECUTOR E DA SEGURANÇA DO TRABALHO.

5.1. A CONTRATADA designará em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços, o qual poderá ser substituído, assim como qualquer outro empregado, no caso de solicitação do FUNDO MUNICIPAL, sem que esteja obrigado a declarar seus motivos.

5.2. A CONTRATADA responderá durante o prazo de 05 (cinco) anos, pela solidez da obra, ficando responsável por qualquer defeito ou dano que venha a acontecer na obra, realizada pela contratada, em virtude da má execução. Responderá a CONTRATADA, pelo prazo de cinco anos pela segurança da obra.

5.3. O prazo mencionado no item acima, iniciará após a data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

CLAUSULA SEXTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

6.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto

de R\$ 485.571,53 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos), conforme relatório de medições efetuados e aprovados pela fiscalização de obras municipal e apresentação de Nota Fiscal correspondente as medições efetuadas.

6.2. Os pagamentos serão efetivados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, ou Ordem Bancária, mediante apresentação de Nota Fiscal correspondente ao volume do serviço prestado, no prazo de 10 (dez) dias após aprovação das medições.

6.2.1. Os pagamentos dos serviços executados ficam condicionados à comprovação dos recolhimentos dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior.

6.3. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA, incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

6.4. O pagamento das parcelas dependerá da entrega da documentação fiscal correspondente as medições efetuadas e aprovadas, condicionada ainda a adimplência fiscal do contratado.

6.5. O pagamento da última parcela, dependerá da entrega do "AS BUILT", pela CONTRATADA a CONTRATANTE.

6.6. Os preços dos serviços objeto deste contrato não serão reajustados em hipótese alguma.

6.7. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (Artigo 55, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).

CLAUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS.

7.1. O prazo de execução dos serviços será de 05 (cinco) meses, iniciando a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8.883/94.

7.2. A Contratante poderá, nos termos do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93, unilateralmente, aumentar ou reduzir as quantidades do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, ou após acordo celebrado entre as partes, fazer supressões nas quantidades em percentual excedente aos 25% do valor inicial do contrato.

7.3. O recebimento definitivo se dará mediante a emissão pela CONTRATANTE do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

CLAUSULA OITAVA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

1109 - CONSTRUÇÃO DA SEC. DE SAÚDE E AMBULATÓRIO GE

4490519900 - Outras Obras Contratadas

10200 - REC. IMPOSTOS, TRANSF. DA SAÚDE

CLAUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

9.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução na modalidade de Carta de Fiscalização Bancária, Seguro Garantia ou caução em dinheiro, no valor equivalente a 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato, correspondendo a R\$ 14.567,14 (Quatorze mil,

quinhentos e sessenta e sete reais e quatorze centavos), quando da assinatura deste contrato, exceto se a empresa se enquadrar na situação do item 6.3.1, do Edital onde a garantia será de 5% (cinco por cento).

9.1.1. A caução somente será levantada após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência do Contratado, não será devolvido o valor referente à caução, o qual será retido pela Prefeitura Municipal, para ressarcimentos;

9.1.2. No caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos serviços, não será devolvida o valor referente à caução, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização e controle da execução da obra será exercida pelo MUNICÍPIO, através de seus prepostos; todos os serviços e toda a área abrangida pelas obras estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, por pessoas devidamente credenciadas pelo MUNICÍPIO.

10.2. A fiscalização do MUNICÍPIO transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhes decidir os casos de dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

10.3. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo MUNICÍPIO, e, se obriga a atender pronta e irrestritamente as reclamações deste, corrigindo às suas expensas os serviços defeituosos e substituindo materiais fora das especificações.

10.4. A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar à fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado.

10.5. O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL se reserva o direito em requerer o afastamento de profissionais ou máquinas/equipamentos que julgar inconvenientes para permanecer nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO

11.1. O Termo de Recebimento Definitivo será passado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 3º. do artigo 73 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, desde que não se revele vício ou defeito na obra.

11.1.1. O Recebimento Definitivo não exige a CONTRATADA DE SUA RESPONSABILIDADE, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados;

11.1.2. No caso de não serem corrigidas pela CONTRATADA, as anormalidades verificadas na execução dos serviços e atestados pelo Fiscal da Obra, a CONTRATANTE providenciará a execução das correções necessárias e descontará o custo destes serviços dos créditos existentes decorrentes do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES.

12.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no edital:

12.1.1. Multa na ordem de 0,50% (meio por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do objeto licitado com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

12.1.2. Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido,

o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 12.1.1;

12.1.3. Advertência;

12.1.4. Suspensão do direito de licitar junto a Prefeitura de Massaranduba;

12.1.5. Declaração de inidoneidade, de lavra da Gestora dos Fundos Municipais, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

12.2. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 12.1.1 e 12.1.2. será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do objeto da presente licitação.

12.2.1. Suspensão dos pagamentos até regularização dos fatos geradores das penalidades.

12.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes de infrações cometidas.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. A rescisão contratual poderá ser:

13.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

13.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima segunda deste instrumento contratual;

13.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

13.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIA

14.1. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer o FUNDO MUNICIPAL, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, a partir da entrega da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - NOVAÇÃO

15.1. A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

16.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, o Edital de Licitação nº. 19/2014, na modalidade de Concorrência nº. 3/2014, à proposta da CONTRATADA e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

16.2. Este contrato e o Edital de Licitação nº. 19/2014, na modalidade de Concorrência nº. 3/2014 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO SEGURO

17.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba - SC	04	de	setembro	de	2014
-------------------	----	----	----------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE F. REINKE
Prefeito	Gestora do Fundo Mun. Saúde
	Contratante

ARCA EMPREENDIMENTOS LTDA ME
CRISTINA ISABEL VOLTOLINI VACCHI
Contratada

Testemunhas:

CIRIO MARTINI	FABIANO SPEZIA
CPF: 452.293.509.97	CPF: 950.720.129.72

Licitação 66.2014 PP 38.2014 - Errata 1 - Materiais Construção

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2014

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 87/2014 - PMM

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com o Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, visando a aquisição de materiais para construção de cabeceira de ponte na localidade de Ribeirão Wilde.

ONDE SE LÊ:

DA ENTREGA:

Os materiais de construção deverão ser entregues pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma: NO ALMOXARIFADO, ANEXO A PREFEITURA em 03 (três) dias consecutivos:

LEIA-SE:

Os materiais de construção deverão ser entregues pelo fornecedor

adjudicado da seguinte forma: NO LOCAL AONDE A OBRA SERÁ EXECUTADA, em 03 (três) dias consecutivos.

Massaranduba, 05 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Licitação 9.2014 PP 6.2014 - Instrutor (A) Dança E Teatro - Fass

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2014 - FASS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR(A) DE TEATRO E DANÇA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SENDO AS AULAS MINISTRADAS NAS UNIDADES DE ENSINO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00h do dia 19/09/2014.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:30h do dia 19/09/2014. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 05 de Setembro de 2014.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 335/2014

PORTARIA n.º 335/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 242/2014 da Senhorita FRANCIELE PEZENTE DAL TOÊ, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Kétny Mezzari Cibien, em virtude de a mesma ficar à disposição na Secretaria da Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/09/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 336/2014

PORTARIA n.º 336/2014

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1408/2009 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 259/2014 do Senhor MIKAEL MIZIESCKI, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em substituição à servidora Kétny Mezzari Cibien, em virtude de a mesma estar à disposição da Secretaria da Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole. Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/09/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

CONVITE

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

CONVITE

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, vem por meio deste convidar Vossa Senhoria para Audiência Pública no dia 30.09.2014, às 18:00 hs, na dependência da Câmara Municipal de Meleiro, para demonstração das metas fiscais do 2º Quadrimestre de 2014, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00 e a discussão para elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o Ano de 2015.

Certo de seu comparecimento antecipo agradecimento.

Meleiro (SC), 02 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Decreto N.º 065/2014

DECRETO n.º 065/2014

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas fica suplementada no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), nestes termos:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.365.2008 - Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (58)	R\$ 50.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2055 - Manutenção do SAMU	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (25)	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 75.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais da seguintes Dotações Orçamentárias.

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.365.2008 - Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (54)	R\$ 50.000,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2055 - Manutenção do SAMU	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (25)	R\$ 25.000,00
Total	R\$ 75.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Agosto de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Decreto N.º 066/2014

DECRETO n.º 066/2014
CRIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS IMOBÍLIÁRIO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

DECRETA

Art. 1º Sem ônus para o Município, JOSE ARILTON DEMETRIO, JAIRO LUIZ CANELA e REMIO MORAES DE SOUZA, constituírem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, conforme estabelecido no Art. 6º da Lei complementar nº 038/2013.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Agosto de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário Adm. e Finanças

DECRETO N.º 067/2014

DECRETO n.º 067/2014.
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), neste termo:

09 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
090108.243.2023 - Manut. Do fundo Infância e Adolescência - FIA	
3.3.50.00.00.00.00.00.0755.0 - Transferências a Instituição Privadas sem fins Lucrativos (237)	R\$ 28.000,00
Total	R\$ 28.000,00

Art. 2º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Agosto de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 068/2014.

DECRETO n.º 068/2014.
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada ficam suplementada no valor de R\$ 1.857.408,77 (Um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oito reais e setenta e sete centavos), neste termo:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO	
060117.512.1009 - Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto	R\$ 1.857.408,77
4.4.90.00.00.00.00.00.0094.0 - Aplicações Diretas (92)	R\$ 1.857.408,77

Art. 2º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do Termo de Compromisso PAC nº 0436/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Agosto de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 070/2014.

DECRETO n.º 070/2014.
"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS"

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 52 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO QUE

- a ocorrência de enxurrada, caracterizada por chuva intensa e concentrada, nos últimos 90 dias, atingindo parte do município;

- como conseqüências deste desastre resultaram danos e prejuízos, comprovados por visitas de nosso setor de engenharia em nossas estradas municipais;

- com base nestas informações a recomendação de nosso engenheiro a imediata recuperação destas estradas para facilitar o

fluxo de veículos e transportes de nossa produção agrícola, sendo que necessitamos a retirada de seixo rolado para dar andamento à recuperação destas;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por excesso de chuvas e caracterizada como "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS MUNICIPAIS".

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as estradas deste Município, comprovadamente afetados pelo excesso de chuvas na região.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Meleiro (SC), 01 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secretário Adm e Finanças

Decreto N.º 071/2014.

DECRETO n.º 071/2014.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), neste termo:

14 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOSTO	
140117512.2060 - Manutenção do Serviços do SAMAE	
3.3.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (21)	R\$ 20.000,00
Total	
.....	R\$ 20.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

14 - SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOSTO	
140117512.2060 - Manutenção do Serviços do SAMAE	
3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (19)	R\$ 20.000,00
Total	R\$ 20.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Modelo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 1101/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1101/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 010/2014

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Tomada de Preços n. 010/2014, para EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO, ILUMINAÇÃO E TOMADAS DE USO GERAL, PARA PRAÇA MUNICIPAL DE MODELO, COM ÁREA APROXIMADA DE 1.336,00 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 24/09/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 08 de Setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1102/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1102/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 037/2014

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 037/2014, para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DOIS PARQUES INFANTIS, COM ESTRUTURA PRINCIPAL EM COLUNAS DE ALUMÍNIO COLORIDO (PLAYGROUND), NO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 19/09/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 08 de Setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato Contrato 55 2014

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 55/2014

Objeto: contratação de serviços de veiculação de anúncio referente festividades ExpoMonte 2014 Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC. Contratada: TELEVISÃO XANXERE LTDA, CPF/MF sob nº 80.746.647.0001.04, Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) global. Fundamento legal: Lei 8666/1993 Art 24 inciso II. Dotação Orçamentária: As constantes do Parecer Contábil do Presente Processo.

Monte Carlo - SC, 08/setembro/2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 181/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 181/2014.

PROCESSO Nº 181/2014.

HOMOLOGAÇÃO: 05/09/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

FORNECEDOR: MIOTTO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME
OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM DE CASAS DE MADEIRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA SEREM UTILIZADAS COMO SALAS DE AULA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ROSANA DE FÁTIMA GAYA BARRETO E ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ILKA MULLER DE MELLO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES SC, EM RAZÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO Nº 80/2014 TER SIDO DESERTA.

VALOR: R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2014

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 173/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 173/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, DEVIDAMENTE INSTALADOS - INCLUINDO TREINAMENTO - DE INFORMÁTICA PARA ARMAZENAMENTO, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT SOB CONTRATO FRO Nº 112/01300/01-5, PROPOSTA 20123490001.

Fornecedor: Ilha Service Serviços de Informática Ltda.

Valor Total: R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

Vigência: 04/12/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de setembro de 2014.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2014 FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2014 FMV

ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO, CONVOCAÇÃO DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS AUTO VIA LOCADORA, LIGUE CAR, KMJ, VIA FUTURA, A.M.B. TRANSPORTES TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, E A EMPRESA BRASIL LEASING NÃO CREDENCIADA (APRESENTOU CONTRATO SOCIAL E PROCURAÇÃO SEM SER AUTENTICADA).

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS.

APÓS ANÁLISE DAS PROPOSTAS FOI CONSTATADO QUE A EMPRESA A.M.B NÃO APRESENTOU MARCA REFERENTE OS SEUS

ITENS COTADOS, COMO NO EDITAL NÃO EXIGIA TAL PROCEDIMENTO, O PREGOEIRO FEZ CONSTAR EM ATA COM A PALAVRA DO LICITANTE REPRESENTANTE DA A.M.B QUE A MARCA DO ITEM 1 - VOYAGE E ITEM 2 FOX (MARCA VW). APÓS OCORREU A ETAPA DE LANCES, ONDE FORAM DECLARADAS VENCEDORAS AS EMPRESAS KMJ, E AMB. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS MENCIONADAS E CONSTATADO QUE as mesmas não atenderam o edital, (a empresa KMJ não apresentou a declaração 5.1.5.1 e 5.1.5.2 do edital , a empresa A.M.B não apresentou a declaração do item 5.1.5.1) desta forma foi aberto o envelope de habilitação da terceira e ultima colocada na fase de lances ligue car locadora e constatado que também não atendeu ao edital (não apresentou a declaração item 5.1.5.1 e 5.1.5.2) sendo as três inabilitadas o pregoeiro decidiu abrir o prazo previsto na lei 8666/93 atendendo subsidiariamente ao pregão--Art 48 § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação [...] DESTA FORMA A NOVA DOCUMENTAÇÃO (AS DECLARAÇÕES CONFORME MENCIONADO ACIMA - VER CADA CASO NO QUAL O LICITANTE FOI INABILITADO) DEVERÃO SER APRESENTADAS ATÉ O DIA 19/09/2014 AS 17:30H EM ENVELOPE LACRADO NO DEPTO DE COMPRAS, SENDO QUE NO DIA 22/09/2014 AS 16 HORAS SERÃO ABERTOS OS ENVELOPES E CONSTATADO QUEM ATENDEU COM O EDITAL, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA PUBLICAÇÃO. FICAM DESDE JÁ INTIMADOS DOS ATOS ACIMA. ASS.PREGOEIRO E EUQUIPE DE PAOIO.

NAVEGANTES 08 DE SETEMBRO DE 2014

Extrato Contratual Nº 225/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 225/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP.

CNPJ: 10.786.502/0001-43.

Valor Total: R\$ 483.500,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos reais).

Vigência: Início: 05/09/2014 Término: 03/04/2015.

Licitação: Tomada de Preço Nº.: 158/2013.

Recursos: Dotação: 1.019 4.4.90.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA E VESTIÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ILKA MULLER DE MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, SOB TERMO DE COMPROMISSO PAC 206881/2013 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE , conforme Tomada de Preço nº 158/2014.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 F.M.A.S

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 F.M.A.S CONFORME ATESTADO PELO PROFESSOR DE TAEKWONDO, ANDRÉ RIBAS BORELLA , E PARA FINS DE COMPROVAÇÃO JUNTO AO CERTAME LICITATÓRIO DE QUE TRATA O PREGÃO PRESENCIAL F.M.A.S 13/2014, REFERENTE AS

AMOSTRAS INFORMA QUE:

AS AMOSTRAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS, JOSÉ PAULO BITENCOURT ME, COMERCIAL ROPAGI LTDA ME, FOOT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS, G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, CADA QUAL NOS ITENS QUE FORAM VENCEDORES. AMOSTRA ACEITAS/APROVADAS CLASSIFICADA. COM RELAÇÃO À EMPRESA L. MOHR LTDA., AS AMOSTRAS DOS ITENS 8, 9, 11, 12, 13 FORAM ANALISADAS E APROVADAS, CONTODO COM RELAÇÃO À AMOSTRA DO ITEM Nº10 - PROTETOR DE CABEÇA (CAPACETE) PARA TAEKWONDO: MODELO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO CONFECIONADA EM ESPUMA ENJETADA REVESTIDA POR PU (COURO SINTÉTICO DE ALTA RESISTENCIA), TAMANHO P -10 UNIDADES, M -10 UNIDADES, G - 10 UNIDADES. SISTEMA DE REGULAGEM EM VELCRO SEM GRADE PROTETORA, SEGUNDO O PROFESSOR DE TAEKWONDO, ANDRÉ RIBAS BORELLA, VERIFICOU QUE O CAPACETE NÃO CONDIZ COM A DESCRIÇÃO DO ITEM, PRIMEIRO POR NÃO SER DE ACORDO COM O MODELO OFICIAL DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TAEKWONDO, SENDO QUE O CAPACETE OFICIAL É DA COR BRANCA OU AZUL, E AINDA QUE O CAPACETE PRETO APRESENTADO NÃO CORRESPONDE A NENHUMA DAS REGRAS E NÃO PROTEGE EM NADA DOS GOLPES REFERENTE A ESTA ARTE MARCIAL, SENDO REPROVADO O ITEM Nº10. FICAM DESDE JÁ INFORMADOS AOS LICITANTES QUE AS AMOSTRAS REPROVADAS ESTARÃO DISPONÍVEIS PARA RETIRADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EM ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO APÓS O RESULTADO DA ANÁLISE.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA A DEMAIS LICITANTE CLASSIFICADA E JÁ HABILITADA QUE DEVERÁ APRESENTAR A AMOSTRA EM ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM: 10 PARA G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP.

Iuli da Cunha Ceschin

Secretaria de Assistência Social

NAVEGANTES, 08 DE SETEMBRO 2014

RUA JOÃO EMÍLIO Nº 100 - FONE: (47) 3342 9500

CENTRO - 370 - 446 - NAVEGANTES - SC

"DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS".

Errata da Portaria 3080/2013

PORTARIA Nº. 3080 DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2012 a Sr.^a LUCIANA KREJCI DE ABREU, para exercer a função de Professora de Língua Portuguesa, MAG 02-01, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/08/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a partir de 12 de agosto de 2013.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRE - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 15 DE AGOSTO DE 2013.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de agosto de 2013.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 15 de agosto de 2013.

LEI 2915 AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL À UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2915 DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA À UNIÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o Chefe do Poder Executivo, autorizado a doar à União o seguinte imóvel, remanescente do Termo de Convênio nº 022/96/0034, firmado entre o Município de Navegantes e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO:

I - Um terreno, sem benfeitorias, situado na zona urbana deste Município de Navegantes-SC, da Rua Onório Bortolato, bairro Pedreiras, com a área de 82.600,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE a OESTE com a rua acima citada, onde mede 40,00 metros; FUNDOS ao LESTE com terras da Cia. Fábrica do Papel Itajaí, a mesma medida; EXTREMA ao NORTE, com terras de Maria Batista Schaufert e ao SUL com terras de Cia Fábrica de Papel Itajaí, medindo em cada uma dessas extremas 2.065,00 metros, distante da esquina com a Rodovia BR-470, 200,00 metros, matriculado sob o nº 14.093 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC.

Art. 2.º O imóvel doado será utilizado para a ampliação do Aeroporto Internacional de Navegantes Ministro Victor Konder.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 8 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2916 DISPÕE SOBRE SINALIZAÇÃO DE CAÇAMBAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2916 DE 8 DE SETEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A SINALIZAÇÃO, POR MEIO DE PINTURA RETRORREFLEXIVA, DAS CAÇAMBAS COLETORAS DE ENTULHOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º As caçambas estacionárias para coleta e remoção de entulho, situadas em logradouros públicos, no âmbito do município de Navegantes, deverão estar devidamente sinalizadas por pintura retrorreflexiva e de cones balizadores, quando necessário, de modo a permitir sua rápida visualização a pelo menos 30 (trinta) metros de distância.

Parágrafo Único: A obrigação de que trata o caput do artigo primeiro não exime as empresas prestadoras de serviços da observância das demais normas federais, estaduais e municipais que regulem essa atividade.

Art. 2.º Para a utilização das vias públicas por caçambas, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

I - Que somente ocupem área de estacionamento permitido e sejam colocadas em frente à residência ou terrenos a pedido dos seus proprietários, sendo vedado o deslocamento para outro local.

II - As caçambas estacionárias deverão ser mantidas em bom estado de conservação, contendo, em lugar visível, o nome e o telefone da empresa prestadora do serviço e, ainda, contar com sinalização refletiva nos quatro lados das extremidades superiores.

III - Concluída a remoção da caçamba estacionária da via pública, a empresa prestadora dos serviços ou o contratante responsável ficam obrigados a efetuar a limpeza do local onde ela estava disposta.

IV - As caçambas, durante o seu transporte, devem ser cobertas de forma que permitam a proteção dos materiais transportados.

V - Deverá haver a observância da distância mínima de 10 (dez) metros das esquinas.

VI - As caçambas não poderão permanecer por mais de 7 (sete) dias na via pública.

Art. 3.º A utilização de caçambas no Centro da cidade e nas vias públicas principais dos bairros deve atender às determinações do órgão gestor do Trânsito - a Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito - ou outro que venha a substituí-lo nessa função.

Art. 4.º O não cumprimento do disposto nesta lei acarretará ao infrator, ao proprietário e/ou condutor multa a ser estipulada pelo Poder Executivo, que deverá ser aplicada em dobro e progressivamente nos cargos de reincidência.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 5 ° As empresas prestadoras dos serviços de que trata o artigo 1º terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atenderem ao disposto nesta lei e fazer as devidas adaptações nas caçambas utilizadas até então.

Art. 6 ° O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 7 ° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REEQUILIBRIO / DECISÃO INDEFERIDO - SANTA FÉ 47/2014 FMS

DECISÃO- PEDIDO REPACTUAÇÃO-INDEFERIMENTO

EMPRESA: CONTRUTORA SANTA FÉ LTDA - EPP,

CNPJ: 95.776.761/0001-46

O Departamento de Compras e Licitações ao receber o pedido de equilíbrio econômico financeiro da empresa CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA EPP em 04/09/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme Concorrência nº.47/2013 FMS, homologado pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de equilíbrio, tendo em vista que:

1- A empresa cita que houve a necessidade de instalar cobertura metálica com acessórios e que para tal fez três orçamentos que comprovam o aumento substancial dos produtos.

---A requerente ao licitar/contratar com o município aceitou todas as condições estabelecidas no momento da proposta, sendo que a mesma deve ser obedecida até o término do contrato, ao apresentar sua proposta inclusive como menor preço em comparação as demais licitantes, a requerente deve cumprir o que foi pactuado, com exceção ao art. 65, II Lei 8666/93:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Tal exceção deverá ser comprovada, o que não ocorreu, não ensejando motivo para o reequilíbrio;

2- A requerente cita como justificativa do desequilíbrio econômico-financeiro fatos administrativos, omissão ou atraso de providências a cargo da administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

---A justificativa não merece acolhimento uma vez que a secretaria de administração desconhece qualquer fato administrativo que ensejasse o pedido de reequilíbrio, inclusive cita que questionou a secretaria de governo quanto a possíveis atos administrativos e que a mesma negou a existência de fatos que motivassem o pedido, não existindo nenhuma omissão ou atraso de providências no gerenciamento do projeto, e no que concerne aos pagamentos previstos (ofício 303/2014 lsv).

Desta forma não existindo base para o pedido em consonância ao art.57§1º, não há possibilidade de concessão do reequilíbrio:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Navegantes 08 de setembro de 2014

Douglas Lemos

Maria Benedita

Fernanda Hassmann

Carla Claudino

Adriana Correa

Corroborando

Benilde Perão

Secretária de Administração

LEI 2917 INSTITUI E AUTORIZA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

LEI N ° 2917 DE 8 DE SETEMBRO DE 2014

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 ° Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Francisco Schmitz, localizada no trecho entre a Avenida Ivo Silveira ao Ribeirão Guapuruma, Bairro Gravatá, com extensão de 1.166,50 metros lineares (Anexo I - área de influência direta).

Parágrafo Único: O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos do FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, através do programa de transferência 2013000640, pacto pelos municípios do estado de SC, através do convenio nº 2014TR002013- correspondendo à quantia de R\$ 744.374,46 (setecentos e quarenta e quatro mil e trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento do tributo o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores da propriedade sobre o imóvel, a qualquer título.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Tratando-se de bens indivisos, o tributo será lançado no nome de qualquer cadastrado, cabendo-lhe exigir dos demais as parcelas que lhes couberem por direito.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I - Publicação prévia de Edital anterior à execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto;
- b) Orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) Determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente a valorização dos imóveis na respectiva zona de influência;
- d) Delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Navegantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao Presidente da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeado através do Decreto nº 636 de 02 de Maio de 2013, o qual, após manifestação da Secretaria de Governo, e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por oposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa física, ou, Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por Edital publicado em jornal de grande circulação local.

III - Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, entre outros, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV - No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á, proporcionalmente, ao custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), Lei Complementar nº. 6/2002 (Código Tributário Municipal) e Lei Complementar 137/2011.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

- I - situação do imóvel na zona de influência;
- II - testada do imóvel;
- III - área do imóvel;
- IV - finalidade de exploração econômica do imóvel.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I - determinação das avaliações dos imóveis, dentro da zona de influência, anterior a execução total da obra.
- II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública (zona de influência);
- IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V - prazo para a impugnação;

Parágrafo Único: As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, juntamente com o carnê de pagamento do tributo, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, considerar-se-á feita a Notificação pelo Edital de Lançamento previsto no Art.5º desta Lei.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - tipo da obra;

II - local;

III - valor do imóvel do contribuinte antes do início das obras;

IV - valor atualizado do imóvel do contribuinte;

V - montante de valorização do imóvel do contribuinte;

VI - valor atualizado da contribuição de melhoria lançada;

VII - parcela do custo da obra a ser financiado pelo tributo, expresso em percentual, com indicação do respectivo dispositivo legal;

VIII - prazo, forma e local para pagamento;

IX - prazo e forma da impugnação e recurso administrativo.

Parágrafo Único: A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10 As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento.

Art. 11 É competente para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio a Autoridade Competente, ou seja, a autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 12 A Contribuição de Melhoria a que se refere esta lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com a lei complementar 197/2014 de 21 de março de 2014.

§ 1º O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 40% (quarenta por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

§ 2º O contribuinte que não se quiser valer das faculdades previstas no inciso I deste Artigo poderá pleitear o parcelamento de seu débito conforme trata a presente lei LC 197/2014, a Saber:

a) 30% (trinta por cento) de desconto em até 10 (dez) vezes sem juros;

b) 10% (dez por cento) de desconto em até 24 (vinte e quatro) vezes sem juros;

c) 10% (dez por cento) em até 36 (trinta e seis vezes) com juros

e correção, nos termos da legislação federal.

§ 3º Considerando o valor total da obra, o valor da contribuição de melhoria individual e a renda do contribuinte, o Chefe do Poder Executivo poderá ampliar o número de parcelas além das estabelecidas no inciso II deste artigo, a fim de que a parcela anual não ultrapasse 3% do valor do imóvel.

§ 4º Independentemente do nº de prestações, no parcelamento será observado:

I - O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 1 UFM (uma unidade fiscal do Município).

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data da notificação ou do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 5º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 13 Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo Único: Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema).

Art. 14 Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 15 Os valores lançados a título de contribuição de melhoria não quitados até seu vencimento, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 16 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Navegantes é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados à Procuradoria, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 17 Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos,

administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º Em primeira instância, decide o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, e em segunda, a Procuradoria.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 18 Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 19 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo conclusivo.

§ 2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 20 A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente, por aposição do "ciente" no processo;

II - pelo correio, em caso de Contribuinte Pessoa Física ou Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo Único: A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 21 O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiver envolvido no processo de interesse de parentes até terceiro grau.

Parágrafo Único: O representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Administração Pública.

Art. 22 É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 23 São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 24 As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pela Procuradoria do Município, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 25 Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta

Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 6/2002).

Art. 26 Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Decreto Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 27 Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 6/2002) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 28 Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria de Governo.

Art. 29 As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Navegantes.

Art. 30 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de setembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Extrato Contratual Nº 207/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 207/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: ENGITA CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.292.38/0001-36

Valor Total: 1.197.920,71* (um milhão cento e noventa e sete mil novecentos e vinte reais e setenta e um centavos).

Vigência.:Início.:08/08/2014Término:04/02/2015.

Licitação: Dispensa de Licitação nº 178/2014.

Recursos: Dotação: 2.115. 3.3.90.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO (EMERGENCIAL) DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO DE REDE DE ÁGUA, SERVIÇOS DE CORTE E RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE ÁGUA, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO, FACE À SUSPENSÃO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO PROCESSO LICITATÓRIO - CC 113/2014, ATRAVÉS DA DECISÃO DA LIMINAR CONCEDIDA NO AJUIZAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA - AUTOS: 0004322-18.2014.8.24.0315.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 224/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 224/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: MIOTTO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA.

Valor : R\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais).

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014.

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:181/2014.

Recursos : Dotação: 1.019.4.4.90.00.00.00.00.00 /1.018.4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONTAGEM DE CASAS DE MADEIRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA SEREM UTILIZADAS COMO SALAS DE AULA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ROSANA DE FÁTIMA GAYA BARRETO E ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ILKA MULLER DE MELLO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES SC, EM RAZÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO Nº 80/2014 DESERTA.

Navegantes, 05 de setembro de 2014.

Nova Trento**PREFEITURA****Resultado Final E Homologação - PP 054/2014**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/09/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/FUNDO SAÚDE

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Aquisição de 01 (um) Mamógrafo, para utilização do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento com as características técnicas constantes no anexo I , que fazem parte integrante deste Pregão
O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA (CNPJ Nº 58.295.213/0018-16)
- Valor Total: R\$:115.000,00 (Cento e quinze mil reais)

Nova Trento/SC, 04 de setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Classificação Final do Processo Seletivo 07/2014

PROCESSO SELETIVO 07/2014

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação final do processo seletivo para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Bianca Becker Tietbohl	25.09.1979	05	04	09	9,0	9,0
02	Neseli Angela da Silva	03.07.1956	02	02	07	5,8	5,8
03	Maria Madalena Schreider Viana	22.11.1947	02	01	07	5,4	5,4
04	Jozelia Fogaça França	19.03.1987	01	02	05	4,2	4,2

00	Rosemilda Perotoni Peixer	Não compareceu
----	---------------------------	----------------

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Bruna Garbari	05.02.1989	05	03	09	8,6	8,6
02	Daniela Dalla'Brida	04.05.1983	03	03	06	6,0	6,0
03	Rejane de Fátima Felix de Souza	16.07.1979	03	00	06	4,8	4,8
04	Valdeliria Barroso de Sousa Muraro	18.10.1973	02	00	06	4,4	4,4
00	Adriana Cristina Quaresma Manarin	Não compareceu					
00	Casturina Rodrigues da Cruz	Não compareceu					
00	Simone Helena Gonçalves	Não compareceu					
00	Suelene Klann Marcos	Não compareceu					

CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos		
01	Diogo Marchi	12.08.1983	04	01	06	5,6	5,6
02	Joel Battisti	17.06.1996	04	00	04	4,0	4,0
03	José Carlos Battisti	08.08.1958	02	02	02	2,8	2,8
04	Ailton Alves Magalhães	Não compareceu					
00	Luciano Murceski	Não compareceu					

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGO: TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM - HIC

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA
			Português	Matemática	Conhec. Específicos	
01	Valdinéia dos Santos Rosa	20.11.1981	02	02	03	3,4

ENSINO SUPERIOR

CARGO: ENFERMEIRO (A) ESF

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos			
01	Luciana Silveira Teixeira	20.02.1984	04	04	09	7,0	0,0	7,0
02	Anderson Carvalho dos Santos	10.02.1985	02	01	09	6,0	0,0	6,0
03	Elisângela Gonçalves Ribeiro	07.04.1988	01	00	05	3,2	0,0	3,2
00	Janice Simone Lau	Não compareceu						

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ENFERMEIRO (A) - EPIDEMIOLOGIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos			
01	Ana Claudia Alexandre Brasil	28.05.1987	02	01	02	1,8	0,0	1,8

CARGO: PSICÓLOGO (A) - NASF

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conhec. Específicos			
01	Gisele Cristina Schiochet Haas	14.01.1984	04	02	02	2,4	0,5	2,9
02	Karoline Balbinot Reis	21.09.1987	04	02	02	2,4	00	2,4
00	Ariany Maçaneiro da Silveira	Não compareceu						
00	Djanane Marlis Demonti	Não compareceu						
00	Gilson de Liz Moraes	Não compareceu						

CARGO: FISIOTERAPEUTA - NASF

CLASS.	NOME COM- PLETO	DATA DE NASCIMENT- O	ACERTOS			NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Por- tu- guês	Mate- mática	Conh. Especí- ficos			
01	Cristiane Pereira Trindade	05.05.1976	02	02	02	2,0	0,5	2,5

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- Maior idade;
- obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- o que possuir maior número de dependentes;
- Sorteio.

Nova Trento, 05 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Portaria Nº 764/2014

PORTARIA Nº 764/ 2014 "A"

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Setembro/2014, ao Servidor Público Municipal MAXILIANO DE OLIVEIRA, matrícula nº 5553, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal da Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Nível CC-1, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2013 a 06/01/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 766/2014

PORTARIA Nº 766/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, CLEISEANE VISNHESKI WILL, matrícula nº 6140, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária de Aguti - Distrito de Aguti, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 31 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 767/2014

PORTARIA Nº 767/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 163/2014 "B", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo 16/2013, de 16/12/2013, Decreto de Convocação nº 12/2014, MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, matrícula nº 6134, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 31 de agosto de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no Art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88 e RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inacio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, o Senhor MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 266, nº 170, Município de Itapema, portador do CPF nº 002.237.370-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 31 de agosto de 2014 a 26 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas

semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 31 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcos de Aguiar Pereira
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 31 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Novo Horizonte

PREFEITURA

Aviso Resultado do PL Nº 056/2014-Pregão Presencial Nº 026/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 026/2014, cujo objeto é a aquisição de Tubos de Concreto para uso do Departamento de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do município de Novo Horizonte/SC, conforme descrição e condições descritas no Termo de Referência Anexo VII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital. Que na data de sua realização: Dia 08/09/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP, sendo vencedora do item 01, com valor unitário de R\$ 900,00 (Novecentos reais), totalizando R\$ 21.600,00 (Vinte um mil e seiscentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 026/2014.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Setembro de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 056/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/09/2014
CONTRATADO: PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA-EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente edital tem por objeto a seleção de propostas para aquisição de Tubos de Concreto para uso do Departamento de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do município de Novo Horizonte/SC, conforme descrição e condições descritas no Termo de Referência Anexo VII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

DATA: 08/09/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 076/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA-EPP
Valor : 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2014
Recursos : Dotação: 2.023.4.4.90.00.00.00.00 (149) Saldo: 42.654,37
Objeto : O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Novo Horizonte/SC, 08 de Setembro de 2014

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/09/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 940,00 (Novecentos e quarenta reais)

Novo Horizonte/SC, 08/09/2014
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

Pregão Presencial 039

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXOS.

Data Abertura: 22/09/2014 às 13:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. www.orleans.sc.gov.br

ANA REGINA ZOMER
Secretária de Saúde.

ERRATA DO EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 136/2014.

Município de Orleans.

ERRATA DO Edital de Registro de Preço 136/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme anexo.

ALTERA-SE: A espessura dos itens 1, 3 e 9 passa a ser de 25mm e cor Firenze para todos os móveis e data.

Data: 23/09/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto Nº2528

DECRETO N.º 2528/2014
"ALTERA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso VI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, suas posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Altera Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro:

a) SIMONE SELIG DOS SANTOS - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo;

b) TERESINHA CAVALHEIRO DA SILVA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Almoxarife;

c) RONALDO PRATT - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Fiscal de tributos;

d) GETULIO RIBEIRO DE FREITAS - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnico Contábil;

e) ALMERI LOURDES FESTA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Professora;

§ 1º - na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas por seus sucessores, conforme determinado no artigo anterior, devendo, porém o Presidente em seu retorno, vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2421/2014, de 02 de Janeiro de 2014.

Ouro Verde/SC, 04 de Setembro de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

Decreto Nº2529

DECRETO N.º 2529/2014

NOMEIA PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso xxx, do artigo 85, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 10.520/02, de 17 julho de 2002, mais, o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º. Para efeito de atendimento ao § 1º, Inciso IV, do artigo 3º, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006, designa a PREGOEIRA a servidora municipal SIMONE SELIG DOS SANTOS, e como EQUIPE DE APOIO os seguintes membros:

Pedro Luiz Rebeschini;
Rose Ferrarin; e
Almeri Lourdes Festa.

Art. 2º. O pregoeiro e equipe de apoio designado no artigo 1º, deste Decreto conduzirão os certames licitatórios de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, a serem realizados no decorrer dos exercícios de 2014/2016, no que tange, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como, habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário em especial o Decreto Municipal n. 2422/2014, de 02 de janeiro de 2014.

Ouro Verde/SC, 04 de Setembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

DECRETO Nº2530

DECRETO N.º 2530/2014

"ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Determinado a entrada em vigor a partir de 08 de Setembro de 2014, novo Horário de Trabalho da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especifica:

MATUTINO: 07:45 horas às 11:45 horas;
VESPERTINO: 13:15 horas às 17:15 horas

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 05 de Setembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Decreto Nº2531

DECRETO N.º 2531/2014

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada por motivo de Aposentadoria por tempo de contribuição, a Servidora Pública Municipal Sra. Romilda Tirrelli, ocupante do cargo Efetivo de Tesoureiro.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 08 de setembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo N.º054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 054/2014, PRIMEIRO TERMO DE VALOR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º108/2013 - Pregão n.º 043/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DINASTIA DO SOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA ME. OBJETO: - Fica acrescido o valor de R\$ 9.312,50 (nove mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos). DATA: 20/08/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º055/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º055/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 015/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VINICIUS GOEDERT ME. OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de serviços. DATA: 20/08/2014.

EXTRATO DE CONTRATO N.º056/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º056/2014 - Dispensa de Licitação n.º 33/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física CARLOS HURI PROBST. OBJETO: locação de um imóvel para funcionamento do Centro de Psiquiatria da Secretaria de Saúde. VALOR: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais). DATA: 01/09/2014.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de setembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 174/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais leves, médios, pesados e motocicletas da frota das Secretarias, Fundos e Autarquias da Prefeitura Municipal de Palhoça, com fornecimento de peças paralelas de 1ª linha e acessórios, contendo desconto sobre a tabela de preços AUDATEX. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 08 de setembro de 2014.
A PREGOEIRA.

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 173/2014

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 173/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO: É objeto da presente dispensa de licitação a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos;

II - Regin: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o Regin, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

III - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 1.430,00 (hum mil, quatrocentos e trinta reais), mensais

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"51" - 2.064.3.3.70.71;

"54" - 2.064.3.3.71.70;

"56" - 2.064.4.4.71.70;

"55" - 2.64.3.3.90.39.05.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 08/09/2014

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração Gestão

MARCOS CARDOSO CANTO

Secretário Municipal de Receita

Palmitos

PREFEITURA

Processo 104/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 104/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação Nº 27/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE, SEM LUCRATIVOS, PARA A EXECUÇÃO DE 60 (SESENTA) HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS. Contratada: SEBRAI. Vigência: 31/12/2014. Palmitos 02/09/2014. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 105/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº105/14 Modalidade: Convite nº11/14. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ARTESANATO DIVERSOS, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I. Entrega do Envelopes: 17/09/2014, até as 14:30 horas. Abertura do Envelopes: 17/09/2014 as 15:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610. Palmitos 08 de Setembro de 2014. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

PROCESSO 106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 106/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À AQUISIÇÃO DE MA-RAVALHA, SONORIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PIRÂMIDES. CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 19/09/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/09/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 08 de Setembro de 2014. Norberto Paulo Gonzatti - Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

Lei Nº 738, de 8 de Setembro de 2014.

LEI Nº 738, DE 8 DE SETEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2014/2017, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 716/2013 DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 42, § 1º, "d", art. 62, III, e art. 99, I, ambos da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2015, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º. Os valores constantes em cada ação estão atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º. O valores para o exercício de 2015 estão atualizados de maneira a adequar os programas e fontes de recursos e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 8 de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 292, de 1º de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 292, de 1º de setembro de 2014.
"NOMEIA OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei nº 718, de 14 de novembro de 2013, e Decreto nº 261, de 17 de abril de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os representantes abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional:

Representantes da Sociedade Civil:

- Favorino Ribeiro;
- Hilário Ferronato;
- Luiza Biotto Varela;
- Paulo Lopes;
- Sadi Marini;

- Sebastião Dias;
- Terezinha Falchetti;
- Vandira Mollmann.

Representantes da Entidade Governamental:

- Adiles Joana Marini;
- Douglas Aigner;
- Ivania Dall'Orsoletta;
- Patrícia Anselmi.

Art. 2º. A presente Comissão será presidida pela Sra. Luiza Biotto Varela.

Art. 3º. Os representantes supracitados exercerão mandato com duração de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 4º. O presente Decreto terá vigência a partir da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Decreto Nº 293, de 1º de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 293, de 1º de setembro de 2014.

"NOMEIA OS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL INTER-SETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei nº 718, de 14 de novembro de 2013, e Decreto nº 262, de 23 de abril de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os representantes abaixo relacionados para comporem a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Adiles Joana Marini;
- Douglas Aigner;
- Ivania Dall'Orsoletta;
- Patrícia Anselmi.

Art. 2º. A presente Câmara será presidida pela Sra. Adiles Joana Marini, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º. Os representantes supracitados exercerão mandato com duração de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 4º. O presente Decreto terá vigência a partir da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de setembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

Pp12/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 - FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes até: 22/09/2014 às 17:00 horas na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 23/09/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:30m.

Penha/SC, 08 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Notificação 01/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente, fica notificado o Senhor José Gelasio Tavares inscrito no C.P.F Nº 558.326.449-72 que na data de 18/07/2014 foi lavrado contra si o Auto de Infração sanitária nº 08/014 em face da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): Terreno baldio com mato e lixo, causando proliferação de diversos vetores, e trazendo prejuízo a saúde dos moradores circunvizinhos.

Infringindo o(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): Art. 61 da Lei Estadual 23.663.84 c/c; Art 5º caput, Artigo 24 do Decreto Estadual Nº 23663/1984; c/c Artigo 37, Artigo 40, §4º da Lei Estadual 6.320/83; c/c Lei Municipal 2338/2012, fixando o prazo legal de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste, para a apresentação de defesa ou impugnação, junto à Vigilância Sanitária Municipal, localizada na Av. Antonio Joaquim Tavares nº 460, - Centro Penha - SC.

Aditivo Nº 108/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2º Termo Aditivo 107/2014 FMS

Ao Contrato 115/2013 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº 29/2013 - FMS, modalidade Dispensa de Licitação nº 02/2013 - FMS.

Objeto: um imóvel situado no Bairro de Santa Lídia, zona urbana da sede do Município de Penha/SC, Comarca de Balneário Piçarras/SC, com frente para a Rua Geral Santa Lídia, nº 5918, com uma Sala Comercial em alvenaria, área de 131m², com um banheiro, sendo cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Penha

sob o nº de inscrição imobiliária 01.07.004.1728.001.001.

Os signatários deste instrumento, de um lado Alexandre Vitor Ferreira, portador do RG de nº 110.198-6 e inscrito sob o CPF de nº 309.419.709-49, residente e domiciliado à Estrada Geral Santa Lídia, nº 5898, Bairro Santa Lídia, Penha/SC, CEP: 88385-000 telefone (47) 9230-1989 e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, representada pelo Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAÚSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do contrato administrativo nº 115/2013 FMS fica prorrogado do dia 04.09.2014 até 04.12.2014.

CLAÚSULA SEGUNDA

O valor do aluguel mensal constante da cláusula segunda do Contrato de Locação nº 115/2013 - FMS fica alterado para R\$ 1.266,23 (um mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos) mensais, corrigido de acordo com o IPCA(IBGE) acumulado no período, constante na alínea "a" da referida cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados, assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 04 de setembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Locatário

ALEXANDRE VITOR FERREIRA
Locador

Testemunhas:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome: _____
CPF: _____

De Acordo: _____
Rafael Celestino
Secretário da Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 4.066, de 08 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.066, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O ESTADO DE SANTA CATARINA A EXECUTAR OBRA DE CONTENÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO

O deslizamento de terra ocorrido em razão do excesso de precipitação pluviométrica em terreno de propriedade do Município, comprometendo, inclusive, a estabilidade das instalações da Escola Estadual de Educação Básica "Professora Maura de Senna Pereira;

A situação de emergência reconhecida através do Decreto nº 4.031, de 27 de junho de 2014;

A necessidade urgente de realização de obras de contenção sobre o terreno de propriedade do Município, a fim de fazer cessar a movimentação da terra que vem ocorrendo;

O risco iminente de danos materiais e sociais;

O fato de a obra não prejudicar o direito de propriedade do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a executar, sobre imóvel de propriedade do Município, obras de engenharia, especialmente muro, necessárias à contenção dos deslizamentos que vem ocorrendo no terreno localizado na Av. Mal. Costa e Silva.

Parágrafo único. As despesas para execução da obra será de inteira responsabilidade do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de setembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Editais de Chamada Pública N.º 003/2014 Processo Administrativo N.º 074/2014 Concorrência N.º 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DIVULGAÇÃO DE LISTA PARA COMPOR A COMISSÃO TÉCNICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 003/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074/2014
CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

O Prefeito Municipal de Pomerode, Sr. ROLF NICOLODELLI, comunica ao Público a relação de nomes a serem sorteados, para compor a Comissão Técnica de Julgamento da Concorrência n.º 002/2014, conforme disposto no artigo 10, parágrafo 4º da Lei n.º 12.232/2010.

Informa ainda que o Sorteio acima será realizado no dia 23/09/2014, às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Pomerode, sito a Rua 15 de Novembro, n.º 525 - Centro, Pomerode/SC - CEP 89.107-000.

- ANA PAULA RUSCHEL - Jornalista;
- VIVIANA BORCHARDT - Jornalista;
- KAROLINE FERNANDES PINTO - Jornalista;
- MORGANA MICHELS DOS SANTOS - Jornalista;
- MOIRA PORTO PETRUCCI - Jornalista;
- ISMAEL EWALD LIMBERGER - Publicitário;
- JOYCE FERNANDA DA SILVA - Publicitária;
- FRANCIELLE ANDRESSA PEREIRA FURTADO - Relações Públicas;
- MICHELE PRADA - Relações Públicas.

Qualquer interessado, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, poderá impugnar pessoa integrante da relação acima, em conformidade com o disposto no artigo 10, parágrafo 5º da Lei n.º 12.232/2010.

Pomerode/SC, 08 de Setembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 421/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK9099	8762044101	7455/0	30/07/2014	218 * I
AEB8205	8762044150	7463/0	04/08/2014	218 * II
AFZ1639	8762043163	7455/0	01/07/2014	218 * I
AUH3407	8762043625	7455/0	16/07/2014	218 * I
AWW0325	8762043932	5673/2	26/07/2014	183
DTZ5954	8762044237	7455/0	07/08/2014	218 * I
HEI1964	8762043299	7455/0	08/07/2014	218 * I
HOJ5228	8762043407	7455/0	06/07/2014	218 * I
JNX3262	8762044291	7455/0	06/08/2014	218 * I
JNX3262	8762044305	7455/0	08/08/2014	218 * I
LCX1111	8762044000	5673/2	29/07/2014	183
LKZ2860	8762043362	7455/0	12/07/2014	218 * I
LXJ7003	8762043338	7455/0	10/07/2014	218 * I
LXJ8000	8762042937	7455/0	28/06/2014	218 * I
LZF4937	8762043334	7455/0	06/07/2014	218 * I
MAB8000	8762042945	7455/0	01/07/2014	218 * I
MAC1006	8762042964	7455/0	04/07/2014	218 * I
MAL8292	8762044193	7455/0	05/08/2014	218 * I
MAR5660	8762042967	7455/0	04/07/2014	218 * I
MAT1431	8762042970	7455/0	05/07/2014	218 * I
MAX4164	8762043420	7455/0	10/07/2014	218 * I
MBE9025	8762044255	7463/0	07/08/2014	218 * II
MBG7971	8762044262	7455/0	07/08/2014	218 * I
MBL9251	8762044225	7455/0	06/08/2014	218 * I
MBV0702	8762043080	7455/0	28/06/2014	218 * I
MBW9989	8762044256	7455/0	07/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDL4077	8762043122	7455/0	01/07/2014	218 * I
MDM4103	8762044384	7455/0	05/08/2014	218 * I
MDN6467	8762044210	7455/0	06/08/2014	218 * I
MEH8812	8762043034	7455/0	01/07/2014	218 * I
MFJ2870	8762044121	7455/0	28/07/2014	218 * I
MFP6916	8762044272	7455/0	03/08/2014	218 * I
MGD2862	8762043370	7455/0	06/07/2014	218 * I
MGG5268	8762043132	7455/0	01/07/2014	218 * I
MGT9633	8762044132	7463/0	28/07/2014	218 * II
MGU3934	8762044084	7455/0	02/08/2014	218 * I
MGV3642	8762044119	7455/0	27/07/2014	218 * I
MGW1616	8762042955	7455/0	02/07/2014	218 * I
MHH0143	8762043378	7463/0	08/07/2014	218 * II
MHL4051	8762043984	7455/0	02/08/2014	218 * I
MHW5168	8762044454	7463/0	08/08/2014	218 * II
MIA6133	8762044088	7455/0	29/07/2014	218 * I
MIK2717	8762043101	5673/2	02/07/2014	183
MIL0999	8762043027	7455/0	29/06/2014	218 * I
MIN8430	8762044125	7455/0	30/07/2014	218 * I
MIQ6903	8762044047	7455/0	29/07/2014	218 * I
MJE8833	8762043139	7455/0	01/07/2014	218 * I
MJG5858	8762044409	7463/0	09/08/2014	218 * II
MJQ2548	8762042961	7463/0	03/07/2014	218 * II
MJY7945	8762043030	7455/0	01/07/2014	218 * I
MKW0073	8762044017	7455/0	27/07/2014	218 * I
MKW5049	8762043020	7463/0	29/06/2014	218 * II
MMA0403	8762044429	6050/3	09/08/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 422/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 422/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASR5717	8762042027	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BIX8846	8762040098	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
CNE8119	8762039482	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
DVI8292	8762039642	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
GPU1790	8762039108	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILB6597	8762042336	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISM1968	8762039355	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOR9060	8762039687	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXQ2277	8762039095	5673/2	01/04/2014	R\$ 85,12	183
LYO9129	8762040046	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU6388	8762039145	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH5408	8762041597	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL7272	8762040037	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU6028	8762039223	7463/0	06/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBV2094	8762042229	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE2448	8762039148	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM9120	8762039613	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF2412	8762041769	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI3621	8762039500	7463/0	14/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDU9811	8762039408	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK3978	8762040109	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL9308	8762041657	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER8795	8762039982	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES0344	8762041622	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF1143	8762040049	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGK3797	8762039292	7463/0	10/04/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV6128	8762039174	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGW1554	8762039287	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA0019	8762041591	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA5999	8762040579	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF0987	8762041802	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHF9254	8762039656	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB4786	8762042326	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII1555	8762039998	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA5795	8762041768	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ3436	8762039283	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN3383	8762042431	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ4039	8762041767	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO1706	8762039430	6050/3	11/04/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 423/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 423/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACF2088	8762044005	5673/2	01/08/2014	183
AEH1223	8762043374	7455/0	07/07/2014	218 * I
AMG2103	8762043647	7455/0	13/07/2014	218 * I
ANU2696	8762044302	7455/0	07/08/2014	218 * I
AOP7110	8762043853	7455/0	21/07/2014	218 * I
ARH5876	8762044368	7455/0	03/08/2014	218 * I
AUQ2589	8762044200	7455/0	05/08/2014	218 * I
AUR1199	8762044313	7455/0	09/08/2014	218 * I
AVO9669	8762043445	5673/2	06/07/2014	183
BBP0319	8762044226	7463/0	06/08/2014	218 * II
CDB8311	8762044315	7455/0	09/08/2014	218 * I
CSJ7575	8762043277	7455/0	11/07/2014	218 * I
DKX4568	8762043457	6050/3	09/07/2014	208
DQP6452	8762044406	7455/0	09/08/2014	218 * I
DRK2874	8762044308	7455/0	08/08/2014	218 * I
EBJ1181	8762044407	7463/0	09/08/2014	218 * II
EQW4403	8762044425	7455/0	08/08/2014	218 * I
GMQ2262	8762044059	7455/0	30/07/2014	218 * I
IMP3826	8762044173	7463/0	04/08/2014	218 * II
IOY2166	8762043249	7455/0	11/07/2014	218 * I
JPC6116	8762043304	7455/0	08/07/2014	218 * I
JPC6116	8762043464	7455/0	13/07/2014	218 * I
KRC9651	8762044453	7455/0	07/08/2014	218 * I
LAR4679	8762043909	6050/3	24/07/2014	208
LBG4547	8762044076	7455/0	02/08/2014	218 * I
LKL5386	8762043430	7455/0	07/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LTH0119	8762044294	7455/0	06/08/2014	218 * I
LXV6849	8762043332	7455/0	12/07/2014	218 * I
LYD1512	8762044426	7463/0	09/08/2014	218 * II
LYK3121	8762043970	7455/0	01/08/2014	218 * I
LYM2783	8762043447	7455/0	06/07/2014	218 * I
LYM5905	8762044293	7455/0	06/08/2014	218 * I
LYN9944	8762043369	7455/0	06/07/2014	218 * I
LYR3499	8762043496	7455/0	19/07/2014	218 * I
LYV6874	8762044178	7463/0	04/08/2014	218 * II
LZF4937	8762043585	7455/0	17/07/2014	218 * I
LZZ9875	8762043592	7455/0	18/07/2014	218 * I
MAC1006	8762043287	7455/0	11/07/2014	218 * I
MAI0553	8762043193	7463/0	03/07/2014	218 * II
MBC1010	8762044134	7463/0	28/07/2014	218 * II
MBS9159	8762043634	7455/0	19/07/2014	218 * I
MBU4449	8762044246	7463/0	07/08/2014	218 * II
MBU6318	8762044412	7455/0	03/08/2014	218 * I
MBX7722	8762043460	7455/0	10/07/2014	218 * I
MBX8013	8762043196	7463/0	03/07/2014	218 * II
MCB6005	8762043382	7455/0	09/07/2014	218 * I
MCB6984	8762044035	7455/0	27/07/2014	218 * I
MCE2791	8762043453	7455/0	07/07/2014	218 * I
MCF0113	8762043284	7463/0	11/07/2014	218 * II
MCI9245	8762043593	7455/0	19/07/2014	218 * I
MCU1675	8762044186	7455/0	04/08/2014	218 * I
MCU4636	8762044361	7455/0	03/08/2014	218 * I
MDI5281	8762043229	7455/0	09/07/2014	218 * I
MDS7308	8762043975	7455/0	02/08/2014	218 * I
MDS7308	8762044295	7455/0	07/08/2014	218 * I
MED9003	8762043470	7455/0	13/07/2014	218 * I
MEK3978	8762043652	7455/0	16/07/2014	218 * I
MEL4209	8762043490	7455/0	18/07/2014	218 * I
MEQ9880	8762043871	7455/0	25/07/2014	218 * I
MER7897	8762044136	7455/0	28/07/2014	218 * I
MES0358	8762044045	7463/0	29/07/2014	218 * II
MEW7941	8762043242	7455/0	10/07/2014	218 * I
MEZ2735	8762044446	7455/0	05/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ3687	8762043322	7455/0	11/07/2014	218 * I
MFF6794	8762043505	7455/0	14/07/2014	218 * I
MFL5809	8762044071	7455/0	01/08/2014	218 * I
MFW2040	8762043327	7455/0	12/07/2014	218 * I
MGA1796	8762044414	7455/0	04/08/2014	218 * I
MGA5977	8762044314	7455/0	09/08/2014	218 * I
MGA7967	8762043484	7455/0	16/07/2014	218 * I
MGB6961	8762043202	7455/0	03/07/2014	218 * I
MHC9124	8762043973	7455/0	01/08/2014	218 * I
MHF6761	8762043159	7463/0	01/07/2014	218 * II
MHG6393	8762043978	7455/0	02/08/2014	218 * I
MHI1440	8762043935	7455/0	27/07/2014	218 * I
MIC9258	8762043960	7455/0	29/07/2014	218 * I
MIF0888	8762043901	7455/0	20/07/2014	218 * I
MII4431	8762044402	7455/0	08/08/2014	218 * I
MIJ0156	8762044195	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIJ2422	8762044318	7463/0	09/08/2014	218 * II
MIK9595	8762043150	7455/0	01/07/2014	218 * I
MIL5573	8762043635	7455/0	13/07/2014	218 * I
MIP3826	8762043164	7455/0	01/07/2014	218 * I
MIP3826	8762043205	7455/0	03/07/2014	218 * I
MIS0313	8762044282	7455/0	05/08/2014	218 * I
MIV9272	8762044170	7455/0	04/08/2014	218 * I
MIZ8480	8762044230	7463/0	07/08/2014	218 * II
MJA0295	8762044360	7455/0	03/08/2014	218 * I
MJM1601	8762043413	7455/0	08/07/2014	218 * I
MJM1601	8762043421	7455/0	11/07/2014	218 * I
MJT8859	8762044324	5673/2	03/08/2014	183
MJV3218	8762044215	7463/0	06/08/2014	218 * II
MJW5284	8762044433	6050/3	06/08/2014	208
MJY8274	8762043999	5673/2	29/07/2014	183
MJZ5549	8762044034	7455/0	27/07/2014	218 * I
MKD3003	8762043451	7455/0	06/07/2014	218 * I
MKE7425	8762044391	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKF1145	8762044452	7455/0	07/08/2014	218 * I
MKH1224	8762043226	7455/0	09/07/2014	218 * I
MKH7117	8762044247	7463/0	07/08/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO0162	8762044284	7463/0	05/08/2014	218 * II
MKQ8684	8762043187	7455/0	02/07/2014	218 * I
MKR0301	8762044275	7455/0	03/08/2014	218 * I
MKS3754	8762044120	7455/0	27/07/2014	218 * I
MKU2122	8762043167	7463/0	01/07/2014	218 * II
MKY2416	8762044307	7455/0	08/08/2014	218 * I
MKY8676	8762044098	7455/0	28/07/2014	218 * I
MLB4478	8762043227	7455/0	09/07/2014	218 * I
MLD9172	8762044107	7455/0	31/07/2014	218 * I
MLE4032	8762044233	7455/0	07/08/2014	218 * I
MLF4780	8762043516	7455/0	15/07/2014	218 * I
MLJ7760	8762043217	7455/0	03/07/2014	218 * I
MLT3901	8762044221	7455/0	06/08/2014	218 * I
MLW6403	8762044006	6050/3	01/08/2014	208
MLY5581	8762044320	6050/3	07/08/2014	208
MMJ8050	8762043567	7455/0	15/07/2014	218 * I
NFC6576	8762044298	7455/0	07/08/2014	218 * I
NJX2080	8762043538	7455/0	17/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 424/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 424/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIB5755	8762041791	5673/2	25/05/2014	R\$ 85,12	183
AKY0070	8762039070	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMA8468	8762041819	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARZ5967	8762042845	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BXS5793	8762041559	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLP8895	8762041434	7463/0	20/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
DRJ5399	8762039993	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTA5851	8762038965	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
HJK1255	8762039663	7471/0	20/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
IOS7040	8762041128	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IOY2166	8762038880	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPB4078	8762041473	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPY9395	8762038847	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IQA9717	8762041740	7463/0	30/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
JQU8797	8762041076	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXL8740	8762041874	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC7998	8762041111	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYG9731	8762041496	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYJ3910	8762040691	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO7529	8762039331	6050/3	12/04/2014	R\$ 191,53	208
LYP6639	8762041949	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYT0449	8762040666	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV7316	8762041148	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZB6588	8762042907	5673/2	27/06/2014	R\$ 85,12	183
LZG0559	8762041811	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZM5094	8762041373	7463/0	19/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZN1100	8762040654	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU8651	8762041319	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAF4877	8762039046	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ9383	8762041969	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC0790	8762040733	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBF2002	8762041902	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK0060	8762040767	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3555	8762041789	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH2481	8762041951	6050/3	02/06/2014	R\$ 191,53	208
MCK8285	8762041839	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL7128	8762041661	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL7128	8762041696	7463/0	28/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCN3284	8762041698	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT3675	8762041663	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV9017	8762041919	7471/0	02/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MDA9340	8762040274	5673/2	03/05/2014	R\$ 85,12	183
MDJ2261	8762038932	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK9635	8762040412	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL4662	8762040605	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY5977	8762039125	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ2526	8762041737	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA0021	8762041968	5673/2	02/06/2014	R\$ 85,12	183
MEG4135	8762041361	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH1083	8762039268	7463/0	07/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEJ2744	8762041882	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK8603	8762041724	7463/0	27/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEL4209	8762041975	5673/2	06/06/2014	R\$ 85,12	183
MES6330	8762042720	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEW4817	8762041357	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS6732	8762041379	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS6732	8762041392	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ1847	8762041953	6050/3	05/06/2014	R\$ 191,53	208
MGI9313	8762041893	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGK7437	8762041713	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP9186	8762041571	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ7165	8762041654	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGR3558	8762041961	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHA1306	8762040676	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA7304	8762041655	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHB8718	8762041908	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI6842	8762041648	6050/3	25/05/2014	R\$ 191,53	208
MHM1017	8762041197	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM7290	8762040717	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN5396	8762040914	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHO8713	8762040536	7463/0	06/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHR6219	8762042914	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX5785	8762041224	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA6778	8762041694	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB6394	8762041860	5673/2	06/06/2014	R\$ 85,12	183
MIB7825	8762041779	6050/3	26/05/2014	R\$ 191,53	208
MIF3345	8762040255	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK5857	8762041870	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL5700	8762041026	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH6444	8762041933	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI0072	8762041965	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL7418	8762040617	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL7418	8762041226	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL8587	8762041650	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO2421	8762041942	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS2864	8762041500	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT6215	8762040289	7463/0	03/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKW0407	8762039042	7463/0	31/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKW0407	8762041232	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY2416	8762041676	7463/0	30/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLB5768	8762042791	7463/0	26/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLE0867	8762041778	6050/3	26/05/2014	R\$ 191,53	208
MLJ8481	8762041599	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU1018	8762040497	7471/0	06/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MLY2163	8762041528	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB3494	8762041732	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ7783	8762041827	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM6270	8762041844	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
NJK5773	8762041710	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1546/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1546/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR9812	54882429E	6599/2	06/08/2014	230 * V
MGI7678	54883218E	5169/1	12/07/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1547/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IIQ5690	54450288E	7366/2	02/08/2014	252 * VI
MBG2952	54882554E	5185/1	12/08/2014	167
MCR9812	54882430E	5452/1	06/08/2014	181 * VIII
MEE2620	54882555E	5541/4	12/08/2014	181 * XVII
MGW5153	54985759E	5207/0	09/08/2014	169
MIJ8782	54985753E	5967/0	07/08/2014	203 * V
MIN8430	54985764E	5207/0	13/08/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1548/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1548/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABV3053	54450126E	6556/1	24/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
AOP7110	54883050E	5045/0	17/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
AVO8961	55346291D	6912/0	04/04/2014	R\$ 53,20	232
MFA1766	54450180E	6912/0	18/04/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1549/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGV8518	54985553E	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AOP7110	54883021E	7048/1	17/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
AUS1611	54882741E	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
HZC2048	54882475E	5185/1	18/04/2014	R\$ 127,69	167
JMK0002	54450421E	5185/1	14/04/2014	R\$ 127,69	167
MIW9861	54985571E	5541/5	07/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV1077	54985337E	7366/2	15/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1550/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1550/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI9068	54882663E	6726/1	22/08/2014	230 * XVIII
LYI9068	54882664E	6599/2	22/08/2014	230 * V
LYZ6634	54882945E	6912/0	21/07/2014	232
LYZ6634	54882946E	6599/2	21/07/2014	230 * V
MCZ1928	54985691E	7340/0	29/07/2014	252 * IV
MGH2682	54882758E	6599/2	12/07/2014	230 * V
MGH2682	54882759E	5010/0	12/07/2014	162 * I
MGH2682	54882763E	5118/0	12/07/2014	164 c/c 162 * I
MGK4330	54882669E	5045/0	26/08/2014	162 * V
MGK4330	54882670E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MHW6828	54882998E	5169/1	17/08/2014	165
MHW6828	54882999E	5177/0	17/08/2014	166
MJG9889	54882996E	5169/1	16/08/2014	165
MJG9889	54882997E	5177/0	16/08/2014	166
MKG2831	54883385E	6610/2	03/08/2014	230 * VII
MLX8285	54882572E	6629/0	21/08/2014	230 * VIII
MMH1030	54450572E	5274/1	24/08/2014	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1551/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKT2999	54985863E	5460/0	10/08/2014	181 * IX
DAK5646	54985865E	5185/1	10/08/2014	167
JHG1407	54450565E	5738/0	09/08/2014	186 * II
JHG1407	54450569E	5819/1	09/08/2014	193
LXR5950	54985898E	5541/5	23/08/2014	181 * XVII
LXZ7168	54882574E	5541/6	21/08/2014	181 * XVII
LZA8336	54882578E	5525/0	21/08/2014	181 * XV
LZR7381	54985965E	5380/0	24/08/2014	181 * I
MAV6445	54985958E	5460/0	24/08/2014	181 * IX
MDP8303	54985746E	5185/1	10/08/2014	167
MDQ5789	54985656E	5207/0	07/07/2014	169
MEL4209	54985657E	6491/0	09/07/2014	227 * II
MEV7417	54883420E	5924/1	07/08/2014	203 * I
MEZ5710	54985663E	5819/2	11/07/2014	193
MFF9471	54882577E	5525/0	21/08/2014	181 * XV
MGB6568	54883149E	7366/2	25/08/2014	252 * VI
MGP7804	54985684E	5568/0	24/07/2014	181 * XIX
MGT9997	54985738E	7366/2	09/08/2014	252 * VI
MGX6306	54985803E	6050/1	15/08/2014	208
MHO5830	54883405E	5967/0	22/07/2014	203 * V
MIH9800	54985689E	5568/0	28/07/2014	181 * XIX
MKC1361	54985748E	5967/0	15/08/2014	203 * V
MLM3418	54985954E	5185/1	23/08/2014	167
MMH1030	54450570E	5185/1	24/08/2014	167
MMH1030	54450571E	5185/2	24/08/2014	167
MMJ7783	54985778E	5207/0	22/08/2014	169

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1552/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1552/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DJB8168	54882379E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
DQG0811	54450568E	6769/1	14/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
DWV7297	54882373E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
JPV6099	54882302E	6726/1	26/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JPV6099	54882303E	6637/2	26/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXX6889	54882490E	5061/0	24/04/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXX6889	54882491E	5010/0	24/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZF3274	54985593E	6769/1	13/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MAA5799	54882346E	6726/1	08/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBU6456	54882926E	6637/2	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCC3356	54883483E	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCC3356	54883484E	6637/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDH0879	54449148E	6920/0	25/04/2014	R\$ 127,69	233
MDK2755	54882162E	6670/0	08/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MEG1603	54882319E	6769/1	26/04/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MGX1826	54882308E	6637/2	26/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGZ8480	54882090E	6556/1	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHL1212	54450432E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
MJO5912	54985411E	7340/0	08/05/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJO5912	54985412E	6912/0	08/05/2014	R\$ 53,20	232
MJT3347	54449048E	5010/0	31/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJX0668	54985595E	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1553/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1553/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACT4702	54985382E	7307/0	29/04/2014	R\$ 85,12	251 * II
AKY0070	54882152E	6793/0	14/04/2014	R\$ 191,53	231 * II * b
CQV2219	54985468E	6068/1	13/05/2014	R\$ 127,69	209
JPV6099	54882301E	5185/1	26/04/2014	R\$ 127,69	167
LXS7784	54883016E	5550/0	06/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAJ5399	54882115E	5703/0	06/05/2014	R\$ 85,12	185 * I
MEU3164	54450048E	5185/1	13/04/2014	R\$ 127,69	167
MXH4119	54985456E	5207/0	13/05/2014	R\$ 53,20	169
MIF7501	54985442E	5738/0	11/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJO8536	54985402E	5967/0	06/05/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Ponte Serrada**PREFEITURA****Extrato 0095/2014**

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 0095/2014 dispensa de Licitação nº 008/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA PARA REFORMA PARCIAL DO PISO DA QUADRA, CERCADO E MURO DE TIJOLOS NO TERRENO QUE ABRIGA A ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO PAGLIA, SITO A RUA BENVENUTO CEZAR BRANCO, BAIRRO ANTONIO PAGLIA SEDE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC, CONFORME MEMORIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: LUIZ FERNANDO STAEN COSTA

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ: 15.600.088/0001-50

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso v, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 13.778,63 (Treze mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos)

VIGÊNCIA: ATÉ 31 de dezembro de 2014

Ponte Serrada/SC, 08 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 007/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2014

CONTRATO Nº 007/2014 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS

E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

VALOR GLOBAL: R\$ 156.018,20 (cento e cinquenta e seis mil dezoito reais e vinte centavos)

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2014

Porto Belo, 08 de Setembro de 2014.

SECRETÁRIO DE SAÚDE

ROGÉRIO PEREIRA LEITE

Porto União

PREFEITURA

Portaria Nº 954/2014 - RH

PORTARIA Nº 954, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 081/2014, no período de 12 de agosto a 17 de dezembro de 2014, de Priscila Forosteky, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 2.621, de 28 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.412 de 13 de março de 2008, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA 2º segmento do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 955/2014 - RH

PORTARIA Nº 955, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Priscila Forosteky, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 12 de agosto a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à professora Michele Metelski que solicitou rescisão do contrato, a qual estava em vaga vinculada da servidora efetiva Denise Angélica Busch que se encontra em Licença Para Tratamento de Interesses Particulares sem Remuneração.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Frei Deodato, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2014.

Porto União, SC em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 956/2014 - RH

PORTARIA Nº 956, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 12 de agosto a 17 de dezembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 095/2014, de Maria Luciana Stecko, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 2.621, de 28 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.412 de 13 de março de 2008, em razão do pedido de exoneração da professora Aline Ferraz Rocha e até que a vaga seja preenchida por servidor concursado.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 957/2014 - RH

PORTARIA Nº 957, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Mirian Tatiane de Assumpção, aprovada em 78º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 958/2014 - RH

PORTARIA Nº 958 de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Daiana Aparecida de Souza Cruz das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º

anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 959/2014 - RH

PORTARIA Nº 959 de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Bernard Michael Damasceno das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 960/2014 - RH

PORTARIA Nº 960 de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silvia Danieli Pcheneczuk das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 961/2014 - RH

PORTARIA Nº 961, de 18 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR A PEDIDO, a carga horária da professora contratada Janete Ribas da Silva Godoy, para 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 18 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 962/2014 - RH

PORTARIA Nº 962 de 18 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO Marta dos Santos do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 963/2014 - RH

PORTARIA Nº 963 de 20 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Katia Leslie dos Santos do Prado das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 20 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 964/2014 - RH

PORTARIA Nº 976, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR Karine Vieira, aprovada em 20º lugar, no Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, em razão de haver expirado o prazo para a posse no cargo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 965/2014 - RH

PORTARIA Nº 965, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de agosto a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriane Aparecida Pylepke, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III e Art. 64 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em virtude da inauguração do Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança e em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 966/2014 - RH

PORTARIA Nº 966, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de agosto a 31 de outubro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Cristina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Clara Krassowski Rosa que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 967/2014 - RH

PORTARIA Nº 967, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 123/2014, de Vilma de Fátima Pinto da Silva, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 12 de agosto a 10 de outubro de 2014 ou até a posse das candidatas concursadas convocadas para assumirem as vagas junto aos Núcleos de Educação Infantil do município.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 968/2014 - RH

PORTARIA Nº 968 de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO de 21 de agosto a 31 de outubro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Tais Cassiane Lopes de Freitas, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Roseli dos Santos que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 969/2014 - RH

PORTARIA Nº 969, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 21 de agosto a 19 de setembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 115/2014, de Marlene dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Sueli Polika Talasz que continua afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 970/2014 - RH

PORTARIA Nº 970, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Sandra Cruz Rodrigues, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 18 de agosto a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no novo Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, recém-inaugurado.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, vinculado à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2014.

Porto União, SC em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 971/2014 - RH

PORTARIA Nº 971, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de agosto a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Regiane Antonina Stachera, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês/Português), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em razão do pedido de exoneração da professora Alcione Aparecida Húpalo do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Inglês) em razão de não haver candidatos concursados para o cargo, bem como, não haver interessados na vaga após chamada pública realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 972/2014 - RH

PORTARIA Nº 972, de 21 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a Portaria nº 559 de 28 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Gisele Munhoz Pires Batista, aprovada em 2º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, pertencente ao Grupo Ocupacional Profissional - GP, Anexo II, com vencimentos na Classe "11" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 973/2014 - RH

PORTARIA Nº 973, de 22 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jussara Pinto Angeli, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 15 de agosto a 30 de setembro de 2014 ou até a posse da candidata concursada convocada para assumir a vaga no Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, recém-inaugurado.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 22 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 974/2014 - RH

PORTARIA Nº 974, de 25 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 25 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Alcione Regina Kaminski, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 975/2014 - RH

PORTARIA Nº 975, de 27 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 27 de agosto a 10 de setembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Susamar Mazeika, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marlene Aparecida Buch que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 976/2014 - RH

PORTARIA Nº 976, de 27 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESCLASSIFICAR Ana Cila Estipe, aprovada em 79º lugar, no Concurso Público nº 001/2010, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, em razão de haver expirado o prazo para a posse no cargo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 977/2014 - RH

PORTARIA Nº 977 de 28 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleberson Carlos Fideles Ribeiro das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 978/2014 - RH

PORTARIA Nº 978, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 29 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Francisco Carlos dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 979/2014 - RH

PORTARIA Nº 979, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 1999 a outubro de 2004, da servidora Márcia Maria Baggio Caus, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 980/2014 - RH

PORTARIA Nº 980, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2003 a maio de 2008, do servidor Wilson José Roiek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 981/2014 - RH

PORTARIA Nº 981, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Márcia Maria Baggio Caus, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 982/2014 - RH

PORTARIA Nº 982, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 001/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/02/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2007 a maio de 2012, da servidora Sandra Angelina Martini de Lima, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 983/2014 - RH

PORTARIA Nº 983, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 002/2013 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 28/03/2013;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, do servidor Augusto Wohl, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 984/2014 - RH

PORTARIA Nº 984, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 108/2014, de Franciele de Oliveira, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 2.621, de 28 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.412 de 13 de março de 2008, no período de 29 de agosto a 17 de dezembro de 2014 ou até a alta médica da professora Anísia Kozakiewicz que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 985/2014 - RH

PORTARIA Nº 985, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2014 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/07/2014;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Agosto/2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, da servidora Cecilia Clarete Kopko Tidre, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 986/2014 - RH

PORTARIA Nº 986, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor efetivo Vinícius André Makiak, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Contratos e Convênios, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 23 de abril de 2014.

Porto União - SC, em 29 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 943/2014 - RH

PORTARIA Nº 943, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO, a partir de 04 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de abril de 2006 a abril de 2011, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Clara Krassowski Rosa, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2014.

Porto União - SC, em 14 de agosto de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria Nº 945/2014 - RH

PORTARIA Nº 945, de 14 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Lúcia Paolyck, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 04 de agosto a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2014.

Porto União, SC em 14 de agosto de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****Edital de Processo Licitatório Nº 59/2014**

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:45 (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 22 (vinte e dois) de setembro de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de lotes de medicamentos para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações, quantitativos e valores constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 08 DE SETEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

2º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 305/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 305/2014 firmado em 08/05/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CIPRIANI NAZARI portador(a) do CPF nº 263.315.270-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 305/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 305/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERNADETE CIPRIANI NAZARI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 312/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014 firmado em 13/05/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLINE MELLO LEDRA portador(a) do CPF nº 074.334.719-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CHARLINE MELLO LEDRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

PORTARIA Nº 1005/RH

PORTARIA N. 1005/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ANA MARIA JOHN, matrícula n. 98744/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de outubro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

DECRETO Nº 4295, 05 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4295, 05 de setembro de 2014.

“NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA 25ª FESTA NACIONAL DO BOLÃO - KEGELFEST 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 4º da Lei nº 3.758/2002, alterada pelas Leis nº 4.221/058 e 4.613/07.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Central Organizadora da 25ª Festa Nacional do Bolão - Kegelfest 2014, de acordo com a indicação dos respectivos órgãos e entidades:

a) Albertina Volkstansgruppe:
Titular: Marcio Alexandro Baade
Suplente: Josiane Warmling Baade
b) Assessoria de Comunicação Social:
Titular: Rafael Beling
Suplente: Marilei Pessatti
c) Clube de Caça e Tiro Dias Velho:
Titular: Tiago Vitorio Warmeling
Suplente: Claus Robert Tiedemann
d) Fundação Municipal de Cultura:
Titular: Willian Sieverdt
Suplente: Ezequias Salla
e) Gabinete do Prefeito:
Titular: Juliana Depiné
Suplente: Fernando Cesar Souza
f) Realeza Kegelfest 2014:
Titular: Priscila Gabriela Moretto
Suplente1: Tailine Eliane Diel
Suplente2: Andrea Hoeltgebaum
g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo:
Titular: Regina Bonito Petry
Suplente1: Joanna Pellizzetti
Suplente2: Ramiro de Liz e Souza
Suplente3: Maitara Gabriela da Luz Broering
Suplente4: Luciene Aparecida Ramos
Suplente5: Jaime Freiburger
h) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:
Titular: Frederico Machado Heissler
Suplente: Edsel Neumann
i) Sociedade Esportiva e Recreativa Albertinense:
Titular: Lenita Hoepers Holtgebaun
Suplente: Nelvi H. Tenfen
j) Sociedade Esportiva e Recreativa Bela Aliança:
Titular: Romeu Kopsch
Suplente: Lilian Bremer Vogelbacher

Art. 2º - A 25ª Festa Nacional do Bolão - Kegelfest será organizada pela Comissão Central Organizadora (CCO), composta por 10 (dez) entidades/secretarias.

§ 1º. As entidades/secretarias integrantes da Comissão Central Organizadora da 25ª Festa Nacional do Bolão, nomeados por decreto municipal, terão direito a voz e voto.

§ 2º. Outras pessoas e/ou entidades poderão ser chamadas para reuniões a fim de se garantir a execução do evento, porém apenas os nomeados nesse Decreto terão direito a voto para as deliberações.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ÓRGÃO AUTUADOR 8043, DO Nº1955/2014 AO Nº1962/2014. ÓRGÃO AUTUADOR 8796/RADAR, Nº70/2014 E Nº73/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1955/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAR0469	54696055E	5118/0	13/07/2014	164 c/c 162 * I
AAR0469	54696056E	5010/0	13/07/2014	162 * I
LXA8083	54696201E	5274/1	13/07/2014	175
LZI3202	54695463E	6637/2	15/07/2014	230 * IX
MBU1509	55893232B	5045/0	14/08/2014	162 * V
MBU1509	55893233B	5142/0	14/08/2014	164 c/c 162 * V
MDH1869	54694212E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MDO7714	55291523D	5010/0	19/07/2014	162 * I
MEE1963	54695958E	6599/2	18/07/2014	230 * V
MEW2583	54696151E	5169/1	04/07/2014	165
MGH8171	54694809E	6599/2	28/07/2014	230 * V
MHK9291	54692820E	6670/0	10/08/2014	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1956/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM5838	55291601D	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
AOC3041	54696317E	5185/1	10/07/2014	167
CJR5449	54696372E	5185/1	19/07/2014	167
DIZ4691	54696830E	5541/6	14/08/2014	181 * XVII
DLB3226	55291635D	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
ELO8778	54696793E	5541/1	13/08/2014	181 * XVII
EMV3025	55291536D	5541/1	24/07/2014	181 * XVII
JAF1954	54696305E	5185/1	08/07/2014	167
JSQ3044	55291376D	5509/0	08/08/2014	181 * XIII
LXG5299	54696364E	7366/2	12/07/2014	252 * VI
LYI1772	54696343E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
LZT1249	54696981E	6050/1	14/08/2014	208
MBF5464	54696331E	5185/1	12/07/2014	167
MBL2154	54696307E	5185/1	09/07/2014	167
MBQ0164	55291810D	5460/0	08/08/2014	181 * IX
MCH1964	54696980E	6050/1	14/08/2014	208
MEF6713	55291284D	5541/4	12/07/2014	181 * XVII
MEJ2049	54696976E	6050/1	14/08/2014	208
MEM1006	54696361E	5185/1	12/07/2014	167
MGA6248	54696473E	5185/1	10/07/2014	167
MGH5347	54696313E	5185/1	10/07/2014	167
MHA8542	54696362E	5541/1	12/07/2014	181 * XVII
MIA2488	54696166E	5878/0	09/07/2014	199
MIT9310	54696302E	7366/2	08/07/2014	252 * VI
MJZ7571	54696969E	5185/1	12/08/2014	167
MKS9886	54696953E	7366/2	15/07/2014	252 * VI

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLL3641	54695466E	7056/1	17/07/2014	244 * III
MLL3641	54695467E	5819/1	17/07/2014	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1957/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGB5144	55496625E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
AGR9596	54693786E	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165
AGR9596	54693787E	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
LYV9257	54693802E	6920/0	01/04/2014	R\$ 127,69	233
MBC6085	54693602E	5010/0	05/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBC6085	54693603E	5118/0	05/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBF7031	54693752E	6610/2	12/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCR4726	54693230E	6610/2	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEK9203	54693453E	5010/0	18/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEK9203	54693454E	5118/0	18/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEK9203	54693456E	6556/3	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEK9203	54693457E	6637/2	18/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEK9203	54693458E	6599/2	18/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFF5671	54694802E	5010/0	01/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHB8291	54694342E	6599/2	14/04/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1958/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HAO2943	55290922D	5568/0	27/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LYB3775	55287917D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ5832	55290951D	5541/1	27/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD6681	55290409D	7374/0	16/05/2014	R\$ 191,53	253
MEK9203	54693455E	5738/0	18/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEK9203	54693459E	5720/0	18/04/2014	R\$ 127,69	186 * I
MFR0029	55290062D	5541/1	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY4559	55291306D	5541/1	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ4790	55290934D	6050/1	08/04/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1959/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOS5584	55288709D	6599/2	23/07/2014	230 * V
BMG8931	54694911E	5045/0	26/07/2014	162 * V
BMG8931	54694912E	6912/0	26/07/2014	232
CKC5779	54696744E	6610/2	20/08/2014	230 * VII
CKC5779	54696745E	6653/1	20/08/2014	230 * XI
DLC2213	55288711D	5045/0	23/07/2014	162 * V
LQW0066	54694256E	6912/0	12/07/2014	232
LYH2486	54694861E	5010/0	31/07/2014	162 * I
LYH2486	54694862E	5118/0	31/07/2014	164 c/c 162 * I
LYH5267	54693030E	5290/0	25/08/2014	176 * II
LYZ1630	55290195D	6599/2	05/08/2014	230 * V
LZM8557	55291775D	6637/1	18/08/2014	230 * IX
MAF3231	55291954D	6599/2	18/08/2014	230 * V
MBW0171	54694964E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MCZ1989	54694860E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MDO5953	54695493E	6653/2	16/08/2014	230 * XI
MEA9394	54695479E	6653/2	21/07/2014	230 * XI
MEI7899	54696728E	6599/2	03/08/2014	230 * V
MFI8668	54696731E	5169/1	03/08/2014	165
MFT4382	54695614E	6912/0	23/07/2014	232
MFT4382	54695615E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
MGJ2548	54696192E	6653/2	27/07/2014	230 * XI
MHR1085	54692821E	6599/2	12/08/2014	230 * V
MHR5646	54696169E	5169/1	11/07/2014	165
MIH7945	55291774D	6599/2	18/08/2014	230 * V
MKH4082	54695306E	5169/1	19/07/2014	165

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKM7884	54696376E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MKP4344	54696181E	6912/0	22/07/2014	232
MKP4344	54696182E	6599/2	22/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1960/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABM2122	55291953D	5541/1	12/08/2014	181 * XVII
ADQ1378	54696798E	5185/1	23/08/2014	167
AEI3104	54696069E	5398/0	10/08/2014	181 * II
AJN8702	54696709E	6050/1	09/07/2014	208
APC0907	55288787D	6050/1	10/08/2014	208
APC0907	55288788D	5835/0	10/08/2014	195
BYG4415	55291771D	7366/2	13/08/2014	252 * VI
CIN5949	54696702E	6050/2	05/07/2014	208
DVB6813	55290188D	5509/0	22/07/2014	181 * XIII
GXI4960	54695959E	6050/1	22/07/2014	208
IIM5249	54696979E	6050/1	14/08/2014	208
LWU8244	54696001E	6050/1	18/08/2014	208
LZB2148	54692831E	5525/0	26/08/2014	181 * XV
LZY4699	55290189D	5568/0	22/07/2014	181 * XIX
LZZ0083	55291378D	5541/6	13/08/2014	181 * XVII
LZZ8596	54696862E	5541/6	22/07/2014	181 * XVII
MBO9189	55291675D	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MBP6719	55288777D	6050/1	22/07/2014	208
MCO2391	54694611E	6041/2	26/07/2014	207
MDC0928	54696382E	7366/2	28/07/2014	252 * VI
MDM5363	54696919E	5541/4	26/07/2014	181 * XVII
MDO5953	54695492E	5819/6	16/08/2014	193
MDQ7333	54695964E	5185/1	20/08/2014	167
MEG0410	55291300D	5541/4	18/08/2014	181 * XVII
MEW3460	54695807E	5185/2	04/08/2014	167
MEZ2297	55288724D	5541/6	18/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFW6247	55288935D	5550/0	13/08/2014	181 * XVIII
MGB3789	55288776D	5193/0	21/07/2014	168
MGC2866	55291769D	6050/1	13/08/2014	208
MGE0501	54696314E	5185/1	10/07/2014	167
MIE0707	55288589D	5541/2	15/07/2014	181 * XVII
MIM0246	54696854E	5185/1	11/07/2014	167
MIW1637	54696258E	6050/1	17/07/2014	208
MJG5332	54694612E	6858/0	28/07/2014	231 * VII
MJP7007	54696200E	6041/2	16/07/2014	207
MKL3282	54696191E	6270/0	27/07/2014	220 * II
MKM7884	54696377E	7030/2	23/07/2014	244 * I
MKV3212	54696746E	5452/1	21/08/2014	181 * VIII
MLC3213	54696419E	5541/6	22/07/2014	181 * XVII
MLI2059	55288933D	5541/5	13/08/2014	181 * XVII
MLL1453	54696425E	5185/1	24/07/2014	167
MLM8474	54696194E	6050/1	14/07/2014	208
MMF9290	55290191D	5509/0	22/07/2014	181 * XIII
MMM6879	54696972E	5185/1	13/08/2014	167
MRC8915	55290194D	6050/2	04/08/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1961/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE9405	55496569E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
AFL0665	55496592E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
AFN8354	55496544E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
BGC8968	55496588E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
CAU2286	55290155D	5045/0	08/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
COU2396	54693325E	5169/1	31/03/2014	R\$ 1.915,38	165
COU2396	54693326E	6637/2	31/03/2014	R\$ 127,69	230 * IX
GTH1768	54693756E	6599/2	13/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
GTH1768	54693757E	6610/2	13/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IFT0626	55290162D	6610/2	04/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IFT0626	55290163D	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
JZO7665	55289802D	6700/0	25/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
JZZ9729	54693751E	5274/1	12/05/2014	R\$ 191,53	175
KZA0419	55496589E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
LAT8375	55496580E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
LXS2135	55496590E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
MAS4569	54693463E	5010/0	09/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAS4569	54693464E	6408/0	09/06/2014	R\$ 85,12	221
MAS4569	54693465E	5118/0	09/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBA8032	55496503E	6920/0	25/04/2014	R\$ 127,69	233
MCP8338	54693466E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCP8338	54693467E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MDG6098	55496567E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
MDI4415	55291424D	5010/0	15/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDY9008	55496518E	6920/0	30/04/2014	R\$ 127,69	233
MEN1031	55496561E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES4183	55496578E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MFP9082	54693828E	6920/0	24/04/2014	R\$ 127,69	233
MFR2149	54695902E	6912/0	17/06/2014	R\$ 53,20	232
MGG4101	55496517E	6920/0	30/04/2014	R\$ 127,69	233
MGX2918	55496591E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
MHO9528	55888489B	5010/0	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHO9528	55888490B	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHU8689	55496539E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233
MIG2604	54693614E	6599/2	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIL5702	54694154E	6599/2	15/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1962/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
COU2396	54693324E	5185/1	31/03/2014	R\$ 127,69	167
CRM3169	55289236D	5541/2	25/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVY8183	55287764D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CYB1558	55291364D	5568/0	04/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
CYY2409	55290343D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DUE2246	55290241D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GTH1768	54693758E	5975/0	13/05/2014	R\$ 127,69	204
HJN4857	55290433D	5568/0	09/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
ICY3004	55289138D	5541/4	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPC2545	54693691E	5460/0	04/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LYL5862	55287960D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAX9358	54696408E	5541/6	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU1186	54693673E	5541/4	07/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR4726	54693229E	5193/0	23/06/2014	R\$ 191,53	168
MDJ1332	55290994D	5452/1	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDM6295	55290321D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM6295	55290473D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ4865	55287934D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW1811	54693754E	5738/0	12/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEU0300	55288566D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR2149	54695901E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
MFT5338	55287771D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA7285	55287922D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY3300	55289472D	5541/6	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC9856	55287931D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM7240	55290478D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIH9791	55288826D	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MIJ7157	55288569D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL3693	55287952D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS6000	55290341D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC7777	55290995D	5452/1	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKE8652	55290243D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB0246	55289784D	5541/4	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ3484	55289129D	5185/1	23/04/2014	R\$ 127,69	167
MUV7974	55289937D	5452/1	29/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MUV7974	55290394D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 70/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALS6908	8796003650	7455/0	11/07/2014	218 * I
APD4751	8796004129	7455/0	26/07/2014	218 * I
ARW5255	8796003946	7455/0	25/07/2014	218 * I
CPR8140	8796004127	7455/0	26/07/2014	218 * I
CQB9878	8796004043	7455/0	26/07/2014	218 * I
DCF5685	8796003463	7455/0	03/07/2014	218 * I
DGB0684	8796003944	7455/0	25/07/2014	218 * I
KDF9045	8796004006	7455/0	25/07/2014	218 * I
LYG7841	8796003997	7455/0	25/07/2014	218 * I
LYJ0510	8796003769	7455/0	16/07/2014	218 * I
LYQ6322	8796004039	7455/0	26/07/2014	218 * I
LZR4240	8796004042	7455/0	26/07/2014	218 * I
MAM5080	8796004095	7455/0	26/07/2014	218 * I
MAZ0578	8796004077	7455/0	26/07/2014	218 * I
MCO8343	8796003441	7455/0	03/07/2014	218 * I
MCT9717	8796004117	7463/0	26/07/2014	218 * II
MDX3689	8796003645	7455/0	11/07/2014	218 * I
MEF6511	8796004030	7471/0	26/07/2014	218 * III
MEN5174	8796003445	7463/0	03/07/2014	218 * II
MEW2170	8796003964	7463/0	25/07/2014	218 * II
MEY0173	8796004045	7455/0	26/07/2014	218 * I
MFK4657	8796003473	7463/0	03/07/2014	218 * II
MFL9868	8796004060	7455/0	26/07/2014	218 * I
MFV6609	8796003527	7455/0	03/07/2014	218 * I
MGI9167	8796004121	7463/0	26/07/2014	218 * II
MGQ5368	8796003999	7455/0	25/07/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS2186	8796003540	7455/0	11/07/2014	218 * I
MGT2628	8796004063	7455/0	26/07/2014	218 * I
MIW0127	8796003988	7455/0	25/07/2014	218 * I
MIY1300	8796004093	7455/0	26/07/2014	218 * I
MIZ8716	8796003773	7463/0	16/07/2014	218 * II
MJB5311	8796003321	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJB5311	8796003716	7455/0	15/07/2014	218 * I
MJL0643	8796004108	7455/0	26/07/2014	218 * I
MJN7093	8796003971	7463/0	25/07/2014	218 * II
MKB7410	8796004004	7455/0	25/07/2014	218 * I
MKN1440	8796003952	7463/0	25/07/2014	218 * II
MKU7735	8796003767	7455/0	16/07/2014	218 * I
MLI8503	8796004056	7455/0	26/07/2014	218 * I
MLL2802	8796003761	7455/0	16/07/2014	218 * I
MLW4108	8796003982	7455/0	25/07/2014	218 * I
MMF0017	8796003713	7455/0	15/07/2014	218 * I
MMI8915	8796003788	7455/0	16/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 71/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DMZ1790	8796002890	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWT3070	8796001866	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM5368	8796002027	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ1073	8796001981	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE0935	8796001121	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM6994	8796002562	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF2199	8796002050	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR5540	8796002122	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA
DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 796 72/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD7402	8796003587	7455/0	11/07/2014	218 * I
AJR0545	8796003667	7455/0	11/07/2014	218 * I
AMS8788	8796003565	7455/0	11/07/2014	218 * I
ANJ3434	8796003313	7455/0	03/07/2014	218 * I
AOG0052	8796004098	7455/0	26/07/2014	218 * I
BRO2549	8796003384	7455/0	03/07/2014	218 * I
BTG5830	8796003538	7455/0	11/07/2014	218 * I
DEH6956	8796004125	7455/0	26/07/2014	218 * I
DFF7295	8796003744	7455/0	15/07/2014	218 * I
DKT3036	8796003878	7471/0	18/07/2014	218 * III
DQK3353	8796003653	7463/0	11/07/2014	218 * II
EEV1243	8796003573	7455/0	11/07/2014	218 * I
EFX1414	8796004058	7455/0	26/07/2014	218 * I
HLJ3843	8796003993	7455/0	25/07/2014	218 * I
IFY0377	8796003394	7455/0	03/07/2014	218 * I
IPR9448	8796003397	7463/0	03/07/2014	218 * II
JAD0380	8796003325	7455/0	03/07/2014	218 * I
JUM6101	8796003697	7463/0	15/07/2014	218 * II
LBK5755	8796004023	7455/0	26/07/2014	218 * I
LLC7894	8796004021	7455/0	26/07/2014	218 * I
LNS3857	8796004177	7455/0	30/07/2014	218 * I
LWZ2106	8796003920	7455/0	18/07/2014	218 * I
LYB7078	8796003704	7455/0	15/07/2014	218 * I
LYF7643	8796004175	7455/0	30/07/2014	218 * I
LYH9471	8796003586	7455/0	11/07/2014	218 * I
LYX6465	8796003567	7463/0	11/07/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYY6347	8796003575	7455/0	11/07/2014	218 * I
LZA8423	8796004187	7455/0	30/07/2014	218 * I
LZW7044	8796004137	7455/0	30/07/2014	218 * I
MAI2352	8796003796	7455/0	16/07/2014	218 * I
MAM3259	8796003834	7455/0	18/07/2014	218 * I
MBN7444	8796003428	7455/0	03/07/2014	218 * I
MCB2869	8796003381	7455/0	03/07/2014	218 * I
MCF8124	8796004169	7455/0	30/07/2014	218 * I
MCI7608	8796003668	7463/0	11/07/2014	218 * II
MCL2695	8796004096	7471/0	26/07/2014	218 * III
MDD2669	8796004211	7455/0	30/07/2014	218 * I
MDI1968	8796004189	7455/0	30/07/2014	218 * I
MFG4352	8796003481	7463/0	03/07/2014	218 * II
MFP3671	8796004198	7463/0	30/07/2014	218 * II
MFU2163	8796004018	7463/0	26/07/2014	218 * II
MGB1434	8796004180	7455/0	30/07/2014	218 * I
MGT4376	8796003923	7455/0	18/07/2014	218 * I
MGW3309	8796004204	7455/0	30/07/2014	218 * I
MHB7227	8796003736	7455/0	15/07/2014	218 * I
MHE2616	8796003511	7463/0	03/07/2014	218 * II
MHO2477	8796003580	7455/0	11/07/2014	218 * I
MIB0304	8796003698	7463/0	15/07/2014	218 * II
MIP1409	8796004144	7455/0	30/07/2014	218 * I
MIY7056	8796004182	7463/0	30/07/2014	218 * II
MJC5784	8796003467	7455/0	03/07/2014	218 * I
MJW3335	8796004011	7455/0	25/07/2014	218 * I
MKC5839	8796004139	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKF2555	8796004107	7463/0	26/07/2014	218 * II
MKM0407	8796003780	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKM3495	8796004162	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKP5613	8796003529	7455/0	11/07/2014	218 * I
MKT0526	8796004130	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKT0526	8796004174	7455/0	30/07/2014	218 * I
MKX2029	8796003768	7455/0	16/07/2014	218 * I
MKX7085	8796003494	7455/0	03/07/2014	218 * I
MLG7253	8796003624	7455/0	11/07/2014	218 * I
MLJ5410	8796003352	7463/0	03/07/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLL9101	8796004216	7455/0	30/07/2014	218 * I
MLM6041	8796003706	7455/0	15/07/2014	218 * I
MMF1062	8796003630	7455/0	11/07/2014	218 * I
MMF1290	8796003419	7455/0	03/07/2014	218 * I
MMH3685	8796004019	7455/0	26/07/2014	218 * I
OKE5854	8796003382	7455/0	03/07/2014	218 * I
QHA3695	8796003617	7455/0	11/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 796 73/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAT7604	8796001181	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CYY2409	8796002666	7463/0	12/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
EBV5573	8796002702	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ERS0606	8796001002	7463/0	13/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYJ0510	8796002497	7463/0	24/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGA1796	8796002790	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM5358	8796002579	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 758**

RESOLUÇÃO Nº 758, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014
Homologa resultado de Processo Licitatório nº 13/2014, representado pelo Pregão Presencial no 08/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 13/2014, representado pelo Pregão Presencial no 08/2014, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 08 de setembro de 2014.

JANARA APARECIDA MAFRA

Presidente da Mesa em exercício

São Bento do Sul**PREFEITURA****Anulação Edital de Concorrência Pública Nº 82/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ANULAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 82/2014

O Município de São Bento do Sul através do Secretário Municipal de Administração diante: i) da dubiedade da expressão "se estabelecer" contida no item 5.2 do edital; ii) da ausência de objetividade do item 6.3, ao não arrolar quais documentos deverão ser apresentados; iii) da falta de clareza contida na expressão "bem como a todas as determinações do Município" contida no item 4.5 do edital e, iv) da ausência de reabertura integral do prazo de publicação do instrumento convocatório, após a retificação administrativa do mesmo, apontados no julgamento do Mandado de Segurança nº 0300488-68.2014.8.24.0058 e nº 0300464-40.2014.8.24.0058, resolve ANULAR o Processo Licitatório n. 82/2014, invalidando todos os seus efeitos, que se trata da OUTORGA DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS, MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFAS, OS QUAIS COMPREENDERÃO OBRIGATORIAMENTE: I) A VENDA DE ATAÚDES (URNAS); II) TRANSPORTE DE CADÁVERES; III) HIGIENIZAÇÃO DO CORPO; IV) SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO CADÁVER PARA O VELÓRIO; V) FORNECIMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 VELAS POR FUNERAL; VI) ORNAMENTAÇÃO DA URNA COM FLOR NATURAL DA ÉPOCA OU FLOR ARTIFICIAL, A CRITÉRIO DO USUÁRIO; VII) VÉU PARA COBRIR O CORPO; VIII) EDREDON (OU SIMILAR) NA URNA; IX) EMPRÉSTIMO.

São Bento do Sul, 05 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3416/2014

LEI Nº 3416, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo e de assessoramento.

§ 1º - O Conselho tem como objetivo assegurar o direito constitucional de cada ser humano à alimentação e à segurança alimentar e nutricional e constituindo-se em espaço de articulação entre governo municipal e sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

§ 2º - O Conselho ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de São Bento do Sul na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes

e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de São Bento do Sul sobre:

I. Propor a elaboração de diretrizes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem aprovados e implementados pelo governo municipal;

II. Organizar e conduzir a implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;

III. Pronunciar-se sobre projetos e ações prioritárias da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias do município de São Bento do Sul;

IV. Articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando prioridades;

V. Incentivar estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

VI. Estabelecer relações de cooperação com os demais Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional;

Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São Bento do Sul será composto por 15 (quinze) conselheiros titulares e respectivos suplentes os quais representam 1/3 (um terço) instituições governamentais e 2/3 (dois terços) instituições não-governamentais.

I - O Poder Público será representado por 05 (cinco) membros, sendo:

- a) - 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) - 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) - 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) - 01 representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- e) - 01 representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

II - As entidades Não-Governamentais serão representadas por 10 (dez) membros da sociedade civil organizada.

Art. 5º As instituições representadas no COMSEA devem ter efetiva atuação no município, especialmente as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 1º As entidades não governamentais serão eleitas, bianualmente, titulares e suplentes, em Fórum especialmente convocado para este fim e regulamentado por Resolução emitido pelo COMSEA.

§ 2º No caso de extinção ou recusa da entidade na participação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, fica o Executivo Municipal autorizado a promover a substituição respeitando a ordem de suplência determinado pelo fórum.

Art. 6º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato próprio do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem, a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º A função de conselheiro do COMSEA não é remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário,

justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento as suas Assembléias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º O mandato dos conselheiros do COMSEA é de 02 (dois) anos, facultada recondução ou reeleição.

Art. 9º Perderá o mandato e terá vedada a recondução para o mesmo mandato o conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a 03 (três) Assembléias Ordinárias consecutivas ou 06 (seis) alternadas, salvo com justificativa aprovada em Assembléia Geral.

§ 1º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão os seus respectivos suplentes.

§ 2º Na perda do mandato de conselheiro titular, de órgão governamental, assumirá o seu suplente, ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

§ 3º Na perda de mandato de conselheiro titular, de órgão não-governamental, assumirá o respectivo suplente ou quem for indicado pelo órgão representado para substituí-lo.

Art. 10 O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá a seguinte estrutura:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Secretaria Executiva
- IV - Comitê Gestor de Agricultura Urbana e Periurbana; e
- V - Câmaras Temáticas.

Art. 11 A Assembleia Geral é o órgão soberano do COMSEA.

Art. 12 A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário que serão escolhidos entre seus membros, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimentos às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§ 1º A presidência do COMSEA será exercida por um representante não governamental.

§ 2º A representação do Conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

Art. 13 À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

Art. 14 O Comitê Gestor de Agricultura Urbana e Periurbana do município, tem a finalidade de articular, motivar, desenvolver e monitorar as ações a nível municipal, sobre a amplitude dos problemas sociais combinando as ações locais voltadas à Agricultura Urbana e Periurbana dando como prioridade os princípios de Segurança Alimentar e Nutricional, e funcionará de acordo com o Regimento Interno deste conselho.

Art. 15 Compete às Câmaras Temáticas, instituídas pelo COMSEA, a realização de estudos e produzir indicativos para serem submetidos e apreciados pela Assembleia do mesmo, e funcionará de acordo com o Regimento Interno deste conselho.

Parágrafo único Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do COMSEA, as Câmaras Temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas nelas em estudos.

Art. 16 Poderão participar das reuniões plenárias do Conselho sem direito a voto, qualquer membro da comunidade interessado em contribuir para os objetivos do Conselho.

Art. 17 O COMSEA reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas úteis.

Art. 18 Cumpre ao Poder Executivo providenciar a locação de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à criação, instalação e funcionamento do COMSEA e da Secretaria Executiva.

Art. 19 O Regimento Interno, a ser instituído pelo COMSEA, deverá observar o disposto na presente lei e será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Parágrafo único A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do COMSEA somente poderão ocorrer pelo voto favorável de no mínimo de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

Art. 20 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando especialmente a Lei nº 1691 de 24 de outubro de 2006.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3417/2014

LEI Nº 3417, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 206.660,00 (duzentos e seis mil e seiscentos e sessenta reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul. Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS

3.3.90.14.00.00.00 152 - Diárias. R\$ 6.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 - Ações Voltadas a Média Complexidade

4.4.90.52.00.00.00 223 - Equip. Material Permanente.

R\$ 200.000,00

4.4.90.52.00.00.00 002 - Equip. Material Permanente.

R\$ 660,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(240) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo.

R\$ 13.000,00

(250) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente.

R\$ 7.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da Proposta nº 12816, firmada com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Mafra, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e as anulações das dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(257) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Finac. a PF.

R\$ 20.000,00

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(269) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo.

R\$ 2.000,00

Atividade: 2.080 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(278) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF.

R\$ 2.000,00

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF (288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF.

R\$ 2.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.024 - Ampliação da Rede Física da Saúde

(1) 4.4.90.51.00.00.00 002 - Obras e Instalações.

R\$ 660,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 662/2014

DECRETO Nº 0662, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3417, de 08 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 206.660,00 (duzentos e seis mil e seiscentos e sessenta reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul. Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.071 - FNAS - Gestão - IGD do SUAS

3.3.90.14.00.00.00 152 - Diárias. R\$ 6.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 - Ações Voltadas a Média Complexidade

4.4.90.52.00.00.00 223 - Equip. Material Permanente.

R\$ 200.000,00

4.4.90.52.00.00.00 002 - Equip. Material Permanente.

R\$ 660,00

Art. 3º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da Proposta nº 12816, firmada com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Mafra, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e as anulações das dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.079 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Média Complexidade

(269) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo.

R\$ 2.000,00

Atividade: 2.080 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(278) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF.

R\$ 2.000,00

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(288) 3.3.90.36.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PF.

R\$ 2.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 1.024 - Ampliação da Rede Física da Saúde

(1) 4.4.90.51.00.00.00 002 - Obras e Instalações. R\$ 660,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 663/2014

DECRETO Nº 0663, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3417, de 08 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(240) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo. R\$ 13.000,00

(250) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente. R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente de a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.039 - Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente

(257) 3.3.90.48.00.00.00 100 - Outros Aux. Finac. a PF. R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ERRATA DECRETO Nº 660/2014

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1565, de 05 de setembro de 2014, página 470, na publicação do Decreto nº 670/2014, no local que se lê "DECRETO Nº 0670, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014", leia-se "DECRETO Nº 0660, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014"

RESOLUÇÕES CMAS Nº 015, Nº 016, Nº 017 E Nº 018/2014

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 15/2014

APROVA A INSCRIÇÃO DO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO EM FAMÍLIA ACOlhEDORA - FAMÍLIAS DE APOIO, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 27 de agosto de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias de Apoio, vinculado ao CNPJ nº 86.051.398/0001-00, localizado à Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 05/2014 no CMAS, com o serviço abaixo mencionado:

I - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014.

Maira Denise Gonçalves de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL

Inscrição Nº 05/2014

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - Famílias de Apoio, vinculado ao CNPJ nº 86.051.398/0001-00, localizado à Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, no Município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob número 05/2014, desde 27 de agosto de 2014.

Executará o seguinte serviço socioassistencial: Serviço de

Acolhimento em Família Acolhedora.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 16/2014

APROVA A INSCRIÇÃO DO CENTRO INTEGRADO EMPRESA-ESCOLA DE SANTA CATARINA - CIEE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 27 de agosto de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do Centro Integrado Empresa-Escola de Santa Catarina - CIEE, CNPJ: 04.310.564/0001-81, com sede à Rua Capitão Ernesto Nunes, 197, sala 09, Bairro Centro, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 06/2014 no CMAS, com o serviço abaixo mencionado:

I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

a) Programas de aprendizagem de adolescentes e de jovens com a finalidade de promover a integração ao mercado de trabalho.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014.
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL

Inscrição Nº 06/2014

O Centro Integrado Empresa-Escola de Santa Catarina - CIEE, CNPJ: 04.310.564/0001-81, com sede à Rua Capitão Ernesto Nunes, 197, sala 09, Bairro Centro, no Município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob número 06/2014, desde 27 de agosto de 2014.

Executará o seguinte serviço socioassistencial: Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos por meio do Programas de aprendizagem de adolescentes e de jovens com a finalidade de promover a integração ao mercado de trabalho.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 17/2014

APROVA A INSCRIÇÃO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL - IDI, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 27 de agosto de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição do Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI, CNPJ: 08.745.173/0001-40, com sede à Rua Alexandre Schlemm, 99, Bairro Oxford, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 07/2014 no CMAS, com o serviço abaixo mencionado:

I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

a) Oferece atendimento psicoterapêutico com valor social ou totalmente gratuito.

b) Usa da ferramenta do aconselhamento pastoral e familiar como iniciativa de intervenção nas famílias.

c) Promove palestras de estímulo à boa convivência familiar nas comunidades que solicitam o apoio da Instituição e na Comunidade de forma geral, bem como nas escolas da rede pública.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014.

Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL

Inscrição Nº 07/2014

O Instituto de Desenvolvimento Integral - IDI, CNPJ: 08.745.173/0001-40, com sede à Rua Alexandre Schlemm, 99, Bairro Oxford, no Município de São Bento do Sul/SC, fica inscrita neste Conselho sob número 07/2014, desde 27 de agosto de 2014.

Executará o seguinte serviço socioassistencial: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Oferece atendimento psicoterapêutico com valor social ou totalmente gratuito; Uso da ferramenta do aconselhamento pastoral e familiar como iniciativa de intervenção nas famílias; e Promover palestras de estímulo à boa convivência familiar nas comunidades que solicitam o apoio da Instituição e na Comunidade de forma geral, bem como nas escolas da rede pública.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 18/2014

APROVA A INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011 e, pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária em 27 de agosto de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição dos Programas do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, CNPJ 79.372.108/0004-08, com sede à Rua Lidia Izolde Rosenstock, 211, Bairro Boehmerwald, no município de São Bento do Sul/SC, sob o nº. 08/2014 no CMAS, com o serviço abaixo mencionado:

I - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

- a) Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva;
- b) Programa Renovar; e
- c) Programa Renovar Kids.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014.
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Inscrição Nº 08/2014

Os seguintes programas socioassistenciais: Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva; Programa Renovar; e Programa Renovar Kids.

Estes serão executados pelo Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, CNPJ 79.372.108/0004-08, com sede à Rua Lidia Izolde Rosenstock, 211, Bairro Boehmerwald e encontram-se em acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 14/2014.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Bento do Sul, 27 de agosto de 2014
Maira Denice Gonçalves de Almeida
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 267/2014

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 267/2014
MENOR PREÇO**

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 19 de setembro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS PARA O USO NA MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA EXTERNA DO PRÉDIO CENTRAL DA PREFEITURA, PARTE DOS REFLETORES, BANDEIRAS, LUZ ALERTA E PARA INSTALAÇÃO DAS LUZES DE NATAL CONFORME DESCRITIVO QUANTITATIVO E QUALITATIVO EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 924/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 924/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ2904	8492064867	7455/0	05/08/2014	218 * I
AHJ3146	8492064487	6050/3	16/07/2014	208
AJF6174	8492064919	7455/0	07/08/2014	218 * I
ALC3962	8492064352	5673/2	12/07/2014	183
ALW6301	8492065033	7455/0	06/08/2014	218 * I
ALW6301	8492065046	7455/0	06/08/2014	218 * I
AWK5364	8492064340	6050/3	09/07/2014	208
BAR4474	8492064523	7455/0	17/07/2014	218 * I
BBX4050	8492065043	7455/0	10/08/2014	218 * I
BOH8021	8492064439	7455/0	11/07/2014	218 * I
BOH8021	8492064977	7463/0	07/08/2014	218 * II
BOH8021	8492065008	7455/0	09/08/2014	218 * I
BOH8021	8492065012	7463/0	09/08/2014	218 * II
CIU0846	8492065004	7455/0	10/08/2014	218 * I
EDH1307	8492065038	7455/0	08/08/2014	218 * I
GDB0001	8492064921	7455/0	09/08/2014	218 * I
ISA7788	8492064801	7455/0	04/08/2014	218 * I
JXJ1572	8492064792	7455/0	05/08/2014	218 * I
KZY0796	8492065025	7455/0	08/08/2014	218 * I
LXC1803	8492064912	7455/0	11/08/2014	218 * I
LXC1803	8492064922	7463/0	11/08/2014	218 * II
LXO7647	8492064911	7455/0	10/08/2014	218 * I
LXO7647	8492064935	7455/0	10/08/2014	218 * I
LYQ6203	8492064924	7455/0	06/08/2014	218 * I
LZW3624	8492064962	6050/3	10/08/2014	208
MAS3124	8492064560	7455/0	19/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBK9707	8492064496	6050/3	19/07/2014	208
MBR6704	8492064813	5673/2	01/08/2014	183
MBS3495	8492064377	7455/0	13/07/2014	218 * I
MCH5296	8492064804	7463/0	03/08/2014	218 * II
MCL5687	8492064933	7455/0	10/08/2014	218 * I
MCT1453	8492064481	7455/0	21/07/2014	218 * I
MCU4756	8492064943	7455/0	12/08/2014	218 * I
MDU4047	8492064932	7455/0	09/08/2014	218 * I
MEM0451	8492064687	7455/0	23/07/2014	218 * I
MEQ2525	8492064910	7455/0	10/08/2014	218 * I
MEV1869	8492065010	7455/0	08/08/2014	218 * I
MFE8729	8492064953	5673/2	10/08/2014	183
MFF8652	8492065037	7455/0	07/08/2014	218 * I
MFH9351	8492064449	5673/2	16/07/2014	183
MGK0194	8492065002	7455/0	08/08/2014	218 * I
MGL1909	8492064549	7455/0	22/07/2014	218 * I
MHC2028	8492064981	7463/0	07/08/2014	218 * II
MHI1864	8492064570	7463/0	19/07/2014	218 * II
MHN5181	8492064789	7455/0	02/08/2014	218 * I
MHO4913	8492064327	7455/0	13/07/2014	218 * I
MHZ3301	8492064446	7463/0	13/07/2014	218 * II
MHZ6419	8492064973	7455/0	10/08/2014	218 * I
MIF1968	8492064899	5673/2	11/08/2014	183
MIG5897	8492064995	7463/0	10/08/2014	218 * II
MIK0891	8492064990	7455/0	11/08/2014	218 * I
MIY4539	8492064986	7455/0	09/08/2014	218 * I
MIZ3324	8492064865	7455/0	01/08/2014	218 * I
MJK9819	8492064513	7455/0	20/07/2014	218 * I
MJU8964	8492064798	7455/0	02/08/2014	218 * I
MJU8964	8492064834	7455/0	02/08/2014	218 * I
MKD7982	8492064307	5673/2	11/07/2014	183
MKJ7226	8492064581	7455/0	17/07/2014	218 * I
MKN8951	8492064832	6050/3	05/08/2014	208
MKQ2708	8492065018	7455/0	07/08/2014	218 * I
MKX4988	8492064358	5673/2	14/07/2014	183
MKX9479	8492065027	7455/0	09/08/2014	218 * I
MLN7405	8492064485	7455/0	22/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLT5431	8492064574	7455/0	19/07/2014	218 * I
MLU1194	8492064512	7455/0	19/07/2014	218 * I
MLZ6844	8492064482	7455/0	21/07/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 925/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 925/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHJ5539	8492063121	7455/0	02/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOH8230	8492063540	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOH8709	8492062713	6050/3	20/05/2014	R\$ 191,53	208
AQC2061	8492063622	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATY4461	8492063298	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWD5029	8492062637	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXB5494	8492063003	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXE2451	8492063640	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEE2123	8492062761	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIU0846	8492063026	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
CKZ7080	8492061533	6050/3	04/04/2014	R\$ 191,53	208
DID2231	8492063135	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HCO1409	8492063624	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IAA8711	8492063413	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
KUD4091	8492063279	5673/2	07/06/2014	R\$ 85,12	183
LCG6133	8492063554	5673/2	14/06/2014	R\$ 85,12	183
LND1379	8492061928	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR6856	8492063665	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7683	8492061913	7463/0	19/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYL9522	8492063083	6050/3	30/05/2014	R\$ 191,53	208
MAQ9282	8492063666	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO1798	8492063566	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCP9691	8492064085	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY1555	8492063574	6050/3	15/06/2014	R\$ 191,53	208
MDL1650	8492063686	7463/0	15/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEH0275	8492063979	5673/2	27/06/2014	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEL4095	8492063282	6050/3	07/06/2014	R\$ 191,53	208
MEO3739	8492064067	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP7707	8492063598	6050/3	12/06/2014	R\$ 191,53	208
MFS5565	8492062830	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP7306	8492062957	6050/3	24/05/2014	R\$ 191,53	208
MGX9029	8492063578	7463/0	15/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHP3731	8492063404	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ2455	8492063664	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV4609	8492063660	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB9132	8492062536	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE3455	8492063304	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE3455	8492063474	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC1941	8492062063	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJO1458	8492063399	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO1458	8492063422	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT5678	8492062728	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC5477	8492062322	5673/2	02/05/2014	R\$ 85,12	183
MKZ0558	8492063465	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC4896	8492063535	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM6705	8492063570	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS7482	8492063583	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB6069	8492063564	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MWK0280	8492061681	6050/3	13/04/2014	R\$ 191,53	208
MWK0280	8492061766	7471/0	13/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
OLZ7513	8492061134	7463/0	24/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1925/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1925/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACQ3925	54596570E	6599/2	12/08/2014	230 * V
ACQ3925	54596574E	6912/0	12/08/2014	232
ACQ3925	54596575E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
ACX9872	54857245C	5169/1	12/08/2014	165
AGB9709	54595899E	5274/1	18/08/2014	175
AGB9709	54595900E	5118/0	18/08/2014	164 c/c 162 * I
AGB9709	54596660E	6610/2	18/08/2014	230 * VII
AGB9709	54596661E	5010/0	18/08/2014	162 * I
AMG0862	54594814E	6599/2	20/07/2014	230 * V
ARM7488	55724464D	6912/0	20/08/2014	232
ARR8808	54595013E	6912/0	25/07/2014	232
BGU4474	54595451E	6599/2	23/07/2014	230 * V
CPB8203	54596585E	6408/0	15/08/2014	221
GVS2577	54596551E	6912/0	28/07/2014	232
IRT3110	54595291E	6599/2	28/07/2014	230 * V
LXW6242	54594910E	6670/0	17/07/2014	230 * XIII
LYJ0718	54594756E	5029/2	19/08/2014	162 * II
LYJ0718	54594757E	5126/2	19/08/2014	164 c/c 162 * II
LYJ0718	54594758E	6726/1	19/08/2014	230 * XVIII
LZS8393	54595319E	6599/2	27/07/2014	230 * V
LZX6042	54596591E	6700/0	18/08/2014	230 * XVI
LZX6042	54596592E	6670/0	18/08/2014	230 * XIII
MAJ4721	54596587E	6912/0	15/08/2014	232
MAY6200	54595232E	5045/0	08/08/2014	162 * V
MAY6200	54595233E	5142/0	08/08/2014	164 c/c 162 * V
MBH3221	54595811E	6599/2	13/08/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBH3221	54595812E	6610/2	13/08/2014	230 * VII
MBH3221	54595813E	5010/0	13/08/2014	162 * I
MBH3221	54595814E	5118/0	13/08/2014	164 c/c 162 * I
MCL6893	54595294E	6769/1	28/07/2014	230 * XXII
MCR7545	54596858E	6912/0	18/08/2014	232
MCW8516	54594989E	6599/2	19/08/2014	230 * V
MCW8516	54594991E	6912/0	19/08/2014	232
MDT2639	54595178E	6700/0	25/07/2014	230 * XVI
MEG0799	54595009E	5169/1	23/07/2014	165
MEN2526	54595283E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MEN2526	54595284E	5118/0	25/07/2014	164 c/c 162 * I
MFA3720	54594927E	6610/2	27/07/2014	230 * VII
MFV7762	54595008E	6610/2	23/07/2014	230 * VII
MGJ6195	54596594E	6912/0	18/08/2014	232
MIO0246	54596583E	5053/1	14/08/2014	162 * VI
MIT2053	54593224E	6912/0	19/08/2014	232
MIY5197	54595110E	6599/2	19/07/2014	230 * V
MIY5197	54597683E	5010/0	19/07/2014	162 * I
MIY5197	54597684E	5118/0	19/07/2014	164 c/c 162 * I
MJA7000	55440695C	6912/0	19/07/2014	232
MJO7333	54595091E	6912/0	25/07/2014	232
MJS1833	54595221E	6912/0	22/07/2014	232
MJY9134	54595011E	6912/0	23/07/2014	232
MJY9134	54595012E	5053/1	23/07/2014	162 * VI
MKB9285	54595127E	6599/2	19/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1926/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1926/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGB9709	54595898E	5835/0	18/08/2014	195
AGN0843	55514793D	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
AIY4735	54926515E	5541/1	15/08/2014	181 * XVII
AJQ9951	54926400E	5746/1	14/08/2014	187 * I
AKI5313	54926562E	5185/1	30/07/2014	167
ALD0351	54595309E	5185/1	21/07/2014	167
APJ3468	54926624E	7366/2	19/08/2014	252 * VI
ARJ4539	54596618E	7366/2	16/08/2014	252 * VI
ARP6007	54926601E	5541/7	14/08/2014	181 * XVII
ASS8480	54926450E	7366/2	29/07/2014	252 * VI
DFO0401	54595647E	5541/1	29/07/2014	181 * XVII
LXV9886	54596865E	5193/0	19/08/2014	168
MAC0548	54595638E	7366/2	21/07/2014	252 * VI
MAG0098	54926570E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII
MAH8886	54926617E	5746/1	18/08/2014	187 * I
MAS0019	54595311E	5185/1	21/07/2014	167
MAX8427	54926494E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MBU5660	54595038E	5541/1	16/08/2014	181 * XVII
MCR7545	54596859E	5185/1	18/08/2014	167
MEV2440	54593222E	5185/1	19/08/2014	167
MFF2071	54926614E	5746/1	18/08/2014	187 * I
MFN1702	54596621E	5185/1	16/08/2014	167
MFZ1466	54926422E	7366/2	17/07/2014	252 * VI
MHB5217	54595043E	7366/2	18/08/2014	252 * VI
MHK7471	54596629E	5568/0	20/08/2014	181 * XIX
MHM7422	54926605E	6068/1	13/08/2014	209

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR0937	54926628E	7366/2	19/08/2014	252 * VI
MIZ0654	54926571E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MJA7000	55440696C	5541/1	19/07/2014	181 * XVII
MJC3934	54926524E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MJW4962	54926701E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MLD8686	54926397E	7366/2	13/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1927/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1927/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEA6261	54594649E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
ALE6082	54593537E	6548/0	14/06/2014	R\$ 85,12	229
AQA2003	55437962C	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AQA2003	55437963C	6670/0	06/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
BUV7710	54594631E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
BYA3563	55725292D	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BYA3563	55725293D	5118/0	06/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LND0215	54596471E	6599/2	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LND0215	54596472E	6629/0	09/06/2014	R\$ 127,69	230 * VIII
LND0215	54596473E	5010/0	09/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LND0215	54596474E	5118/0	09/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWS2926	54593214E	6920/0	30/06/2014	R\$ 127,69	233
LXJ0584	54594635E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
LZL8696	54594628E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
LZV6670	54595658E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZV6670	54595659E	6726/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZV6670	54595660E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MAJ5953	54595536E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MBS7227	55728151D	6700/0	24/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MBY3624	54595628E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL1650	55437966C	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDL1650	55437968C	6726/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDL1650	55437969C	6610/2	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDP3515	54594815E	5037/1	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * III
MDP3515	54594816E	5134/1	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MDP3515	54594817E	6726/1	20/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP3515	54594818E	6912/0	20/07/2014	R\$ 53,20	232
MEQ8405	54595617E	5169/1	19/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MJK1153	54074198D	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1928/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1928/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABO1046	55515088D	5185/1	28/05/2014	R\$ 127,69	167
AGP7534	54926306E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AKR8383	54926196E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AKU9330	55515485D	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167
ALU8901	54926193E	5568/0	23/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
ANM2169	55515113D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BES2307	55515301D	5185/1	21/05/2014	R\$ 127,69	167
BYA3563	55725294D	5576/0	06/07/2014	R\$ 85,12	182 * I
CAS1363	55515037D	7366/2	13/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CNW5496	54926171E	5185/1	18/06/2014	R\$ 127,69	167
ICY4576	55513900D	5193/0	29/05/2014	R\$ 191,53	168
LXN6447	54926029E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
LXN6447	54926030E	5819/6	17/06/2014	R\$ 574,61	193
LXP8155	54926164E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
LXQ1915	55514323D	5541/2	24/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYB7591	55515489D	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
LYE0144	54926161E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
LZJ0255	54926068E	5460/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LZZ7515	55515487D	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
MBD0060	54926063E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE0912	54926018E	5738/0	12/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEZ7296	55515138D	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK9749	55440693C	6068/1	09/07/2014	R\$ 127,69	209
MHP4944	54926031E	7366/2	17/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MXH9577	54926032E	7366/2	18/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIQ5749	54926103E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIT9576	55515401D	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN0953	54926169E	5185/1	18/06/2014	R\$ 127,69	167
MJT7246	54595615E	5525/0	07/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MMC3800	55515484D	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167
MMM7431	55515108D	5541/2	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº308/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº 308/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/08/2014 a 31/10/2014, a servidora IVONICE MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/08/2014 a 24/08/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/08/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº309/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 309/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/09/2014 a 31/10/2014, a servidora LUCIANA REGINA PESATI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/08/2014 a 05/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/09/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº310/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 310/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006, RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

pelo período de 31/08/2014 a 31/10/2014, concedido a servidora OLGA CRISTINA ROCHA PESSIN ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 006/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/08/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº311/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 311/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/08/2014 a 23/09/2014, a servidora SUELI TEREZINHA ZWIEFKA RANDIG ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/08/2014 a 28/08/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/08/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº312/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 312/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/08/2014 a 26/09/2014, concedido ao servidor OCLAIR CARLOS SILVEIRA SOBRINHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 050/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº313/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 313/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/08/2014 a 26/09/2014, concedido a servidora ELIANE PREISLER PIRES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 268/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/08/2014.

São Bento do Sul, 04/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº314/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 314/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/09/2014 a 12/09/2014, a servidora MARIA GILCIONE FIGUEIREDO COLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/08/2014 a 09/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/09/2014.

São Bento do Sul, 05/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº315/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 315/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/08/2014 a 05/12/2014, concedido a servidora ANALÚ DOS SANTOS LOPES ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de

Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 099/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/08/2014.

São Bento do Sul, 05/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº316/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 316/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/09/2014 a 28/11/2014, a servidora JOELMA TERE-SINHA MARTINS DILL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/08/2014 a 11/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/09/2014.

São Bento do Sul, 05/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº317/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 317/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/09/2014 a 26/09/2014, a servidora ANA LUCIANE PAZDA WOSSGRAU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/08/2014 a 11/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/09/2014.

São Bento do Sul, 05/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº318/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 318/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/08/2014 a 31/10/2014, concedido a servidora ZENILDA MARIA RODRIGUES DA LUZ RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 079/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/08/2014.

São Bento do Sul, 05/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**Homologa As Inscrições Deferidas do Processo Seletivo Edital Nº 002/2014**HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS
DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto torna pública a lista das inscrições deferidas referente ao Edital nº 002 de Processo Seletivo para contratação temporária ao cargo de Assistente Social, conforme segue:

inscrição	Candidato
001	ANDRESSA TORINELLI
002	RITA DE CÁSSIA FLORENCIO
003	SILVANIA CARVALHO BRUNNQUELL
004	RICARDO WOLNEI GRUBER
005	MARLI TEREZINHA ZAVASKI
006	MÔNICA ROSA MARIA ZANCHETIN TOBIAS
007	VALÉRIA SOUZA DA SILVA
008	VALDÍVIA DA SILVA
009	LANDIVO GERALDO DE OLIVEIRA
010	KARIN ELAINE ALVES RUTHES
011	DIRCE INÊS GRUBER ROSA
012	EVANDRO RICARDO ALENCAR ARAÚJO

O resultado preliminar será divulgado em até 05(cinco) dias úteis após a divulgação da homologação das inscrições.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2014.

Osmar Telma

Diretor Presidente

São José**PREFEITURA****Decreto Nº 3164/2014**

DECRETO Nº 3164/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GRAZIELA DE ANDRADE para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3020/2014

DECRETO Nº 3020/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor, ROBSON DE OLIVEIRA, matrícula nº 35.279, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3021/2014

DECRETO Nº 3021/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder à servidora, HELLEN CRISTINA RIBEIRO SOARES, matrícula nº 35.280, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 017/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS N° 017/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 185/2014 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de cabeceiras, acessos e urbanização de uma ponte em concreto armado localizada no bairro Colônia Santana. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP; 2ª DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; 3ª EMPREITEIRA PAVICON LTDA; 4ª ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA; e 5ª TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP; e. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

DECRETO N° 3165/2014

DECRETO N° 3165/2014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO, REALIZADO POR MEIO DO EDITAL N.º 001/2013/SMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, II da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no item 13.1 do Edital N.º 001/2013/SMA, que dispõe sobre a validade do Processo Seletivo,

Considerando o Decreto N.º 1548 de 20 de setembro de 2013 que homologou o supracitado Processo Seletivo,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo, levado a efeito pelo Edital N.º 001/2013/SMA, por mais 01 ano, a partir do dia 20 de setembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	VERA SUELY DE ANDRADE Secretária Interina da Administração
---	---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1416/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1416/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC9502	55673010C	5452/1	05/08/2014	181 * VIII
AAN3443	55672801C	6041/2	22/07/2014	207
ALK2869	55673030C	5185/1	07/08/2014	167
DHS0001	55673504C	5452/1	30/07/2014	181 * VIII
IHI6188	55673035C	5185/1	07/08/2014	167
LZB0689	55673038C	5185/1	07/08/2014	167
MBF9469	55672106C	5550/0	24/07/2014	181 * XVIII
MCN3578	55673018C	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MDJ9073	55672066C	5460/0	09/08/2014	181 * IX
MDZ6521	55673006C	5185/1	05/08/2014	167
MEL0576	55672069C	5541/1	19/08/2014	181 * XVII
MEL2059	55672401C	5550/0	21/07/2014	181 * XVIII
MEQ1528	55673027C	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MEV2135	55672869C	5460/0	08/08/2014	181 * IX
MEW8991	55671647C	5541/3	17/08/2014	181 * XVII
MEY0007	55670570C	5550/0	18/07/2014	181 * XVIII
MFG6347	55673040C	5185/1	07/08/2014	167
MFN5984	55672639C	6017/5	14/07/2014	206 * III
MGB0673	55673268C	5185/1	25/08/2014	167
MGN5814	55673016C	5525/0	05/08/2014	181 * XV
MHB7087	55670684C	7366/2	30/07/2014	252 * VI
MIA1065	55672632C	5185/1	14/07/2014	167
MIK6691	55672658C	7366/2	14/07/2014	252 * VI
MIO9874	55672642C	7366/2	14/07/2014	252 * VI
MIT3681	55673078C	6017/5	21/08/2014	206 * III
MIV3141	55671668C	6017/5	01/07/2014	206 * III

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIV3141	55672621C	6050/1	10/07/2014	208
MIZ0268	55671450C	5541/4	24/07/2014	181 * XVII
MJS3962	55670569C	5550/0	18/07/2014	181 * XVIII
MKB8619	55670680C	5568/0	22/07/2014	181 * XIX
MKD7997	55671567C	6122/0	12/06/2014	214 * I
MKF6592	55671878C	5738/0	17/08/2014	186 * II
MKK3867	55667248C	5541/4	18/07/2014	181 * XVII
MKK6428	55672868C	7366/2	08/08/2014	252 * VI
MKP0945	55673037C	6122/0	07/08/2014	214 * I
MKP1174	55666385C	5541/6	06/08/2014	181 * XVII
MKR3747	55673013C	5525/0	05/08/2014	181 * XV
MLD0699	55670674C	5550/0	16/07/2014	181 * XVIII
MLY7453	55673009C	5452/1	05/08/2014	181 * VIII
MVE4347	55672653C	5550/0	16/07/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1418/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1418/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALQ7302	55668932C	6068/1	10/04/2014	R\$ 127,69	209
APF4609	55672192C	6122/0	02/07/2014	R\$ 191,53	214 * I
ARL3696	55670414C	5460/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
ASH8614	55669261C	5541/3	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CLR0157	55667621C	5703/0	24/06/2014	R\$ 85,12	185 * I
EEH7948	55669534C	5452/1	17/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IAB0747	55669801C	5568/0	24/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
IGU9341	55671137C	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IMD6674	55671119C	5541/4	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IPK6266	55670757C	5541/4	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JRI0551	55668481C	5460/0	07/04/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LXE3938	55670951C	5541/3	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXR0833	55671358C	5550/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYP4099	55669202C	5541/1	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA1520	55669251C	5509/0	07/04/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LZS4710	55670727C	5568/0	18/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAL3085	55666189C	5541/4	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR9109	55669861C	5819/1	17/05/2014	R\$ 574,61	193
MBN2049	55668489C	5568/0	07/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBT4665	55650525C	5185/2	09/04/2014	R\$ 127,69	167
MBT4665	55650526C	6858/0	09/04/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MCC0738	55668165C	7366/2	30/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCL1814	55668923C	7366/2	08/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCR0153	55668267C	7366/2	10/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCR5129	55672018C	7366/2	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDO6132	55665530C	5550/0	12/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDV2852	55671557C	5550/0	06/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC9476	55667224C	5541/1	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH4507	55671405C	5541/4	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP0834	55671067C	5568/0	03/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEV8483	55670347C	5568/0	06/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEW9570	55670602C	5550/0	11/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN7174	55670426C	5703/0	06/06/2014	R\$ 85,12	185 * I
MGC5904	55669237C	5460/0	17/05/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MGK1467	55650530C	7072/1	10/04/2014	R\$ 191,53	244 * V
MGY7925	55671364C	5550/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGZ8103	55669829C	5568/0	02/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MHG2825	55672039C	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MHM1084	55672189C	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
MHV5112	55668435C	5550/0	04/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHX2476	55670848C	5185/1	19/05/2014	R\$ 127,69	167
MHY7053	55672005C	7366/2	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MID4914	55671536C	5568/0	04/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MID7855	55672166C	5550/0	28/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIW7799	55668766C	7366/2	18/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJB8620	55670371C	5738/0	02/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJD4582	55667727C	5568/0	09/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJG6899	55668760C	5550/0	08/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJH3575	55669539C	5452/1	17/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJN7480	55671519C	6122/0	19/05/2014	R\$ 191,53	214 * I
MJO7586	55669516C	5550/0	17/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJQ3322	55670109C	5541/4	18/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW0132	55670730C	5568/0	22/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJW1842	55669041C	7366/2	13/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJZ4807	55671362C	5550/0	31/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKI7542	55671404C	5738/0	04/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MKP0502	55669764C	6068/1	03/06/2014	R\$ 127,69	209
MKY7677	55668210C	6122/0	07/04/2014	R\$ 191,53	214 * I
MLA2171	55669680C	5550/0	25/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLB3544	55670026C	5541/1	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ7406	55671451C	5541/1	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF4200	55669040C	5550/0	13/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMH3854	55671562C	6122/0	10/06/2014	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MVD2772	55669589C	5541/3	07/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NZA1734	55671266C	5541/1	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1892/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1892/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMH4536	55540965E	5541/4	23/07/2014	181 * XVII
AML7677	55821503E	5622/2	08/08/2014	182 * VI
APW1071	54769686E	5835/0	14/08/2014	195
AQT3073	55538315E	5550/0	26/07/2014	181 * XVIII
BGF2107	55821907E	5185/1	14/08/2014	167
DCH9627	55539021E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
EKK6972	55542495E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
EZG9794	55542034E	7366/2	26/07/2014	252 * VI
IGD7121	55540067E	5185/1	23/07/2014	167
ILN3175	55538630E	5185/1	25/07/2014	167
ILN3175	55538631E	5819/1	25/07/2014	193
ILN3175	55542725E	5835/0	25/07/2014	195
ILN3175	55542728E	7234/0	25/07/2014	250 * I * a
INX2549	55538792E	7366/2	10/07/2014	252 * VI
ISV7203	55539392E	5185/1	13/08/2014	167
ITA2308	55821904E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
JPN4614	55540528E	5185/1	15/08/2014	167
JTV8718	55820881E	7366/2	20/08/2014	252 * VI
JTV8718	55820882E	6122/0	20/08/2014	214 * I
LXJ8342	54446938E	5185/1	06/08/2014	167
LXR2265	55821355E	5541/4	14/08/2014	181 * XVII
LYE0620	55822117E	5550/0	24/08/2014	181 * XVIII
LYN0170	55538322E	5550/0	27/07/2014	181 * XVIII
LYV8966	55541957E	5550/0	25/07/2014	181 * XVIII
LYY6601	55541982E	7366/2	19/08/2014	252 * VI
LYY6601	55541983E	5185/1	19/08/2014	167

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYZ1335	55541921E	5185/1	16/07/2014	167
LYZ1335	55541924E	6017/5	16/07/2014	206 * III
LYZ1335	55541925E	5185/2	16/07/2014	167
LYZ1335	55541926E	6050/1	16/07/2014	208
LZZ4404	55542101E	5452/1	16/07/2014	181 * VIII
MAA4026	55821268E	5185/1	20/08/2014	167
MAL1979	55820874E	5185/1	19/08/2014	167
MAM2754	55541844E	5541/4	18/08/2014	181 * XVII
MAT1310	54768984E	5185/1	26/07/2014	167
MBL3734	55540689E	5541/6	21/07/2014	181 * XVII
MBM4116	55542653E	5479/0	28/07/2014	181 * X
MBM5309	55821731E	6050/1	21/08/2014	208
MBS5122	55540286E	5541/4	15/08/2014	181 * XVII
MCK2108	55541118E	5550/0	13/08/2014	181 * XVIII
MCQ9019	55541470E	5185/1	17/07/2014	167
MCR2864	55541466E	7366/2	16/07/2014	252 * VI
MCV2675	55088694E	5541/4	20/08/2014	181 * XVII
MDH2283	55542393E	5550/0	25/07/2014	181 * XVIII
MDK5169	55088943E	5541/5	18/08/2014	181 * XVII
MDQ2539	55538934E	5720/0	15/08/2014	186 * I
MDT0178	55084167E	5550/0	17/08/2014	181 * XVIII
MDT8715	55540018E	5185/1	18/07/2014	167
MEG6855	54932431E	5541/6	05/08/2014	181 * XVII
MEI7628	55542634E	5185/1	20/08/2014	167
MEL0576	55542894E	5550/0	15/08/2014	181 * XVIII
MEL0576	55542895E	5525/0	15/08/2014	181 * XV
MES2510	55820880E	5185/1	20/08/2014	167
MES8087	55821154E	5185/1	23/08/2014	167
MEX2447	55542723E	5185/1	25/07/2014	167
MEY3386	55542616E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MFD3682	55542499E	5185/1	15/08/2014	167
MFI3766	55538564E	5452/7	19/07/2014	181 * VIII
MFN5167	55822009E	6130/0	19/08/2014	214 * II
MFQ6665	55084165E	5550/0	17/08/2014	181 * XVIII
MFW7403	55542622E	5185/1	13/08/2014	167
MGC9601	55541961E	5550/0	25/07/2014	181 * XVIII
MGH4195	55542819E	5550/0	01/08/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGI4545	55539099E	5541/7	25/07/2014	181 * XVII
MGJ2677	55539927E	5541/4	25/07/2014	181 * XVII
MGN7865	55540114E	5185/1	23/07/2014	167
MGO3600	55088689E	5541/5	25/07/2014	181 * XVII
MHE7599	55542603E	5193/0	26/07/2014	168
MHR5744	55540962E	5541/5	22/07/2014	181 * XVII
MHS0938	55540293E	5541/5	20/08/2014	181 * XVII
MHV1961	55542500E	5185/1	15/08/2014	167
MHY2952	55540968E	5541/5	25/07/2014	181 * XVII
MHZ5642	55539386E	5185/1	13/08/2014	167
MIB5046	55540066E	7366/2	22/07/2014	252 * VI
MIE3752	55540164E	5541/4	24/07/2014	181 * XVII
MIL8334	55820869E	6122/0	19/08/2014	214 * I
MIM3851	55821903E	5185/1	14/08/2014	167
MIS0985	55542729E	6050/1	26/07/2014	208
MIZ2320	55539381E	7366/2	12/08/2014	252 * VI
MIZ2320	55539382E	5185/1	12/08/2014	167
MJC0233	55541480E	6122/0	19/07/2014	214 * I
MJC2821	55821363E	7366/2	18/08/2014	252 * VI
MJF3100	55821723E	7234/0	20/08/2014	250 * I * a
MJK3941	55539071E	5185/1	21/07/2014	167
MJX0430	55540068E	5541/4	25/07/2014	181 * XVII
MKB8596	55542501E	5550/0	18/07/2014	181 * XVIII
MKF4690	55821625E	5452/1	22/08/2014	181 * VIII
MKJ3328	55540063E	7366/2	22/07/2014	252 * VI
MKJ4453	55541613E	7366/2	19/08/2014	252 * VI
MKL9557	55820868E	6122/0	19/08/2014	214 * I
MKP0408	55542636E	5185/1	20/08/2014	167
MLF1272	55539925E	6017/5	23/07/2014	206 * III
MLI5382	55542613E	5185/1	11/08/2014	167
MLY9402	55539889E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
MMF9562	55539383E	5185/1	13/08/2014	167
MMI2245	55538815E	7056/1	21/07/2014	244 * III
MMM4583	55539034E	6866/1	20/08/2014	231 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1894/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1894/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJH1234	55085614E	5550/0	04/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AMV2796	55085849E	5550/0	03/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AUD3313	55085365E	5541/4	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ENO3209	55087768E	5452/5	01/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IAR7406	55082771E	5185/1	20/04/2014	R\$ 127,69	167
INC6000	55087005E	5550/0	16/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IRB0287	55087249E	5550/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYT3938	55081801E	5410/0	28/04/2014	R\$ 85,12	181 * IV
LZD7085	55088234E	5550/0	21/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBF1139	55088188E	6130/0	29/05/2014	R\$ 191,53	214 * II
MBF8213	55084966E	5460/0	18/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBI7898	55088760E	5550/0	08/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBN0867	55085624E	5550/0	15/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBT1185	55538701E	5452/1	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCA8690	55088755E	5550/0	08/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCB0418	55086061E	5452/1	15/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCB0418	55086063E	5835/0	15/04/2014	R\$ 127,69	195
MCE4737	55538019E	6130/0	10/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MCN0398	55087329E	5827/0	28/05/2014	R\$ 127,69	194
MCQ4044	55086606E	5207/0	26/04/2014	R\$ 53,20	169
MDK4272	55087872E	6050/1	17/06/2014	R\$ 191,53	208
MDR8105	55083796E	5550/0	12/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDX5496	55538657E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEC1955	55088399E	5541/4	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG6855	55084968E	5460/0	04/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFA0023	55085622E	5541/1	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFG2747	54932234E	5550/0	18/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFH1010	55085632E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGG2473	55538772E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
MGT7635	54445241E	5550/0	08/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGY4121	55912326D	5550/0	17/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHC7388	55538022E	7366/2	10/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHL9734	55085625E	5550/0	15/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHO8254	55088874E	5452/1	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHR0215	55539164E	6050/1	20/07/2014	R\$ 191,53	208
MIF6886	55540706E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MII7465	55538033E	6130/0	13/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MIO0320	55082446E	5452/7	27/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIU0181	55085376E	5550/0	07/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIX1639	54932238E	5550/0	22/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIY8033	55088893E	5550/0	09/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJC0212	55088166E	7366/2	27/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJL5016	55538034E	6130/0	13/06/2014	R\$ 191,53	214 * II
MJY1004	55082408E	5550/0	07/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKE1431	55088170E	5622/2	28/05/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MKI2679	55541002E	5452/7	10/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKM8491	55540799E	7234/0	11/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MKT9821	54929900E	5622/2	28/05/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MLN5966	55088641E	5452/1	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLR8611	55086077E	5550/0	23/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1415/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1415/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJP2147	55672289C	5169/1	07/08/2014	165
AJP2147	55672290C	5045/0	07/08/2014	162 * V
MAC4129	55672951C	6556/1	28/07/2014	230 * I
MAC4129	55672952C	6653/2	28/07/2014	230 * XI
MDD5285	55671443C	6637/1	20/07/2014	230 * IX
MDD5285	55671444C	6653/2	20/07/2014	230 * XI
MDD5285	55671445C	6610/2	20/07/2014	230 * VII
MDD5285	55671446C	6912/0	20/07/2014	232
MEE4534	55672271C	6599/2	26/07/2014	230 * V
MEE4534	55672272C	5010/0	26/07/2014	162 * I
MEV2135	55672870C	6599/2	08/08/2014	230 * V
MHU6631	55669866C	6653/2	20/07/2014	230 * XI
MHU6631	55669869C	6637/1	20/07/2014	230 * IX
MHU6631	55669870C	6599/2	20/07/2014	230 * V
MHU6631	55669872C	5010/0	20/07/2014	162 * I
MJD8770	55672555C	6599/2	23/08/2014	230 * V
MKB8619	55670681C	5274/1	22/07/2014	175
MKF5927	55671293C	5045/0	16/07/2014	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1417/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1417/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CBR1715	55669137C	6610/2	27/04/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CBR1715	55669138C	6700/0	27/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
IFW2518	55668393C	6556/1	19/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
IFW2518	55668394C	6599/2	19/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZO1102	55127347C	6599/2	02/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGK5071	55669648C	6599/2	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGP4566	55671068C	5169/1	07/06/2014	R\$ 1.915,38	165
NDQ2010	55669246C	6599/2	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1891/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1891/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFM8600	55541047E	6912/0	30/07/2014	232
AGK6853	55539084E	7358/0	22/07/2014	252 * V
AMJ5411	55820948E	6599/2	20/08/2014	230 * V
AOM4563	55542517E	6610/2	25/07/2014	230 * VII
APW1071	54769684E	6599/2	14/08/2014	230 * V
APW1071	54769687E	5274/1	14/08/2014	175
BMK8451	55087946E	6599/2	16/07/2014	230 * V
BMK8451	55087947E	5045/0	16/07/2014	162 * V
CLG9289	55538563E	6700/0	19/07/2014	230 * XVI
CTA4446	55820762E	6912/0	13/08/2014	232
EUK1514	55542718E	5045/0	25/07/2014	162 * V
FGD2418	55539030E	7358/0	20/08/2014	252 * V
HEM7998	55087027E	5169/1	09/08/2014	165
IAZ7614	55820926E	6556/1	14/08/2014	230 * I
IAZ7614	55820927E	6599/2	14/08/2014	230 * V
IAZ7614	55820928E	6416/0	14/08/2014	221 § Único
ILN3175	55542726E	5274/1	25/07/2014	175
IQM6943	55821010E	6599/2	07/08/2014	230 * V
IQM6943	55821011E	6602/0	07/08/2014	230 * VI
LBZ0893	54769690E	6912/0	18/08/2014	232
LWR9799	54769674E	6416/0	14/08/2014	221 § Único
LWR9799	54769675E	6610/2	14/08/2014	230 * VII
LXB6195	55542256E	6599/2	26/07/2014	230 * V
LXE1387	55542252E	5045/0	25/07/2014	162 * V
LXE1387	55542253E	6599/2	25/07/2014	230 * V
LXJ1495	55542228E	6408/0	23/07/2014	221

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ8342	54446937E	6610/2	06/08/2014	230 * VII
LXJ8342	54446939E	6637/2	06/08/2014	230 * IX
LXP7293	55542236E	6599/2	23/07/2014	230 * V
LYD0118	54769697E	7340/0	18/08/2014	252 * IV
LYD0118	55820932E	6726/1	18/08/2014	230 * XVIII
LYY6601	55541984E	6637/1	19/08/2014	230 * IX
LYY6601	55541985E	6912/0	19/08/2014	232
LYY6601	55541986E	6599/2	19/08/2014	230 * V
LYZ1335	55541922E	5274/1	16/07/2014	175
LYZ1335	55541923E	6637/1	16/07/2014	230 * IX
LYZ1335	55541927E	5045/0	16/07/2014	162 * V
LYZ1335	55541933E	6610/2	17/07/2014	230 * VII
LZW2604	55542233E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MAM1530	55542802E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MAT1310	54768985E	7358/0	26/07/2014	252 * V
MAX1088	55542346E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MAX1088	55542347E	6726/1	31/07/2014	230 * XVIII
MBK9655	55820807E	6408/0	15/08/2014	221
MBM5792	55821801E	6726/1	20/08/2014	230 * XVIII
MBO9776	55538212E	5010/0	08/08/2014	162 * I
MBW1273	55821367E	6912/0	22/08/2014	232
MBW1273	55821368E	6637/1	22/08/2014	230 * IX
MBZ7391	55541952E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MBZ7391	55541953E	6408/0	23/07/2014	221
MCB3455	55821015E	6726/1	19/08/2014	230 * XVIII
MCI1119	55541975E	6599/2	15/08/2014	230 * V
MCI1119	55541976E	6726/1	15/08/2014	230 * XVIII
MCI1119	55541977E	6580/0	15/08/2014	230 * IV
MCJ9999	55542563E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MCV4284	55542516E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
MDF1571	55542327E	6637/2	25/07/2014	230 * IX
MDI8681	54768978E	7358/0	26/07/2014	252 * V
MDN2959	55820919E	6726/1	14/08/2014	230 * XVIII
MDW8598	55821314E	6610/2	22/08/2014	230 * VII
MDY7186	55539016E	5010/0	25/07/2014	162 * I
MDY8096	55538574E	6602/0	22/07/2014	230 * VI
MEP1083	54769680E	6599/2	14/08/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEP1083	54769681E	6637/1	14/08/2014	230 * IX
MEP4724	55542907E	5045/0	02/08/2014	162 * V
MET1575	55538555E	6912/0	18/07/2014	232
MFB6569	55538554E	6912/0	18/07/2014	232
MFX4038	55084970E	6912/0	19/08/2014	232
MGC9824	55539365E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MGC9824	55539366E	5010/0	22/07/2014	162 * I
MGV1322	55542223E	5010/0	22/07/2014	162 * I
MGV1322	55542224E	5061/0	22/07/2014	163 c/c 162 * I
MGV1322	55542225E	6599/2	22/07/2014	230 * V
MGV1322	55542226E	6912/0	22/07/2014	232
MGV1322	55542227E	6726/1	22/07/2014	230 * XVIII
MGV4076	55539068E	7358/0	21/07/2014	252 * V
MHE7599	55542602E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MHL4378	55821007E	5010/0	07/08/2014	162 * I
MHL4378	55821009E	5061/0	08/08/2014	163 c/c 162 * I
MHS0938	55540294E	6599/2	20/08/2014	230 * V
MHS0938	55540295E	6912/0	20/08/2014	232
MHS0938	55540296E	6700/0	20/08/2014	230 * XVI
MHS0938	55821623E	6637/2	20/08/2014	230 * IX
MIE3752	55540165E	6610/2	24/07/2014	230 * VII
MIE3752	55540166E	6912/0	24/07/2014	232
MIE3752	55540167E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MIF5761	55542804E	6912/0	25/07/2014	232
MJE0983	55542319E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MKE7715	55542711E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MLQ2812	55088241E	6912/0	18/08/2014	232
NCH9632	55086772E	5045/0	06/05/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1893/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1893/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEM7978	55086473E	5010/0	25/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
AFV3847	55538367E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
ARM6099	55085255E	5010/0	08/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
ARM6099	55085256E	6416/0	08/04/2014	R\$ 85,12	221 § Único
BRF2450	55087813E	6599/2	31/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
BRF2450	55087814E	6416/0	31/05/2014	R\$ 85,12	221 § Único
BRF2450	55087815E	6726/1	31/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BYC9902	55087480E	6920/0	20/05/2014	R\$ 127,69	233
CKL7054	55538152E	6637/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CKN0154	55084775E	6726/1	02/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CKN0154	55084776E	6912/0	02/04/2014	R\$ 53,20	232
CKN9922	54767927E	6599/2	03/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
CPA4224	54932486E	6637/1	10/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CXC9224	54931187E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
DLP2682	55088086E	5169/1	21/06/2014	R\$ 1.915,38	165
HIU6110	55086799E	6726/1	08/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HSH4888	54931186E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
ICD3724	55087853E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDQ8475	55088763E	6556/4	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
KMJ1743	55087108E	6599/2	13/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
KMJ1743	55087109E	5010/0	13/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXV2750	55086479E	6408/0	29/04/2014	R\$ 85,12	221
LYG2460	55088733E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYG2460	55088734E	6726/1	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYT8639	55086095E	6599/2	05/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYT8639	55086096E	6726/1	05/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT8639	55086097E	7340/0	05/05/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LYY0568	55088225E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYY0568	55088226E	6637/2	10/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZK2759	55085711E	6912/0	07/04/2014	R\$ 53,20	232
MAH5830	55088822E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBG6392	55086684E	5169/1	24/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MBK4203	55086792E	6599/2	06/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY5583	55086905E	5045/0	10/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCN0398	55087328E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
MCO6726	55086721E	5010/0	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCO6726	55086722E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCS5263	55087850E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MCS5263	55088951E	6416/0	11/06/2014	R\$ 85,12	221 § Único
MCV7021	55086766E	6556/1	06/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCW7827	55086902E	6556/1	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDA9115	55088071E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDJ1199	55538464E	6637/1	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDK7172	55084730E	6599/2	13/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDK7172	55084731E	5010/0	13/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDS3250	55088731E	5010/0	18/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDS3250	55088732E	6602/0	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEC7407	55087087E	6637/2	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEU4655	55085985E	6599/2	16/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE1321	55088820E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFE1321	55088821E	6726/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFH1010	55085633E	6726/1	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGJ3379	55088301E	6726/1	27/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGJ3379	55088302E	5045/0	27/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGJ3379	55088303E	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232
MGP2240	54931182E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MHL9734	55085626E	5010/0	15/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHS0310	55162035C	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MIF6886	55540704E	6769/1	08/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MIF6886	55540705E	6610/2	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MIF6886	55540707E	6637/2	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIV3685	54931191E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MJZ8511	55086706E	6912/0	08/05/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKW4557	55082645E	6637/2	25/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MLI3204	55087982E	6912/0	29/05/2014	R\$ 53,20	232
MMA4195	55910032D	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MMB2757	55538374E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 8 DE SETEMBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato Nº 024/2009 - Pregão Presencial N.º 023/2009**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2009 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2009

CONTRATO Nº 024/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: GREEN CARD S/A

OBJETO: Prestação de serviços de fornecimento de vale alimentação por meio de cartão magnético, para os funcionários da Contratante.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.46.00.00.00.00.0101

VALOR DO CONTRATO: A taxa de administração da Contratada se manterá negativa (-0,05%).

VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

São José do Cedro**PREFEITURA****Decreto Nº 5.560**

DECRETO Nº 5.560, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - CODECE".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº. 2.864, de 09 de agosto de 2001,

DECRETA:

Artº. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento de São José do Cedro - CODECE, ficando o mesmo constituído da seguinte forma:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

Joana Anzolin

Rudimar Cesar Winter

REPRESENTANTES DO COMÉRCIO

Valter Riffel

Elton Egídio Angeli

Marilei Lurdes Kuhn Niedermaier

Mônica Britz Arconti

Alécio Kuhn

Avelino João Francisco

REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA

Paulo Rogério Linck

Ingrid Kasper Dedeco

Marciano Carlos Barato

Flávio Luiz Zen

Julio Cesar Rubin

João Carlos Rockenback

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Eliana Link Ferrari

João Carlos Anzolin

Everton Fernando Dassow

REPRESENTANTES DO CDL E ACISC

Rui Niedermaier

Artº. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi publicado e registrado em 05 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.945, de 09 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.945, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01.10.301.4506.2.019		Transf. Cons.	R\$
3.3.71.00.00.00.00.0.1.0002	09	Publ.	60.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01.10.301.4506.2.019		Aplicação	
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	08	Direta	R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de setembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 79/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2014-PMS

PROCESSO Nº. 167/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos com câmara e protetor para retroescavadeira e carregadeira para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de setembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA SOUZA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 592.415.945-00, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 17 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 05 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde e Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2014-PMS

PROCESSO Nº. 169/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa de engenharia para efetuar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de setembro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de setembro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 176/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 176/2014-PMS

Pregão Presencial nº. 71/2014-PMS

Processo nº. 151/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTISOM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.1842.605/0001-20, estabelecida na Rua José Rosa, nº 330, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89260-372

Objeto: contratação de empresa em locação de gerador, para a Schroederfest 2014, a ser realizada no parque de eventos Alfredo Pasold do Município de Schroeder, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Locação de 01 GERADOR DE 260KVA, (silenciado, estabilizado e aterrado), trifásico, brushless, 220/380/440 v, especial para cargas deformantes, com regulador eletrônico de tensão, quadro de comando manual, com disjuntor tri polar com capacidade de 700ª para proteção, silenciador Standard, para funcionamento singelo na potencia de 260/232 kva, (standbye / prime power), fator de potencia 0,8, 220/127 v - 60 hz. OBS: Poderá ser usado ate 240 amperes por fases; Incluso 300mts de cabo 75mm para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2014. 01 TÉCNICO GERADORISTA - disponível no local durante todo os 3 dias de evento; MATERIAL INCLUSO: Laudo técnico, encargos fiscais e trabalhistas; Óleo diesel durante o evento com o abastecimento de combustível incluso, deslocamento, alimentação, hospedagens, 120 metros de cabos 03 cabos de 95mm, caixa distribuidora, 08 granadas, manutenção preventiva e corretiva durante todo o evento. HORAS DE USO: 25h:00min. Salientamos que este equipamento deverá permanecer em funcionamento pelo período que for determinado pela comissão organizadora, de acordo com a programação do evento ou a necessidade que a comissão organizadora determinar. (Período de locação: 02/10/14, 03/10/14 e 04/10/14). Considerações Importantes: Será de responsabilidade da licitante a locação, montagem e desmontagem dos equipamentos, bem como o transporte, a manutenção no período da festa, os responsáveis técnicos e os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários; A licitante deverá substituir os equipamentos com defeito ou sem funcionamento imediatamente, devendo ter um funcionário à disposição para a realização dos serviços necessários a este fim; Não serão aceitos equipamentos e/ou materiais em mau estado de conservação, enferrujados, descascados, sem pintura ou improvisados; A empresa vencedora deverá emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra, devidamente conferida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - e quitada, as quais serão recolhidas pela contratante.</p>	1	Unidade	6.390,00	6.390,00
					6.390,00

Valor do contrato: R\$ 6.390,00 (seis mil trezentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 08/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 108/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 108/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2014 - FMS

Processo nº. 53/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CM HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 12.420.164/0003-19, estabelecida na Rua Vereador Kaveffes Abrão, nº 365, Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Catalão, Estado de Goiás, CEP: 75707-230.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: chocolate ou baunilha.	160.000	Gramas	0,098	15.680,00
TOTAL R\$					15.680,00

Valor do Contrato: R\$ 15.680,00 (quinze mil seiscentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 08/09/2014 - Vigência: 08/09/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 109/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 109/2014 - FMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2014 - FMS

Processo nº. 53/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 06.035.038/0001-86, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 69, Centro, Araranguá, Estado de Santa Catarina, CEP: 88900-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Embalagem: embalagem de 325 a 800g.	200,000	Gramas	0,054	10.800,00
05	Módulo de glutamina em pó, destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Ingredientes: glutamina (100%). Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: embalagem com 250 a 400g.	12.000	Gramas	0,531	6.372,00

08	Suplemento, líquido oral hiperprotéico, destinado à cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1.0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Não contém glúten. Sabores: diversos. Embalagem: embalagem com 200ml.	550	Latas	7,15	3.932,50
TOTAL R\$					21.104,50

Valor do Contrato: R\$ 21.104,50 (vinte e um mil cento e quatro reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 08/09/2014 - Vigência: 08/09/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 110/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 110/2014 - FMS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2014 - FMS
Processo nº. 53/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 06.035.038/0001-86, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº. 69, Centro, Araranguá, Estado de Santa Catarina, CEP: 88900-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
09	Fórmula infantil de partida, em pó, destinada a lactentes de 0 a 06 meses de idade. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 65 % de caseína e 35 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 80 a 100% vegetal e 0 a 20% de gordura láctea. Osmolaridade: 254 a 277 mOsm / litro de água Osmolalidade: 279 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	60.000	Gramas	0,03	1.800,00
10	Fórmula infantil de seguimento, em pó, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade. Perfil de carboidratos: 80 a 100% lactose e 0 a 20% de maltodextrina. Perfil de proteínas: 50 a 85 % de caseína e 15 a 50% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 60 a 100% vegetal e 0 a 40% de gordura láctea. Osmolaridade: 245 a 277 mOsm / litro de água Osmolalidade: 273 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	60.000	Gramas	0,03	1.800,00
11	Fórmula infantil de partida, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 100% lactose . Perfil de proteínas: 30 a 40 % de caseína e 60 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 97 a 98% vegetal e 02 a 03% de gordura láctea. Osmolaridade: 246 a 295 mOsm / litro de água Osmolalidade: 274 a 331 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	80.000	Gramas	0,03	2.400,00

12	Fórmula infantil de seguimento, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 50 a 80% lactose e 20 a 50% maltodextrina. Perfil de proteínas: 60 a 80% de caseína e 20 a 40% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 29 a 97% vegetal e 03 a 71% de gordura láctea. Osmolaridade: 253 a 295 mOsm / litro de água Osmolalidade: 285 a 335 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	80.000	Gramas	0,03	2.400,00
13	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Sem sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	80.000	Gramas	0,04	3.200,00

14	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade com intolerância à lactose e/ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Sem sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	80.000	Gramas	0,04	3.200,00
TOTAL R\$					14.800,00

Valor do Contrato: R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 08/09/2014 - Vigência: 08/09/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO DIRETOR

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor OSVALDO JURCK convida todos os interessados a participar da 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, para Revisão do Plano Diretor do Município de Schroeder, no dia 24 de setembro de 2014, às 19h, no Auditório da Associação Empresarial de Schroeder (ACIAS), situado na Rua Blumenau, 242.

Portaria Nº 5.707/2014, de 08 de Setembro de 2014.
PORTARIA Nº 5.707/2014, de 08 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Thiago de Azevedo Subtil em 05/08/2014.

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014;

Considerando o Decreto nº. 3.064/2014, de 04/09/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Ana Luiza Grabowski para exercer o cargo de Farmacêutica, percebendo o nível salarial nº 50 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e suas alterações, a ser pago proporcionalmente de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinada pela Secretaria de Saúde e Assistência

Social, assinando contrato entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.071/2014 DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.071/2014 de 4 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE
07.05.18.452.3005.2.317 - Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 95.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 95.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.074 / 2014, de 08 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 3.074 / 2014, de 08 de setembro de 2014.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR B NA DISCIPLINA ESPECÍFICA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Educação, cultura, Esporte e Lazer do Município, por meio de ofício nº 199/2014 - SECEL, datado de 26 de agosto de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Professor B na disciplina específica de Língua Estrangeira - Inglês para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva;

Considerando que a vaga é para substituição da professora Mérilin Aline Raasch Steffens que entrou em licença maternidade em 12 de agosto de 2014;

Considerando que no Processo Seletivo nº 003/2014 foi disponibilizada vaga, mas não houve candidatos inscritos.

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

Considerando que os profissionais da Educação do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos alunos conforme Lei Federal 9394/96.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Professor (a) B na disciplina específica de Língua Estrangeira - Inglês para atuar na Escola Municipal Professor Santos Tomaselli e Escola Municipal Professor Emílio da Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/aula semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 08 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 13/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 08/09/2014		Válido até: 08/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	"Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha. Embalagem: embalagem de 325 a 800g."	GR	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	Trophic Basic I	0	0,0540	1
5	Módulo de glutamina em pó, destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Ingredientes: glutamina (100%). Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem: embalagem com 250 a 400g.	GR	CM HOSPITALAR LTDA (12169)	NESTLÉ	0	0,0710	2
			EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	Glutaflo® / He	0	0,5310	1
6	"Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1,0 kcal/mL. Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Isento de lactose. Sabor: chocolate ou baunilha. Embalagem: lata com 400g."	GR	CM HOSPITALAR LTDA (12169)	NESTLÉ	0	0,0980	1
8	"Suplemento, líquido oral hiperprotéico, destinado à cicatrização de feridas gerais, incluindo-se úlceras de pressão. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL. Distribuição Kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Não contém glúten. Sabores: diversos. Embalagem: embalagem com 200ml."	LATA	EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS (12836)	Energyz® / Prc	0	7,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Número do Registro de Preços: 15/2014			Data do Registro: 08/09/2014		Válido até: 08/09/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	"Fórmula infantil de partida, em pó, destinada a lactentes de 0 a 06 meses de idade. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 65 % de caseína e 35 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 80 a 100% vegetal e 0 a 20% de gordura láctea. Osmolalidade: 254 a 277 mOsm / litro de água Osmolalidade: 279 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g."	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN CONFOR	0	0,0300	1
10	"Fórmula infantil de seguimento, em pó, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade. Perfil de carboidratos: 80 a 100% lactose e 0 a 20% de maltodextrina. Perfil de proteínas: 50 a 85 % de caseína e 15 a 50% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 60 a 100% vegetal e 0 a 40% de gordura láctea. Osmolalidade: 245 a 277 mOsm / litro de água Osmolalidade: 273 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g."	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN COMFOR	0	0,0300	1
11	"Fórmula infantil de partida, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 40 % de caseína e 60 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 97 a 98% vegetal e 02 a 03% de gordura láctea. Osmolalidade: 246 a 295 mOsm / litro de água Osmolalidade: 274 a 331 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0,4 a 0,8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g."	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN COMFOR	0	0,0300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 08/09/2014		Válido até: 08/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Fórmula infantil de seguimento, em pó, adicionada de prebióticos, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade para tratamento nutricional da constipação intestinal e reforço da atividade do sistema imunológico. Perfil de carboidratos: 50 a 80% lactose e 20 a 50% maltodextrina. Perfil de proteínas: 60 a 80 % de caseína e 20 a 40% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 29 a 97% vegetal e 03 a 71% de gordura láctea. Osmolalidade: 253 a 295 mOsm / litro de água Osmolalidade: 285 a 335 mOsm/ Kg de água. Prebióticos: 0.4 a 0.8g/100ml. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400g.	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN COMFOF	0	0,0300	1
13	Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes de zero a 6 meses de idade com intolerância à lactose e/ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolalidade: 140 a 230 mOsm / litro de água Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Sem sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY / NE	0	0,0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 08/09/2014		Válido até: 08/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	"Fórmula infantil, em pó, a base de proteína isolada de soja, destinada a lactentes a partir do sexto mês de idade com intolerância à lactose e/ ou alergia à proteína do leite de vaca. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: proteína isolada de soja + L-metionina. Perfil de lipídeos: 100% vegetal. Osmolaridade: 140 a 230 mOsm / litro de água Osmolalidade: 155 a 210 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Sem sacarose. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem: lata com 400 a 500g.	GR	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (12741)	NAN SOY/NEE	0	0,0400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 15/2014		Data do Registro: 08/09/2014		Válido até: 08/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de suplementos e complementos alimentares da Assistência Social para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014
PROCESSO Nº 53/2014

- (12169) - CM HOSPITALAR LTDA
- (12741) - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
- (12836) - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS

Schroeder, 8 de Setembro de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº. 147/2014

DECRETO Nº 147/2014, de 05 de setembro de 2014.

Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens do Município de Serra Alta/SC nos casos que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta deverão desenvolver ações no sentido de promover à avaliação, a reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade nos termos deste Decreto, para fins de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3º do art. 50 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como os Princípios de Contabilidade.

§ 1º Ficam dispensados dos procedimentos a que se refere o caput os bens:

I - que não ultrapassem o prazo de vida útil de 02 (dois) anos; ou
II - cujo custo de aquisição, valor recuperável ou valor reavaliado, seja inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por:

I - avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos;

II - mensuração: a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas;

III - reavaliação: adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil;

IV - redução ao valor recuperável (impairment): ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil;

V - valor da reavaliação ou valor da redução do ativo a valor recuperável: diferença entre o valor líquido contábil do bem e o valor de mercado ou de consenso, com base em laudo técnico;

VI - valor de aquisição: soma do preço de compra de bem com os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso;

VII - valor de mercado ou valor justo (fair value): valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado;

VIII - valor bruto contábil: valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

IX - valor líquido contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada;

X - valor recuperável: valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior;

XI - amortização: redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado;

XII - depreciação: redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;

XIII - exaustão: redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis;

XIV - valor depreciável, amortizável e exaurível: valor original de um ativo deduzido do seu valor residual;

XV - valor residual: montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, deduzidos os gastos esperados para sua alienação;

XVI - vida útil:

a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou

b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo; e

XVII - laudo técnico: documento hábil, conforme padrão definido pelo órgão central do Sistema Administrativo de Gestão Patrimonial, com as informações necessárias ao registro contábil, contendo, ao menos, os dados previstos no § 1º do art. 4º deste Decreto.

§ 3º Fica o Departamento de Contabilidade, autorizado a promover a revisão e a atualização das definições constantes nos incisos anteriores, para atender às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 2º Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Art. 3º Independentemente do disposto no artigo anterior, os bens do ativo deverão ser reavaliados ou reduzidos ao valor recuperável na forma do art. 1º deste Decreto.

§ 1º A reavaliação de bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a conjunto de bens similares, postos em operação com diferença de no máximo 120 (cento e vinte) dias, com vida útil idêntica e utilizado em condições semelhantes.

§ 2º Uma vez realizada a reavaliação prevista no caput do artigo 1º deste Decreto, deve-se observar a periodicidade recomendada pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

Art. 4º Compete ao Prefeito Municipal, a nomeação das comissões encarregadas do procedimento de reavaliação e de redução ao valor recuperável, composta por 03 (três) servidores, sendo 01 (um) engenheiro e 02 (dois) servidores do órgão ou entidade.

§ 1º A comissão a que se refere o caput elaborará o laudo técnico, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem avaliado e/ ou lote de bens e da correspondente documentação; o código do cadastro no Sistema de Patrimônio; e se tratando de bens imóveis, conterà ainda, o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e quando houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 2º Deverá ser arquivada cópia do laudo técnico dos bens imóveis no processo específico do imóvel, autuado pelo órgão ou entidade usuária do mesmo.

Art. 5º Emitido o laudo técnico do bem imóvel nos termos do art.

4º deste Decreto, caberá ao Setor de Patrimônio, efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema de Patrimônio.

Art. 6º A Secretaria de Planejamento e Finanças disciplinará os procedimentos previstos no caput do art. 1º deste Decreto no que se refere aos bens móveis, estipulando cronograma de atividades.

CAPÍTULO III

DA DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 7º O valor depreciado, amortizado ou exaurido, apurado mensalmente, deve ser reconhecido nas contas de resultado do exercício.

§ 1º Deverá ser adotado para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos no ANEXO ÚNICO.

§ 2º A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

§ 3º A depreciação e a amortização não cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

§ 4º A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

§ 5º Para fins do cálculo da depreciação, da amortização e da exaustão de bens imóveis deve-se excluir o valor do terreno em que estão instalados.

Art. 8º Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

I - bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

II - bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

III - animais que se destinam à exposição e à preservação; e

IV - terrenos rurais e urbanos.

Art. 9º A vida útil deve ser definida com base em parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico.

§ 1º Os seguintes fatores devem ser considerados ao se estimar a vida útil de um ativo:

I - capacidade de geração de benefícios futuros;

II - o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;

III - a obsolescência tecnológica; e

IV - os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

§ 2º O valor residual e a vida útil de um ativo devem ser revisados, pelo menos, no final de cada exercício, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

§ 3º Os órgãos e entidades informarão a vida útil de seus bens, de modo a aproximar os índices utilizados na depreciação, na amortização e na exaustão do efetivo consumo desses recursos ao longo do tempo.

Art. 10. Poderá ser adotado o procedimento de depreciação acelerada, conforme o caso, quando as circunstâncias de utilização do bem o justificar.

§ 1º O órgão responsável pelo procedimento de depreciação poderá adotar, para bens móveis e em função do número de horas diárias de operação, os seguintes coeficientes de depreciação acelerada, aplicável às taxas normalmente utilizadas:

I - 1,0: para 01 (um) turno de 08 horas de operação;

II - 1,5: para 02 (dois) turnos de 08 horas de operação; e

III - 2,0: para 03 (três) turnos de 08 horas de operação.

§ 2º Independentemente do disposto no parágrafo anterior, poderão ser adotados outros critérios ou índices que melhor representem a consumação dos bens sujeitos às regras deste Capítulo, sendo necessária, neste caso, fundamentação escrita, que deverá permanecer arquivada no correspondente órgão.

Art. 11. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 12. Compete à Secretaria de Planejamento e Finanças, por meio do Setor de Patrimônio, o acompanhamento sistemático e permanente da execução das medidas constantes neste Decreto e dos resultados obtidos, com o objetivo de editar normas complementares, visando garantir o seu cumprimento.

§ 1º Havendo descumprimento do disposto neste Decreto, o Setor de Patrimônio comunicará ao Secretário de Planejamento e Finanças a pendência ou restrição, para que este efetue a regularização em 30 (trinta) dias.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior e permanecendo a pendência ou restrição, o Setor de Patrimônio comunicará o fato ao Controlador Interno.

Art. 13. Compete ao Controlador Interno deliberar as seguintes medidas, no caso de descumprimento do disposto neste Decreto: I - notificar o titular ou dirigente máximo de órgão ou entidade para que regularize a pendência ou restrição em 15 (quinze) dias; Parágrafo Único. Decorrido o prazo previsto no inciso anterior e permanecendo a pendência ou restrição, o Controlador Interno tomará as providências cabíveis.

Art. 14. O descumprimento do disposto neste Decreto sujeita os servidores e empregados, na esfera de suas atribuições, e solidariamente os titulares e dirigentes máximos dos órgãos e entidades, à responsabilidade administrativa e civil, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, aprovado pela Lei nº 498/2001 de 10 de setembro de 2001.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15. Os órgãos e entidades a que se refere o art. 1º deste Decreto procederão à avaliação, a reavaliação ou à redução ao valor recuperável dos seus bens até o final do exercício corrente.

Parágrafo Único. Os demais procedimentos previstos no art. 1º somente serão realizados após a conclusão dos procedimentos previstos no caput deste artigo.

Art. 16. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício financeiro de publicação deste Decreto ficam dispensados da obrigação prevista no artigo anterior, ficando sujeitos, desde a data da sua publicação, aos demais procedimentos previstos no art. 1º deste Decreto.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO
TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO, E VIDA ÚTIL
DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

BENS MÓVEIS

CONTA	TÍTULO	Vida útil (Anos)	Valor Residual	% Depreciação Amortização	
				% ano	% mês
1.4.2.1.2.02	AERONAVES	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.04	APARELHOS DE MEDICÇÃO E ORIEN- TAÇÃO	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.06	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.08	APARELHOS, EQUIP. E UTEN- SÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.10	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSOES	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DO- MESTICOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.13	ARMAZENS ESTRU- TURAIS - COBERTU- RAS DE LONA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.14	ARMAMENTOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.16	BANDEIRAS, FLÂMU- LAS E INSIGNIAS	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.18	COLEÇÕES E MATE- RIAS BIBLIOGRÁ- FICOS	10	5	9,5	0,7917
1.4.2.1.2.19	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.20	EMBARCAÇÕES	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.22	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.24	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGU- RANCA E SOCORRO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.26	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍS- TICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.28	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.32	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.33	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.34	MÁQUINAS, UTENSÍ- LIOS E EQUIPAMEN- TOS DIVERSOS	10	10	9	0,75

1.4.2.1.2.35	BENS DE INFORMÁ- TICA	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.36	MÁQUINA, INSTALA- ÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.38	MÁQUINAS, FERRA- MENTAS E UTENSÍ- LIOS DE OFICINA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.39	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.40	MÁQUINAS E IMPL- MENTOS AGRÍCOLAS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.41	MÁQUINAS, CAMI- NHÕES E EQUIPA- MENTOS RODOVI- ÁRIOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.42	MOBILIARIO EM GERAL	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.44	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPO- SIÇÃO	50	5	1,9	0,1583
1.4.2.1.2.46	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.48	VEÍCULOS DIVER- SOS	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.49	ÔNIBUS E VANS DIVERSOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.50	VEÍCULOS FERROVI- ÁRIOS	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.51	PEÇAS NÃO IN- CORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.52	VEÍCULOS DE TRA- ÇÃO MECÂNICA	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.53	CARROS DE COM- BATE	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.54	EQUIPAMENTOS, PE- ÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.56	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓ- RIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.57	EQUIPAMENTOS, PE- ÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.58	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.60	EQUIPAMENTOS, PE- ÇAS E ACESSÓRIOS MARITIMOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.83	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGI- LÂNCIA AMBIENTAL	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.84	ESTOQUES A DISTRIBUIR EM ARMAZENS DE TER- CEIROS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.86	MÓVEIS EM RECU- PERAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.87	MATERIAL DE USO DURADOURO	15	10	6	0,5

1.4.2.1.2.89	EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES DE MÁQUINAS E MOTORES DE NAVIO DE ESQUADRA	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.90	BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.91	BENS MÓVEIS A ALIENAR	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.92	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.93	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADES OU TERCEIROS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.94	BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.95	IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO - BENS MÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.96	ADIANTAMENTOS PARA INVERSÕES EM BENS MÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.97	BENS MÓVEIS EM ELABORAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.98	BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.99	OUTROS BENS MÓVEIS	15	10	6	0,5

BENS IMÓVEIS

CONTA	TÍTULO	Vida útil Econômica (Anos)	Valor Residual	% Depreciação Amortização	
				% ano	% mês
1.4.2.1.1.01	EDIFÍCIOS	35	30	2	0,1667
1.4.2.1.1.06	SALAS E ESCRITÓRIOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.07	CASAS E APARTAMENTOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.08	ARMAZENS / GALPÕES / SILOS	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.09	AQUARTELAMENTOS	35	30	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.10	IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.01	IMÓVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.07	IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.21	CEMITÉRIOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.22	ESTACIONAMENTOS / GARAGENS	40	30	1,75	0,1458
	BENS DE USO COMUM DO POVO				
1.4.2.1.1.15.01	RUAS RODOVIÁRIAS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	25	25	3,00	0,25
1.4.2.1.1.15.02	RUAS RODOVIÁRIAS PAVIMENTAÇÃO PEDRAS IRREGULARES	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.15.03	ESTRADAS RODOVIÁRIAS SEM PAVIMENTAÇÃO	40	20	2,00	0,1667

1.4.2.1.1.15.04	PASSEIOS PÚBLICOS COM PAVIMENTAÇÃO	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.15.05	PASSEIOS PÚBLICOS SEM PAVIMENTAÇÃO	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.06	PONTES DE CONCRETO	20	20	4,00	0,3333
1.4.2.1.1.15.07	PONTES DE MADEIRA	10	20	8,00	0,6667
1.4.2.1.1.15.08	VIADUTOS	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.09	GUARITAS / ABRIGOS DE PASSAGEIROS	10	5	9,50	0,7917
1.4.2.1.1.15.10	SISTEMA DE ESGOTO	50	20	1,60	0,1333
1.4.2.1.1.15.11	SISTEMA DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA	50	20	1,60	0,1333
1.4.2.1.1.15.12	REDES DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA	50	20	1,60	0,1333
1.4.2.1.1.15.13	ANTENAS PARA MEIOS COMUNICAÇÃO	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.14	PRAÇAS / PARQUES / ÁREAS DE LAZER	60	20	1,33	0,1111

OBS: O total é 100% (cem por cento), diminui-se o percentual do valor residual. O restante divide-se pela vida útil. Esse será o valor do % (percentual) ano de depreciação.

Decreto Nº. 148/2014

DECRETO Nº 148/2014, de 05 de setembro de 2014.
"DISPÕE SOBRE COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC e dá outras providências."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município, Considerando o Decreto Municipal no 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade,

DECRETA :

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento de procedimentos administrativos para levantamento físico, financeiro, avaliação, reavaliação e de redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e imóveis dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, cuja finalidade é a perfeita compatibilização entre o registrado e o existente, bem como sua utilização e o estado de conservação.

Art. 2º A comissão é composta pelos seguintes membros:

Presidente: CÉSAR SPEROTO
Secretário: PEDRO ANTÔNIO MENEGAT
Membro: ADERNANDA PAULA DOS SANTOS

§ 1º Compete à comissão prevista no caput elaborar os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme

Decreto Municipal nº. 147/2014, Instrução Normativa - Controladoria nº. 001/2014 e Instrução Normativa - Controladoria nº. 002/2014, onde deve conter, ao menos, as seguintes informações: I - descrição detalhada de cada bem e/ou lote de bens avaliado e da correspondente documentação e o código do cadastro no Sistema de Patrimônio;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 2º A comissão deverá encaminhar ao Setor de Patrimônio do Município o laudo técnico dos bens móveis e imóveis.

§ 3º A comissão poderá solicitar, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, documentos e/ou a designação de profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 4º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o caput.

Art. 3º Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

Instrução Normativa - Controladoria Nº. 001/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 001/2014 de 08/09/2014

Estabelece normas de administração de BENS MÓVEIS no que tange a Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e

Considerando o disposto no art. 50, § 3º, VI, da Lei Complementar nº. 101/2000, que visa garantir a manutenção do Sistema de Custos;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade N.T. 16.9 e N.T. 1.10, aprovadas pelas Resoluções nº. 1.136/08 e nº. 1.137/08, respectivamente, do Conselho Federal de Contabilidade; Considerando o Decreto Municipal no 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades do Poder Executivo e Legislativo Municipal, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º ORIENTAR os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, que compõem a estrutura do Poder Executivo e Legislativo

do Município, para a correta observância dos procedimentos relativos à Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão dos BENS MÓVEIS, de modo a dar fiel cumprimento ao Decreto no 147/2014, de 05 de setembro de 2014.

Art. 2º Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2014 serão depreciados, amortizados ou exauridos de acordo com os prazos de vida útil previsto no ANEXO I da presente Instrução Normativa, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de reavaliação.

Parágrafo Único. A depreciação, a amortização ou a exaustão do ativo deve iniciar a partir da sua colocação em uso.

Art. 3º Os bens móveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do respectivo órgão através de tombamento, aplicando-se os critérios do Art. 5º desta Instrução Normativa, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 4º Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, amortização ou exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, aplicando-se os critérios do Art. 5º desta Instrução Normativa, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir da data do parecer técnico ou laudo de vistoria.

Art. 5º As reavaliações e as reduções ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos e/ou reavaliados em exercícios anteriores por meio de parecer técnico e/ou Laudo de Vistoria, com base nos Anexos II, III e IV e nos seguintes parâmetros e índices:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - estado físico do bem, de acordo com o disposto nos Anexos III e IV desta Instrução;

III - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

IV - obsolescência tecnológica, em anos; e,

V - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo Único. Em caráter excepcional, por meio de fundamentação escrita, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º Fica facultado o uso dos procedimentos de reavaliação para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a pelo menos um dos requisitos a seguir:

I - capacidade de vida útil inferior a 02 anos;

II - com valor de mercado estimado inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais); ou,

III - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irreuperabilidade.

Parágrafo Único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados, conforme Art. 5º desta Instrução Normativa, reiniciando-se novo ciclo para a depreciação ou amortização.

Art. 7º A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes, desde que os bens que compõem este lote tenham sido postos em operação com diferença de no máximo 120 (cento e vinte) dias.

Art. 8º As reavaliações e as reduções ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 04 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo aos critérios mencionados no Art. 5º desta Instrução Normativa.

§ 1º A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no caput, excepcionalmente, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variar significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Município, observando-se o disposto no Art. 3º desta Instrução Normativa.

§ 2º Os relatórios contendo avaliação, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Município deverão ser encaminhados aos responsáveis pelos serviços de Contabilidade do órgão ou entidade até o 5º dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 9º Os órgãos e entidades deverão criar comissões responsáveis pelos procedimentos relativos à Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão.

§ 1º A Comissão de que trata o caput será designada pelo Prefeito Municipal e constituída por meio de Decreto e publicado no DOM/SC, sendo composta de, no mínimo, 03 (três) servidores, sendo pelo menos 02 (dois) servidores efetivos, dois quais pelo menos 01 (um) deverá ser engenheiro civil, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

§ 2º A comissão prevista no parágrafo anterior elaborará os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme ANEXO III e IV, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem e/ou lote de bens avaliado e da correspondente documentação e o código do cadastro no Sistema de Patrimônio;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 3º Deverá ser arquivada cópia do laudo técnico dos bens móveis.

§ 4º Poderão ser criadas subcomissões específicas, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, designando-se profissional qualificado para emissão de Laudo Técnico.

§ 5º Poderá ser solicitada ao Contador do Município orientação quanto aos aspectos contábeis relacionados aos trabalhos da comissão de que trata o caput.

Art. 10. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, fica estabelecido o cronograma limite para implantação da Avaliação e Reavaliação, a data de 31 de dezembro de 2014.

Art. 11. Permanecendo qualquer pendência do órgão ou entidade na operacionalização da Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município, o Setor de Patrimônio, irá notificar o Secretário de Planejamento e Finanças para que providencie a regularização no prazo de 30 (trinta) dias;

Parágrafo Único. Decorrido o prazo previsto no caput e permanecendo a pendência ou restrição, o Setor de Patrimônio comunicará o fato ao Controlador Interno.

Art. 12. Compete ao Controlador Interno deliberar as seguintes medidas, no caso de descumprimento do disposto neste Decreto: I - notificar o titular ou dirigente máximo de órgão ou entidade para que regularize a pendência ou restrição em 15 (quinze) dias; Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no inciso anterior e permanecendo a pendência ou restrição, o Controlador Interno tomará as providências cabíveis.

Art. 13. O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeita os servidores e empregados, na esfera de suas atribuições, e solidariamente os titulares e dirigentes máximos dos órgãos e entidades, à responsabilidade administrativa e civil, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, aprovado pela Lei nº 498/2001 de 10 de setembro de 2001.

Art. 14. Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão

emitidos critérios específicos constantes nos Anexos desta Instrução, com intuito de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 08 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

CLEITON ALGAYER

Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO, E VIDA ÚTIL DOS BENS MÓVEIS

BENS MÓVEIS					
CONTA	TÍTULO	Vida útil (Anos)	Valor Residual	% Depreciação Amortização	
				% ano	% mês
1.4.2.1.2.02	AERONAVES	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.04	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.06	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.08	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.10	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.12	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.13	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.14	ARMAMENTOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.16	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSIGNIAS	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.18	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	5	9,5	0,7917
1.4.2.1.2.19	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.20	EMBARCAÇÕES	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.22	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.24	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10	9	0,75

1.4.2.1.2.26	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.28	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.30	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.32	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.33	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.34	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.35	BENS DE INFORMÁTICA	5	10	18	1,5
1.4.2.1.2.36	MÁQUINA, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.38	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.39	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.40	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.41	MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.42	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.44	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	50	5	1,9	0,1583
1.4.2.1.2.46	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.48	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.49	ÔNIBUS E VANS DIVERSOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.50	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.51	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.52	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.53	CARROS DE COMBATE	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.54	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.56	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	20	10	4,5	0,375
1.4.2.1.2.57	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	15	10	6	0,5

1.4.2.1.2.58	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.60	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.83	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.84	ESTOQUES A DISTRIBUIR EM ARMAZENS DE TERCEIROS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.86	MÓVEIS EM RECUPERAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.87	MATERIAL DE USO DURADOURO	15	10	6	0,5
1.4.2.1.2.89	EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES DE MÁQUINAS E MOTORES DE NAVIO DE ESQUADRA	30	10	3	0,25
1.4.2.1.2.90	BENS EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.91	BENS MÓVEIS A ALIENAR	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.92	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.93	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADES OU TERCEIROS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.94	BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.95	IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO - BENS MÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.96	ADIANTAMENTOS PARA INVERSÕES EM BENS MÓVEIS	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.97	BENS MÓVEIS EM ELABORAÇÃO	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.98	BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR	10	10	9	0,75
1.4.2.1.2.99	OUTROS BENS MÓVEIS	15	10	6	0,5

OBS: O total é 100% (cem por cento), diminui-se o percentual do valor residual. O restante divide-se pela vida útil. Esse será o valor do % (percentual) ano de depreciação.

ANEXO II CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1) Veículo Automotor:

a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais do veículo;
b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, através de Laudo de Reavaliação/Vistoria emitido individualmente, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo (Anexo III). Para cada item será informado o atual estado de conservação do bem, assim como, a capacidade de geração de benefícios futuros.

2) Para Aeronaves, Embarcações, Equipamentos, Máquinas e Motores movidos a combustível e Veículos Acoplados e Rebocáveis: A Reavaliação será efetuada pelo valor de referência de mercado, conforme art. 5 desta Instrução Normativa, com as condições gerais do equipamento, por meio de Laudo de Vistoria, que

contemplará a avaliação dos itens com os índices estabelecidos Anexo IV.

3) Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalar, de Comunicação, Medição e Orientação, Armamentos, Equipamentos de Manobra e Patrulhamento:

A Reavaliação será efetuada pelo valor de referencia de mercado, utilizando os critérios do art. 5º desta Instrução Normativa, informando o estado de conservação estabelecido no Anexo IV, pode ser solicitado Laudo Técnico, que será elaborado por profissional qualificado, conforme § 2º do art. 9º.

4) Para Animais e Semoventes:

A Reavaliação necessitará de Laudo Técnico, utilizando os critérios do art. 5º desta Instrução Normativa, incisos II, III e V emitido por profissional devidamente habilitado.

5) Para Equipamentos e Mobiliários em Geral:

A Reavaliação necessitará de vistoria, utilizando os critérios do art. 5º desta Instrução Normativa, com os índices estabelecidos no Anexo IV.

ANEXO III

LAUDO DE REAVALIAÇÃO / VISTORIA DE VEÍCULO

Veículo/ Marca/Mo- delo/Ano	Placa	KM	Nº Patrimônio	Valor de Mercado (FIPE)
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (%)				R\$ AVALIA- ÇÃO
Motor	33%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%
Câmbio	25%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%
Funilaria	20%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%
Pneus	5%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%
Suspensão	5%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%
Estofamen- to	3%	Ótimo		100%
		Bom		90%
		Regular		70%
		Ruim		30%
		Péssimo		20%

Diferencial	3%	Ótimo		100%	
		Bom		90%	
		Regular		70%	
		Ruim		30%	
		Péssimo		20%	
Direção	3%	Ótimo		100%	
		Bom		90%	
		Regular		70%	
		Ruim		30%	
		Péssimo		20%	
Embreagem	3%	Ótimo		100%	
		Bom		90%	
		Regular		70%	
		Ruim		30%	
		Péssimo		20%	
Valor Reavaliado:					
Novo Prazo de Vida Útil (anos):					
Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.					
Nome/Assinatura Nome/Assinatura Nome/Assinatura					
Presidente Secretário Membro					

ANEXO IV

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS IMÓVEIS

1 - LAUDO / PARECER TÉCNICO	
Conta Contábil/Patrimônio:	
Descrição do Bem:	
Localização do Bem:	
Data de Aquisição:	
Nº do Patrimônio:	
Documentação Respectiva:	
2 - OBJETIVO DA AVALIAÇÃO / PARECER TÉCNICO	
3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS	
4 - VALORES	
Valor de Aquisição:	
Valor de Mercado:	
5 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
Ótimo	80%
Bom	60%
Regular	40%
Ruim	30%
Péssimo	20%
6 - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES	
7 - REAVALIAÇÃO	
Novo Valor Atribuído:	
Valor Residual:	
Vida Útil Remanescente:	

Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.

Nome

Presidente

Nome

Secretário

Nome

Membro

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA Nº. 002/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 002/2014 de 08/09/2014

Estabelece normas de administração de BENS IMÓVEIS no que tange a Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e Considerando o disposto no art. 50, § 3º, VI, da Lei Complementar nº. 101/2000, que visa garantir a manutenção do Sistema de Custos;

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade N.T. 16.9 e N.T. 1.10, aprovadas pelas Resoluções nº. 1.136/08 e nº. 1.137/08, respectivamente, do Conselho Federal de Contabilidade; Considerando o Decreto Municipal nº. 147/2014, de 05 de setembro de 2014 que estabelece, para os órgãos e entidades do Poder Executivo e Legislativo Municipal, a obrigatoriedade de realizarem a avaliação, reavaliação, a redução ao valor recuperável, a depreciação, a amortização e a exaustão dos bens do ativo sob sua responsabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º ORIENTAR os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, que compõem a estrutura do Poder Executivo e Legislativo do Município, para a correta observância dos procedimentos relativos à Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Exaustão dos BENS IMÓVEIS, de modo a dar fiel cumprimento ao disposto no Decreto nº 147/2014, de 05 de setembro de 2014.

Art. 2º Para fins contábeis e de gestão patrimonial os bens imóveis serão divididos em terrenos e benfeitorias.

Parágrafo Único. Benfeitoria, no que se refere a esta Instrução Normativa, é toda obra com o propósito de conservar, melhorar ou embelezar um imóvel, aumentando seu valor ou utilidade, ou com a finalidade de conservar o bem ou evitar que se deteriore inclusive edificações.

Art. 3º Não serão depreciados ou exauridos os terrenos, parte integrante dos imóveis, cujos valores deverão ser registrados separadamente das benfeitorias.

Art. 4º As benfeitorias adquiridas, incorporadas e/ou construídas serão depreciadas ou exauridas atribuindo-se às benfeitorias vida útil estimada em laudo de avaliação, ou, no caso da primeira reavaliação, com base no Anexo I da presente Instrução Normativa, contados a partir da data de construção ou de reavaliação quando da vida útil residual estimada.

Art. 5º As reavaliações ou reduções ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 04 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, contados a partir de sua aquisição, incorporação,

construção e/ou de sua última reavaliação.

§ 1º A primeira reavaliação ou redução a valor recuperável deverá ser realizada, até o final do exercício de 2014, aplicando-se o disposto no art. 11 desta Instrução Normativa.

§ 2º A reavaliação ou redução ao valor recuperável ocorrerá em prazo distinto do previsto no caput, excepcionalmente, nas seguintes situações:

I - para os bens imóveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, ocorrerá anualmente;

II - para os bens imóveis totalmente depreciados ou exauridos até seu valor contábil ou valor residual e que ainda estejam em condições de uso, ocorrerá ao final do período de vida útil anteriormente estimada para o bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens imóveis recuperados, reformados, modificados ou ampliados, ocorrerá ao final da obra, estimando-se sua vida útil remanescente;

IV - com a finalidade de proceder à alienação do bem, ocorrerá em prazo não superior a 06 meses de sua autorização e utilizará critérios técnicos que assegurem a maior precisão possível.

§ 3º Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e exaustão dos bens imóveis do Poder Executivo e Legislativo Municipal deverão ser encaminhados aos responsáveis pelos serviços de contabilidade do órgão ou entidade até o 5º dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 6º Nos casos de bens reavaliados, a depreciação ou exaustão deve ser calculada e registrada sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em parecer técnico e/ou laudo de vistoria.

Art. 7º Os bens imóveis identificados e localizados por ocasião do inventário e que estejam sem registro no Sistema de Patrimônio, deverão ser avaliados e incorporados ao patrimônio do respectivo órgão ou entidade, desde que a propriedade seja comprovada por documentos cartoriais, iniciando-se a depreciação ou exaustão a partir do seu registro, estimando-se a vida útil das benfeitorias, de acordo com o tipo de construção, o estado de conservação e sua expectativa de uso, com base em parecer técnico e/ou laudo de vistoria.

§ 1º Os imóveis identificados e localizados por ocasião do inventário, que estejam sem registro patrimonial e cuja propriedade não seja comprovada, apesar da notória ocupação e tradição de uso, serão avaliados e receberão o respectivo registro no sistema.

§ 2º Para os imóveis identificados na situação descrita no parágrafo anterior deverão ser iniciados de imediato os procedimentos de regularização, inclusive, se necessário, com abertura de processo de usucapião.

Art. 8º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens imóveis adquiridos e/ou reavaliados em exercícios anteriores por meio de parecer técnico e/ou laudo de vistoria, com base nas normas técnicas vigentes, em especial a NBR 14.653.

Parágrafo Único. Em caráter excepcional, por meio de fundamentação escrita, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características peculiares de uso e/ou conservação.

Art. 9º Os órgãos e entidade deverão criar comissões responsáveis pelos procedimentos relativos à Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão, designadas pelo Prefeito Municipal constituída por meio de Decreto e publicado no DOM/SC.

§ 1º A comissão prevista no caput será composta de, no mínimo, 03 (três) servidores, sendo pelo menos 02 (dois) servidores efetivos, dos quais pelo menos 01 (um) deverá ser engenheiro Civil, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA.

§ 2º A comissão prevista no caput elaborará os laudos técnicos de reavaliação ou redução ao valor recuperável, conforme ANEXO II, que deve conter, ao menos, as seguintes informações:

I - descrição detalhada de cada bem avaliado e da correspondente

documentação, incluindo o número do processo específico do imóvel; o código do cadastro do imóvel no Sistema de Patrimônio; o número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e quando houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, tratando-se de imóvel urbano, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tratando-se de imóvel rural;

II - critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica, inclusive elementos de comparação adotados;

III - vida útil remanescente do bem;

IV - o valor residual, se houver; e

V - data de avaliação.

§ 3º Deverá ser arquivada cópia do laudo técnico dos bens imóveis no processo específico do imóvel, autuado pelo órgão ou entidade usuária do mesmo.

§ 4º Poderão ser criadas subcomissões específicas, para atender as necessidades técnicas de reavaliação, designando-se profissionais qualificados para emissão de Laudo Técnico.

Art. 10. Emitido o laudo técnico do bem imóvel nos termos do § 2º, art 9º desta Instrução Normativa, caberá ao Setor de Patrimônio, efetuar os registros de atualização do valor no cadastro do imóvel no Sistema de Patrimônio.

Art. 11. Permanecendo qualquer pendência do órgão ou entidade na operacionalização da Avaliação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Município, o Setor de Patrimônio, irá notificar o Secretário de Planejamento e Finanças para que providencie a regularização no prazo de 30 (trinta) dias;

Parágrafo Único. Decorrido o prazo previsto no caput e permanecendo a pendência ou restrição, o Setor de Patrimônio comunicará o fato ao Controlador Interno.

Art. 12. Compete ao Controlador Interno deliberar as seguintes medidas, no caso de descumprimento do disposto neste Decreto: I - notificar o titular ou dirigente máximo de órgão ou entidade para que regularize a pendência ou restrição em 15 (quinze) dias; Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no inciso anterior e permanecendo a pendência ou restrição, o Controlador Interno tomará as providências cabíveis.

Art. 13. O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa sujeita os servidores e empregados, na esfera de suas atribuições, e solidariamente os titulares e dirigentes máximos dos órgãos e entidades, à responsabilidade administrativa e civil, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, aprovado pela Lei nº 498/2001 de 10 de setembro de 2001.

Art. 14. Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão emitidos critérios específicos constantes nos Anexos desta Instrução, com intuito de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 08 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

CLEITON ALGAYER

Prefeito Municipal

Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO, E VIDA ÚTIL DOS BENS IMÓVEIS

BENS IMÓVEIS					
CONTA	TÍTULO	Vida útil Econô- mica (Anos)	Valor Re- sidual	% Depreciação Amortização	
				% ano	% mês
1.4.2.1.1.01	EDIFÍCIOS	35	30	2	0,1667
1.4.2.1.1.06	SALAS E ESCRITÓ- RIOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.07	CASAS E APARTA- MENTOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.08	ARMAZENS / GAL- PÕES / SILOS	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.09	AQUARTELAMEN- TOS	35	30	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.10	IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.01	IMÓVEIS RESIDEN- CIAIS / COMER- CIAIS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.07	IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.21	CEMITÉRIOS	40	30	1,75	0,1458
1.4.2.1.1.10.22	ESTACIONAMEN- TOS / GARAGENS	40	30	1,75	0,1458
	BENS DE USO CO- MUM DO POVO				
1.4.2.1.1.15.01	RUAS RODOVIÁ- RIAS PAVIMENTA- ÇÃO ASFÁLTICA	25	25	3,00	0,25
1.4.2.1.1.15.02	RUAS RODOVIÁ- RIAS PAVIMEN- TAÇÃO PEDRAS IRREGULARES	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.15.03	ESTRADAS RO- DOVIÁRIAS SEM PAVIMENTAÇÃO	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.04	PASSEIOS PÚBLI- COS COM PAVI- MENTAÇÃO	30	25	2,50	0,2083
1.4.2.1.1.15.05	PASSEIOS PÚBLI- COS SEM PAVI- MENTAÇÃO	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.06	PONTES DE CON- CRETO	20	20	4,00	0,3333
1.4.2.1.1.15.07	PONTES DE MA- DEIRA	10	20	8,00	0,6667
1.4.2.1.1.15.08	VIADUTOS	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.09	GUARITAS / ABRI- GOS DE PASSAGEI- ROS	10	5	9,50	0,7917
1.4.2.1.1.15.10	SISTEMA DE ES- GOTO	50	20	1,60	0,1333
1.4.2.1.1.15.11	SISTEMA DE ABAS- TECIMENTOS DE ÁGUA	50	20	1,60	0,1333
1.4.2.1.1.15.12	REDES DE ABAS- TECIMENTO DE ENERGIA	50	20	1,60	0,1333

1.4.2.1.1.15.13	ANTENAS PARA MEIOS COMUNICAÇÃO	40	20	2,00	0,1667
1.4.2.1.1.15.14	PRAÇAS / PARQUES / ÁREAS DE LAZER	60	20	1,33	0,1111

OBS: O total é 100% (cem por cento), diminui-se o percentual do valor residual. O restante divide-se pela vida útil. Esse será o valor do % (percentual) ano de depreciação.

ANEXO II PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS IMÓVEIS

1 - LAUDO / PARECER TÉCNICO	
Conta Contábil/Patrimônio:	
Descrição do Bem:	
Endereço do Bem:	
Data de Aquisição/Construção:	
Nº do Patrimônio:	
Nº da Matrícula:	
Nº Cadastro Imobiliário:	
Nº CCIR:	
Documentação Respectiva:	
2 - OBJETIVO DA AVALIAÇÃO / PARECER TÉCNICO	
3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS	
4 - VALORES	
Valor de Aquisição / Construção:	
5 - OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES	
6 - REAVALIAÇÃO	
Novo Valor Atribuído:	
Valor Residual:	
Vida Útil Remanescente:	
Serra Alta, SC, xx de xxxxxx de 20xx.	
Nome	
Presidente	
Nome	
Secretário	
Nome	
Membro	

DECRETO Nº 149/2014

DECRETO Nº 149/2014 DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

"HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO E GABARITO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 002/2014. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 002/2014, para os cargos de AGENTE EDUCATIVO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PROFESSOR DE SERIES INICIAIS, PROFESSOR DE ARTESANATO. A respectiva classificação preliminar dos candidatos e gabarito anexo.

Art. 2º. - O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário..

Gabinete do Prefeito, 08 De Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso de suas atribuições legais, nos termos do edital do processo Seletivo Simplificado Nº002/2014, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1- RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA, TÍTULOS E GABARITO do Processo Seletivo Simplificado, conforme anexo I deste Edital.

2- Os candidatos interessados em interpor recursos relativos aos Resultados da Prova Objetiva e de Títulos poderão fazê-lo nos horários da 7:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 do dia 11 E 12/09/2014, conforme o item 10 do Edital. Os recursos deverão ser interpostos na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

3- O anexo deste Edital está divulgado no Mural da Prefeitura e no site www.serraalta.sc.gov.br.

Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, 08 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/sc

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
- AGENTE EDUCATIVO

Questão					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
- SERVIÇOS GERAIS

Questão					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
- SERIES INICIAIS

Questão					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014
- PROFESSOR DE ARTESANATO

Questão					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

CARGO / FUNÇÃO: AGENTE EDUCATIVO

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
013	RAQUIELI DAIANE LOPES	6,70	Classificado
009	FRANCIELI VALMORBIDA	5,44	Classificado
007	ELISA PAULETTO	5,12	Classificado
012	HELENA PEREIRA JACOBSEN	5,12	Classificado
006	CLECIANA MARIA HASLINGER	3,52	Classificado
011	CRISTIANE GAMBA	3,20	Classificado
001	GABRIELA APARECIDA PRIOR OZELAME	-	Ausente
008	SIMONE DE OLIVEIRA	-	Ausente
018	MARIZA TOMAZELLI	-	Ausente

CARGO / FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
016	PATRICIA JAIVANE MEZZOMO DE SOUZA PINTO	5,76	Classificado
019	EJUCILIANE MARCIA JACOSKI FLECK	4,80	Classificado
005	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	4,80	Classificado

CARGO / FUNÇÃO: PROFESSOR DE SERIES INICIAIS

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
020	ELAINE SALETE JUNG	4,16	Classificado
017	NILDA SALETE CUOCHINSKI	-	Ausente

CARGO / FUNÇÃO: PROFESSOR DE ARTESANATO

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Nota da Prova de títulos	SITUAÇÃO
010	SOLANGE REINHEIMER	5,12	Classificado
004	VANUSA PRIOR	4,48	Classificado
021	PATRICIA CEREZOLLI	4,48	Classificado
003	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	4,16	Classificado
002	GABRIELA BARBARA MASSONI	4,16	Classificado
014	DEISE NARA TALHEIMER PFEIFER	-	Ausente
015	MARISA ILENE PRIOR CEREJO	-	Ausente

Serra Alta (SC), 08 de Setembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/sc

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 156/2014

DECRETO Nº 156, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.
ALTERA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 163 da Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município);

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o horário de funcionamento das Repartições Públicas Municipais, conforme abaixo especificado:

- a) Gabinete do Prefeito
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- b) Secretaria de Administração e Finanças
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- c) Secretaria de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- d) Secretaria de Obras e Transportes
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- e) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- f) Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- g) Secretaria de Saúde
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- PSF II (Anexo à Secretaria de Saúde e Promoção Social)
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas
- Unidade Central(Posto de Saúde)
Turno Único: 07:00 às 19:00 horas
- PSF I (Anexo ao Posto de Saúde Central)
Turno Único: 13:00 às 19:00 horas
- h) Secretaria de Assistência Social e Habitação
Turno Único: 07:00 às 13:00 horas

Art. 2º - Fica revogado na íntegra o decreto nº 154 de 22 de agosto de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir de 1º de Outubro de 2014.

Timbé do Sul, 28 de Agosto de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****DECRETO Nº 3486, DE 16 DE MAIO DE 2014-REPUBLICAÇÃO**

DECRETO Nº 3486, DE 16 DE MAIO DE 2014

Abre Crédito Suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 46.000,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2687, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2o deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.1151.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

15.01.010.301.0070.1151.

SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

15.01.010.301.0070.1151.

FROTAS DE VEÍCULOS AB

400000.00

DESPESAS DE CAPITAL

440000.00

INVESTIMENTOS

449000.00

APLICAÇÕES DIRETAS

0.12300

TRANSFERENCIA DE CONVENIOS SAUDE

46.000,00

TOTAL

46.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Provável Excesso de Arrecadação, CONFORME ASSINATURA DE CONVENIO Nº 4499/2013-PROCESSO SDR35 3447/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1331, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1331, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Nomeia Servidores Públicos Municipais para o exercício de cargo efetivo na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, os servidores abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2011:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos

Ref.Salarial: GA-30

Jornada Semanal: 35h

NOME	CPF
Rodrigo Orde Salvador	038.633.979-16
Felipe Spezzatto	531.992.192-68

Art. 2º CONVOCAR os Servidores nomeados para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c item 10.2 do Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeado.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se o servidor nomeado não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2734, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014**LEI Nº 2734, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014**

Altera a Lei nº 2.680, de 28 de outubro de 2013, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2014.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.680, de 28 de novembro de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

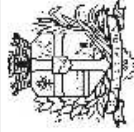
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO IV**DEMONSTRATIVO L**

- PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS – DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS;
- DEMONSTRATIVO DE AÇÕES - PRODUTO – UNIDADE DE MEDIDA – META – VALOR – FONTE DE RECURSOS;
- DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS DE GOVERNO.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 6

PROGRAMA DE GOVERNO:

0020- EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Educação Infantil é composta pelos Núcleos de Educação Infantil (creches), que atendem as crianças a partir de 04 meses até aos 03 anos e 11 meses de idade, compreendendo atualmente 10 unidades, com 1.471 atendimentos, com o período de permanência de 02 até 12 horas diárias, observando a necessidade das famílias; e pelas unidades Pré-Escolares com atualmente 13 unidades, atendendo 750 crianças na faixa etária de 04 até 05 anos e 11 meses, com a permanência de 04 horas diárias, sendo que na E.M. Tiróleses o atendimento para as crianças nessa faixa etária é integral. O processo educativo necessita de estrutura adequada com a disponibilização de materiais didáticos necessários ao bom desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, como boas bibliotecas, profissionais com formação e qualificação para atividade educativa. A manutenção é necessária para evitar custos futuros, e devido a demanda principalmente nos Núcleos de Educação Infantil ocorre a necessidade da ampliação constante da rede. É oferecida alimentação de qualidade para as crianças, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todas as crianças.

DIRETRIZES:

Manter, melhorar e ampliar a estrutura existente, conforme a necessidade de novas vagas, disponibilizar equipamentos, material didático, de expediente, informatização, materiais de pesquisa. Oferta de formação permanente com cursos de capacitação e aperfeiçoamento para todos os profissionais que atuam na educação, alimentação de qualidade, implantação de projetos de caráter social e formação da consciência ecológica.

OBJETIVOS:

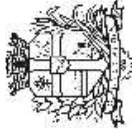
Promover o atendimento de todas as crianças de 04 meses até 03 anos e 11 meses nos Núcleos de Educação Infantil, e a partir de 04 anos até 05 anos e 11 meses nas Unidades Pré-Escolares, oferecendo educação de qualidade, alimentação, higiene, recreação, atividades relacionadas a formação da consciência de cidadania, propiciando assim uma aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, promover ações visando aprofundar a integração família/escola. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Firmar convênios, contratos ou acordos com os governos Federal, Estadual, Entidades e Fundações, organizações não governamentais e privadas.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1015	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	Equipamentos	Unidade	355,0000	122.000,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
					15.000,00	Recursos Fiscais
1017	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	Área	M2	197,5000	10.000,00	Recursos Fiscais
					120.000,00	Recursos Fiscais
1019	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA NEIS					
1021	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	Equipamentos	Unidade	199,0000	32.800,00	Recursos Fiscais
					50.000,00	Recursos Fiscais
					15.000,00	Recursos Fiscais
1023	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS UPES	Área	M2	87,0000	200.000,00	Recursos Fiscais
					100.000,00	Recursos Fiscais
					0,00	Recursos Fiscais
2042	MANUTENÇÃO DOS NEIS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	2.385.000,00	Recursos Fiscais
					5.360.000,00	Recursos Fiscais
					200.000,00	Recursos Fiscais
					10.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

MUNICIPIO DE TIMBO

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 6

[illegible]

DESCRIPÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0020

ACÃO: 1015

Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil: (NEIs) os seguintes equipamentos: computadores, conjunto escolar infantil com mesa e cadeira, impressoras, aparelhos de som c/ mp3, máquinas fotográficas digital, DVDs, televisores 42 polegadas de LCD, projetor multimídia, ventiladores de teto, escritaninhas, cadeiras estofadas fixas, mesas redondas/quadradas com 4 cadeiras, estantes de aço, armários de aço com tranca, playgrounds, arquivos de aço, trocadores sob medida, armários 2 portas para roupa de cama, armário 2 portas para roupa de cama, ar condicionado 12.000 btus, jogo de cozinha completo sob medida, móveis p/ compor o lactário (geladeira, pia c/ balcão, fogão, armário/torneira elétrica), carrinhos de bebê, berços, conjunto de mesa e banco para refeição infantil, geladeira duplex, freezer verticais, fogão doméstico de 6 bocas, fogão industrial de 6 bocas, forno elétrico com capacidade de 44 litros, liquidificador industrial, multiprocessador industrial de alimentos, batedeira planetária, bebedouros, máquina de lavar roupa de 12 quilos, secadora de roupa de 10 quilos, microondas com capacidade de 31 litros, sistema de monitoramento interno por câmeras - e outros, conforme a necessidade. Implementar reformar e adaptar a sede da SEMED.

ACÃO: 1017

Nesta ação serão contemplados os seguintes imóveis: Construção de solário do NEI Primeiros Passos, com aproximadamente 9 m²; Construção do solário NEI Sonho de Criança, com aproximadamente 25m². Em relação às reformas, serão efetuadas pinturas, reparos nas coberturas, impermeabilizações, consertos elétricos e hidráulicos dos Núcleos Educação Infantil. Implementar, reformar e adaptar a sede da SEMED

ACÃO: 1019

Não contemplado em 2014

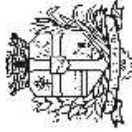
ACÃO: 1021

Serão adquirido para as Unidades Pré-Escolares - (UPEs) os seguintes equipamentos: computadores; conjuntos escolares infantil com mesas e cadeiras; impressoras; aparelhos de som c/ mp3; máquinas fotográficas digital. DVDs, televisores 42 polegadas de LCD, projetores multimídia, ventiladores de teto, escrivaninhas, mesas redondas/quadradas com 4 cadeiras, estantes de aço, armários de aço com tranca, playgrounds, arquivos de aço, ar condicionado 12.000 btus, geladeiras duplex, freezers verticais, fogões domésticos de 6 bocas, fogões industriais de 6 bocas, fornos elétricos com capacidade de 44 litros, liquidificadores industriais, multiprocessadores industrial de alimentos, batadeiras planetárias, máquinas de lavar roupa de 15kg quilos, microondas com capacidade de 31 litros e outros;

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados****Ano LDO: 2014 Versão: 6**

conforme a necessidade. Implementar reformar e adaptar a sede da SEMED.

AÇÃO: 1023

Nesta ação serão contempladas as unidades pre-escolares: reforma do telhado e banheiros da UPE Beija-Flor, com aproximadamente 510m² ; reforma do telhado da UPE Cinderela, com aproximadamente 422m²; construção do estacionamento da UPE Primavera, com aproximadamente 150m². Em relação as reformas, serão efetuadas pinturas, reparos, impermeabilizações, elétrica e hidráulica das Unidades Pré-Escolares. Implementar reformar e adaptar a sede da SEMED.

AÇÃO: 2042

Manter as despesas com as atividades dos Núcleos Educação Infantil com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

AÇÃO: 2044

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nos Núcleos Educação Infantil que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

AÇÃO: 2046

Manter as despesas com as atividades das Unidades Pré-Escolares com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação infantil, diárias para viagens combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

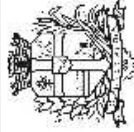
AÇÃO: 2048

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade nas Unidades Pré-Escolares, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**MUNICÍPIO DE TIMBÓ****MUNICÍPIO DE TIMBÓ****Programas Detalhados**

Ano LDO: 2014 Versão: 6

PROGRAMA DE GOVERNO:**0022- EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE**

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.302 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno. Educação de Jovens e Adultos. Escola em período Integral, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

DIRETRIZES:

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, desenvolver projetos que promovam a transformação social, redução do lixo escolar, continuar o processo de ampliação da Escola em período Integral, e a democratização do Sistema Escolar.

OBJETIVOS:

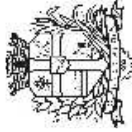
Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo familiar/escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal, iniciar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano, desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025 MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	Unidade	321,5000	103.200,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1027 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	550,0000	150.000,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais
1028 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo	Unidade	1,0000	255.000,00	Recursos Fiscais
1029 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.					
2050 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	4.242.000,00 5.100.000,00 280.000,00 20.000,00 0,00 0,00	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2052	Aluno	Unidade	2.775,0000	150.000,00	Recursos Fiscais

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2014 Versão: 6

MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				120.000,00	Recursos Fiscais
2054	PARA O ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	Recursos Fiscais Recursos Fiscais Recursos Fiscais
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	Unidade	1,0000	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0022				11.175.200,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0022

AÇÃO: 1025

Serão adquiridos equipamentos conforme a necessidade de cada escola: impressoras laser, aparelho de som c/ mp3, máquina fotográfica digital, Aparelhos de DVD, televisores 42 polegadas de LED, projetor multimídia, conjuntos de equipamentos laboratórios de ciência (microscópio, balança de precisão, pipeta, e outros), Ar condicionado, ventiladores de teto e/ou parede, aparelhos de fax, conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, escrivaninha para professores, cadeiras estofadas fixas, mesas redondas para bibliotecas escolar quadros brancos, estantes de aço para salas de aulas/bibliotecas, armário de aço com tranca, playground, arquivo de aço, conjunto de mesas e bancos para refeitório, geladeiras duplex, freezer vertical, fogão industrial c/ 6 bocas, forno elétrico c/ capacidade de 44 litros, liquidificador industrial 2 litros, multiprocessador industrial de alimentos, batedeira planetária, bebedouros, Conjuntos de Tabela de Basquete, Conjuntos de Trave Futebol, Conjuntos para rede de Vôlei, mesas, cadeiras, computadores, microondas com capacidade de 31 litros, quadros interativos, Tablets, e outros conforme a necessidade. Implementar reformar e adaptar a sede da SEMED.

AÇÃO: 1027

Nesta ação serão contemplados: a pintura das escolas; cobertura e pavimentação do pátio da E.M. São Roque, com aproximadamente 130m²; pavimentação do estacionamento da E.M. Pe Martinho Steim em aproximadamente 1.100m² e melhoria da acessibilidade; pavimentação da calçada da E.M. Tirolenses, em aproximadamente 514m²; reforma da quadra do ginásio da E.M. Erwin Prade. Implementar, reformar e adaptar a sede da SEMED.

AÇÃO: 1028

Melhorar a frota de veículos com a aquisição de veículo utilitário, um caminhão cargo para substituir o existente e baú.

AÇÃO: 1029

Não contemplado em 2014

AÇÃO: 2050

Manter as despesas com as atividades das escolas com Ensino Fundamental com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação fundamental, professores de apoio, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, contratação de estagiários, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens móveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.

AÇÃO: 2052

Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade aos alunos do ensino fundamental, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.

AÇÃO: 2054

Manter as despesas com o transporte escolar com o pagamento de seguro, licenciamento, imposto e taxas, materiais para manutenção dos veículos, combustíveis, lubrificantes, salários, encargos sociais, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, vale transporte, estas despesas serão custeadas com recursos próprios e recursos da união.

AÇÃO: 2056

Oferta de formação para jovens e adultos que será para manter os salários e encargos sociais dos profissionais, despesas com material de expediente, materiais pedagógicos, capacitação de cursos de

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 96 2014 PMT- GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL COPA E COZINHA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Blunac Distribuidora EIRELI – ME; ADL Comercial EIRELI EPP; Coml. Abelam LTDA; Supermercado Fistarol LTDA

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.689,12 (trinta e seis mil seiscentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/09/2015

Timbó, 05/09/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 56 2014 PMT - MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: J.P. Lima Com. Prod. Limpeza LTDA –EPP; Célia Regina W. Sani ME; Coml. Storinny LTDA ME; Blunac Distribuidora Eireli ME; Luiz Fernando Sebold ME; L&E Comércio Varejista LTDA EPP; PKB Produtos Químicos LTDA EPP; BMI Prosper Eirele ME; e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 149.323,06 (cento e quarenta e nove mil trezentos e vinte e três reais e seis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/06/2015

Timbó, 27/06/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2014 SAMAE - MATERIAL HIDRÁULICO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sul Ar e Água Equipamentos LTDA;

Hidroluna Materiais para Saneamento LTDA; Corr Plastik Industrial LTDA; Angolini & Angolini LTDA; Doal Plastic Ind. E Com. LTDA; Margem Comércio de Materiais Hidráulicos LTDA EPP; Sanemarck Com. de Mat. Hidráulicos LTDA ME; Esaplast Ind. Com. Materiais Plásticos LTDA EPP; H.D.S. Comercial, Hidráulica e Saneamento LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 138.322,40 (cento e trinta e oito mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAME

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12 2014 FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos destinados as equipes de saúde bucal e odontologia da Policlínica de referência do Município de Timbó/SC. EMPRESAS FORNECEDORAS: Dental Med Sul Artigos Odontológicos LTDA; Silmes Com. Prod. Odontológicos LTDA ME; Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares LTDA ME; e Dentaria e Distr. Hosp. Porto Alegrense EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 69.663,92 (um milhão setecentos e oitenta e três mil trezentos e sessenta e dois reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014

ALFREDO JOAO BERRI

Secretária de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06 2014 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de Raio X através de imagem disponibilizada pelo Sistema de Telemedicina ou similar, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde.

EMPRESA FORNECEDORA: Assemed Especialistas Médicos Associados.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/03/2015

Timbó, 27/03/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 21 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de vale-transporte intermunicipal destinado aos servidores, estagiários e contratados, que utilizam transporte coletivo para deslocamento intermunicipal, sendo de sua respectiva residência ao local de trabalho e vice-versa e para distribuição gratuita dos usuários do CRAS/CREAS da Assistência Social. EMPRESA FORNECEDORES: Auto Viação Catarinense LTDA; e Expresso Presidente Getúlio LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.040,00 (dezenove mil e quarenta reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/03/2015

Timbó, 25/03/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2014 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da Estação de Tratamento de Água (Repetição parcial do Pregão Presencial nº. 48/2013).

EMPRESA FORNECEDORA: Heko Ambiental – Produtos e Equipamentos Científicos Eireli ME, e Metrologia Equipamentos e Produtos para Laboratório LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.436,78 (dezenove mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/03/2015

Timbó, 18/03/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2014 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de Preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos setores da autarquia.

EMPRESA FORNECEDORA: SS Comercial Elétrica LTDA ME; e ACMM Serviços de Energia Elétrica LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 145.850,00 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/03/2015

Timbó, 07/03/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 17 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2014

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de macadame para realização de atividades diárias de municipalidade.

EMPRESA FORNECEDORA: Areias Kretz LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/03/2015

Timbó, 04/03/2014

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 48 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da estação de tratamento de água e produtos químicos para tratamento de água.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Buschle & Lepper S/A; Química Maragno Ltda; Digicrom Analítica Ltda; Projesan Saneamento Ambiental Ltda; e Quimisa S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 468.949,90 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/12/2014.

Timbó, 20/12/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 136 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado ao fornecimento de combustíveis descritos no Anexo I em atendimento às necessidades da Administração (direta e indireta) durante o período de janeiro a dezembro de 2014 .

EMPRESAS FORNECEDORAS: Auto Posto Nasato Ltda; e Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.301.132,50 (dois milhões, trezentos e um mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2014.

Timbó, 19/12/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 129 2013 PT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 129/2013

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), para atender as necessidades da Administração Pública Municipal (Fundos, Fundações).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Color Black Reciclagem de Cartucho de Tinta e Toner LTDA ME; Suprimóveis LTDA EPP; Linamar Alban – ME; e A.C. Pereira Informática Eirelli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 49.921,88 (quarenta e nove mil novecentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/12/2014.

Timbó, 10/12/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2014.115 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/115

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Leopoldo Pasquali.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (banana caturra e banana branca) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de agosto a dezembro de 2014, conforme Chamada Pública n.º 03/2014.

VALOR: R\$ 15.318,00 (quinze mil trezentos e dezoito reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/09/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 2014.116 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/116

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Sebastião Nunes Seifert.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (maça) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de agosto a dezembro de 2014, conforme Chamada Pública n.º 03/2014.

VALOR: R\$ 19.999,30 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/09/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 2014.114 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/114

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

AUTORIZADO: Rodrigo Kertischka

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (repolho e cenoura) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de agosto a dezembro de 2014, conforme Chamada Pública n.º 04/2014.

VALOR: R\$ 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/09/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 06/2014

EXTRATO DE CONTRATO nº 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução de obra referente a construção de 1 (um) poço tubular profundo, com fornecimento de materiais e mão de obra especializada, a ser executado no interior do município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, TP nº 06/2014 e Contrato nº 149/2014.

Vargeão, SC, 04 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2014

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 07/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 24 de setembro de 2014, até às 09h15min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a contratação de serviços médicos especializados na área de pediatria para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde de Vargeão, SC, sendo que o atendimento será 01 (uma) vez por semana, em dia e horários a combinar, num total de 45 (quarenta e cinco) consultas mensais, pelo período de 3 meses. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto N.069/2014

DECRETO Nº069/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

"ESTABELECE DIRETRIZES PARA O USO DO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido que o uso do Centro de Eventos do Município de Vargem Bonita fica destinado exclusivamente para atividades dos órgãos do Poder Público Municipal, atividades não lucrativas, associações e fundações em eventos especialmente e excepcionalmente autorizados pelo Município.

Artigo 2º - A comunidade, o órgão da administração pública, a pessoa física ou jurídica que promover o evento, fica responsável pela reposição de quaisquer quebras ou danos ocorridos nas instalações e utensílios, independente da ocorrência ou não de culpa.

Artigo 3º - A utilização do espaço para os fins de que trata este Decreto deverá, pelo promotor do evento, ser precedido por todas as licenças necessárias e pagamentos de taxas ou contribuições decorrentes da atividade desenvolvida, responsabilizando-se também o promotor pela responsabilidade civil decorrente do evento.

Artigo 4º - Cumpre a Secretaria Municipal de Administração o deferimento e agendamento dos pedidos de ocupação das instalações do Centro de Eventos.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 38 de 24 de junho de 2013.

Vargem Bonita, 05 de setembro de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 09/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Retifica O Edital Nº 01/2014 Que Abre Inscrições Para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

RESOLUÇÃO/EDITAL Nº 02/2014 de 08 de Setembro de 2014.

"RETIFICA O EDITAL Nº 01/2014 QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSEMARI PEREIRA DIAS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 9.069/90 e modificações impostas pelo artigo 10 da Lei 8.242/91 e Lei Municipal Complementar Nº 099/2014 de 10/06/2014, torna público que fica redesignada novas datas para eleição e posse dos conselheiros de que trata a resolução edital nº 01/2014:

ELEIÇÃO: Dia 09 de novembro de 2014

POSSE: Dia 17 de novembro de 2014

Vargem Bonita, 08 de setembro de 2014.

ROSEMARI PEREIRA DIAS

Presidente

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 11.249/14**

DECRETO Nº 11.249/14, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia Médico - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, bem como, no Parecer Jurídico nº 157/2014, de 02 de setembro de 2014,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEBERSON TEIXEIRA TEODORO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/14

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/14

CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADO	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CLEBERSON TEIXEIRA TEODORO	MÉDICO - ESF	11249/14, DE 05/09/2014

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14

(quatorze) anos;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 05 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0549/14

Extrato do Contrato n. 0549/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FLÁVIO MAURINA
CPF: 013.663.490-75
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 04 de agosto de 2014 a 04 de novembro de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0550/14

Extrato do Contrato n. 0550/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: OLIVIO REICHARDT
CPF: 296.654.349-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0553/14

Extrato do Contrato n. 0553/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LINDAMIR DE FÁTIMA PONTES
CPF: 584.105.119-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 05 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0555/14

Extrato do Contrato n. 0555/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: JUAREZ SOARES DOS SANTOS
CPF: 828.948.769-04
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 07 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0557/14

Extrato do Contrato n. 0557/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA PIRES DOS SANTOS
CPF: 064.198.029-97
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELISANE DE CASTILHO DE ALMEIDA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 06 de agosto de 2014 a 04 de setembro de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0559/14

Extrato do Contrato n. 0559/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANI DA SILVA DE LIMA
CPF: 094.155.929-74
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0563/14

Extrato do Contrato n. 0563/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROZELI POLICENO

CPF: 004.788.199-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0567/14

Extrato do Contrato n. 0567/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: WILSON RIBEIRO DE CAMPOS

CPF: 384.812.869-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 11 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0571/14

Extrato do Contrato n. 0571/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ HERNANI PENSO

CPF: 346.610.429-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0576/14

Extrato do Contrato n. 0576/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANE PADILHA

CPF: 057.062.499-11

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2014 a 23 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0577/14

Extrato do Contrato n. 0577/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE BÓZ

CPF: 061.106.399-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 15 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

Xavantina

PREFEITURA

Convite Audiência Pública

Audiência Pública
CONVITE

O Governo Municipal de Xavantina, SC, na pessoa do Sr. Mauro Junes Poletto, Prefeito Municipal e Sr. Antoninho Tortelli, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores, convidam os cidadãos xavantinenses para participarem de uma importante AUDIÊNCIA PÚBLICA, a qual realizar-se-á no dia 25 de setembro de 2014, às 14:00 hs, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

A Audiência Pública servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao II Quadrimestre de 2014, em obediência ao disposto no artigo 9º § 4º da Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), regulamentada pela Lei Municipal nº 754/2001.

Xavantina (SC), 08 de Setembro de 2014.
Mauro Junes Poletto
Prefeito Municipal

Antoninho Tortelli
Pres. Comissão de Orçamento e Finanças.

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 370

DECRETO Nº 370, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO REGULAMENTO DO EIV (ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições e conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Xaxim:

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Considerando que, a Lei complementar nº 034/2006 não prevê o regulamento do EIV;

Considerando que, deve-se atender aos regramentos previstos na Lei Municipal nº 694/1981 e na Lei Federal nº 6.766/79;

Considerando que, existem alguns projetos de loteamentos que aguardam a realização do EIV, e para tanto, faz-se necessário seguir um procedimento;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o 'caput' do art. 10, o inciso I do art. 10, e insere o parágrafo único no art. 10 do Decreto 279/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Após a conclusão da audiência pública, o Responsável pelo projeto, deverá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da realização da mesma, encaminhar a ata da reunião em conjunto com o EIV definitivo em formato de consulta, para que a Comissão exare parecer pela aprovação ou não do empreendimento.

Parágrafo único. Aprovado o empreendimento, o Responsável pelo projeto deverá no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar EIV definitivo, contendo:

I -3 (três) vias do EIV, impressas em formato A4, devidamente encadernadas;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 05 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
Procurador-geral - OAB/SC 20.041

Edital 005

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM
XAXIM SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA AMIGÁVEL DE DÉBITO E DÍVIDA ATIVA 005/2014 - DO MUNICÍPIO DE XAXIM SC.

Município de Xaxim SC faz publicar o EDITAL: 005/2014

A Secretária da Fazenda Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar 007/2002 de 23 de dezembro de 2002, e regulamentada pelo decreto 458/2002,

torna público a relação de débitos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, cujo as notificações foram emitida. Para efeito de informação e liquidação de seus débitos nos termos da lei federal 9492 de 10 de setembro de 1997 para , querendo os interessados, quitarem os referidos débitos ou promover a negociação da dívida ativa até o dia 30 de setembro de 2014.

A relação das inscrições cadastrais, conforme alude este edital, encontra-se afixada no Quadro Geral de Editais da Prefeitura do Município de Xaxim SC.

A não liquidação de seus tributos em atraso será encaminhada para execução fiscal e protestos.

Maiores esclarecimentos, estamos à disposição na Divisão de Tributos desta Prefeitura e através do emailtributação@xaxim.sc.gov.br e telefones (49)3353-6977- (49) 3353-6919 ou Na Rua Rui Barbosa 312 Centro Xaxim SC.

Xaxim SC 08de setembro de 2014.

NeudiAntonioPaludo

Setor de Cadastro e Tributação

Secretária da Fazenda Municipal

Município de Xaxim SC.

ANEXO I- RELAÇÃO PESSOAS INADINPLÊNTES PARA EDITAL

CONTRI-BUINTE	IMOVEL/ECOMONICO	DESCRIÇÃO	ANO	VALOR
19658	3552	TLLF	2010 - 2014	R\$ 5.340,75
876	2740	TLLF	2007 - 2014	R\$ 2.067,07
15319	2836	TLLF	2010 - 2014	R\$ 2.065,76
15551	2921	TLLF	2006 - 2014	R\$ 2.402,54
4918	701	TLLF	2010 - 2014	R\$ 2.751,03
17550	3197	TLLF	2013/2014	R\$ 621,34
20889	30457	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
37504	3857	TLLF	2012 - 2014	R\$ 688,81
21187	3679	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
19217	3453	TLLF	2010 - 2014	R\$ 2.615,87
15496	2899	TLLF	2012 - 2014	R\$ 466,57
17303	3146	TLLF	2011	R\$ 383,88
20259	30361	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
18369	3290	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
1609	1586	TLLF	2011	R\$ 460,64
8754	2543	TLLF	2014	R\$ 290,40
21228	3689	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
20224	30353	TLLF	2010 - 2014	R\$ 671,07
19099	3425	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
19202	3449	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.261,77
21468	3747	TLLF	2011 - 2014	R\$ 341,96
19860	3589	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.115,81
19436	3510	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
20034	3631	TLLF	2010/2011	R\$ 377,29
37413	3833	TLLF	2012 - 2014	R\$ 492,00
20417	30389	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.245,25
37942	3927	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61

21582	3764	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,12
21030	3654	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,12
37649	3878	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
17435	3167	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.450,54
8958	2622	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
21672	3780	TLLF	2011 - 2014	R\$ 290,40
20438	30397	TLLF	2011 - 2014	R\$ 1.367,88
20748	30449	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,12
20525	6330/3903	TLLF	2011 - 2014	R\$ 1.874,63
20101	3643	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
4032	2243	TLLF	2013 - 2014	R\$ 782,47
20723	30446	TLLF	2010 - 2014	R\$ 444,73
17364	3157	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,72
541	2642	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
19005	3410	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.245,25
4482	2171	TLLF	2009 - 2012	R\$ 1.046,66
3927	519	TLLF	2013/2014	R\$ 621,14
37259	30474	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
38718	4058	TLLF	2013/2014	R\$ 683,47
18780	3345	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.450,54
20273	30362	TLLF	2013/2014	R\$ 683,47
16420	3033	TLLF	2006 - 2010	R\$ 1.219,19
19342	3488	TLLF	2008 - 2011	R\$ 1.007,92
19916	3601	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
16598	3064	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.562,11
20556	30421	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
19532	3529	TLLF	2009/2014	R\$ 1.450,54
21475	3748	TLLF	2011 - 2014	R\$ 700,35
37713	3888	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
19551	3534	TLLF	2012 - 2014	R\$ 639,61
20193	3647	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,31
20632	30433	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,57
37211	3814	TLLF	2012 - 2013	R\$ 346,80
4129	2004	TLLF	2006 - 2014	R\$ 2.178,52
457	1970	TLLF	2003 - 2014	R\$ 3.030,40
19911	3600	TLLF	2009 - 2014	R\$ 2.232,11
19219	30341	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.820,96
18009	3251	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
8620	2322	TLLF	2012 - 2014	R\$ 2.952,83
15672	2975	TLLF	2005 - 2014	R\$ 4.188,49
14195	461	TLLF	2009 - 2014	R\$ 4.241,08
17185	3135	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.779,36
14144	454	TLLF	2002 - 2014	R\$ 4.402,38
16175	2990	TLLF	2006 - 2014	R\$ 2.587,87
18347	3287	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
15531	1636	TLLF	2008 - 2014	R\$ 2.700,55
14869	771	TLLF	2011 - 2014	R\$ 684,11
16552	3056	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,56
3380	483	TLLF	2003 - 2014	R\$ 10.446,16
14677	674	TLLF	2003 - 2014	R\$ 5.813,22

21466	3746	TLLF	2011 - 2014	R\$ 674,16
4347	3380	TLLF	2010	R\$ 411,23
20656	30437	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.156,86
20544	30417	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.088,55
20544	30417	TLLF	2011 - 2014	R\$ 1.088,01
17728	3224	TLLF	2007 - 2014	R\$ 2.225,61
18814	3354	TLLF	2009 - 2014	R\$ 2.232,64
15619	2959	TLLF	2005 - 2014	R\$ 2.098,53
15477	2893	TLLF	2005 - 2014	R\$ 4.234,91
4008	1791	TLLF	2004 - 2014	R\$ 3.869,14
3884	3016	TLLF	2006 - 2011	R\$ 1.763,90
13572	2770	TLLF	2009 - 2014	R\$ 2.455,92
4275	2504	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,93
8177	1603	TLLF	2001 - 2014	R\$ 6.064,45
21459	3743	TLLF	2011 - 2014	R\$ 957,77
17459	3174	TLLF	2007 - 2014	R\$ 3.180,14
19375	3500	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.157,13
21053	30470	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,78
21364	3725	TLLF	2011 - 2014	R\$ 1.186,08
20484	30400	TLLF	2011 - 2014	R\$ 1.368,91
21260	3698	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,78
17577	3203	TLLF	2007 - 2014	R\$ 2.067,54
18930	3387	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
4733	659	TLLF	2008 - 2014	R\$ 2.691,56
3356	472	TLLF	2005 - 2014	R\$ 2.963,23
16992	3115	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
18294	3276	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
18650	3333	TLLF	2008 - 2014	R\$ 1.749,52
4676	648	TLLF	2003 - 2014	R\$ 3.495,22
836	2735	TLLF	2007 - 2014	R\$ 3.178,75
19440	3511	TLLF	2009 - 2014	R\$ 2.232,11
19904	3598	TLLF	2012 - 2014	R\$ 640,11
20718	30445	TLLF	2013 - 2014	R\$ 684,04
21461	3744	TLLF	2011 - 2014	R\$ 889,78
10418	3541	TLLF	2009 - 2014	R\$ 1.451,53
20318	30371	TLLF	2010 - 2014	R\$ 1.157,13
5726	2530	TLLF	2002 - 2013	R\$ 5.160,86
4301	1688	TLLF/ISS	2006 - 2014	R\$ 37.330,43
18237	3272	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 7.736,50
19897	3595	TLLF/ISS	2009 - 2014	R\$ 1.672,80
19266	3464	TLLF/ISS	2009 - 2014	R\$ 1.672,80
38935	4098	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 3.370,09
19007	3411	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 4.171,22
18377	3293	TLLF/ISS	2007 - 2014	R\$ 2.138,27
17596	3206	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 3.163,41
1635	1175	TLLF/ISS	1998 - 2014	R\$ 3.747,67
15534	2917	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 2.660,32
15516	2911	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 2.691,56
8305	1802	TLLF/ISS	2000 - 2014	R\$ 4.273,22
17537	3193/3722	TLLF/ISS	2007 - 2014	R\$ 1.647,00

19590	3540	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 2.121,95
15448	2882	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 1.260,66
14891	780	TLLF/ISS	2011 - 2014	R\$ 486,00
19553	3762	TLLF/ISS	2011 - 2014	R\$ 1.365,64
19756	3570	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 1.255,23
21691	3782	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 1.040,25
38486	30481	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 726,44
19806	3580	TLLF/ISS	2011 - 2014	R\$ 1.024,87
37785	3899	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 3.409,29
19335	3483	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 1.750,07
14336	549	TLLF/ISS	2004 - 2014	R\$ 6.692,62
8077	1444	TLLF/ISS	2005 - 2014	R\$ 3.021,33
19334	3485	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 1.750,07
15632	2965	TLLF/ISS	2007 - 2014	R\$ 4.373,87
3987	554	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 4.442,63
19341	3487	TLLF/ISS	2009 - 2014	R\$ 1.672,80
16478	3044	TLLF/ISS	2006 - 2014	R\$ 4.066,70
1747	2100	TLLF/ISS	2000 - 2014	R\$ 4.538,13
21692	3783	TLLF/ISS	2011 - 2014	R\$ 657,70
18237	3272	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 7.737,97
4467	1366	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 29.829,02
14587	639	TLLF/ISS	2003 - 2014	R\$ 5.313,43
38237	3981	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 579,40
15158	2809	TLLF/ISS	2005 - 2014	R\$ 3.060,59
14463	2710	TLLF/ISS	2003 - 2014	R\$ 5.541,15
19303	3475	TLLF/ISS	2009 - 2014	R\$ 1.451,53
37790	3900	TLLF/ISS	2012 - 2014	R\$ 3.594,58
20949	30465	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 1.891,57
19418	3509	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 2.791,66
21528	3755	TLLF/ISS	2010 - 2014	R\$ 1.107,27
21606	3767	TLLF/ISS	2011 - 2014	R\$ 800,34
8770	2574	TLLF/ISS	2002 - 2014	R\$ 8.029,10
17882	3240	TLLF/ISS	2008 - 2014	R\$ 5.185,87
21351	3723	TLLF/ISS	2010 - 2013	R\$ 3.750,29
270	3223	TLLF/ISS	2007 - 2014	R\$ 2.383,23
4277	1938	TLLF/ISSV	2003/2014	R\$ 3.135,14
38075	3948	TLLF/TPSRV	2011 - 2014	R\$ 664,91
19482	3518/30238	TLLF/TPSRV	2010	R\$ 292,68
37319	36431	TLLF/TPSRV	2012 - 2014	R\$ 735,47
38710	35409/4057	TLLF/TPSRV	2013	R\$ 269,00
37782	31379/ 3898/34235	TLLF/TPSRV	2011 - 2014	R\$ 347,51
21021	35860	TLLF/TPSRV	2011 - 2014	R\$ 721,02
4023	22695/1362	TLLF/TPSRV	2007 - 2014	R\$ 1.188,87
20223	30285/30352	TLLF/TPSRV	2010	R\$ 436,61
5022	720	TLLF/TPSRV	2003 - 2014	R\$ 3.408,85
18118	3274	TLLF/TPSRV	2007 - 2014	R\$ 1.918,29
4807	675	TLLF/ISSV	2004 - 2012	R\$ 2.688,33
4260	1183	TLLF/REP	2003 - 2014	R\$ 3.891,40
15251	2826	TLLF/ISS/ ISSV	2004 - 2013	R\$ 3.768,82

15236	2819-19806 -19818-19893	TLLF - ISSE -TPSRV	2004 - 2014	R\$ 142.533,27
3366	4059/4051/475	TLLF/IPTU/ CMEL	1999 - 2014	R\$ 34.114,18
4292	1634	TLLF/IPTU/ ISS	2005 - 2014	R\$ 7.686,58
20860	2669	TLLF/TPSRV/ ISS	2010 - 2014	R\$ 915,49
4423	614	TLLF/ TP- SRV/ISSV	2004 - 2014	R\$ 2.901,51
37529	3860	TLLF/TPSRV/ TEPP	2011 - 2014	R\$ 1.512,98
18812	3353	TLLF/TPSRV/ TEPP	2008 - 2010	R\$ 666,60
16438	3040	ISS/TLLF/ TPSRV	2005 - 2014	R\$ 42.626,64
21087	28882	ISSE	2010	R\$ 633,00
21311	3714	ISS	2011/2012	R\$ 497,73
4277	1938	ISSV	2003 - 2014	R\$ 3.135,73
18244	6305	IPTU	2010 - 2014	R\$ 997,43
5537	4140	IPTU	2003 - 2014	R\$ 2.115,24
37903	8437/8439	IPTU	2012 - 2014	R\$ 926,83
17332	1796	IPTU	2011 - 2014	R\$ 855,90
38358	1887	IPTU	2012 - 2014	R\$ 1.096,46
37439	8858	IPTU	2013 - 2014	R\$ 5.980,32
5144	5609	IPTU	2004 - 2014	R\$ 2.091,18
6141	1097	IPTU	2007 - 2014	R\$ 3.401,74
20309	2162	IPTU	2012 - 2013	R\$ 3.632,28
7058	4045	IPTU	2000 - 2014	R\$ 2.186,07
7197	1277	IPTU	2011 - 2014	R\$ 2.163,11
4464	1219	IPTU	1995 - 2014	R\$ 5.098,57
20331	6580	IPTU	2013 - 2014	R\$ 599,43
3193	6529	IPTU	2011 - 2014	R\$ 890,78
5384	3862	IPTU	2013 - 2014	R\$ 2.096,04
2862	253	IPTU	2013 - 2014	R\$ 495,00
20266	3235	IPTU	2013 - 2014	R\$ 633,17
2924	4283	IPTU	2012 - 2014	R\$ 495,81
2164	3745	IPTU	2013	R\$ 641,82
20610	6907	IPTU	2011 - 2014	R\$ 846,35
2260	7662	IPTU	2013 - 2014	R\$ 1.152,24
20685	4750	IPTU	2010 - 2014	R\$ 578,10
14045	8463	IPTU	2013 - 2014	R\$ 531,66
20498	3582	IPTU	2009 - 2013	R\$ 7.729,33
20853	6735	IPTU	2010 - 2014	R\$ 4.104,42
2079	4613	IPTU	2011 - 2014	R\$ 974,50
415	3983	IPTU	2010 - 2014	R\$ 749,48
38929	8186	IPTU	2013 - 2014	R\$ 507,65
2388	4101	IPTU	2009 - 2014	R\$ 840,42
2782	4874	IPTU	2006 - 2013	R\$ 885,27
18172	4970	IPTU	2013 - 2014	R\$ 594,13
6542	4076	IPTU	2007 - 2014	R\$ 1.021,00
18255	5032	IPTU	2012 - 2013	R\$ 604,37
18468	5878	IPTU	2012 - 2014	R\$ 598,61

5816	4733	IPTU	2014	R\$ 82,21
18005	6867	IPTU	2011 - 2014	R\$ 880,86
17648	7389	IPTU	2010 - 2014	R\$ 742,41
18337	6366	IPTU	2009 - 2014	R\$ 555,69
18194	4886	IPTU	2010 - 2014	R\$ 915,66
37749	7857	IPTU	2012 - 2014	R\$ 680,03
17057	4961	IPTU	2010 - 2014	R\$ 998,65
21734	7754	IPTU	2011 - 2014	R\$ 788,59
7071	4754	IPTU	2002 - 2014	R\$ 707,17
4540	3967	IPTU	2010 - 2014	R\$ 1.002,67
1382	7580	IPTU	2010 - 2014	R\$ 1.125,40
21372	1555	IPTU	2011 - 2014	R\$ 1.313,99
2615	1647	IPTU	2012 - 2014	R\$ 1.045,29
486	998	IPTU	2011 - 2014	R\$ 2.075,12
38079	7924	IPTU	2012 - 2014	R\$ 626,46
38394	8010	IPTU	2012 - 2014	R\$ 612,24
17890	7371	IPTU	2010 - 2014	R\$ 993,50
16684	2451	IPTU	2010 - 2014	R\$ 1.024,17
2607	5177	IPTU	2011	R\$ 303,87
15559	6026/7854	IPTU	2013 - 2014	R\$ 697,92
13964	2955	IPTU	2012 - 2014	R\$ 536,36
5640	2936	IPTU	2012 - 2014	R\$ 490,21
14165	6295	IPTU	2013 - 2014	R\$ 559,79
6848	4876	IPTU	2010 - 2014	R\$ 896,00
7489	1415	IPTU	2006 - 2014	R\$ 1.494,51
17860	4026	IPTU	2010 - 2014	R\$ 1.294,46
16642	5172	IPTU	2011 - 2014	R\$ 750,82
21233	5418/8171	IPTU	2013 - 2014	R\$ 1.204,92
7287	1991	IPTU	2012	R\$ 484,46
2979	638	IPTU	1996 - 2014	R\$ 22.086,70
5061	6281	IPTU	2011 - 2014	R\$ 2.537,91
1079	819	IPTU	2005 - 2014	R\$ 3.288,58
694	2326	IPTU	2006 - 2014	R\$ 1.675,68
2390	4104	IPTU	2003 - 2014	R\$ 1.678,64
7207	3419	IPTU	2007 - 2014	R\$ 1.706,23
5852	4013	IPTU	1991 - 2014	R\$ 30.514,13
5303	2552	IPTU	2011 - 2014	R\$ 3.193,20
2518	1939	IPTU	2003 - 2012	R\$ 4.474,59
6477	5362/4670	IPTU	2010 - 2014	R\$ 2.294,97
3705	1675	IPTU	2008 a 2014	R\$ 7.159,53
38814	2618	IPTU	2013 - 2014	R\$ 564,64
3734	3613	IPTU	2006 - 2014	R\$ 7.204,49
18263	2686/5722 /6786	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 6.891,63
21696	4537	CMEL/IPTU	2011 - 2014	R\$ 970,34
11231	787	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 5.197,64
16475	2908	CMEL/IPTU	2006 - 2014	R\$ 1.038,06
3471	758/759	CMEL/IPTU	2007 - 2014	R\$ 22.108,55
4433	2778	CMEL/IPTU	2013 - 2014	R\$ 3.291,36
3043	928	CMEL/IPTU	2013 - 2014	R\$ 3.908,79

2741	1459	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 4.034,92
5146	7439	CMEL/IPTU	2009 - 2014	R\$ 3.157,08
18976	5135	CMEL/IPTU	2009 - 2014	R\$ 2.998,69
5811	5732	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 2.588,67
1590	1739	CMEL/IPTU	2013 - 2014	R\$ 7.014,52
6578	2707	CMEL/IPTU	2007 - 2014	R\$ 22.298,62
20498	3582	CMEL/IPTU	2010 - 2014	R\$ 7.729,33
38493	4379	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 1.034,41
16493	4237	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 1.389,02
3243	5739	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 2.619,10
16493	4237	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 1.389,02
5725	5731	CMEL/IPTU	2009 - 2014	R\$ 6.902,79
7283	7432	CMEL/IPTU	2009 - 2014	R\$ 10.040,87
1389	5171	CMEL/IPTU	2003 - 2014	R\$ 5.043,92
8904	5851	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 9.071,70
8914	5874/5891/ 7353	CMEL/IPTU	2005 - 2014	R\$ 10.289,20
17678	4629	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 2.905,07
6783	3365	CMEL/IPTU	2003 - 2014	R\$ 4.181,66
38077	488	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 2.153,72
3574	1807	CMEL/IPTU	2011 - 2014	R\$ 3.583,88
17178	5841	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 2.796,58
10868	3041	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 2.022,55
17578	2239	CMEL/IPTU	2010 - 2013	R\$ 3.417,58
14356	3837	CMEL/IPTU	2011 - 2014	R\$ 2.608,24
7043	4455	CMEL/IPTU	2009 - 2014	R\$ 6.172,97
5498	1897	CMEL/IPTU	2007 - 2014	R\$ 11.813,50
2258	4124	CMEL/IPTU	2005 - 2014	R\$ 4.993,45
18490	5767	CMEL/IPTU	2008 - 2014	R\$ 8.674,29
5007	4185	CMEL/IPTU	1996 - 2014	R\$ 8.105,08
21724	6280	CMEL/IPTU	2011 - 2012	R\$ 1.060,10
172	4950	CMEL/IPTU	2011 - 2013	R\$ 826,86
19757	2473	CMEL/IPTU	2010 - 2013	R\$ 1.142,90
18965	3039	CMEL/IPTU	2012 - 2014	R\$ 1.475,26
16475	2908	CMEL/IPTU	2006 - 2014	R\$ 1.037,83
1803	7655 - 3889	CMEL/IPTU	2011 - 2014	R\$ 1.068,27
6477	5362 - 4670	CMEL/IPTU	2010 - 2014	R\$ 2.394,70
40040	7576	CMEL/IPTU	2010 - 2014	R\$ 1.585,23
21696	4537	CMEL/IPTU	2011 - 2014	R\$ 970,71
19951	7587	CMEL	2013	R\$ 1.563,71
17217	8465	CMEL	2012	R\$ 8.875,58
7051	4134	CMEL	2009	R\$ 5.293,45
14522	5726	CMEL	2013	R\$ 1.796,14
17475	2681	CMEL	2012	R\$ 1.572,15
5488	801	CMEL	2007	R\$ 4.908,33
2909	451	CMEL	2012	R\$ 3.184,20
5533	382	CMEL	2013	R\$ 2.980,55
2731	1477	CMEL	2013	R\$ 7.941,94
7336	1137	CMEL	2011	R\$ 2.397,30
2155	3702	CMEL	2010 - 2014	R\$ 8.062,92

20028	4534	CMEL	2011	R\$ 1.905,11
2896	365	CMEL	2013	R\$ 4.256,83
1962	5217	CMEL	2004	R\$ 2.142,04
7244	1815	CMEL	2011	R\$ 822,86
2877	295	CMEL	2013 - 2014	R\$ 5.542,64
3407	2920	CMEL	2012	R\$ 663,01
2586	4816	CMEL	2012	R\$ 932,43
19951	7587	CMEL	2013	R\$ 1.563,29
2316	3038	CMEL	2012	R\$ 814,35
			TOTAL	R\$ 1.112.828,91

AVISO DE PREGÃO 086/2014 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 086/2014 - REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 172/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço n. 086/2014, até às 13h45min do dia 22 de setembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 14h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para aquisições em contratações futuras, com pedidos parcelados de material de expediente e pedagógico para as escolas e os Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, conforme descrição e quantidade estimada constante do Anexo I do edital, tipo menor preço por item, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 08 de setembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 041/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 041/2014

Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015 da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula 24 do Protocolo de Intenções, pelo Artigo 30 Inciso XI do Estatuto e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando a aprovação do orçamento (receitas e despesas) para o exercício de 2015 na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de agosto de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o orçamento anual da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, para o exercício de 2015, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 1.034.553,60 (um milhão, trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e três reais, sessenta centavos).

§ 1º A receita da AGIR será realizada mediante a arrecadação tributária dos municípios, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Especificação:	Fonte R\$
1 Receitas Tributárias	
Taxas pelo Exercício Poder de Polícia	1.034.553,60
01 - Município de Apiúna	14.542,56
02 - Município de Ascurra	11.063,52
03 - Município de Benedito Novo	15.704,64
04 - Município de Blumenau	473.878,08
05 - Município de Botuverá	6.890,40
06 - Município de Brusque	167.952,96
07 - Município de Dr. Pedrinho	5.512,32
08 - Município de Gaspar	90.169,92
09 - Município de Guabiruba	29.482,56
10 - Município de Indaial	87.023,52
11 - Município de Pomerode	43.212,96
12 - Município de R dos Cedros	15.665,76
13 - Município de Rodeio	16.228,80
14 - Município de Timbó	57.225,60
TOTAL GERAL:	1.034.553,60

§ 2º Destaca-se que de acordo com o Artigo 87 do Estatuto, a Taxa 3 - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza - TRVL = R\$0,01 e a Taxa 7 - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP = R\$0,01, não estão incluídas e nem serão cobradas em virtude da não efetivação de suas normativas no exercício de 2015, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de agosto de 2014.

§ 3º A Taxa 6 - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final do Lixo - TRDR, a qual consta no Artigo 97 do Estatuto como

sendo R\$ 0,0200 (TRDR = NH x R\$ 0,0200), será cobrada em R\$ 0,0100 (TRDR = NH x R\$ 0,0100), conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de agosto de 2014.

§ 4º As despesas de custeio da AGIR serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA:

Despesas Correntes	1.022.553,60
Pessoal e Encargos	818.553,60
Outras Despesas Correntes	204.000,00
Despesas de Capital	12.000,00
Investimentos	12.000,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	1.034.553,60

Art. 2º A Presidência da AGIR fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º A Presidência da AGIR está autorizada ainda, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias, desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior;
- IV - A reserva de contingência.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 22 de agosto de 2014.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

CIGA

Resolução Nº 70/2014, de 08 de Setembro de 2014

Resolução nº 70/2014, de 08 de setembro de 2014

Suplementa o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2014.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 59/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta de excesso de arrecadação previsto no exercício de 2014, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despe- sa	Fonte Recurso	Iduso	Valor
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.9.0	204	0.2.00	R\$ 30.000,00
TOTAL						R\$ 30.000,00

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 08 de setembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

CIS/AMFRI

Resolução Nº 05 de 05 de Setembro de 2014

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DA TABELA DE VALORES PARA EXAMES LABORATORIAIS, EXAMES ESPECIALIZADOS E PROCEDIMENTOS DECORRENTES DO AUMENTO DE PREÇO DE MERCADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, ao Protocolo de Intenções firmado e ratificado por todos os municípios membros,

CONSIDERANDO a previsão legal constante na Lei 11.107 de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, com regulamentação feita através do Decreto 6017 de 17/01/2007, da referida lei;

CONSIDERANDO que alguns valores constantes da Tabela de Preços tem se demonstrado defasados ante aos valores aplicados no mercado, dificultando o atendimento do CIS-AMFRI nos municípios consorciados.

CONSIDERANDO que referida atualização da Tabela foi aprovada pelos Secretários de Saúde, bem como em Assembleia Geral de Prefeitos dos municípios integrantes do CIS-AMFRI;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atualizada a Tabela de Valores de Exames Laboratoriais, Exames Especializados de Média e Alta Complexidade e Procedimentos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, dos seguintes procedimentos:

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
RM de articulação temporo-mandibular (bilateral)	02.07.010.02.1	308,75
RM de coluna cervical	02.07.010.03.0	308,75
RM de coluna lombo-sacra	02.07.010.04.8	308,75
RM de coluna torácica	02.07.010.05.6	308,75
RM de crânio - face e ossos da face	02.07.010.06.4	308,75
RM de sela túrcica (hipófise)	02.07.010.07.2	308,75
RM de membro superior (unilateral)	02.07.010.02.7	308,75
RM de tórax (mediastino, pulmão, parede torácica)	02.07.020.03.5	308,75
RM de abdomen superior	02.07.030.01.4	308,75
RM de bacia/pelve	02.07.030.02.2	308,75
RM de membro inferior (unilateral)	02.07.030.03.0	308,75

OBS: FOI ACEITO PELA COMISSÃO TÉCNICA DO CIS-AMFRI EM REUNIÃO RELIZADA DIA 18 DE JUNHO QUE O VALOR DE R\$ 40,00 SERA PAGO A TODOS OS EXAMES DE RESSONANCIA MAGNETICA REALIZADOS NO PRESTADOR ESCOLHIDO.

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI R\$
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA TORACICA	02.06.01.003-6	134,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	134,76
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COLUNA LOMBO-SACRA	02.06.01.002-8	149,10
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRANEO	02.06.01.007-9	145,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE SELA TURSICA	02.06.01.006-0	145,44
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORAX	02.06.02.003-1	184,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO ABDOMEM SUPERIOR	02.06.03.001-0	186,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DE FACE / ARTICULAÇÃO TEMPOROMANDIBULARES	02.06.01.004-4	134,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE Pelve ou Bacia	02.06.03.003-7	186,63
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO (PARTES MOLES, LARNGE, TIREÓIDE E FARINGE)	02.06.01.005-2	134,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DOS SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA E PÉ)	02.06.02.002-3	134,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO SUPERIOR (EXTERNO-CLAVICULAR, OMBRO, COTOVELO E PUNHOS)	02.06.02.001-5	134,75
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES MEMBRO INFERIOR (SACRO-ILIACO, COXO-FEMURAIS E JOELHOS)	02.06.03.002-9	134,75
ANGIOTOMOGRAFIA DE VASOS PELVICOS/ILIACOS	-	500,00

OBS: FOI ACEITO PELA COMISSÃO TÉCNICA DO CIS-AMFRI EM REUNIÃO REALIZADA DIA 18 DE JUNHO DE 2014 QUE O VALOR DE R\$ 48,00 QUE SERA PAGO A TODOS OS EXAMES DE TOMOGRAFIA REALIZADOS NO PRESTADOR ESCOLHIDO.

Art. 2º - Os acréscimos decorrentes da presente atualização de valores e constantes na presente Resolução fazem parte integrantes do Anexo I da Resolução n. 004, de 22 de julho de 2013 da forma consolidada.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí (SC), 05 de Setembro de 2014.

ANA PAULA DA SILVA
Presidente CIS-AMFRI

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CISAM**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 17 de setembro de 2014, às 14:30 horas, na sede administrativa do CISAM-MO, sito a Rua Lourenço Coas Neto, nº 140, Bairro Universitário, município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Apresentação dos empregados aprovados no concurso público e que estão a serviço do Consórcio;
- c) Prestação de contas financeira;
- d) Repasse de informações acerca da obra de construção do laboratório;
- e) Proposta de Plano de Ações a serem desenvolvidas pelo Consórcio;
- f) Indicação e aprovação em Assembleia do Diretor Técnico Operacional;
- g) Orientações referente procedimentos e instrumentos legais relativos a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento;
- h) Apresentação de minutas de resolução para instituição do regime de diárias e da modalidade de licitação tipo pregão no Consórcio;
- i) Proposta de alteração da Resolução nº 06/2013;
- j) Outros assuntos de interesse do Consórcio;
- k) Leitura e aprovação da ata;
- l) Encerramento.

Capinzal/SC, 05 de setembro de 2014.

Andevir Isganzella

Presidente